



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Ciências Sociais

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Laura Junqueira de Mello Reis

**Tecendo modas, costuras e histórias: modistas na primeira metade do XIX
no Rio de Janeiro**

Rio de Janeiro

2024

Laura Junqueira de Mello Reis

Tecendo modas, costuras e histórias: modistas na primeira metade do XIX no Rio de Janeiro



Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora, ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História Política.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Lucia Maria Bastos Pereira das Neves

Coorientadora: Prof^ª. Dra. Camila Borges da Silva

Rio de Janeiro

2024

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CCS/A

R375 Reis, Laura Junqueira de Mello.
Tecendo modas, costuras e histórias: modistas na primeira metade do XIX no
Rio de Janeiro / Laura Junqueira de Mello Reis. – 2024.
309 f.

Orientadora: Lucia Maria Bastos Pereira das Neves.
Coorientadora: Camila Borges da Silva.
Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto
de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Moda - Rio de Janeiro (Estado) - Teses. 2. Mulheres - Emprego - Teses. 3.
Brasil - História - Até 1889 - Teses. 4. Rio de Janeiro (Estado) - Teses. I. Neves,
Lucia Maria Bastos Pereira das. II. Silva, Camila Borges da. III. Universidade do
Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. IV. Título.

CDU 687-055.2“1810/1860”

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta
tese, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Laura Junqueira de Mello Reis

Tecendo modas, costuras e histórias: modistas na primeira metade do XIX no Rio de Janeiro

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora, ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História Política.

Aprovada em 11 de abril de 2024.

Banca Examinadora:

Prof^ª. Dr^ª. Lucia Maria Bastos Pereira das Neves (Orientadora)
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UERJ

Prof^ª. Dr^ª. Camila Borges da Silva (Coorientadora)
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UERJ

Prof^ª. Dr^ª. Márcia de Almeida Gonçalves
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UERJ

Prof^ª. Dr^ª. Maria do Carmo Teixeira Rainho
Arquivo Nacional

Prof^ª. Dr^ª. Joana de Moraes Monteleone
Universidade de São Paulo

Prof. Dr. Paulo Júnior Debom Garcia
Centro Universitário Celso Lisboa

Rio de Janeiro

2024

DEDICATÓRIA

Para mamis

AGRADECIMENTOS

Agradecer é sempre um momento difícil e, talvez, eu esteja fazendo no momento errado da tese, mas, às vezes, urge a necessidade de se falar e de ser grata àquelas e aqueles que passam e passaram por nós ao longo de uma jornada que, embora seja árdua, pode ser um tanto quanto prazerosa. Em 2020 com a entrada no doutorado e uma mudança de cidade e de estado muita coisa parecia que seria nova e instigante nessa trajetória de intensos quatro anos. A verdade, contudo, é que a vida é de fato uma “caixinha de surpresas” como muitos gostam de dizer. E, quem diria, que uma pandemia mundial nos assolaria por anos a fio e começaria justamente em 2020? Estudar a história sempre me interessou e uma pandemia parecia algo isolado e distante, típico do período medieval com a peste negra ou dos primeiros anos do século passado com a gripe espanhola; mas, em 2020, cá estávamos nós trancados em casa, vivendo um desgoverno, um descontrole emocional e um doutorado.

Este trabalho só aconteceu então porque, sem modéstias, eu me esforcei muito e quis muito dar continuidade a um projeto e um sonho que começaram quando eu ainda estava na escola. E, claro que, como um ser humano e uma *sujeita* do meu próprio tempo, eu não andei sozinha e para que tudo isso desse certo eu contei com muita gente legal ao meu lado, nada mais justo do que essa tese começasse com os agradecimentos aos que estiveram comigo.

Agradeço, portanto, em primeiríssimo lugar às minhas orientadoras: Lúcia e Camila. Obrigada pelas trocas de e-mail, sugestões, aulas online, espaços para discussão, apresentações e tudo que o mundo virtual nos permitiu concretizar nesses tempos que um abraço parecia algo de outro planeta. Gratidão! Nesse espaço, aproveito para agradecer às professoras que foram membras da minha banca de qualificação: Márcia Gonçalves e Maria do Carmo Rainho; além, da leitura crítica da Raíssa Gabrielle que foi suplente da banca, as colocações de vocês foram primordiais para o desenvolvimento da minha pesquisa e para que pudesse realizar modificações que eram necessárias.

Em segundo lugar, sem maiores delongas, um obrigado especialíssimo à minha família. Minha mãe, meu irmão, alguns tios (as): obrigada por me auxiliarem nesse momento de estresse, loucura e falta de dinheiro! Apesar das constantes brigas esse trabalho é uma conquista que eu me orgulho muito em dividir com vocês.

Posteriormente, obrigada ao meu namorado, Lucas! Obrigada pelas leituras contínuas desse texto, pela empolgação em me escutar falar, por me ajudar a seguir nos momentos

constantes de desânimos – que, confesso, não foram poucos, mas eram sempre necessários para que eu seguisse com esse trabalho em frente.

Sem querer citar nomes, um obrigado especial a todos meus amigos que me acompanharam nessa loucura. Amigos do mestrado, de casa, da escola, da UERJ, do trabalho, todo mundo que me ajudou um pouquinho a continuar e seguem me ajudando a não desanimar da carreira de professora. Por falar em professora, não poderia deixar de agradecer aos meus alunos, principalmente aqueles que me escutaram falando e falando sobre meu tema de pesquisa.

Nesse ínterim, é preciso agradecer a CAPES. Obrigada Capes e, em especial, obrigada ao presidente Lula pelo reajuste. E, por último, mas não menos importante: gratidão UERJ! A UERJ se tornou uma casa que não é muito casa, mas que foi um lar online nesses anos, que me fez conhecer gente incrível na composição da Comissão da SHP em 2021, 2022 e 2023 e na *Revista Dia-logos* de 2022 e 2023! Mesmo online eu busquei me inserir nesses meios acadêmicos em busca de me conectar à universidade e fazer amizades e, de certa forma, acho que deu certo!

“Para a mulher, as únicas alternativas de carreira são o casamento e o magistério.”

Gilda de Mello e Souza, *O Espírito das Roupas*, 2005, p. 90.

RESUMO

REIS, Laura Junqueira de Mello. **Tecendo modas, costuras e histórias**: modistas na primeira metade do XIX no Rio de Janeiro. 2024. 309 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

O objetivo deste trabalho é compreender a figuras das modistas na primeira metade do século XIX no Rio de Janeiro. Em sua maioria, as primeiras modistas encontradas na corte nos anos iniciais do Oitocentos eram imigrantes, sendo, em grande parte, francesas. Essas mulheres chegaram ao Brasil a partir de meados da década de 1810 e estabeleceram-se com suas Casas de Moda no centro da corte trazendo consigo a figura da “modista francesa”. Ao longo das décadas foram ensinando a outras mulheres o ofício das modistas e essa atividade foi se desenvolvendo rapidamente na cidade; o decênio de 1850 é o fim do nosso recorte temporal considerando que tais relações se modificaram dessa década em diante. Juntamente com as costureiras, as modistas desenvolveram múltiplas sociabilidades, com suas nuances e diversidades estas mulheres assemelhavam-se e diferenciavam-se em diversos aspectos. Simbolicamente representadas por suas nacionalidades francesas, foram sujeitas fundamentais no crescimento e na modernização na cidade do Rio de Janeiro e movimentaram a economia e a sociedade nos anos em que pesquisamos. Nossa hipótese central é que a autonomia destas modistas foi primordial para a história das mulheres no universo do trabalho. As principais fontes utilizadas para a pesquisa foram os Registros de entrada e saída de estrangeiros (A.N.R.J.); a imprensa do período; registros presentes em documentos franceses tais como certidões de casamento, nascimento e óbito; documentação presente no fundo do Luís Gastão D’Escragnelle Dória (A.N.R.J.); os registros da Décima Predial (A.G.C.R.J.) e a documentação encontrada na Junta do Comércio referente ao período (A.N.R.J.); o que não significa que outras fontes não tenham sido exploradas, como: registros de estrangeiros e os documentos de Infração de Posturas e a série de Almotaçaria encontrados no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (A.G.C.R.J.).

Palavras-chave: modistas; costureiras; século XIX; Rio de Janeiro.

RÉSUMÉ

REIS, Laura Junqueira de Mello. **Tisser des modes, des coutures et des histoires: les modistes dans la première moitié du XIXe siècle à Rio de Janeiro.** 2024. 309 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

L'objectif de cette étude est de comprendre les figures des modistes dans la première moitié du XIXe siècle à Rio de Janeiro. La plupart des premières modistes que l'on retrouve à la cour dans les premières années du XIXe siècle sont des immigrées, principalement françaises. Ces femmes sont arrivées au Brésil au milieu des années 1810 et se sont établies avec leurs maisons de couture au centre de la cour, apportant avec elles la figure du « modiste français ». Au fil des décennies, elles ont enseigné à d'autres femmes le métier de modiste et cette activité s'est rapidement développée dans la ville ; la décennie de 1850 marque la fin de notre période de référence, étant donné que ces relations ont changé à partir de cette période. Avec les couturières, les tailleurs ont développé de multiples sociabilités, par leurs nuances et leurs diversités, ces femmes se ressemblent et se différencient sous plusieurs aspects. Symboliquement représentées par leurs nationalités françaises, elles ont été des sujets fondamentaux dans la croissance et la modernisation de la ville de Rio de Janeiro. Elles ont fait bouger l'économie et la société au cours des années que nous avons étudiées. Notre hypothèse centrale est que l'autonomie de ces modistes a été primordiale pour l'histoire des femmes dans l'univers du travail. Les principales sources utilisées pour cette recherche ont été les Registros de entrada e saída de estrangeiros (A.N.R.J.) ; la presse de l'époque ; les registres présents dans les documents français tels que les actes de mariage, de naissance et de décès ; la documentation présente dans le fonds de Luís Gastão D'Escragnelle Dória (A.N.R. J.) ; les registres de la Décima Predial (A.G.C.R.J.) et la documentation trouvée à la Junta do Comércio se référant à la période (A.N.RJ.). Ce qui ne signifie pas que d'autres sources n'ont pas été explorées, telles que : les registres d'étrangers et les documents d'Infraction de Posturas et la série Almotacaria trouvés à l'Arquivo Geral do Rio de Janeiro (A.G.C.R.J.).

Mots clés: modistes; couturières; 19e siècle; Rio de Janeiro.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Crescimento do número de modistas e modistas/costureiras no Rio de Janeiro entre as décadas de 1810 e 1850.....	23
Figura 2 - Região central da cidade do Rio de Janeiro e as Casas de Moda entre 1816-1859.	24
Figura 3 - Embarcações estrangeiras que entraram e saíram do porto do Rio de Janeiro no ano de 1827.....	52
Figura 4 - Embarcações estrangeiras que entraram e saíram do porto do Rio de Janeiro no ano de 1827.....	53
Figura 5 - Registros de entrada de estrangeiros no Brasil.	56
Figura 6 - <i>Costumes d'ouvrières parisiennes</i> por Georges-Jacques Gatine (1773-1841).....	61
Figura 7 - Participação na frequência de anúncio das modistas e/ou costureiras no <i>Jornal do Comércio e Diário do Rio de Janeiro</i>	64
Figura 8 - Anúncio de Mme. C. Chevalier no <i>Correio Mercantil</i>	66
Figura 9 - Anúncio de Mme. Richelandet no <i>Jornal do Comércio</i> , em 1846.	66
Figura 10 - Figura recortada da certidão de casamento de Mme. Richelandet.	67
Figura 11 - <i>Marchandes de Modes Françaises</i>	68
Figura 12 - Modistas no <i>Pequeno Almanaque</i>	68
Figura 13 - Lojas de Modas no <i>Almanaque Laemmert</i>	69
Figura 14 - Costureiras/Modistas no <i>Almanaque Laemmert</i>	69
Figura 15 - Trabalhadoras no campo da moda por ofício anunciado.	71
Figura 16 - Comercialização de mulheres escravizadas no mercado da moda fluminense.....	76
Figura 17 - Texto publicado no <i>Espelho Diamantino</i>	86
Figura 18 - Percentual de anúncios nos jornais dedicados às mulheres.	88
Figura 19 - As modas de 1800 e 1850 segundo a <i>Marmota Fluminense</i>	89
Figura 20 - Rua da Direita, Rio de Janeiro, 1823 por de Félix Émile Taunay.	100
Figura 21 - Rua dos Ourives, Rio de Janeiro, 1825-26 por Charles Landseer.	105
Figura 22 - Registro de Alexandre Charpentier no Registro de Entrada e Saída de Estrangeiros presente no Fundo da Polícia da Corte no A.N.R.J.	107
Figura 23 - Esquema sobre as relações estabelecidas entre Durocher, Dufrayer e Wirt.....	111

Figura 24 - <i>Marchandes de Modes Françaises</i> de acordo com o <i>Almanaque dos Negociantes do Império</i>	114
Figura 25 - Anúncio do Bazar Dillon no <i>Jornal do Comércio</i>	124
Figura 26 - Esquema sobre Christina Dillon e as relações sociais que a modista estabeleceu na corte.	125
Figura 27 - Anúncio de Mme. Catharina Dazon e filho.	133
Figura 28 - Esquema de Josephine Meunier e as relações sociais que estabeleceu na corte..	134
Figura 29 - Região central do Rio de Janeiro e a localização das Casas de moda entre 1816 e 1830.	143
Figura 30 - Região central da cidade do Rio de Janeiro e as Casas de Moda na década de 1830.	149
Figura 31 - Região central da cidade do Rio de Janeiro e as Casas de Moda na década de 1840.	150
Figura 32 - Mapa das localizações anunciadas por francesas no mercado da moda entre 1816 e 1859.	151
Figura 33 - Mapa das localizações anunciadas por brasileiras e europeias no mercado da moda entre 1816 e 1859.	152
Figura 34 - Mapa das localizações anunciadas com e sem identificação nominal entre 1816 e 1859.	154
Figura 35 - Mapa das localizações anunciadas por mulheres ditas apenas modista entre 1816 e 1859.	155
Figura 36 - Mapa das localizações anunciadas por mulheres ditas também costureiras entre 1816 e 1859.	156
Figura 37 - Anúncio da mudança de Mme. Julia Giraud no <i>Jornal do Comércio</i>	163
Figura 38 - Mapa do ano de 1850 com as ruas do Latoeiros, do Lavradio, Ourives, Cadeia (Assembleia) e São José em destaque; no meio, entre as ruas do Latoeiros e Lavradio, o Morro de Santo Antônio.....	164
Figura 39 - Anúncio de Mlle. Louise Frey no <i>Courrier du Brésil</i>	167
Figura 40 - As primeiras ocupações da manhã por Thierry Frères e Jean Baptiste Debret, 1839.	169
Figura 41 - Anúncio de Mme. Demay no <i>Jornal do Comércio</i>	170
Figura 42 - Anúncio da fábrica “Collete Preto” no <i>Diário do Rio de Janeiro</i>	171
Figura 43 - Lista de endereços de fábricas de coletes no <i>Almanaque Laemmert</i>	172

Figura 44 - Publicações de modistas nos jornais diários publicados na década de 1840 no Rio de Janeiro.	174
Figura 45 - Anúncio da Mme. Elisa Richard no jornal <i>A Mulher do Simplicio</i> ou <i>A Fluminense Exaltada</i>	177
Figura 46 - Anúncio de “uma senhora estrangeira”, publicado no <i>Diário do Rio de Janeiro</i>	181
Figura 47 - Anúncio de Elisabeth Mauger no <i>Jornal do Comércio</i>	188
Figura 48 - Enseada de Botafogo, 1869 por Nicolau Facchinetti.	194
Figura 49 - Anúncio de “sedas novas” vindas do exterior para as Casas, no <i>Jornal das Senhoras</i>	199
Figura 50 - Mapa das localizações anunciadas por lojas do mercado da moda entre 1816 e 1859.	203
Figura 51 - Traje de emancipação publicado no <i>Jornal das Senhoras</i> , em 1852.	207
Figura 52 - Significado de emancipação de acordo com o Dicionário da Língua Portuguesa de Antônio Moraes e Silva, 1858.	212
Figura 53 - Imagem da loja “A La Renaissance” em anúncio publicado no <i>Almanaque Laemmert</i>	216
Figura 54 - Região central da cidade do Rio de Janeiro e as Casas de Moda após 1850.	217
Figura 55 - Anúncio de Mme. Amélie Sollier publicado no <i>Jornal do Comércio</i>	220
Figura 56 - Anúncio de Mme. Amélie Sollier publicado no <i>Jornal do Comércio</i>	220
Figura 57 - Anúncio de Mmes. Perrin e Siebs publicado no <i>Correio Mercantil</i>	221
Figura 58 - Anúncio de Mme. Birsson pulicado no <i>Diário do Rio de Janeiro</i>	224
Figura 59 - Registro de saída do Rio de Janeiro de Luísa Savart de Saint Brisson em direção à França.	225
Figura 60 - Anúncio de Mme. Amalia Vogts publicado no <i>Jornal do Comércio</i>	228
Figura 61 - Anúncio de Mme. Adeline Costard no <i>Jornal do Comércio</i>	229
Figura 62 - Anúncio de Mme. Gueffier no <i>Jornal do Comércio</i>	230
Figura 63 - Anúncio da loja “A Imperatriz Eugenia” publicado no <i>Correio Mercantil</i>	235
Figura 64 - Anúncio da Mme. Luigia Ricci publicado no <i>L’Echo de L’Atlantique</i>	237
Figura 65 - Anúncio da Mme. Aubry publicado no <i>Jornal do Comércio</i>	238
Figura 66 - Trecho do livro do Cartório de Cartagena com a certidão de casamento de Isabel Ripoll.	240
Figura 67 - Anúncio de Mme. Ripoll e filhas publicado no <i>Diário do Rio de Janeiro</i>	241

Figura 68 - Anúncio da loja “La Ville de Naples” publicado no <i>Jornal do Comércio</i>	242
Figura 69 - Anúncio da loja “A Notre Dame da Ajuda” publicado no <i>Jornal do Comércio</i>	244
Figura 70 - Anúncio de Frederico Ottiker e Mme. Ottiker publicado no <i>Almanaque Laemmert</i>	246
Figura 71 - Anúncio do casal Brochard publicado no <i>Correio Mercantil</i>	248
Figura 72 - Anúncio de casal Savelli publicado no <i>Correio Mercantil</i>	249
Figura 73 - Anúncio de casal Savelli publicado no <i>Jornal do Comércio</i>	250
Figura 74 - Anúncio de Mme. Cabaret publicado no <i>Correio Mercantil</i>	252
Figura 75 - Anúncio de Mme. Menuisier publicado no <i>Correio Mercantil</i>	253
Figura 76 - Anúncio de Mme. Canard publicado no <i>L’echo de L’Athlantique</i>	255
Figura 77 - Solicitação de costureiras por Mme. Canard no <i>Courrier de Brésil</i>	255
Figura 78 - Anúncio do estabelecimento de Mme. Besse no <i>Correio Mercantil</i>	258
Figura 79 - Anúncio do estabelecimento de Mme. Besse publicado no <i>Jornal do Comércio</i>	259
Figura 80 - Opinião de Remy Thomas sobre a utilização da máquina de costura publicada no <i>Jornal do Comércio</i>	262
Figura 81 - Retrato de Josephine Durocher.	264
Figura A 1 - Produtos comprados por Joaquim Carneiro da Silva Braga.....	288
Figura A 2 - Produtos comprados por Joaquim Carneiro da Silva Braga	289
Figura A 3 - Produtos comprados por Joaquim Carneiro da Silva Braga	290
Figura A 4 - Produtos comprados por Joaquim Carneiro da Silva Braga	291
Figura A 5 - Produtos comprados por Joaquim Carneiro da Silva Braga	292
Figura A 6 - Produtos comprados por Joaquim Carneiro da Silva Braga	293
Figura A 7 - Produtos comprados por Joaquim Carneiro da Silva Braga	294
Figura B 1 – Processo de inventário de Romana Damazia.....	295
Figura C 1 - Multa por infração de posturas a Elisa Richard.....	296
Figura C 2 - Multa por infração de posturas a Elisa Richard.	297
Figura D 1 - Abaixo assinado com a participação de Selima Guerin.....	298
Figura E 1 - Documentação da Décima Predial da rua do Ouvidor.....	299
Figura E 2 - Documentação da Décima Predial sobre a rua do Rosário.	299
Figura E 3 - Documentação da Décima Predial sobre a rua do Hospício	300

LISTA DE TABELAS E QUADROS

Tabela 1 - Proporção de mulheres identificadas nominalmente em anúncios por década.	153
Tabela 2 - Relação entre Modistas/Costureiras por nacionalidade na primeira metade do Século XIX.	218
Quadro A 1 - Quadro de resumo das mulheres pesquisadas.	301

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

A.G.C.R.J.	Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro
A.N.R.J.	Arquivo Nacional do Rio de Janeiro
B.N.R.J.	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro
A.L.	Almanaque Laemmert

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	17
1	MODISTAS NO RIO DE JANEIRO: O DOMÍNIO DAS FRANCESAS (PRIMEIRA METADE DO XIX).....	45
1.1	Rio de Janeiro: território de possibilidades	49
1.1.1	<u>Campo de oportunidades para as francesas: trabalhadoras e consumidoras</u>	<u>54</u>
1.2	Modistas ou Costureiras?	59
1.3	Nos objetos de moda imperava apenas a França?	72
1.4	“Precisa-se de costureiras na rua do Ouvidor”: quem trabalhava nas Casas de Moda?.....	77
1.4.1	<u>O caso de Josephine Saurin</u>	<u>83</u>
1.5	Modistas e costureiras nas seções de moda dos periódicos femininos	86
1.6	Mme. Marechal e a imitação de seus chapéus: à guisa de conclusão.....	91
2	“ELEGANTES ARMAZÉNS ADMINISTRADOS POR SENHORAS FRANCESAS”: AS MODISTAS NA DÉCADA DE 1820.....	95
2.1	As primeiras Casas de Moda na corte (1810-1820).....	99
2.1.1	<u>As primeiras modistas francesas no Rio de Janeiro (dos jornais aos arquivos)</u>	<u>104</u>
2.2	Protagonismo e agência das modistas no crescente mercado da moda fluminense (1820-1830).....	113
3	“AS MODISTAS MULTIPLICAM-SE”: MAPA DO MERCADO DA MODA FLUMINENSE NAS DÉCADAS DE 1830-1840	144
3.1	Contextualização inicial das modistas nas décadas de 1830 e 1840	147
3.2	Cruzando histórias: registros de chegadas e anúncios nos jornais.....	157
3.3	Costurando relações no mapa da moda.....	161
3.3.1	<u>“Podemos na consciência recomendar”: modistas recomendadas pelos jornais femininos.....</u>	<u>175</u>
3.3.2	<u>Estratégias de venda: produção de roupas para mulheres, homens e crianças</u>	<u>179</u>
3.3.3	<u>As “não francesas”: estrangeiras de diversas origens e mulheres brasileiras.....</u>	<u>186</u>
3.3.4	<u>Francesas, mas de menor expressão no mercado da moda.....</u>	<u>190</u>
3.4	Negociantes que <i>apostaram</i> no mercado da moda	196

4	“A SUA AGULHA SERÁ FATAL PARA VÓS”: AS MULHERES QUE TRABALHAVAM NO CAMPO DA MODA NA DÉCADA DE 1850	204
4.1	“Há muito que as senhoras reclamavam uma reforma útil e necessária no seu modo de vestir”: Os trajes de emancipação	206
4.2.1	Mas afinal... qual era essa <i>emancipação feminina</i> ?	211
4.2	“Ofereço trabalho de modista”: as modistas na imprensa (déc. 1850)	214
4.2.1	Novos estabelecimentos de costura pela rua do Ouvidor e adjacências	219
4.2.2	Quem quer coisa barata e moda generalizada percorre outros caminhos	231
4.2.3	Não apenas de francesas vivia a moda fluminense: entre brasileiras, italianas e portuguesas	238
4.2.3	O privado entrelaçado ao público: matrimônio e gênero no mercado da moda	245
4.2.4	“Vende-se para as senhoras modistas”: o comércio “a porção” no mercado da moda	250
4.3	“Não há modista que deva ou possa passar ser uma máquina de costura em casa”	257
	CONCLUSÃO	266
	REFERÊNCIAS	271
	ANEXO A – Produtos comprados por Joaquim Carneiro da Silva Braga	288
	ANEXO B – Processo de inventário de Romana Damazia	295
	ANEXO C – Infração de posturas caso Mme. Elisa Richard	296
	ANEXO D – Assinatura de Selima Guerin	298
	ANEXO E – Décima Predial	299
	APÊNDICE A – Quadro de Modistas, Costureiras e Casa de Modas	301

INTRODUÇÃO

Quem era as responsáveis por produzir as indumentárias e adornos utilizados no oitocentos? Esse foi o questionamento que nos surgiu ao lermos o folhetim “A emancipação da mulher” editado no periódico *A Marmota* (1849-1864).¹ O folhetim, publicado ao longo de diversas edições do jornal durante o ano de 1861, foi escrito em 1852 por Antônio de Castro Lopes.² Em síntese, durante a história, os protagonistas discutiam o uso de *um traje emancipatório* designado pelo uso feminino de coletes masculinos. A novidade tinha sido trazida para o Rio de Janeiro por Deolindo, um dos personagens centrais da narrativa, que recém-chegado da França dizia que essa era a última moda utilizada no país europeu. O enredo, todavia, desvia-se para uma narrativa cômica, na qual Deolindo, na realidade, almejava sustentar a tese de que as mulheres não alcançariam a emancipação desejada e que o uso de tais trajes não teria impacto significativo.

A história não culmina no desfecho esperado, mas visa instigar uma reflexão acerca da emancipação política das mulheres. No decorrer dessa análise, surge a indagação sobre a produção dos trajes. Aquelas que os confeccionavam carregavam consigo um viés emancipatório? Ou seriam apenas mais um produto elaborado pelas modistas da época? A segunda hipótese se confirmou ao longo de nossa investigação. Contudo, para compreender quem estava envolvido na produção dos trajes na década de 1850, foi imperativo retroceder ao início do século e examinar as primeiras modistas que inauguraram suas Casas de Moda no Rio de Janeiro.³ Para tanto, essa história se inicia na década de 1810.

Com o propósito de elucidar as narrativas reveladas nesta pesquisa empregamos uma expressão frequentemente utilizada por historiadores/as aos designar modelos de relações

¹ Esse questionamento surgiu quando estávamos terminando o mestrado. Para saber mais sobre o jornal *A Marmota* e sua relação com as mulheres, ver em: Reis, Laura Junqueira de Mello. *As mulheres na Marmota: estratégias e noções de civilidade* (1849 – 1864). Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), 2020.

² Cronista, escritor e médico que escreveu alguns folhetins ao longo do século XIX.

³ A partir da década de 1850 muitas modificações ocorreram no universo da moda na cidade: a chegada das máquinas de costura, por exemplo, demarca uma transformação nas relações de trabalho, o que antes era mais individualizado tornar-se uma produção mais coletiva: “O desenvolvimento de máquina criadas para diferentes fins, como a cortadeira de luvas e a máquina de costura, incrementou as diversas confecções, contribuindo para a transformação da produção individual em produção em massa de artigos de vestuário” (Volpi, 2018, p. 35). Além disso, no Brasil as máquinas de costura também foram introduzidas nas confecções privadas, e não somente no processo industrial, modificando então as relações intrínsecas às Casas de moda oitocentistas (Volpi, 2018).

sociais existentes dentro de um grupo: “tecendo redes”. O que é curioso nesta expressão comum a trabalhos historiográficos é que neste, em específico, ela adequa-se duplamente. Afinal, nós podemos tecer redes de sociabilidade, assim como tecer panos, criando e produzindo itens de uma indumentária a serem utilizados por determinada sociedade. Esta tese busca, portanto, compreender quem eram as mulheres que se ocupavam em atividades relacionadas ao universo da moda oitocentista, com destaque especial para as modistas. A partir disso, nosso objetivo é compreender quem eram elas e as redes tecidas entre essas trabalhadoras no Rio de Janeiro da primeira metade do século XIX.⁴ Suas histórias são entrelaçadas ao contexto histórico em que estavam situadas e aos acontecimentos políticos, culturais, sociais e econômicos presentes na corte. Para que essa pesquisa fosse realizada e nossos objetivos alcançados, a nomeação das mulheres se faz presente durante a nossa escrita, ou seja, as mulheres desta pesquisa tem nome e suas histórias e trajetórias se construíram nas brechas e apesar delas.

Com isso, podemos dizer que é justo afirmar que as modistas teciam cotidianamente roupas e adornos que eram utilizados por mulheres de uma elite social em diversas ocasiões. Durante esse período, a atividade de tecer permeava consistentemente a conduta dessas mulheres. Quando não estavam tecendo os panos que tornavam as roupas em bens finais, estavam tecendo redes de sociabilidade que podemos encontrar ao estudarmos e pesquisarmos a respeito desta história.

⁴ É fundamental salientarmos que nesta tese nos atentamos às mulheres que se ocupavam com a moda no ofício de modistas e costureiras considerando que optamos por pesquisar especificamente as modistas e costureiras. Esta escolha se baseia na decisão de investigar especificamente as modistas e costureiras, dado o considerável número destas profissionais, optamos por não abordar as trabalhadoras envolvidas em outras áreas, como de ourives, como foi o caso de Mme. Berard e dos irmãos Berard que por muitos anos tiveram loja no Rio de Janeiro (*Almanaque Administrativo*, n. 1, 1844, p. 244). Mme. Berard era tão reconhecida nesse meio que fora mencionada e indicada na *Marmota na Corte* como responsável por produzir “lindíssimas joias”; além de Mme. Berard outra senhora era conhecida na corte fluminense pela produção de joias: Mme. Bertrand (*A Marmota na Corte*, n. 307, 1852, p. 1). Ou que eram responsáveis pela fabricação de flores, que também eram utilizadas nas indumentárias femininas assim como na ornamentação de salões e festas, como, por exemplo, a francesa Mme. Alexandrine Finot, casada com o também francês José Finot negociante que circulava entre os dois países (BR ANRIO. Cód. 423, vl. 12, n.p.), que foi reconhecida como a primeira proprietária de uma fábrica de flores no Rio de Janeiro (*Almanaque dos Negociantes do Império do Brasil*, n. 3, 1832, p. 260). Junto a Mme. Finot, temos Mme. Dubois que se uniu a Sebastião e estava nos jornais como Mme. Florista (*Almanaque Administrativo*, n. 3, 1846, p. 320), modista (*Almanaque Administrativo*, n. 4, 1847, p. 396) e loja de perfumaria (*Almanaque Administrativo*, n. 6, 1849, p. 332). O caso de Mme. Dubois é dúbio pois poderia tratar-se da mesma mulher que, por necessidade, precisava trabalhar em três ocupações ou, até mesmo, serem três pessoas diferentes; considerando as múltiplas funções que as mulheres trabalhadoras desse período poderiam exercer – e considerando que eram atividades semelhantes e que tinham certa proximidade – acreditamos que se tratava de uma mesma mulher. Havia ainda lojas especializadas em luvas, quando em 1857 foi anunciada pela primeira vez a loja “A Luva de ouro”, estabelecimento de Mme. Marie Genevieve Henriot (*Almanaque Laemmert*, n. 14, 1857, p. 623), o comércio era especialista em luvas e vendia, além delas, perfumaria francesa (*Almanaque Laemmert*, n. 15, 1858, p. 1356). Também em 1857 a loja de Pedro Bruno Saupiquet era especializada na produção de chapéus a “Fábrica Imperial de chapéus para senhoras”, a loja ficava na rua do Ouvidor nº 83 até 1865 (*Almanaque Laemmert*, n. 22, 1865, p. 699).

De acordo com o dicionário online *Michaelis*, a palavra tecer é composta de uma série de significados; dentre eles, encontramos sentidos relacionados aos trabalhos de costura: “Compor algo, enredando ou entrelaçando materiais diversos, usando tear, agulha, máquina ou as próprias mãos” (Michaelis, 2023, n.p.). Mas designa-se também por: “Dar início a; entabular, principiar” (Michaelis, 2023, n.p.), associando o significado às redes de sociabilidades entre indivíduos que compartilham o mesmo trabalho, a mesma localidade de moradia, entre outras similaridades. Os dois sentidos relacionados ao termo tecer não aparecem apenas na contemporaneidade. O *Dicionário da Língua Portuguesa* de Antônio Moraes e Silva, um dos maiores dicionários do século XIX, apresentava essa duplicidade de significados quando, no conceito da palavra tecer, definiu-a da seguinte forma: “Passar os fios entre o ordume, ou ordidura, e formar a teia de linho, lã ou seda. (...) Compor: tecer o discurso, a história. (...) Tecer uma negociação; tecer enredos.” (Silva; 1858, p. 884). Logo, procuramos tecer as encruzilhadas desta história.

Dentre as mulheres pesquisadas encontramos cerca de 239 modistas e/ou costureiras que se estabeleceram no Rio de Janeiro.⁵ Dentre elas, muitas eram imigrantes; os dados quantitativos nos mostram que grande parte dessas mulheres eram de origem francesa, sendo algumas poucas inglesas, alemãs, portugueses, italianas e, com o decorrer das décadas, as brasileiras foram ganhando espaço. Considerando a quantificação, nesta pesquisa as francesas aparecem mais significativamente nesta análise que se inicia na década de 1810, principalmente a partir de 1816.

Embora a França não fosse um país com tradição migratória, a imigração francesa para o Brasil, em especial para o Rio de Janeiro, era uma realidade no século XIX (Dumont, 2009).⁶ Muitas francesas distanciando-se do instável contexto político e econômico da França, escolheram a cidade que sediava a então corte do Império português como destino para a construção de uma nova vida. Assim a corte foi se desenvolvendo e teve os imigrantes franceses como sujeitos fundamentais na estruturação do comércio nacional, principalmente naquele mercado relativo à moda. De acordo com Menezes, em 1808 cerca de 50.144 pessoas viviam

⁵ Ainda que o objeto de análise trabalhado nesta pesquisa sejam as modistas, também abordaremos, em alguns casos, mulheres que se afirmavam como costureiras.

⁶ Convém lembrarmos, contudo, que nesse período a imigração urbana não era incentivada pelo governo, como nos casos das imigrações para o interior da província do Rio de Janeiro (colônia de Nova Friburgo); ou da criação da Inspetoria Geral das Terras e da Imigração no final do século XIX que promovia a imigração de europeus para o Brasil.

no Rio de Janeiro, um número que “meio século depois seria multiplicado por dez (...) com expressiva presença estrangeira” (2024, p. 61).

A França era um grande símbolo de modernidade a ser seguido pelo Brasil e, principalmente, pelo Rio de Janeiro que agora não era apenas a capital da maior colônia de Portugal, mas a própria sede do Império português e precisava, portanto, fazer jus a esse papel (Menezes, 2015).⁷ Com o crescimento exponencial e as constantes mudanças que essa transmigração trouxe para a cidade, o Rio de Janeiro tornara-se, nesse período, destino ideal para quem visava uma melhoria nas condições de vida, sobretudo daqueles/as que traziam consigo ares de modernidade e civilização para a capital fluminense.⁸ A França passava por um período conturbado que começara com a Revolução Francesa nos anos finais do século anterior, mas não deixava de ser uma inspiração para outros países, principalmente no que dizia respeito à moda.

A prática da costura como uma profissão já estava presente no Brasil durante o século XVIII, conforme evidenciado com base na presença de mulheres costureiras durante o período colonial (Baseggio; Silva, 2015). No entanto, foi somente a partir de 1816 que se estabeleceu a concepção de modistas seguindo o modelo das modistas francesas, e estas começaram a ganhar certa notoriedade na corte. Com as modistas, diversas Casas de Moda inauguraram no Rio de Janeiro.⁹

Os primeiros franceses registrados que desembarcaram em terras sul-americanas foram negociantes como Carlos (Charles) Durand (*Almanaque dos Negociantes do Império*, 1817),

⁷ Diversos locais foram criados na cidade inspirados em referências francesas, tais como o Jardim Botânico inaugurado por D. João VI em 1808, a Academia Imperial de Belas Artes pelos artistas da Missão Francesa, a Fundação da Biblioteca Nacional, entre outros espaços.

⁸ Lená Medeiros de Menezes destaca em seu artigo *Das modistas francesas ao demi-monde tropical. Reflexões sobre práticas e representações na capital brasileira* que algumas características que guiavam os sujeitos/as emigrantes da França no princípio do Oitocentos eram: “desemprego, abandono e, não raras vezes, miséria” (2015, P. 59). Dito isso, muitas imigrantes francesas que desembarcaram no Rio de Janeiro no período não eram prestigiosas modistas quando viviam na França e vieram ao Brasil em busca de uma melhoria em suas vidas, encontrando um abrigo em território fluminense.

⁹ As Casas de Moda eram estabelecimentos que vendiam produtos relativos à moda no geral, fossem adornos, tecidos ou as indumentárias em si. Nesse modelo de negócios, o privado e o público confundiam-se: “Negociantes costumavam habitar, com suas famílias, um ou dois andares acima do nível térreo da loja ou do armazém. A entrada para os andares superiores podia abrir-se para a rua, como uma entre as diversas portas da loja; ou então, quando o espaço de armazenagem para o estoque ou para um coche ocupava o lugar térreo, uma escada nos fundos conduzia aos alojamentos da família” (Graham, 1992, p. 28).

além dos integrantes da Missão Artística Francesa (Taunay, 1983), vindos em 1816/17.¹⁰ Antes, franceses eram malvistas no Brasil:

A entrada de franceses no Rio de Janeiro entre 1808 e 1814, em função das guerras napoleônicas, era rigidamente vigiada pela Intendência de Polícia que efetuava o registro de todos os estrangeiros chegados à corte. Severas inspeções eram executadas nas embarcações que vinham da Europa com o pretexto de resguardar a saúde pública, mas que, no fundo, visavam também impedir clandestinos desta nação. O medo era de que, sob a aparência de amizade, se introduzissem os “abomináveis” princípios revolucionários (Silva, 2010, p. 61).

A magnitude da inquietação e descontentamento diante da presença de franceses no Brasil era tão significativa que a Intendência Geral de Polícia da Corte iniciou o registro sistemático de todos os indivíduos que desembarcavam na cidade.¹¹ Os registros, arquivados no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro (A.N.R.J.), englobam dados essenciais para a presente investigação, tais como: nome completo, origem, idade, profissão e estado civil. Assim, juntamente a imprensa periódica da época conseguimos averiguar a entrada de francesas cujas profissões eram, em suma, relacionadas ao mercado da moda, sendo, em sua maioria, modistas.¹² Essas mulheres inauguraram um universo da moda distinto daquele que o Rio de Janeiro conhecia e começaram a abrir Casas de negócios voltadas à moda, estas eram costumeiramente intituladas de Casas de Moda.

As Casas de Moda das francesas reuniam-se em torno da rua do Ouvidor que, conforme frisado por Macedo (1963), era o núcleo central do comércio relativo à moda. Essas mulheres, contudo, não trabalhavam sozinhas, e é a partir das suas redes de sociabilidade que se formou, no seio da corte fluminense, um mercado de moda próprio do Rio de Janeiro oitocentista. As Casas de Moda empregaram múltiplas mulheres, ensinaram a muitas aprendizes o tecerem-se das costuras e, além disso, tiveram consigo muitas contramestras¹³ e vendedoras, sendo

¹⁰ O que não significa que antes de 1816 não houvesse franceses no Brasil. Camila Borges da Silva constatou, por exemplo, que o negociante Ambroise Bourdon estava registrado desde 1808, todavia constava no *Almanaque dos Negociantes* como um inglês (porque ele veio de Londres em 1808) e somente após 1816 anunciou-se como francês (Silva, 2010).

¹¹ Mesmo após a queda de Napoleão, os ares revolucionários ainda eram temidos pela Polícia Geral da Corte que continuou a registrar a entrada de estrangeiros no Brasil.

¹² Conforme veremos ao longo deste trabalho, grande parte das mulheres não tiveram suas profissões registradas na documentação de Entrada e Saída de estrangeiros (A.N.R.J.), contudo, ao fazermos um cruzamento de fontes com a imprensa foi possível alcançarmos esses dados.

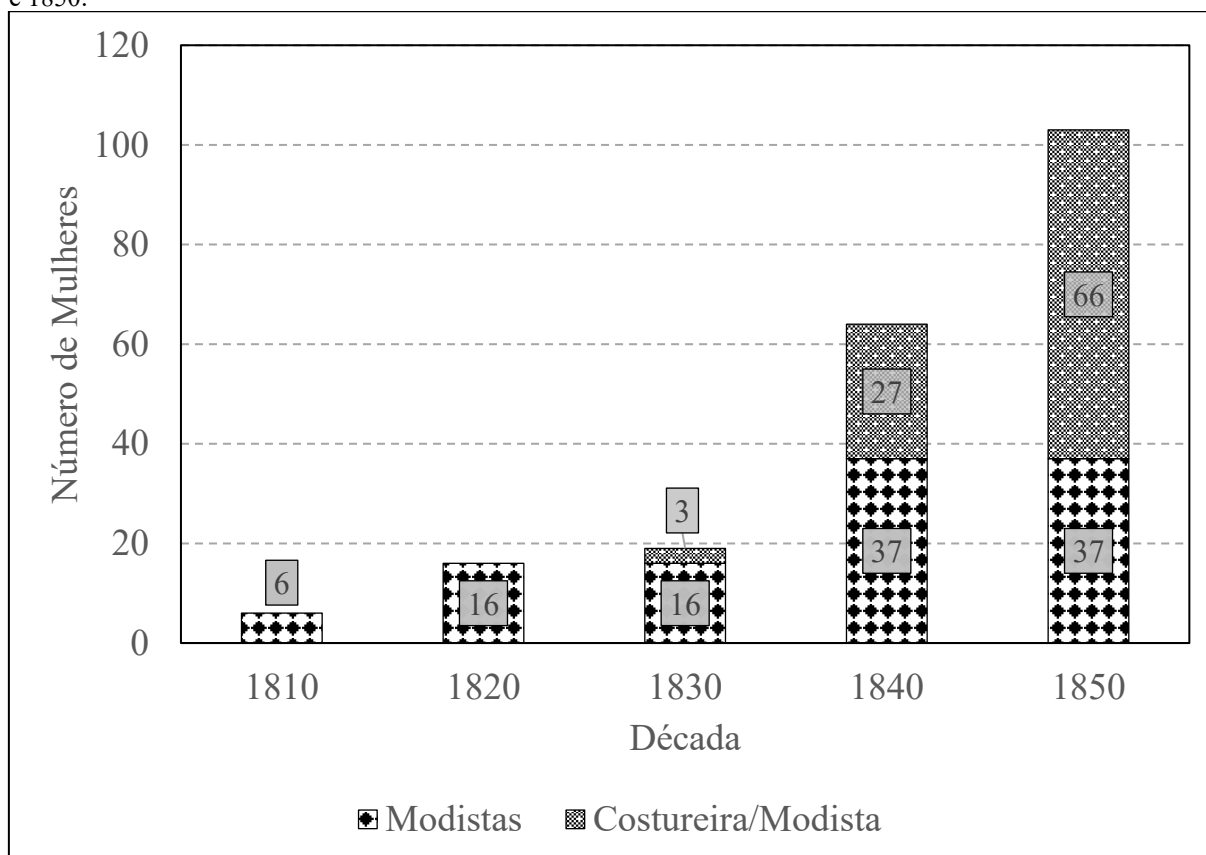
¹³ As contramestras eram mulheres empregadas pelas donas das Casas de Moda, sendo, em grande parte, costureiras que se tornavam responsáveis pela parte das costuras da Casa e, dessa forma, controlavam o trabalho de outras mulheres que laboravam nesses estabelecimentos. Além das contramestras, tínhamos também as primeiras costureiras que eram as principais costureiras de um estabelecimento.

mulheres brasileiras ou não, brancas ou negras, livres ou escravizadas. Foram essas mulheres recém-chegadas ao Brasil que auxiliaram o fortalecimento da economia fluminense, tal como o desenvolvimento da cidade em si; foram responsáveis por ensinar e transmitir seus conhecimentos para uma rede de brasileiras que, no decorrer dos anos, tornaram-se donas de estabelecimentos de moda pela cidade. Da década de 1810 até 1850 as modistas, costureiras e as Casas de Moda multiplicavam-se pela corte.¹⁴

A Figura 1 demonstra o crescimento no número de modistas ao decorrer das primeiras décadas do século XIX. Nele, inserimos as mulheres que se autodenominavam modistas, modistas/costureiras. Havia sete modistas e modistas/costureiras na década de 1810; dezessete, em 1820; vinte, em 1830; sessenta e quatro, em 1840; e, por fim, cento e três na década de 1850. Apontando um crescimento exponencial no ofício das modistas, na década de 1810 e 1820 o predomínio das francesas ainda era uma realidade, cenário que se alterou a partir de 1830, conforme será detalhado ao longo desta pesquisa.

¹⁴ Neste trecho fazemos essa diferenciação considerando que uma modista não era, necessariamente, dona de uma Casa de Modas.

Figura 1 - Crescimento do número de modistas e modistas/costureiras no Rio de Janeiro entre as décadas de 1810 e 1850.

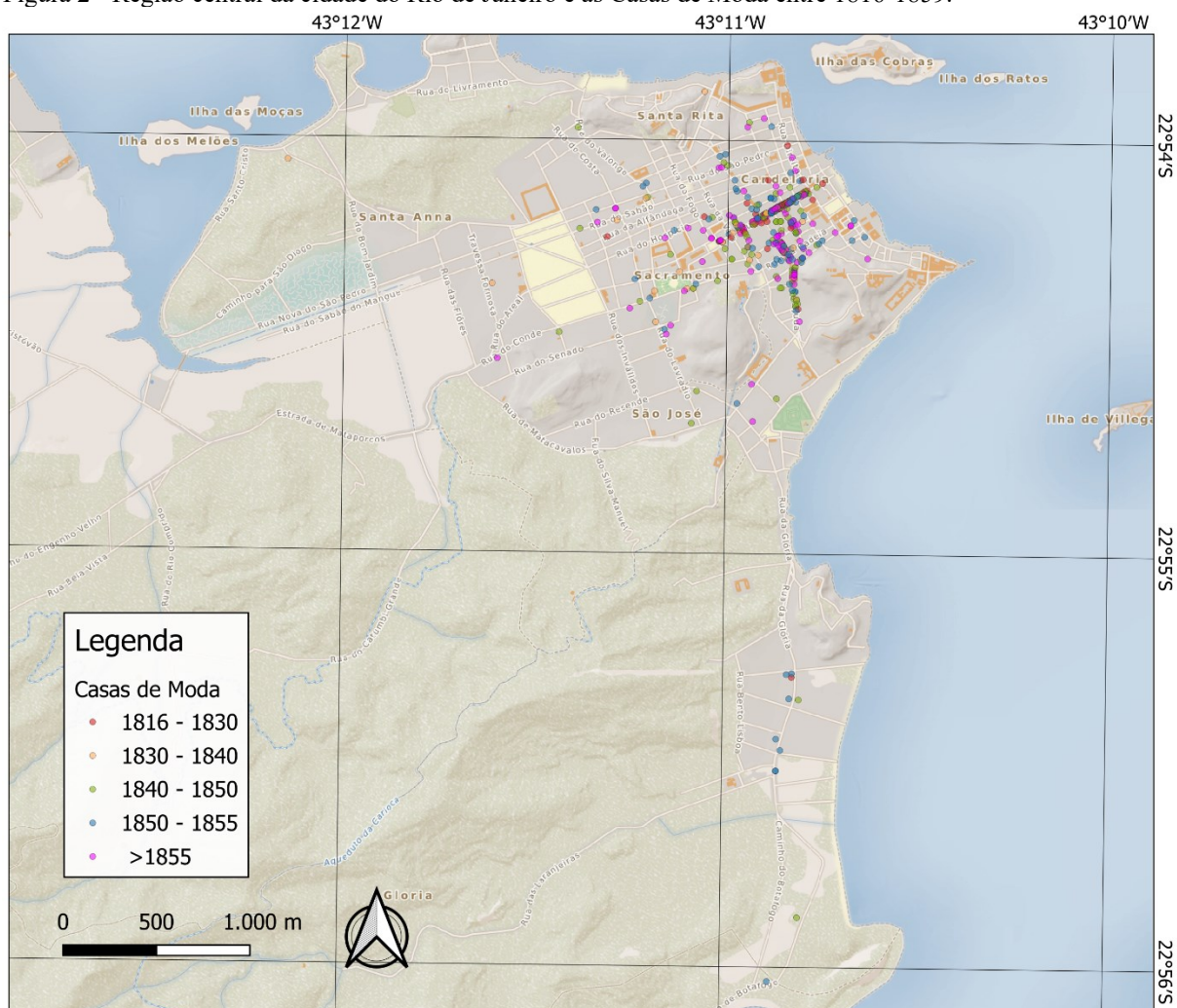


Fonte: Elaborado própria com base nas fontes disponíveis em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acessado em 24 de set. de 2022.

A elaboração deste gráfico nos permite visualizar o desenvolvimento das atividades mencionadas. Veremos, ao longo desta pesquisa, que outros ofícios relacionados ao mercado da moda começaram a aparecer com mais frequência nos anúncios pesquisados, principalmente a partir de 1840, quando essa expansão se torna mais ativa. A contextualização social, política e econômica exerce uma influência significativa na expansão do mercado da moda, e o "mapa da moda" assume configurações distintas em decorrência desses fatores.

Ao longo da presente investigação, um dos nossos objetivos é evidenciar os contextos sociais e geográficos que as modistas ocupavam no Rio de Janeiro durante a primeira metade do século XIX. Constatamos ao longo da análise que, inicialmente, essas profissionais encontravam-se, majoritariamente, concentradas na freguesia da Candelária. No entanto, observamos uma expansão gradual de sua presença para outras áreas da cidade, delineando, assim, um mapa da moda relativamente dinâmico. A Figura 2 apresenta um mapa que permite visualizar a disseminação das modistas (incluindo, neste contexto, algumas costureiras, conforme será exposto detalhadamente ao longo desta tese) entre 1816 e 1859.

Figura 2 - Região central da cidade do Rio de Janeiro e as Casas de Moda entre 1816-1859.



Fonte: Elaboração própria a partir de *ImagineRio*. Disponível em: <https://www.imagnerio.org/pt/map>. Acessado 30 de nov. de 2023.

Esta figura revela algumas características importantes que serão aprofundadas durante os capítulos a seguir, mas que merecem destaque inicial: o número de mulheres encontradas é crescente com o passar dos anos (como destacado já na Figura 1) e essa expansão ocorre também com a disseminação de modistas para outras regiões da cidade. Essa expansão ocorre em todas as direções no entorno da rua do Ouvidor, alcançando freguesias como a do Sacramento, de São José e de Santa Rita, mas também ocorre em menor número para áreas consideravelmente mais distantes, como Catete e Botafogo – inicialmente pouco habitadas nas primeiras décadas do século XIX, mas que experimentaram um crescimento a partir da década de 1840. Contudo, vale destacar que essa expansão não ocorreu às custas da desocupação do mercado da moda no Ouvidor; pelo contrário, a rua do Ouvidor e seus arredores mais próximos tinham presença crescente de modistas e modistas/costureiras até a década de 1850.

A dinâmica espacial observada no mercado da moda fluminense nos auxilia na compreensão de alguns dos aspectos socioeconômicos enfrentados por essas mulheres. Assim como a análise dos conteúdos encontrados em anúncios e documentos permitem reconstruir suas imagens – individuais e coletivas –, os mapas também ajudam nessa reconstrução. Eles devem ser entendidos como sintomas dos contextos vividos por elas, desempenhando um papel fundamental no entendimento dessas experiências.

O lugar da moda como feminino não é uma novidade na historiografia e nem fora colocado como tal para a sociedade oitocentista; nesta pesquisa procuraremos resgatar essa atividade como uma forma de levar uma autonomia às mulheres trabalhadoras. Durante um extenso período, a concepção do universal foi predominantemente associada ao gênero masculino, e a dominação masculina exerceu influência na maneira como percebemos o mundo. No entanto, no século XIX, a esfera da moda destacou-se como um dos raros domínios em que as mulheres exerciam significativa influência. Dentro desses contextos, é possível identificar manifestações de resistência e oportunidades para as mulheres.¹⁵ É fundamental frisarmos que o trabalho com as costuras era tido como algo estritamente feminino e, por isso, entendido como *lugar comum* às mulheres. Esses conhecimentos eram, muitas vezes, ensinados em casa por suas próprias familiares e lhes permitia, caso fosse necessário, trabalharem com as costuras.

Habilidades de economia doméstica, embora designadas de acordo com as ideias da divisão de gêneros, equipou as mulheres com o conhecimento necessário para a sobrevivência caso ficassem solteiras ou viúvas (...). A fabricação de seda e tecidos, o bordado e outros negócios feminino reconhecidos como ofício ilustram esse ponto (Lerner, 2022, p. 44).

A concepção da presença de mulheres negociantes na sociedade brasileira do começo do século XIX vem se alterando, contudo, ainda encontramos resistência. A título de exemplo, durante um dos congressos no qual estávamos presentes durante o doutorado, um professor levantou a questão sobre a suposta necessidade de mulheres proprietárias de Casas de Modas dependerem de homens para a manutenção de seus estabelecimentos. Segundo ele, essa seria uma razão pela qual muitas dessas lojas se configuravam como sociedades entre homens e mulheres. Esse comentário reflete e demarca a importância dos estudos de gênero e de investigar as mulheres na história, ainda mais quando consideramos que “os conceitos patriarcais estão estabelecidos em todos os construtos sociais daquela civilização [a ocidental], e de tal maneira, que permanecem em grande medida invisíveis” (Lerner, 2022, p. 23). Os

¹⁵ É preciso destacar que aqui falamos, em sua maioria, de mulheres brancas e com condições sociais que lhes permitia uma ascensão econômica.

homens que se associavam às mulheres não estavam à frente dos estabelecimentos, na maioria das vezes eles estavam ali como investidores em um capital financeiro que era, à época, rentável.

Esta pesquisa tem como objetivo principal evidenciar que tais empreendimentos estavam intrinsecamente mais relacionados às mulheres, em particular às modistas, do que aos homens que figuravam como sócios e que, como veremos, eram trocados com certa constância. Comumente essas sociedades eram feitas com as mulheres como responsáveis pela oficina de costuras e os homens pelo caixa, como era o caso da loja de Josephine e seu marido (A.N.R.J., Junta do Comércio, cód. 655). É evidente que, apesar da existência dessas sociedades, muitas mulheres não conseguiam estar à frente de negócios, como no caso da Joaquina Maria de Soares que solicitou a administração dos negócios de seu marido, José Nogueira Soares, em 1821. José tinha saído da Corte e deu-se, por bem, que sua mulher assumisse seus negócios em sua ausência, no entanto, o pedido de Joaquina foi negado (A.N.R.J., Junta do Comércio, cód. 45, vl. 2).

As mulheres foram expulsas da história, não porque estivessem dela ausentes, mas porque o discurso histórico as tornou invisíveis, modelou-as como seres inferiores, imobilizadas em papéis subordinados, dominadas, mesmo onde os indícios clamam à diferença. (...). Os estudos feministas têm a tarefa de rever o lugar das mulheres e a partilha do poder entre os gêneros em sua historicidade, logo, em sua pluralidade, na infinita recriação do humano (Swain, 2011, p. 24).

E, por isso, pesquisar mulheres nas mais diversas nuances é realmente vencer obstáculos, e categorias pré-estabelecidas nas relações de gênero (Dias, 2019). Estudar esses processos de possibilidades para as mulheres oitocentistas talvez seja mais factível de ser realizado enquanto se é mulher e conseguimos perceber que ainda hoje precisamos resistir. Nossas motivações, exploradas na próxima seção, estão intrinsecamente relacionadas ao nosso pensamento feminista e aos conceitos de gênero que são nosso aporte conceitual.

A historiografia da moda no Brasil foi sendo, aos poucos, construída e desenvolvida por historiadoras. A presença quase 100% feminina registra e reitera uma noção de que a moda foi sempre relegada aos espaços femininos e inferiorizada quando colocada em perspectivas em relação a fatores políticos, por exemplo. Esta tese surge com o intuito de mostrar com dados e fontes empíricas que a moda é engrandecedora e definidora de pontos sociais, econômicos e políticos; demonstramos essa grandiosidade ao descortinarmos uma história das mulheres trabalhadoras que, muitas vezes, tal como hoje em dia, se desdobravam em jornadas duplas e triplas de trabalho sendo mães solas, esposas, separadas e, por fim, donas de suas próprias

histórias. Com isso, fazemos um breve apanhamento historiográfico da moda e da inserção da nossa pesquisa.

A historiografia que se volta para a moda iniciou-se no Brasil com Gilda de Mello e Sousa nos anos 1950. Em seu estudo, a filósofa e crítica literária analisou a moda por meio de fotografias, quadros, litografias, observações de sociólogos, crônicas de jornais e obras de romancistas – como Machado de Assis. Ao ocupar-se da moda em diversas vertentes, como gênero, classes sociais e arte, ela possibilitou um universo diverso de pesquisas que foi, e ainda será influenciado por sua colaboração (Sousa, 2005). Passados alguns anos, no início da década de 1990, temos a dissertação e livro de Maria do Carmo Teixeira Rainho: *A cidade e a moda: novas pretensões, novas distinções – Rio de Janeiro, século XIX*. A autora preocupou-se em analisar os comportamentos sociais da *boa sociedade* no Rio de Janeiro desde a chegada da corte até o final do século XIX, tendo como aporte teórico o “processo civilizador” a partir dos sociólogos Pierre Bourdieu e Norbert Elias (Rainho, 2002).

Já no século XXI, a jornalista Gilda Chataignier escreveu um importante livro sobre a história da moda que se chama justamente *A História da moda no Brasil* (2010). A autora buscou resgatar a história de uma “moda brasileira” desde o século XVI, dando uma maior ênfase à moda a partir do século XX. Três anos depois da publicação da obra de Chataignier, a historiadora Joana Monteleone defendeu sua tese que posteriormente também se transformaria em uma obra: “O circuito das roupas: a corte, o consumo e a moda (Rio de Janeiro, 1840-1889).

Recentemente, a autora publicou um artigo em que analisou os trabalhos referentes ao universo da moda, em meados da década de 1850, sendo suas reflexões primordiais em nossa pesquisa (2019). Monteleone, junto a Camila Borges da Silva e Paulo Debom, lançaram, também em 2019, a obra *A Moda na história, a história na moda*, com diversos artigos. É uma recente e fundamental contribuição à historiografia da moda. Ainda sobre Camila Silva, seu livro *O símbolo indumentário: distinção e prestígio no Rio de Janeiro* discorreu a respeito da indumentária como forma de distinção e prestígio no Rio de Janeiro de D. João VI, desde a chegada da família real, em 1808, até 1821 (Silva, 2010).

Nos últimos anos alguns trabalhos merecem destaque: a dissertação de Mariana de Paula Cintra – *Boas Costuras, Belas Figuras: uma história do despertar da moda no Oitocentos carioca* (2018); a dissertação da Juliana Valpasso de Andrade defendeu sua dissertação intitulada *Madame Barat, Modista da Casa Imperial: uma análise da dinâmica do espaço do consumo de moda no Rio de Janeiro oitocentista (1840-1860)* defendida em 2020. Em 2021, a dissertação de Guilherme Gonçalves que, há pouco tornou-se livro: *Mulheres engravatadas:*

moda e comportamento feminino no Brasil 1851 – 1911; e também em 2021 a tese de Everton Barbosa *Costuras em Papel: a moda parisiense e suas relações com Rio de Janeiro e São Paulo*.

Diante desse recorte, compreendemos que esta tese se destaca ao preocupar-se com um período pouco estudado na história da moda no Brasil: a primeira metade do XIX. Além disso, nos atentamos para relações de gênero e moda no que concerne o mundo do trabalho e consumo nos dedicando a pesquisarmos as vidas e trajetórias de mulheres que estavam inseridas no campo da moda. Em sua maioria, nossa atenção voltou-se para as proprietárias das Casas de moda e as modistas, o que não significa que não tenhamos identificado costureiras e demais atividades relacionadas a esse universo. Assim, buscamos contribuir com a historiografia ao descortinar uma parte da história que ficou, por muito tempo, escondida por debaixo dos panos.

Ao estudarmos a história da moda algumas teorias são imprescindíveis. Os conceitos de imitação e distinção são exemplos de teorias basilares na moda. Essas concepções foram elaboradas pelo sociólogo Gabriel Tarde (1992), que compreendeu a moda como um sistema de imitação e, posteriormente, o sociólogo Georg Simmel (2008) acrescentou a esta teoria a ideia de distinção. Para Tarde, as modas e os costumes eram influenciados pelo processo estabelecido de imitação e a partir dessa perspectiva, as classes mais altas criavam modas e as mais baixas tendiam a imitá-las. Com base nessa perspectiva, Simmel acrescentou a teoria da distinção. Para Simmel, ao imitarem as classes altas, estas tendiam, então, a distinguirem-se dos demais, modificando suas roupas e por isso essa teoria ganha o nome de distinção.

Ainda sobre as teorias fundamentais para o estudo da moda, temos o sociólogo Veblen (1989) que defendia a moda como uma sustentação da ociosidade feminina. Por exemplo, algumas mulheres podem utilizar saltos altos e vestidos que dificultam sua locomoção, tornando-as diferentes de mulheres que precisam utilizar roupas confortáveis para trabalhar. O uso de certas peças comprova, de certa forma, a ociosidade de algumas *sujeitas*. Essa é a teoria que Veblen intitulou de *insígnia do ócio*.¹⁶

¹⁶ Para Veblen, na sociedade industrial, o acúmulo de riquezas significava poder e tal poder poderia ser demonstrado de diversas maneiras; para o autor as riquezas também estavam diretamente relacionadas ao ócio. Em sua interpretação, o indivíduo que se ocupava de atividades não produtivas precisava, necessariamente, ter tempo disponível para dedicar-se a atividades não rentáveis, o que significava ter tempo para se empenhar em ocupações ociosas. No sentido aqui exposto o uso de roupas “desconfortáveis” e que dificultassem o caminhar das mulheres representava que estas não precisavam trabalhar; logo, sua distinção de poder estava simbolizada pela indumentária e diretamente relacionada a ociosidade. O uso dessas roupas ainda demonstrava para a sociedade um exibicionismo da ociosidade.

Diana Crane, socióloga estadunidense, também se preocupou em analisar a moda. Em 2006, publicou o livro *A moda e seu papel social: classe, gênero e identidade das roupas*, abordando as transformações ocorridas nos séculos XIX e XX, a partir de variadas fontes, desde periódicos, indumentárias em museus a fotografias. Crane é criadora do conceito *traje alternativo*, que nos auxilia a pensar em determinados vestuários e é primordial na elaboração desta tese.

Juntamente às teorias citadas anteriormente, incluímos, ainda no campo da moda, Pierre Bourdieu. A teoria do poder simbólico é fundamental para esta tese já que compreendemos a representação das mulheres pesquisadas a partir do poder que adquiriram com suas nacionalidades e que simbolizavam na imprensa fluminense do período. O poder simbólico de Bourdieu é plenamente representado pela presença das modistas francesas no Rio de Janeiro. A teoria do *habitus*¹⁷, incorporado ao que ele chamou de *campo*¹⁸ também se destaca em nossa pesquisa. Para o autor, a moda é um grande exemplo de como funciona a sociedade, principalmente o sistema francês da Haute-Couture. O artigo onde o autor explora essa relação é basilar para a estruturação do nosso segundo capítulo.

Este trabalho é uma pesquisa voltada para o campo da história da moda, o que não significa que outras teorias não perpassam em nossa investigação. Por isso, os trabalhos que se voltam para a história das mulheres e a história do gênero foi – e são – primordiais no desenvolvimento da nossa pesquisa, principalmente aquelas que versam sobre gênero e trabalho. A partir dos anos de 1970 o avanço nas pesquisas das mulheres e do gênero tornou-se evidente com o crescimento de trabalhos sobre essa perspectiva que começaram a aparecer nos programas de pós-graduação em História pelo Brasil. Os interesses nesses objetos de investigação estão rigorosamente associados aos movimentos feministas no país. Contudo, é

¹⁷ De forma breve, o conceito de *Habitus* de Bourdieu busca compreender a relação entre os sujeitos – agente sociais – e a sociedade. Nessa perspectiva, a sociedade estrutura o sujeito e o sujeito estrutura a sociedade; assim, enquanto seres sociais, somos moldados a partir daquele contexto que nos cerca, podendo ser modificado no decorrer da nossa existência. É possível ainda entendermos que o *habitus*, como molda e é moldado pela sociedade e pelos sujeitos, pode resultar em *habitus* comuns entre aqueles que convivem entre si, o que geraria, por exemplo, um “*habitus* feminino”.

¹⁸ O *Campo*, a partir da perspectiva de Bourdieu, é algo, por si só, difícil de ser explicado de uma só maneira. Tentamos expor nesta definição a maneira como pensamos *Campo* para designação do *Campo da Moda*. O *Campo* seria, portanto, um espaço, físico ou não, onde acontece as relações que propomos analisar nessa tese. Cada *Campo* possui e segue lógicas distintas, o *Campo da Moda*, por exemplo, não segue a mesma lógica de um *Campo Religioso* já que seus agentes sociais e, consequentemente, seus *habitus*, são outros. Além disso, o *Campo* é um espaço onde se desenrola uma disputa de poder que é dominada, no *Campo da Moda*, por aqueles que conseguem tornar-se referências; por isso, na primeira metade do século XIX, o *Campo da Moda* era, em todas as vidas, fossem sociais, culturais, políticas e/ou econômicas, dominado pelas francesas.

certo que, como nos diz Constância Lima Duarte “diferente do que ocorre em outros países, existe no Brasil uma forte resistência em todos da palavra “feminismo” (2019, p. 25).

De acordo com autora, é possível afirmarmos que as primeiras feministas teriam surgido no Brasil em meados dos anos 1830 quando mulheres passaram a pleitear que lhes fossem ensinados tópicos semelhantes aos que eram difundidos entre os homens. Foi nesse momento que surgiram tais reivindicações em espaços públicos, como os jornais. As mulheres investigadas nesta tese não fazem parte desse movimento, no entanto suas estratégias de inserção em espaços majoritariamente masculinos, como o comércio, foram primordiais para o desenvolvimento de uma autonomia feminina e uma independência financeira que lhes permitiu divorciar-se quando necessário e criarem seus filhos sozinhas, por exemplo.

A construção da ideia de História afetou as mulheres por muito tempo, como nos alertou Gerda Lerner (2022), contudo, apesar de todas as dificuldades em estudar-se gênero diversas pesquisas foram desenvolvidas em nosso país. Não obstante, não seria possível tratarmos de todos estes trabalhos e nem mesmo seria cabível. Elencamos, portanto, autoras que nos auxiliaram a pensar nosso objeto de pesquisa, principalmente, aquelas que se preocuparam em analisar as mulheres trabalhadoras. Por exemplo, Maria Odila Leite (1984), Cristiane Schetinni (2009), Fabiane Popinigis (2012).

Ainda sobre o universo do trabalho, não podemos nos esquecer das teorias elaboradas por Thompson (1998). Principalmente com artigos no livro *Costumes em Comum* que nos auxiliou a entender as dinâmicas do universo do trabalho, mesmo que o autor aborde outro espaço temporal. A forma como o autor analisou as nuances referentes a esse universo laboral nos foram úteis em vários sentidos que as/os leitoras/res podem perceber ao longo desta tese, entretanto, foi preciso pensarmos o trabalho junto a gênero considerando que os “conceitos que explicam o mundo são, em sua maioria, androcêntricos, parciais e distorcidos” (Lerner, 2022, p. 26).

No mais, a historiografia da imigração é primordial ao nosso trabalho no momento em que identificamos que grande parte dessas mulheres que estávamos pesquisando eram imigrantes, vindas, em sua maior parte, da França. Assim, trabalhos como de Hebert Klein (2000), de Sayad (1998), Nicolau (2019) e Menezes (2024), que discutem os processos migratórios e problematizam as razões que levam os indivíduos a optarem pela imigração, são cruciais em nossa pesquisa. Os pesquisadores mencionados teorizaram a respeito dos motivos sobre os quais alguns indivíduos optavam por imigrar, considerando que essas motivações

estavam, em sua maioria, relacionadas a perspectiva de uma melhoria de vida e, consequentemente, de trabalho.

Laurent Vidal e Tania Regina de Luca, organizadores do livro *Os franceses no Brasil: séculos XIX e XX*, foram, nesse sentido, essenciais para o desenvolvimento desta tese. Logo na introdução da obra, os pesquisadores destacam a urgência em questionar as fontes sobre os processos migratórios e como as respostas as perguntas postas podem determinar o caminho da nossa pesquisa e a maneira que compreendemos o papel que essas agentes sociais desempenharam na sociedade fluminense dos primeiros anos do Oitocentos.

No que se refere aos estudos de uma imigração francesa para o Rio de Janeiro, teve-se, por muito tempo, o sujeito comum e universal masculino; no entanto, nesta pesquisa buscamos nos dedicarmos à presença feminina. Dito isso, é primordial recordarmos a importância dessas figuras ao longo do processo histórico em questão. É como nos alertou Lená Medeiros de Menezes e Maria Izilda de Matos:

Na sociedade do acolhimento também as mulheres imigrantes tiveram seu cotidiano marcado pelo trabalho: foram atuantes nos estabelecimentos comerciais, fabris e em múltiplas atividades. Cercadas de invisibilidades, elas emergem, inevitavelmente, sempre que a névoa que as encobre é dissipada, revelando toda sua capacidade de reinvenção, essencial para o sucesso da empreitada de e/imigração (2017, n.p.).¹⁹

Recentemente, em 2023, Karoline Carula e Érica Sarmiento organizaram o livro *Imigração, trabalho e gênero* onde uma série de artigos que pensam e refletem a imigração em conjunto com as questões de gênero foram apresentados. Nesse sentido, o artigo de Isabelle Castellanos, em que a pesquisadora aborda a relação entre a imigração francesa para Buenos Aires, nos é cara. A obra preocupa-se com o período da grande imigração (final do século XIX e princípio do século XX), não obstante nos auxilia em nosso processo de escrita.

Por fim, para elaboramos a contextualização política e socioeconômica necessária para a compreensão da história aqui escrita, também nos valem de alguns trabalhos do historiador Marco Morel (1994) que, em certos textos, relacionou politicamente Brasil e França. E o de Lucia Bastos (2003), que elabora em suas pesquisas reflexões sobre o Brasil no período da independência, processo este que afetou toda população local, inclusive as mulheres abordadas neste trabalho.

¹⁹ Ainda que as autoras estejam abordando as imigrações de mulheres portuguesas, as reflexões que são abordadas na introdução do livro *Gênero e Imigração: mulheres portuguesas em foco* (Rio de Janeiro e São Paulo, XIX-XX) nos são caras.

Assim como abordado por Daniela Calanca (2011), a história da moda pode ser realizada a partir de uma série de fontes e documentações, incluindo as fontes manuscritas como as acessadas nos diversos acervos presentes no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro (A.N.R.J.) e no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (A.G.C.R.J.). No A.N.R.J. acessamos a documentação da Intendência Geral da Polícia da Corte, em que pudemos ler e analisar os registros de chegada e saída de estrangeiros. Enquanto documentações impressas, acessamos dicionários do período em que nos foi possível contextualizarmos e compreendermos alguns conceitos; assim como jornais e os Almanques da época.

Os fundos da Junta do Comércio, por exemplo, nos permitem alcançar dados sobre os comerciantes do período, contudo, é imperativo frisar que a Junta do Comércio, ao menos para a primeira metade do século XIX, pouco ou quase nada concentra de informações sobre as mulheres comerciantes que, como essa pesquisa demonstra, eram presentes na cidade do Rio de Janeiro. Essa ausência indica que as mulheres eram desconsideradas no cerne do comércio oitocentista e seus negócios, quando muito, eram entendidos a partir de sociedades com negociantes homens do período o que se explica quando compreendemos a história a partir de uma perspectiva de gênero e entendemos o sistema patriarcal que regia a sociedade no Oitocentos. De 1850 em diante, com a criação do Código Comercial, essa estrutura é modificada, contudo, a presença das mulheres ainda é associada as figuras masculinas quando compreendemos que, muitas vezes, elas aparecem nessas documentações com as solicitações para a criação de comércios, prerrogativa necessária para as mulheres casadas que pretendiam iniciar um estabelecimento.

Por sua vez, as pesquisas de alguns inventários presentes no A.N.R.J. nos demonstram algumas roupas e acessórios utilizados por mulheres de uma elite social e financeira que dispunham de recursos que lhes permitia comprar vestuário e adornos com as modistas presentes na cidade no começo do século. Com os inventários podemos acessar os bens deixados para os familiares, como a documentação de Damazia, analisada no primeiro capítulo, que deu para os filhos as joias e relógios que dispunha. E de Joaquim, comerciante do interior da província fluminense, que vendia produtos comprados nas Casas de moda da corte. Acessamos o inventário de Maria do Carmo Moraes (BRRJANRIO84.0.ACI.9065); Constância Joaquina de Moraes (BRRJANRIO84.0.ACI.8731); Joaquina Rosa da Purificação (BRRJANRIO1820476); e um processo de João Ferreira Lordello (BRANRIO84.0.ACI.06606).

Ainda no A.N.R.J., o fundo de Luís Gastão D'Escragnelle Dória, que possui trocas de mensagens entre franceses oitocentistas a respeito do comércio dos franceses no Brasil e, principalmente, no Rio de Janeiro, permite que acessemos informações específicas sobre os estabelecimentos dos/as imigrantes franceses/as, citando, inclusive, Casas de Moda e a influência das francesas no mercado da moda fluminense. Outros relatos de estrangeiros estão presentes em nossa análise, tal como de Carl Schelichthorst e outros estrangeiros que passaram temporadas no Rio de Janeiro e registraram suas impressões, cientes, no entanto, de que tais documentações são permeadas por uma perspectiva europeia.

No A.G.C.R.J. acessamos documentos referentes às Casas Comerciais e que nos auxiliaram a entendermos a inserção das Casas de Moda e as sociabilidades de suas proprietárias com outras/os donos de Casas Comerciais na corte. Além disso, também acessamos a série Infrações de Postura, dentro do fundo da Câmara Municipal, onde pudemos verificar situações que as modistas vivenciaram na corte como as relações entre as modistas e suas escravizadas e a cidade do Rio de Janeiro exposta com a exemplificação de um caso apresentado no primeiro capítulo. Por fim, pesquisamos os preços dos aluguéis e rendimentos anuais na documentação referente à Décima Predial. A décima predial é uma documentação referente aos aluguéis e impostos cobrados na cidade. Para esta pesquisa, focamos nos registros da freguesia da Candelária, colocando em contraponto a rua do Ouvidor com outros endereços perpendiculares com o objetivo de entendermos se as constantes mudanças das modistas e suas relações com a rua do Ouvidor estavam, de alguma maneira, relacionados aos gastos com aluguel.

Em nossa análise o cruzamento de fontes é crucial para uma melhor apreensão de nossas hipóteses. Nossas fontes são, em sua maioria, fontes impressas como a imprensa periódica da época que estão disponíveis digitalmente. Termômetros sociais, como nos disse Marco Morel (2003), os jornais eram o maior meio de comunicação do século XIX e transmitiam informações sobre os acontecimentos sociais e políticos da época. Os jornais diários, como *Jornal do Comércio* (1827-2016) e *Diário do Rio de Janeiro* (1821-1861), são fontes primordiais em nossa análise pois eram dois dos principais periódicos que circularam no período. Essas folhas apresentavam anúncios das modistas investigadas, proporcionando-nos a capacidade de examinar de que maneira elas se promoviam por meio dessas publicações. A escolha por esses dois jornais perpassa pelo recorte temporal, tal como a assemelhação de suas editorações em que os anúncios compunham uma parte fundamental do escopo das publicações sendo

concentrados, principalmente, na última página dos jornais que eram, em suma, compostos por quatro páginas.

Os almanaques também foram vitais em nossa pesquisa já que neles publicavam-se anúncios dos negociantes oitocentistas. Para a década de 1820, utilizamos o *Almanaque dos Negociantes do Império* publicado em 1827 onde podemos encontrar 11 modistas apresentadas como “marchande de mode”. Ao longo da década de 1830 outros Almanaxes são pertinentes à nossa pesquisa. Na década de 1840 em diante o *Almanaque Laemmert* (A.L.) é a documentação mais empregada. Esse modelo de impresso funcionava, no geral, como um local onde os consumidores poderiam consultar os estabelecimentos localizados na cidade. De acordo com Roger Chartier, os almanaques eram um “gênero literário e editorial ao mesmo tempo” (1999, p. 139) o que fazia com que eles fossem disseminados na sociedade e um grande sucesso no período. Ter presença nos almanaques era significativo e indicava notoriedade nos negócios; nem todas as mulheres identificadas figuravam nos almanaques da época, no entanto, todas aquelas que foram mencionadas nas publicações estão incluídas nesta tese.

A imprensa, no geral, tornou-se um vetor fundamental para o mercado da moda ditando o que deveria ser utilizado e propagando os anúncios de quem estaria apto para a produzi-los. Adicionalmente, a partir da década de 1850, observa-se a inclusão de gravuras no corpus editorial de alguns periódicos. É primordial salientar que, como argumenta Calanca (2011, p. 66), “as gravuras ampliam a disseminação do poder das imagens para além do círculo da nobreza”. Este fenômeno adquire relevância ao considerarmos que, durante o século XIX, uma parcela significativa da população era analfabeta, sendo as imagens um meio eficaz para difundir informações em uma escala mais ampla. No que se refere aos jornais femininos, espaços onde eram disseminados orientações e conselhos sobre indumentária, restringimo-nos àqueles que tinham em suas folhas seções sobre moda, ou seja, jornais como: *Espelho Diamantino* (1827-1828), *Correio das Modas* (1839-1855), *A Mulher do Simplicio* (1832-1846), *Espelho Fluminense* (1843), *A Marmota na Corte* (1849-1852), *Marmota Fluminense* (1852-1857), *A Marmota* (1857-1864), *Periódico dos Pobres* (1850-1855), e *Jornal das Senhoras* (1852-1855).

Ainda em relação às fontes impressas, incorporamos à nossa análise uma legislação promulgada em 1831. Esta lei estabeleceu que a partir de 1832, todas as Casas de Moda e de Leilão deveriam efetuar o pagamento de um tributo anual ao Estado; tal determinação promoveu alterações nas estruturas comerciais de algumas modistas da época. Além desta

legislação, o código comercial de 1850, mencionado anteriormente, também confere no corpus documental presente em nossa análise.

A respeito dos arquivos franceses nos dedicamos a pesquisar as origens de algumas das modistas investigadas neste trabalho. Dessa forma, pesquisamos, em diversos arquivos online de províncias francesas, onde pudemos averiguar algumas certidões de nascimento, casamento e/ou óbito que condiziam com as histórias das mulheres abordadas nesta tese. Pesquisamos também na imprensa francesa a partir da ferramenta de busca presente na *Gallica* com o objetivo de encontrarmos as modistas francesas exercendo o mesmo ofício em sua terra natal, contudo, tal expectativa não foi alcançada.

Algumas fontes documentais de origem francesa foram consultadas mediante o acesso a sites de arquivos provinciais da França. Por outro lado, outras foram localizadas por meio da ferramenta de pesquisa disponível no site *FamilySearch*, permitindo a identificação de documentos anexos, como registros de óbito, nascimento e casamento. Esses registros não se restringem apenas aos arquivos franceses, mas também abrangem acervos presentes em cartórios e arquivos brasileiros. Reconhecemos as limitações associadas a essa plataforma, no entanto, ao incorporarmos uma abordagem diversificada de fontes documentais, a mencionada ferramenta de pesquisa revelou-se útil para a nossa investigação.

Esta pesquisa baseia-se em uma perspectiva e metodologia prosopográfica. Stone (2011) destaca em seu clássico texto sobre o trabalho prosopográfico a importância que esta tem dentro da história e da historiografia. Resgatar a história dessas mulheres que tanto se assemelham sem identificar essa chamada “biografia coletiva” seria não apresentar por completo as relações que se estabeleceram no interior do mercado da moda fluminense.²⁰ De acordo com Stone é necessário compreender o universo dos/as sujeitos/as estudados/as e assim delinear as relações existentes, determinando suas trajetórias a partir de seus nascimentos, entre outras situações.²¹

Conforme Charle argumentou “seu princípio é simples: definir uma população a partir de um ou vários critérios e estabelecer, a partir dela, um questionário biográfico cujos critérios e variáveis servirão à descrição de sua dinâmica” (2006, p. 41). Ao refletirmos sobre nosso “ofício de historiador/a” e ao empregarmos uma metodologia prosopográfica, é imperativo

²⁰ Ressaltamos, contudo, que apesar de utilizarmos dados biográficos não é feita uma biografia dessas mulheres e sim estabelecidas relações e semelhanças nas suas trajetórias a partir da prosopografia.

²¹ A historiadora britânica Katharine Keats-Rohan publicou em 2007 uma coletânea com diversos artigos sobre a metodologia prosopográfica. Na introdução, Keats-Rohan aborda as críticas recebidas por Stone e as diversas maneiras de se fazer uma análise prosopográfica. Ver em: Keats-Rohan, Katharine Stephanie Benedicta, ed. *Prosopography approaches and applications: A Handbook*. Vol. 13. Occasional Publications UPR, 2007.

questionar determinados aspectos junto às fontes. Nesse sentido, algumas perguntas que propomos às nossas fontes: nome, nacionalidade, produtos comercializados e endereço das lojas. Para Keats-Rohan não existe uma definição do que seja o fazer prosopografia, o fundamental é ter uma “boa prática em pesquisa, juntamente com atenção infinita aos detalhes e paciência infinita” (tradução nossa) (2007, p. 26)²²

Apesar do texto do Stone sobre prosopografia ser da década de 1970 ainda é um dos textos mais procurados e utilizados quando abordamos a metodologia prosopográfica. No Brasil, a historiografia pouco se ocupou da prosopografia, principalmente se pensarmos no método aliado ao conceito de gênero. Trabalhos mais recentes que buscam explicar tal metodologia, por sua vez, podem ser encontrados na França, por exemplo. O texto *Biographie et prosopographie : La Biographie, des Héros à l’histoire* de Pierre Verschueren publicado em 2020 explica de forma breve e didática a prosopografia. Nessa perspectiva, a metodologia prosopográfica nos permite alcançar e lidar com o cruzamento das fontes fazendo com que as sujeitas analisadas tenham vez e voz.

Isto posto, as relações sociais estabelecidas entre as modistas nos são caras. Para melhor compreendê-las entendemos as redes de sociabilidades com base na concepção de Sirinelli (2003). Acreditamos ser possível estabelecer que as relações entre elas foram, em si, relações entre agentes sociais que vivenciaram situações semelhantes em um mesmo local e um mesmo período; até mesmo porque “a história das pessoas consiste na história de suas relações sociais” (2019, p. 143) como nos alerta Heleieth Saffioti em texto que aborda a constituição da ideia de sujeito-objeto. O conceito de redes de sociabilidades utilizado nesta pesquisa foi abordado a partir de uma perspectiva de gênero e das histórias das mulheres já que é “preciso historicizar os próprios conceitos” (Dias, 2019, p. 359). É importante frisarmos que para esta investigação tais ideias perpassaram, necessariamente, pela construção do que seria essa sociabilidade entre as mulheres, tanto aquelas nascidas nas Américas quanto aquelas que estiveram por aqui enquanto imigrantes europeias.

No mais, compreendemos as modistas aqui estudadas como agentes de suas próprias histórias e, portanto, agentes políticas. Afinal, mulheres que possuíam autonomia em seus comércios e construíram importantes redes de trocas eram, por si só, seres políticos. Silvana Barbosa propõe que ao pensarmos temas políticos devemos também refletir sobre “as pessoas que o põem em prática” (2020, p. 9) frisando, então, a importância de destacarmos os/as

²² “Good practice in research, together with infinite attention to detail and endless patience”.

sujeitos/as em nossas pesquisas. Como agentes políticas de seus próprios tempos essas mulheres desenvolveram ações e estratégias que foram fundamentais para ocuparem certos espaços sociais.

Além disso, foram pessoas comuns que viveram em seus cotidianos e é precisamente por essa razão que enfrentamos desafios em localizar fontes que abordassem essas figuras. Por essa razão optamos, como uma escolha categórica e metodológica, utilizarmos a noção de imaginação histórica para contemplarmos as muitas histórias que compõem esse trabalho. Para Tânia Navarro Swain, o imaginário histórico exerce um papel fundamental nas pesquisas históricas: "O imaginário seria condição de possibilidade da realidade instituída, solo sobre o qual se instaura e instrumento de sua transformação" (Swain, 1994, n.p.).²³ À vista disso, não corroboramos com uma história que privilegia e acredita em conceitos como "mulheres excepcionais" já que as sujeitas aqui pesquisadas eram mulheres comuns que foram, contudo, excepcionais em seus próprios termos.²⁴

Assim, colocadas tais perspectivas metodológicas, é necessário citar alguns desafios que surgiram nos quatro anos de investigação que marcaram nossa análise. Pesquisar mulheres é, de fato, ler as entrelinhas, como dizia uma célebre historiadora que ousou, nas décadas de 1970/80, quebrar os padrões de pesquisa historiográfica e começar a desenvolver pesquisas sobre histórias das mulheres no Brasil: Maria Odila Leite (1984). Tais desafios ficam mais evidentes quando entendemos que foi preciso encontrar fissuras para compreendermos quem eram essas mulheres que costuravam, quais eram seus estados civis, suas nacionalidades, seus interesses e como chegaram ao Brasil. Principalmente quando entendemos que "as fontes disponíveis para descobrir o que as mulheres pensaram e discutiram são as fontes que sobreviveram (...)." Logo, "a historiadora que quiser recuperar as vozes silenciadas e os indícios apagados do registro histórico precisam aceitar graves limitações" (Lerner, 2022, p. 38). É imprescindível compreendermos que analisamos apenas uma pequena parte da vida das sujeitas investigadas e que, por isso, existem limites prosopográficos que não alcançamos. No entanto,

²³ A autora nesse texto distingue a ideia de imaginário social e mentalidades. Este primeiro, segundo Swain, entende as transformações das mentalidades em um processo cujo contexto social é partícipe e primordial; enquanto a mentalidade entenderia tais transformações em uma perspectiva de longa duração.

²⁴ A utilização do termo sujeita está diretamente relacionada ao meu entendimento enquanto mulher, pesquisadora e feminista tendo como base uma epistemologia feminista e é, portanto, uma forma que encontrei de referência às agentes históricas que são meu objeto de pesquisa. Em seu ensaio feminista, Géssica Guimarães reforça a necessidade de compreendermos essas pequenas ações contra um sujeito universal masculino e, na língua portuguesa, contra esse sujeito ser sinônimo de um todo; a autora reforça que isso, por si só, não modifica as estruturas patriarcais de uma sociedade, mas é, contudo, um esforço para que tal sistema se enfraqueça e coloque as mulheres em destaque (Guimarães, 2022).

a prosopografia é um método de pesquisa que permite e compreende as lacunas presentes nas fontes. Afinal, o trabalho prosopográfico envolve a gestão do lacunar.

Os obstáculos não se findaram apenas ao reduzido registro que as mulheres possuem nos arquivos brasileiros. Houve também uma pandemia mundial que assolou o Brasil. Arquivos e bibliotecas fechados limitaram ainda mais o acesso a algumas documentações; acontecimentos políticos conturbados frearam o desenvolvimento do Arquivo Nacional enquanto um dos maiores lugares de pesquisa no país, permanecendo fechado por longo tempo. Para a pesquisa foi um ponto nevrálgico, pois grande parte da documentação encontrava-se nesta instituição.²⁵ No mais, a pandemia mundial assolou não apenas a saúde física dos brasileiros, mas também despertou condições sociais e mentais que precisaram ser superadas para que esta pesquisa fosse feita no tempo necessário e colocado pela Capes.

Por isso, um dos principais aliados à nossa pesquisa, e um dos recursos encontrado de imediato, foi a Hemeroteca Digital Nacional, órgão pertencente à B.N.R.J. Os documentos digitalizados são importantes alicerces para as pesquisas atuais, e foi através da Hemeroteca conseguimos acessar todos os jornais que utilizamos em nossa análise. A Hemeroteca Digital e sua ferramenta de busca tornaram-se, ao longo dos quatro anos de investigação, cruciais em nossa pesquisa. Durante os dois primeiros anos do doutorado fizemos uma pesquisa extensa nos jornais diários e femininos já citados anteriormente. Na lupa de busca, utilizamos os mais variados termos para encontrarmos as mulheres que pesquisávamos, tais como: modista, costureira, modiste, coutière, marchande de mode, mercadora de moda e, posteriormente, seus nomes descritos das mais variadas formas. Reconhecemos que este meio de investigação não é infalível e por isso procuramos utilizarmos da forma que mais nos seria proveitoso.

Não obstante, um dos desafios enfrentados ao longo da pesquisa foi a abundância de nomes franceses presentes em nossa documentação, bem como a confusão entre esses nomes em português e em francês. Ao examinarmos alguns desses nomes franceses, tornou-se necessário considerar a forma como seriam pronunciados em português, uma vez que, em alguns casos, eram registrados na documentação dessa forma. Por exemplo, o nome "Catelineau" é pronunciado como "Catelino" em português, o que resultou em sua aparição em diversas fontes como "Catelino", mesmo referindo-se ao próprio Catelineau. Isso ocorre devido à adaptação do som do "eau" no francês para o "o" na língua portuguesa. Ao identificarmos a

²⁵ Apenas em meados de 2022, após dois anos do início do doutorado, conseguimos ter acesso as documentações presentes no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro (A.N.R.J.) e no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (A.G.C.R.J.).

existência desse equívoco entre a pronúncia e a escrita em várias fontes, prosseguimos com a investigação dos sujeitos de ambas as maneiras: com base na escrita em francês e na pronúncia dos mesmos nomes em português.

Passadas as adversidades citadas anteriormente, o resultado de nosso trabalho encontra-se nas páginas que serão lidas a seguir. Com esta pesquisa esperamos contribuir com uma história da moda que, assim como dito por muitos/as historiadores/as desse campo, é constituída para além das indumentárias e envolve, em seu seio, múltiplas relações sociais, culturais, econômicas e, também, políticas. Essa é uma história da moda voltada para as mulheres trabalhadoras deste campo, um grupo que foi, por um longo período, negligenciado pela historiografia, mas nesta pesquisa foi devidamente apresentado e definido. Eram mulheres que, apesar de todas as adversidades, resistiram e continuaram, estrategicamente, procurando possibilidades para assentarem-se enquanto sujeitas que labutavam diariamente em uma cidade que crescia e prosperava: o Rio de Janeiro.

Após a conclusão das etapas de pesquisa nas fontes primárias e organização dos dados encontrados, realizamos um esforço de estruturação de uma base de dados capaz de fornecer informações básicas sobre as mulheres investigadas nesta tese.²⁶ Com isso pudemos construir gráficos, tabelas e mapas das principais características analisadas, como a nacionalidade das mulheres, o ofício anunciado por elas e o período em que anunciavam seus endereços na imprensa.

No caso da construção de mapas, utilizamos o atlas digital *ImagineRio* em conjunto com o *software QGis*, onde pudemos georreferenciar os endereços da base de dados construída.²⁷ Em um primeiro momento buscamos identificar o início e o final dos logradouros e o lado em que ficava o par e ímpar, assim como a pesquisadora Juliana Andrade (2020) tomamos algumas decisões a respeito das numerações das ruas. Por conta das dificuldades de se saber com precisão a localização dos endereços no período, ou até mesmo das alterações de endereços dentro das décadas analisadas, algumas regras foram adotadas para realizar as aproximações de forma consistente: o ordenamento dos números de uma mesma rua sempre seguem ordem crescente do seu início até o seu final, de modo que, entre o número 23 e 27 não poderia estar o número 31, por exemplo; endereços com complemento que indicavam que a casa ficava em uma esquina foram usados como referências, uma vez que esquinas são endereços de fácil

²⁶ Parte desse banco de dados pode ser encontrado no apêndice 1.

²⁷ Aqui agradeço ao pesquisador Lucas Costa pelo auxílio no georreferenciamento dos endereços e construção dos mapas.

localização (isto é, se uma casa de número 31 fica em alguma esquina, então o número 33 ou 35 ficam relativamente próximos a essa esquina).

Assim sendo, o primeiro capítulo se delineia a partir da chegada de franceses no Brasil, ou seja, em meados de 1810, mais precisamente de 1816 adiante. As modistas do começo do século XIX, de acordo com o que concluimos, eram, em sua maioria, mulheres francesas; por isso, nosso capítulo inicial se volta para a chegada dessas mulheres. Nossa principal fonte de pesquisa neste capítulo são os registros de chegada e saída de estrangeiros que estão presentes no A.N.R.J.; no entanto, também utilizamos outras fontes para a construção deste capítulo, tais como: os jornais diários, principalmente *Gazeta do Rio de Janeiro*, *Diário do Rio de Janeiro* e *Jornal do Comércio*; as folhas voltadas para o público feminino tais como *Espelho Diamantino* e *A Mulher do Simplicio*; os *Almanaques* das décadas de 1820, 1830, 1840 e 1850 e relatos de estrangeiros tais como Carl Schelichthorst, entre outros.

No decorrer deste capítulo buscamos relacionar às mulheres pesquisadas com suas nacionalidades e, por isso, a historiografia da imigração encontra-se tão presente nesta parte da tese. Para tanto, utilizamos textos como os de Klein (2000), Sayad (1998), Martins (2009), Nicolau (2019) e Menezes (2024). Nesse sentido, entendemos a imigração como uma necessidade, uma busca de uma melhoria de vida e, possivelmente, um escape de um país cuja situação política não estava estabilizada e não estaria por um longo período. Assim iremos compreender, a vinda dessas mulheres francesas, os primeiros anos de estabelecimento no Rio de Janeiro, que à época ainda era uma colônia portuguesa, a maneira como conseguiram determinar seus estabelecimentos na cidade e sentirem-se pertencentes ao país sul-americano.

Nossa intenção é compreender a vida dessas mulheres enquanto trabalhadoras no campo da moda, aplicando o sentido de "campo" desenvolvido por Bourdieu como um espaço onde as relações ocorrem. Concentraremos nossos esforços principalmente em entender como essas mulheres se estruturaram no Rio de Janeiro, como foram se formando e se autodenominando como modistas, costureiras ou modistas/costureiras. Buscamos compreender as distinções entre essas ocupações e identificar os fatores que influenciaram a escolha por uma delas, seja por razões sociais, políticas ou econômicas. Nosso objetivo é discutir a figura das modistas como detentoras de um capital simbólico, conforme proposto por Bourdieu (2008). A partir de pesquisas nos arquivos franceses, compreendemos que o reconhecimento que algumas modistas recebiam no Brasil não era, de forma alguma, comparável ao status que tinham em suas vidas na França, uma perspectiva corroborada por Menezes (2024).

Por fim, buscamos entender de que maneira essas mulheres estabeleceram suas lojas no centro da Corte e/ou se associaram a grandes negociantes do período, examinando os caminhos que percorreram para alcançar posições de destaque no cenário comercial da época. De forma breve, neste capítulo realizamos uma análise das consumidoras desses estabelecimentos. Considerando que os tecidos, indumentárias e adornos não eram objetos baratos, as mulheres que poderiam consumir tais produtos pertenciam, em suma, a uma elite financeira. Nos inventários investigados no A.N.R.J. pudemos conferir quais itens estavam em voga no período e a preocupação que essas mulheres tinham em dispor de seus bens para seus herdeiros, tais como colares, brincos, joias e relógios.

No segundo capítulo buscamos focar em modistas e Casas de Moda que estavam presentes na corte nos anos iniciais do século XIX, principalmente na década de 1820. Assim, posteriormente a análise dessas modistas e dos respectivos estabelecimentos, procuramos delinear as relações que foram sendo construídas dentro desse universo laboral de linhas e agulhas. Percebemos então que muitas relações de sociabilidade foram formadas e desenvolvidas nesse período, tanto entre os estrangeiros, quanto entre estes e os/as brasileiros/as – brancos/as ou negros/as, livres ou escravizados/as. Considerando que estamos falando de um período em que a escravidão era base econômica da sociedade, é preciso frisarmos o fato dessas Casas de Moda utilizarem intensamente o trabalho de mulheres escravizadas, sobretudo àquelas que possuíam habilidades manuais referentes às costuras. Assim sendo, também abordamos as relações entre as modistas e as escravizadas que laboravam em seus estabelecimentos, fosse nas funções de costura, porta à dentro; ou porta à fora, como vendedoras.

Neste capítulo os jornais também são fundamentais, principalmente os anúncios em que conseguimos averiguar informações primordiais para a elaboração desta tese, tais como: o endereço das lojas das modistas; o preço que cobravam por determinadas atividades; quais produtos eram vendidos nos estabelecimentos que trabalhavam; se trabalhavam por conta própria ou em um comércio de outrem; se compravam ou alugavam escravizadas para trabalharem como costureiras e/ou como vendedoras; entre outras questões. Através desses anúncios também pudemos compreender o que as mulheres da época almejavam e, em contrapartida, o que as modistas francesas poderiam oferecer a elas, frisando que: “os anúncios vendiam mais estilo de vida, visões de mundo, sensações, emoções, relações humanas, sistemas de classificação do que os bens de consumo efetivamente anunciados” (Rocha, 1995, p. 16).

Conforme exposto anteriormente, o objetivo deste capítulo é abordar as modistas de meados da década de 1820. A fim de alcançarmos tal objetivo, optamos por fazer uma análise

prosopográfico onde entendemos, a partir do exposto por Stone (2011), que a prosopografia é uma espécie de biografia coletiva em que estudamos e analisamos os sujeitos com base nas características compartilhadas entre eles. Posto isso, nos debruçamos sobre as histórias das modistas francesas e como se estruturaram na capital fluminense compreendendo que as sujeitas históricas são, de certo, sujeitas sociais e, por isso, constroem – ou construíram – relações sociais (Berstein, 1998).

Para o aprofundamento desta análise, utilizamos a estrutura do esquema apresentado pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu no artigo “O costureiro e sua grife”. Neste artigo, Bourdieu descreveu algumas relações da *Haute Couture* parisiense, citando grandes costureiros que comandavam as altas grifes francesas, como Christian Dior. Nesta análise, ele identificou que alguns costureiros que trabalhavam para essas grifes tornavam-se, posteriormente, costureiros principais e alguns chegavam a construir suas próprias grifes. Inspiradas nesta investigação, percebemos que desencadeamentos semelhantes ocorreram no mercado da moda do Rio de Janeiro oitocentista, como certas mulheres que trabalharam para grandes modistas, como Josephine Meunier, posteriormente abriram suas casas de moda. Portanto, o conceito dos esquemas apresentados por Bourdieu nos auxiliaram na construção das mesmas estruturas para o mercado da moda da corte fluminense.

No terceiro capítulo nos dedicamos a compreender as modistas e costureiras que construíram e desenvolveram suas atividades ao longo da década de 1830 e 1840. Considerando uma linha temporal, as modistas e costureiras que estão presentes e se anunciando no decorrer desses anos eram, por vezes, aprendizes de modistas dos anos anteriores; dessa forma, nesta parte do trabalho buscamos evidenciar essa relação entre as mulheres desse período e as anteriores. A contextualização histórica é base em todos os capítulo e neste, em específico, faz-se presente a ode ao nacionalismos reverberada durante a década de 1830. Considerando que as modistas eram, em suma, francesas, os ideias concernentes a um sentimento nacional e, conseqüentemente, uma celebração dos produtos nacionais, em detrimento dos estrangeiros, atingiu as mulheres que trabalhavam no mercado da moda. Entretanto, a despeito do enaltecimento dos itens e trabalhos nacionais, as modistas francesas continuaram dominando esse mercado.

Nesse período, a partir da construção de um “mapa da moda”, foi possível observar uma expansão significativa no número de trabalhadoras e, como consequência, as modistas e costureiras não se concentravam mais apenas na freguesia da Candelária, onde estava a rua do Ouvidor, mas começaram a ampliar e expandir seus horizontes sociais e o geográficos. Desta

maneira, encontramos algumas mulheres, não necessariamente francesas, explorando outros lados da cidade e adentrando cada vez mais para o interior da corte. A relação entre a cidade e as mulheres investigadas torna-se mais intrínseca no decorrer dessa parte da pesquisa. Para tanto, a prosopografia permanece fazendo parte da metodologia inerente ao capítulo, assim como à pesquisa ao todo.

Além disso, pesquisas voltadas para o universo do trabalho, principalmente o trabalho feminino, também são cruciais para o desenvolvimento deste capítulo. Para alcançarmos nossos objetivos foi necessário fazermos uso do conceito chamado “imaginação histórica” (Swain, 1994) que nos foi primordial à medida que em nossa pesquisa encontramos alguns percalços ao longo do caminho. Ao fazermos um cruzamento de fontes e utilizarmos a imaginação histórica, conseguimos realizar as análises apresentadas nos capítulos desta tese.

As fontes empregadas nestes capítulos relacionam-se com as utilizadas nos capítulos anteriores: são a imprensa do período, tanto os jornais diários quanto os periódicos voltados para as mulheres que circularam entre as décadas de 1830 e 1840; os Almanques, principalmente o A.L. a partir de 1844; os registros de saída e entrada de estrangeiros; os documentos oficiais presentes na documentação da Junta do Comércio no A.N.R.J e a Décima Predial que pode ser encontrada no A.G.C.R.J.

Por fim, no último capítulo, investigamos a produção do *traje de emancipação* e de que maneira tal produção só foi possível de ser realizada porque mulheres das décadas anteriores inseriam-se em um universo de trabalho e conquistaram as ruas do Rio de Janeiro. Assim sendo, a instauração das Casas de moda no núcleo urbano do Rio de Janeiro, a importância de suas presenças para a economia e progresso da cidade, juntamente com a autonomia alcançada por essas mulheres, revela-se como um elemento significativo na narrativa da história das mulheres. Diante dessas considerações, procuramos também abordar de forma concisa a noção de emancipação feminina durante esse período relacionando-a com a utilização e produção dos trajes.

Neste capítulo, também nos dedicamos à análise do Registro de entrada e saída de imigrantes, assim como ocorreu nos capítulos anteriores. Ademais, exploramos a influência da imprensa, abrangendo tanto jornais diários quanto os Almanques, específicos dessa época. Contudo, nossa atenção volta-se para a investigação das documentações datadas da década de 1850. Durante esse período, anúncios protagonizados por modistas eram comuns nos periódicos; entretanto, observamos que algumas mantinham uma proeminência particular. Personalidades como Mme. Barat e Hortense Lacarrière eram recorrentemente citadas e

destacadas nos periódicos destinados ao público feminino da época, como a *Marmota Fluminense* e o *Jornal das Senhoras*.

Assim, de todos os percalços enfrentados, percebemos que as modistas francesas permaneciam presentes na sociedade fluminense. Mas não estavam sozinhas: dividiam espaços com múltiplas mulheres que estavam presentes não somente na freguesia da Candelária e na rua do Ouvidor, mas difundidas pela cidade. À vista disso, esta tese busca contribuir com a historiografia da moda, do século XIX, das mulheres e do gênero, com enfoque nas áreas que entendem as mulheres como sujeitas históricas e partícipes da sociedade brasileira, ou, mais especificamente, da sociedade fluminense do século XIX. As modistas citadas e apresentadas em nossa tese são a base para a estruturação de um amplo campo da moda na cidade do Rio de Janeiro.

Esta pesquisa descortina parte de uma história do trabalho feminino com a moda no Oitocentos que reverbera ainda na atualidade. As condições de trabalho das costureiras em empresas e fábricas de grande porte são constantemente denunciadas e demonstram que, em sua maioria, este trabalho que é feito “debaixo dos panos” não é devidamente valorizado e remunerado.²⁸ Estudos, como os da ONU Mulheres mencionados na conclusão deste trabalho, representam apenas o início de um esforço necessário para explicitar e, espera-se, reconhecer devidamente as condições de trabalho desse universo laboral.

²⁸ Ver mais em: <https://www.fashionrevolution.org/industria-da-moda-a-denuncia-como-meio-de-erradicacao-do-trabalho-escravo/> Acessado 20 de dez. 2023. <https://revistaforum.com.br/cultura/2022/4/20/quem-fez-minhas-roupas-condicoes-de-trabalho-de-quem-costura-que-voc-veste-so-preocupantes-113263.html> Acessado 20 de dez. 2023.

1 MODISTAS NO RIO DE JANEIRO: O DOMÍNIO DAS FRANCESAS (PRIMEIRA METADE DO XIX)

Atualmente a viagem de Havre para o Rio de Janeiro dura, em média, doze horas, considerando uma ida de avião sem escalas; enquanto no século XIX, para sair do porto de Le Havre e desembarcar no porto fluminense costumava-se gastar cerca de 45 dias (Morel, 1994). Trata-se de uma grande diferença, mas o longo deslocamento não impediu que muitos franceses decidissem começar uma nova jornada em suas vidas sob o solo das terras sul-americanas, principalmente a partir de 1816. Grande parte dos imigrantes que saíam da França nesse período embarcavam no porto de Havre. De acordo com Mialhe “os portos de Havre, de Bremen, de Liverpool, de Antuérpia e os portos italianos e espanhóis serviam mais comodamente aos países de forte imigração” (2009, p. 44).

Por sua vez, Lená Medeiros de Menezes demonstra que a escolha pelo Havre pode ser explicada pela vinda de pessoas de Paris e arredores, considerando a proximidade deste porto da capital francesa; esse quadro se altera, no entanto, em 1840 quando “é possível observar a projeção, cada vez maior, do porto de Bordeaux, por onde tendiam a sair indivíduos do Sudoeste francês, com extensão para o planalto central” (2024, p. 67). Sayad (1988) declara que as motivações basilares para a escolha de uma trajetória imigratória estão predominantemente associadas a possibilidades de trabalho. Dito isso, muitos desses indivíduos oriundos do país francófono se fizeram presentes no âmbito comercial. No *Almanaque da Cidade do Rio de Janeiro* de 1817, é possível averiguar a presença de alguns desses franceses e seus comércios no centro fluminense, como L. N. Dufrayer e Carlos Durand (1817, p. 304).

O propósito deste capítulo consiste em contextualizar a presença das modistas francesas no Brasil, delineando gradualmente sua inserção na sociedade brasileira. Utilizando fontes como a imprensa e o Registro da Polícia Civil da Corte, buscamos obter informações sobre suas chegadas ao país, bem como o desenvolvimento de suas atividades e cotidianos em uma cidade que experimentava um crescimento contínuo. De maneira geral, no presente capítulo procedemos à contextualização e à introdução do conteúdo subsequente que será abordado nos próximos capítulos.

A vinda da Família Real Portuguesa para o Brasil, em 1808, ocasionou intensas transformações nos mais diversos âmbitos, fossem econômicos, políticos, sociais e/ou culturais, principalmente no Rio de Janeiro. A estrutura que encontraram quando desembarcaram nessas terras foi construída por Luís de Vasconcellos e Sousa que administrou a cidade em um período

anterior a vinda da Família Real, as mudanças começaram a ser efetuadas, de acordo com Carvalho (2014), pouco tempo antes dos imperadores chegarem ao Rio.

Uma dessas mudanças foi crucial para a entrada de imigrantes no cenário fluminense: a abertura dos portos às nações amigas em 1810 (Silva, 1978). A ação liberal comandada por Rodrigo de Souza Coutinho, então secretário de guerra e de relações exteriores, foi fundamental para a expansão do mercado fluminense. Levando em consideração que a Família Real migrou para o Brasil precisamente devido à inimizade com a França sob o comando de Napoleão, é compreensível que essa abertura não tenha sido estendida aos franceses. No entanto, em 1815, Napoleão foi deposto e a França voltou a ser governada pela Dinastia Bourbon o que acarretou a abertura dos portos à França já que a relação entre Portugal e a monarquia francesa era, à época, amigável. Houve, então, a primeira onda da imigração francesa em 1815 (Lessa; Suppo, 2009).²⁹

Por conseguinte, os/as franceses/as passaram a entrar mais assiduamente no Brasil a partir de 1815 e, mesmo após a independência brasileira, em 1822, os/as sujeitos francófonos/as continuaram a desembarcar nos portos brasileiros. Com o contexto político francês instável, muitos viam o Brasil e, sobretudo, o Rio de Janeiro, como uma forma de ascender socialmente e garantir uma oportunidade no intermédio de uma sociedade em desenvolvimento. O Rio de Janeiro tornou-se um destino atrativo a partir desse período, mas o Tratado de Amizade Comércio e Navegação de 1826 permitiu que ainda mais franceses chegassem ao país, formando uma colônia de franceses majoritariamente urbana (Fridman, 2009). Os/as franceses/as que desembarcam no país não eram grandes comerciantes europeus, ao menos nesse primeiro momento, afinal:

Il rare qu'un homme industrieux, qui se trouve bien au milieu de sa famille, quitte l'Europe pour chercher ailleurs un mieux fort incertain; il est plus rare encore qu'un homme de fortune, ou jouissant d'un certain bien être, quitte ses parentes et ses relations pour employer son capital au hasard, dans un pays étranger (Langsdorff, 1820, p.15).³⁰

²⁹ O conturbado período político vivido na França, principalmente devido à queda de Napoleão, e as disputas políticas e as reviravoltas em Monarquias e Repúblicas afetaram diversos setores da sociedade e a população francesa, inclusive trabalhadoras do mercado da moda francês; como o trabalho de Felipe Goebel que indica como essas mudanças afetaram o cotidiano das *Marchandes de Mode*. GOEBEL, Felipe Bernardo da Silva. *O alvorecer do sistema da moda no reinado de Luís XVI e Maria Antonieta*: novos atores sociais e novos estilos. Dissertação apresentada ao PPGH – UFRJ. Rio de Janeiro, 2019.

³⁰ É raro que um homem trabalhador, bem de vida com a sua família, deixe a Europa para procurar uma vida melhor em outro lugar; é ainda mais raro que um homem de fortuna, ou que goze de um certo grau de bem-estar, deixe os seus parentes e conhecidos para empregar o seu capital ao acaso, num país estrangeiro. [Tradução nossa].

Além disso, em sua maioria, as francesas que se tornariam grandes modistas em território fluminense não eram, necessariamente, mulheres de uma elite francesa, na realidade, ao pesquisarmos seus nomes nos mais variados arquivos francófonos, são raros os registros de suas existências no país europeu. No Brasil, em razão do status social e simbólico que recebiam, algumas tornar-se-iam grandes modistas no começo do século, outras, em contraponto, não teriam a mesma sorte.

No que diz respeito à vinda da Família Real para o Brasil, de acordo com Marco Morel “mesmo com as novidades trazidas pela família Real, a sociedade não mudou subitamente, algumas práticas permaneciam e conviviam com práticas que se pretendiam modernas” (2005, p. 223). Contudo, a partir de 1810 alguns hábitos sociais modificaram-se no Rio de Janeiro (Silva, 1978). A maneira de vestir-se e alimentar-se da elite sofreram alterações. Tornara-se imprescindível vestir-se mais apropriadamente para que se fizesse jus à cidade que, então, tornou-se sede do Império português. O centro do Rio de Janeiro passou a tecer cenários distintos do que estava acostumado já que com a abertura dos portos o mercado fluminense não era mais monopólio dos comerciantes portugueses.

Os franceses dominaram alguns mercados, mas o mais significativo, sem dúvidas, foi o mercado da moda que por muito tempo foi, praticamente, um monopólio francês.³¹ Alguns estabelecimentos dedicados a vender fazendas³² e outros objetos inerentes à cultura da moda começaram a figurar na cidade.³³ Por esse motivo, diversas mulheres francesas capitalizaram sobre as transformações em curso na corte, particularmente por meio da prestação de serviços no mercado da moda. Nesse contexto, a Chancelaria Francesa, centralmente localizada na cidade, alegava facilitar a inserção de recém-chegados franceses no mercado de trabalho, proporcionando-lhes meios de subsistência e, sem dúvida, apontou o setor da moda como uma opção profissional atrativa para muitas mulheres francesas. Sobre isso, Joaquim Manuel de Macedo afirmou:

As francesas começaram a chegar e a estabelecer-se com a dominação de modistas nas ruas Direita, dos Ourives, do Cano (hoje Sete de Setembro) em 1818, 1819 e 1820. Caso célebre!... nenhuma na rua do Ouvidor!... e com certeza nenhum francês nessa

³¹ Neste contexto, empregamos o termo "praticamente" ao considerar que diversas mulheres autodenominadas francesas poderiam adotar tal designação primordialmente em virtude do capital simbólico.

³² O termo “fazenda” vem do fazer tecido como o primeiro fazer dos homens.

³³ Isso não significava que não houvesse estabelecimentos como os armazinhos presentes no Rio de Janeiro desde o século XVIII, conforme nos atestam documentos encontrados no A.G.C.R.J; mas o modelo destes estabelecimentos se modificou nos primeiros anos do século XIX com a figura das modistas e costureiras francesas.

mesma rua, que aliás já tinha casas inglesas. [...] De súbito, e como de plano, mas sem que o tivessem concertado, pronunciou-se, de 1821 a 1822, a hégira das modistas francesas para a rua do Ouvidor (1963, p. 100).

Ao longo do oitocentos, a rua do Ouvidor tornava-se o grande cenário da moda que circulava no Brasil. Situada na região central da cidade, a rua transformou-se no espaço ideal para a circulação dos consumidores, considerando a movimentação gerada pelos múltiplos comércios, mais especificamente as Casas de Moda (Menezes, 2022). Com o passar dos anos, mulheres passeavam pela rua do Ouvidor atentas às vitrines e as últimas modas que circulavam naquele ambiente. Foi ali, ou em suas redondezas, que muitas modistas francesas se fixaram na cidade e abriram seus estabelecimentos. Em 1825, o viajante Carl Schlichthorst relatou que:

A rua do Ouvidor tem aspecto singular e nela, por momentos, a gente se julga estar em Paris. Caixeiros exageradamente pintadas, com cinturas finas e olhos à espreita, exibem gastos encantados diante dos espelhos, cosem em atitude elegante ou lançam as redes de seus olhares pela longa fila de joias, o que até certo ponto lembra o Palais – Royal (Schlichthorst, 1825, p. 100).

A rua do Ouvidor era, portanto, o centro de encontro das modas no oitocentos fluminense.³⁴ Os comerciantes que se aventuravam nesse modelo de negócio dependiam da rua do Ouvidor e se aglomeravam nesse endereço e nos locais adjacentes. Porém, evidentemente, a rua também dependia desse comércio, afinal de contas...

O que seria a rua do Ouvidor se não houvesse modas? Está claro que não existia. Nem Desmarais, nem Wallerstein, nem Pantaleão e Farias, nem a própria Mme. Dubois passaria toda sua vida entre flores e fazer flores! Nada, toda essa gente se empregaria talvez na agricultura. Ora, meu Deus! Deixar de vender fitas, cetins, flores, adornos, enfeites, para que? Quem sabe se para plantar batatas! É uma ideia horrível! (*Novo Correio das Modas*, n. 1, 1852, p. 39).

³⁴ Na rua do Ouvidor estavam inseridas algumas modistas que poucas vezes fizeram presentes na imprensa e que suas presenças são, na verdade, marcadas por lacunas nas fontes de pesquisa. É o caso, por exemplo, de Mme. Boucher que, em 1824, tinha loja no nº 116 da rua e comercializa sapatos, botas e chinelos, mas que, apesar disso, era demarcada como modista o que nos leva a acreditar que a idealização da figura de modista nos primeiros anos do século XIX perpassava por diversos ofícios concernentes ao mercado da moda que não só à figura de uma modista que, de fato, produzia indumentárias (*Diário do Rio de Janeiro*, n. 0900007, 1825 p. 3). É evidente, no entanto, que a presença dessas mulheres não se restringia ao Ouvidor, conforme demonstraremos ao longo desta pesquisa, algumas modistas que não se nomeavam estavam presentes em outros endereços como na rua Princesa do Catete que no sobrado do nº 18 contava com uma senhora inglesa disposta a vender os serviços de costureira e modista (*Diário do Rio de Janeiro*, n. 1000006, 1826, p. 3) e uma modista parisiense na rua dos Ourives (*Diário do Rio de Janeiro*, n. 1000021, 1826, p. 3). A distância entre as lojas da modista inglesa e da modista parisiense deslindam, de forma objetiva, a diferença do poderio simbólico que as modistas carregavam quando falamos do mercado da moda oitocentista. Perto da rua dos Ourives e do Ouvidor, na rua da Alfândega encontramos, nesse mesmo ano, uma “francesa costureira e modista” que, apesar de estar situada em um endereço não habitual ao universo da moda, ainda se mantinha perto do epicentro comercial (*Diário do Rio de Janeiro*, n. 0900007, 1827, p. 3).

Muitas dessas francesas imigrantes do começo do século inauguraram o que entendemos como “grandes casas de moda”, grandes porque dispunham de uma espécie de armarinho onde vendiam-se diversos produtos necessários para atividades de costuras: como as linhas, agulhas e tecidos; além de possuírem “casas de costuras”, situadas tanto acima das lojas como atrás, onde de fato trabalhavam produzindo indumentárias e adornos. Nessas casas de costuras poderíamos encontrar as mulheres que ficavam “por debaixo dos panos” no interior das Casas de moda, mulheres que, muitas vezes, eram pobres e/ou escravizadas e viviam o cotidiano desses ofícios.

Verificava-se, em contínuo desenvolvimento ao longo dos anos, a presença ascendente das “pequenas casas de moda”, onde a fronteira entre público e privado frequentemente se diluía, com modistas de menor proeminência realizando seus trabalhos costureiros nas dependências de suas residências, por vezes colaborando em tarefas de cunho doméstico para modistas mais estabelecidas. Algumas delas, inclusive, empreendiam a abertura de Casas de Moda, embora detivessem uma influência comparativamente inferior àquelas situadas nos endereços de maior destaque.

1.1 Rio de Janeiro: território de possibilidades

De acordo com Marco Morel “a presença francesa era constituída – no Brasil do século XIX – mais pela rede de comércio do que pela ação, por exemplo, diplomática” (2005, p. 37). À vista do que foi apresentado pelo autor, percebemos que a presença dos franceses era realmente ampla no comércio em geral e, ainda maior, no comércio relativo à moda. Para Charles Expilly, francês que veio ao Brasil trabalhar com comércio, haveria apenas dois tipos de imigrantes que vinham para o país. Um deles, em menor número, eram os: “negociantes infelizes, mas não degradados, operários laboriosos; pais de família oprimidos pela miséria” (1863, p. 260). Nesse modelo, inserimos as mulheres que vieram trabalhar no campo da moda.

Em 1834, o Conde Alexis de St. Priest, que fora diplomata francês no Brasil, redigiu um relatório destinado ao Ministro dos Estrangeiros. Neste, Alexis de St. Priest discorreu a respeito da situação dos franceses no Brasil na década de 1830 e nos anos anteriores.³⁵ Segundo St. Priest era comum que:

³⁵ Este relatório é de grande importância na medida em que podemos observar, fundamentado uma ótica oitocentista, a entrada de franceses no Brasil.

A população francesa mais distinta pelo manto individual ou pela posição social foi construída em épocas sucessivas por elementos muito (*ilegível*). Nela figuram alguns destroços da primeira emigração da Revolução, gente refugiada em Portugal onde ocupam cargos na corte e no exército. Essa gente seguiu o rei D. João VI quando este transmigrou. Fatigados de deslocamentos e agitações, ligados ao Brasil, por seus novos interesses e por essas relações essas pessoas ficaram na terra após o regresso do rei para Portugal. (BR RJANRIO RE.0.ANT, ARF.34/147, p. 173).

Conforme o trecho transcrito acima, St. Priest afirmou que a população francesa que entrava no Brasil antes da queda de Napoleão era uma população nobre que mantinha relações com o rei português; declarou ainda que estes franceses teriam permanecido no Brasil, mesmo após o retorno de D. João VI para Portugal. Este cenário se modificou após a queda de Napoleão, em 1815, quando passou a entrar no Brasil outra parte da população francesa: “A queda do governo de Napoleão, por sua vez, trouxe ao Brasil os desgraçados do novo regime, alguns homens de opiniões políticas (*ilegível*) sem emprego vieram arriscar a sorte no Império” (BR RJANRIO RE.0.ANT, ARF.34/147, p. 178). Assim, percebemos que St. Priest destacou em sua colocação que o caráter da população francesa que imigrou para o Brasil, especificamente para o Rio de Janeiro, modificou-se ainda nas primeiras décadas do Oitocentos.³⁶

O Brasil, no que lhe concerne, encontrava-se em constante desenvolvimento no período³⁷ e buscava alinhar-se aos padrões de civilização europeu, sendo a França uma inspiração de país moderno e civilizado. Mesmo passando por um período político conturbado, continuava a ser um país insuflado pelos ares do iluminismo.³⁸ Diante desse cenário, o Rio de

³⁶ À face do exposto anteriormente, tomamos conhecimento de inúmeros/as franceses/as que desembarcaram nos portos fluminenses a partir de 1816; entretanto, é um desafio para nós, pesquisadores/as, distinguirmos as motivações particulares de cada imigrante, ou seja, as causas próprias que determinavam as imigrações em específico. Abel Châtelain, historiador francês, indicou essa dificuldade em texto publicado na *Revista dos Annales* (1945). Segundo Châtelain, só conseguiríamos entender as razões particulares de cada imigrante se tivéssemos acesso a documentações particulares, como cartas escritas pelos eles/as. Na pesquisa apresentada, não foi possível encontrarmos nenhuma carta e/ou fonte de caráter pessoal dos sujeitos investigados; por esta razão, compreendemos as imigrações a partir de contextos sociais, políticos e econômicos. Isto é, buscamos entender quais causas sociais, políticas e/ou econômicas motivaram os/as franceses/as a optarem por retirar-se da França nos idos anos do século XIX.

³⁷ O Brasil da década de 1820 também vivia um período conturbado politicamente, como nos aponta Lucia Bastos em seu livro *Corcundas e Constitucionais: a cultura política da Independência (1820-1822)*; ainda assim, oferecia mais oportunidades de trabalho e não deixou de ser um destino procurado pelos europeus. NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e Constitucionais: a cultura política da Independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: Revan, FAPERJ, 2003.

³⁸ Esse elo entre Brasil e França e a evidente influência que a França representava ao Brasil não era, contudo, exclusividade deste território. Segundo Vidal e Luca, outros lugares também eram influenciados pelos (as) franceses (as), como a Argentina. (Vidal; Luca, 2009, p.12)

Janeiro mostrava-se, então, como uma opção atrativa para os/as franceses/as.³⁹ Foi nessa conjuntura que a cidade cresceu exponencialmente desde a chegada da corte ao Brasil. Em síntese, o município que tinha cerca de 60 mil pessoas em 1808 e apenas 4 freguesias “transformou-se até 1838 em uma cidade de cerca de 100 mil pessoas que habitavam 8 freguesias” (Graham, 1992, p. 38).

Muitos estrangeiros recém-chegados ao país escreviam sobre suas estadias neste lado do Atlântico e incentivavam a vinda de outros imigrantes. Georges Henri von Langsdorff, por exemplo, viajante alemão, escreveu, em francês, um livro sobre o Brasil na década de 1820. Na primeira página apresentava:

Pour satisfaire aux demandes réitérés de beaucoup des mes amis, ainsi qu'à celles de plusieurs personnes qui sont adressés à moi, sans avoir l'honneur de les connaître personnellement, et pour m'épargner la répétition des réponses que j'ai déjà faites à tant de demandes de la même nature, je me suis déterminé à donner un petit aperçu du pays que j'ai habité pendant les sept dernières annés, c'est-à-dire, de la ville e de la province de Rio de Janeiro.

Mon but n'est point d'engager des colonistes, ou bien d'encourager les émigrations des Européens pour le Brésil; mais uniquement de faire connaître à tous ceux qui veulent bien s'y intéresser, des faits incontestables sur um pays qui est à peine connu, et sur lequel sont fixés aujourd'hui les regards de l'univers (1820, p. 1).⁴⁰

Assim, de maneira gradual e acompanhando uma tendência ascendente, observamos um aumento anual no número de navios franceses que desembarcavam no porto do Rio de Janeiro. Em 1819, conforme o relatório referente ao comércio dos portos de Havre e de Ruão com o Brasil, sete navios, vindos de Havre, aportaram no território fluminense (BR RJANRIO RE.0.ANT, ARF.34/). Em 1821, quarenta e duas embarcações entraram no Rio de Janeiro e quarenta e seis, saíram. De acordo com uma publicação do *Jornal do Comércio* o mesmo número de embarcações francesas entrou no Rio de Janeiro no ano de 1827.

³⁹ Segundo Alexis de St. Priet, em 1834 havia uma média de 3.800 franceses no Rio de Janeiro. (BR RJANRIO RE.0.ANT, ARF.34/147). O Brasil, contudo, não fora o único país procurado pelos franceses, a Argentina também foi o destino muito almejado (Vidal; Luca, 2009).

⁴⁰ Para satisfazer os repetidos pedidos de muitos dos meus amigos, bem como os de várias pessoas que se dirigem a mim sem ter a honra de os conhecer pessoalmente, e para me poupar à repetição das respostas que já dei a tantos pedidos da mesma natureza, decidi dar um breve esboço do país que habitei durante os últimos sete anos, isto é, da cidade e província do Rio de Janeiro.

O meu objetivo não é encorajar os europeus a emigrarem para o Brasil, mas apenas dar a conhecer a todos aqueles que estão dispostos e se interessam fatos inegáveis sobre um país que é pouco conhecido, e sobre o qual os olhos do mundo estão fixados agora. [Tradução nossa].

Figura 3 - Embarcações estrangeiras que entraram e saíram do porto do Rio de Janeiro no ano de 1827.

Bandeira	Entradas	Saídas
Ingles	180	174
Americana	72	63
Francesa	42	46
Alema	12	12
Holandesa	7	7
Portuguesa	3	6
Hannoveriana	3	3
Dinamarquesa	4	3
Russa	2	2
Sarda	2	2
Prussiana	2	1
Genovesa	1	1
Austríaca	1	2
Frega	1	1
Tomme	1568	1549

Rio de Janeiro 1º de maio de 1827.

Fonte: BR RJANRIO RE.0.ANT, ARF.34/.

Figura 4 - Embarcações estrangeiras que entraram e saíram do porto do Rio de Janeiro no ano de 1827.

Embarcações estrangeiras que entrarão e sairão no porto do Rio de Janeiro no anno proximo passado de 1827, segundo as partes da Fortaleza do Registo.

<i>Nações.</i>	<i>Entrarão.</i>	<i>Sahirão.</i>
Americanas	136	122
— de guerra	5	6
Dinamarquezas	3	4
Francesas	42	42
— de guerra	35	39
Genovezas	0	1
Hamburguezas	12	11
Hespanholas	2	2
Hollandezas	24	22
— de guerra	2	3
Inglezas	216	194
— de guerra	25	25
— Paquetes	37	36
Portuguezas	59	43

Fonte: *Jornal do Comercio*, n. 123, 1828, p. 04.

Comparando os anos de 1819, 1821 e 1827 há uma diferença de quarenta navios desembarcando no Rio de Janeiro, em um espaço temporal de menos de dez anos. Desse modo, é possível percebermos como o fluxo de entrada de franceses/as cresceu. Além de aumentar a movimentação de pessoas, registra-se também, a partir dos dados fornecidos no *Jornal do Comércio*, que a entrada de mercadorias francesas foi ampliada. De acordo com Gineband, cônsul da França no período, as exportações para o Brasil expandiram a partir de 1821 (BR RJANRIO RE.0.ANT, ARF.34/). Por conseguinte, ao longo da década de 1820, essa relação entre os fluminenses e franceses, sobretudo os parisienses, foi sendo cada vez mais intensificada.

Em 1823, por exemplo, o preço de uma passagem da França para o Brasil correspondia a cerca de 700 a 800 francos (BR RJANRIO RE.0.ANT, ARF.34/), enquanto uma máquina de

fiar custava apenas 2,45 francos⁴¹, o queijo custava de 1 a 1,25 francos.⁴² Naquela época, um operário conseguia 450 francos por um mês de trabalho, enquanto uma operária, apenas 300 francos pela mesma jornada.⁴³ Assim, podemos perceber o poder aquisitivo das pessoas que conseguiam circular frequentemente entre os dois países. Como consequência, é possível diferenciá-los dos/as franceses/as que não mantinham essa movimentação entre os dois territórios e acabavam permanecendo no Brasil; ou até mesmo daqueles que retornaram à França apenas uma vez, em sua maioria ao final de suas vidas.

1.1.1 Campo de oportunidades para as francesas: trabalhadoras e consumidoras

O aumento do fluxo imigratório de franceses, e mesmo de outras nacionalidades, transformou o cenário cultural, social, econômico e político do Rio de Janeiro, como consequência, alterou a estrutura da sociedade.⁴⁴ A chegada das imigrantes francesas modificou também a vida das mulheres que já viviam por aqui: “quando se inicia o século XIX, as mulheres brasileiras, em sua enorme maioria, viviam enclausuradas em antigos preconceitos e imersas numa rígida indigência cultural” (Duarte, 2019, p. 27). Essa conjuntura passou por modificações significativas com a chegada da Corte e, subsequentemente, das francesas. Como resultado, a abertura de numerosas Casas de Moda na cidade possibilitou que algumas mulheres se tornassem consumidoras de produtos *à moda parisiense*.

⁴¹ “L’humble rêve de 1810 qui consistait à réaliser une économie de moitié sur la filature à la main était largement dépassé: de 1825 a 1870 le prix de façon tomba de 2 fr. 45 à 0 fr. 90 centimes” AVENEL, G d’. *Le Budget de la toilette depuis sept siècles. Revue des Deux Mondes*, 6e période, tome 51, 1919 (p.m335 – 360). “O humilde sonho de 1810 de poupar metade do custo de fiação à mão foi muito ultrapassado: de 1825 a 1870 o preço da fiação caiu de 2,45 para 0,90 centimos” [tradução nossa].

⁴² “Du fromage...Excepté les tout premiers, les prix d'avant la Révolution sont généralement un peu supérieurs à ceux d'après, qui vont de plus de 1 fr. à 1 fr. 25 c. jusqu'en 1843.” BIENAYME, Gustave. *Le coût de la vie à Paris à diverses époques. Journal de la société statistique de Paris*, tome 37 (1896), p. 375-390. “O Queijo...Exceto para os primeiros, os preços antes da Revolução são geralmente um pouco mais altos do que os preços depois, que variam entre mais de 1 fr. a 1 fr. 25 c. até 1843”. [Tradução nossa].

⁴³ VILLERMÉ, Louis-René. *Tableau de l'état physique et moral des ouvriers*, 1840. Disponível em: https://www.assistancescolaire.com/enseignant/college/ressources/base-documentaire-en-histoire/le-budget-d-une-famille-ouvriere-au-xixe-siecle-h_th43t02. Acessado 13 de jul. de 2022.

⁴⁴ Lená Medeiros de Menezes nos mostra que a entrada desses imigrantes europeus era interessante para quem estava no Brasil já que “a imigração foi apresentada como estratégia para alcançar as mudanças sonhadas por elites que tinham os olhos postos na Europa, a partir da ideia de que a vinda de trabalhadores europeus acarretaria a superação das heranças colonial e escravista” (2015, p. 55).

Não obstante, não eram todas as mulheres que poderiam consumir os produtos das modistas francesas, já que os artigos eram caros e, por isso, as grandes consumidoras eram mulheres de elite que optavam por comprar suas roupas com as modistas presentes no Brasil, fossem elas estrangeiras ou não. Por sua vez, as roupas mais simples eram feitas pelas costureiras escravizadas nas casas de famílias ricas ou mesmo mulheres pobres que costuravam para si própria e seus familiares. Mesmo aquelas que tinham condições financeiras de comprar tais peças, não compravam sempre e o consumo dos itens produzidos pelas madames francesas estava atrelado aos acontecimentos sociais de uma família, como casamentos e batizados; posteriormente, por volta da década de 1840 adiante, poderiam também estar associados aos bailes e eventos sociais que aconteciam mais frequentemente na cidade.

Para compreendermos melhor a figura e presença dos/as consumidores/as, podemos citar Joaquim Carneiro da Silva Braga. Joaquim era comerciante no interior da província do Rio de Janeiro e comprava produtos das Casas de Moda fluminenses para vender em sua cidade. O comerciante faleceu na década de 1830 deixando uma dívida para seus familiares de aproximadamente 3.950.180 réis (BR RJANRIO 84.0.ACI.3852)⁴⁵, para se ter uma ideia do montante da dívida, uma chácara nesse período custava cerca de 4000 réis (*Diário do Rio de Janeiro*, n. 100006, p. 3) Joaquim Carneiro comprava fazendas variadas que iam desde seda e cetim, fazendas custosas, até a chita, um tecido conhecidamente mais barato. Dessa forma, sua Casa de Moda atendia a uma clientela diversificada no interior, composta por mulheres interessadas na aquisição de itens que variavam desde chapéus de palha italiana e lenços de seda preta até aquelas que procuravam por chita.⁴⁶

Além dessa documentação, o inventário e processo de testamento de Damazia Romana, moradora do Rio de Janeiro, falecida na década de 1820, demonstra, ainda que de forma breve, possíveis consumidoras das Casas de moda francesas (BR ANRIO Inventário de Romana Damazia, 1820, nº 9178, maço 476). Nos documentos de Damazia, podemos verificar itens como correntes de ouro para relógios, braceletes, xales, crucifixos e pentes que poderiam ser encontrados em algumas das lojas pesquisadas.⁴⁷ Apesar de termos encontrados escassos dados

⁴⁵ Os produtos que eram constantemente adquiridos por Joaquim para serem revendidos podem ser verificados no anexo A.

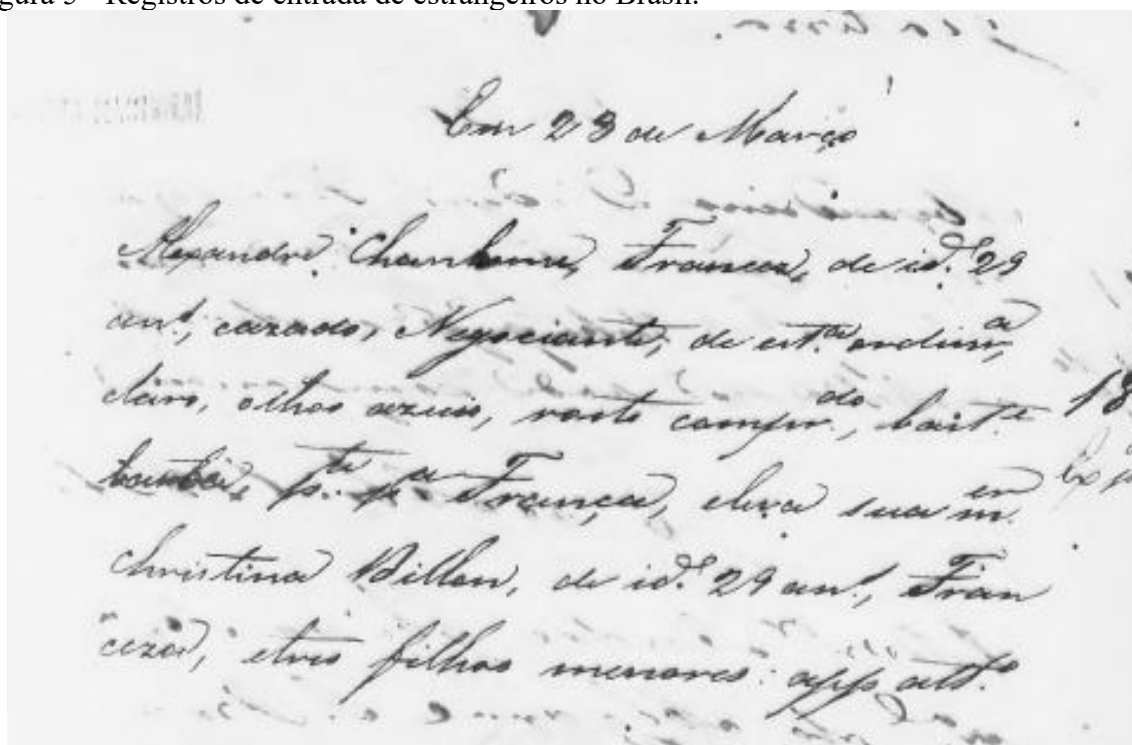
⁴⁶ Para saber mais sobre tecidos ver: PEZZOLA, Dinah Bueno. *Tecidos: histórias, tramas, tipos e usos*. Senac: São Paulo, 2007.

⁴⁷ No anexo B podemos constatar alguns itens que Dona Damazia possuía e deixou para suas filhas em testamento.

sobre Damazia é possível conjecturarmos que se tratava de uma mulher abastada financeiramente e que retrata, de certa forma um público consumidor afortunado das modistas mais afamadas no Oitocentos.

No que se refere às trabalhadoras do mercado da moda, os registros de estrangeiros feitos pela Polícia da Corte, órgão responsável pela organização da cidade no período⁴⁸, nos auxiliaram a verificarmos alguns entrantes no Brasil ao longo da época pesquisada. Conseguimos identificar algumas mulheres francesas a partir da apresentação de seu cônjuge. Como no exemplo demonstrado a seguir:

Figura 5 - Registros de entrada de estrangeiros no Brasil.



Fonte: BR RJANRIO 0E.COD.0.423, v.9/f.023D. Fundo de Polícia da Corte. A.N.R.J.

Na Figura 5, apresentada acima, lê-se “Em 23 de março, Alexandre Chauhomme, francês, 29 anos, casado, negociante, [...] parte para França e leva sua mulher Christina Dillon de 29 anos, francesa e três filhos menores [...] em 1836” (BR RJANRIO 0E.COD.0.423, v.9/f.023D). Assim, identificamos Christina Dillon não a partir de seu próprio registro de

⁴⁸ A Polícia da Corte, nesse período, tinha como função, além de tudo, a organização social da corte. Para saber mais sobre a Polícia da Corte no século XIX, ver em: HESPANHA, António Manuel & SUBTIL, José. Corporativismo e Estado de polícia como modelos de governo das sociedades euro-americanas do Antigo Regime. In: GOUVEIA, Maria de Fátima & FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *O Brasil Colonial* Vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2014, p. 127–166.

entrada/saída, mas com a certidão de seu marido. Como afirmado por Dias (1984) para estudar as mulheres na história, precisamos saber ler as entrelinhas dos documentos, principalmente, quando analisamos uma documentação “oficial”. Naquele período, muitas mulheres tiveram suas vidas atreladas às dos maridos resultando em numerosos registros vinculados aos homens, ou seja, assim como Christina Dillon apareciam nas fontes quando associadas aos seus maridos. Isso representa um apagamento e silenciamento das mulheres na história e, conseqüentemente, nas fontes “oficiais” de pesquisa o que simboliza uma evidente questão de gênero atrelado às pesquisas históricas. Quantas não foram as mulheres esquecidas por não estarem presentes estritamente nos arquivos?

Não obstante, algumas cidadãs francesas foram devidamente identificadas mediante seus nomes no Registro da Polícia na Corte, principalmente quando eram solteiras ou viúvas, mas não só. A título de exemplo, podemos citar: Maria Luísa Bernardina, uma jovem francesa de 24 anos que, em 1837, optou por retirar-se para a França, junto ao seu marido (BR RJANRIO 0E.COD.0.423, v.9/f.023D); Anna Lanlane, francesa, que embarcou para Santos em 1841 (BR RJANRIO 0E.COD.0.417); ou Clarisse Dubois, que em 1827, retornou à França aos seus 34 anos (BR RJANRIO 0E.COD.0.423); nesse mesmo ano, Maria Henriqueta Savart de Saint Brisson também decidiu regressar ao seu país de origem, aos 26 anos (BR RJANRIO 0E.COD.0.423); ou ainda Maria Virginia Boisson, francesa, viúva, com 28 que chegou ao Brasil em julho de 1835, vindo da França, e estava, aquela época, morando no Hotel da França, mas, ainda que residindo em um hotel, afirmou que tinha “vindo para ficar” (BR RJANRIO 0E.COD.0.381).⁴⁹

A verdade é que muitas diversas narrativas estão subjacentes aos nomes encontrados nessa documentação, mas nem todas serão abordadas nesta tese, visto que algumas desviam de nosso objetivo principal. Principalmente porque nem todas as imigrantes francesas que desembarcaram no país estavam atreladas ao mercado da moda, como veremos algumas eram professoras, preceptoras ou parteiras e vincularam suas trajetórias a outras realidades sociais, econômicas e políticas. O historiador Carlo Ginzburg delinea as possibilidades de investigação a serem desenvolvidas por meio dos nomes encontrados; fundamentando-se nesses nomes,

⁴⁹ Algumas mulheres pesquisadas diziam que tinham “vindo para ficar” pois era demarcado uma diferença entre aqueles que utilizavam a cidade como pouso para outros destinos, como Buenos Aires e aqueles que, de fato, desembarcavam no Rio de Janeiro com o objetivo de (re)criarem uma vida e uma trajetória na cidade brasileira. Além disso, alguns/as franceses/as declaravam, ao chegar, que ficariam residindo na casa de algum parente e/ou amigo/a francês/a; outros residiam, por um período, em um dos hotéis existentes na cidade. A título de exemplo, uma senhora costureira modista que afirmava ter chegado havia pouco tempo de Paris solicitava que a procurassem na casa do Sr. Vannet, 2º andar, quarto 12 (*Jornal do Comércio*, n. 285, 1847, p. 3).

podemos elaborar as intrincadas redes de conexão entre as sujeitas em análise: “As linhas que convergem para o nome e que dele partem, compõem uma espécie de teia de malha fina, dão ao observador a imagem gráfica do tecido social em que o indivíduo está inserido” (Ginzburg, 1989, p. 175). Por isso, os nomes apresentam-se como meios fundamentais para compreendermos a presença dessas francesas no Brasil.

Observamos que proporcionalmente foi registrado um número significativamente maior de homens entrantes no país. Entre esses registros, destaca-se, ainda que de forma sucinta, a menção às suas profissões. As informações relativas às ocupações desempenhadas pelas mulheres identificadas estão predominantemente ausentes nesta documentação; quando as profissões são mencionadas, geralmente pertencem àquelas mulheres que se registraram de maneira independente, sem a presença de um cônjuge. Isso sugere que a correlação entre trabalho e matrimônio, dependendo da classe social e da etnia, não se apresentava de forma simplificada. Apesar disso, conseguimos averiguar as profissões de algumas francesas.⁵⁰ Como exemplo, temos: Clarisse Dubois, francesa que afirmara ter ido à França em 1827 e fora identificada como “modiste” no registro de sua ida à província da Bahia, em 1829 (BR RJANRIO 0E.COD.0.423) e Jenny Rivière, francesa que, aos 26 anos, entrou no Brasil também registrando-se como modista (BR RJANRIO 0E.COD.0.1102).

Atividades relativas ao cuidar são as mais comuns entre as mulheres encontradas nesta investigação. O ato de cuidar é intrinsecamente relacionado à figura das mulheres como sujeitas sempre dispostas a doar-se ao outro em diversos sentidos, mas, principalmente, por meio de um trabalho doméstico. Tais ocupações estão, além disso, diretamente relacionadas ao conceito de feminilidade branca que pode ser tão exemplificado no período pesquisado e é distinto de uma ideia de feminilidade que abarcasse todas as mulheres considerando que às mulheres negras esta noção distingue-se inteiramente das mulheres brancas (Carneiro, 2019).⁵¹

A prática da costura e atividades correlatas, em sua essência, foi intrinsicamente vinculada às mulheres de diversas maneiras. As mulheres pesquisadas desempenharam funções

⁵⁰ Para conseguirmos descobrir os ofícios que as mulheres tinham foi preciso fazermos um cruzamento de fontes entre os jornais, registros da Junta do Comércio e registros de Polícia da Corte.

⁵¹ Quando falamos em uma feminilidade branca diferenciamos de uma feminilidade negra considerando que destas sempre fora esperado uma força excessiva e capacidade para realizar trabalhos duros; enquanto o mesmo não acontecia com as mulheres brancas. GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano: Ensaio, intervenções e diálogos*. RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (orgs). 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: HOLANDA, Heloísa Buarque. *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

como modistas, costureiras e *marchandes de modes*.⁵² Muitas delas se autointitulavam como modistas, outras tantas como modistas e costureiras e algumas como costureiras. Essa destoante distinção de autodenominação nos instigou a ponto de questionarmos se haveria então uma diferença entre estes trabalhos. Posto isso, na seção seguinte, procuramos responder este questionamento.

1.2 Modistas ou Costureiras?

Na França do século XVIII, as *Marchandes de Modes* eram, de acordo com Felipe Goebel, as mulheres que realizavam:

Um comércio lucrativo que era considerado extremamente sério e ao mesmo tempo superficial e frívolo. Nem artesãs ou artistas nem mercadoras, elas agiam como uma ponte, ou um amortecedor, entre as camadas trabalhadoras de Paris e a aristocracia. Desfrutavam de acesso íntimo aos quartos e corpos de seus superiores sociais, homens e mulheres; ao mesmo tempo, as classes se misturavam em suas lojas (2019, p. 31).

Rose Bertin, famosa *marchande de mode* de Maria Antonieta, foi, segundo Anne Hollander, a primeira das criadoras de moda - que a autora nomeia como “artesãos da moda” - a receber os créditos por suas criações (1996, p. 24). Isso tudo ocorrera graças a *guilda de alfaiates femininos* criadas por mulheres francesas e que possibilitaram a existência das modistas e costureiras (1996, p. 88). O termo modiste, por sua vez, segundo o *Dictionnaire de l'Académie française* significava em meados da década de 1830: “MODISTE. S. des deux genres Ouvrier, ouvrière en modes; marchand, marchande de modes. *Un modiste. Une modiste. Une marchande modiste*”.⁵³ Assim, modista poderia referir-se, na França, tanto ao homem quanto a mulher e ser tanto uma trabalhadora que se ocupava de cargos no universo da moda (modista e costureira), quanto uma mercadora. Na França, essa preposição diferenciava-se, de maneira significativa, ao que veremos no Brasil.

⁵² A figura da *marchande de mode*, associada principalmente às mulheres francesas, foi (re)afirmada no Brasil apenas no *Almanaque dos Negociantes do Império* publicado em 1827 e principal fonte de pesquisa para as informações apresentadas no capítulo 2.

⁵³ Definição disponível em:

<https://artflsrv03.uchicago.edu/philologic4/publicdicos/query?report=concordance&method=proxy&q=modiste&start=0&end=0>. Acesso 10 de set. 2022. Modista, dois gêneros de trabalhadoras, trabalhadora de moda; mercadora, mercadora de moda. Um modista, uma modista, uma mercadora de moda. [Tradução nossa].

O desenho demonstrado a seguir representa a figura de uma modista francesa de acordo com Georges-Jacques Gatine, desenhista francês. Ele buscou retratar os elementos que configuravam o ofício de modista nesse período. Podemos destacar na Figura 6 que a mulher “modiste” carregava uma bolsa que, aparentemente, poderia portar chapéus. Reparemos, além disso, que o traje da trabalhadora não conta com o “panier” habitual ao século XVIII, sua indumentária tinha, portanto, uma maior facilidade de locomoção o que indica uma circulação como possível comerciante de chapéus, indumentárias e/ou tecidos.⁵⁴

As cores escolhidas, em predominância o verde e o amarelo, remetiam, de acordo com Pastoureau, à desordem. O autor, no entanto, afirma que no começo do século XVIII esta associação estava perdendo credibilidade, mas que, nos séculos anteriores, a combinação do verde com o amarelo não transmitia sentimentos positivos (Pastoureaus, 1983). O uso dessas cores poderia indicar ainda uma relação com uma nobreza francesa bastarda e que almejava utilizar-se de ouros e adornos reais, mas que não cabia a eles.⁵⁵

⁵⁴ Sobre isso, agradeço as conversas com o pesquisador Felipe Goebel e com a pesquisadora Caroline Alves.

⁵⁵ Aqui, agradeço novamente as trocas e conversas com Felipe Goebel e Caroline Alves.

Figura 6 - *Costumes d'ouvrières parisiennes* por Georges-Jacques Gatine (1773-1841).



Fonte: Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/accueil/fr/content/accueil-fr?mode=desktop>. Acessado 09 de mai. 2023

No Brasil, a modista possuía um ofício que a fazia refletir e repensar sobre as modas e os interesses de sua clientela, analisando e entendendo mais do que, de fato, realizando atividades manuais, que ela deixava a cargo de suas contramestras e costureiras.⁵⁶ Diante de tal

⁵⁶ Sabemos que a historiografia demonstrou que por muitas décadas, tanto em França quanto no Brasil, a profissão das modistas estava associada à prostituição; essa correlação não se confirmou nas fontes pesquisadas para este trabalho e nem mesmo queremos adentrar nessa perspectiva. Nosso objetivo com esta pesquisa é demarcar a autonomia dessas mulheres cujas atividades eram voltadas ao mercado da moda fluminense. O que nossas fontes revelam corroboram com o relato do pintor francês Édouard Manet quando ele afirmou que Mme. Lacarrière, modista francesa que o abrigou durante sua estadia no Rio de Janeiro, estava “acima de qualquer elogio” e que sua mãe não deveria assustar-se com o título de modista daquela que tão bem o acolhia. BENTO, Antônio. *Manet no Brasil*. Estudo comemorativo da passagem do centenário da visita do pintor ao Rio de Janeiro (1849 – 1949). Rio de Janeiro: Ministério da Educação e da Saúde, 1949. Para saber mais sobre a correlação entre as modistas e a prostituição no Rio de Janeiro ver em: PEREIRA, Cristiana Schettini. Lavar, passar e receber visitas: debates sobre a regulamentação da prostituição e experiências de trabalho sexual em Buenos

definição, é compreensível entender as razões que levaram as primeiras modistas francesas no Brasil a serem definidas como *marchandes de modes* pelo *Almanaque dos Negociantes do Império* durante a década de 1820.⁵⁷ Em português, poderíamos traduzir *marchande de mode* para “mercadora de moda”; no entanto, no *Dicionário da Língua Portuguesa*, não foi possível encontrar nem mesmo uma definição para a palavra mercadora. O que segue é a designação de mercador:

Pessoa que compra para vender por grosso ou a retalho; mercador de atacado ou de retalho. Mercador de loja; o mesmo que de retalho. Mercador de sobrado; o mesmo que de atacado; o que vende as partidas, por junto, em grosso, atacado (Silva, 1858, p. 358).

As modistas deveriam atentar-se às novidades recorrentes na sociedade parisiense. Afinal, a modista era aquela que “tem por ofício fazer vestidos, chapéus, e em geral todos os objetos pertencentes ao vestuário de uma senhora, seguindo a moda no corte e feitio desses objetos” (Silva, 1858, Tomo II, 383). Além disso, a modista teria a função de despertar novos interesses (*Diário do Rio de Janeiro*, n. 219, 1856, p. 1)⁵⁸, encargo esse que não fazia parte do trabalho das costureiras já que estas, de acordo com a definição, eram “Mulheres que sabem de costura e que a exercem por ofício” (Silva, 1858, Tomo I, p. 569). É por essa razão que os anúncios concernentes a essas modistas eram recheados de referências sobre as últimas novidades de Paris, além de expressões que mais rementiam ao ofício de uma “mercadora de novidades” do que ao sentido de modista.

Na prática, o que vimos ao longo do processo de investigação deste trabalho é que ser modista configurava, em grande parte das vezes, um status social que não era atribuído às

Aires e no Rio de Janeiro, fim do século XIX. *Cadernos pagu* (25), julho-dezembro de 2005, p.25-54. Essa conexão, contudo, não era exclusiva ao território fluminense, como nos mostrou Pereira, e também existia na Argentina; Maria Lúcia de Barros Mott nos revelou ainda que tal associação era feita na França (1994). Felipe Goebel, por sua vez, demonstrou em sua dissertação que as *Marchandes de Modes* eram vistas frequentemente como prostitutas, o que não significava que algumas delas, de fato, não exercem ambas as profissões, mas que, provavelmente, nem todas *Marchandes de Modes* francesas eram prostitutas (2019). Ver: BENABOU Erica-Marie. *La prostitution et la police des mœurs au XVIIIe siècle*. Paris: Librairie Académique Perrin, 1987. Além disso, também foi nossa opção não nos aprofundarmos na relação entre Mme. Saisset e D. Pedro I, que teria tido uma relação com o imperador, apesar de diversas bibliografias citarem-na como modista ou costureira, nossas fontes não demonstram uma presença extensa de Mme. Saisset nas atividades mencionadas.

⁵⁷ Não encontramos, em documentos brasileiros, nenhuma dessas mulheres se auto identificando como uma *marchande de mode*.

⁵⁸ De acordo com Maria Cristina Volpi “trajes femininos e infantis e roupas de baixo eram feitos pela costureira, enquanto a modista fazia, enfeitava ou vendia trajes femininos segundo a última moda.” (2018, p. 119). Ainda, segundo a autora, essa distinção entre modistas e costureiras teria se originado no final do século XVII “a partir da ascensão profissional de costureiras de roupa de baixo” (2018, p. 123).

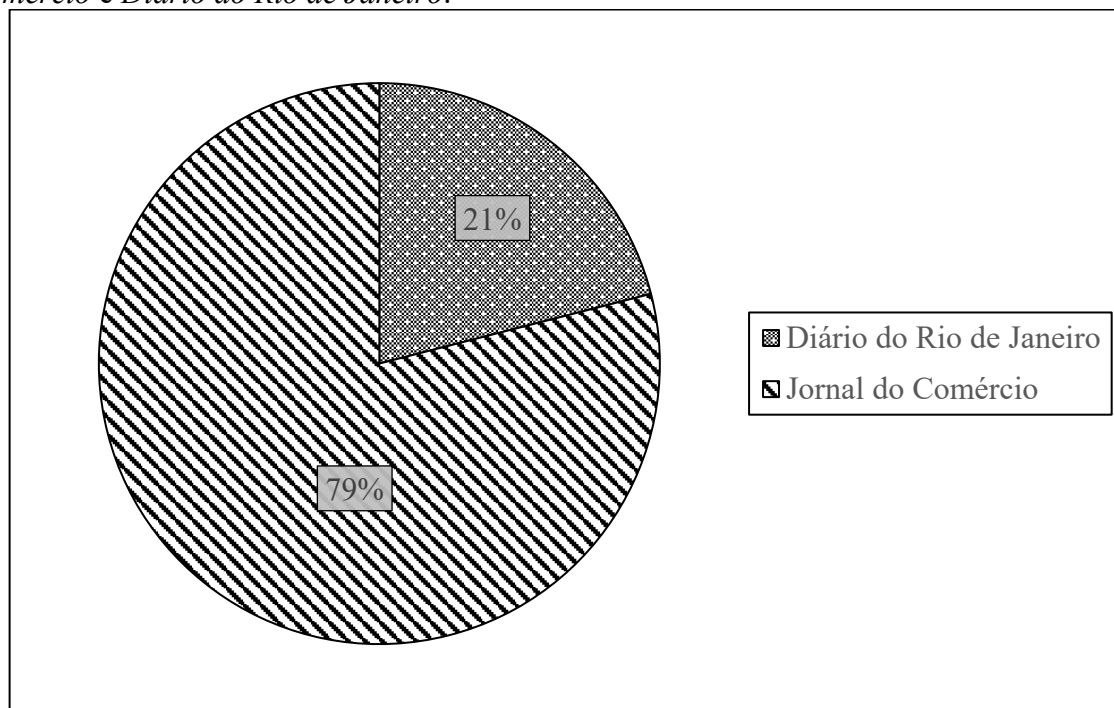
costureiras.⁵⁹ O ofício de costureiras já fazia parte do imaginário social no período anterior à chegada das modistas francesas, ou seja, no Brasil colonial (Baseggio; Silva, 2015)⁶⁰; enquanto a categorização das modistas começou a aparecer e aumentou sua frequência com o passar dos anos (Andrade, 2020) e, principalmente, a partir da chegada da Família Real no Brasil e as transformações acarretadas com esse acontecimento. Por isso, e por serem naturais de um país que era molde de civilização para o Brasil (Rainho, 2002), as francesas acabaram se destacando nos cargos de modistas.

Dessa forma, é possível observar que numerosas modistas francesas se estabeleceram no Brasil durante a primeira metade do século XIX. Com o incremento do contingente de mulheres atuando profissionalmente, tornava-se imperativo que elas se destacassem e, para atingir esse objetivo, muitas delas recorreram aos anúncios veiculados nos periódicos da época. Além de promoverem suas atividades, essas publicações, conforme destacado por Camila Silva (2010), desempenhavam um papel significativo na introdução da ideia de inovações e modernidades no contexto brasileiro, sobretudo após o ano de 1815. As modistas, assim, anunciavam-se em diversas publicações jornalísticas ao longo das décadas de 1820 a 1850. Contudo, os principais jornais escolhidos foram o *Jornal do Comércio* e o *Diário do Rio de Janeiro* que juntos contavam com 215 anúncios durante os anos analisados, 51 no *Diário do Rio de Janeiro (1821-1878)* e 194, no *Jornal do Comércio (1827-2016)*. No gráfico apresentado na Figura 7 podemos verificar, analisando o mesmo período para o *Jornal do Comércio* e o *Diário do Rio de Janeiro*, a diferença entre publicações nas duas folhas.

⁵⁹ O status social da modista poderia, também, estar relacionado à mentalidade do período que julgava os trabalhos manuais (que nesse caso seriam realizados pelas costureiras), como inferior aos trabalhos intelectuais. Ainda que no século XIX o campo do trabalho estivesse sofrendo mudanças significativas, incluindo o campo do trabalho da moda, como, por exemplo, com a inserção das máquinas de costuras, as mentalidades (comportamentos e forma de se posicionar) da sociedade tendiam a delongar tais alterações. As costureiras francesas por muito tempo não podiam confeccionar roupas femininas e suas atividades restringiam-se à produção de roupas brancas e “trajes de baixo”, portanto, esse imaginário social de inferiorização do trabalho das costureiras possivelmente migrou-se para o Brasil junto aos/ às franceses/as. (Volpi, 2018).

⁶⁰ Assim como o ofício de costureiras já existia no Brasil Colonial, nesse período também era possível encontrar Lojas de Fazendas e pequenos armazéns pelas ruas do Rio de Janeiro. A título de exemplo, citamos o estabelecimento de Antônio Joaquim que estava localizado na rua da Direita (BRRJAGCRJ9143).

Figura 7 - Participação na frequência de anúncio das modistas e/ou costureiras no *Jornal do Comércio* e *Diário do Rio de Janeiro*.



Fonte: Elaboração própria a partir dos jornais encontrados na Hemeroteca Digital. Disponível em: Acessado 11 de abr. 2022.

O *Jornal do Comércio* foi o periódico que mais contabilizou anúncios no período (1820-1850), cerca de 79%. A justificativa para o maior número de anunciantes no *Jornal do Comércio* pode ser atribuída ao fato do periódico manter-se muitos anos em publicação; O *Diário do Rio de Janeiro*, também publicado naquele período, registrou uma quantidade muito menor de anunciantes provavelmente porque o *Jornal do Comércio* fora, à época, muito procurado pelos comerciantes, o que incluiria as modistas.

Nos primeiros anos de publicação do *Diário do Rio de Janeiro* os anúncios, característicos do jornal, eram gratuitos, quadro que se modificou ao longo dos anos quando o periódico passou a cobrar “uma módica contribuição”, quando a folha sofreu por um processo de mudanças (1840, n. 38, p. 1).⁶¹ Por sua vez, o *Jornal do Comércio* cobrava, nesse período, 80 réis por 40 letras em cada linha (Moura, 2022). Nesse mesmo período, uma maçã pequena custava um alto preço, cerca de 80 réis (Silva, 1978). Um anúncio que apresentasse pelo menos o nome da modista, sua nacionalidade e endereço teria, pelo menos, umas 200 letras, o que faria

⁶¹ Na primeira edição do jornal, em 1821, o editor escreve: “neste diário se inserem gratuitamente todos e quaisquer anúncios ou notícias particulares que convenham e seja lícito imprimir” (*Diário do Rio de Janeiro*, 1821, n. 1, p. 1). Até 1839 os anúncios eram publicados gratuitamente, com exceção daqueles que os anunciantes exigiam rapidez nas publicações, para estes era cobrado uma pequena quantia (*Diário do Rio de Janeiro*, 1839, n. 2, p.1)

que ela arcasse com uma média de 400 réis. Ainda assim, o *Jornal do Comércio* era preferido entre as anunciantes provavelmente porque contava com um maior número de leitores (as) e poderia alcançar um amplo público; além do mais, para publicar de forma gratuita no *Diário do Rio de Janeiro* precisava passar por um crivo editorial que talvez não tenha abarcado algumas modistas.

Além destes, outros periódicos fluminenses apresentavam anúncios de modistas, tais como *O Despertador* (1838-1841); *O Anunciador* (1850) e o *Courrier du Brésil* (1854-1862), no entanto, a ocorrência era escassa. A presença do *Courrier du Brésil* indica a preocupação de algumas modistas em anunciarem para um público leitor francês e registra a existência de uma clientela francesa no estabelecimento dessas senhoras.

Madame C. Chevalier, couturière-modiste, rua do Conde 2, a reçu un grand assortiment de chapeaux pour dame dont le prix varie de 10 et 12\$000 jusqu'à 30\$000. Mme. Chevalier, ayant dans sa Maison Mme. J. Giraud, très connue pour son habilité et la perfection de son travail, peut se charger de la confection de tout espèce de vêtement dans l'espace d'une journée (*Courrier du Brésil*, n. 44, 2 novembre de 1856, p. 8).⁶²

Assim, Mme. Christina Chevalier, costureira modista que se dizia muito conhecida na corte, garantia que sua clientela francesa, leitora do *Courrier du Brésil*, tivesse notícia dos seus preços, seu endereço e sua capacidade de entregar roupas dentro de um curto espaço de tempo (apenas um dia). Além disso, sabiam que Mme. J. Giraud, que já desfrutava de certo reconhecimento na corte, estava exercendo suas atividades em sua Casa de Modas. Era preciso utilizar estratégias que atraíssem consumidoras e, possivelmente por essa razão, Mme. Chevalier destacou a presença de Mme. Giraud em sua loja. Isso ocorreu especialmente porque seu estabelecimento ficava localizado em uma região que não era habitual a presença de modistas e costureiras: a rua do Conde (no século XIX a rua era paralela à Praça da Constituição, atual Praça da República).⁶³

⁶² Madame C. Chevalier, costureira-modista, rua do Conde 2, recebeu um grande sortimento de chapéus para mulheres cujo preço varia de 10 e 12\$000 até 30\$000. Mme. Chevalier, tem em sua casa, Mme. J. Giraud, muito conhecida por sua habilidade e a perfeição de seu trabalho, pode se ocupar da confecção de toda espécie de roupa no espaço de um dia. [Tradução nossa]

⁶³ Mme. Chevalier tornou-se conhecida na cidade e seus anúncios eram frequentes no período, ainda que sua Casa ficasse localizada em uma região conhecida por ser local de prostituição (Cunha, 1845).

Figura 8 - Anúncio de Mme. C. Chevalier no *Correio Mercantil*.

MOD^{TA} COSTUREIRA

Mme. C. CHEVALIER

recebeu um grande sortimento de chapéus para senhoras dos preços de 10/000 e 12/000 até 30/000. Igualmente encarrega-se de fazer **EM UM DIA** qualquer sorte de VESTIDO, estando habilitada para isso, pois que tem em sua casa a **SRA. JULIA GIRAUD** muito conhecida pela perfeição de seu trabalho.

RUA DO CONDE 22 **CANTÃO DO ROCIO** **DEBAIXO DO CLUB**

Fonte: *Correio Mercantil*, n. 209, 1856, p. 3.

Mme. Chevalier alegava ser, naquela época, "couturière-modiste", assumindo assim tanto o papel de costureira quanto o de modista, uma prática compartilhada por várias outras mulheres identificadas em nossa pesquisa. Vale ressaltar que Mme. Chevalier não foi a única francesa a manter o status de modista enquanto incorporava a possibilidade de oferecer serviços de costura. Mme. Richelandet também se anunciava como uma modista e costureira de Paris. Todavia, em sua certidão de casamento, em 1863, quando a modista já estava de volta à França, fora referenciada como *marchande de mode*. (Archives de Paris. Archives_AD075EC_V4E_00960_0123). Ou seja, não fora referida nem como modista, nem mesmo como costureira.

Figura 9 - Anúncio de Mme. Richelandet no *Jornal do Comércio*, em 1846.

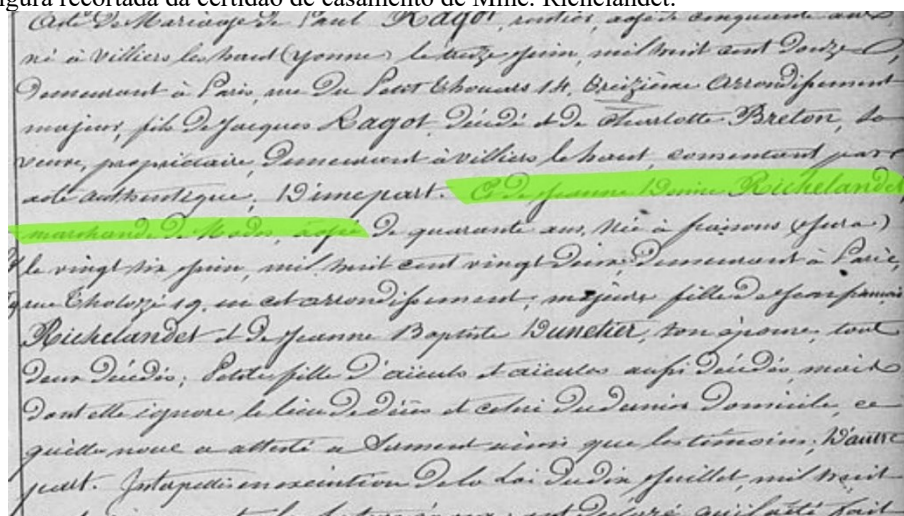
Preço, 3\$000 e 3\$300.

RUA DO OUVIDOR N. 60.

Mme. Richelandet, modista e costureira, chegada ultimamente de Paris, tem a honra de participar ao respeitável publico que na mesma casa se acha um grande sortimento de chapéus de senhora de palha, seda e escomilha, toacas, meias toucas, chapéus de crianças à pastora, etc., chegados ha pouco de Paris, por preço muito commodo.

Fonte: *Jornal do Comércio*, n. 259, 1846, p. 4.

Figura 10 - Figura recortada da certidão de casamento de Mme. Richelandet.



Fonte: (Archives de Paris. Archives_AD075EC_V4E_00960_0123). Disponível em: <http://archives.paris.fr/>. Acessado em 13 de mai. 2022.

As figuras 9 e 10 demonstram as configurações divergentes escolhidas por Mme. Richelandet para referir-se às atividades que exercia. Ser uma modista no Brasil, certamente, não se limitava à produção de chapéus, ao embelezamento desses adornos e à produção de roupas, mas envolvia a própria atividade de uma comerciante; quase como uma *marchande de nouveauté*, como eram apresentados muitos homens franceses da época. A maioria das mulheres pesquisadas preferiam, ainda assim, anunciar-se apenas como modistas. Compreendemos que essa predileção pela nomeação de modista, ao invés de *marchande de mode* ou de *nouveauté*⁶⁴, estava relacionada ao capital simbólico exercido pelas modistas francesas no Rio de Janeiro (Bourdieu, 2008). Para Pierre Bourdieu existia uma variada gama de “capitais”, podendo ser: econômico, cultural, político, simbólico, entre outros. O capital simbólico, nesse contexto, referia-se ao poder que um indivíduo detinha dentro de uma sociedade em virtude do significado que ele representava perante aquela comunidade que o reconhecia. Dessa forma, entendemos que as modistas significavam, em parte, uma representação de civilidade e modernidade parisiense almejada pelos/as fluminenses (Rainho, 2002).

Um dos únicos impressos que se referiu às modistas francesas como *Marchande de Modes* foi o *Almanaque dos Negociantes do Império do Brasil*, em 1827.⁶⁵ Posteriormente, o

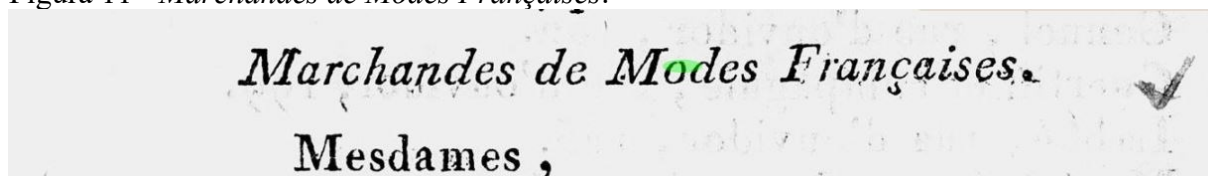
⁶⁴ Os chamados de *Marchandes de Nouveautés* eram apresentados nos *Almanques* como responsáveis por trazerem ao Brasil as últimas novidades que circulavam nos países europeus tidos, à época, como exemplos da boa sociedade.

⁶⁵ Em 1832, o *Almanaque Nacional do Comércio do Império do Brasil* também as registrou assim (n. 4, p. 59).

mesmo veículo as mencionou como *Marchands de Nouveauté*. Quando essas mulheres específicas eram referenciadas em outros jornais, optavam por utilizar a designação "modistas". Os *Almanaques* posteriores se preocuparam em mencioná-las de maneiras diferentes. Assim, com o passar da década de 1830 e 1840, esse termo foi sendo modificado pelos *Almanaques* e elas passaram a serem classificadas como *Modistas*. Em 1848, momento em que aconteceu uma expansão de mulheres trabalhando em ofícios pertencentes ao universo da moda, incluindo uma ampliação de brasileiras no cotidiano dessas atividades, e quando as ocupações de modistas e costureiras passaram, cada vez mais, a estarem entrelaçadas, vemos o A.L. referindo-se a elas como “costureiras – modistas”.

Os *Almanaques* são fontes cruciais e descritivas sobre o período pois demarcavam endereços e estabelecimentos de destaque na cidade. A partir da leitura dessa documentação conseguimos alçar novas compreensões das modistas e costureiras que perpassaram pela cidade do Rio de Janeiro no decorrer do período pesquisado. Por meio dos *almanaques*, as consumidoras tinham a possibilidade de consultá-los com o intuito de familiarizar-se com os estabelecimentos comerciais estabelecidos na corte. Logo, no *Almanaque dos Negociantes do Império do Brasil*, em 1827, as trabalhadoras do campo da moda eram registradas da seguinte forma:

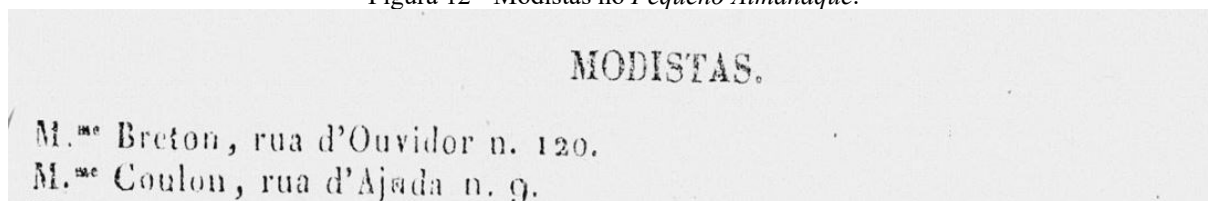
Figura 11 - *Marchandes de Modes Françaises*.



Fonte: *Almanaque dos Negociantes do Império do Brasil*, n. 1, 1827, p. 242.

No *Pequeno Almanaque* no começo da década de 1840 já apareciam como modistas:

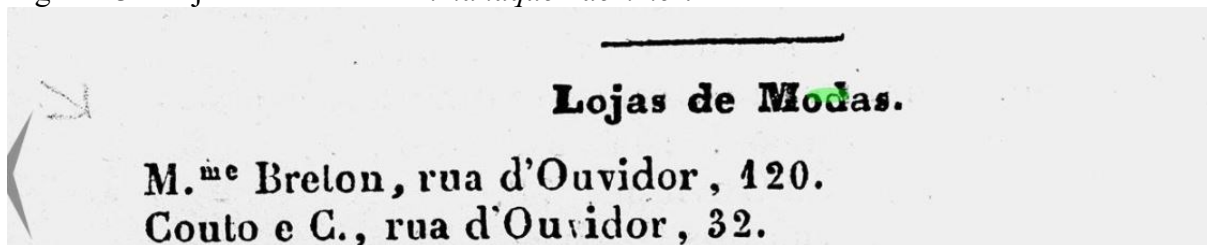
Figura 12 - Modistas no *Pequeno Almanaque*.



Fonte: *Pequeno Almanaque*, n. 1, 1842, p. 69.

Em 1844, no primeiro ano do afamado A.L., as modistas foram classificadas como Lojas de Moda e modistas:

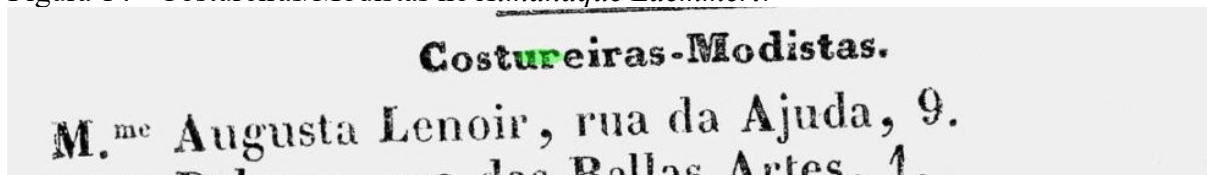
Figura 13 - Lojas de Modas no *Almanaque Laemmert*.



Fonte: *Almanaque Laemmert*, n. 1, 1844, p. 187.

Enquanto isso, nos anos finais da década de 1840, mais precisamente em 1848, o mesmo *Almanaque* passou a diferenciar as Lojas de moda das costureiras-modistas:

Figura 14 - Costureiras/Modistas no *Almanaque Laemmert*.



Fonte: *Almanaque Laemmert*, n. 4, 1848, p. 461.

Poder-se-ia, então, argumentar que tais anúncios referiam-se a mulheres e ofícios extremamente distintos, entretanto, não era o caso. De fato, havia muitas mulheres diferentes nas décadas anunciadas, mas principalmente porque o tempo transcorrido entre uma publicação e outra poderia ocasionar o encerramento das atividades comerciais. Isso não indicava necessariamente uma mudança na ocupação, mas sim uma característica da dinâmica temporal e comercial. Josephine Malançon Meunier, renomada modista do oitocentos, e uma das poucas que conseguiu permanecer em atividade por mais de uma década, foi retratada nos quatro *Almanaques*: 1827, 1842, 1844 e 1848.⁶⁶ Assim, Meunier foi definida como *Marchande de Mode*, *Modista*, *Loja de Moda* e *Costureira-modista*; comprovando que os *Almanaques* não se referiam a mulheres distintas e nem mesmo faziam menção a ofícios dissemelhantes.

Com o passar das décadas os *Almanaques* representavam as trabalhadoras do mercado da moda como *Marchande de Mode*, em seguida, elas conquistaram o status de modista e, por fim, o número crescente de mulheres nessas ocupações acabava por, certamente, naturalizar o serviço e desordenar o status das modistas, acrescentando a ele, a denominação de costureira.

⁶⁶ A trajetória de Josephine Malançon Meunier será mais profundamente abordada ao longo do capítulo 2.

Nesse período, vemos que as modistas foram, cada vez mais, anunciando atividades distintas daquelas designadas às modistas que “não produziam os artigos, mas eram encarregadas de embelezar todas as peças (Roche, 2006).

No Rio de Janeiro, muitas vezes, essas mulheres exerciam as funções de proprietárias de lojas, vendiam fazendas, adornos e mais objetos necessários para a produção das indumentárias; comercializavam as indumentárias em si, vindas já prontas de suas lojas parceiras de Paris, ou a produziam sob medida para a clientela fluminense, considerando as mudanças de temperatura enfrentadas pelos dois países, entre outros fatores; lavavam e renovavam chapéus já muito utilizados e, conseqüentemente, sujos; possuíam Casas de moda onde contratavam uma série de outras modistas; e empregavam vendedoras, além de possuírem mulheres escravizadas que exerciam a função de vendedoras e costureiras. No mais, as Casas de moda escolhiam uma costureira que era responsável por direcionar as costuras do empreendimento e conduzir as outras colaboradoras: as Contramestras.⁶⁷ Em 1835, Mme. Breton, por exemplo, se afirmava modista, entretanto declarava fazer e engomar vestidos⁶⁸, entre outros itens:

Mde. Breton, modista, rua da Ajuda nº 65, tem a honra de participar ao respeitável público, que ela recebeu pelo último navio vindo do Havre, um grande sortimento de chapéus de último gosto para as senhoras. Ao mesmo tempo achar-se-á na sua loja, meias abertas e lisas, ditas curtas, brancas, de linho; luvas de todas as qualidades, véus de filó e seda, rendas de todas as larguras, sapatos de senhora, superiores alfinetes em caixinhas, bretanhas para camisas e lenços, brins brancos e escuros, encorpados e só de linho, etc., etc., tudo muito barato. Mde. Breton adverte também que continua a engomar vestidos, chales e mantas de filó, ao mesmo passo que se incube de fazer vestidos e coletes de senhora (*Jornal do Comércio*, n. 150, 11 de julho de 1837, p. 04).

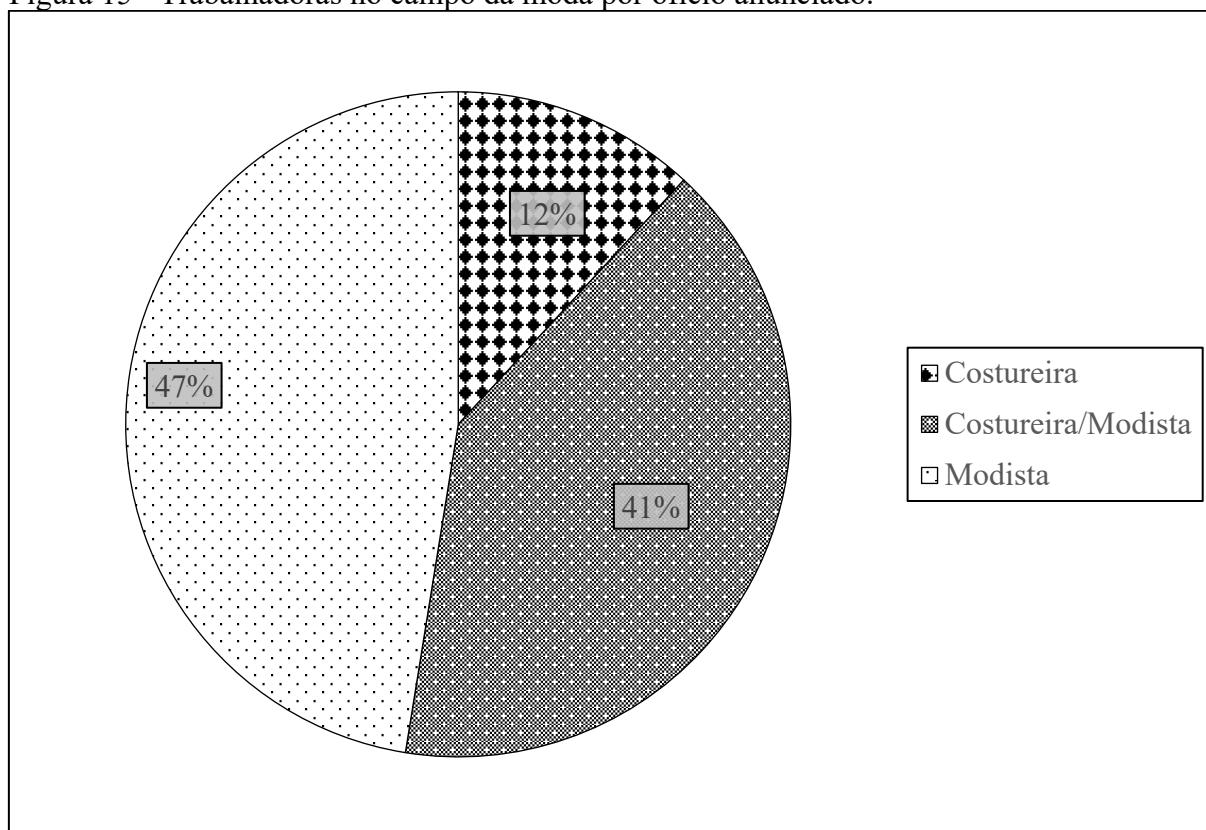
Para exemplificar novamente essa distinção entre costureiras, modistas, modistas-costureiras e contramestras apresentamos, a seguir, alguns dados quantitativos. Para essa análise estudamos uma série de anúncios que foram publicados na *Gazeta do Rio de Janeiro* (1809-1822) no *Diário do Rio de Janeiro* (1821-1878), no *Jornal do Comércio* (1827-2016) e no *Correio Mercantil* (1848-1868); além de também analisarmos os anúncios compartilhados em jornais que tinham as mulheres como principal público leitor, foram eles: *Espelho Diamantino* (1827-1828) e *Jornal das Senhoras* (1852-1855). Optamos por analisar os anúncios que foram publicados entre a década de 1820-1850. Nesta pesquisa encontramos 112 modistas;

⁶⁷ Verificar nota 8.

⁶⁸ A prática de engomar roupas, atualmente pouco em uso, refere-se ao ato de passar goma e posteriormente passar as indumentárias com ferro de passar.

96 modistas/costureiras e 28 costureiras. Podemos perceber a partir da Figura 15 que havia um maior número de mulheres que diziam ser modistas (47%); em contrapartida havia um percentual muito maior de mulheres costureiras/modistas (41%) do que costureiras (12%), entre aquelas que publicaram anúncios nos jornais.

Figura 15 - Trabalhadoras no campo da moda por ofício anunciado.



Fonte: Jornais encontrados na Hemeroteca Digital. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acessado 10 de mai. 2022.

O fato de haver poucas costureiras se anunciando nos jornais pode ser explicado por elas pertencerem, de certa forma, a uma classe social inferior às modistas o que se justifica quando compreendemos os valores cobrados para publicarem os anúncios. De toda forma, entre os anúncios analisados destacamos que 41% das mulheres se referenciaram como costureiras e modistas, ao mesmo tempo. Percebemos, além disso, que no começo do século, principalmente nos anos finais da década de 1810 e início do decênio seguinte, era mais comum que as mulheres se identificassem como modistas e, com o passar os anos, esse quadro vai sendo alterado. Entendemos que o aumento do número de mulheres trabalhando no universo da moda cresceu exponencialmente e, provavelmente, a concorrência cada vez maior acarretava uma perda do status de modista. O que observamos é que o uso de termos como modistas e costureiras é

muito mais complexo do que um significado encontrado em um dicionário da época. Isso porque a definição que as próprias mulheres se davam, por vezes, ultrapassavam esses sentidos e apresentavam noções distintas de um mesmo ofício, em uma mesma época e em um mesmo lugar.

Na próxima seção, serão abordadas mulheres de diversas nacionalidades que desempenhavam funções no setor da moda. Contudo, é importante ressaltar que a presença dessas profissionais não diminuía a supremacia francesa, que perduraria por muitos anos e ainda persiste. A França, até os dias atuais, mantém-se como um dos principais polos da indústria da moda, especialmente no segmento de luxo. Marcas renomadas como Chanel, Louis Vuitton e Dior continuam a dominar o cenário da moda, refletindo uma tradição que teve início no século XIX.⁶⁹

1.3 Nos objetos de moda imperava apenas a França?

O relatório escrito por Conde de Gester, Cônsul Geral da França no Brasil, a respeito do comércio francês no Rio de Janeiro, em 1827, afirmava: “Nos objetos de modas imperam a França. Não há modista, por modista, que não encontre trabalho e lucro” (BR RJANRIO RE.0.ANT, ARF.34/1 -34.250, s. n. p.). O predomínio das modistas francesas no Rio de Janeiro se manteve durante todo o período pesquisado, mas no decorrer dos anos profissionais de outras nacionalidades passaram a figurar nesse universo e as diversas atividades exercidas no mercado da moda passaram a assemelhar-se cada vez mais. Com essa aproximação, constatamos uma entrada maior de mulheres de outras nacionalidades que não francesas, a exemplo das portuguesas.⁷⁰

Na documentação dos Registros de Entrada e Saída de estrangeiros poucas eram as mulheres que tiveram suas profissões destacadas. Tal como afirmamos em seções anteriores, no que se refere às francesas, quando eram citadas suas atividades laborais, em sua maioria, informavam o ofício de mecânicas, ocupação que poderia ser remetida à costura; uma das

⁶⁹ O mercado da moda atual não tem relação com o mercado que analisamos nesta pesquisa. As marcas foram mencionadas apenas de maneira figurativa com o objetivo de representar a permanência da notoriedade francesa no campo da moda.

⁷⁰ Devemos também levar em consideração que, devido aos conflitos entre Portugal e Brasil na década de 1830, é provável que a Polícia da Corte estivesse mais atenta à entrada das portuguesas nesse período, registrando-as de maneira mais assídua.

poucas mulheres que se declarou costureira foi Carlota Fragoso (Menezes, 2024) que apesar de estar presente na documentação do A.N.R.J. não fora anunciada na imprensa de então.⁷¹ Em contrapartida, no que diz respeito à entrada de mulheres portuguesas, muitas se declaravam como costureiras.

Ao pesquisarmos a palavra “costureira” em alguns jornais portugueses disponíveis na hemeroteca digital encontramos, apenas um anúncio na década de 1840 no periódico *A Coalisção* (1843-1846) que era editado na cidade de Porto. Em 1845, uma costureira, que não mencionara seu nome, afirmava que sabia “muito bem coser e talhar” (*A Coalisção*, n. 19, 1845, p. 1). Em contrapartida, ao buscarmos a palavra “modista”, ela aparecera duas vezes nessa mesma folha: em 1843, Margarida Felicíssima anunciava ser uma modista que fabricava chapéus italianos e barretinas de palhinha (*A Coalisção*, n. 32, 1843, p. 1); enquanto, em 1845, uma modista recém-chegada na cidade anunciava que fazia vestidos e todos os ornatos de senhoras por um “preço cômodo” (*A Coalisção*, n. 236, 1845, p. 4).⁷² Essa pouca aparição das modistas e costureiras em Portugal, ao menos visto nesse primeiro momento, não revela a não existência delas em território fluminense.⁷³

Como exemplo de costureiras portuguesas entrantes no porto fluminense podemos citar: Rosa Mariana, 19 anos, solteira e costureira (BR RJANRIO 0E.COD.0.415) Marianna Roza, 40 anos, casada e costureira (BR RJANRIO 0E.COD.0.415); Maria Pristta, 24 anos, solteira e costureira (BR RJANRIO 0E.COD.0.415); Mariana Jacinto, 30 anos, casada e costureira (BR RJANRIO 0E.COD.0.415); Roza, 20 anos, solteira e costureira (BR RJANRIO 0E.COD.0.415); Brígida Aurélia de Jesus, 30 anos, casada, com quatro filhos, ela e sua filha mais velha, com 14 anos, eram costureiras (BR RJANRIO 0E.COD.0.415). As mulheres apontadas acima chegaram ao Brasil em meados das décadas de 1830/1840 se automeando como costureiras. Contudo, não significa que ao longo dos anos não tenham sido identificadas portuguesas que referiam a si como modistas. A exemplo de Leopoldina de Moraes, portuguesa, chegada ao Brasil na década de 1840:

⁷¹ A não aparição de Carlota Fragoso na imprensa do período nos leva a acreditar que apesar de declarar-se como costureira, possivelmente não exerceu a atividade no Brasil, ou, ao menos, não a anunciou.

⁷² Maria do Carmo Teixeira Rainho destaca que a década de 1840 foi, de fato, o decênio em que surgiram os jornais dedicados à moda em Portugal, o que nos leva a crer que esse período fora determinante para as atividades de moda no país (2002).

⁷³ Essa relação entre as portuguesas e o trabalho com as costuras não será profundamente explorado neste trabalho a fim de não nos distanciarmos de nosso objetivo. Aqui fazemos tal apontamento com o objetivo de demonstrar que mulheres de outras nacionalidades se instauraram no Rio de Janeiro oitocentista e exerceram atividades ligadas às costuras, ainda que em menor número que as francesas.

Leopoldina Amélia de Moraes, modista portuguesa, recém-chegada da cidade do Porto, tem a honra de participar às senhoras dessa corte e província (a quem implora e espera proteção) que se acha residindo na rua do Rosário nº 50 2º andar, e habilitada para poder satisfazer com perfeição e no último gosto todas as encomendas de vestidos e mais enfeites inerentes a uma senhora, tudo por módicos preços; e também já tem toucas, próprias para o tempo frio, que vende muito em conta. A dita modista precisa de costureiras; quem se julgar a circunstâncias queira de dirigir à casa supra (*Diário do Rio de Janeiro*, n. 236, 1844 p. 4).

Também de origem portuguesa, uma jovem que chegara ao Rio de Janeiro já na década de 1850, mais precisamente em 1854, anunciou que desejava um trabalho. Este ofício poderia ser como costureira para alguma modista ou como acompanhante para alguma senhora que fosse só e desejasse ter uma companhia: “Uma moça portuguesa de bom comportamento, há pouco chegada, deseja arranjar-se como costureira em casa de alguma senhora modista” (*Jornal do Comércio*, n. 67, 1854, p. 4). Retornando à década de 1830, uma brasileira publicou no *Diário do Rio de Janeiro*:

A costureira e modista brasileira, que morava na rua detrás do Hospício canto da rua da Conceição, mudou-se para a rua do Cano nº189, defronte a travessa do hospital S. Francisco de Paula, loja de fazenda, onde continua a fazer toda a qualidade de costuras para as Sras., vestidos na última moda, roupinhas, toucas guarnições de vestidos, roupões e tudo mais que lhe incumbir, tudo por menos que as francesas (n. 1200014, 1831, p. 4).

Em 1831, uma costureira e modista brasileira anunciou que se mudara para a rua do Cano, nº 189. A fim de se destacar e se apresentar como uma concorrência para as modistas e costureiras francesas recorreu a uma conhecida tática de venda entre as modistas em que frisava o baixo preço de seus produtos, e, neste caso, a brasileira evidenciou que produzia tudo “por menos que as francesas”, certamente buscando conquistar as consumidoras das modistas francesas para o seu próprio estabelecimento.⁷⁴ No ano de 1837, uma alemã que recém chegara ao Brasil também optou por apresentar-se nos jornais. Estava disposta a ensinar no “ramo de modista” às meninas, que ela considerava originárias de “famílias distintas”, ou seja, àquelas com um melhor poder aquisitivo:

Uma senhora de nação alemã, que se ocupa no ensino do ramo de modista, para Sras. e filhas de famílias distintas, como também em dar lições de piano, tem ainda algumas horas livres, que oferece, para serem preenchidas nesta mesma ocupação. Dirigir-se à rua de Santa Thereza nº 12 (*Jornal do Comércio*, n. 277, 1837, p. 03).

⁷⁴ Na década de 1850 o número de modistas e costureiras brasileiras crescia cada vez mais, mas não necessariamente elas se apresentam e frisavam a nacionalidade; em 1854, por exemplo, Leopoldina Bernardes, brasileira de Minas Gerais, se anunciava como modista, mas não revelava no anúncio sua origem.

Essa senhora, além de instruir no ofício de modista, estava apta a ministrar aulas de piano para interessadas. Optou por não competir diretamente com as Casas de Moda francesas, priorizando, em vez disso, uma abordagem centrada na educação. Necessitando acumular diversas ocupações para sustentar-se no Rio de Janeiro, ela anunciava seus serviços para as horas livres disponíveis, indicando, possivelmente, a existência prévia de algumas alunas e o desejo de expandir sua clientela. Alternativamente, mesmo que não contasse com alunas até então, a estratégia de publicidade poderia ser uma maneira de promover-se através da imprensa. Independentemente das circunstâncias específicas dessa senhora, ela personificava uma parcela de mulheres trabalhadoras que frequentemente se engajavam em jornadas duplas ou triplas.

Esse anúncio também nos dá indícios que não eram apenas as modistas francesas que ministravam aulas de costuras e modistas para as jovens locais. Contudo, as fontes nos indicam que as francesas eram prediletas diante de outras nacionalidades, também eram preferidas pelas consumidoras brasileiras quando falamos da própria produção de vestidos. Observamos, por exemplo, um trecho de uma história contada no periódico *O Simplicio*, em 1831. O relato narra a insatisfação de uma jovem que, prestes a casar, descobriu que seu vestido de casamento não havia sido produzido por uma francesa:

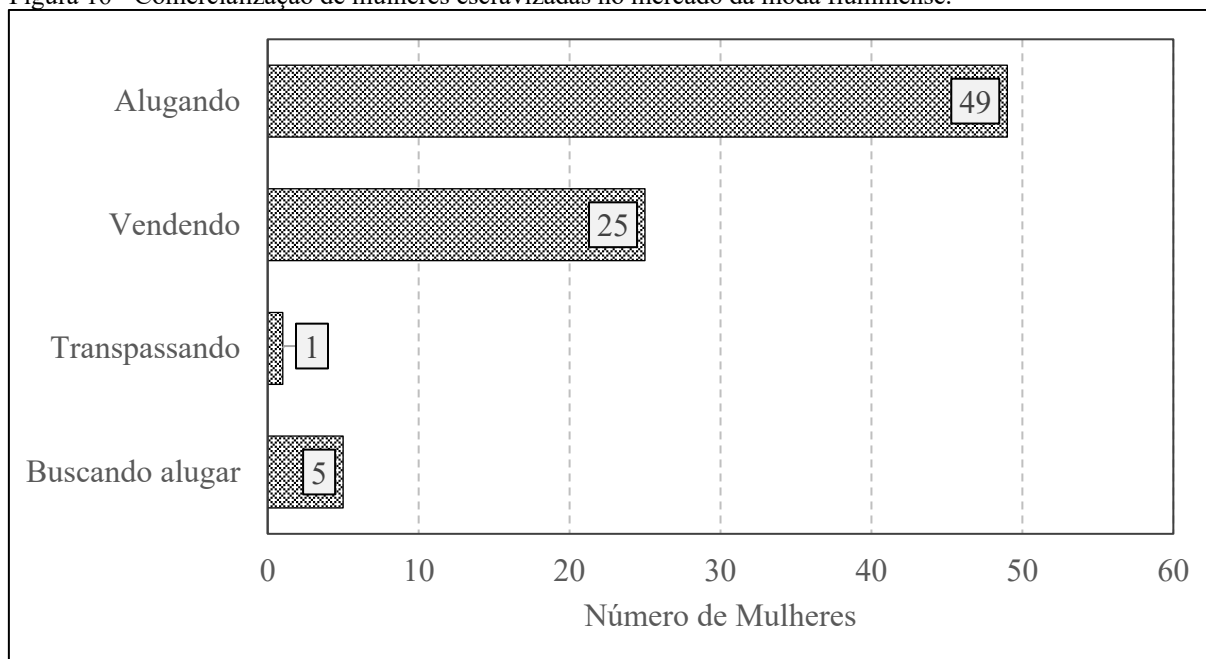
Chegada à véspera do dia aprazado, veio o rico vestido, que a todos agradou, menos a menina, porque ouvindo dizer que fora feito por sua patrícia, derramou copiosas lágrimas, gritando em altas vozes – *não quero vestidos sem serem feitos por modistas francesas!* (n. 8, 1831, p. 10) [grifo nosso].

É possível perceber a decepção da personagem e a preferência frisada por ela de que seu vestido fosse confeccionado por modistas francesas. O relato demonstra a insatisfação e a reação negativa da protagonista ao perceber que seu vestido não fora produzido por uma francesa. A narrativa representa o poder simbólico que estas tinham enquanto inseriam-se na sociedade fluminense, não sendo apenas uma modista estrangeira qualquer, mas uma modista francesa. Essa predileção fica ainda mais evidente quando consideramos a hegemonia francesa no mercado da moda e a sua influência na cultura fluminense de um “Rio que sonhava tornar-se Paris” (Menezes, 2022, p. 141).

O que significava, afinal, ter uma roupa produzida por uma modista francesa? É preciso levarmos em consideração que além das próprias modistas serem detentoras de um capital simbólico, aquilo que produziam, ou seja, as roupas elaboradas por elas também o eram. De acordo com Luís do Prado, a moda é “objeto útil e arte, mercadoria e, ao mesmo tempo, signo social” (2019, p. 23). Assim, estar vestida pelas mãos de uma francesa valia mais socialmente que sob linhas e agulhas de roupas confeccionadas por mulheres de outras nacionalidades

Dentre as muitas costureiras e modistas estrangeiras também estavam presentes as mulheres escravizadas que exerciam atividades relativas às costuras. A presença de mulheres escravizadas nesse mercado de trabalho era realidade desde o começo do século XIX, quando frequentemente as poucas modistas francesas vendiam e/ou alugavam escravizadas hábeis em costuras. Por trás do processo de produção das roupas, ou vendendo fazendas pelas ruas, o campo da moda durante o Brasil do século XIX estava intrinsecamente ligado à participação das mulheres escravizadas, cujas habilidades desempenharam um papel significativo nesse domínio. No entanto, assim como muitas outras mulheres da época, suas contribuições não receberam o devido destaque. Encontramos, através das pesquisas, cerca de 80 anúncios de venda, aluguel e/ou compra de escravizadas que sabiam costurar.⁷⁵

Figura 16 - Comercialização de mulheres escravizadas no mercado da moda fluminense.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados disponíveis em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acessado 21 de jun. 2023.

A Figura 16 apresenta em gráfico o que identificamos em nossa pesquisa: a comercialização de mulheres escravizadas no mercado da moda fluminense. Muitos eram os anúncios alugando escravizadas e, de acordo com as publicações, os (as) senhores (as) tinham preferência em alugá-los para modistas frisando tal predileção nos textos encontrados. As escravizadas presentes no mercado da moda estavam, majoritariamente, inseridas no âmbito

⁷⁵ Os jornais onde encontramos tais dados foram: *Jornal do Comércio*, *Diário do Rio de Janeiro*, *O Despertador*, *Correio Mercantil*.

doméstico, ou seja, exerciam atividades dentro de casa; contudo, havia também escravizadas que trabalhavam na rua como vendedoras dos produtos que eram comercializados nas Casas de Moda.⁷⁶ Na seção subsequente falaremos mais profundamente das trabalhadoras que compunham o universo das Casas de moda, portanto, procuraremos responder à questão: as modistas trabalhavam sozinhas?

1.4 “Precisa-se de costureiras na rua do Ouvidor”: quem trabalhava nas Casas de Moda?

Com as francesas, trabalham
Também nossas costureiras,
As modas desempenhando
De muitas diversas maneiras (*Mulher do Simplicio*, n. 67, 12 de maio de 1842, p. 15).

As modistas francesas frequentemente contratavam muitas de suas compatriotas para trabalhar em suas Casas de Moda. Assim, havia numerosas costureiras francesas que desempenhavam diferentes funções nesses estabelecimentos. Mas, entre as contratadas havia muitas brasileiras e, dentre estas, mulheres brancas e negras, mulheres livres e escravizadas. Em 1828, por exemplo, alugava-se, por 8 mil réis mensais, uma escravizada que sabia “Cozinhar, ensaboar, engomar e todo o arranjo de uma casa, *bem como sabe bem de costura por ter sido costureira em loja de modistas francesas*”, sendo preciso apenas procurar na rua do Cano, nº 108 (*Diário do Rio de Janeiro*, n. 0300012, 1828, p. 3) [grifo nosso]. Assim, vemos que a escravizada mencionada no jornal tinha a habilidade de costuras conforme às modistas francesas considerando que tinha atuado em um dos seus estabelecimentos.

Isso evidencia que o trabalho das costureiras era, predominantemente, conduzido por mulheres brasileiras. Na historiografia da moda, há um debate considerável sobre a existência ou não de uma moda especificamente brasileira no século XIX. Alguns autores argumentam que não, destacando diferenças substanciais na moda oitocentista conforme a capital (Puelles, 2014). Embora não possamos afirmar a existência de um estilo de moda brasileiro específico, é inegável que as mulheres brasileiras desempenharam um papel significativo no mercado da moda no Rio de Janeiro do século XIX, contribuindo ativamente para esse campo.

⁷⁶ É importante pontuarmos que aqui compreendemos o doméstico tal como Sandra Graham: “o âmbito de trabalho que chamo doméstico inclui, em um extremo, as mucamas e amas de leite e, no outro, as carregadoras de água ocasionais, as lavadeiras e as costureiras” (1992, p. 18). Algumas famílias tinham suas próprias escravizadas costureiras; outras poderiam “trabalhar para diversas famílias durante o dia enquanto viviam independente em seus próprios lares” (1992, p. 18); e, algumas costureiras trabalhavam nas Casas de Moda, conforme mencionamos ao longo desta pesquisa

O ofício das costureiras, assim como o das modistas, exigia uma certa experiência e qualificação; logo, não era uma atividade realizada por todas as mulheres.⁷⁷ É nesse sentido que muitas modistas recém-chegadas ao Brasil anunciavam que, além de precisar de costureiras, também estavam dispostas a contratar aprendizes em seus estabelecimentos. Deste modo, ensinavam o ofício a essas jovens e instruíam as mesmas da forma como achavam melhor.⁷⁸ A essas aprendizes, as “madames” poderiam ensinar tanto o ofício de modistas, conforme o anúncio a seguir:

Rua da Direita nº17, primeiro andar, se acha uma Sra. Francesa, recém-chegada, que oferece seu préstimo para fazer capotes, chapéus, e em geral todas as obras pertencentes à costureira, e também aceita aprendizes para lhes ensinar o ofício de modistas (*Jornal do Comércio*, n. 131, 1842, p. 04).

Assim como também ensinavam o ofício de costureira: “Precisa-se de aprendizes costureiras e modistas, pagando-se lhes, se for preciso; na rua do Ouvidor nº 64” (*Jornal do Comércio*, n. 213, 1858, p. 4). O trabalho das aprendizes nem sempre era um serviço remunerado e muitas trocavam as atividades pelo próprio aprendizado ou, até mesmo, por casa e comida:

Uma senhora brasileira de 15 a 16 anos de idade, chegada ontem de fora, deseja ir para a casa de uma modista francesa aprender a coser sem ganhar nada por enquanto; quem precisar dirija-se a rua da Assembleia nº 69, hotel (*Jornal do Comércio*, n. 139, 1859, p. 4).

Conforme destacado anteriormente, era comum que as modistas francesas ensinassem o ofício a jovens francesas recém-chegadas ao país. Ao longo da década de 1840 em diante tornaram-se recorrentes anúncios de mulheres estrangeiras, inclusive francesas, que se ofereciam para trabalhar no mercado da moda, como o exemplo: “A sra. modista francesa que quiser receber em sua casa uma moça francesa para coser, não exigindo esta nada pelo seu trabalho e prestando fiança à sua conduta, queira ter a bondade de se anunciar para se tratar” (*Jornal do Comércio*, n. 129, 1849, p. 4).

Entre as aprendizes, estas poderiam ser tanto mulheres brancas como mulheres negras. Vejamos os exemplos transcritos a seguir: “Uma Sra., hábil modista, recebe uma até duas

⁷⁷ As mulheres poderiam saber costurar, mas não necessariamente faziam da costura uma profissão. Contudo, em circunstâncias exigentes, estavam aptas a transformar essa habilidade em uma atividade profissional.

⁷⁸ Documentos da Junta do Comércio nos mostravam, por exemplo, que era comum que caixeiros aprendessem com os comerciantes e negociantes e, posteriormente, tornavam-se, eles mesmos, negociantes (A.N.R.J. Junta do comércio, CX. 444, 1814). Assim, entendemos que essa relação entre aprendizes e costureiras e modistas seguia a mesma lógica.

aprendizes, que sejam de cor e já cosam alguma coisa; na rua da Cadeia nº 50” (*Jornal do Comércio*, n. 308, 1840, p. 4). Neste trecho, anunciado no *Jornal do Comércio*, a modista afirmava precisar de jovens que fossem aprendizes e que, além de já possuírem algum conhecimento sobre a função da costura, a anunciante declarou que havia uma predileção por mulheres negras. Em meio aos ideais de liberdade e cidadania, convergia no Brasil uma sociedade escravocrata.

O Estado que se organizava no Brasil, a partir do processo de Independência, permeado pelos matizes da linguagem do liberalismo, se representava a vontade geral dos cidadãos, por meio das eleições, mantinha a perspectiva de homens livres, mas não iguais, porque a escravidão continuava a ser o baluarte da ordem e da segurança social (Neves, 2019, p. 68).

Devemos lembrar que os/as escravizados/as não eram considerados cidadãos nesse período. Nesse ínterim, é primordial destacarmos que a escravidão era uma realidade em nossa sociedade, ao mesmo tempo que as noções de liberalismo e iluminismo circundavam a Europa. Como recorda Beatriz Nascimento:

O sistema escravista oferece implicações singulares ao implantar-se no Novo Mundo: utiliza-se arbitrariamente do trabalho e da persona de milhões de homens de dois continentes, exatamente num momento em que aparecem os ideais embrionários de igualdade, liberdade e universalidade entre os habitantes da Europa Ocidental (2021, p. 71).

As mulheres negras, em sua maioria, trabalhavam nas Casas de Moda como mulheres escravizadas e exerciam uma série de atividades. Mme. Elisa Richard, por exemplo, tinha em seu estabelecimento, ao menos, uma escravizada e uma forra. Em 1827 Mme. Richard fora multada porque uma de suas mulheres escravizadas teria jogado água na rua e de acordo com um comando seu:

Diz Mme. Elisa Richard que no dia 16 de junho de 1847, pelas 9 e meia da noite na rua da Vala canto da rua do Ouvidor, mandou uma de suas escravas despejar um pouco de água de frente de sua porta recomendando espalhar depois de o ter feito, passados alguns minutos vieram os guardas. (...) dizendo que tão bem devia pagar uma multa e como a suspeita não se queria que sua escrava fosse para o depósito, deu vinte e mil réis para depósito (BR RJACGRJ 9.1.43, p. 111).⁷⁹

O trecho a seguir evidencia que algumas mulheres escravizadas eram especificamente alugadas para desempenharem suas atividades junto às modistas. Um exemplo concreto é apresentado na seguinte passagem: "Aluga-se para a casa de alguma Senhora modista francesa, uma escrava natural da Ilha de Madagascar, que sabe coser. Quem precisar, dirija-se à Pedra do

⁷⁹ No anexo C é possível ver o documento completo.

Sal, casa sem número, segundo andar, defronte do trapiche novo do Sr. Mestre Manoel Fernandes" (*Jornal do Comércio*, n. 100, 1830, p. 3). Nesse mesmo ano, em 1830, vendiam uma escravizada na rua da Quitanda, nº 195: “Vende-se uma preta de nação de idade entre 17 ou 18 anos, muito sadia, e de *boa figura*, sabe coser muito bem, e também lava alguma coisa, é *própria para modistas francesas*” (*Diário do Rio de Janeiro*, n. 0800014, 1830, p. 2). Essa mulher escravizada era, de acordo com o periódico e o seu/sua vendedor/a, própria para modistas francesas provavelmente porque sabia costurar muito bem e era, ainda segundo o anúncio, de “boa figura”. As mulheres escravizadas ocupavam lugares inferiores às mulheres brancas que exerciam atividades nas Casas de Moda.

Da maneira como estava estruturada a sociedade na época colonial, ela se estabeleceu de maneira extremamente hierarquizada, podendo-se conceituar como uma sociedade de castas, na qual os diversos grupos desempenhavam papéis rigidamente diferenciados.

Em um dos polos desta hierarquia social encontramos o senhor de terras, que concentra em suas mãos o poder econômico e político; no outro, os escravos, a força de trabalho efetiva da sociedade. Entre estes dois pontos encontramos uma camada de homens e mulheres livres, vivendo em condições precárias. Por estar assim definida, a sociedade colonial se reveste de um caráter patriarcal que permeia toda sua estrutura, refletindo-se de maneira extrema sobre a mulher (Nascimento, 2021, p. 55).

Em 1845, Mme. Pauline Lavessière anunciou a necessidade de aprendizes em seu estabelecimento, frisando sua preferência por mulheres brancas:

Madame Lavessière, modista e costureira, ultimamente chegada de Paris, necessita de algumas aprendizes, e *prefere que sejam brancas*; ao mesmo tempo oferece o seu préstimo àquelas pessoas que quiserem honrar com sua confiança; dirijam-se à casa de P. F. Dillon, rua do Ouvidor nº 60 (*Jornal do Comércio*, n. 163, 1845, p. 4).

Verificamos, assim, que as aprendizes poderiam ser mulheres brancas ou negras.⁸⁰ Portanto, a partir da figura da aprendiz, podemos perceber como a atividade de costureiras nos anos iniciais do século XIX foi se definindo como um ofício em que havia uma pluralidade de mulheres, ou, corroborando com as palavras de Richard Graham (2013), eram muitas e vivenciavam muitos arranjos.⁸¹ Além de trabalharem como costureiras, essas mulheres que eram, em sua maioria, de uma classe social inferior às modistas, também exerciam a função de vendedoras nas Casas de Moda ou de vendedoras de rua dos itens e tecidos comercializados

⁸⁰ Não sabemos, contudo, se essas trabalhadoras eram pagas e, em caso positivo, como o eram. De acordo com Sandra Graham “o fato de uma mulher ser escrava ou livre não determinava se ela recebia um salário em dinheiro” (1992, p. 119).

⁸¹ Sabemos que Richard Graham, em seu livro *Alimentar a cidade: das vendedoras de rua à reforma liberal* (Salvador, 1780 – 1860), analisava a cidade de Salvador, entretanto, algumas reflexões e conclusões que o autor teve podem também ser compreendidas nas relações que pesquisamos e demonstramos nesta pesquisa.

nessas Casas de comércio. De acordo com Maciel da Silva, “as mulheres brancas pobres normalmente trabalhavam ‘porta adentro’ na casa de família ‘honesta’ e não se submetiam ao mesmo trabalho das escravizadas” (2004, n.p.). Estas tinham uma menor facilidade de circulação nas ruas em contrapartida às mulheres negras; portanto, havia uma diferença entre o trabalho exercido por essas mulheres.

Ao analisarmos os anúncios de venda e aluguel de mulheres escravizadas notamos que aquelas que sabiam de costuras eram, em sua maioria, anunciadas com a preferência de serem vendidas ou alugadas para modistas. No mais, ressaltava-se a beleza dessas mulheres, frisando que seriam, por isso, perfeitas para as Casas de Moda ou enfatizavam que haviam aprendido a costurar em Casa de modista (possivelmente francesa): “Vende-se, na rua do Carmo nº41, uma bonita negrinha de 16 a 18 anos, boa costureira e engomadeira, por ter aprendido em casa de uma modista” (*O Despertador*, n. 1027, 1841, p. 4).

Ou, como nos anúncios a seguir:

Vende-se na rua dos Ferradores nº134, uma linda parda de idade 24 anos, com uma filha de 6 anos: a parda cozinha, engoma, lava, cose, corta vestidos para as Sras. com toda a perfeição e outras muitas obras; e está muito própria para modistas da rua do Ouvidor, por ser de *bonita figura*, e ter ricas prendas e bom comportamento (*Jornal do Comércio*, n. 104, 1837, p. 3).

Vende-se, na rua da Alfandega, nº 56, uma *bonita mucama de nação*, 14 anos, muito própria para alguma Sra. modista ou costureira por saber bem casear e trabalhar em costura; é recolhida, de boa conduta, e não tem vícios nem moléstias, o que tudo se afiança. O motivo da venda não é desagradável (*Jornal do Comércio*, n. 65, 1838, p. 4).⁸²

Torna-se essencial questionar os motivos que levavam algumas Casas de moda a preferirem trabalhadoras brancas, muitas vezes destinadas a funções mais restritas, em comparação com as trabalhadoras negras que desfrutavam de uma maior liberdade de circulação. Essa indagação nos levou a supor que essa preferência provavelmente estava associada às noções de “boa aparência” atribuídas às mulheres brancas.⁸³ Em sua maioria, no século XIX, mulheres brancas de uma classe social elevada viam as mulheres negras em um lugar inferior. As questões estruturais inerentes à sociedade escravista do século XIX sugerem que, acima de tudo, não se desejava a presença de mulheres negras, quer fossem livres ou

⁸² Boa conduta, como nos explica Graham, tratava-se, em outras palavras, de uma obediência (1992, p. 36).

⁸³ A “boa aparência” e o mercado de trabalho foram uma realidade vivida pelas mulheres negras no XIX e se perpetuou ao longo dos anos. Sueli Carneiro reforça essa questão quando fala sobre a necessidade de instituir “crítica aos mecanismos de seleção no mercado de trabalho com a “boa aparência”, que mantém as desigualdades e os privilégios entre as mulheres brancas e negras (2019, p. 316).

escravizadas. Portanto, majoritariamente, essas mulheres desempenhavam funções nos bastidores das lojas, dedicando-se à costura das peças que seriam utilizadas pelas senhoras fora de casa; contudo, também desempenhavam atividades nas ruas ao venderem fazendas pela cidade, mas raramente ficavam à frente das lojas.

No *Periódico dos Pobres*, em uma dita “Assembleia do Belo Sexo”, publicada na década de 1850, mulheres brancas repudiavam o relacionamento conjugal de homens brancos com mulheres negras (Reis, 2019), assim como criticavam relações fraternas entre mulheres negras e brancas, o que pode explicar a predileção pelas costureiras e vendedoras brancas explicitada por algumas modistas francesas. Lélia Gonzalez nos mostra que essa associação não aconteceu apenas no Oitocentos, mas se perpetuou ao longo do século XX quando anúncios de empregos publicados nas antigas seções de classificados dos jornais frisavam que desejavam “boa aparência” e/ou “ótima aparência” de suas futuras trabalhadoras o que Gonzalez assumiu como uma sinonímia para que “não se apresentassem candidatas negras” (2020, p. 58). Além da “boa aparência”, a “boa conduta” também era imprescindível e constava na maioria dos anúncios investigados, de forma que poderiam precaverem de possíveis futuras situações com as escravizadas, pretendiam que fossem, portanto, obedientes e leais. Assim, os (as) senhores (as) admitiam a responsabilidade sob seus (suas) escravizados (as), principalmente aqueles que trabalhavam nas ruas.

A permanência das mulheres escravizadas nesses locais, tais como suas habilidades de costura, indicam que o mercado da moda no Rio de Janeiro oitocentista não seria o mesmo sem as atividades desempenhadas pelas costureiras escravizadas. As modistas sabiam que essa relação ditada era uma relação necessária, não obstante faziam uso do reconhecimento dos trabalhos das costureiras para firmarem-se na corte. Valendo-se do que Bourdieu (2008) afirmaria ser um capital de autoridade e relação, Mme. Berthier declarou, no trecho transcrito abaixo, que sua Casa de Modas seria uma ótima opção e a recomendava como alternativa para a clientela fluminense.

Berthier, modista francesa na rua do Ouvidor nº159, faz aviso ao respeitável público, bem como aos seus fregueses, que tem muita fazenda chegada proximamente de Paris [...]. Na mesma casa se fazem as modas com todo asseio e prontidão, por ter as costureiras que trabalhavam na casa de Madame Gudin, das melhores modistas bem conhecidas no Rio de Janeiro, que já partiu para França ao tratar de sua moléstia (*Diário do Rio de Janeiro*, n. 010017, 1826, p. 2).

O trabalho exercido pelas costureiras permitia que a sociedade fluminense tivesse acesso a um prévio reconhecimento das capacidades de produção que era possível alcançar por meio do estabelecimento de Mme. Berthier. Logo, Berthier valeu-se do conhecimento e das

competências não de famosas modistas francesas, mas sim de costureiras que eram, provavelmente, brasileiras – já que suas nacionalidades não eram mencionadas.⁸⁴ Dessa forma, Berthier fez uso de uma capital de autoridade pois legitimou as habilidades das costureiras de sua loja a partir da autoridade que elas possuíam enquanto trabalhavam em outra Casa de Moda (Bourdieu, 2008). Assim sendo, é crucial ressaltar que, embora ser modista no Rio de Janeiro fosse uma ocupação com um capital simbólico significativo, o trabalho dessas mulheres dependia da colaboração de suas contratadas. Nesse contexto, é primordial destacar que as mulheres escravizadas eram figuras constantes no cotidiano da cidade oitocentista. Além disso,

Independentemente do espaço rural ou urbano, a mulher negra sofreu com a presença do trabalho escravo, subjugando-a além do gênero e da raça, ao estigma da escravidão, que impactou e racializou as relações de trabalho patrão-empregada quando em situações de forra e, inclusive, perdurando após a abolição (Miranda, 2019, p. 91).

1.4.1 O caso de Josephine Saurin

Considerando os argumentos expostos anteriormente, concluímos que o ofício de costureira era tão primordial quanto o trabalho das modistas no que se refere ao funcionamento das Casas de Moda. Todavia, as costureiras não possuíam o mesmo poder simbólico que as modistas francesas, o que fazia com que elas não tivessem acesso a determinados lugares e posicionamentos permitido às modistas. Em contrapartida, as modistas deveriam exercer determinadas funções e obrigações que não faziam parte da rotina das costureiras. Em 1831, por exemplo, uma lei fora promulgada no Brasil e esta passara a cobrar um imposto às modistas e as Casas de Moda: “12ª: Será cobrada uma imposição de oitenta mil réis anuais sobre cada casa de leilão, e sobre cada uma das casas de modas quarenta mil réis anuais” (Brasil, 15 de nov. 1831); enquanto, por sua vez, nada fora requerido àquelas mulheres que se diziam costureiras.

Não houve uma justificativa do Estado para isentar as costureiras desta taxa e cobrá-la apenas das Casas de Moda e das modistas, contudo, a segregação desta cobrança demonstra, mais uma vez, a diferenciação entre ambas as atividades. Podemos supor que o Estado brasileiro e o imaginário da sociedade oitocentista não presumiam que as costureiras fossem proprietárias de suas próprias Casas de Moda o que acabava liberando-as deste tributo. A promulgação da

⁸⁴ Levamos em consideração que, quando tratava-se de senhoras francesas, a nacionalidade era um ponto muito bem demarcado.

lei na década de 1830 conferiu ainda um sentido duplo já que foi naquele período que as modistas passaram a receber, por meio da imprensa, excessivas críticas sobre suas presenças no Brasil.⁸⁵ A partir desta legislação mulheres que se diziam modistas passaram a reivindicar um lugar enquanto costureiras, demonstrando uma evidente estratégia para esquivarem-se da imposição desse imposto.

As modistas, ainda que carregassem um status social, não eram mulheres que pertenciam a uma elite financeira; assim, o gasto de 40 mil réis anuais era oneroso para suas finanças. Ainda mais para aquelas mulheres que estavam se estabelecendo e abrindo novos comércios na corte. Se pensarmos que um vestido custava, em média, 16 mil réis e um chapéu cerca de 6 mil réis (Silva, 1978), considerando os gastos com aluguel e as mulheres contratadas para atividades na Casa de Moda, não sobraria muito para o pagamento do tributo. É preciso destacarmos nesse cálculo que as modistas não vendiam vestidos e chapéus onerosos todos os dias e que as poucas mulheres que tinham condições financeiras para comprá-los os faziam para comemorações especiais, conforme mencionado anteriormente.⁸⁶ Por isso que Josephine Saurin, autodenominada modista francesa, encontrou uma forma de se isentar desta cobrança. Chegando ao Brasil na década de 1830, Josephine rapidamente se instalou em um estabelecimento na rua do Ouvidor e passou a se identificar como modista francesa. Em 1836, publicou o anúncio a seguir:

Josefina Saurin, *modista de Paris*, tem a honra de anunciar às suas freguesas, que na sua casa, rua do Ouvidor nº 128, 1º andar, canto da dos Ourives, faz-se toda qualidade de vestidos, e também se apronta qualquer encomenda para fora (*Jornal do Comércio*, n. 150, 1836, p. 3) [grifo nosso].

No ano seguinte, em 1837, passou a ser identificada na imprensa como costureira, e não modista: “Mme. Josefina Saurin, *costureira*, mudou-se da rua Nova do Ouvidor para a de S. Antônio nº 21, onde continua a cortar e fazer vestidos de todos os feitios e do último gosto.” (*Jornal do Comércio*, n. 238B, 1837, p. 3) [grifo nosso]. Quando anunciada em 1838 ainda afirmava ser costureira, mas agora frisava sua origem parisiense: “Josephina Saurin, *costureira de Paris*, faz vestidos de todas as qualidades”. (*O Despertador*, n. 97, 1838, p. 4) [grifo nosso]. Possivelmente, devido à possibilidade de perder clientela ao se anunciar exclusivamente como costureira, Mme. Saurin reformula seu anúncio destacando sua origem parisiense. Outra

⁸⁵ Em uma evidente tentativa de valorização dos produtos nacionais em um momento que o Brasil vivia um período conturbado com o retorno de D. Pedro I para Portugal e os governos da Regências.

⁸⁶ Não eram valores baratos o que não significa, contudo, que fosse confortável para as modistas arcarem com uma tarifa de 40 mil réis por mês.

hipótese é que ela tenha buscado economizar dinheiro no anúncio de 1837, visto que necessitava fornecer seu novo endereço, o que resultava em um acréscimo de letras e, conseqüentemente, encarecia a publicação. Independente de perder ou não clientela, essa mudança de autodenominação de seu ofício ocorreu após Josephina Saurin ter recebido uma cobrança referente ao pagamento do imposto de 1831; o que a fez recorrer legalmente sobre sua ocupação e saiu “vitoriosa” já que passou a ser reconhecida pelo Estado como costureira:

Dito ao Administrador da Recebedoria do Município, mandando isentar do pagamento do imposto de que se fez lançamento a Josefina Sanrin, visto que pela sua informação se conhece que a casa que tem aberta na rua do Ouvidor nº 128, antiga numeração, é de costureira, e não de modista (*Correio Oficial In Medio Posita Virtus*, n. 123, 1837, p. 2).⁸⁷

Percebemos que Josephine Saurin recorreu a respeito das atividades que exercia, ou seja, foi até à justiça para reivindicar que, na verdade, não era modista, mas sim, costureira. Saurin teve sua reclamação aceita legalmente; entretanto, apenas um ano antes, estava se anunciando como modista no *Jornal do Comércio*. Saurin soube, de forma estratégica, utilizar de ambas as nomeações para garantir tanto uma clientela que recorreria à sua loja em razão de ser propriedade de uma modista francesa; quanto a isenção das taxas com o objetivo de não arcar com os impostos solicitados às modistas. Em 1836, Josephine Saurin conseguiu utilizar de brechas legais em benefício próprio⁸⁸ e reivindicou o seu poder simbólico para entrar em um universo cujo poderio estava nas mãos das modistas e, principalmente, das modistas francesas; fez uso de seu capital simbólico considerando que ela utilizou do artifício de ser modista para configurar-se no centro da corte fluminense e apresentar seu trabalho. E, no ano seguinte, em 1837, recorreu às “vantagens” que cabiam às costureiras, ou seja, a isenção do tributo de 1831.

O caso de Josephine, embora seja o único encontrado em nossa pesquisa, provavelmente não é exclusivo e ilustra a complexidade das autodenominações adotadas por essas mulheres. Entendemos que situações excepcionais frequentemente "funcionam como espias ou indícios de uma realidade oculta que a documentação, de um modo geral, não deixa transparecer" (Ginzburg, 1989, p. 177). As circunstâncias acabam por influenciar essas autodenominações, que, por natureza, são fluídas. Na próxima seção, abordaremos casos diversos, explorando a multiplicidade de possibilidades e examinando como modistas e costureiras se esforçaram para

⁸⁷ Ainda que nessa publicação esteja escrito Sanrin e não Saurin entendemos que tenha sido um erro de escrita já que o prenome e o endereço são os mesmos.

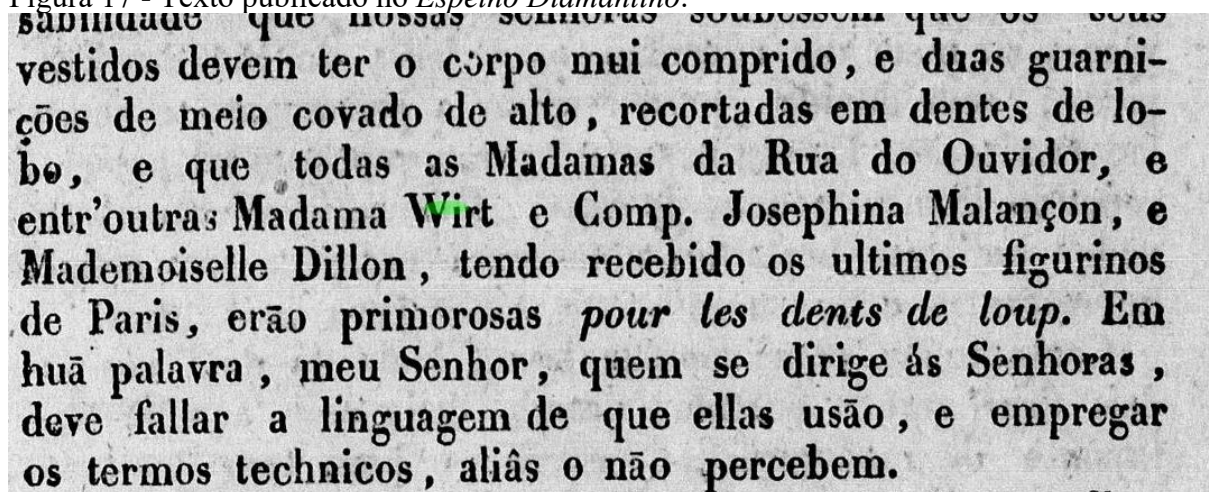
⁸⁸ Sobre mulheres oitocentistas que utilizaram de brechas nas legislações em prol de si mesmas, ver mais em: COWLING, Camillia. *Concebendo a liberdade: mulheres de cor, gênero e a abolição da escravidão nas cidades de Havana e Rio de Janeiro*. Campinas: Editora da Unicamp, 2018.

se apresentar e foram mencionadas, direta ou indiretamente, nas seções de moda de jornais destinados ao público feminino.

1.5 Modistas e costureiras nas seções de moda dos periódicos femininos

Algumas modistas eram mencionadas frequentemente nos artigos de moda que ocupavam parte dos jornais oitocentistas direcionados às mulheres. Seguindo os preceitos da sociedade do período, os assuntos pelos quais as mulheres se interessavam eram temáticas concernentes à moda, artes e literatura; portanto, com o objetivo de agradar as leitoras, as folhas voltadas ao público feminino eram repletas de artigos de moda (Buitoni, 1990). Os periódicos femininos tinham importância incomparável e impactavam diretamente no universo da moda já que eram responsáveis pela solidificação dos costumes e do imaginário da sociedade oitocentista. Desde a década de 1820 já podemos encontrar menções às modistas nas seções de moda. Vejamos, a seguir, o exemplo destacado no *Espelho Diamantino*⁸⁹:

Figura 17 - Texto publicado no *Espelho Diamantino*.



sabedoria que nossas senhoras sabem que os seus vestidos devem ter o corpo mui comprido, e duas guarnições de meio covado de alto, recortadas em dentes de lobo, e que todas as Madamas da Rua do Ouvidor, e entr'outras Madama Wirt e Comp. Josephina Malançon, e Mademoiselle Dillon, tendo recebido os ultimos figurinos de Paris, serão primorosas *pour les dents de loup*. Em huã palavra, meu Senhor, quem se dirige às Senhoras, deve fallar a linguagem de que ellas usão, e empregar os termos technicos, aliás o não percebem.

Fonte: *Espelho Diamantino*, 1 de nov. de 1827, ed. 4, p. 17.

⁸⁹ O *Espelho Diamantino* foi um dos primeiros periódicos dedicado às mulheres. Era um jornal de política, literatura, belas artes, teatro e modas, editado duas vezes por mês, com o formato de 19 páginas em média (em 1828 passou a ter cerca de 29/30 páginas), custava 1\$600 por 3 meses, 3\$200 por 6 meses e 6\$000 pelo ano todo, as subscrições deveriam ser feitas na loja do periódico, na rua do Ouvidor nº 95. Ao que parece, não havia vendas avulsas e a redação da folha pertencia a Júlio Floro das Palmeira.

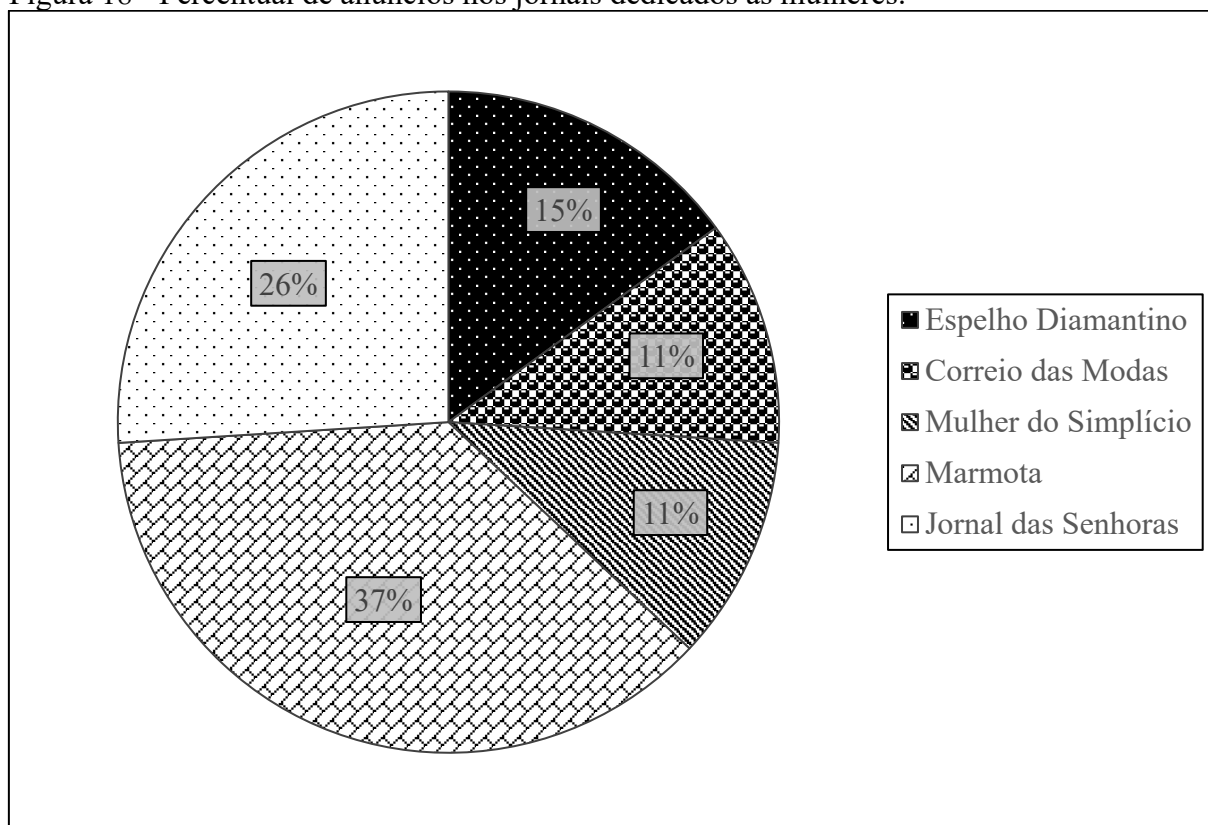
Neste trecho da Figura 17, o periódico mencionou Mme. Wirt, Josephina Malançon e Mademoiselle Dillon. O jornal anunciou as três modistas como profissionais que poderiam ser procuradas por suas leitoras, caso almejassem seguir as modas ditadas no periódico. Tais anúncios eram completamente distintos dos encontrados nos jornais diários, já que seus endereços e os produtos comercializados não apareciam em suas páginas.⁹⁰ Para entendermos o que significava a inserção destes nomes em um jornal que circulou no Rio de Janeiro entre 1827-1828 e era dedicado ao público feminino é fundamental interpretarmos qual – ou quais – era (m) o papel das seções de moda nestes periódicos. Isto posto, é preciso que saibamos que a função dessas seções consistia em atribuir valores para aqueles produtos veiculados no jornal.

As folhas eram encarregadas de produzir uma crença naqueles produtos e eram responsáveis, principalmente, pela circulação das ideias. De forma sintética, Bourdieu declarou: “prescrever sob a aparência de descrever” (2008, p. 165), o que corresponde a maneira como as modistas apareciam nas ditas seções de moda destes periódicos circulantes na corte fluminense que prescreviam as modas e indicavam as modistas “sob a aparência de prescrever”. Acerca dos principais jornais dedicados às mulheres que publicavam tais informações analisamos: quatro anúncios no *Espelho Diamantino* (1827-1828); três no *Correio das Modas* (1839-1840); três na *Mulher do Simplicio ou A Fluminense Exaltada* (1832-1846); dez na *Marmota* (1849-1858) e sete no *Jornal das Senhoras* (1852-1855).⁹¹

⁹⁰ Essas três modistas e suas consequentes relações serão mais profundamente exploradas nos próximos capítulos.

⁹¹ A escolha por esses jornais se deu porque percebemos, ao longo da pesquisa, que estes eram a principal fonte de conhecimento, ao menos o que se refere à moda, das mulheres da primeira metade do século XIX já que eram periódicos direcionados ao público feminino, referenciados em outras folhas, e dedicavam grande parte das suas páginas para o tópico moda. Além disso, o recorte temporal compreende o período estudado nesta pesquisa.

Figura 18 - Percentual de anúncios nos jornais dedicados às mulheres.



Fonte: Elaboração própria com base nos jornais encontrados na Hemeroteca Digital. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acessado 11 de mai. 2022.

Os anúncios publicados nestes periódicos eram significativamente distintos daqueles apresentados nas folhas diárias, como o *Jornal do Comércio* e o *Diário do Rio de Janeiro*. As modistas apareciam nas seções de moda desses jornais junto às críticas elaboradas por aqueles/as que escreviam tais segmentos. Elas poderiam ser elogiadas e terem suas produções valorizadas, como no caso de Mme. Barat que era frequentemente exaltada no *Jornal das Senhoras* (n. 1, 1 de janeiro de 1852, p. 4). Ou, até mesmo, receber críticas, a exemplo da publicação no periódico *A Mulher do Simplício*, onde as modistas foram depreciadas:

Até quando, ó Rigoristas,
 Há de o Povo Brasileiro,
 Mendigar falsos exemplos
 Que traz estulto Estrangeiro!
 Tal moda em França não há
 E se há não tem vigor,
 São filhas dos interesses

Das Madamas do Ouvidor (n. 8, 4 de outubro de 1832, p. 5).

As seções de moda dos periódicos femininos eram fundamentais para o sucesso da folha. Como consequência parte dos jornais que se dedicavam às mulheres preocupavam-se em refletir a respeito da moda e estar atento às atualizações, principalmente às novidades francesas. Algumas dessas folhas compravam revistas e jornais parisienses para estudar com atenção as colunas de moda e, posteriormente, compartilhavam com suas leitoras as descobertas e novidades que poderiam ser adaptadas ao clima e à sociedade brasileira, principalmente fluminense. O escritor da seção de modas da *Marmota*, que colaborava sob o pseudônimo C., afirmava que lia as seções de moda do *Petit-Courrier de Dames*, do *Caprice* e *Le Bon Ton* (Reis, 2020). A *Marmota Fluminense* publicava uma série de moda em sua sessão dedicada ao assunto. Os temas eram os mais variados possíveis e incluíam, muitas vezes, imagens. A Figura 19, apresentada abaixo, demonstra para a leitora do jornal a diferença entre um traje de 1800 e de 1850.

Figura 19 - As modas de 1800 e 1850 segundo a *Marmota Fluminense*.



Fonte: A *Marmota Fluminense*, n. 306, 19 de out. 1852, p. 3.

Em seguida, encontrava-se o trecho:

Mudam-se os tempos, e nós nos mudamos com eles (...) das modas são tantas mudanças que é impossível enumerá-las. Em meio século, que diferença!... Em 1800 os chapéus eram cestas de flores, abertos e desabados; em 1850 eram fechados, encapelados na cabeça e despidos de enfeites! (A *Marmota Fluminense*, n. 306, 19 de out. 1852, p. 3).

De acordo com Gilda Chataigner a moda do começo do século XIX era um “modelo dominante do que era usado em Paris (...) constituída nessa época por vestidos na linha império

(...) as principais características eram: a cintura alta cortada sob o busto, decote generoso e as mangas fofas e curtas” (2010, p. 77). Tal como evidenciado pela Figura 19, em 1850 “os modismos cresceram tanto com as anáguas engomadas e acolchoadas (...) nossas elegantes usavam essa roupa de baixo com os espartilhos apertadíssimos” (2010, p. 80). As duas mulheres encontram-se com chapéus assim como os citados no trecho descrito acima. Apesar das diferenças, ambos chapéus eram ornamentados com flores, ainda segundo Chataigner: “os chapéus, quando utilizados eram de palha, amarrados com fitas sob o queixo, com flores e frutas, e as vezes grandes e altos, de *paileson* (palha italiana, considerada a mais nobre) e adornos” (2010, p. 86). Para comprar as flores, as madames poderiam recorrer à loja de Mme. Finot (ver nota de rodapé 1) e para os chapéus de palha as muitas modistas e costureiras presentes na cidade ofertavam o item.

No *Jornal das Senhoras*, Christina, pseudônimo que assinava as seções de moda do periódico, tecia uma série de elogios ao trabalho de Mme. Barat e de Mme. Hortense Lacarrière.⁹² Christina insistia em dizer que não estava sendo paga para isso e que a seção refletia apenas seu ponto de vista; ainda assim acreditamos que poderia haver um acordo entre as folhas e as modistas considerando a frequência com que algumas registravam-se nesses periódicos, em contrapartida, outras modistas raramente eram citadas.

Quantas e quantas vezes não terá visto a inteligente Mme. Barat na desagradável posição de sacrificar as suas mais belas composições artísticas, e digamos mesmo, a sua reputação tão bem adquirida, ao gosto extraordinário e excepcional de algum espírito de contradição! Hei de escrever alguma coisa a esse respeito (*Jornal das Senhoras*, n. 1, 1 de janeiro de 1852, p. 5).

Ao elogiar Mme. Barat por sua inteligência e pela criação de "mais belas composições artísticas", a autora do artigo não apenas reconhecia o bom gosto de suas peças, mas também criticava aqueles que, em sua visão, ousavam depreciar as produções dela. Esse tipo de avaliação difere dos anúncios mais convencionais, como o encontrado no *Diário do Rio de Janeiro*: "Notre Dame de Paris, rua do Ouvidor nº 152 (fazendas e modas); Mme. Barat, mesma rua nº 82, sobrado" (1856, p. 2), no qual o trecho consistia apenas na identificação da modista e seu endereço. No entanto, essa distinção não implica que a publicação no *Jornal das Senhoras* não fosse uma forma de anunciar o trabalho de Mme. Barat. Os jornais dedicados ao público feminino impactavam diretamente no comércio dessas mulheres já que ao elogiarem os trabalhos ampliariam as visitas às Casas de Moda, assim como o contrário também poderia

⁹² Ambas as modistas receberão maior atenção em capítulos posteriores.

acontecer, ou seja, ao criticarem as atividades e produtos de determinadas modistas seus estabelecimentos seriam rigorosamente atingidos e as vendas, provavelmente, diminuiriam.

Assim como Mme. Barat era constantemente lembrada no *Jornal das Senhoras*, Mme. Hortense Lacarrière aparecia, com certa frequência, na seção de modas da *Marmota*; principalmente, quando a seção indicava o que deveria ser utilizado nos próximos dias ou meses. Um artigo, publicado em 1852, comentava sobre a chegada do inverno e, conseqüentemente, a mudança nas toilettes de Paris e recomendava a loja de Mme. Hortense Lacarrière, na rua do Ouvidor. Por sua vez, os vestidos de barege⁹³, poderiam ser encontrados na “Notre Dame de Paris”, localizada na rua do Ouvidor, esse tecido não era barato, mas era utilizado nas indumentárias femininas mais custosas que tinham um público consumidor pré-definido entre a elite uma classe intermediária afortunada. Os lenços, itens do vestuário que estavam em voga, poderiam ser vistos na loja do Mr. Dujardin, também na rua do Ouvidor (n. 139, 1851, p. 1). Dessa forma, percebemos como essas modistas e costureiras foram sendo anunciadas e qual a preferência de alguns periódicos por determinadas modistas que eram, de antemão, mais reconhecidas na corte. As relações entre essas mulheres serão mais bem trabalhadas no capítulo seguinte, em que exploraremos as conexões entre as modistas e suas costureiras e contramestras. Contudo, à guisa de conclusão, apresentaremos, a priori, o caso de Mme. Marechal.

1.6 Mme. Marechal e a imitação de seus chapéus: à guisa de conclusão

Mde. Marechal, *modista de Paris*, recém-chegada nessa corte, onde trouxe as modas e gosto mais modernos, tem a honra de participar ao público, que ela se acha estabelecida na rua do Ouvidor n° 186, no 2º andar, onde se propõe trabalhar de seu ofício pelos preços os mais acomodados. Também se encarrega de aprontar com maior asseio e brevidade, toda e qualquer encomenda que diga respeito a toucado de senhoras, como chapéus, turbantes, bonés, laços etc., achar-se em sua casa um sortimento de chapéus enfeitados a preço de 6 mil réis para cima (*Jornal do Comércio*, n. 62, 1835, p. 6). [grifo nosso]

Em 1830, Mme. Marechal, modista parisiense, recém-chegada ao Rio de Janeiro, anunciava ter trazido as últimas novidades em moda e gostos mais modernos. Segundo o anúncio, ela estabeleceu-se rapidamente na rua mais prestigiada da capital fluminense,

⁹³ De acordo com o “Pequeno dicionário de tecidos” elaborado por Joana Monteleone, o tecido barege era “tecido originário da cidade francesa de Barège, feito de lã, seda ou algodão puros e geralmente usados em roupas femininas” (2013, p. 335).

disputada pelas profissionais do campo da moda. A modista alcançou rápida notoriedade na corte, especialmente por sua habilidade na confecção de chapéus. Seus anúncios apareceram no *Jornal do Comércio* em 33 ocasiões apenas no ano de 1835, sugerindo um certo poder aquisitivo. Seus chapéus tornaram-se amplamente utilizados entre as mulheres do Rio de Janeiro, e, com o sucesso, Mme. Marechal deparou-se com um desafio: a falsificação de seus acessórios. Em 1836, ela denunciou a venda de produtos que eram imitações dos seus.

Previne-se ao público, que alguns pretos, e algumas outras pessoas, têm andado a vender nas ruas dessa cidade, chapéus para Sras., dizendo serem feitos na casa de moda de Mme. Marechal, modista de Paris; porém como este título suposto (que os vendedores acima costumam dar aos chapéus que vendem) pode tornar-se prejudicial à Mme. Marechal, ela tem a honra de prevenir ao público, que jamais tem mandado vender pelas ruas, e que, por conseguinte, o público tem sido enganado, e que só na sua casa, rua do Ouvidor nº57, se acham chapéus ali mesmo feitos e enfeitados ao gosto mais moderno, e por preços cômodos (*Jornal do Comércio*, n. 34, 1836, p. 4).

Através dessa denúncia, é evidente que o sucesso dos chapéus de Mme. Marechal era tão expressivo que eles foram alvo de imitações e comercialização pelas ruas da região central do Rio de Janeiro. Essa situação ressalta um aspecto crucial: a existência de um comércio não legalizado que ocorria no coração da corte. A imitação, provavelmente, ocorria porque os chapéus de Mme. Marechal não eram baratos, ainda que ela afirmasse no anúncio que produzia os adornos por preços cômodos, porém, em sua Casa achavam-se sortimentos de chapéus por 6 mil réis para cima (*Jornal do Comércio*, n. 62, 1835, p. 4), sendo assim inacessíveis para grande parte da população fluminense.⁹⁴ Principalmente, se considerarmos que na década de 1820 uma Casa de Pasto cobrava 600 réis por uma refeição e 320 réis por um quarto para dormir à noite (Silva, 1978), um chapéu no estabelecimento de Mme. Marechal era 900% mais caro que a refeição, 1775% mais caro que o quarto e 552% mais caro que ambos. O trecho de Mme. Marechal é interessante pois revela que a imitação e o desejo de se ter propriedade sobre a produção alheia não é um fenômeno novo. Para rechaçar a “imitação”, a modista optou por ir até à imprensa repudiar esses processos e alertar suas consumidoras, então leitoras dos periódicos que circulavam na corte.

Mme. Marechal alcançou reconhecimento como uma destacada modista na corte brasileira. No entanto, mesmo com o sucesso na venda de chapéus e adornos, eventualmente ela cedeu à produção de outros itens do guarda-roupa feminino. Em 1842, anunciou a produção

⁹⁴ O processo de imitação dos chapéus não pode ser compreendido a partir dos processos de imitação deslindados por Tarde (1992) e Simmel (2008) pois a modista, apesar de anunciar-se como a principal produtora desses chapéus, não era a criadora do estilo propagandeado. Mme. Marechal, frisava, em diversas publicações, que se inspirava nos chapéus produzidos pelas modistas francesas.

de vestidos para senhoras (*Jornal do Comércio*, n. 37, 1842, p. 4). Isso indica que, apesar do êxito obtido com os chapéus no Rio de Janeiro, a diversificação do comércio de moda era essencial para conquistar maior reconhecimento e, por conseguinte, aumentar os lucros para as mulheres que se dedicavam a esse modelo de negócio. Tornar-se exclusivamente uma modista de adornos para o toucado não era viável na realidade fluminense; aqui, era necessário que essas mulheres ampliassem constantemente a variedade de produtos oferecidos em seus estabelecimentos.

Por fim, neste capítulo apresentamos o início de uma pesquisa que irá se desenvolver mais profundamente nas páginas seguintes. O propósito primordial deste primeiro capítulo reside na apresentação das primeiras modistas na cidade do Rio de Janeiro. O mercado da moda fluminense e, mais precisamente, as mulheres que faziam parte dele, sofreu uma mudança significativa nos primeiros anos do século XIX, principalmente em razão das modificações estruturais ocorridas na cidade com a chegada da Família Real. Portanto, nosso objetivo é analisar e demonstrar os motivos que levaram algumas mulheres francesas a optarem pela migração e a escolha específica da referida cidade. Ao contextualizarmos esse fenômeno, observamos que o Rio de Janeiro estava experimentando um período de expansão social, cultural e econômica, o que justifica a atração de um considerável contingente de franceses para a América. Além disso, a chegada da Missão Artística Francesa também exerceu uma influência significativa na vinda de outros compatriotas.

Desde a chegada das francesas elas foram respaldadas por sua nacionalidade francófona, inaugurando estabelecimentos de moda no centro da cidade. As Casas de Moda proliferavam-se pela rua do Ouvidor e endereços adjacentes, em sua maioria, na própria freguesia da Candelária. Com o crescimento da cidade e a expansão social da população fazia-se necessário ter lojas que comercializassem produtos voltados para o campo da moda e as francesas dominaram esse mercado.

As Casas de Moda comandadas pelas modistas francesas empregavam muitas mulheres para exercerem atividades auxiliares, como as costureiras. O ofício da costura, conforme demonstrado neste capítulo, diferente da atividade das modistas, já existia no Brasil colonial, mas a concepção de modista nesse molde francês chegou ao país junto às imigrantes. Por isso, foi crucial diferenciar o que significa ser uma modista e uma costureira na primeira metade do Oitocentos. A autoidentificação dessas mulheres como modistas estava estritamente relacionada ao poder simbólico que isso representava na sociedade fluminense oitocentista. Com o decorrer das décadas, como veremos nos próximos capítulos, principalmente no terceiro,

esse status foi se diluindo ao passo que cada vez mais mulheres se apresentavam como modistas na corte, inclusive mulheres brasileiras e de outras nacionalidades, que não francesas.

No capítulo a seguir iremos nos dedicar a apresentar mais profundamente as modistas e entender os contornos que essas relações de sociabilidade foram adquirindo no decorrer da primeira metade do século XIX, mais especificamente na década de 1820. Para tanto, iremos nos debruçar na história dessas mulheres imigrantes e brasileiras que eram, acima de tudo, mulheres autônomas que se apropriavam, com seus estabelecimentos, do centro do Rio de Janeiro.

2 “ELEGANTES ARMAZÉNS ADMINISTRADOS POR SENHORAS FRANCESAS”: AS MODISTAS NA DÉCADA DE 1820

Na sociedade fluminense do século XIX, a imigração constituía um elemento essencial das dinâmicas e das interações sociais. Conforme abordado no capítulo antecessor, muitos franceses migraram para o Brasil com o intuito de fugir das instabilidades políticas na França. Ao se estabelecerem aqui, abriram comércios e obtiveram lucro em território brasileiro, embora não tenham encontrado um país politicamente estável. Entre 1816 e 1822, o Brasil passou por uma série de eventos significativos. Em 1821, por exemplo, testemunhou o retorno de D. João VI para Portugal, seguido, no ano seguinte, pela Proclamação da Independência por seu filho, D. Pedro I. Este último tornou-se o imperador desse "novo" país; no entanto, D. Pedro I manteve relações com Portugal e com as elites portuguesas, resultando no nascimento do "Império brasileiro sob o signo do absolutismo ilustrado" (Neves, 1999, p. 21).⁹⁵ Esse absolutismo ilustrado tinha em seu cerne muito do liberalismo. Nas palavras de Lucia Neves:

A difusão da concepção política liberal, vitoriosa na Inglaterra desde o final do século XVII e reafirmada nos Estados Unidos e na França no século XVIII, constituiu-se em elemento chave de resistência às forças tradicionais do Antigo Regime. No entanto, no espaço ibero-americano das metrópoles e de suas colônias, essas transformações seguiram um curso próprio. Marcadas por algumas especificidades, elas estavam permeadas por traços de uma ilustração mediterrânica (Venturi 1984), que se apropriou dessas ideias liberais, segundo seus costumes, valores e tradições (2019, p. 57).

Além disso, guiados pela ideia do liberalismo, tinha-se, ao menos no comércio, práticas liberais como uma regulação no preço dos produtos vendidos e uma proximidade geográfica entre estabelecimentos que comercializavam a mesma classe de produtos.⁹⁶ O decênio de 1820 trouxe muitas discussões para o Brasil e a promulgação de uma constituição que iria permanecer como base de todo Império.

Dos inúmeros debates entre os políticos mais radicais e os mais moderados, triunfou a Constituição outorgada, permeada por um caráter liberal moderado e pela centralização administrativa. E, inclusive, aprovada pelas Câmaras Municipais do

⁹⁵ Se no começo do Império brasileiro o país estava sob um comando em moldes absolutistas, essa não era a realidade durante o período regencial “o ato adicional [de 1834] completou a série de reformas liberais realizadas pela Regência Trina Permanente. Juntas, ajudaram a remover parcela significativa dos resíduos “absolutistas” do Estado Imperial, identificados à forte centralização política e administrativa” (Basile, 2009, p. 82).

⁹⁶ A noção de liberalismo, no entanto, ganhou diversos significados e conceituações no decorrer do século XIX. Ver mais em: NEVES, Lúcia Maria. B. P. das. Nas margens do liberalismo: voto, cidadania e constituição no Brasil (1821-1824). *Revista de História das Ideias*. Vol.37., 2ª Série (2019), p. 55-77.

novo Império. Apesar das críticas, a Constituição de 1824 acabou por reunir em si diversos atributos que indicavam a linguagem do liberalismo moderado: uma monarquia constitucional, que continuava, contudo, aliada à Igreja, colocada, em verdade, inteiramente a seu serviço, pois ainda se fazia necessária a doutrina cristã para maior controle dos cidadãos; uma sociedade em que reinavam os homens ilustrados cujo papel consistia em orientar a opinião do povo; uma liberdade que não ultrapassasse os direitos alheios e uma igualdade restrita ao plano da lei (Neves, 2019, p. 70).

Foi nesse contexto, juntamente com a vinda de diferentes pessoas, que se forjava a compreensão do que seriam as modistas. Conforme discutido ao longo do primeiro capítulo, o ofício de modista no Rio de Janeiro oitocentista estava diretamente associado à vinda de imigrantes francesas para o Brasil e, conseqüentemente, o desenvolvimento de uma sociabilidade. Recuperando as reflexões intrínsecas à historiografia da imigração, colocadas no primeiro capítulo, entendemos a imigração mais como uma necessidade relacionada ao contexto social em que os sujeitos estavam inseridos, do que a quaisquer outras razões. Com base nessa concepção, pesquisadores consideram que muitos imigravam não por desejos pessoais em estarem distantes de sua pátria, mas porque seus países passavam por situações que os levaram a imigrar (Klein, 2000).

Nessa perspectiva, diversos imigrantes que se estabeleceram no Rio de Janeiro nos primórdios do século XIX provavelmente não escolheram inicialmente estar ali, mas circunstâncias específicas os conduziram e os mantiveram nesse novo local. E, uma vez aqui, muitos deles iniciaram empreendimentos comerciais, cujo objetivo primordial era, sem dúvida, alcançar lucros. Introduziram-se, então, em atividades lucrativas, a exemplo do mercado da moda. A presença de estrangeiros era uma realidade na cidade ao longo da década de 1820, e é possível verificarmos essa informação em diversas fontes, incluindo os jornais. Em 1828, por exemplo, foi publicado no *Diário Mercantil* o anúncio de um espaço que estava à venda: “Vende-se a posse de uma casa na rua dos Latoeiros nº 67, a qual serve para algum *Sr. estrangeiro tintureiro, ou chapeleiro, ou modista*, quem a pretender procurar na mesma para tratar” (n. 288, 1828, p. 2) [grifo nosso].⁹⁷

O objetivo deste capítulo é, portanto, compreender estas sujeitas imigrantes e como ao desembarcarem em território fluminense, acabavam desenvolvendo certas atividades que eram rentáveis para elas. Analisamos os anúncios presentes nos jornais do período, relacionando-os com outras fontes, tais como os próprios registros de chegada e saídas apresentados no capítulo

⁹⁷ Não era muito comum a presença de modistas na rua dos Latoeiros durante esse período, por isso, podemos imaginar que a casa tenha sido vendida para um tintureiro, chapeleiro ou um estrangeiro responsável por quaisquer outras atividades.

anterior e registros das mulheres investigadas encontrados nos mais diversos arquivos de províncias francesas. Neste capítulo iremos abordar, inicialmente, as Casas de moda fluminenses da década de 1810 que eram, em sua maioria, comandadas por homens; e, posteriormente, nos dedicaremos às Casas de Modas dirigidas por mulheres no decênio seguinte.⁹⁸ No que se refere às publicações nos periódicos, constatamos que as modistas francesas frisavam, em grande parte dos anúncios, suas nacionalidades francófonas, certamente em busca de uma maior clientela.⁹⁹

Além disso, utilizavam, frequentemente, de uma retórica em que ressaltavam o preço diminuto cobrado em seus produtos, afirmando que os consumidores teriam a certeza de um “preço cômodo”. O uso da retórica relativa ao baixo preço dos seus produtos não nos é muito convincente ao lermos e estudarmos os anúncios na contemporaneidade já que, além de ser utilizada por quase todos os anunciantes, ao compararmos os preços de seus produtos com outros itens da época, conforme calculamos no capítulo anterior, vemos que o valor destas peças não era realmente “cômodo”. Todavia, tais recursos eram funcionais na sociedade fluminense do Oitocentos, considerando que era utilizada por grande parte dos/as comerciantes e negociantes do período. Assim, em suma, quase todos prometiam boa qualidade, um asseio impecável e um baixo preço; independente dos produtos que eram comercializados e/ou produzidos nos locais mencionados: fossem adornos e/ou indumentárias.

Essa espécie de fórmula comercial era, portanto, comum a quase todos os estabelecimentos do período, ao menos no que se refere ao mercado da moda. Segundo Heloisa Barbuy, eram “estratégias publicitárias que vinham sendo adotadas na Europa, desenvolvidas no espírito do capitalismo” (2009, p. 195). Desse modo, não apenas a moda enquanto vestuário funcionava nos padrões europeus, mas também o *modus operandi* escolhido pelos comerciantes. Em outras palavras, as técnicas que operavam no continente europeu, pareciam também ter êxito na América do Sul, principalmente quando consideramos as ideias liberais presentes no Brasil.

Com o propósito de apresentarmos quem eram as primeiras modistas que estavam presentes na cidade do Rio de Janeiro faremos, no decorrer deste capítulo, uma breve trajetória

⁹⁸ Poucas eram as Casas de Moda existentes no Rio de Janeiro do decênio de 1810, ao menos que seguissem os pressupostos apresentados neste trabalho e, por isso, o capítulo se dedica à década de 1820, mas retorna brevemente para citar aqueles estabelecimentos presentes na cidade ao longo do período demarcado.

⁹⁹ Conforme observamos no capítulo anterior a França era, à época, uma referência de modernidade e civilidade (Rainho, 2002).

dessas mulheres. Como são trajetórias que se relacionam e se revelaram semelhantes, a utilização de uma biografia coletiva – ou prosopografia – nos é cara (Stone, 2011).¹⁰⁰ As trajetórias, traçadas e costuradas em relações sociais, econômicas, culturais – e até mesmo políticas – contam uma parte da história do trabalho feminino oitocentista. Traços individuais que completam uma história de vida que é, por si só, coletiva. Assim, conforme destacado por Miguel Montagner, procuramos uma “valorização das experiências vividas dentro de uma perspectiva coletiva e por meio da memória do próprio grupo social” (2009, p. 278).

Para obter uma compreensão mais aprofundada do contexto social em que essas modistas estavam inseridas, é pertinente destacar a significativa influência das redes de sociabilidade no escopo das análises biográficas. A atenção às relações sociais, em contraposição a uma abordagem focada exclusivamente na vida individual do sujeito, foi destacada como essencial nas análises biográficas, conforme alertado no artigo de Bourdieu, "A Ilusão Biográfica". Apesar das críticas contundentes que foram direcionadas ao autor após a publicação desse texto, ele continua sendo fundamental para aqueles que se propõem a realizar biografias, tanto coletivas quanto individuais. A afirmação central de Bourdieu permanece válida: é crucial considerar as relações de sociabilidade existentes entre o sujeito biografado, em vez de abordá-lo a partir de uma perspectiva que enfatize a autonomia plena de um sujeito individual (Bourdieu, 1998).¹⁰¹

Isto posto, a sociabilidade é um ponto fundamental no desenvolvimento desta pesquisa e para a própria propagação de certa cultura política.¹⁰² Assim, por mais que a cultura política da sociabilidade tenha se voltado, ao longo dos anos, para as questões da história intelectual,

¹⁰⁰ Stone, em seu artigo *A prosopografia*, afirma que não há diferença entre esta e a biografia coletiva, sugerindo que os nomes variam apenas em razão da faixa etária que o/a pesquisador/a se encaixa: prosopografia, os historiadores mais antigos; biografia coletiva, os mais novos. Stone, Lawrence. *A prosopografia*. *Rev. Sociol. Polit.* v.19, no.39, Curitiba, junho 2011, p. 115-137. Outros pesquisadores também fizeram essa afirmação como Christophe Le Digol em seu artigo *L'enquête prosopographique Enjeux de méthode* publicado em 2014. Le Digol, Christophe. *L'enquête prosopographique. Enjeux de méthode*. Claude Pennetier; Bernard Pudal (dir.). *Le sujet communiste*, Presses universitaires de Rennes, pp.227-240, 2014.

¹⁰¹ Sobre as críticas a teoria que Bourdieu propõe em seu artigo *A ilusão biográfica*, ver mais: CLOT, Yves. La otra ilusión biográfica. *Historia y Fuente Oral*, No. 2, Memoria y Biografía (1989), pp. 35-39. OLIVEIRA, Maria da Glória. Quem tem medo da ilusão biográfica? Indivíduo, tempo e histórias de vida. *Revista Topoi*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 35, p. 429-446, maio/ago. 2017.

¹⁰² Segundo Serge Bernstein a cultura política solucionou os problemas enfrentados pela história política pois não buscava entender os sujeitos e fatos a partir de explicações únicas e sim adaptando as situações aos contextos. Além disso, a cultura política pode ser uma movimentação coletiva e auxilia a compreensão de determinadas motivações e escolhas comportamentais concernentes ao universo político. Bernstein determina que a dimensão coletiva da cultura política permite compreender melhor a organização de alguns grupos, entendendo que os membros partilham de experiências do passado e perspectivas do futuro. BERNSTEIN, Serge. *A cultura política*. In: Jean-Pierre Rioux & Jean François Sirinelli. *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998. p. 349-363.

acreditamos poder compreendê-la a partir da sociabilidade presente na vida das mulheres estudadas. De acordo com Sirinelli, “as redes secretam, na verdade, microclimas à sombra dos quais a atividade e o comportamento dos intelectuais envolvidos frequentemente apresentam traços específicos” (2003, p. 252). Consequentemente, a afirmação de Sirinelli pode ser interpretada sob o viés das mulheres trabalhadoras investigadas nesta pesquisa, já que elas propagavam gostos, costumes e se apropriavam de forma única do tecido cultural da sociedade que habitavam e atuavam.

As principais fontes utilizadas neste capítulo, assim como em boa parte desta pesquisa, foram os anúncios de modistas e costureiras publicados nos mais variados jornais do período: desde as folhas diárias até os periódicos voltados ao público feminino. No cerne dessas publicações encontramos os nomes, endereços, preços e produtos que eram comercializados no mercado da moda fluminense. Em sua maioria, as peças vendidas nesses estabelecimentos eram muito semelhantes: tecidos vindos de Paris, roupas pré-produzidas e ainda a serem produzidas, e adornos gerais - na maior parte dos casos, chapéus - corroborando com que Anne Hollander expõe como “a fórmula primitiva e enganadora: vestido-comprido-e-adornos-cuidadosos para a cabeça” (1996, p. 75)

2.1 As primeiras Casas de Moda na corte (1810-1820)

O primeiro estabelecimento comercial que se destacou como uma Casa de moda no Rio de Janeiro, identificável por meio dos jornais, foi a Casa de Charles Durand (ou Carlos Durand, em português). Em 1817, Durand foi apresentado como negociante no *Almanaque da Cidade do Rio de Janeiro*; um ano antes, no entanto, havia inaugurado um comércio na rua do Ouvidor, nº 28. No ano seguinte, mudou para a rua da Direita, nº 09, 1º andar fazendo, então, o caminho inverso dos estabelecimentos que, habitualmente, inauguravam em ruas adjacentes ao Ouvidor e, posteriormente, inseriam-se no comércio da afamada rua. O percurso “inverso” de Durand reforça a lógica exposta por Joaquim Manuel de Macedo em *Memórias da rua do Ouvidor*, em que afirma que, em princípio, as lojas de moda dominaram a rua da Direita (atual Primeiro de Março) e, apenas nos anos iniciais da década seguinte, transferiram-se para a rua do Ouvidor (1963).

Na pintura de Félix Émile Taunay, pintor francês que veio ao Brasil também no começo do século XIX, podemos verificar como era a rua da Direita em 1823 (Figura 20). Considerando

os relatos que versavam sobre a rua da Direita no Oitocentos e algumas imagens, como a pintura abaixo, podemos concluir que era um endereço movimentado o que, de certa forma, justifica a mudança da loja de Charles Durand. Na imagem podemos verificar a movimentação da rua, as pessoas e as configurações das casas. Ana Maria Mauad, ao falar da fotografia como objeto de análise, cita a fotografia “como índice, como marca de uma materialidade passada, na qual objetos, pessoas, lugares nos informam sobre determinados aspectos desse passado” (1996, p. 81). Ainda que a Figura 20 não seja uma fotografia e sim uma pintura, nela podemos perceber algumas marcas que caracterizam o Rio de Janeiro de 1823.

Vejamos as carruagens e a população negra que figuram nesta imagem, representando os trabalhadores da cidade que efetivamente movimentavam esse ambiente. Notemos, no entanto, que nesta imagem a presença de homens é maior que de mulheres, ainda que as mulheres, principalmente as pobres e trabalhadoras, também fizessem parte do cotidiano urbano do Rio de Janeiro nesse período. Há apenas uma mulher negra que segura um objeto em sua cabeça, provavelmente uma quitandeira que carregava o produto a ser comercializado.¹⁰³ A imagem foi feita no sentido horizontal e retrata um o período diurno na rua da Direita. Podemos perceber, além disso, que a foto possui uma configuração ampla, ou seja, podemos verificar casas ao fundo o que nos permite ter uma noção do tamanho da cidade e do que a imagem alcança.¹⁰⁴ Concluindo então, a partir da movimentação demarcada na imagem, que a rua da Direita era um endereço profícuo para a instalação de um comércio.

Figura 20 - Rua da Direita, Rio de Janeiro, 1823 por de Félix Émile Taunay.

¹⁰³ Sobre as quitandeiras ver mais em: Popigini, 2012.

¹⁰⁴ Nesse parágrafo seguimos a metodologia de análise proposta por Ana Maria Maud (1996).



Fonte: Acervo da Pinacoteca do Estado de São Paulo, Brasil. Coleção Brasiliana/ Fundação Estudar. Disponível em: <https://www.brasilianaiconografica.art.br/obras/19942/rua-direita-rio-de-janeiro-atribuido>. Acesso 14 de abr. 2023.

O comércio de Durand foi uma das primeiras lojas voltadas a comercializar itens de “moda”, como indumentárias e adornos; entretanto, não expôs, em nenhum momento, se havia modistas que trabalhavam para ele e, caso houvesse, quem eram elas. Seus anúncios informavam que Durand vendia vestidos franceses que já chegavam prontos nos portos fluminenses: “acaba de receber de Paris um belo sortimento de vestidos de filó bordados de ouro e prata, redondos, e de cauda, vestidos de cetim” (*Gazeta do Rio de Janeiro*, n. 38, 1820, p. 4). O registro de entrada de Durand no Brasil demarcou que ele chegara acompanhado de suas irmãs: Melanie Durand (BR RJANRIO 0E.COD.0.372, v.1/f.006A) e Virginia Durand (BR RJANRIO 0E.COD.0.372, v.1/f.006B). As irmãs Durand declararam, ao registrarem-se em 1816, não exercerem nenhuma profissão, contudo, considerando o contexto social de suas inserções em território brasileiro, é possível imaginarmos que tenham executado atividades de modistas enquanto estiveram presentes na loja de seu irmão.

Em 1817, Durand anunciou a necessidade de uma “escrava boa costureira e sem vício” (*Gazeta do Rio de Janeiro*, n. 62, 1817, p. 4) o que nos leva a acreditar que ele oferecia, ou ao menos passava a dispor, de um serviço de costuras. Todavia, o comércio de Carlos Durand não

se sustentou por muitos anos. Em 1821, os então administradores da Casa, Francisco Vial e Francisco Scheiner, comunicavam aos credores da loja que esta estava tendo seus bens rateados entre as pessoas que tinham conta no estabelecimento (*Gazeta do Rio de Janeiro*, n. 59, 1821, p. 4). Os motivos para o seu fim são incertos, mas a pesquisadora Lucia Neves (2002) aponta que além do comércio de fazendas, Charles Durand também estava envolvido com o comércio de livros o que pode indicar que o comerciante tenha optado por seguir em apenas um domínio.

No mesmo ano da inauguração da loja de Durand, a loja de Mr. Imbert localizava-se na rua do Rosário, nº 60 e se destacou como uma Casa cujos produtos eram “acomodados nos preços” e onde eram comercializados diversos ornamentos para casa (*Gazeta do Rio de Janeiro*, n. 94, 1816, p. 04). Quatro anos depois, em 1820, Mr. Imbert, provavelmente notando a movimentação causada pela abertura de uma série de Casas de Moda no centro da corte, transferiu sua loja para a rua do Ouvidor, nº 81. Esta passou a contar com a parceria de Mme. Murt, anunciada como a primeira modista de Paris e mestre em produzir chapéus e toucados (*Gazeta do Rio de Janeiro*, n. 18, 1820, p. 3).

Nesse mesmo ano, duas modistas, Mme. Suisse e Neveu transferiram seu estabelecimento, pouco ou nada anunciado nos periódicos da época, para o mesmo endereço de Mr. Imbert, mas no segundo andar do estabelecimento. As madames afirmavam que poderiam encontrar em sua Casa: “um grande sortimento de chapéus de senhora no último gosto” além disso se encarregavam de “fazer vestidos e todos os enfeites de senhora por preço muito moderado” (*Gazeta do Rio de Janeiro*, n. 22, 1820, p. 04).¹⁰⁵ Possivelmente, a junção com a loja de Mr. Imbert fez sentido para ambas as modistas naquele momento, ainda que em 1821 os produtos comercializados por Mr. Imbert tenham entrado em leilão, indicando uma possível falência de seu empreendimento, uma mudança de endereço, ou, até mesmo, uma desistência dos negócios (*Diário do Rio de Janeiro*, n. 10002, 1821, p. 6).¹⁰⁶

Em 1817, entraram no Brasil, vindos de Paris, Carlos Catelineau, cabelereiro com 29 anos e sua mulher que, à época, tinha cerca de 24 anos (BR RJANRIO 0E.COD.0.360, v.02). Estabelecidos na rua do Rosário, nº 34, Catelineau abriu um salão de cabelereiro que atendia homens e mulheres; enquanto, na mesma loja, sua esposa recebia as madames locais com o seu

¹⁰⁵ A pesquisa por modistas nos jornais nesses primeiros anos do século XIX tratar-se de uma investigação consideravelmente mais árdua que nas demais décadas, já que são ínfimos os periódicos nesse período (década de 1810) e as modistas apareciam poucas vezes.

¹⁰⁶ Os três motivos são referidos frequentemente nos periódicos como uma das razões para que os produtos de determinada loja fossem a leilão.

serviço de modista. Mme. Catelineau foi uma das primeiras modistas francesas estabelecidas no Brasil que encontramos em nossa pesquisa.¹⁰⁷ A idade da jovem Catelineau (24 anos) nos faz ter um panorama de como eram essas francesas que entravam no Brasil no período, já que, em sua maioria, eram de faixa etária semelhante à de Mme. Catelineau. Segundo os anúncios, o trabalho de modista de Mme. Catelineau estava prosperando em 1819. Catelineau contratou, nesse mesmo ano, uma nova modista: “chegou para o dito armazém uma modista, de um dos melhores armazéns de Paris, para fazer qualquer moda para Senhoras” (*Gazeta do Rio de Janeiro*, n. 61, 1819, p. 4). Notemos na retórica escolhida pelo anunciante o destaque para o fato dela ter trabalhado, anteriormente, em um dos melhores armazéns de Paris; assim, Catelineau garantia um renome para a francesa, antes mesmo de sua chegada.

Em 1820, com os sucessos de seu negócio, Catelineau se mudou da rua do Rosário para a rua do Ouvidor, nº 65, entre a rua da Quitanda e a dos Ourives (*Gazeta do Rio de Janeiro*, n. 91, 1820, p. 4). Possivelmente, Catelineau estava em busca de angariar mais clientes para sua loja já que a fama da rua do Ouvidor estava em contínuo crescimento nesse período (Macedo, 1963). A loja não se manteve neste endereço por muito tempo visto que nos anos de 1822 e de 1824 há anúncios que se referiam a produtos que eram comercializados na loja de Mme. Catelineau como “na loja que foi” ou “produtos que eram vendidos”, linguagem que nos levou a crer no fim do estabelecimento. Em 1821 Catelineau saiu do país e sua esposa permaneceu no Brasil até 1824 quando retornou à Europa com o dinheiro que o casal havia arrecadado (Menezes, 2024).

Em 1819, encontramos ainda o anúncio de uma “modista francesa” publicado na *Gazeta do Rio de Janeiro*. Tal publicação não revelou nenhum indício nominal de quem poderia estar por trás desta indicação.

No armazém da Modista Francesa, na rua dos Ourives entre a do Rosário e a do Ouvidor nº 65, se acha um sortimento de flores, plumas, fitas, bordados, chapéus para Senhoras, &, o mais rico, o mais lindo, e mais moderno, que se possa desejar. Como essa casa recebe diariamente estes gêneros das melhores fábricas de Paris, aí podem concorrer os compradores na certeza de que lhes ficaram por muito mais cômodo preço, do que em qualquer outra parte (n. 20, 1819, p. 4).

A modista anônima não divulgou seu nome, mas, frisou sua nacionalidade: francesa. Sua loja ficava na rua dos Ourives que, assim como as demais, situava-se em região central do Rio de Janeiro (dividiu-se entre as atuais ruas Miguel Couto e Rodrigo Silva, sendo cortada

¹⁰⁷ Não foi possível acessarmos seu nome, apenas seu sobrenome vinculado ao seu marido; mas foi a primeira que, de fato, conseguimos encontrar fontes documentais que registram sua naturalidade francesa.

pela Avenida Rio Branco). Os toucados eram itens fundamentais na moda oitocentista e, por isso, a modista ocupava-se em produzir e comercializar apenas tais itens e vendia objetos que poderiam embelezar os chapéus, como: flores, plumas, fitas e bordados. Apesar da prática comum de algumas modistas optarem pelo anonimato devido aos custos dos anúncios, essa modista em particular teve que desembolsar 1200 réis, uma vez que os anúncios eram tarifados em "200 réis por cada linha" e, na edição mencionada, o anúncio tinha 6 linhas (*Gazeta do Rio de Janeiro*, n. 3, 1819, p. 4).

Essas foram as primeiras Casas que comercializavam fazendas e que conseguimos identificar no Rio de Janeiro da década de 1810 e começo do decênio seguinte. É possível percebermos que muitos desses comércios mencionados eram administrados por homens; na subseção a seguir perceberemos que esse cenário vai sendo modificado com o decorrer dos anos e encontramos, cada vez mais, mulheres coordenando os estabelecimentos que vendiam fazendas, adornos e indumentárias.

2.1.1 As primeiras modistas francesas no Rio de Janeiro (dos jornais aos arquivos)

Anne Durocher desembarcou no Brasil em agosto de 1816, cinco meses depois de sair do porto de Antuérpia, para onde havia ido com sua filha Josephine após deixarem Paris (*Anais Brasileiro de Medicina, Rio de Janeiro*, 1879, p. 08). Segundo Menezes: “Diferentemente de outras conterrâneas, Anne Durocher não era analfabeta, mas, como várias outras era mãe solteira, nascida em um país no qual a solteirice era um fato” (2024, p. 20). Nesse período, a acentuada tensão política vivida na França e já mencionada no capítulo anterior, provavelmente motivou a vinda das duas para a América do Sul.

Um ano após sua entrada no Brasil, associou-se ao negociante L. N. Dufrayer e, juntos, abriram uma Casa de modas. De acordo com o relato de sua filha, Anne foi a primeira francesa a deixar seu estabelecimento, localizada na rua dos Ourives (atual Miguel Couto) aberta durante o horário noturno; enquanto outros estrangeiros, donos de lojas pela região central da cidade, se recusaram a abrir seus estabelecimentos, a exemplo de Mr. Durand e suas irmãs, e Mr. Catelineau e sua esposa, Mme. Catelineau. Durocher optou por abrir seu estabelecimento no horário noturno provavelmente porque, sendo uma mãe solteira que acabara de desembarcar em um território estrangeiro, precisava que seu comércio lucrasse além do disposto nos horários

matutinos e vespertinos. Na Figura 21 podemos visualizar como seria a rua dos Ourives em 1825, a partir do desenho de Landesser.

Figura 21 - Rua dos Ourives, Rio de Janeiro, 1825-26 por Charles Landseer.



Fonte: Acervo de Iconografia / Instituto Moreira Salles. Disponível em: <https://www.brasilianaiconografica.art.br/obras/19289/rua-dos-ourives>. Acesso 14 de abr. 2023.

O desenho apresentado acima foi feito pelo desenhista inglês Charles Landseer em uma viagem diplomática ao Brasil com a missão de Sir Charles Stuart.¹⁰⁸ Na imagem podemos verificar que a rua dos Ourives era um endereço estreito e caminho para mulheres escravizadas que trabalhavam porta à fora. Foi nesse endereço que Josephine Durocher cresceu e

¹⁰⁸ A Missão diplomática inglesa teria sido incentivada por D. Pedro I e colocada como uma forma de reconhecimento da Inglaterra em relação a independência do Brasil. Landesser veio com o objetivo de registrar a paisagem da corte e propagar no exterior, principalmente na Europa. Essas imagens, feitas pelos artistas viajantes, podem, de fato, terem influenciados europeus a migrarem para o Brasil.

desenvolveu suas habilidades como uma parteira que tornar-se-ia reconhecida na corte.¹⁰⁹ Em suas lembranças, documentadas no periódico *Anais Brasileiro de Medicina* durante a década de 1870, declarou que ela e sua mãe eram umas das poucas imigrantes no Rio de Janeiro à época e que, por isso, foram, de certa forma, levadas a se relacionarem com as famílias do Brasil.

Através do relato dessa jovem parteira, podemos perceber a necessidade em estabelecer laços, criar vínculos e tecer redes de sociabilidade para uma vida mais cômoda em outro país. Anne e Josephine, certamente, se adaptaram ao Rio de Janeiro devido às redes tecidas com outras famílias, mesmo que locais. Anne faleceu no Brasil nos anos finais da década de 1820 e Josephine viveu em território brasileiro até sua morte. Talvez tenham permanecido no Brasil pela fácil adaptação que tiveram, ou talvez não pudessem arcar financeiramente com o retorno à Europa. É verdade que nem todos os franceses se adaptavam ao Brasil ou recebiam uma boa receptividade por parte daqueles que já estavam aqui, independentemente de serem brasileiros ou não. Esse era apenas um dos vários motivos que os levavam a optar por retornar aos seus países de origem.

Lessa e Suppo (2009), em um artigo sobre a relação entre França e Brasil, mencionaram que o primeiro-ministro plenipotenciário da Legação francesa no Rio de Janeiro, por exemplo, afirmava ser difícil viver no Rio de Janeiro devido às acomodações que não o satisfaziam e ao clima extremamente quente; por isso, após um ano na cidade, retornou à França e permaneceu apenas um ano no cargo de primeiro-ministro plenipotenciário francês. Por sua vez, o relato de Josephine demonstra a relação estabelecida entre estrangeiras e brasileiras, mesmo que isso ocorresse em uma situação específica pontuada por Josephine: quando não existia muitos/as estrangeiras na corte. Por isso, quando Josephine passou uma série de adversidades, principalmente após o falecimento de sua mãe, não cogitou sair do país:

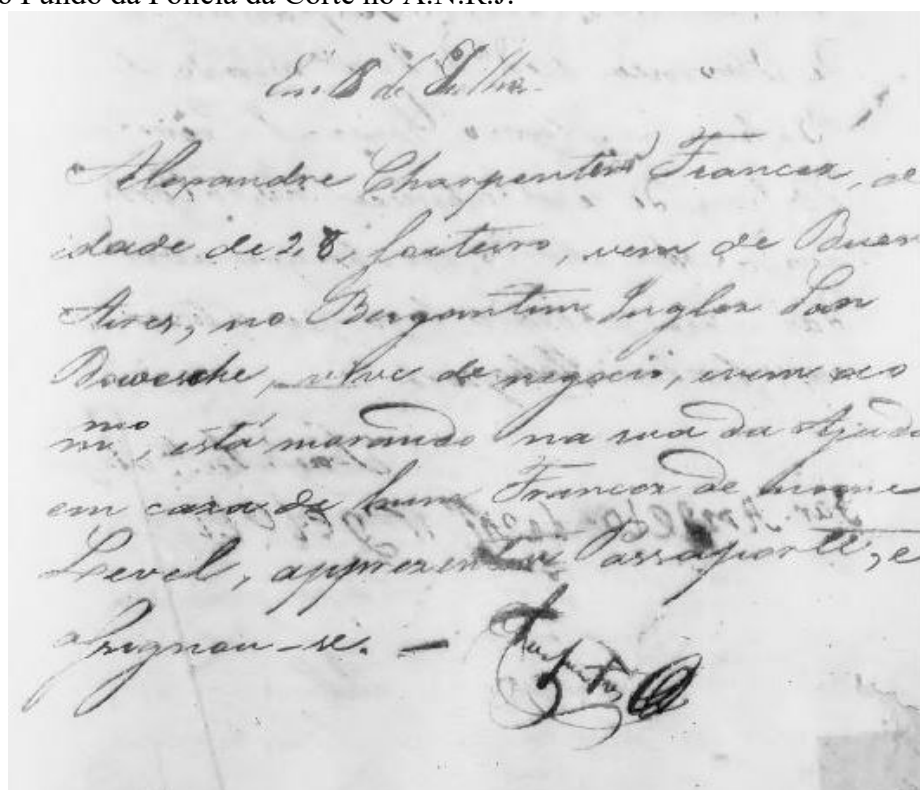
Educada e bem relacionada no país onde, tanto minha mãe como eu tínhamos encontrado agasalho, proteção de seus habitantes e sinceras provas de amizade, não podia resolver-me a deixá-lo (*Anais Brasileiro de Medicina*, Rio de Janeiro, 1871, p. 10).

As relações desenvolvidas por Josephine não se findaram nas ligações estabelecidas com as brasileiras. Quando ainda havia poucas francesas no Brasil, Anne e Josephine hospedaram, em sua casa, a francesa Mme. Pipar. Outras fontes nos demonstram que esse modelo de acolhida era padrão entre os estrangeiros já que muitas francesas recém-chegadas e

¹⁰⁹ Além de ser reconhecida por seu trabalho como parteira, também é lembrada como uma mulher que utilizava, frequentemente, roupas não convencionais às mulheres, afirmando que estas eram mais confortáveis para a execução de seu ofício (Gonçalves, 2021).

registradas na Polícia da Corte afirmavam que residiriam, ao menos nos primeiros meses, na casa de conhecidos franceses. Esse foi o caso, por exemplo, de Alexandre Charpentier, negociante francês que desembarcou no Brasil em 1819 com a finalidade de tratar de negócios. Enquanto esteve no país morou na rua da Ajuda na casa de outro francês, conforme demonstrado na Figura 22. “Alexandre Charpentier francês de 28 anos, solteiro, vem de Buenos Aires, no Bergantim inglês (...) para negócio, (...) está morando na rua da Ajuda na casa de um francês”

Figura 22 - Registro de Alexandre Charpentier no Registro de Entrada e Saída de Estrangeiros presente no Fundo da Polícia da Corte no A.N.R.J.



Fonte: BR RJANRIO 0E.COD.0.372, v.01/f.003vC. A.N.R.J.

As relações de sociabilidade com os conterrâneos não se limitaram a abrigar francesas em sua casa, manifestou-se também nos universos laborais. Além do próprio L. N. Dufrayer, Anne Durocher associou-se à Francisca Adelaide Josephine Wirt. Esta última ligação não se deu de forma amigável e tornou-se um transtorno para Mme. Durocher:

A Senhora D. Anna Durocher, tem a honra de participar ao respeitável público, que depois da dissolução da sua Sociedade com o Senhor L. N. Dufrayer, ela sempre foi e é a só e única possuidora da Casa de modas em todos os gêneros, situada na rua dos Ourives, entre a do Rosário e da Ouvidor, e que, pelo anúncio inserido no Diário de 10 do corrente, a Sra. A. Wirt deu a conhecer que era Sócia ou Sra. da dita Casa da sua dos Ourives. Porém saiba e conheça o mesmo respeitável público que tal não é, mas sim que a dita Sra. Wirt ali habitava sempre como mercenária, recebendo os

ajustados salários. Faz também participante a Sra. Durocher que em sua casa se acha um grande sortimento de chapéus, vestidos, e mais fazendas de todas as qualidades, e que os Senhores compradores serão sempre tratados com aquele respeito e atividade, que a todos tem mostrado no espaço de quatro anos que se acha estabelecida na referida casa (*Diário do Rio de Janeiro*, n. 0700018, 1821, p. 5).

O *Diário do Rio de Janeiro*, referido no capítulo anterior, era um dos principais periódicos da época (Marendino, 2016), por consequência é compreensível a escolha de Anne Durocher em realizar tal reclamação neste jornal. Através deste anúncio, podemos verificar que a Casa de modas de Durocher permaneceu no mesmo endereço de 1817 até 1821 e que após quatro anos de sociedade com L. N. Dufrayer, esta encontrava-se findada. Essa disputa entre Mme. Durocher e Mme. Wirt reflete a complexidade do mercado da moda, demonstra uma ilegalidade que ocorria em alguns anúncios e enfatiza, consequentemente, a importância do jornal para uma demanda de reconhecimento expressa por Anne Durocher.

No que se refere a dissolução da sociedade com L. N. Dufrayer é factível elucubrarmos algumas possibilidades: Durocher, provavelmente, necessitava de um aporte financeiro quando chegou com sua filha de sete anos ao Rio de Janeiro e Dufrayer, negociante francês, possivelmente subsidiou o estabelecimento de Anne. Considerando que sua loja era uma das poucas abertas no período noturno, os lucros obtidos nesse ínterim poderiam ser designados para adquirir a parte de Dufrayer em seu negócio. Dito isso, em 1821 Anne Durocher comandava sua loja sozinha; no entanto, empregava outras mulheres do Brasil e imigrantes, em sua maioria francesas e Mme. Wirt foi uma dessas mulheres que Durocher contratou. Adelaide Josephina Francisca Wirt imigrou para o Brasil entre a década de 1810 e 1820. Assim como Anne Durocher deixou seu país de origem e desembarcou em um território que oferecia, à época, possibilidades inerentes a um lugar em desenvolvimento. Nesse sentido, Mme. Wirt se estabeleceu, inicialmente, como mercenária¹¹⁰ na Casa de Modas de Durocher, mas, ao adquirir as habilidades necessárias, deixou o antigo estabelecimento e se reestruturou em um novo local.

Em 1822, um ano após Durocher protestar-se publicamente contra Mme. Wirt, esta última começou a anunciar seu próprio estabelecimento.¹¹¹ Informava, aos/as leitores/as do *Diário do Rio de Janeiro* que produzia vestidos com perfeição para o baile que se aproximava e declarava ser “modista francesa” com loja na rua do Ouvidor, nº 135 (n. 0700008, 1822, p. 4). Mme. Wirt encontrava-se então estabelecida no principal endereço da cidade. Após dois

¹¹⁰ Segundo o Dicionário da Língua Portuguesa, Mercenária (o) é “aquele que trabalha por interesse, ou esperança de paga” (Silva, 1872, p. 301). Ou seja, Mme. Wirt era, à época, contratada de Mme. Durocher.

¹¹¹ Apesar do estabelecimento de Mme. Wirt aparecer na imprensa a partir de 1822, a trajetória de sua loja está diretamente associada a Mme. Durocher e, por isso, a Casa de Mme. Wirt está incluída nesta seção.

anos, em 1824, Adelaide Wirt se mudou para frente à rua Nova do Ouvidor, nº 36, mencionando que era a antiga moradia de Mme. Catelineau. As constantes mudanças de endereço que faziam parte da vida dessas mulheres modistas francesas no começo da década de 1820 é instigante, considerando que para um comércio estabilizar-se era necessário permanecer por um tempo no mesmo endereço, situação essa que não era habitual no mercado da moda, o que pode ser explicado pelos preços dos aluguéis e novas parcerias efetuadas.¹¹²

Assim como Mme. Wirt mencionou Mme. Catelineau, outras mulheres também faziam referências umas às outras, especialmente ao aludirem a antigas Casas de Moda e/ou locais de trabalho preexistentes. Isso sugere que essas mulheres do universo da moda tinham conhecimento mútuo e estavam cientes das atividades e trajetórias umas das outras. A essa época, ainda havia “poucas” modistas, se compararmos com as décadas posteriores, e a alta demanda de um local onde a entrada de estrangeiros não cessava, pode ser uma explicação plausível para uma convivência, em certa medida, agradável.

Retomando a trajetória de Mme. Adelaide Wirt, em 1827, ela transferiu seu estabelecimento de volta para a rua do Ouvidor, número 97. Nesse ano, a loja passou a ser apresentada como Mme. Wirt e Comp., o que justifica as constantes mudanças de Mme. Wirt tendo em vista que a denominação “Comp.” poderia designar uma nova sociedade. Nos anos finais da década de 1820, o estabelecimento de Mme. Wirt estava em constante crescimento. Devido a esse progresso, a modista anunciou que precisava de algumas senhoras que fossem “boas costureiras” (*Diário do Rio de Janeiro*, n. 0900004, 1828, p. 3). Isso significa que Mme. Wirt necessitava de auxílio de outras mulheres para atender às demandas que chegavam até seu comércio.

Este auxílio, anunciado por Mme. Wirt, poderia ser tanto de mulheres estrangeiras quanto brasileiras. Entretanto, a facilidade da língua fez com que francesas recém-chegadas ao Rio de Janeiro optassem por trabalhar com mulheres conterrâneas, além do desenvolvimento de uma rede entre essas imigrantes que desencadeava um laço social entre elas. Esta percepção teórica faz sentido na prática quando nos deparemos, ao longo das décadas seguintes, com francesas que haviam trabalhado junto a uma dessas modistas francesas e, posteriormente, inauguravam suas próprias Casas de moda. Além de empregar outras mulheres para

¹¹² Encontramos, nos periódicos da época, uma série de anúncios de venda, aluguel e/ou arrendamento de Casas próprias para modistas, mas nenhum desses anúncios especificava o valor da venda desses estabelecimentos. Segundo Maria Beatriz Nizza da Silva, uma Casa de sobrado na rua do Hospício que contava com salas, quartos e loja custava 800\$000, um diminuto preço, mas porque, de acordo com a autora, as fontes indicavam que precisava de reforma (1978, p. 45).

trabalharem como costureiras e/ou vendedoras em seus estabelecimentos, essas modistas francesas também faziam constante uso do trabalho de mulheres e homens escravizados. As sucessivas fugas dessas mulheres e, conseqüentemente, as procuras de Wirt por suas escravizadas foram estampadas nos jornais diários que circulavam no Rio de Janeiro.

A Casa de Modas de Mme. Wirt estava em evolução contínua se considerarmos que ao menos até a década de 1830 os seus anúncios foram frequentes nos periódicos e almanaques que circulavam na corte. Todavia, em 1831 os negócios de Adelaide Wirt desestabilizaram-se. Em fevereiro desse mesmo ano, seu então sócio, Leon Morlot roubou de sua Casa os Cadernos de Escrituração de seu negócio.¹¹³ Por isso, Mme. Wirt foi até o *Diário do Rio de Janeiro* e prometeu recompensas a quem encontrasse não apenas Leon Morlot, mas o próprio caderno. Solicitou que seus clientes “não pagassem quantia alguma depois dessa data, se não a ela pessoalmente, ou a pessoa que leve recibo unicamente assinado por ela” (*Diário Fluminense*, n. 17, 1831, p. 144). Esse pedido sucedeu-se com o objetivo de evitar maiores prejuízos que o roubo dos cadernos já teriam causado.

Logo após o desvio, ainda em 1831, Mme. Wirt desistiu de seus negócios no Brasil. Por descrença em novas sociedades ou por falência acometida após o furto dos cadernos, Mme. Wirt anunciou o leilão dos objetos que estavam em venda em seu comércio, incluindo as famosas fazendas francesas, além de “rendas de linho, pentes de tartaruga, e de chifre, meias de seda, entremeios, chapéus de palha, luvas, florence e lenços de cambraia” (*Correio Mercantil*, n. 283, 1831, p. 3). No ano seguinte, Mme. Wirt retornou à Europa, mais especificamente com destino ao porto de Antuérpia (BR RJANRIO 0E.COD.0.423, v.6/f.117^a). Ainda que Mme. Wirt tenha se despedido do Brasil em fevereiro de 1832, os anúncios do leilão dos objetos que eram vendidos em sua Casa continuavam a figurar nas páginas dos jornais desse ano através das Casas especializadas em leilão.

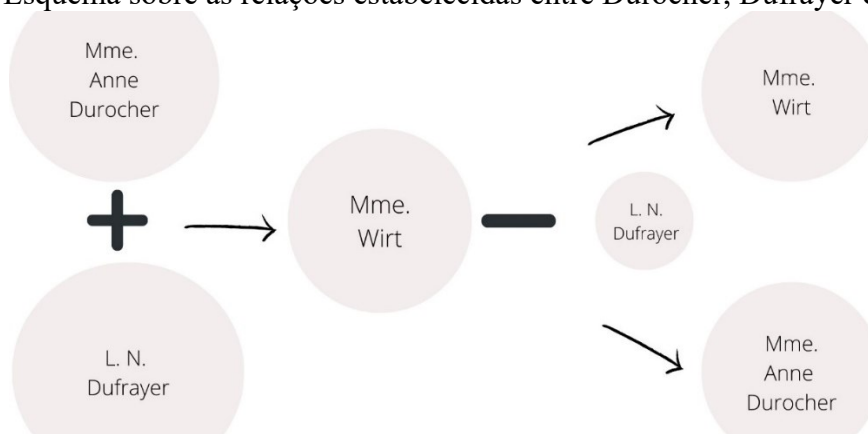
Conforme evidenciado por meio de nossa investigação, muitas francesas que chegaram ao Brasil e se envolveram em atividades relacionadas à moda eventualmente optaram por retornar à Europa após alguns anos. Essa decisão poderia decorrer de duas possíveis situações díspares entre si: ou os empreendimentos no Rio de Janeiro não estavam prosperando da maneira que esperavam, ou, em alguns casos, devido ao sucesso alcançado, escolheram encerrar suas vidas em sua terra natal. A decisão de vir para o Brasil certamente representava uma aposta que poderia ou não se concretizar com sucesso. Algumas francesas, possivelmente

¹¹³ Esse caderno tratava-se de um livro contábil em que as dívidas e pagamentos do estabelecimento eram contabilizadas, sendo fundamental para os negócios.

impulsionadas por uma utopia de conquistar um sucesso grandioso e duradouro, acabavam por se decepcionar e optavam por retornar ao seu país de origem. Ao considerarmos as proposições presentes na historiografia da imigração, que discutem os motivos subjacentes aos desejos dos sujeitos de imigrarem, torna-se compreensível o retorno de algumas modistas para a França. A volta para a Europa, no entanto, não implicava que estar no Brasil e trabalhar como modista e costureira fosse um insucesso. Não surpreendentemente, muitas francesas continuaram a desembarcar nos portos brasileiros, e a resposta positiva ou negativa influenciava diretamente na continuidade das imigrações para a América do Sul.

Com base nas informações apresentadas e utilizando esses dados, na Figura 23 fornecemos um esquema que ilustra a maneira como se desenvolveram as relações de sociabilidade entre Mme. Anne Durocher e os demais sujeitos mencionados anteriormente.¹¹⁴ A partir do esquema é possível demonstrar, de forma tangível, a organização dessa relação que fora delineada nos parágrafos anteriores. Ou seja, Mme. Wirt trabalhava na Casa de Mme. Durocher quando esta possuía sociedade com L. N. Dufrayer; após essa sociedade ser dissolvida, Mme. Durocher passou a trabalhar sozinha e, posteriormente, o mesmo ocorreu com Mme. Wirt.

Figura 23 - Esquema sobre as relações estabelecidas entre Durocher, Dufrayer e Wirt.



Fonte: Elaboração própria a partir da documentação encontrada na Hemeroteca Digital e no Arquivo Nacional (A.N.R.J.).

Tanto Mme. Durocher como Mme. Wirt seguiram então com seus estabelecimentos. Mme. Durocher permaneceu com sua Casas de Moda até sua morte, em 1829. Josephine Durocher assumiu então os negócios da mãe até o início da década de 1830 quando Josephine,

¹¹⁴ A elaboração desse esquema foi inspirada na estrutura produzida por Pierre Bourdieu em seu clássico artigo sobre as relações estabelecidas dentro da Haute Couture francesa *O costureiro e sua grife* (2008).

vendo a loja entrar em princípio de falência, fechou o estabelecimento. A loja de Mme. Wirt, como vimos anteriormente, também permaneceu na corte até o princípio da década de 1830.

A relação entre as duas estabeleceu-se por diversas razões. Primeiramente, ambas foram imigrantes francesas no Rio de Janeiro e, possivelmente, Mme. Durocher empregara Mme. Wirt em seu estabelecimento em razão dessa proximidade cultural, como era costume na época, considerando que os franceses residentes na corte brasileira se ajudavam (BR RJANRIO 7X, Cx. 379). A posteriori, separaram-se e cada uma seguiu com seu próprio negócio, contudo, na década de 1830 os dois comércios já se encontravam fechados, por razões particulares.

Além das relações estabelecidas, é crucial destacar que Mme. Wirt também empregava mulheres escravizadas em seu estabelecimento. Um exemplo é o caso de Júlia, que fugiu da loja de Mme. Wirt em 1829. Dado o trabalho desempenhado por essas mulheres escravizadas nas Casas de Moda, não é surpreendente a apreensão que tomou conta de Mme. Francisca Wirt ao descobrir que uma de suas escravizadas, Júlia, também havia fugido:

Fugiu domingo 22 de fevereiro pelas Aves Marias, indo buscar luz com um lampião de pé, uma rapariga de nome Júlia, Nação Nina Nagôa, idade 16 anos pouco ou mais ou menos, não fala bem português, muito forte, alta, cara redonda e tem uma verruga na frente da parte direita, as mãos grandes e faz uma pequena inclinação nos detalhes dos pés para fora; levou vestido xadrezado da cor de rosa, com cinto de marroquina encarado, causa que foi vista em Catumbi na mesma noite, roga-se aos Srs. Comissários de Polícia, Capitães do Mato, ou quem dela tiver alguma notícia onde está, poderá dar parte, ou levar à casa de Mme. Francisca Wirt, rua do Ouvidor, nº97 ou na rua da Alfandega nº 38 (casa de leilão), onde receberá boas alvissaras (*Diário do Rio de Janeiro*, n. 03000004, 1829, p. 04).

Historicizando a relação das modistas com as jovens escravizadas, reafirmamos que é compreensível que Mme. Wirt tenha se preocupado com a fuga de Júlia, que desempenhava um papel fundamental no funcionamento de seu estabelecimento. Além disso, verificamos que Mme. Wirt prometeu uma boa recompensa a quem encontrasse sua escravizada o que significa que Mme. Francisca Wirt possuía uma certa quantidade de montante financeiro que lhe permitia prometer prêmios pela volta de Júlia.¹¹⁵ Não há notícias na imprensa se Wirt conseguiu recuperar sua escravizada, no entanto, seus anúncios seguiram fazendo parte dos jornais diários que circulavam no Rio de Janeiro.

No item a seguir, buscamos investigar a vida das modistas que passaram a configurar na imprensa na década de 1820 e princípios do decênio seguinte. Percebemos um aumento do número de modistas no Rio de Janeiro naquele período, o que nos indica que esse modelo de comércio estava sendo lucrativo. Tal rentabilidade e a residência de franceses/as que já viviam

¹¹⁵ Alvissaras era: “o prêmio, que se dá, ou oferece a quem traz, ou anuncia boas novas” (Silva, 1858, p. 118).

na cidade fazia com que mais mulheres estrangeiras decidissem sair de seus países e imigrassem para as terras brasileiras, mais especificamente, para as terras fluminenses.

2.2 Protagonismo e agência das modistas no crescente mercado da moda fluminense (1820-1830)

Ao escrever sobre Salvador nos anos iniciais do século XIX, Richard Graham destacou que as mulheres sabiam ser independentes naquela cidade, ou melhor, “agiam de maneira independente”, principalmente àquelas que possuíam negócios pequenos e estavam à frente deles (2013, p. 49). No Rio de Janeiro, a situação era semelhante. Nesta perspectiva, encontramos muitas mulheres independentes em nossa pesquisa e, em especial, mulheres protagonistas e agentes de suas próprias histórias, assim como propôs Silvana Barbosa (2021).

No começo da década de 1820 uma senhora, dentre muitos homens, informava ser dona de uma Casa de modas: Madame Ablon. Esta, diferentemente das demais mulheres citadas anteriormente, não se denominou como modista ou costureira em quaisquer anúncios publicados nos periódicos. Declarava ter uma loja na rua do Ouvidor, nº 19, uma Casa que vendia uma variada gama de produtos característicos do mercado da moda, como: xales de lã e de seda, rendas da França, vestidos bordados, entre outros itens (*Gazeta do Rio de Janeiro*, n. 63, 1820, p. 04).

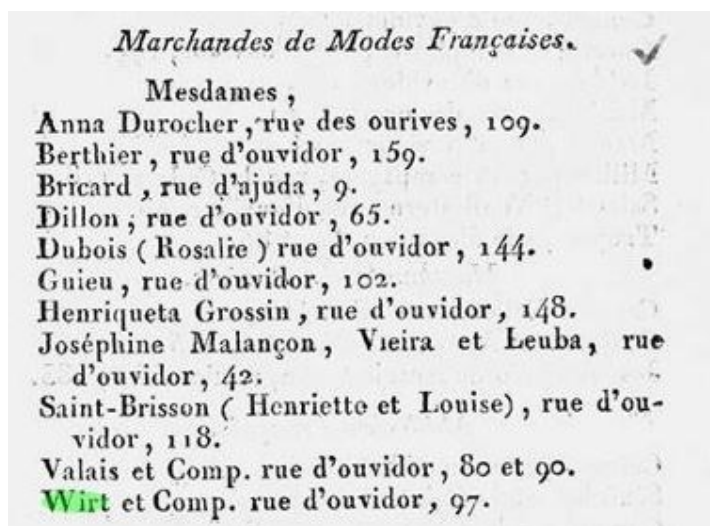
Mme. Ablon não mencionou quaisquer habilidades com as linhas e agulhas, mas considerando que eram técnicas ensinadas às meninas francesas no setecentos e oitocentos (Pellegrin, 1999) é provável – e possível – que ela conhecesse a arte desse ofício e pudesse se ocupar dela, caso necessário. No mais, certamente Mme. Ablon empregou algumas costureiras para trabalharem em seu estabelecimento e utilizou do trabalho de mulheres escravizadas, cujas habilidades passavam pela costura.

Mme. Ablon desapareceu rapidamente das publicações diárias que circulavam na corte, como consequência, há pouca documentação encontrada sobre sua vida; entretanto foi uma das primeiras mulheres que surgiram anunciando seu empreendimento sozinha nas páginas dos jornais diários, ou seja, sem marido, filhos, tios e/ou sócios em geral. Mme. Ablon demonstra que o complexo mercado da moda fluminense era habitado por múltiplas mulheres, até mesmo aquelas que não se anunciavam como modistas ou costureiras

As suas publicações foram escritas nos jornais no começo da década de 1820, mas é a partir do final desse decênio que há um aumento significativo das modistas francesas no Rio de Janeiro. Alguns dos almanaques que circulavam na corte no período passaram a identificar as modistas estrangeiras. O *Almanaque dos Negociantes do Império*, por exemplo, apresentou onze modistas francesas em 1827.¹¹⁶

Alicerçados pelo contexto do período, é factível compreendermos que os anos finais de 1820 tenham sido mais prósperos para o mercado da moda fluminense, assim como para o comércio da corte em geral. Conforme vimos anteriormente, havia um comércio em expansão na década de 1810 e começo do decênio seguinte, contudo, esse crescimento foi interrompido com o retorno da Corte para Portugal, em 1821. Em concordância com Juliette Dumont, a volta da Corte para a Europa influenciou o regresso de muitos franceses. Mesmo em 1822 com a Proclamação da Independência esse cenário ainda não havia melhorado. Em 1825 “quando o Império do Brasil foi reconhecido por Portugal” houve um reestabelecimento significativo do mercado (2009, p. 108). Na Figura 24 podemos verificar modistas francesas que se encontravam estabelecidas no país em 1827.

Figura 24 - *Marchandes de Modes Françaises* de acordo com o *Almanaque dos Negociantes do Império*.



Fonte: *Almanaque dos Negociantes do Império*, Rio de Janeiro, n. 1, 1827.

As mulheres citadas na Figura 24 estavam frequentemente presentes nos jornais e, possivelmente, tais assiduidades estão relacionadas a uma condição social superior as das demais modistas e a um maior público consumidor, que justificaria a apresentação de seus

¹¹⁶ Em nossa pesquisa conseguimos alcançar um número maior de mulheres: cerca de 239; no entanto, para esse período essas foram as que, de fato, mais apareceram em nossas fontes.

nomes, destacados entre muitos outros, neste *Almanaque*. Suas lojas eram compostas de armarinhos e vidraças que interessavam aos passantes que passeavam e circulavam na região central do Rio de Janeiro.¹¹⁷ As mulheres identificadas no *Almanaque dos Negociantes do Império* foram o começo de nossa investigação, porém, não nos restringimos a elas. Sendo o princípio da pesquisa, nossas buscas se iniciaram a partir desses nomes apontados.

Isto posto, seguindo cronologicamente a presença de tais mulheres na imprensa fluminense e nos arquivos oficiais, falemos de Henriqueta Grossin. Esta foi identificada na imprensa como Henriqueta Grossin Dubois sobrenome que, provavelmente, herdara de seu marido João Baptista Dubois. Henriqueta anunciou, em 1823, que sua loja estava mudando de endereço. A Casa de Grossin Dubois que ficara domiciliada na rua dos Latoeiros mudou para a rua do Ouvidor, nº 117 (*Diário do Rio de Janeiro*, n. 0400021, 1823, p. 4). Henriqueta Grossin, assim como outras modistas, ao conseguir estabelecer-se melhor na corte, decidiu mudar seu estabelecimento para um endereço reconhecido pela sociedade da época. Em uma provável estratégia comercial, Henriqueta aproximava-se do espaço onde eram localizadas as maiores lojas de moda do Rio de Janeiro. Logo, seria mais fácil para conquistar novas consumidoras atraindo-as para seu comércio, assim como lidar com as clientes já existentes que, a partir desta data, poderiam, ao passear pela rua do Ouvidor, prática habitual da época (Menezes, 2022).

Ademais, outro traço interessante na trajetória comercial de Henriqueta é que ela se autodenomina como modista e costureira de Paris. Conforme explicitado no capítulo anterior, a facilidade em ser hábil nas duas funções refletia na produção das vestimentas e adornos. Henriqueta, além disso, frisou que vinha não apenas de qualquer localidade francesa, mas de Paris, o que poderia também auxiliá-la a conquistar sua clientela que era ávida por se vestir como uma madame parisiense (Barbosa, 2021). Em 1827, de acordo com o *Almanaque dos Negociantes do Império*, Mme. Grossin Dubois já se encontrava em outro endereço, mas ainda na mesma rua do Ouvidor. As mudanças de uma loja para outra poderiam acontecer por diversos motivos: incluindo um menor valor de aluguel, uma maior comodidade nos ambientes e,

¹¹⁷ As mulheres citadas no *Almanaque dos Negociantes do Império* e apresentadas na Figura 24 foram basilares em nossa investigação, porém, conforme afirmamos, elas não eram as únicas. Em 1828, por exemplo, identificamos Anna Luíza que afirmava ser uma modista de Paris recém-chegada à corte e que possuía, nesse período, um comércio na rua do Cano nº 40; a loja, contudo, parece não ter agradado às consumidoras e aos consumidores – considerando que em sua apresentação declarava fazer espartilhos para homens - ainda que o anúncio frisasse que “a anunciante fará os esforços para merecer a confiança das pessoas que honrarem essa casa” (*Diário do Rio de Janeiro*, n. 0100013, 1828, p. 3). Não é difícil imaginarmos que a concorrência e a presença de modistas estrangeiras no país desde o decênio anterior possam ter sido um empecilho para a permanência de Anna Luíza no mercado da moda fluminense. Vizinha a Anna Luíza encontramos a Sra. Pelagia Verneur que, apesar do nome não muito francês, dizia ser uma modista francesa e tinha seu comércio no 1º andar da rua do Cano nº 117 (*Diário do Rio de Janeiro*, n. 0600009, 1828, p. 3).

inclusive, a localidade da loja. A escolha por continuar na rua do Ouvidor nos levou a supor que a mudança em 1823 tenha sido, para Henriqueta Grossin e para o seu comércio, uma decisão correta.

Após 1823 a loja de Henriqueta Grossin cessou seus anúncios na imprensa fluminense e, em 1827, João Baptista Grossin Dubois voltou para a França (BR RJANRIO 0E.COD.0.423, vl. 4). A reunião desses dois fatores, nos faz crer que a loja de Mme. Grossin Dubois não tenha perdurado por muitos anos nas ruas do centro fluminense. Ainda que o registro de João Baptista não mencione o retorno ao país francófono ao lado de sua esposa podemos supor que Henriqueta tenha regressado com seu marido. Mme. Henriqueta Grossin ausentou-se por alguns anos das fontes oficiais e não oficiais, reaparecendo em 1833. Considerando os fatores sociais, econômicos e políticos que afligiam o Rio de Janeiro no período (década de 1830) é possível que elucubremos algumas razões públicas que interferiam nas decisões privadas e que poderiam influenciar a escolha de Grossin.¹¹⁸

Em 1824, Mme. Alexandrina Valais chegou ao Brasil (BR RJANRIO 0E.COD.0.416, v.01/18, f.016) e, em seguida, no ano posterior, inaugurou sua loja: Mme. Valais e Comp. (*Diário do Rio de Janeiro*, n. 1100011, 1825, p. 02). O comp. na designação do estabelecimento significa que se associou a um terceiro e, possivelmente, tal sociedade certamente auxiliou a Mme. Valais conseguir rapidamente consolidar-se na corte. Existe a possibilidade que Alexandrina Valais já estivesse no Brasil há algum tempo e que apenas tenha se preocupado em registrar-se na Polícia da Corte quando estava prestes a abrir o seu estabelecimento. Mme. Gaubert, por exemplo, também foi registrada na Polícia da Corte em 1824 e sua loja passou a ser anunciada na imprensa local na mesma data (*Diário do Rio de Janeiro*, n. 1100015, 1824, p. 03). Tais episódios nos fazem acreditar que o registro efetuado na Polícia da Corte era uma prerrogativa para iniciar uma nova empreitada.

A sociedade estabelecida em 1824 entre Mme. Alexandrina Valais e seu então sócio desmanchou-se rapidamente. Todavia, prontamente Mme. Valais reestabeleceu-se com outra parceria que acabou por finalizar em 1828 (*Jornal do Comércio*, n. 113, 1828, p. 02).¹¹⁹ O

¹¹⁸ A década de 1830 foi marcada por questões políticas do período referentes a Regência. Para saber mais, ver em: MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidade na cidade imperial (1820-1840)*. São Paulo: Editora Hucitec, 2005. MOREL, Marco. *O Período das Regências (1831-1840)*. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2003. SCHIAVINATTO, Iara Lis. *Visualidade e poder: ensaios sobre o mundo lusófono: 1780-1840*. São Paulo: Editora da Unicamp, 2022, p. 12-48.

¹¹⁹ Alexandrina Valais não mencionou em nenhum de seus anúncios quem seriam esses sócios, assim como não nos foi possível encontrá-los em outras fontes documentais.

encerramento de tais associações não desencorajou Mme. Valais que, em 1829, anunciou uma nova aliança que, dessa vez, seria duradoura. A nova parceria foi efetuada com César Bouliech (*Jornal do Comércio*, n. 624, 1829, p. 03).¹²⁰ A loja passou a ser de Alexandrine Valais e César, mas não mudou de endereço e continuou a ser localizada nos números 80 e 90 da rua do Ouvidor (*Almanaque Dos Negociantes do Império Do Brasil*, n. 1, 1827, p. 242). César Bouliech era francês, negociante e alfaiate e havia chegado ao Brasil um pouco antes de Alexandrine, em 1817 (BR RJANRIO 0E.COD.0.372, v.01/f.007E); logo, quando Mme. Valais e Bouliech firmaram sociedade, aquele já estava há alguns anos como comerciante no Rio de Janeiro. Em 1829, Bouliech tinha 32 anos e possuía algumas lojas como suas propriedades (BR RJANRIO 0E.COD.0.423, v.6/f.076v).

A aliança com Mme. Valais existia desde 1829, mas, em 1831, César Bouliech ainda precisava ir até a imprensa para reafirmar tal associação, já que o procuravam na casa de seu antigo caixeiro, Powraily. Para desfazer o desentendimento, Bouliech foi até o *Correio Mercantil* e anunciou que era dono apenas das Casas na rua do Ouvidor nº 215 e 212 e que tinha sociedade com Madame Valais (n. 69, 1831, p. 4), o que confirma que o negócio entre Bouliech e Valais não era o único empreendimento do alfaiate. Mme. Valais e Bouliech mantiveram sua loja na corte ao longo de muitos anos; o que não significa que não tenham enfrentado muitos obstáculos. A título de exemplo, durante o funcionamento do estabelecimento, possuíam uma longa lista de devedores. Para que fossem pagos recorriam, muitas vezes, à imprensa. Nos jornais, afirmavam que, caso não recebessem, iriam aos tribunais (*Jornal do Comércio*, n. 116, 1832, p. 3).

Para além das dívidas, em 1833, a loja de Mme. Valais e Bouliech foi roubada. Os assaltantes levaram “um grande número de peças de pano de diversas cores e qualidade, casacas azuis, coletes de seda preta, de cores, e de veludo, cortes de seda para coletes pretos e de cores, e muitos outros objetos miúdos” (*Jornal do Comércio*, n. 219, 1833, p. 04). Para encontrar alguns desses produtos recorreram novamente aos jornais. Nessas publicações, prometeram recompensas financeiras para quem recuperasse os objetos perdidos e alguns itens chegaram a ser reencontrados o que permitiu que a loja continuasse com seu funcionamento.

A sociedade entre Bouliech e Valais foi um segmento de sucesso. Em 1835, Mme. Valais anunciava um aumento no seu armazém de modista (*Jornal do Comércio*, n. 110, 1835, p. 6). A loja que comercializava os produtos da última moda parisiense localizava-se no térreo,

¹²⁰ César Bouliech era um dos maiores alfaiates da Corte, conforme afirmado em uma série de periódicos da época, como *Jornal do Comércio* e *Diário do Rio de Janeiro*.

enquanto o armazém da modista estava no andar de cima. No armazém, não produziam apenas roupas femininas, como era habitual. Em 1836, anunciavam precisar de “oficiais de alfaiate de obra miúda ou de algumas pessoas que se incubam de fazer as mesmas obras em suas casas; advertindo-se que quer-se obra bem feita, e que será bem paga” (*Jornal do Comércio*, n. 21, 1836, p. 4). O instigante neste anúncio não é exclusivamente o fato de que nesse estabelecimento também se produzia roupas masculinas¹²¹, afinal, César Bouliech era alfaiate e a produção de peças masculinas fazia parte do escopo do estabelecimento, mas o alerta para um novo formato de trabalho que poderia ser verificado nas Casas de Moda: o trabalho realizado na própria casa daquele que seria empregado. A/o trabalhadora/r poderia efetuar seu ofício sem precisar se deslocar até à rua do Ouvidor.

Ainda que as mudanças de endereço fossem comuns nas Casas de Moda oitocentistas, somente, em 1839, César e Alexandrina transferiram a loja para número 62, ainda na rua do Ouvidor (*Jornal do Comércio*, n. 5, 1839, p. 4), o que denota mais uma vez o êxito desse empreendimento. Mudaram-se porque não eram donos do terreno e o contrato do arrendamento foi encerrado (*Correio oficial*, n. 122, 1838, p. 3). Nesse mesmo ano, a loja foi destacada no *Correio das Modas* quando a seção de modas desse jornal enfatizou, ainda que brevemente, a moda dita como masculina. Neste artigo, foi elogiado o trabalho dos alfaiates e do próprio César Bouliech na elaboração de roupas quando, ao falar das calças, publicou: “as calças justas com presilha fixa, e cobrindo o peito do pé, os Srs. César e Valais e C^a, na rua do Ouvidor nº62, são muito recomendados pelo feitio desta qualidade de calças” (*Correio das Modas*, n. 2, 1839, p. 2).

Com uma existência duradoura, a Casa de Modas de Mme. Alexandrine Valais e César Bouliech foi a que mais vigorou dentre todas mencionadas no *Almanaque dos Negociantes do Império* de 1827, tendo uma vida útil de 20 anos. Em 1849, o estabelecimento ainda se encontrava no mesmo local na rua do Ouvidor, porém, nesse ano, os sócios perderam o comércio que estava sendo leiloado em razão de uma dívida com o hipotecário Manoel Marla Bregário (*Jornal do Comércio*, n. 103, 1849, p. 3). O tempo de durabilidade do empreendimento, principalmente quando comparado com os demais, está, possivelmente, relacionado às atividades exercidas por ambos os donos do negócio: Mme. Valais modista e

¹²¹ O estabelecimento seguiu fazendo roupas masculinas sendo, inclusive, destacado no *Pequeno Almanaque* na seção de alfaiates. (*Pequeno Almanaque*, n. 2, 1843, p. 44).

Bouliech, alfaiate; ou seja, ambos trabalhavam em ofícios relacionados ao campo da moda.¹²² É inegável, portanto, o sucesso da sociedade entre Mme. Valais e César Bouliech. Ao compararmos esta sociedade com as firmadas por Mme. Valais anteriormente, esse êxito torna-se ainda mais perceptível já que a durabilidade entre as sociedades se distingue por cerca de 17 anos. Após o fim dos negócios, no decorrer da década de 1850, Mme. Valais e Bouliech não apareceram mais na imprensa e cessaram suas aparições em demais fontes.

Além de Mme. Valais encontramos, através do *Almanaque dos Negociantes do Império do Brasil*, a modista francesa Christina Dillon. Christina era irmã de Pedro Dillon, proprietário da loja que funcionava na rua do Ouvidor nos números 60 e 65 sob o nome de *Dillon Frères*. A partir da análise das fontes, é possível sabermos que Pedro Dillon desembarcou no Brasil em 1816 junto com a Missão Artística Francesa. Pedro Dillon teria emprestado dinheiro para o transporte que trouxe os artistas da Missão Francesa, e em troca Lebreton – chefe da missão – teria lhe prometido um cargo como Secretário, cargo esse que de fato lhe foi concedido. Pedro Dillon, que já tinha uma especulação comercial para vir ao Rio de Janeiro, aceitou a empreitada (Florence, 1828, p. 87).¹²³ Assim que encerrou suas atividades enquanto Secretário da Missão Francesa, Dillon abriu uma loja de modas no centro fluminense. Empregou, inclusive, em 1824, Herculano Florence¹²⁴, como caixeiro da sua Casa de modas. Florence escreveu, ao contar sobre sua chegada ao Brasil, acerca de sua relação com Pedro Dillon:

Je fus cette journée, chercher de l'emploi chez quelques négociants, français, mais n'en ayant pas trouvé, je retournai à bord, et ne songeai plus à rester à Rio de Janeiro. Nous y passâmes un mois, et je croyais être à la veille de revoir l'Océan, et de cingler vers le cap Horn, lorsque Mr. de Rosamel me fit appeller [sic.]. Je courus à la chambre, et il me présenta à un de ses anciens amis, Mr. Pierre Dillon, me disant que j'avais un emploi de commis chez ce Négociant. Je remerciai Mr. de Rosamel avec transport; mes camarades enviaient mon sort (Florence, 1837, n. p.).¹²⁵

¹²² Como vimos anteriormente e estará explicitado a seguir, muitas associações nas Casas de moda aconteciam com um negociante não especializado e uma modista, diferente do caso de César Bouliech que era alfaiate.

¹²³ Essa afirmação é apenas uma especulação considerando que muitos dados nos levam a crer que a vinda dos artistas franceses teria sido apoiada por D. João VI. TAUNAY, Afonso de E. *A missão artística de 1816*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983.

¹²⁴ Herculano Florence (1804-1879) foi um francês que migrou para o Brasil no século XIX e tornou-se empreendedor de um dos primeiros métodos de fotografia do mundo. Para saber mais ver: <https://brasilianafotografica.bn.gov.br/?p=10341>. Acessado 16 de fev. 2022.

¹²⁵ Fui nesse dia procurar trabalho com alguns comerciantes franceses, mas não tendo encontrado nenhum, regressei a bordo, e já não pensava em ficar no Rio de Janeiro. Passámos lá um mês, e eu pensei que estava na véspera de ver o oceano novamente, e de me dirigir para o Cabo Horn, quando o Sr. de Rosamel me chamou. Corri para a sala, e ele me apresentou a um velho amigo seu, o Sr. Pedro Dillon, me dizendo que eu tinha um trabalho como escriturário com este comerciante. Agradei ao Sr. de Rosamel com grande prazer; os meus camaradas invejavam o meu destino. [Tradução nossa].

A *Dillon Frères*, ou *Dillon Irmãos*, existia desde 1824. Entretanto, apenas em 1826 começou a apresentar-se mais frequentemente nos jornais. No ano seguinte, no *Almanaque dos Negociantes do Império do Brasil*, Christina Dillon apareceu como *marchande de mode française* anunciando-se no mesmo endereço da *Dillon Frères*. Christina era casada com Alexandre Chauhomme (BR RJANRIO 0E.COD.0423, v. 9), negociante francês, fato que nos levou a concluir que sua relação com Pedro Dillon era fraternal.

A Casa vendia produtos ordinários ao mercado da moda como camisinhas de cetim e seda, lenços de seda, lenços de filó bordados. Da mesma forma, o estabelecimento oferecia produtos como relógios, os quais eram selecionados diretamente em Paris por Mr. Baulte Dillon." (*Diário do Rio De Janeiro*, n. 1000014, 1828, p. 3). Recebia artistas de Paris que seriam responsáveis por fazer retratos, como foi o caso de uma senhora cujo nome não foi revelado, mas que esteve estabelecida por um tempo na rua do Ouvidor nº 65 (*Diário do Rio De Janeiro*, n. 0600018, 1828, p. 3). Além disso, reparemos no uso da mesma retórica que as Casas citadas anteriormente: “bom gosto” e “preços cômodos”; certamente, estas afirmações atraíam clientes para os estabelecimentos da região, tendo em vista a constância em que eram utilizadas.

Em 1829, Christina Dillon passou a anunciar sua loja no número 64, no entanto as proximidades das Casas nos fazem crer que essa numeração ainda era referente ao comércio dos *Dillon Frères* (*Jornal do Comércio*, n. 499, 1829, p. 4). No ano seguinte, a loja *Irmãos Dillon* declarou falência. Todos seus produtos foram vendidos a preços baixos para que o estoque acabasse rapidamente. Todavia, os irmãos não desistiram dos negócios no ramo da moda e, ainda em 1830, inauguraram um novo armazém, mas na rua de trás do Carmo (atual rua do Carmo), nº 4 (*Diário do Rio De Janeiro*, n. 0700025, 1830, p. 1). Dessa maneira, observamos uma regressão no tocante ao êxito da loja, uma vez que esta se deslocou do epicentro da moda para um endereço próximo à rua do Ouvidor, porém, caracterizado por uma natureza distinta, que não se alinhava à centralidade do núcleo da moda fluminense no oitocentos.

O instigante nessa questão é que ao pesquisarmos na Décima Predial verificamos que os aluguéis da rua do Ouvidor não se diferenciavam tanto dos endereços adjacentes, ou seja, daquelas ruas que estavam perpendiculares ou paralelas a ela.¹²⁶ O motivo talvez fosse então

¹²⁶ Nesse período da década de 1830, por exemplo, o rendimento anual de um imóvel na rua do Ouvidor era de 100 mil a 500 mil réis, a depender da numeração; enquanto na rua de Trás do Hospício ficava entre 90 e 200 mil réis, mas alguns imóveis chegavam ao valor de 400 mil réis; na rua do Rosário esse valor variava de 100 a 400 mil réis. É preciso também levar em consideração que essas estimativas contavam com as qualidades e características dos imóveis. Todas essas informações podem ser encontradas na Décima Predial presente no A.G.C.R.J. e estão no anexo E De acordo com Letícia Pires a décima era calculada da seguinte forma: “No geral,

uma vontade de alçar novos espaços e comercializar outros produtos na Irmãos Dillon o que se confirma quando, alguns anos depois, Pierre Dillon abriu o Bazar Dillon que tinha em seu interior uma série de lojas vendendo produtos diversos. Certo é que Christina não participou desse deslocamento para a rua de trás do Carmo e, em 1832, anunciou sua mudança.

Madame Christina Dillon tem a honra de participar a todos os seus fregueses que mudou-se para a mesma rua do Ouvidor loja n.º 66, aonde continua a fazer vestidos, toucados e chapéus na última moda; na mesma casa tem um grande e lindo sortimento de novas fazendas (*Jornal do Comércio*, n. 153, 1832, p. 04).

Christina Dillon, uma das primeiras modistas francesas da corte, foi professora de uma modista que viria a fazer sucesso na capital fluminense ao longo das décadas seguintes: Catharina Dazon. Esta veio ao Brasil com seus pais, em 1810, a fim de estabelecer-se na colônia de Nova Friburgo, mudando posteriormente para Cantagalo e trabalhando com agricultura (Monteleone, 2019, p. 8).¹²⁷ Catharina, em seguida, mudou-se para o Rio de Janeiro junto ao seu filho e começou a trabalhar como costureira para Christina Dillon. E, em 1829, Dazon afirmava que passaria então a trabalhar sozinha:

Catharina Dazon, primeira costureira de Cristina Dillon, adverte ao respeitável público, e principalmente aos seus conhecidos, que trabalha por sua conta na rua da Quitanda n.º 47, segundo andar, onde encarrega de fazer com muita brevidade e com muito gosto todas as obras que lhe confiarem (*Diário do Rio De Janeiro*, n. 1000007, 1829, p. 3).

Christina Dillon, certamente, ensinou muito sobre corte e costuras para Catharina Dazon, ainda mais quando consideramos que antes de Dazon trabalhar com modas, plantava café no interior da província e assim sustentava a si própria e ao seu filho (Monteleone, 2019).¹²⁸ Trabalhar com moda nos anos de 1820-1830 era rentável para essas mulheres já que mandar fazer um vestido, ou qualquer outro modelo de indumentária, além de comprar adornos como chapéus não era uma aquisição barata.¹²⁹ Além disso, era uma forma para as mulheres

a cobrança seguia o seguinte procedimento (artigo XI): do preço do aluguel deve-se abater 10% para falhas e consertos; do valor resultante era cobrada a décima parte” (2022, p. 96).

¹²⁷ Para saber mais sobre Catharina Dazon ver em: MONTELEONE, Joana de Moraes. “Costureiras, mucamas, lavadeiras e vendedoras: O trabalho feminino no século XIX e o cuidado com as roupas (Rio de Janeiro, 1850-1920)”. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 27, n. 1, e48913, 2019.

¹²⁸ Assim como Catharina Dazon fora costureira da casa de Mme. Dillon, Mme. Clémence Comaitã trabalhara como contramestra na casa de Luiz e Catharina Dazon e em 1868 inaugurava sua própria “Maison de Couture” na rua da Quitanda n.º 49, 1.º andar (*Ba-Ta-Clan*, n. 33, 1868, p. 8).

¹²⁹ É evidente que não eram ricas, mas as grandes modistas poderiam viver com tranquilidade financeira no período. Um vestido custava cerca de 16 mil réis a 100 mil réis (Silva, 1979), o que significava que a ocupação como modista poderia ser uma atividade economicamente positiva.

estrangeiras se inserirem no mercado e na sociedade fluminense. Ainda que os anúncios de Christina Dillon tenham cessado ao longo da década de 1830 outras fontes nos indicam que Dillon permaneceu no Brasil até 1836, quando retornou à Europa acompanhada de seu marido. Ambos tinham 29 anos e três filhos menores de idade (BR RJANRIO 0E.COD.0423, v. 9).¹³⁰

Independente do retorno de Christina Dillon, a loja *Dillon Frères* permaneceu na região central do Rio de Janeiro por muitos anos. Pedro Dillon morreu na mesma década de 1830, apesar disso, a loja manteve-se sob o comando do outro irmão Dillon. A morte de Dillon foi um suicídio e estava relacionada, segundo a imprensa da época, aos processos que Pedro acabou se envolvendo em decorrência da falência do estabelecimento (*Jornal do Comércio*, n. 260, 1832, p. 3). Na década seguinte, em 1843, a Casa dos *Dillon Frères* se tornou o *Bazar dos Irmãos Dillon* que poderia ser definido como “um armazém dividido em lojinhas” conforme a imprensa da época destacou (*Jornal do Comércio*, n. 362, 1847, p. 1).

O bazar situava-se no mesmo endereço: a rua do Ouvidor, nº 60. Por ser um Bazar, o estabelecimento possuía um sentido diferente do anterior: no interior do local havia uma série de lojas de alfaiates, modistas, costureiras, relojoeiros, ourives, confeitaria entre outros comércios de diferentes ofícios. De acordo com o A.L. de 1844, o *Bazar Dillon* era o “primeiro estabelecimento dessa qualidade [...] onde se encontrava uma variada escolha de mercadorias de todos os gêneros (n. 1, 1844, p. 189). O Bazar Dillon possuía uma diretoria de acionistas e se comportava como uma sociedade. Para isso, eram eleitos presidentes, secretários, tesoureiros e afins (*Diário do Rio de Janeiro*, n. 07096, 1845, p. 4). Os acionistas recebiam os dividendos do local a cada três meses e esse dividendo era de 3 % para cada.

Em 1844 anunciava-se no *Jornal do Comércio* que o Bazar Dillon necessitava de boas costureiras. Nesse mesmo ano, declararam que: “Precisa-se, na rua do Ouvidor nº 60, de uma boa modista costureira, e também de uma oficial preta ou branca, que saiba fazer toucas de lã” (*Jornal do Comércio*, n. 77, 1844, p. 4) e “Na rua do Ouvidor nº 60 precisa-se de uma menina de cor que se queira dedicar a costureira e modista” (*Jornal do Comércio*, n. 201, 1844, p. 4). Além disso, alugavam outras lojas no Bazar:

¹³⁰ Não há indícios que nenhum dos dois tenham retornado ao Brasil após a partida para a Europa. Conforme explicitado por Sayad (1998) e Châtelain (1945), sem registros pessoais não sabemos as motivações que levaram o casal a retornar para a Europa com seus filhos, contudo, podemos supor que os motivos do regresso poderiam ser referentes a um insucesso do comércio de Christina Dillon e Alexandre Chauhomme, ou, até mesmo, razões referentes à situação política da França que na década de 1830 vivia a conhecida Monarquia de Julho que configurava um alto poder à burguesia e uma relativa diminuição do poder dos monarcas.

No Bazar Dillon existem quatorze lojas para diversos ramos de negócios, as pessoas que se acharem nas circunstâncias de as alugar, apresentando fiador idôneo: também se recebem fazendas e trastes para serem vendidos por preços fixos; vendem-se mobílias, armação de casas e outros muitos objetos de luxo, no primeiro e segundo andar da casa da rua do Ouvidor nº 60 (*Jornal do Comércio*, n. 41, 1844, p. 3).

Uma das modistas que assumiu o Bazar Dillon foi Mme. Adelle Dantigny. Mme. Dantigny transferiu sua loja da rua Travessa de S. Francisco de Paula para o Bazar Dillon na rua do Ouvidor nº 60 e seu comércio ficava localizado na loja de número 1. Dantigny afirmava que no novo endereço “continuava a fazer vestidos de senhora, chapéus e toucas e a lavar chapéus de palinha e pô-los ao gosto moderno, parecendo novos” (*Jornal do Comércio*, n. 98, 1843, p. 3). Além disso, Mme. Dantigny declarava que precisava de uma costureira e modista para auxiliá-la nesse novo estabelecimento que, provavelmente, em razão da localização, atrairia mais consumidoras e, portanto, demandaria mais tempo e disponibilidade de produção.

Em certo momento entre os anos de 1843 e 1853, provavelmente em 1845 (ano que Mme. Lavessière chegou ao Bazar Dillon), Mme. Dantigny deixou o estabelecimento e mudou-se para o número 100 da mesma rua. Nesse momento, Adelle já adquiriria certo reconhecimento na cidade já que esteve à frente da loja no Bazar Dillon por, pelo menos, três anos. Em 1853, no entanto, Mme. Dantigny voltou à Europa e vendeu todas as fazendas e objetos que eram comercializadas em sua loja (*Jornal do Comércio*, n. 109, 1853, p. 7). Ao retornar à Europa, deixou sua loja sob os cuidados de sua contramestra Mme. Carolina Destas (*Almanaque Laemmert*, n. 10, 1854, p. 483). Três anos depois, Mme. Destas se uniu a Mme. Didot e juntas estiveram à frente de uma das maiores lojas de moda da segunda metade do decênio de 1850 (*Jornal do Comércio*, n. 231, 1857, p. 3).¹³¹

Ao deixar a loja sob o cuidado de Carolina Destas, Mme. Amélie Carlota que era, segundo seu próprio anúncio, “primeira costureira da loja nº 100 da rua do Ouvidor”, saiu dessa Casa e estava trabalhando sozinha na rua da Quitanda nº 13, sótão (*Jornal do Comércio*, n. 44, 1854, p. 3).¹³² Podemos supor que Mme. Amélia não aprovou as mudanças nos negócios de

¹³¹ Na década de 1860, Mme. Didot juntou-se a outra modista do período e fundaram a *Palais Royal*. Para saber mais, ver: Menezes, Lená Medeiros. *Francesas no Rio Imperial: A ‘França Antártica’ no feminino plural*. Rio de Janeiro: Editora Ayran, 2024.

¹³² Posteriormente, Mme. Amélie mudou para a rua dos Ourives nº83, sótão (*Jornal do Comércio*, n. 136, 1854, p. 4) e, no mesmo ano, para a rua dos Latoeiros nº 9, 2º andar (*Jornal do Comércio*, n. 57, 1854, p. 3), em 1855 foi para a rua da Alfandega nº 13, 2º andar (*Jornal do Comércio*, n. 121, 1855, p. 3) As constantes mudanças indicam que Mme. Amélie buscava sucesso e, para isso, mudava-se frequentemente em busca de um público consumidor que, possivelmente, não estava indo ao seu encontro nos endereços supracitados.

Mme. Dantigny e, por isso, decidiu seguir sozinha; ou, até mesmo, que esperava uma ascensão não conquistada na loja que ficara sob o comando de Mme. Destas.

Figura 25 - Anúncio do Bazar Dillon no *Jornal do Comércio*.



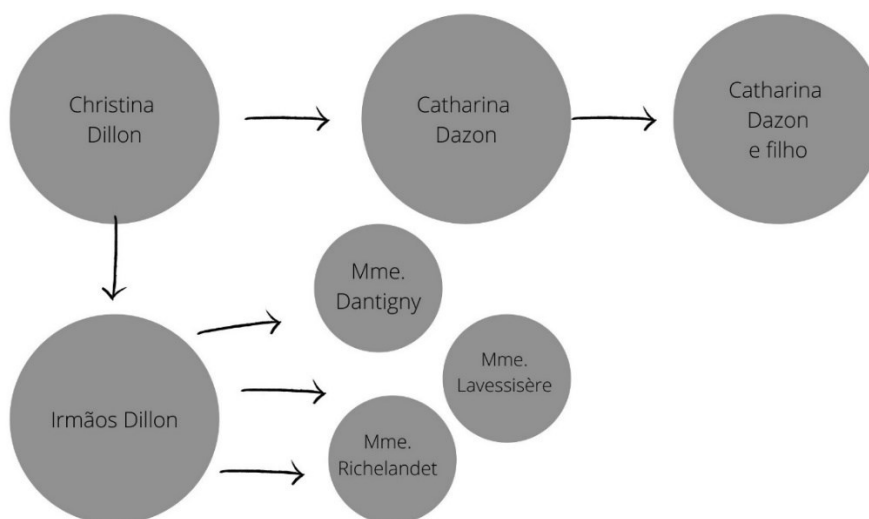
Fonte: *Jornal do Comércio*, n. 135, 1843, p. 4

Para alugar uma loja no Bazar Dillon, era necessário possuir um fiador; portanto, é provável que Mme. Dantigny precisou solicitar a ajuda de um conhecido para conseguir mudar o endereço de seu estabelecimento. Essa mudança foi frutífera para ela, uma vez que agora estava estabelecida na rua do Ouvidor e, além disso, ao lado de outras lojas de moda. Isso poderia ser um ponto positivo para o seu comércio, considerando a lógica liberal já exposta neste capítulo.

Dois anos após Mme. Dantigny se estabelecer no Bazar Dillon outra modista francesa, recém-chegada ao Rio de Janeiro, também se firmou no mesmo endereço: Mme. Lavessière. De acordo com seu anúncio fazia “os melhores chapéus, vestidos e todas as modas pelos mais modernos figurinos [...] com grande sortimento de chapéus diversos” (*Jornal do Comércio*, n. 135, 1845, p. 6). Mme. Lavessière pode não ter se adaptado ao modelo do Bazar Dillon já que no ano seguinte, em 1846, anunciava sua mudança para a rua do Ourives nº 21 (*Jornal do Comércio*, n. 180, 1846, p. 3). Ainda em 1846 o Bazar Dillon garantiu outra modista e costureira para estar no local: Mme. Richelandet. Esta passou a ser, então, a modista do Bazar Dillon. Richelandet, ainda que não tenha publicado muitos anúncios na imprensa fluminense do período, foi a modista do Bazar Dillon por longos anos (*Jornal do Comércio*, n. 259, 1846, p. 4).

Em 1863, aos quarenta anos de idade, Mme. Jeanne Denise Richelandet já estava de volta à Europa. A certidão de seu casamento com Jacques Ragot demonstra que seu matrimônio foi efetuado no dia doze de março de 1863, na França (Archives de Paris. Archives_AD075EC_V4E_00960_0123). Mme. Richelandet optou por retornar à França, diferentemente de Mme. Durocher que mencionamos no início deste capítulo. Apenas em 1849, após quase 25 anos no mesmo endereço, o Bazar Dillon mudou de local e transferiu-se para a rua do Cano, nº 34. Até 1857 o Bazar continuou na rua do Cano, mas fechou nesse ano em virtude da morte de Pedro Félix Dillon que, assim como seu irmão, suicidou-se em uma praia de Niterói (*O Correio da Tarde*, n. 88, 1857, p. 3).

Figura 26 - Esquema sobre Christina Dillon e as relações sociais que a modista estabeleceu na corte.



Fonte: Elaboração própria com base em documentação encontrada na Hemeroteca Digital e no Arquivo Nacional (A.N.R.J.).

Na Figura 26 podemos verificar de forma tátil as relações que foram estabelecidas entre as modistas citadas neste trecho da pesquisa. Christina Dillon, francesa que viera ao Brasil em meados da década de 1820 e, em 1827, foi apresentada no *Almanaque dos Negociantes do Império*. Mme. Dillon trabalhou por muitos anos na loja dos *Irmãos Dillon* e teve como sua primeira costureira a Mme. Catharina Dazon. Em 1829, Dazon desfez a parceria com Mme. Dillon e abriu seu próprio estabelecimento em sociedade com seu filho. Os dois tornaram-se donos de uma das principais Casas de moda da corte e permaneceram nesse ofício por longos anos, tendo registros na imprensa até meados da década de 1860.

A Casa dos Irmãos Dillon, por sua vez, foi um grande empreendimento do mercado da moda fluminense e tinham sempre uma modista à disposição de suas clientes. Por isso, logo que Mme. Christina Dillon deixou a Casa, Pedro Dillon contratou Mme. Dantigny e,

posteriormente, Mme. Lavessière que não permaneceu por muitos anos no estabelecimento, por fim, Mme. Richelandet. Esse esquema busca, portanto, demonstrar o prolongar dessas relações e como as modistas francesas residentes no Rio de Janeiro acabavam, por vezes, trabalhando nas mesmas lojas e dividindo, por conseguinte, espaços sociais e laborais.

Em prosseguimento as modistas citadas no *Almanaque dos Negociantes do Império do Brasil*, apresentamos Josephine Meunier, que no Almanaque fora mencionada como Josephine Malançon. Mme. Meunier utilizou, por dez anos, os dois sobrenomes apresentados, porque se casou em 1826, com Louis François Malançon (ou Luís Francisco Malançon, na tradução do nome para o português) e adotou o sobrenome do marido.¹³³ Tanto Josephine Meunier como Louis François Malançon eram franceses, mas se conheceram e se casaram no Rio de Janeiro, onde residiram por muitos anos. Este relacionamento é um exemplo que a rede formada entre as/os francesas/es ia para além as relações de trabalho e adentravam, inclusive, na vida pessoal desses sujeitos.

Em 1822 Josephine Meunier se configurava no mercado da moda do Rio de Janeiro, com sua Casa que ficava na rua do Ouvidor, nº 103 (*Diário do Rio de Janeiro*, n. 080008, 1822, p. 4). Em 1825, se mudou para a rua do Ouvidor, nº 47 (*Diário do Rio de Janeiro*, 1825, p. 2), onde associou-se ao Auguste Leuba e Vieira, importantes negociantes do período (*Almanaque dos Negociantes do Império*, n. 1, 1827, p. 242). Em 1826 a Casa de Mme. Meunier já estava tão conhecida na corte que passara a ser utilizada como referência para outras lojas, comprovando a popularidade do estabelecimento de Meunier: “Na rua do Ouvidor, loja de louça pregada à casa de Madama Jozefina” (*Diário do Rio de Janeiro*, n. 0100022, 1826, p. 2)¹³⁴. No ano seguinte, em 1827, a sociedade com Auguste Leuba foi desfeita:

Jozefina Malançon, e Mathias José Vieira, estando de acordo a dissolver a sociedade que no princípio deste haviam contratado com o Mr. Auguste Leuba, debaixo da firma de Jozefina Malançon, Vieira e Leuba: previnem a todos os Srs. Comerciantes, com quem a dita Sociedade tivessem, ou tenham transações, para que fiquem na inteligência que, desde o dia 30 de abril último, tem cessado a referida sociedade (*Diário do Rio de Janeiro*, n. 0500001, 1827, p. 3).

¹³³ Informação disponível em: <https://gw.geneanet.org/pdelaubier?lang=en&pz=pierre&nz=de+laubier&p=josephine&n=meunier&oc=3>. Acessado 17 de fev. 2022.

¹³⁴ Nas fontes o nome de Josephine aparece escrito de diversas maneiras: Josephine, Josephina, Josefina, Jozefina, Jozefine, Jozephina, Jozephine, Jozephina. Todavia, fazendo um cruzamento entre as variadas fontes, podemos constatar que se tratava da mesma mulher.

Após o fim dessa sociedade, Mme. Meunier mudou-se novamente. Provavelmente, em virtude da saída de Leuba, foi necessário que Vieira e Josephine encontrassem um novo lugar para se estabelecerem; esse novo endereço era localizado na mesma rua do Ouvidor, mas no número 133.¹³⁵ O estabelecimento encontrava-se, então, em constante crescimento. Com isto fez-se necessário a contratação de novas costureiras:

Quem quiser tomar costura para fazer, pode dirigir-se a rua do Ouvidor nº133 em casa de Madame Josefina; na mesma casa também se tomarão pessoas que ali quiserem trabalhar na costura, e se pagam conforme o seu merecimento (*Jornal do Comércio*, n. 198, 1828, p. 4).

Em 1838, doze anos após seu casamento, Josephine voltou a utilizar seu sobrenome de solteira: Meunier. Uma hipótese que justifica esse acontecimento está relacionada ao fim do casamento entre Josephine e Louis. Há uma documentação de um possível filho de Louis Malançon nascido na França em 1832 período que Malançon, fazia uma série de viagens entre a França e o Brasil (BR. RJANRIO 0E.COD.0423, vl.04; BR RJANRIO 0E.COD.0. 423, v.08), exercendo sua profissão de negociante. Independente do fim de seu matrimônio, Josephine Meunier continuou seus negócios, e suas viagens para França tornaram-se mais frequentes (BR RJANRIO 0E.COD.0.423, v.10/f.133B). Essas viagens tinham como objetivo escolher produtos que poderiam ser comercializados em sua loja. Assim, Josephine Meunier começou a exercer as atividades de negociante, além da sua ocupação como modista e seguia frequentemente para Europa a fim de adquirir novos produtos para seu comércio.

Vemos que o crescimento da loja de Mme. Meunier e seu próprio reconhecimento como modista foram sendo desenvolvidos ao longo das décadas que a francesa esteve no Rio de Janeiro demonstrando que ela adquiriu, nesse meio tempo, sucesso e respeitabilidade na corte. Em 1842, Mme. Josephine Meunier foi apresentada no *Pequeno Almanaque*, um almanaque fluminense que circulava pela corte, como modista da Casa Imperial (n. 1, 1842, p. 69). Com o fortalecimento da Casa de Mme. Meunier, cada vez mais modistas e costureiras trabalhavam para ela. A título de exemplo, Mademoiselle Clarisse trabalhou por muitos anos em sua loja e, posteriormente, em outros estabelecimentos de moda na corte (*Correio Mercantil*, n. 50, 1852, p. 4). Ao sair da Casa de Mme. Josephine Meunier, Mlle. Clarisse integrou o estabelecimento

¹³⁵ É fundamental frisarmos as constantes mudanças que faziam parte da trajetória dessas modistas, tais questões referiam-se à localização e aos preços dos estabelecimentos, em consoante ao que revelamos anteriormente; as modistas estavam frequentemente buscando lojas mais bem localizadas e com aluguéis acessíveis.

de Mme. Peyrellade. Esta havia trabalhado inicialmente na casa de E. Marcassus e C.¹³⁶ e, após o fim de seu contrato, decidiu abrir seu próprio comércio de modas:

Mme. Peyrellade, modista e costureira da casa de E. Marcassus e C., de onde saiu por ter findado o seu contrato participa a seus fregueses que se acha estabelecida na rua dos Latoeiros nº 76, esquina da do Ouvidor, e espera que continuará a merecer a sua confiança (*Jornal do Comércio*, n. 227, 1843, p. 4).

Mme. Peyrellade entrou no Brasil cinco anos antes de abrir sua Casas de moda, em 1838, e seu registro conta com o nome Melina Gantier Peyrellade (*Diário do Rio de Janeiro*, n. 190, 1838, p. 4). Esta optou por sair de um estabelecimento que ficava localizado na rua do Ouvidor nº 47 para se mudar para a rua dos Latoeiros, nº 76.¹³⁷ Em 1850 a Casa continuava no mesmo endereço na rua dos Latoeiros o que indica, possivelmente, o sucesso de sua loja. Nesse ano, entretanto, Melina Peyrellade retornou à França (*Jornal do Comércio*, n. 216, 1850, p. 2) e traspassou sua Casas de Moda com todas as fazendas que restavam no estabelecimento (*Jornal do Comércio*, n. 180, 1850, p. 3).¹³⁸ Contudo, antes de voltar à Europa, mudou-se para a rua da Quitanda e anunciou a necessidade dos seus devedores irem até o novo endereço para quitarem suas dívidas.

No mesmo ano que Mme. Peyrellade saiu da Casa de Moda de Marcassus e C., a Casa entrou em um processo de liquidação, o que indica que o fim do contrato de Mme. Peyrellade possivelmente estava relacionado ao encerramento das atividades da loja (*Jornal do Comércio*, n. 195, 1843, p. 4). O comércio de Marcassus perdurou por longos anos na corte, desde 1827, sendo possível verificar anúncios do estabelecimento de P. Garay e E. Marcassus (*Jornal do Comércio*, n. 1, 1827, p. 3) sociedade essa que foi desfeita na década de 1830. Eugenio Marcassus, no entanto, continuou com negócios na área da moda (*Jornal do Comércio*, n. 181, 1834, p. 6), permanecendo no Rio de Janeiro por um longo período marcado de muitas viagens para a França. Eugenio Marcassus fechou oficialmente seu comércio em 1844 e o liquidou no

¹³⁶ Eugene Marcassus era apresentado nos periódicos da época como “marchands de nouveautés françaises”, mas, além disso, tinha comércio no mercado da moda e fez sociedade com P. Garay e algumas modistas do período.

¹³⁷ Em 1856 uma modista nomeada como Mme. Gantier afirma chegar recentemente de Paris direto para o Rio de Janeiro. Com o mesmo sobrenome, podemos imaginar que se tratava de alguém da família de Mme. Melina Gantier. A loja da modista parisiense estava localizada na rua do Hospício nº 231 (*Correio Mercantil*, n. 180, 1856, p. 3).

¹³⁸ Dentre alguns significados, o que nos interessa nesta tese é que transpassar era: “passar, ceder a outrem: dívidas, ações, direitos” “passar além” ou, ainda, “traspassar o cargo, ofício a outrem” (Silva, 1858, 6ª ed., p. 930).

ano seguinte (*Diário do Rio de Janeiro*, n. 6604, 1844, p. 3), acontecimento que o fez retornar para a França em 1846 (*Diário do Rio de Janeiro*, n. 7300, 1846, p. 4) e não voltar ao Brasil.

A Casa de Eugenio Marcassus foi marcada pelas modistas que ele afirmava trazer da França, como era o caso de Mme. Peyrellade. Em 1839 anunciou a chegada de um modista recém entrada no Brasil e que ainda era pouco conhecida, mas que, segundo a Casa, fazia lindos chapéus (*Correio das Modas*, n. 7, 1839, p. 1). Provavelmente referia-se à Mme. Peyrellade já que esta teve sua entrada registrada no ano anterior, em 1838 (*Diário do Rio de Janeiro*, n. 190, 1838, p. 4). A saída da Casa de E. Marcassus fez Peyrellade estabelecer-se na rua dos Latoeiros. Mme. Peyrellade permaneceu no mesmo endereço por sete anos, até 1850 (*Almanaque Laemmert*, n. 7, 1850, p. 412). Na década de 1850 decidiu retornar para França colocando todos seus produtos em leilão (*Jornal do Comércio*, n. 216, 1850, p. 2) e transpassando sua Casa na rua dos Latoeiros (*Jornal do Comércio*, n. 180, 1850, p. 3). Com o fim da loja de Mme. Peyrellade, Mlle. Clarisse passou a trabalhar com Mme. Dujardin:

Mme. Dujardin, rua da Quitanda nº 45, sobrado, tendo contratado para mestra costureira de sua casa da Mlle. Clarisse, que por muito tempo foi empregada nas casas de Mme. Josefina Meunier e Mme. Peyrellade, espera, atenta a habilidade desta senhora, merecer o apoio do respeitável público e, principalmente, de suas numerosas freguesas (*Jornal do Comércio*, n. 50, 1852, p. 4).

Considerando as habilidades de Mlle. Clarisse e fazendo uso delas, Mme. Dujardin permaneceu por muitos anos como modista na corte fluminense. Com o crescimento de seu estabelecimento precisou contratar novas costureiras, por isso, em 1854, anunciou: “Precisa-se de boas costureiras brancas, em casa de Mme. Dujardin; rua da Quitanda 45, sobrado” (*Diário do Rio de Janeiro*, n. 193, 1854, p. 3). Mme. Dujardin frisava a preferência por costureiras brancas. Essa predileção pode ser associada à ideia de “boa aparência” e “bom comportamento” que configuravam alguns anúncios do XIX e do século posterior.¹³⁹ Além disso, esse trecho nos remete à utilização do trabalho de mulheres costureiras escravizadas que fazia parte da realidade desse universo laboral.

¹³⁹ Essa relação entre beleza e bom comportamento das mulheres brancas e negras podem ser melhor entendidas ao ler o artigo *A mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem político econômica* de autoria de Lélia Gonzalez (2020). Nele, Gonzalez faz uma referência à questão das “boas aparências” colocadas nos anúncios dos jornais ao longo do século XX e como isso remetia a procura por empregados brancos. Além do mais, também propõe a objetificação da mulher negra a partir da figura da *mulata* pela sociedade brasileira que ainda é, e sempre foi, em seu cerne, racista e patriarcal. No mais, é fundamental ressaltarmos que a palavra *mulata* atualmente encontra-se em desuso e possui, em seu cerne, um cunho racista. Em sua coluna para *Elle*, publicada em junho de 2020, Hanyará Negreiros nos alerta sobre esse fato. NEGREIROS, Hanayrá. *Por outras histórias da (e na) moda*. Disponível em: <https://elle.com.br/colunistas/por-outras-historias-da-e-na-moda>. Acessado 17 de fev. 2022.

Quatro anos depois, Mme. Dujardin se mudou para a rua do Cano nº 70, 1º andar (*Jornal do Comércio*, n. 30, 1858, p. 3) permanecendo nesse local até meados da década de 1860 (*Almanaque Laemmert*, n. 21, 1865, p. 624). Verificamos que Mme. Dujardin se manteve na corte por muitos anos, mas em nenhum momento conseguiu estabelecer-se na rua do Ouvidor. É evidente que isso poderia estar relacionado ao desejo de Mme. Dujardin e ela não quisesse estar nesse logradouro, mas é difícil imaginar que, caso Dujardin aspirasse sucesso em seu empreendimento, não quisesse estar mais próxima do endereço que fora demarcado como o ponto nuclear da moda fluminense.

Seguindo pela mesma lógica, Mme. Villens, imigrante francesa no Rio de Janeiro, também fora costureira de Mme. Josephine Meunier. No entanto, em 1843 decidiu anular seu contrato com a Casa de Mme. Meunier e abriu seu próprio estabelecimento. Mme. Villens assumiu o ofício de modista no estabelecimento de Josephine e, após considerar-se apta para assumir uma Casa sozinha, abriu seu próprio negócio. Mme. Villens saiu de um endereço muito conhecido para ir para a rua Santo Antônio que não possuía grandes Casas de Moda. A rua Santo Antônio deixou de existir na topografia da cidade do Rio de Janeiro após a demolição no morro de Santo Antônio e, de acordo com Paulo de Barros, essa era uma região periférica do centro da cidade (Barros, 2014). Podemos, a partir desses dados, elaborar algumas interpretações sobre Mme. Villens.¹⁴⁰

Mme. Villens optou por sair de um endereço principal para ir para um local adjacente, na tentativa de trabalhar sozinha, sem depender de Mme. Meunier. Acreditamos que à época, Mme. Villens tivesse cerca de 34 anos de acordo com o registro de nascimento de Julie Camille Villens (Archives Départementales du Nord, 008597243) o que nos indica a faixa etária de uma média de 20 a 30 anos entre as mulheres pesquisadas.¹⁴¹ Ainda em 1843, Mme. Villens saiu na rua de Santo Antônio e mudou-se para a travessa de S. Francisco de Paula nº 14, local próximo ao endereço anterior, mas ainda considerado relativamente periférico, principalmente quando comparado com a rua do Ouvidor, onde estava situada a Casa de Moda de Josephine Meunier (*Jornal do Comércio*, n. 153, 1843, p. 4). Após a circulação desses anúncios não encontramos mais registros de Mme. Villens.

¹⁴⁰ Com o aumento do número de modistas outras ruas passam a ser mais frequentemente ocupadas por essas mulheres que acabam tendo a necessidade de expandir esses espaços geográficos para conseguirem abrir seus estabelecimentos. Essa questão será melhor trabalhar no capítulo seguinte.

¹⁴¹ Corroborando com a idade de Mme. Catelineau exposta anteriormente.

Fato é que em razão do crescimento da Casa de Josephine Meunier a saída de Mme. Villens havia, necessariamente, implicado na contratação de outra costureira. Por conseguinte, Mme. Meunier contratou Mme. Catharina.¹⁴² Mme. Catharina dirigiu a casa de costuras de Mme. Meunier por muitos anos, deixando o estabelecimento somente em 1848 quando decidiu abrir sua própria Casa de Modas.

Mme. Catharina tem a honra de participar ao respeitável público que saiu dessa casa, e abriu uma por sua conta na rua da Quitanda nº 70. Roga às senhoras dessa corte que a conhecem, queiram honrá-la com a sua confiança, assegurando-lhes que as servirá com toda prontidão (*Jornal do Comércio*, n. 31, 1848, p. 4).¹⁴³

Durante a década de 1840, Mme. Josephine Meunier contratou outra modista de Paris: Sélina Guerrin. Apesar de não ser, de fato, parisiense, já que os registros nos mostram que Marie Josephine Sélina Guerrin nasceu na região de Lyon, e não de Paris (Archives Municipales De Lyon - Registres Paroissiaux Et D'état Civil); provavelmente, Mme. Guerrin utilizava o prefixo *parisiense* com o propósito de se estabelecer melhor na cidade. Em 1854, Mme. Guerrin afirmou que “dirigiu as costuras da casa de Josephine Meunier e C.”, mas que estava como “costureira modista na rua do Ouvidor nº 53, sobrado” (*Diário do Rio de Janeiro*, n. 154, 1854, p. 4). No entanto, seu estabelecimento já era anunciado na imprensa desde 1849: “Mme. Guerrin, modista de Paris, corta e faz vestidos de senhora, manteletes, coletes etc., no último gosto e por preço cômodo; na rua dos Arcos nº 20” (*Jornal do Comércio*, n. 304, 1849, p. 3). Havia uma grande e imediata necessidade de se ter uma diretora na Casa de costuras de Mme. Meunier. Por conseguinte, rapidamente Josephine contratou uma nova modista: Mme. Hérville.

Josephine Meunier tem a honra de participar ao respeitável público que tomaram para dirigir a oficina de costura de sua casa Mme. Hérville, já muito conhecida nesta corte por seu bom gosto, e que assim se acham habilitadas para de hora em diante poderem melhor servir seus fregueses, confirmando-se em tudo com modelos novos de vestidos, chapéus, toucas etc., etc., que por cada navio francês do Havre lhes manda sua casa de Paris (*Jornal do Comércio*, n. 85, 1848, p. 4).

Mme. Hérville fez um caminho diferente de Mme. Villens e Mme. Guérin, considerando que antes de ser contratada por Josephine Meunier, Hérville já anunciava um estabelecimento no Rio de Janeiro, mas na rua das Marrecas (endereço próximo à Lapa e à

¹⁴² Mme. Catharina não apresentou sobrenome e, mesmo realizando um cruzamento de fontes, não foi possível encontrá-lo e identificá-la.

¹⁴³ Após um ano, em 1849, ela iria mudar-se para a próspera rua do Ouvidor (*Jornal do Comércio*, n. 85, 1849 p. 04).

Cinelândia), nº 16: “tudo que pertencia ao toilette de senhoras e meninas por preço cômodo” além de informar que precisava de costureiras para auxiliá-la (*Jornal do Comércio*, n. 308, 1845, p. 03). Sua ida para a Casa de Mme. Meunier provavelmente indicava que seu negócio no mercado da moda não estava sendo lucrativo para Mme. Hérville.

Além disso, através da loja de Josephine Meunier, Mme. Hérville conseguiria ficar mais próxima ao núcleo da moda fluminense. A rua das Marrecas, onde seu antigo comércio estava situado, era relativamente distante do ponto central da moda oitocentista. O nome da rua fazia referência a uma “fonte onde a água corria dos bicos de cinco marrecas de bronze”; porém, segundo Joaquim Manuel de Macedo a rua mudara de nome pois havia um “arrefecimento do amor pelo Passeio Público, em consequência do abandono em que este caiu” (2004, p. 134).

Ainda de acordo com Macedo a rua das Marrecas era uma das principais ruas próximas ao Passeio Público e que a população costumeiramente utilizava para chegar à praça. Anteriormente, fora chamada de “rua das Belas Noites”, principalmente nos tempos áureos do Passeio; na década de 1840 o Passeio estava sendo revisitado, após um período de esquecimento (2004, p. 127), mas o local ainda assim não era referência no mercado da moda.

Em 1848 a sociedade que Josephine possuía com o francês Sr. G. Jacta¹⁴⁴ foi desmanchada e então Meunier admitiu o Sr. J. H. Lamon como sócio (*Jornal do Comércio*, 1848, p. 4).¹⁴⁵ A Casa continuou a girar sob a firma de Josephine Meunier e Comp., o que indica a notoriedade de seu nome e como a loja sustentava-se a partir do trabalho de Josephine como modista independente de quem fossem seus sócios. J. H. Lamon esteve associado a Josephine Meunier até princípio da década de 1850. Findada a aliança com Lamon, em 1853 iniciou uma nova associação com o P. J. Labaste. Josephine Meunier teve muitas sociedades nos anos em que esteve presente na corte, o que significa que seu comércio era um estabelecimento frutífero que despertava a atenção de homens de negócio que almejavam fazer parcerias com as Casas de moda. Os sócios alteravam-se, mas Josephine Meunier sempre permaneceu à frente de seus negócios. No ano em que firmou a sociedade com Labaste, Josephine retornou à Europa com uma criada e faleceu no mês de abril.

P. J. Labaste, sócio da finada Mme. Josefina Meunier, roga aos seus amigos e aos da mesma senhora de assistirem a missa que se há de celebrar pelo repouso de sua alma,

¹⁴⁴ Gustave Jacta foi um dos muitos negociantes franceses que tiveram seus registros de entradas e saídas do Brasil (com destino a França) registrados pela Polícia da Corte desde a década de 1820 até meados de 1840/1850.

¹⁴⁵ J. H. Lamon foi seu parceiro comercial até o princípio da década de 1850.

hoje terça feira, na igreja do convento d'Ajuda, às 09 horas da manhã (*Jornal do Comércio*, n. 129, 1853, p. 3).

A loja foi submetida a um processo de liquidação e foi rapidamente adquirida por Catharina Dazon e seu filho. A rapidez com que o estabelecimento de Mme. Meunier foi vendido pode ter sido influenciada pela sua localização e reconhecimento. Contudo, é importante notar que Mme. Dazon e seu filho, ao assumirem a posse, também herdaram as responsabilidades financeiras, incluindo as dívidas.

Figura 27 - Anúncio de Mme. Catharina Dazon e filho.



Fonte: *Jornal do Comércio*, nº 248, 1853, p. 3.

Para que essas relações fiquem mais táteis, vejamos o esquema a seguir onde exemplificamos as relações sociais estabelecidas entre Josephine Meunier e as modistas e/ou costureiras contratadas. A partir do esquema apresentado na Figura 27, podemos compreender algumas das relações que Josephine Meunier desenvolveu durante sua trajetória enquanto modista na corte fluminense. Josephine foi proprietária de uma das maiores Casas de moda do Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX. Meunier empregou em sua loja uma pluralidade de mulheres para realizarem os mais diversos serviços: desde modistas até vendedoras. Mlle. Clarisse, Selima Guerin, Mme. Villens e Catharina, que estão expostas na Figura 28, foram modistas costureiras que trabalharam no empreendimento de Josephine.¹⁴⁶

¹⁴⁶ No anexo D nós podemos visualizar uma assinatura de Selima Guerin em um abaixo assinado da década de 1850, mais precisamente em 1856 com o objetivo de tirar sua licença enquanto negociante na praça da cidade do Rio de Janeiro.

diferencia das demais é o destaque indicando que Mme. Berthier aceitava fazer encomendas para fora da corte, impulsionando seu estabelecimento para o interior do Brasil.¹⁴⁷

Em 1827, dois anos após iniciar sua série de anúncios na corte, Mme. Berthier vendeu todas os tecidos comercializados em seu estabelecimento por um preço razoável em virtude das novas fazendas que estavam para chegar: “essas fazendas se vendem em consequência de Mme. Berthier esperar da França um novo sortimento de fazendas do último gosto” (*Jornal do Comércio*, n. 27, 1827, p. 3). Este anúncio evidencia a preocupação da Mme. Berthier em preservar em seu estabelecimento as mais recentes inovações de produtos originários da França, visando a comercialização de novidades e, por conseguinte, a atração de potenciais novas consumidoras. Tal observação sugere uma das principais características que permeiam o mercado da moda, a saber, a constante busca pela novidade (Calanca, 2011).

Quando a paixão pelo novo, pelo recente, pelo requinte, pela elegância etc. e a renovação das formas tornam-se um valor, quando a mutabilidade dos feitios e dos ornamentos não constitui mais uma exceção, mas se torna uma regra estável, um hábito e uma norma coletiva – isto é, um costume –, então se pode falar em moda. Desse ponto de vista, a moda é sempre um fenômeno de costume. Portanto, pode-se dizer que existe moda quando o amor pelo novo se torna um princípio constante, um hábito, uma exigência cultural (Calanca, 2011, p. 12).

Mme. Berthier dedicou-se a uma sucessão de iniciativas com o propósito de atrair uma nova clientela para o seu estabelecimento. Ademais, além de assegurar a presença exclusiva de tecidos alinhados às últimas tendências em sua loja, empreendeu esforços na contratação de costureiras previamente reconhecidas na corte.

Berthier, modista francesa na rua do Ouvidor nº159, faz aviso ao respeitável público, bem como aos seus fregueses, que tem muita fazenda chegada aproximadamente de Paris [...]. Na mesma casa se fazem as modas com todo asseio e prontidão, por ter as costureiras que trabalhavam na casa de Madame Gudin, das melhores modistas bem conhecidas no Rio de Janeiro, que já partiu para França ao tratar de sua moléstia (*Diário do Rio de Janeiro*, n. 010017, 1828, p. 02).

Mme. Berthier recorreu às costureiras de Mme. Gudin para atrair freguesas para seu comércio. Essas costureiras tinham trabalhado para Mme. Gudin, uma reconhecida modista da cidade.¹⁴⁸ As suas destrezas e seus empenhos ao costurar poderiam levar novas compradoras

¹⁴⁷ Apesar de existirem modistas e Casas de moda que enviavam mercadorias para o interior, nas cidades pequenas também existiam pequenos comerciantes que importavam essas peças da capital para reverem em localidades interioranas, como era o caso de Joaquim Carneiro da Silva Braga, mencionado no primeiro capítulo.

¹⁴⁸ Mme. Gudin, ou Maria Dionísia Leonor Gudin, esteve no Brasil por alguns anos e embarcou de volta para a França em 1825 (BR RJANRIO 0E.COD.0.423, v.3/f.102B).

até Mme. Berthier, chegada à corte havia pouco mais de dois anos.¹⁴⁹ Embora a identidade específica das costureiras empregadas por Mme. Berthier não seja conhecida, conforme delineado anteriormente, é plausível considerar que essas profissionais pudessem ser mulheres brancas e/ou negras, fosse sob condição de escravidão, alforria ou liberdade plena. Caso houvesse mulheres escravizadas, ela poderia ser, por exemplo, a jovem mencionada no anúncio a seguir:

Vende-se uma jovem pardinha clara, de figura encantadora, de conduta irrepreensível, e de um gênio muito dócil e meigo, famosa modista em cortar, coser camisas, vestidos e outras quaisquer peças, e até faz roupa de homem, lava e engoma com o maior desembaraço e perfeição, cozinha excelentemente, faz crivo, borda de laçada, e prata, faz alguns doces, e é muito asseada, e desta mucama, preço será razoável se se atender aos seus merecimentos (*Correio Mercantil*, n. 9, 1831, p. 2).

Ou, até mesmo, a costureira escravizada referida no anúncio: “Aluga-se na rua da Ajuda nº 43, uma escrava para qualquer casa de modista francesa, ela faz toda a qualidade de guarnições e costuras, *porque há mais de 8 anos que trabalha em casa de modistas*, e não se duvida dá-la contento” (*Jornal do Comércio*, n. 259, 1834, p. 4) [grifo nosso]. Conforme anteriormente abordado no primeiro capítulo, a condição de ser uma modista francesa era concomitante a uma distinção social, conferindo a essas mulheres um poder simbólico de grande relevância (Bourdieu, 2008). Não obstante, a presença de costureiras e modistas confiáveis e talentosas em seu estabelecimento revelou-se crucial para o avanço do comércio de moda fluminense. Embora Mme. Berthier tenha contado com costureiras renomadas e se beneficiado de sua identidade francesa, esses atributos não foram suficientes para garantir a longevidade de seu estabelecimento na cidade. No contexto do Rio de Janeiro do século XIX, o sucesso de uma Casa de modas não se limitava apenas ao talento na confecção ou à nacionalidade francesa, era também preciso relacionar-se bem e manter uma continuidade em suas atividades.

Em 1830, Mme. Amália Berthier mudou-se para a rua dos Latoeiros, nº 99 onde “continuou a trabalhar o mais em conta possível, as modas do melhor gosto, como chapéus, vestidos, toucados, etc.” (*Diário do Rio de Janeiro*, n. 0600005, 5 de junho de 1830, p. 3). A ida Mme. Berthier para um endereço perpendicular aponta para um processo complexo na trajetória da modista que possivelmente se viu sem condições de arcar com uma loja na rua do

¹⁴⁹ Esse trecho mencionado anteriormente é extremamente significativo para nossa pesquisa, pois demonstra, em palavras da época, uma evidente distinção entre o significado social de ser modista *versus* de ser costureira. Por isso, ele é mencionado no primeiro capítulo, a fim de demarcar tal distinção, e aqui trazido novamente para apresentar os recursos buscados por Mme. Berthier para se distinguir entre as demais modistas estrangeiras que circulavam pela corte no período.

Ouvidor, mas conseguiu permanecer nas proximidades. Não significa, contudo, que os aluguéis da rua do Ouvidor fossem muitos destoantes dos demais endereços, os preços, conforme constatamos ao analisar a Décima Predial e de acordo com o que mencionamos anteriormente, eram, na verdade, próximos.¹⁵⁰ Após a ida de Mme. Berthier para a rua dos Latoeiros, ela retornou, no mesmo ano, à Europa. Tempos depois, em 1838, Mme. Amália Berthier regressou ao Brasil (*Jornal do Comércio*, n. 199, 1838, p. 4) e continuou com Casa de Moda por quatro anos, até anunciá-la em leilão sob o comando de dois leiloeiros que eram proprietários de uma reconhecida casa de leilão no Rio de Janeiro: Tripe e Feraudy (*Diário do Rio de Janeiro*, n. 115, 1842, p. 2).¹⁵¹

O primeiro registro de Mme. Guieu no Brasil foi no *Almanaque dos Negociantes do Império*, no entanto ela também foi apresentada em outros almanaques como no *Almanaque Imperial do Comércio* (n. 1, 1829, p. 206), no *Almanaque Nacional do Comercio do Império do Brasil* (n. 1, 1832, p. 59) e no *A.L.* (n. 1, 1844, p. 187). Em sequência, nos anos seguintes, a sua presença nos periódicos foi constante. Suas aparições eram, em maioria, em busca de escravizados fugitivos. Os principais nomes eram Joaquina e Antônio que trabalhavam vendendo fazendas pelas ruas da corte (*Diário do Rio de Janeiro*, n. 1000005, 1828, p. 4; *Jornal do Comércio*, n. 188, 1830, p. 4; *Jornal do Comércio*, n. 178, 1832, p. 5). Os/As vendedores/as de rua eram fundamentais na sociedade oitocentista. Richard Graham revelou que em suas caminhadas vendendo os produtos eles eram capazes de construir diversas relações sociais:

A prática de vender pela rua apregoando e a mobilidade física que isso exigia levavam vendedores de rua a construir um amplo leque de relações que passavam por cima de fronteiras geográficas sociais e culturais. Elas percorriam as ruas ou sentavam-se em esquinas onde podiam conversar com os carregadores de água ou de barris de vinho, leiteiros, escravos ao ganho e transeuntes escravos, alforriados e livres, para não mencionar as freguesas de classe mais alta (Graham, 2013, p. 104).

Além disso, essa incessante procura de Mme. Guieu comprova que as Casas de Moda precisavam do trabalho dos (as) escravizados (as), principalmente daqueles/as que eram vendedores/as nas ruas da cidade e das escravizadas costureiras que auxiliavam nas atividades exercidas no interior dos negócios. Joaquina, mulher negra, escravizada, angolana¹⁵² fugiu em

¹⁵⁰ Verificar a nota 114 e o anexo E.

¹⁵¹ Além da Casa de leilão, como um competente negociante do Oitocentos, Feraudy também investiu no mercado de moda, sua Casa que ficava na rua do Ouvidor nº 94, no entanto, não conquistou o sucesso almejado e rapidamente desapareceu da imprensa (*Jornal do Comércio*, n. 83, 1835, p. 4).

¹⁵² Ou, ao menos, proveniente do porto de Benguela, na Angola.

setembro de 1828 da Casa de Modas de Mme. Guieu. Esta era mulher branca, modista francesa e disputava um espaço na região central do Rio de Janeiro no período trabalhado, como as muitas que possuíam um comércio nesse entorno. Com Casa na rua do Ouvidor nº 102 certamente tinha um assíduo público consumidor de seus vestidos, chapéus e fazendas que eram importados da Europa. Joaquina não trabalhava, à época de sua fuga, como costureira, mas como vendedora. Como dito anteriormente às escravizadas que eram vendidas ou alugadas como vendedoras, acresciam características físicas ou anunciavam-se como “muito bonitas”. Observemos o anúncio feito por Guieu em busca de Joaquina:

No dia 20 do corrente fugiu de Mme. Guieu, moradora da rua do Ouvidor nº102, uma preta de nação Benguela, por nome de Joaquina, a qual há tempo andava vendendo fazenda, e por já ter fugido uma vez, achava-se com um gancho de ferro no pescoço, quem dela ter notícia ou levar a sua Sra. moradora na dita acima, de frente ao beco da rua nova do Ouvidor, que será bem recompensado (*Jornal do Comércio*, n. 291, 1828, p. 03).

A observação de que Joaquina vendia tecidos para Mme. Guieu não exclui a possibilidade de que ela também possuísse conhecimento e habilidades na atividade de costura, assim, é plausível considerar que Joaquina, além de seu envolvimento no comércio de fazendas, poderia ter conhecimento da atividade de costura. Além disso, verificamos que essa não era a primeira tentativa de fuga de Joaquina; contudo, parece ter sido a última, já que, até dois anos posteriores ao anúncio mencionado, Joaquina ainda não tinha sido encontrada. Em 1830, Mme. Guieu recorreu novamente ao mesmo periódico em busca de sua escravizada:

A Mme. Guieu, rua do Ouvidor, fugiu-lhe uma negrinha de nome Joaquina, nação Benguela, a qual é antiga em vender modas, e já andou há pouco tempo com um ferro no pé; quem dela der notícia, ou a levar a dita rua casa nº100, será bem recompensado o seu trabalho (*Jornal do Comércio*, n. 118, 1830, p. 04).

Podemos inferir o quão fundamental Joaquina era para o desenvolvimento do comércio de Mme. Guieu. Evidentemente, Guieu tinha, além de tudo, razões financeiras para continuar as buscas por Joaquina; mas não podemos desconsiderar a importância do trabalho da mesma para a Casa de moda situada na rua do Ouvidor no número 102. Ainda nesse mesmo seguimento, falemos de outro escravizado fugitivo de Mme. Guieu, o Antônio. Embora a maior parte dos trabalhadores nas Casas de moda fossem as mulheres, existiam também atividades ocupadas por homens, como era o caso da atividade de vendedores. Antônio exercia exatamente essa função. No anúncio transcrito abaixo é possível percebermos alguns dados sobre ele:

Fugiu de casa de Md. Guieu, no dia 08 do corrente às 10 horas da manhã um preto de nação Cabinda, por nome Antônio, que costumava vender em uma caixa de folha fazendas e sapatos franceses, levou vestido, calça branca, e jaqueta de riscadinho roxo

claro, quem o prender queira levá-lo à casa nº 100, rua do Ouvidor, que receberá boas alvissaras (*Jornal do Comércio*, n. 179, 1832, p. 05).

Oferecendo uma “boa recompensa” de acordo com a própria autoria do anúncio, Mme. Guieu queria garantir o retorno de seu escravizado. À época, escravizados/as que eram vendidos/as ou alugados/as para as Casas de Moda poderiam exercer funções dentro ou fora dos comércios, entretanto, os anúncios de aluguel solicitavam, na maioria das vezes, que os/as trabalhadores/as escravizados/as se ocupassem apenas “porta adentro dos estabelecimentos”. Essa solicitação se dava, provavelmente, por medo do contato que as constantes idas às ruas da cidade poderiam proporcionar a partir de encontros com outros escravizados. Souza aborda em sua tese como o comércio de rua do Rio de Janeiro era exercido, em sua maioria, pelos escravizados:

Durante quase todo o século XIX o comércio de rua era majoritariamente explorado, organizado e controlado pelos escravos, que trabalhavam arduamente durante todo o dia, enquanto seus senhores ficavam em suas casas. Dessa forma, também eram favorecidos o convívio e a interação social, individual ou em grupos, dos escravos (Souza, 2011, p. 56).

Em 1828, por exemplo, alugava-se uma escravizada com a condição de que essa não saísse à rua:

Quem quiser alugar uma parda que sabe cozinhar, ensaboar, engomar e todo o arranjo de uma casa, bem como sabe bem de costura por ter sido costureira em loja de modistas francesas; o seu último preço mensalmente é 8\$000 réis, *com declaração que não é para fazer serviço na rua*, procure na rua do Cano nº108 (*Diário do Rio de Janeiro*, n. 0300012, 1828, p. 03) (grifo nosso).

Assim, o locatário evitaria que o/a escravizado/a saísse à rua para fazer qualquer tipo de serviço e conseqüentemente negava a esses sujeitos a relação que poderia ser construída nos logradouros. Nesses encontros, muito provavelmente, havia trocas e conversas entre essas mulheres e homens, ocorrendo então um convívio social, como apontou Souza. Este não era, no entanto, o caso de Joaquina e Antônio já que ambos exerciam suas atividades fora de casa/loja. Não temos notícia na imprensa da aparição de Antônio ou de Joaquina, contudo é possível reafirmarmos a importância do trabalho desses sujeitos no cotidiano da Casa de Modas que pertenciam. Posto isso, percebemos que a funcionalidade desses empreendimentos estava diretamente atrelada à habilidade dos escravizados, fosse a partir das costuras, fosse a partir da venda.

Mme. Guieu, assim como as demais modistas apresentadas, mudou-se com frequência, mas sua loja permaneceu por todos os anos estabelecida na rua do Ouvidor, inicialmente no número 160 (*Almanaque Nacional do Comércio do Império do Brasil*, n. 4, 1832, p. 59);

posteriormente mudou para o número 100/102 (*Almanaque Imperial do Comércio*, n. 206, 1829, p. 206) e depois permaneceu no número 72 (*Almanaque Laemmert*, n. 1, 1844, p. 187). Seu marido, Sr. Guieu, alfaiate, inaugurou um estabelecimento ao lado do seu, na mesma rua do Ouvidor, nº 71. Em 1852, a Casa foi colocada em liquidação. O responsável pela estruturação foi Frederico Guilherme comandado pelo viúvo de Mme. Guieu, o Sr. Guieu. Tendo em vista que Guieu continuou com sua Casa de alfaiate na rua do Ouvidor, possivelmente a modista faleceu no Brasil.

Dentre as onze modistas destacadas no *Almanaque dos Negociantes do Império do Brasil*, uma delas representou um notável desafio nesta pesquisa, haja vista a escassez de informações disponíveis nas fontes analisadas: Mme. Bricard. As informações recolhidas sobre Bricard referem-se a uma modista e costureira que residia em Paris durante a década de 1860, nomeadamente Adrienne Adèle Bricard. Sua Casa estava localizada na rua Richelieu, número 38, em Paris. Em 1878, a loja de Bricard enfrentou dificuldades financeiras e declarou falência, conforme registrado em uma fonte da época (*La France: Politique, Scientifique Et Littéraire*, 10 de abril de 1878). Há a possibilidade de que esta seja a mesma modista, sendo plausível considerar que, em algum momento de sua vida, ela tenha retornado à França.

A longa permanência na capital fluminense de muitas das modistas francesas inicialmente apresentadas no *Almanaque dos Negociantes do Império* destaca a relevância e a estabilidade que essas profissionais alcançaram em seu comércio. Tal permanência sugere a consolidação de suas atividades comerciais, bem como a satisfação ou a demanda constante por seus serviços entre a elite local. Essas modistas não apenas contribuíram para a disseminação das últimas tendências de moda, mas também estabeleceram laços significativos com a sociedade fluminense da época. Além disso, foram responsáveis por ensinarem o ofício a outras mulheres – estrangeiras ou brasileiras. Estas mulheres de outras gerações assumiram os lugares de modistas e costureiras no decorrer da década de 1840 e 1850 e configuraram-se no mesmo espaço social.

A presença dessas mulheres no *Almanaque* não significa que eram as únicas já que a participação nos *Almanaques* poderia estar, de alguma forma, ligada a questões financeiras objetivando o financiamento em um espaço impresso fundamental no século XIX onde, através dele, conheciam-se os principais comerciantes e trabalhadores da cidade.¹⁵³ Outras modistas,

¹⁵³ Para saber mais sobre a história dos Almanques ver em: PIMENTA, João Paulo; COSTA, Wilma Peres. As revoluções de independência como revoluções do tempo: almanaques, calendários e cronologias no Brasil do século XIX. *Tempo: Niterói*, Vol. 27, nº 1, Jan-Abr 2021.

contemporâneas a elas não estiveram no Almanaque e são igualmente importantes, como a Mme. Aurora Bondeux. Mme. Bondeux é destacada ao lado do seu marido, Nepomuceno Bondeux. Bondeux primeiro abriu um armazém de papeis e, posteriormente, ao deparar-se com o sucesso do mercado da moda no Brasil, optou por ingressar nesse campo (*Jornal do Comércio*, n. 435, 1829, p. 3).

Como modista do armazém, Aurora configurou-se por muitos anos na corte fluminense. Ao que tudo indica, era ela a responsável pelo comércio de moda da família Bondeux já que Nepomuceno viajava pelo país, provavelmente, em busca de outras modalidades comerciais ou revendendo itens de moda no interior da província do Rio de Janeiro já que em 1830, por exemplo, ele viajou para Campos dos Goitacazes (BR RJANRIO OE.COD.0.423, v.5; f.170A). Não há indícios do retorno de Nepomuceno ao Rio de Janeiro, mas a modista se mudou do endereço na rua do S. Pedro para a rua do Cano nº 16 (*Jornal do Comércio*, 1834, n. 266, p. 4); permaneceu no mesmo local quando, em 1844, mudou-se para a numeração 30 (*Jornal do Comércio*, n. 222, 1844, p. 4) onde esteve até seu falecimento em 1849, quando o seu comércio foi posto a leilão (*Jornal do Comércio*, 1849, n. 264, p. 3). Suponhamos que Mme. Bondeux e seu marido não tenham tido filhos já que nenhum familiar convidou o público para sua cerimônia de enterro que é anunciada por uma amiga, Mme. Guillaire (*Jornal do Comércio*, 1849, n. 260 p. 4).

Muitos/as franceses/as imigraram para o Brasil no começo do século XIX por razões exteriores às suas vontades e aqui construíram suas vidas, mas foram responsáveis por auxiliarem e modificarem a estrutura social do Rio de Janeiro e a desenvolver a cidade. Assim, o papel dessas mulheres na sociabilidade fluminense foi fundamental, sobretudo acerca do mercado da moda do período considerando as relações de trabalhos que estabeleciam com suas conterrâneas, com imigrantes de outras nacionalidades e/ou com as próprias brasileiras e, conseqüentemente, as relações que estabeleciam fora do ambiente laboral: relacionamentos com negociantes franceses, casamentos com brasileiros e/ou convivência com as mulheres em coabitação, por exemplo.¹⁵⁴

O objetivo deste capítulo foi apresentar aquelas que consideramos as primeiras modistas que se desenvolveram na cidade do Rio de Janeiro. As primeiras foram identificadas a partir de seus anúncios em um dos primeiros jornais que circulou na cidade: *A Gazeta do Rio de Janeiro* (1808-1822). Posteriormente, na década de 1820, algumas modistas passaram a publicar

¹⁵⁴ Como fora o caso da Mme. Pipar que morou, por um período, na residência da Anne Durocher.

anúncios de seus comércios em outros jornais diários, tais como *Diário do Rio de Janeiro* e *Jornal do Comércio*. Outro ponto crucial foi a publicação do *Almanaque dos Negociantes do Império*, de 1827, que identificou algumas modistas do período e que foi a fonte basilar das mulheres analisadas neste capítulo. Com os nomes apresentados no Almanaque e com a identificação das mulheres nos anúncios de jornais, nossa investigação começou a ser delineada.

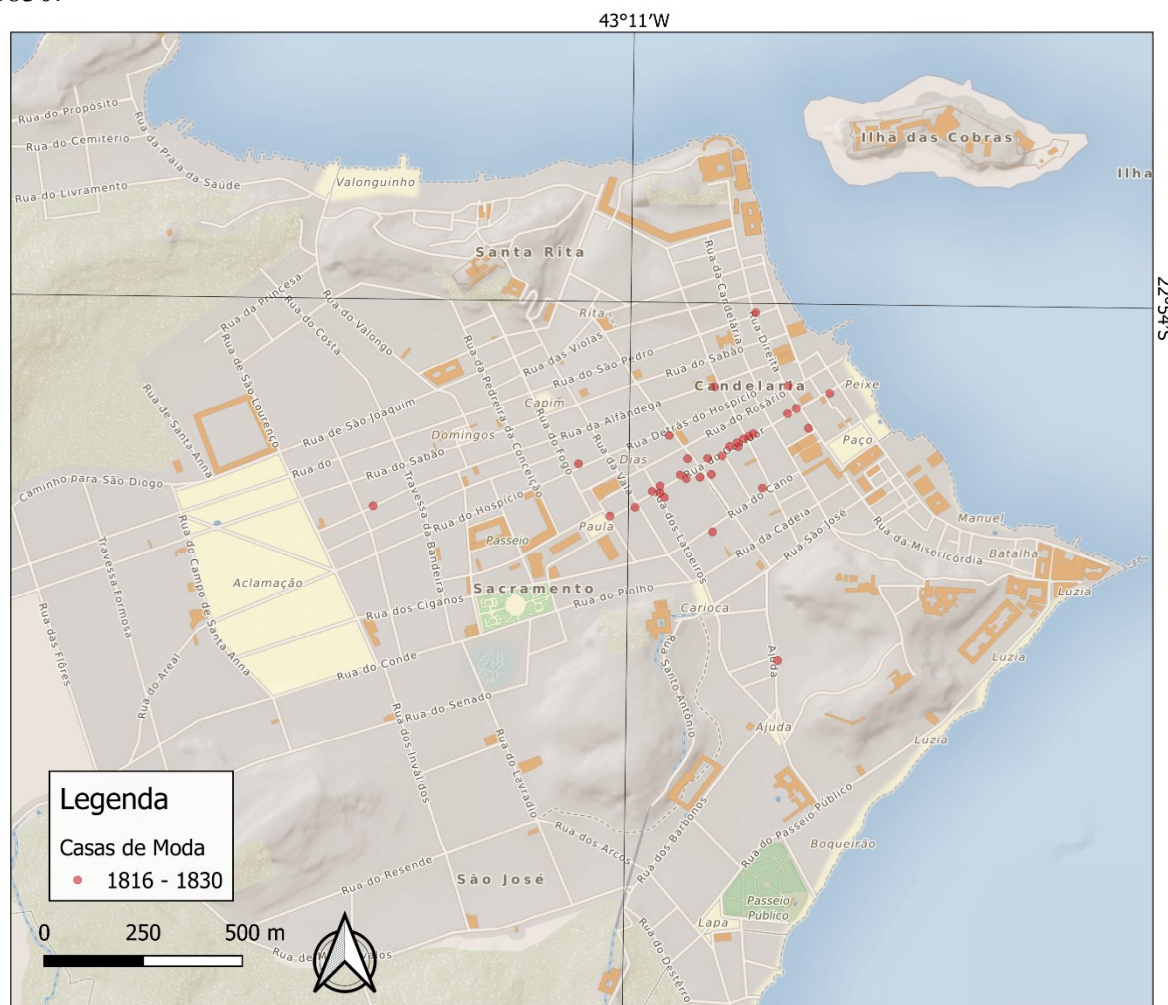
Com base na metodologia proposográfica, notamos algumas semelhanças em suas trajetórias pessoais e profissionais. No que diz respeito às questões pessoais, eram mulheres imigrantes com origem europeias se estabelecendo em um país recém independente cuja economia era ainda baseada no trabalho escravo e o governo uma monarquia, características que o diferenciavam significativamente dos países vizinhos antigas colônias espanhola. Quando no Brasil, por vezes casavam com outros franceses também migrantes e construía família. Caso tivessem sucesso no estabelecimento e conseguissem um lucro significativo, poderiam circular entre os dois países (Brasil e França); caso contrário, estavam destinadas a viverem suas vidas no país sul-americano sem regresso ao país de origem.

No âmbito laboral, algumas características se destacam: os endereços eram próximos, os produtos vendidos eram semelhantes e havia uma uniformidade nos preços. Essas correspondências nos fizeram refletir sobre a situação dos estabelecimentos inseridos no mercado de moda oitocentista, onde, por exemplo, mesmo que o Estado não estipulasse um valor para os objetos comercializados, as modistas e costureiras, em suma, cobravam quantias similares em suas lojas e que não ultrapassavam o montante que suas consumidoras poderiam custear. Isto é, se tratava de um mercado que se autorregulava a partir das demandas de um público restrito de consumidoras abastadas e da necessidade que as modistas tinham de serem competitivas em um mercado em expansão.

Outro aspecto evidente é a proximidade espacial dessas mulheres cuja compreensão se alinha a lógica liberal predominante no Oitocentos. Para efeito de ilustração, a Figura 29 apresenta a localização das modistas e costureiras abordadas neste capítulo. Podemos observar que a maioria das Casas de Moda estavam localizadas na região central da cidade, próxima a rua do Ouvidor e arredores – poucos eram os comércios que se afastavam desse espaço. A Candelária era, portanto, a principal freguesia que abrigava essas mulheres no período entre 1816 e 1830.¹⁵⁵

¹⁵⁵ Por Casas de moda aqui entendemos as modistas, costureiras e lojas de moda em geral.

Figura 29 - Região central do Rio de Janeiro e a localização das Casas de moda entre 1816 e 1830.



Fonte: Elaboração própria a partir de *ImagineRio*. Disponível em: <https://www.imagerio.org/pt/map>. Acessado 30 de nov. de 2023.

A baixa quantidade de mulheres e a alta concentração delas observada neste mapa sugere como este mercado era incipiente nesse período. Se tratava ainda de um nicho, onde as poucas consumidoras interessadas e com poder aquisitivo deveriam se deslocar até esse epicentro para procurar os produtos e serviços ofertados. De fato, a própria natureza desses negócios implicava em um acesso muito restrito; porém, esse ainda era o começo de um mercado que iria se expandir e se adaptar aos contextos das próximas décadas.

No capítulo seguinte, o terceiro, iremos abordar mais profundamente as relações de sociabilidade entre as modistas e costureiras dos anos de 1830 a 1840, período em que ocorreu uma expansão no mercado da moda. A partir da década de 1830 viveu-se um alvoreço em nosso país e, na cidade que sediava a capital do império, não seria diferente. Muitas movimentações marcaram o Rio de Janeiro nesse período e, seja por consequência direta ou não, o mercado da moda sofreu importantes transformações e as mulheres que o compunham buscaram se adaptar.

3 “AS MODISTAS MULTIPLICAM-SE”: MAPA DO MERCADO DA MODA FLUMINENSE NAS DÉCADAS DE 1830-1840

No capítulo anterior nos dedicamos a compreender as modistas e suas relações de sociabilidade nas décadas de 1810 e 1820, adentrando, brevemente, no decênio de 1830. Essas décadas se caracterizaram por uma intensa dinâmica no âmbito político do recém-emergido país, que acabara de alcançar sua independência: “entre 1821 e 1831 estava em curso uma revolução política que expressou, de forma não linear, profundo reajustamento no âmbito das relações entre os homens livres e que teve importantes desdobramentos posteriores” (Oliveira, 2009, p. 46). A década de 1830 foi um período ímpar na história brasileira e, principalmente, na história da cidade do Rio de Janeiro.

Ainda após a abdicação de Pedro I, em 1831, quando a quebra da autoridade tradicional por todos reconhecida e a crise das regências revelaram um estado desfigurado, a identidade continuava a ser buscada em um modelo externo, capaz de legitimar as aspirações de inserir o Brasil no contexto das nações civilizadas (Neves, 1999, p. 24).

As numerosas revoltas que ocorreram durante esses anos demarcaram e registraram o cotidiano de uma época cuja dinâmica era intrinsecamente conflituosa. Isso fora frisado pelos próprios contemporâneos e pela historiografia dos séculos subsequentes. Em abril de 1831, foi publicado no *Diário do Rio de Janeiro* um discurso proferido pela Regência Trina Provisória¹⁵⁶:

Compatriotas! Está ultimado o primeiro e mais perigoso período da nossa tão necessária e gloriosa revolução. O ex imperador acaba de sair do porto desta capital, retirando-se para a Europa: uma embarcação de guerra nacional o acompanha até largar as águas do Brasil. Os nossos inimigos são tão poucos, e tão fracos que não merecem consideração: com tudo o governo vela sobre eles, como se fossem muitos e fortes (*Diário do Rio de Janeiro*, 14 de abr. 1831, p. 1).

Durante esse período os membros da Regência estavam alheios as diversas revoltas internas que aconteceriam e marcariam o período. O pesquisador Marcello Basile escreveu sobre os conflitos de então: “As rivalidades políticas e as tensões sociais muitas vezes explodiam em manifestações violentas. Dezenas de movimentos de protesto e revolta eclodiram em todo o império durante o período regencial” (2009, p. 68). Inseridas nesse contexto, as modistas não estiveram afastadas desse quadro de inquietações, até mesmo porque situações

¹⁵⁶ A Regência Trina Provisória era comandada pelos moderados que, de acordo com Marcello Basile (2009), estavam melhor organizados politicamente. Em junho, a Regência Permanente passou a comandar o Brasil e o país continuou sob a liderança de um grupo moderado (p. 60).

políticas e mudanças no governo poderiam impactar indiretamente as comerciantes. Sob a influência de uma perspectiva de cunho nacional, que buscava a valorização de produtos nacionais, as modistas imigrantes e os produtos estrangeiros sofreram represálias da imprensa do período. A pesquisadora Camila da Borges Silva (2020) destacou um dos poemas publicados na *Mulher do Simplicio*, ou *Fluminense Exaltada*, em que o autor reforçou que os luxos estrangeiros eram, de acordo com seu ponto de vista, exacerbados. Um dos trechos do poema citado por Silva (2020) pode ser lido abaixo:

Até quando, ó Rigoristas,
Ade o Povo Brasileiro,
Mendigar falsos exemplos
Que traz estulto Estrangeiro!
Tal moda em França não há
E se há não tem vigor,
São filhas dos interesses
Das Madamas do Ouvidor.

[..]

Vós sois em tudo formosas,
Tendes graça Natural,
Deixai o luxo perverso
Que é fonte de todo o mal.
Bem sei que tem para isso
Direito de liberdade,
Mas do luxo não resulta,
Proveito à sociedade.
Resulta pelo contrário
A fortuna do estrangeiro,
Que zomba de tais asneiras
Levando o nosso dinheiro.
Aja em vós pura constância
Dobrado patriotismo
Brilhe nos vossos vestidos
A mão do nacionalismo.

[...]

Deixai o luxo Senhoras,
E tratai da educação;
Dos vossos tenros filhinhos
Esperanças da nação.
Tende amor à liberdade
E puro Nacionalismo
Que o luxo é filho da Corte

Onde impera o despotismo (*A Mulher do Simplicio*, n. 8, 1832, p. 8).

O poema condena o luxo exacerbado e traz à tona a figura das modistas da rua do Ouvidor, declarando que tais modas e opulências são resultado dos interesses das madames francesas. O trabalho das modistas, compreendido como futilidade, destacava-se no meio das retaliações: “Qual será o meio de atrair, em vez de soldados, açougueiros, botequineiros, cabeleireiros, e modistas, os artistas sábios, os capitalistas estrangeiros, para se estabelecerem

no Brasil?” (Luz Brasileira, n. 78, 1830, p. 4)¹⁵⁷. Ainda nessa direção, em 1832, período que o Brasil estava sob a Regência Trina, o periódico *O Simplicio da Roça* publicou:

Feliz do Rio de Janeiro quando não houver mais uma só dessas lojas de teteias, e na Rua do Ouvidor não se venderem se não livros, e enxadas. Esse tempo não sei se eu terei a satisfação de ver, porque já vou sendo careca, mas me consolo com a ideia de que já a imigração das modistas vai principiando, e se quando eu der o último arranco, deixar só meia dúzia de tais lojas, irei para outra banda consoladíssimo, na esperança que meus netos acabarão com o resto dessa má plantação exótica, que não deixa vegetar, e crescer as plantas úteis, e nacionais (n. 15, 1832, p. 3).¹⁵⁸

Observamos nessas passagens uma reversão em relação ao apoio consistente que as modistas estrangeiras, principalmente as francesas, desfrutaram nas décadas precedentes, com uma manifesta retaliação à presença dessas mulheres no país. Essa represália ratifica a ideia de “edificar a nação brasileira” que foi desenvolvida entre a década de 1830 a 1840, quando foram criadas instituições como o Colégio Pedro II, o Arquivo Público e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro sob o governo do regressista Araújo Lima (Neves, 1999, p. 25). Não obstante, tais represálias não significaram um decréscimo de modistas estrangeiras no país, mas sim um aumento de mulheres de outras nacionalidades neste mercado.

A partir deste contexto geral, neste capítulo buscamos explorar em conjunto as transformações que ocorreram nessas duas décadas no Rio de Janeiro com as trajetórias das modistas e costureiras observadas a partir das fontes utilizadas. Se, por um lado, o contexto histórico evidencia novos desafios para as profissionais francesas na corte, por outro lado as modistas francesas mantiveram o *status* atrelado a sua nacionalidade, permanecendo então dominantes no mercado da moda fluminense. Indo além, observamos que a tentativa de criação desse imaginário nacionalista através da opção pelo produto nacional não reverberou em uma mudança no conteúdo do produto; pelo contrário, diversos anúncios continuaram a utilizar o ideal francês, como os produtos do “último gosto de Paris”. Afinal, assim como nos anos de 1820, apesar da preferência e expressões de apoio de uma fração da população em prol do ideal nacional, a figura do estrangeiro civilizado manteve-se como um paradigma influente para a nação.

¹⁵⁷ Jornal redigido por Silvério Mariano Quevedo de Lacerda; era um periódico que se caracterizava como uma folha a favor da independência, na primeira edição se autoproclamou moderado e imparcial, mas pode ser compreendido como um jornal de cunho liberal exaltado (Soares, 2019).

¹⁵⁸ A imprensa era tida como a maior arena política do período e onde a opinião pública se manifestava, dito isso, a publicação de um objeto cujo tema fosse maldizer os estrangeiros era factível (Basile, 2009, p. 65).

Desta forma, discutiremos neste capítulo como o aumento da participação de modistas e costureiras brasileiras ou estrangeiras não francesas refletiu em transformações que ocorreram nesse período no mercado da moda fluminense. Apesar das críticas propagadas para as profissionais francesas, elas continuavam imperando no mercado da moda e, por isso, as modistas e costureiras de menor prestígio, para garantir a permanência nesse mercado, buscaram se adaptar: precisavam garantir menores preços que as francesas mais prestigiadas; precisavam ampliar seu negócio, oferecendo serviços finos de lavagem e limpeza; e começaram a atender um território maior ao prometer a entrega para regiões distantes.

Em diversas instâncias, muitas modistas passaram a trabalhar sem o auxílio de aprendizes e a prestar serviços diretamente para as Casas de Moda, em contraste com a assistência direta às consumidoras finais. Como último recurso, algumas destas profissionais deslocaram-se para áreas marginais da cidade em relação ao núcleo central da moda. Aquelas que se localizavam em endereços mais distantes provavelmente ganhavam menos do que as que estavam mais centralizadas, porém serviam um público consumidor distinto e que, possivelmente, poderia comprar seus produtos apenas nessas condições.

Na seção 3.1 a seguir faremos uma contextualização das modistas com base no que estabelecemos como “mapa da moda”. Na seção 3.2 analisaremos algumas modistas a partir dos dados encontrados nos registros de entrada e saída presentes na documentação da Intendência Geral da Polícia da Corte e as histórias tracejadas a partir da imprensa. Na seção 3.3 apresentaremos algumas trajetórias fundadas em um cruzamento de fontes. E, por fim, na última seção, analisaremos algumas lojas de negociantes que adentraram no mercado da moda entendendo-o como um espaço rentável.

3.1 Contextualização inicial das modistas nas décadas de 1830 e 1840

Seguimos neste capítulo com a proposta de fazermos um mapa da moda fluminense, ilustrando a disparidade geográfica e, conseqüentemente, social das modistas e costureiras presentes na corte durante a década de 1830-1840. Esses mapas, não foram construídos e analisados a partir de uma dinâmica puramente espacial, mas com base nas relações sociais e laborais estabelecidas entre as modistas. Desse modo, os mapas permitem visualizar os perfis e contrastes espaciais entre mulheres de décadas diferentes, de diferentes nacionalidades e ofícios, que se anunciavam com e sem nome, de modo que o contexto espacial se reflita como

sintoma de um contexto socioeconômico mais amplo. Para tanto, nós fizemos uso de fontes como os próprios jornais do período e a décima predial da região da Candelária – e de algumas freguesias próximas como Sacramento, Santana e Santa Rita que indicavam os endereços de suas lojas.

O conceito de “o mapa da moda” desenvolvido neste capítulo vai além da representação geográfica: ele busca auxiliar na compreensão de movimentos expansionistas das modistas em perspectiva social e geográfica simultaneamente. Segundo Paulo Knauss: “assim, cartas, mapas e plantas podem ser tomados como produtos de representação social do espaço e, portanto, resultado da relação dos homens com a realidade geográfica” (1997, p. 137). Portanto, o “mapa da moda” nesse sentido entende as representações geográficas como o sintoma de um contexto experienciado no período.

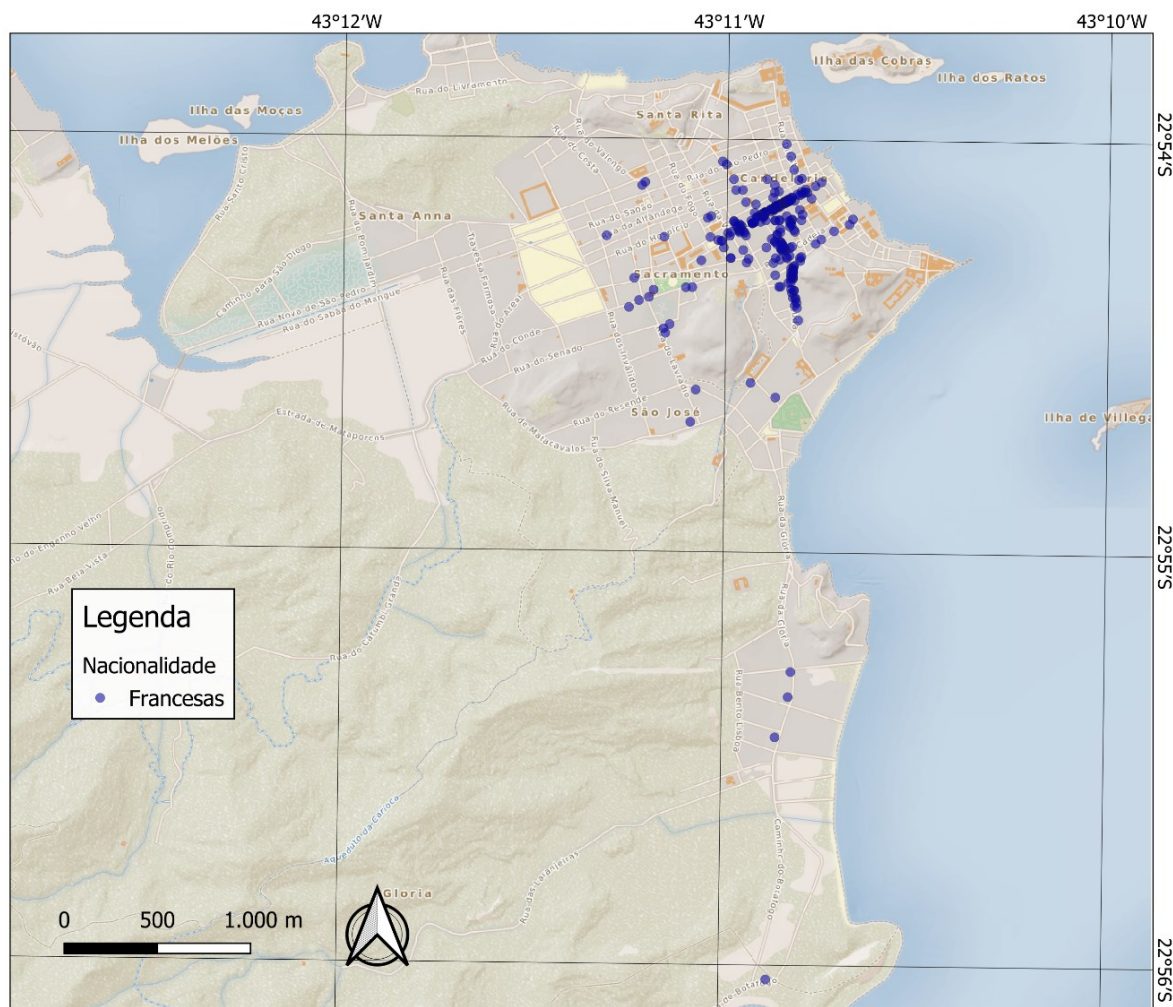
Atualmente, a rua do Ouvidor e endereços adjacentes abrigam lojas dos mais múltiplos seguimentos; no Oitocentos o comércio era próspero nessa parte da cidade, mais do que em quaisquer outros pontos da capital fluminense. Nesta parte da tese a cidade passa a estar mais presente que nos capítulos antecessores, afinal “a cidade não era apenas pano de fundo das suas vidas, mas também configurava uma parte integral de suas histórias” (Graham, 1992, p. 20). Percebemos no Capítulo 2, e isso seguirá nesta parte da pesquisa, que as Casas de Moda estavam, na maior parte das vezes, perto entre si. Até mesmo ao longo das décadas de 1830 e 1840, quando é possível averiguarmos que, com o crescimento no número de modistas e costureiras, muitas delas estavam adentrando a cidade e ocupando regiões para além da freguesia da candelária, em outras freguesias os comércios relativos à moda também estavam próximos entre si.¹⁵⁹ Segundo Richard Graham essa proximidade de comércios cujos produtos eram similares não era apenas uma coincidência, mas uma estratégia comercial (2013, p. 186).

Para ilustrar a expansão territorial das mulheres destacadas nesta pesquisa, podemos comparar os mapas das figuras 30 e 31, dos endereços anunciados pelas mulheres nas décadas de 1830 e 1840, versus o mapa da Figura 29 já apresentado no Capítulo 2, com os endereços entre 1816 e 1830. Na década de 1820 havia uma enorme concentração na rua do Ouvidor e arredores imediatos que não se disseminava para as ruas e regiões mais distantes de forma consistente. Endereços como a rua da Ajuda, as proximidades da rua do Cano ou qualquer trecho à Oeste do Largo São Francisco de Paula não faziam parte do mercado da moda de forma consistente até 1830. Na Figura 30 podemos identificar que a rua do Ouvidor permanece como

¹⁵⁹ Uma das razões para isso pode estar relacionada ao incentivo do governo para ocupar esses espaços através da isenção da décima predial para aqueles/as que construíssem sobrados na região da cidade nova (Carvalho, 2014).

concentradas, principalmente, ao longo da rua do Ouvidor e arredores próximos, mas também com presença significativa na rua da Ajuda, e em ruas transversais, como a rua dos Latoeiros, a rua dos Ourives e a rua da Quitanda; em raros casos havia mulheres ao Norte da rua da Alfândega ou para além da praça da Constituição.

Figura 32 - Mapa das localizações anunciadas por francesas no mercado da moda entre 1816 e 1859.

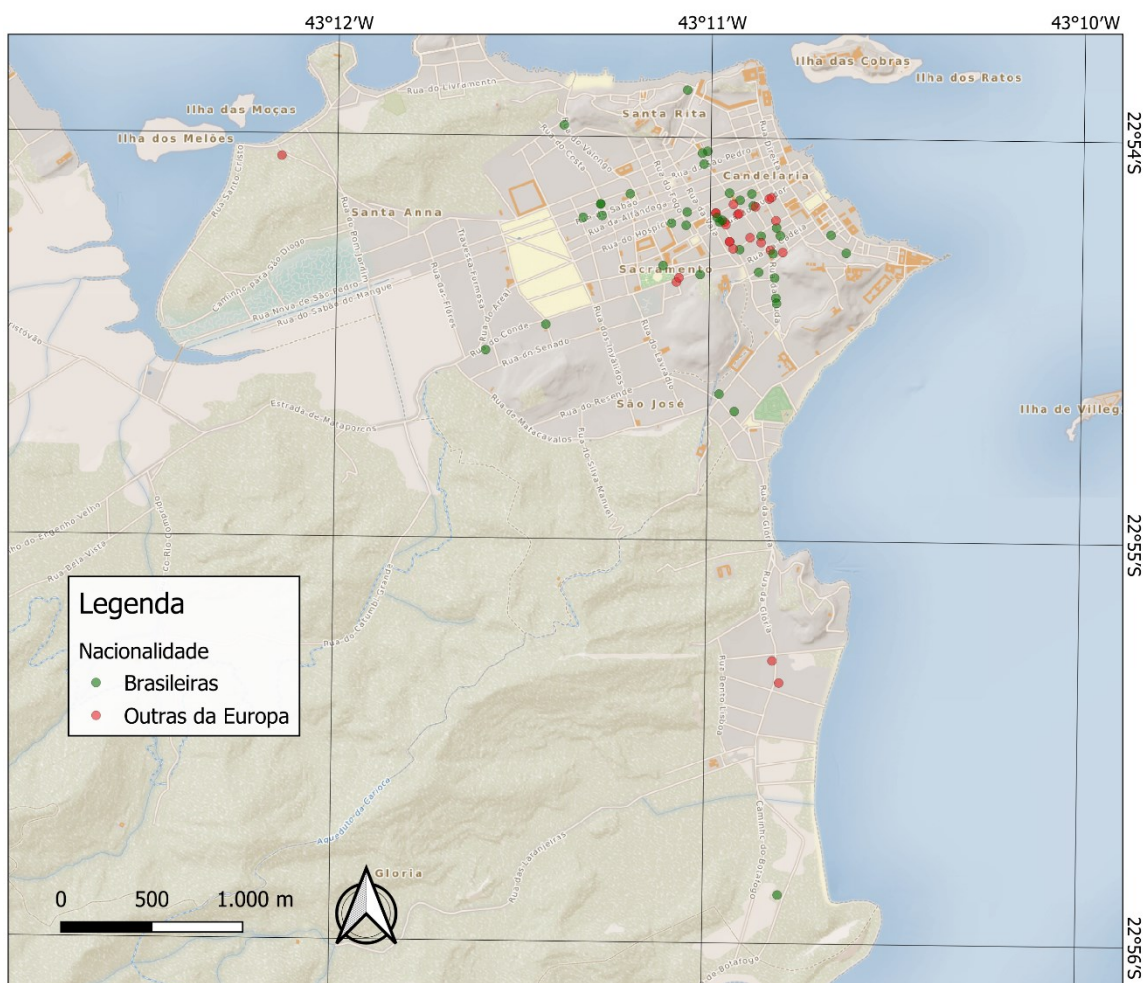


Fonte: Elaboração própria a partir de *ImagineRio*. Disponível em: <https://www.imagineRio.org/pt/map>. Acessado 30 de nov. de 2023.

Em contraste, a Figura 33 apresenta a localização de mulheres brasileiras e de outras nacionalidades europeias. Destaca-se o número muito menor de mulheres não francesas identificadas nesta tese. Além disso, em termos proporcionais, as brasileiras identificadas (em muitos casos não nominalmente) estavam muito mais dispersas na região central: havia sim mulheres não francesas na rua da Ajuda, ou na rua dos Latoeiros, regiões que ganharam importância no mercado da moda com o passar das décadas; porém, a título de exemplo, apenas

uma mulher brasileira identificada pela nossa pesquisa se situou na rua do Ouvidor. Isto é, se haviam algumas poucas francesas fora do centro, proporcionalmente as não francesas eram muito mais marginalizadas em termos geográficos – e, provavelmente, em termos sociais.

Figura 33 - Mapa das localizações anunciadas por brasileiras e europeias no mercado da moda entre 1816 e 1859.



Fonte: Elaboração própria a partir de *ImagineRio*. Disponível em: <https://www.imagnerio.org/pt/map>. Acessado 30 de nov. de 2023.

Em contraste com o período de 1816 a 1830, o acelerado crescimento de modistas e costureiras no Rio de Janeiro entre 1830 e 1840 se dá em um contexto em que há o crescimento de mulheres em anonimato. A falta de identificação pode ser atribuída ao custo dos anúncios em jornais diários, conforme discutido no Capítulo 1; isto é, a inclusão de nomes poderia resultar em um aumento nos custos de publicação, o que nos leva às modistas e costureiras que se encontravam mais distantes do centro, que, por conseguinte, se viam em uma posição financeiramente menos favorecida. As profissionais mais renomadas, na maior parte dos casos, resistiram aos desafios impostos pelo contexto histórico e permaneciam no exercício laboral

por períodos mais prolongados, inclusive em décadas subsequentes; por outro lado, as adversidades encontradas pelas profissionais mais marginalizadas muitas vezes representavam o fim dos seus negócios ou a adoção de estratégias drásticas de adaptação.

Em nossa pesquisa, observamos predominantemente que as mulheres buscavam contextualizar seus modelos de trabalho e se auto identificar. Dado que as Casas dependiam das modistas, da mesma forma que as modistas dependiam das Casas, referir-se e destacar seus nomes era crucial para a consolidação dessas mulheres no mercado da moda. Embora essa realidade não fosse universal para todas as mulheres envolvidas nesse setor, como já discutido anteriormente, a análise dos anúncios e processos de autoidentificação revela que aquelas que permaneciam anônimas constituíam uma minoria em termos numéricos.

A Tabela 1 apresenta o número de mulheres identificadas por nome nos anúncios pesquisados nesta tese.¹⁶⁰ O crescimento absoluto ocorre em todas a partir de 1820; em termos percentuais, as quatro mulheres identificadas entre 1816-1819 como “modistas francesas” representam cerca de 43% no período. A princípio podemos considerar esse número elevado, porém, com a baixa amostragem de mulheres identificadas em anúncios no período, essa afirmação não é tão simples. Considerando as décadas entre 1820 e 1850, podemos ver uma evolução considerável, onde 1830 e 1840 concentram a maior parte de anúncios não identificados o que pode ser explicado pelo aumento do número de mulheres que trabalhavam no mercado da moda.

Tabela 1 - Proporção de mulheres identificadas nominalmente em anúncios por década.

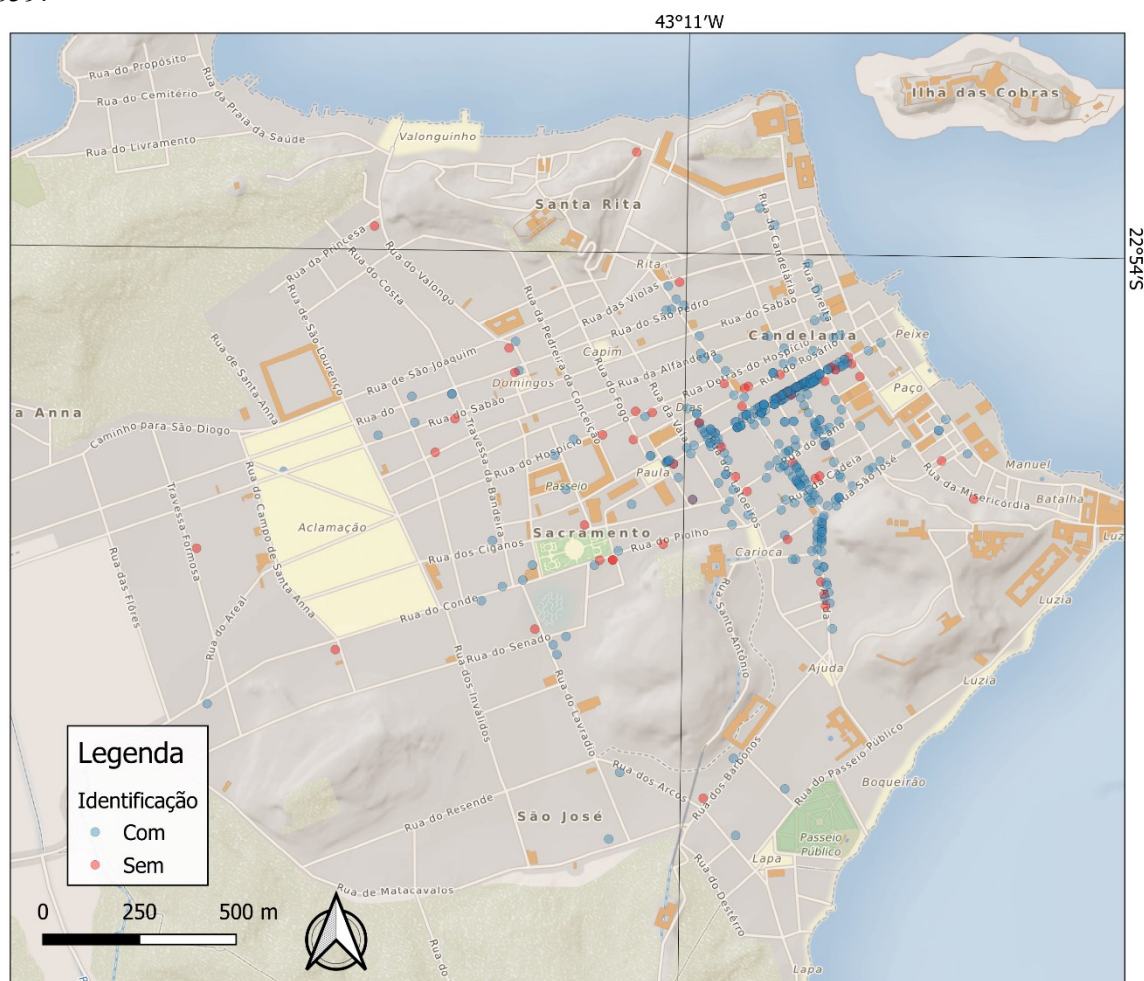
Identificação	1810	1820	1830	1840	1850	Total
Número de identificações nominal em anúncios						
Sem	3	3	8	21	23	58
Com	4	14	14	55	93	181
Total	7	17	22	76	116	239
Percentual de identificação nominal em anúncios						
Sem	43%	18%	36%	28%	20%	24%
Com	57%	82%	64%	72%	80%	76%

Fonte: Elaboração própria a partir dos anúncios pesquisados nos jornais citados nesta tese.

¹⁶⁰ Nesta tabela, consideramos todas as trabalhadoras encontradas em nossa pesquisa, quer fossem identificadas como costureiras, modistas ou modistas/costureiras.

A Figura 34 apresenta o mapa com a distribuição espacial das mulheres anunciadas com e sem identificação nominal. É possível notar que, apesar de anúncios não identificados em endereços próximos a rua do Ouvidor, no epicentro, e em outros endereços que ganharam destaque a partir de 1830, como a rua da Ajuda, proporcionalmente havia mais mulheres não identificadas distantes desses centros do que mulheres que se apresentavam a partir de seus nomes.

Figura 34 - Mapa das localizações anunciadas com e sem identificação nominal entre 1816 e 1859.

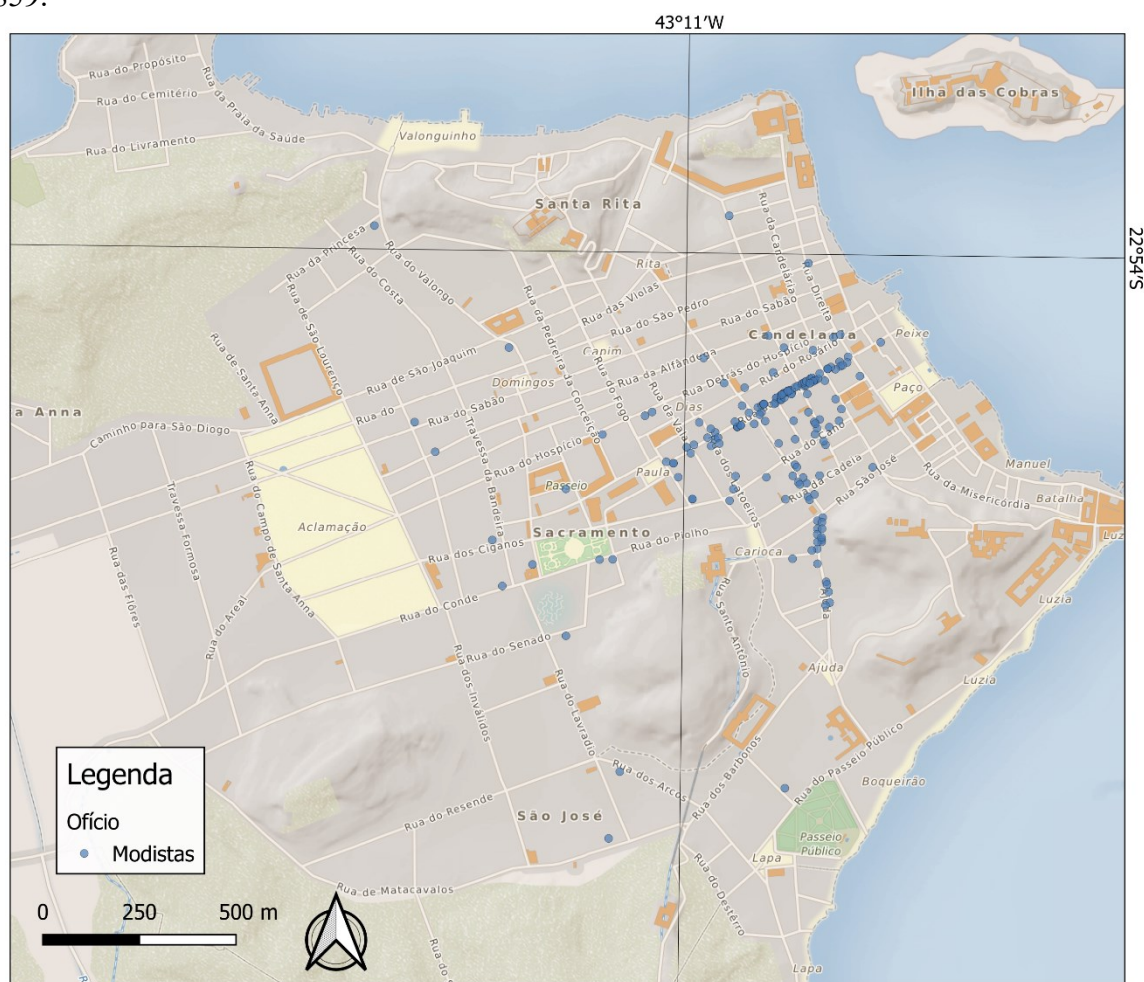


Fonte: Elaboração própria a partir de *ImagineRio*. Disponível em: <https://www.imagerio.org/pt/map>. Acessado 30 de nov. de 2023.

De forma complementar, neste capítulo também iremos discutir algumas outras diferenças nos anúncios de mulheres deste mercado, como a especificação do ofício entre modistas e modistas/costureiras. Essas distinções refletiam as estratégias de inserção das profissionais, buscando atrair públicos e estratos sociais distintos, ou então em ofertar diferentes tipos de produtos e serviços. Essa diferenciação, além de se correlacionar com outros aspectos

que serão explorados, também se reflete parcialmente na distribuição espacial. A Figura 35 apresenta o mapa de mulheres que se declaravam apenas como modistas.

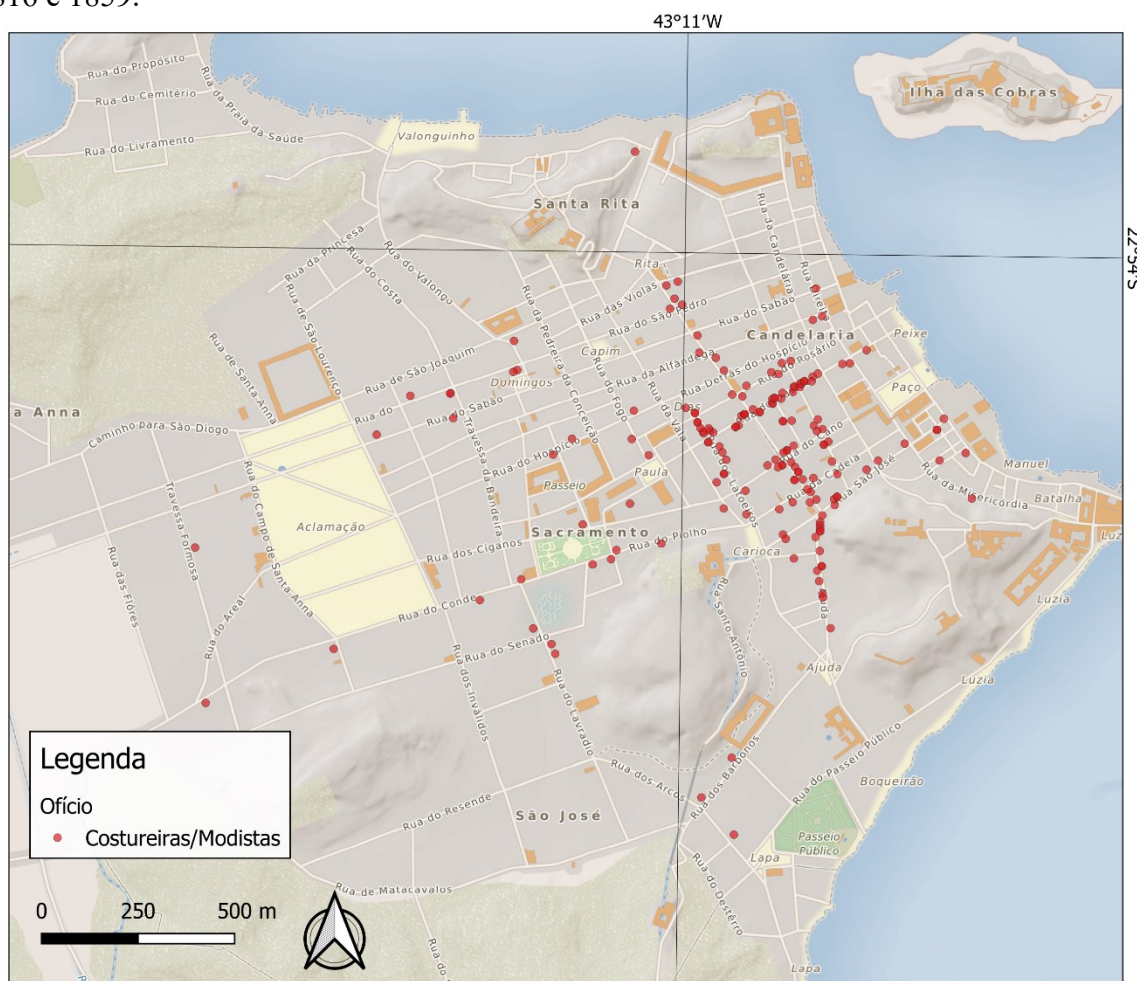
Figura 35 - Mapa das localizações anunciadas por mulheres ditas apenas modista entre 1816 e 1859.



Fonte: Elaboração própria a partir de *ImagineRio*. Disponível em: <https://www.imagerio.org/pt/map>. Acessado 30 de nov. de 2023.

A grande maioria de mulheres que se anunciavam apenas como modistas continuaram a se concentrar no Ouvidor e nas proximidades das ruas da Ajuda, Latoeiros, Ourives e Quitanda. Com o passar das décadas podemos observar também a presença dessas mulheres em regiões mais afastadas das freguesias da Candelária, Sacramento e de São José. No entanto, esse deslocamento não se deu na mesma proporção das mulheres que diziam também realizar o ofício da costura. A Figura 36 apresenta o gráfico de modistas/costureiras, mulheres que faziam parte desse mercado da moda, mas se anunciavam como modistas e costureiras, ou até mesmo apenas como costureiras.

Figura 36 - Mapa das localizações anunciadas por mulheres ditas também costureiras entre 1816 e 1859.



Fonte: Elaboração própria a partir de *ImagineRio*. Disponível em: <https://www.imagerio.org/pt/map>. Acessado 30 de nov. de 2023.

Isto é, a especificação do ofício da costura se tornou mais comum com o passar das décadas até mesmo no epicentro do mercado da moda; no entanto a expansão para regiões marginais está intimamente relacionada com as mulheres que diziam exercer o ofício da costura, que muitas vezes gostariam de manter o status associada ao ofício de modista, mas que também entendiam que, sendo costureira, poderiam atrair outras consumidoras e um público maior. Entendemos que essas mulheres trabalhadoras não possuíam grandes Casas de Moda e se limitavam, muitas vezes, ao exercício doméstico do ofício.

Nas próximas seções nos dedicaremos a explicitar, de forma mais específica, as modistas desse período. Iremos proceder com a análise concisa dos anúncios veiculados na imprensa, destacando suas semelhanças e diferenças. Para tanto, diversas subseções serão incorporadas a este capítulo, visando tornar mais patentes tais similaridades e destacar transformações nesse mercado. Observaremos que determinadas Casas de Moda e modistas

foram endossadas pelos periódicos, enquanto outras se dedicaram à confecção de vestuário tanto para mulheres quanto para homens, ou então que ofereciam outros tipos de serviço, como limpeza e lavagem, buscando ressaltar as diferentes características, contextos e estratégias dessas mulheres.

3.2 Cruzando histórias: registros de chegadas e anúncios nos jornais

Nasci no fim do século passado, em algum dia de janeiro...A vantagem é que eu vou envelhecendo sem saber a minha idade: sina de imigrante (Hatoum, 2000, p. 109).

O trecho citado anteriormente faz parte do romance *Dois Irmãos* do autor Michel Hatoum. Publicado em 2000, o romance conta a trajetória de uma família de imigrantes árabes que viviam em Manaus nos anos 1940. Halim, um dos personagens principais, nasceu no Líbano e veio para o Brasil buscando uma melhoria em sua vida e conseguiu através do comércio. A fala citada é de Halim que dizia ser sina de imigrante não saber ao certo a sua idade. Para a história contada nesta tese, percebemos que a idade de algumas das francesas que pesquisamos variavam entre os 20 e 30 anos. Colocamos, portanto, como uma idade média daquelas que imigravam para o Brasil. Jovens e com esperança de uma vida melhor, registravam-se na Polícia da Corte e começavam suas trajetórias. Algumas dessas histórias serão recontadas a seguir e se assemelham em muitos aspectos.¹⁶¹

Nesta subseção, empreenderemos uma análise concisa das modistas que figuraram nos Registros de Entrada e Saída de Estrangeiros na Polícia da Corte. Embora haja a presença de outras mulheres nessa documentação, a carência de fontes nos impediu de traçar conexões entre suas narrativas, impossibilitando-nos de compreender integralmente todas as trajetórias. Portanto, nesta parcela específica da análise, determinadas modistas foram selecionadas para figurar-se neste trecho, delineando assim outras histórias que compartilhem semelhanças com as suas.

D. Jenny Rivière, modista, francesa, 26 anos, chegou ao Brasil em 1828 (BR RJANRIO 0E.COD.0.1102). Abriu, em 1830, loja de modas na rua do Ouvidor nº 102 e em 1834, aos 30 anos, decidiu retornar à França, mas agora acompanhada de seu marido, também francês, e da

¹⁶¹ Para que o texto não ficasse repetitivo, optamos por não inserir no corpo do texto todas as modistas e costureiras encontradas em nossa pesquisa. Entretanto, é válido salientar que tais informações estão integralmente disponíveis no apêndice, possibilitando ao leitor consultar todos os nomes identificados.

filha do casal (COD.381, V. 05, mar. 1834 - out. 1834). Assim como muitas mulheres, Mme. Rivière se inseriu nos negócios da moda e conseguiu, rapidamente, abrir um estabelecimento. A passagem breve de Rivière pelo Brasil demarca que a estadia por aqui era uma tentativa de se estabelecer que nem sempre culminava em resultados positivos. A estadia da modista francesa na corte, além disso, demonstra que designar-se como modista para Polícia Civil da Corte, no registro de entrada no país, não indicava um sucesso ou notoriedade do estabelecimento. Mme. Christina Dillon, por exemplo, teve seu registro efetuado como acompanhante do marido e sua Casa de moda teve importância significativa no mercado da moda, inclusive sendo a instrutora de Catharina Dazon, conforme demarcado anteriormente.

No ano seguinte, em 1831, J. J. Brouke, vendeu sua Casas de Moda, localizada na rua do Cano, para as Mmes. Josephine e Marta Dutet. Ambas possuíam o mesmo sobrenome, o que sugere um parentesco entre elas. Poderia tratar-se de um caso de primas ou irmãs que se associaram com o objetivo de compartilharem o mesmo estabelecimento. Além da loja, dividiam o desejo de aprimorar suas condições de vida, levando-as a imigrarem para o Rio de Janeiro.

J. J. Brouke, participa ao respeitável público que é datar do dia 06 de janeiro o armazém de modas e fazendas francesas, que tinha na rua do Cano nº 20, pertence por venda que fez as Sras. Josephine e Marthe Dutet e Comp, e que ele fica somente com a sua casa de consignaçon de navios na mesma rua e casa (*Jornal do Comércio*, n. 122, 1831, p. 3).

Josephine Dutet, ao contrário de Rivière, já se encontrava no país desde a década de 1820 (BR RJANRIO 0E.COD.0.423, v.3/f.226B). Tal fato evidencia que, embora suas trajetórias fossem semelhantes, nem todas as mulheres recém-chegadas conseguiram estabelecer-se prontamente, sendo as condições individuais um fator determinante na estabilidade de cada uma. Outra distinção entre elas é que Mme. Dutet adquiriu uma Casa de Moda já estabelecida, o que lhe conferiu uma clientela existente e produtos prontamente disponíveis.

Em 1834 desembarcava no país o casal Dreux. Luís Augustino Dreux, negociante francês à época com 33 anos e sua esposa, Maria Josephina Dreux. Eles chegaram no Rio de Janeiro, mas rapidamente, ainda no mesmo ano, retornaram à França (BR RJANRIO 0E.COD.0.381, v.5/f.094vA). Certamente, ao explorar a cidade e considerar a viabilidade de estabelecer residência, o casal não poderia ser classificado como economicamente desfavorecido. Já que, como destacado, a viagem de Havre para o Rio de Janeiro não constituía uma empreitada de baixo custo. Fato é que ambos gostaram do clima e das possibilidades da

corte brasileira já que retornaram, em 1837, dessa vez com o filho (BR RJANRIO 0E.COD.0.414, v.03/144, f.036).

Na rua do Ouvidor nº 5, Mme. Dreux e seu marido estabeleceram uma loja de moda que contava com a prerrogativa de Mme. Dreux ser modista de SS. AA. II. Francesas, além de declarar que se correspondia com as “primeiras casas de moda daquela capital”, comercializava fazendas e adornos, mas o foco do estabelecimento era os chapéus, para o dia e para a noite (*Jornal do Comércio*, n. 272, 1837, p. 4). Somente em 1837, Mme. Dreux foi anunciada vinte de quatro vezes nos jornais indicando que a modista, recém-chegada ao universo da moda, estava determinada a se fazer conhecida na corte e que investiu monetariamente nesse objetivo já que seus anúncios continham aproximadamente 460 letras o que, de acordo com os cálculos citados anteriormente, seria correspondente ao pagamento de, aproximadamente, 920 réis.¹⁶² A quantidade de vezes que Mme. Dreux foi anunciada no *Jornal do Comércio* demarca, mais uma vez, que não era uma mulher pobre, ainda que tivesse migrado com o objetivo de melhorar de vida e investir no país do Sul global.

Em 1836, Mme. Lenoir desembarcou no Rio de Janeiro acompanhando seu marido, o negociante Auguste Lenoir (BR RJANRIO 0E.COD.0.381, v.8/f.008v). Em semelhança a Mme. Rivière, de 1837 a 1847 estabeleceu Casa de Moda na rua da Ajuda, nº 24 (*Almanaque Laemmert*, n. 1, 1844, p. 187). Precisou, contudo, de auxílio para continuar com os negócios e, em 1844, admitiu a sociedade como o senhor Dupasquier (*Jornal do Comércio*, n. 44, 1847, p. 3). Com o fim da sociedade, precisou transferir-se para o nº 13 (*Almanaque Laemmert*, n. 6, 1849, p. 356), talvez em uma tentativa de demonstrar de forma mais evidente as mudanças de seu negócio. Sempre na rua da Ajuda, na década de 1850 Mme. Lenoir ainda figurava entre as principais modistas da corte que estavam presentes no *A.L.*

Embora não tenhamos informações conclusivas sobre a permanência de Mme. Lenoir no Brasil, identificamos que Adelaide Theresa Lenoir, filha de Justine e Augusto Lenoir, se casou com Giuseppe Giacomo no Rio de Janeiro, em 1879 (Brasil, Arquidiocese da Candelária, Casamentos Paroquiais, 1866 – 1887).¹⁶³ O casamento de sua filha no Brasil demonstra que parte dessas modistas que migraram para o país, mais precisamente para o Rio de Janeiro,

¹⁶² Ao pensarmos que os jornais eram publicados diariamente, anunciar-se 24 vezes poderia configurar dois anúncios por mês, um número que em primeiro momento pode parecer pouco, mas quando colocado em comparação com as demais, percebemos que era uma quantidade relevante.

¹⁶³ Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/1:1:6X8G-VYCS>. Acessado 03 de jun. 2023.

permaneceram na América ou, pelo menos, seus filhos estabeleceram vidas nas terras americanas.

Em 1836, entrava no Brasil, pelo porto do Rio de Janeiro, Francisco Lumau (BR RJANRIO 0E.COD.0.381, v.7/f.072), francês e marceneiro, vindo por um navio que partira de Havre, como era costumeiro no período, indicando, portanto, que saía de uma área próxima à Paris (Menezes, 2024). Mme. Lumau, por sua vez, inaugurou, nesse mesmo ano, uma Casa de Modas na rua da Cadeia (*Jornal do Comércio*, n. 25, 1836, p. 4). Assim como as modistas da década anterior, Mme. Lumau recorreu a uma retórica já conhecida: ser uma modista de Paris. Utilizando esse recurso e da provável qualidade do seu trabalho, ela ganhou popularidade entre as consumidoras e seu comércio cresceu. Publicou diversas vezes nos jornais e mudou-se para um endereço que condizia mais com o seu modelo de loja: a rua dos Ourives (*Jornal do Comércio*, n. 25, 1836, p. 4).

Nesse sentido é possível constatar uma marcante dualidade do período: apesar das observações críticas feitas pelos periódicos no começo da década de 1830, as modistas francesas ainda possuíam uma notoriedade simbólica na capital do Brasil (Bourdieu, 2008) e continuaram desembarcando no porto fluminense. No começo da década de 1830, desembarcaram no Brasil Henrique Maillard e Luísa Susana Maillard (BR RJANRIO 0E.COD.0.423, v.6/f.103vB). Em 1837, a senhora Maillard abria sua própria Casa de moda na rua do Ouvidor, nº 135, informava a futura clientela que era uma modista/costureira chegada recentemente de Paris. A empreitada, que não era sucesso garantido, ainda que um mercado lucrativo, resultou no retorno de Luísa Maillard para Havre, em 1841 (BR RJANRIO 0E.COD.0.417, v.8/f.246Ddf).

Podemos afirmar que as histórias interpretadas com base nas fontes exploradas neste capítulo nos permitem entender um pouco da história fluminense dos anos 1830-40 a partir do mercado da moda no período. O contexto geral apresenta fortes disputas políticas, em que a tentativa de construção de um imaginário nacional refletia diretamente na visão sobre as modistas francesas na corte; porém, o *status* por elas adquirido reforça a existência de uma dualidade muito presente nesse mercado: ao mesmo tempo que era desejado que se tivesse os produtos do melhor gosto parisiense, a tentativa era crescente na direção da preferência pelo nacional.

Por outro lado, em relação às profissionais modistas e costureiras, a inserção de novos nomes, com menor expressão e de outras nacionalidades, era crescente, mas sem que houvesse um desmanche da hierarquia existente. Isso se relaciona intimamente também a expansão de um mercado consumidor que, talvez, até gostaria de ter os melhores produtos das melhores

modistas e costureiras; mas que não poderia ser capaz de comprar dos armazéns, ou das Casas de Moda, comandados pelas senhoras francesas. Se as modistas e costureiras eram atores - no sentido político do termo - do Rio de Janeiro oitocentista, por outro lado elas também eram sujeitas, buscando se adaptar as narrativas e aos desafios da época. Na próxima sessão nos dedicaremos a analisarmos outras histórias presentes em nossas fontes e deslindadas neste trabalho.

3.3 Costurando relações no mapa da moda

Vende-se a posse da chave de loja com armação e vidraças, muito própria para alfaiate ou modista; trata-se na mesma rua [do Ouvidor] nº139 (*Diário do Rio de Janeiro*, 1844).

O anúncio transcrito acima assemelha-se a muitos outros encontrados nos jornais do período. Diversas Casas no centro da corte eram vendidas, traspassadas ou alugadas para as modistas e era destacado em seus anúncios que eram “própria para modista”. Nessa publicação em questão, o anunciante fez questão de frisar essa relação enfatizando que o imóvel possuía uma armação e vidraças. Era comum encontrarmos nas lojas da rua do Ouvidor, a exposição das peças em vidraças, evidenciando uma inovação para o período e mais uma influência oriunda da capital francesa. Em contraponto, parece difícil imaginar que uma modista que tinha sua loja na rua do Conde, por exemplo, próxima a Praça da Constituição, possuísse vidraças onde expunha os produtos comercializados em sua loja.

O propósito desta seção é articular as narrativas apresentadas e suas interconexões, configurando o que denominamos de "mapa da moda". Conforme delineado anteriormente, concebemos o mapa da moda como a representação da transição e expansão social e geográfica das modistas durante as décadas de 1830 e 1840. Portanto, essa subseção compreende uma série de subseções destinadas a organizar as numerosas histórias descobertas ao longo do processo de pesquisa. Com base em similaridades identificadas, buscaremos traçar algumas das trajetórias encontradas, proporcionando uma visão mais coesa e abrangente do fenômeno em questão.

Dez anos antes do anúncio de venda da loja na rua do Ouvidor, encontramos a modista francesa Hortense Lacarrière que tinha, em 1834, um estabelecimento no número 211. Transferiu-se, no ano seguinte, para o número 90, onde antes funcionava a Caixa de Amortização, mencionando um ponto de referência para que suas consumidoras pudessem

encontrá-la com mais facilidade (*Jornal do Comércio*, n. 245, 1835, p. 4). Posteriormente, ela esteve presente nos números 64 B e 68 na mesma rua. Hortense Lacarrière dividia o número 64 com a modista Mme. Murat que estava no número 64 A; em 1849 divulgou na imprensa que estava alugando a Casa do número 64 pois teve que mudar-se para o 68 que, provavelmente, possuía uma estrutura maior para comportar o estabelecimento de Lacarrière que estava em crescimento (*Jornal do Comércio*, n. 323, 1849, p. 3). Mme. Murat, ainda que estabelecida próximo a Mme. Lacarrière não atingiu o mesmo nível prestígio; tal discrepância pode ser explicado pela ausência de relações que Murat estabeleceu, em contraponto a Hortense Lacarrière.

Mme. Lacarrière, nesse período, fazia viagens de ida e volta para Europa, possivelmente comprando produtos a serem comercializados em seu estabelecimento (BR RJANRIO 0E.COD.0.417, v.05/237, f.139). Mme. Lacarrière assegurava sua popularidade através dos inúmeros anúncios nos jornais dedicados às mulheres, como: *A Marmota* e o *Jornal das Senhoras*, ambos publicados durante a década de 1850. No *Jornal das Senhoras*, apenas no ano de 1854, Mme. Hortense foi mencionada onze vezes e elogiada em todos os artigos em que foi citada. No trecho a seguir, Hortense foi indicada por Alina, jovem que assinava uma série de crônicas no jornal; nesta seção ela comentava sobre os figurinos e os bailes de final de ano:

As nossas assinantes encontrarão um lindo sortimento destes distintos manteletes no Armazém do Sr. Wallerstein e no de Mme. Hortense Lacarrière, onde também poderão apreciar as magnificas fazendas leves, de seda, linho ou algodão, apropriadas a estação (*Jornal das Senhoras*, n. 53, 31 de dez. 1854, p. 2).

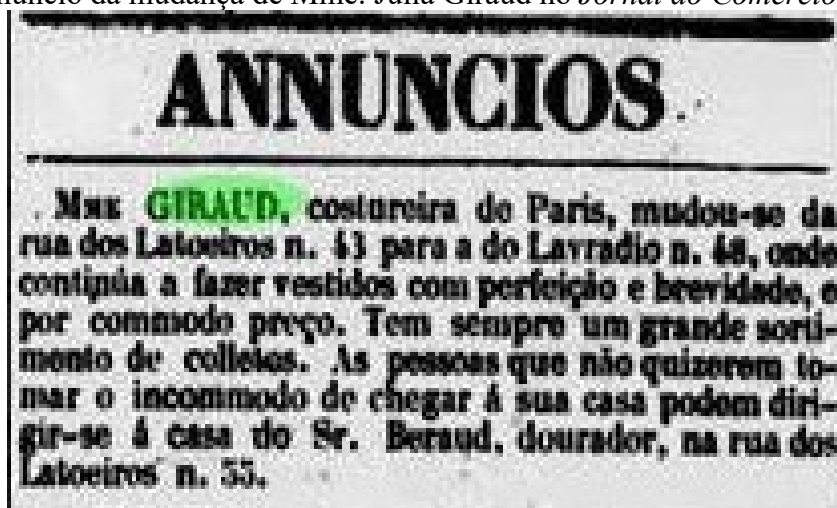
Para um bom funcionamento das grandes Casas de Moda era preciso não só contar com um bom relacionamento com a clientela, mas também com as suas trabalhadoras, principalmente as contramestras e primeiras costureiras, responsáveis pela “oficina de costura”. Essa dinâmica relacional possuía uma reciprocidade bilateral pois era mutuamente benéfica: para as costureiras, estabelecer-se em uma Casa reconhecida entre a elite fluminense era vantajoso, proporcionando-lhes uma visibilidade significativa; e para Mme. Lacarrière, que poderia contar com o auxílio de profissionais competentes. Por isso, Mme. Lacarrière não conduzia suas atividades de forma solitária e seguiu trabalhando com muitas modistas e costureiras enquanto esteve ativa. Uma das suas colaboradoras proeminentes foi Mlle. Louise Frey, que, posteriormente, por volta de 1855, optou por seguir de maneira independente. Nesse ponto, Louise Frey provavelmente tinha cerca de 50 anos de idade, considerando seu

nascimento em julho de 1805 na França.¹⁶⁴ Sua decisão de prosseguir com empreendimento próprio ocorreu em um momento em que já gozava de reconhecimento na corte.

Além de Mlle. Frey, Mme. Lacarrière contou com o auxílio de Mme. Julia Giraud que, posteriormente, também passaria a trabalhar sozinha. Giraud desempenhou funções em sua Casa desde a década de 1830 até 1849, possuindo habilidades na confecção de vestidos e camisas, conforme esperado de uma modista e costureira em sua época.¹⁶⁵ Em 1849, Mme. Giraud optou por seguir sozinha em seu próprio estabelecimento e, por isso, saiu da loja na rua do Ouvidor e abriu um comércio no sobrado do número 101 da rua da Quitanda (*Jornal do Comércio*, n. 256, 1849, p. 4). Posteriormente, Mme. Giraud retornou à rua do Ouvidor nos números 124 e 69. No entanto, antes desse retorno, durante a década de 1850, colaborou com Mme. Chevalier, conforme abordado no primeiro capítulo.

A trajetória de Julia Giraud no mercado da moda se delineou desde seu papel inicial como auxiliar de Mme. Lacarrière, passando por períodos de atuação independente, colaboração com Mme. Chevalier – proporcionando-lhe acesso a um mercado previamente desconhecido – e, por fim, voltou a trabalhar sozinha. Ao pesquisarmos sobre Julia Giraud nos parece factível dizermos que a costureira que se declarava parisiense costurou, à época, para várias modistas francesas, além de ter sua própria Casa de Moda. É provável que Giraud atuasse como contramestra em muitos desses estabelecimentos e regesse, portanto, as costuras das lojas.

Figura 37 - Anúncio da mudança de Mme. Julia Giraud no *Jornal do Comércio*.



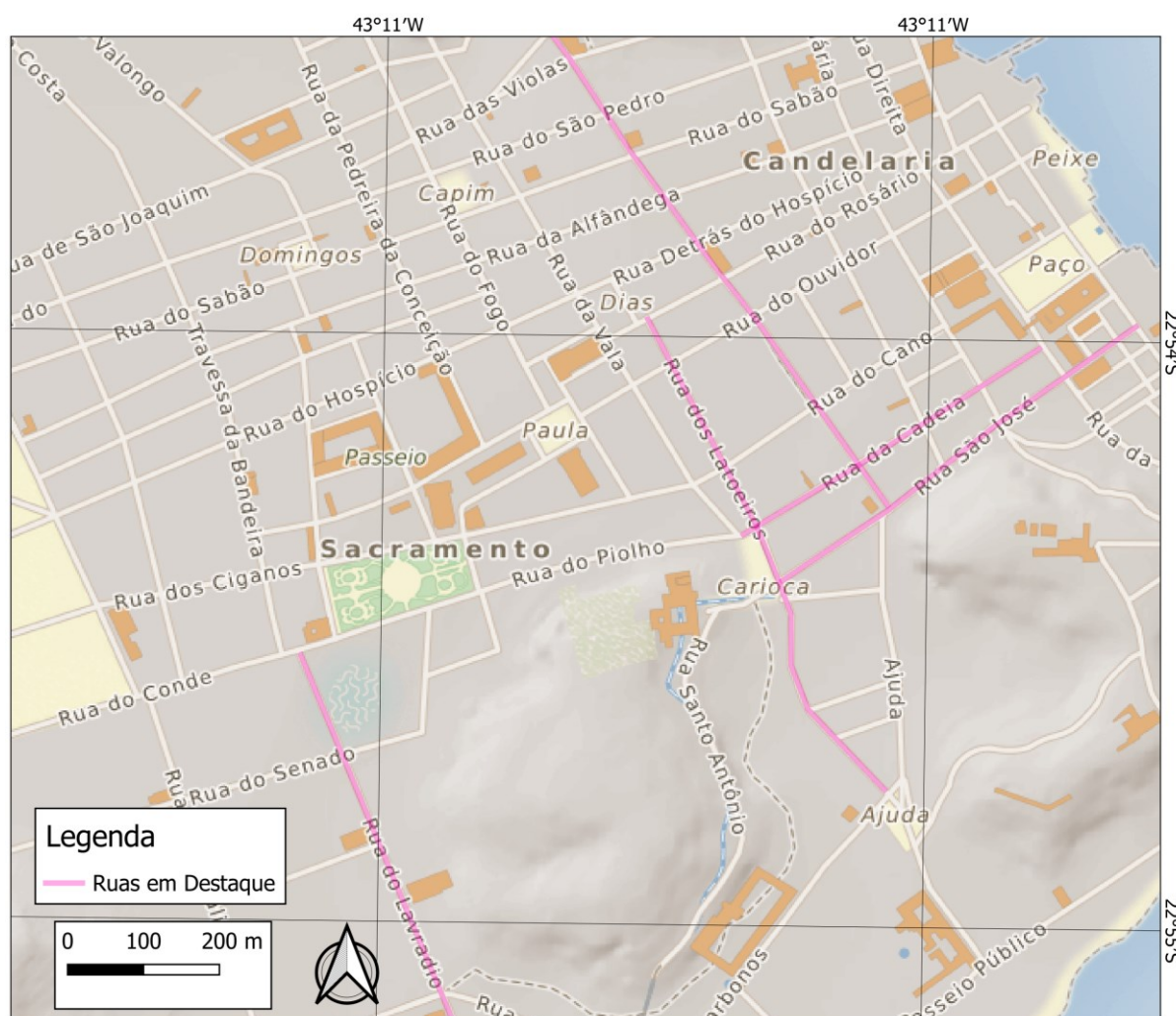
Fonte: *Jornal do Comércio*, n. 346, 1852, p. 2.

¹⁶⁴ Certidão de nascimento disponível em: <https://familysearch.org/ark:/61903/1:1:FMZC-37J>. Acessado 10 de ago. 2023.

¹⁶⁵ Durante esse período, Mme. Giraud também esteve associada a Mme. Chevalier em endereço na rua do Nova do Ouvidor nº 22, 1 andar (*Jornal do Comércio*, n. 108, 1842, p. 4).

A rua dos Latoeiros (hoje em dia, rua Gonçalves Dias) ficava relativamente próxima à rua do Lavradio. Atualmente é possível fazer esse trajeto em cerca de 15 minutos a pé, no entanto, no Oitocentos havia o Morro de Santo Antônio entre as duas ruas que, apenas no século XX, fora demolido dando lugar a atual Avenida Chile. É certo que a rua do Lavradio não ficava tão próxima ao epicentro da moda como a dos Latoeiros e, talvez por isso, Mme. Julia Giraud sugeria alternativas de compra para àquelas consumidoras que não quisessem ir até sua loja, conforme registrado na Figura 37 apresentada acima: “as pessoas que não quiserem tomar o incomodo de chegar à sua casa podem dirigir-se à casa do Sr. Beraud, dourador, na rua dos Latoeiros, nº 33” (*Jornal do Comércio*, n. 346, 1852, p. 2).

Figura 38 - Mapa do ano de 1850 com as ruas do Latoeiros, do Lavradio, Ourives, Cadeia (Assembleia) e São José em destaque; no meio, entre as ruas do Latoeiros e Lavradio, o Morro de Santo Antônio.



Fonte: Elaboração própria a partir de *ImagineRio*. Disponível em: <https://www.imagerio.org/pt/map>. Acessado 30 de nov. de 2023.

No ano seguinte, em 1853, Mme. Giraud mudou-se para a rua dos Ourives no sobrado do nº 38 (uma das ruas que se encontra destacada na Figura 38). Em 1854, Julia Giraud mudou-se para a rua da Assembleia, nº 58 (*Diário do Rio de Janeiro*, n. 299, 1854, p. 4). Posteriormente, em 1856, Mme. Giraud passou a trabalhar na loja de Mme. Chevalier. Em razão das constantes mudanças de Giraud é factível conjecturar que a costureira encontrou desafios na consolidação de sua própria loja e, por fim, optou por voltar a trabalhar auxiliando outra modista. O ano de 1856 foi desafiador para Mme. Giraud já que neste período seu marido Antônio Giraud, nascido na França e impressor maquinista empregado no *Jornal do Comércio* e no *Correio Mercantil*, veio a falecer (*Diário do Rio de Janeiro*, n. 24, 1856, p. 3). Possivelmente em decorrência desse evento, Mme. Julia estava trabalhando em dois lugares simultaneamente: na rua São José (*Correio Mercantil*, n. 11, 1856, p. 3) e na Casa de Mme. Chevalier.

Em razão de necessidades financeiras, ainda no ano de 1856, Mme. Giraud deslocou-se da rua São José e estabeleceu-se na Praça da Constituição, número 8, conforme indicado no anúncio. Nesse novo contexto, Mme. Giraud passou a se autodenominar como costureira modista, em contraste com sua designação anterior de apenas costureira (*Correio Mercantil*, n. 137, 1858, p. 4). No ano subsequente, 1857, deixou a Casa de Mme. Chevalier e mudou-se para a rua da Ajuda, estabelecendo-se em um sobrado no número 8 (*Correio Mercantil*, n. 23, 1857, p. 3). Finalmente, em 1858, Mme. Julia Giraud transferiu-se para a renomada rua do Ouvidor, ocupando uma residência no número 169 (*Correio Mercantil*, n. 264, 1858, p. 3). Em 1859, registros publicados no *Correio Mercantil* indicam anúncios de Mme. Julia Giraud na rua da Valla, número 55 (n. 96, p. 3). No ano seguinte, em 1860, a encontramos na Praça da Constituição, número 13, colaborando na Casa de Mme. Forain, conforme apontado no *Diário do Rio de Janeiro* (n. 193, p. 4).

A trajetória de Mme. Giraud e as interações estabelecidas com outras modistas da corte sugerem que a profissional enfrentou desafios financeiros ao procurar estabelecer-se em um único local, resultando em mudanças frequentes entre diversas Casas e períodos em que trabalhava de forma independente. Após um intervalo de cinco anos, em 1865, identificamos Mme. Giraud na Travessa da Barreira 2B, uma rua adjacente à Praça da Constituição (*Diário do Rio de Janeiro*, n. 12, 1865, p. 4). Subsequentemente, não encontramos mais referências à modista em nossas fontes, mas a notável frequência de mudanças de endereço delineou a trajetória de Mme. Julia Giraud que mesmo diante do falecimento de seu esposo, demonstrou

resiliência, permanecendo ativa e constante na corte. Enquanto isso, em 1859, a Casa de Mme. Lacarrière ainda era citada nos periódicos:

Seja como for, minhas leitoras, uma só dentre vós não quererá apresentar-se na Phil'Euterpe ou no Club com um vestido, que fez a sua estreia na estação passada; a moda repelia semelhante economia, e nada há menos gracioso do que fazer oposição a moda.

Além disso as costureiras precisam ganhar o pão cotidiano; as casas de Lacarrière, Seraut, Dazon, Vallerstein, Décap e tantos outros, muniram-se convenientemente dos mais primorosos tecidos apropriados a quadra, que atravessamos, e convém dar-lhes a devida extração (*Revista Popular*, n. 2, 1859, p. 192).

No trecho citado acima, o artigo publicado na *Revista Popular* faz uso de uma retórica muito disseminada no universo da moda: a não repetição de um traje. Essa ideia começa a ser mais difundida a partir da segunda metade do século XIX; na prática, todo o universo da moda fluminense passou por significativas mudanças nesse período que se referia desde os moldes das roupas até os ateliês de costura que se espalharam pela cidade (Monteleone, 2016). Por conseguinte, Mme. Hortense Lacarrière e sua loja ultrapassaram essas interfaces e permaneceram presentes no cotidiano fluminense. Um artigo de moda cumpria um papel de ensinar o que e como deveriam utilizar os trajes, assim as mulheres poderiam reproduzir tais roupas nos bailes do período (Monteleone, 2016).

Logo, o *Jornal das Senhoras* exercia exatamente a função de indicar “melhores costureiras (...) do Rio de Janeiro”, enquanto a *Revista Popular* ensinava a forma como deveriam utilizar seus trajes, como a necessidade de não os repetir. Além de suas atividades como modista, Mme. Lacarrière recebeu um convite de Próspero Diniz, em 1852, para colaborar com a coluna de moda veiculada no jornal *A Marmota*, folha que Diniz dirigia no período (Reis, 2020). De acordo com o Próspero Diniz, Hortense Lacarrière era uma das melhores modistas de sua época e por isso a recomendava frequentemente: “Indica então a Mme. Hortência (...) que os tem fabricado com arte [os coletes], de todos os tamanhos e todas as qualidades. Além disso, a casa de Hortência também oferece os melhores chapéus de seda e veludo” (*A Marmota*, n. 147, 1852, p. 1).

Mlle. Louise Frey, por sua vez, teve uma trajetória comum à de muitas modistas pesquisadas: iniciou sua carreira no mercado da moda auxiliando uma modista já renomada – Mme. Lacarrière; posteriormente, abriu seu próprio negócio na rua Nova do Ouvidor nº 32, segundo andar (*Jornal do Comércio*, n. 94, 1855, p. 4); um ano depois mudou para a rua do

Ouvidor – entrada pela rua dos Latoeiros nº 78 – (*Jornal do Comércio*, n. 132, 1856, p. 3);¹⁶⁶ conquistou tamanho sucesso nos anos finais da década de 1850 e começo de 1860 que passou a ser modista da S. M. Imperatriz e publicava anúncios específicos para consumidoras francesas que morassem no Brasil (*Courrier du Brésil*, n. 25, 1860, p. 6). Tornar-se modista da imperatriz configurou a ela, inclusive, a ida oficial para a rua do Ouvidor nº 119 (*Jornal do Comércio*, n. 72, 1860, p. 4).¹⁶⁷

A mudança de Mlle. Frey para esse endereço coincidiu com a saída dos negociantes e proprietários da Casa de moda Costa Aguiar e Andrade, estabelecidos anteriormente no mesmo local até o ano de 1859. Em 1860, no entanto, eles migraram para uma Casa na rua dos Ourives nº 34 A (*Almanaque Laemmert*, n. 17, 1860, p. 646), anteriormente ocupada pela Casa de Mme. Savary (*Almanaque Laemmert*, n. 5, 1848, p. 461). Esse episódio reflete as constantes mudanças de endereços no mercado da moda e como determinados locais eram, continuamente, demarcados pelo mesmo modelo de negócio.

Figura 39 - Anúncio de Mlle. Louise Frey no *Courrier du Brésil*.



Fonte: *Courrier du Brésil*, n. 30, 1860, p. 6.

¹⁶⁶ A ida de Mlle. Louise Frey para esse endereço se deu logo após a saída de Mme. Emília Costa do mesmo (*Jornal do Comércio*, n. 275, 1855, p. 4).

¹⁶⁷ Mme. Frey não foi a única modista a anunciar que trabalhava com a Imperatriz Teresa Cristina; anteriormente a ela temos Mme. Barat e Mme. Sophie Gudin – que, ao que tudo indica não tinha nenhum parentesco com a Mme. Gudin citada no 2º capítulo -. Trabalhar com a imperatriz certamente traria prestígios para essas modistas, no entanto, Mme. Frey e Mme. S. Gudin não alcançaram a popularidade de Mme. Barat ainda que estivessem com Casas de moda na mesma celebrada rua do Ouvidor, no caso de Mme. Gudin sua loja ficava no número 82 e 77 (*Almanaque Laemmert*, n. 5, 1848, p. 414).

Assim como Hortense Lacarrière ao longo da década de 1830-1840 é possível encontrarmos outras modistas francesas pelas ruas do Rio. A título de exemplo, temos Mme. Breton que se encontrava na cidade desde meados de 1830. Sua loja recebia tecidos e chapéus vindos da França e, nos jornais, destacava a origem dos seus produtos para suas consumidoras, além de comunicar que entre as suas ocupações, estaria disposta a engomar e fazer vestidos, dentre outras peças (*Jornal do Comércio*, n. 150, 1837, p. 4). Durante a década de 1830, Mme. Breton permaneceu na rua da Ajuda, mas esteve nos números 65 e 23. No decênio seguinte, transferiu-se para a rua do Ouvidor, nº 120 levando sua loja para uma localização mais central. Nos anos seguintes a modista continuou a receber produtos, principalmente chapéus e adornos de cabeça no geral, vindos da França e destacava que as peças além de virem do país francófono eram feitos por uma “modista afamada de Paris”. Nesse ínterim declarava produzir artigos baratos; contudo, os chapéus que vinham de uma distinta modista parisiense não eram exatamente acessíveis. De acordo com o artigo, cada chapéu que seguia “o último gosto de Paris” e que poderiam ser de “todas as cores” custava 6 mil e 500 réis.¹⁶⁸

Em consonância com suas contemporâneas, a Sra. Breton contratou outras mulheres para desempenhar funções em seu empreendimento. Essa foi a condição de Mme. Berard, que apesar de compartilhar o mesmo sobrenome, não possuía nenhum parentesco com a Mme. Berard que se dedicava a produção de joias. Mme. Berard trabalhou por muitos anos na loja de Mme. Breton e, posteriormente, em 1858 passou a oferecer seus serviços de costureira na rua do Rosário nº 98 (*Jornal do Comércio*, n. 345, 1858, p. 4). A relação laboral configura-se, assim, semelhante as citadas anteriormente com Mme. Lacarrière e suas colaboradores de forma que suas trajetórias se tornaram cada vez mais similares no continuar das análises.

¹⁶⁸ Esse era o preço que costumeiramente cobravam em chapéus e/ou adornos de cabeça, como podemos verificar nos capítulos anteriores. Além disso, também é possível constatar nos capítulos antecedentes que esse não era um valor “barato”.

Figura 40 - As primeiras ocupações da manhã por Thierry Frères e Jean Baptiste Debret, 1839.



Disponível em: <https://www.imagnerio.org/pt/iconography/views/2522110>. Acesso 26 de abr. 2023.

Na Figura 40 podemos ver um trecho da rua da Ajuda no começo do século XIX a partir da percepção dos pintores franceses Thierry Frères e Jean Baptiste Debret. No canto da figura é possível verificar um homem negro sentado vendendo o que parece ser um alimento. Além disso, vemos outras formas de trabalho acontecendo em um mesmo ambiente, o que nos indica ser um endereço movimentado. Por exemplo, é possível percebermos que um homem trabalha com o lampião; enquanto outro homem conversa com alguém que está no sobrado de uma casa enquanto segura um guarda-chuva semiaberto e olha para cima; e uma mulher está no centro da imagem pedindo esmola para um religioso. No mais, é perceptível que as vestes que os escravizados utilizavam e a ausência de sapatos os diferem do homem com o guarda-chuva olhando para cima e do religioso com uma bengala no centro da imagem.

Próximo à rua da Ajuda, na rua dos Latoeiros encontrava-se Mme. Louise Virginie Demay que havia entrado no país em fevereiro de 1840 (*Jornal do Comércio*, n. 42, 1840, p. 4), e nesse mesmo ano, já estava com loja no nº 81 da rua dos Latoeiros (*Jornal do Comércio*, n. 141, 1840, p. 4); ainda em 1840, Mme. Demay anunciou sua mudança para a rua do Ouvidor nº 137 (*Jornal do Comércio*, n. 297, 1840, p. 4). Mme. Demay, se autointitulava como costureira e, principalmente, como “a verdadeira fábrica de coletes para senhoras” já que era

especialista em coletes sem costura, mas também oferecia seus serviços de lavadeira de rendas e comercializava as luvas Jouvin¹⁶⁹ (*Jornal do Comércio*, n. 159, 1840, p. 4). Seus anúncios contavam com alguns recursos para atrair a atenção das consumidoras, como na Figura 41.

Figura 41 - Anúncio de Mme. Demay no *Jornal do Comércio*.



Fonte: *Jornal do Comércio*, n. 90, 1846, p. 4.

A insistente retórica pela veracidade dos produtos provavelmente derivou da produção de coletes em estabelecimentos distintos, comercializados sob a pretensão de pertencerem à linha de produtos da Sra. Demay. Em um de seus anúncios, a mencionada costureira enfatizou a importância de os consumidores não se deixarem iludir, declarando: "O respeitável público deve exercer cautela ao deparar-se com artigos supostamente sem emendas, os quais não têm origem nesta manufatura específica" (*Jornal do Comércio*, n. 333, 1847, p. 3). Em 1850 deixou seus coletes e sua fama sob os cuidados de Mme. Haugonté e leiloou os objetos restantes (*Jornal do Comércio*, n. 85, 1850, p. 4). Nesse período, como era costumeiro a quem saía do país, solicitou que seus credores lhe pagassem e, em especial, a modista francesa Rosine Faudot que, provavelmente, comprou produtos com Mme. Demay para serem revendidos, hábito também comum à época (*Jornal do Comércio*, n. 108, 1850, p. 3).

Seu grande sortimento de coletes a Mme. Haugonté, fabricante de coletes na rua da Ajuda nº 10 (...) autoriza, por um ato passado por tabelião, a esta senhora o poder de anunciar-se como sua única sucessora neste ramo de negócio; portanto, qualquer outra

¹⁶⁹ Nesse período, as Luvas de Jouvin faziam sucesso já que eram luvas que, de acordo com a composição de seu inventor – Xavier Jouvin – possuíam um tamanho único para caber em qualquer mão: “A construção e a forma das luvas se desenvolveram nos anos de 1840 e 1850, em parte devido à crescente publicidade e interesses dos fabricantes dado ao novo sistema de calibres de luvas - de Xavier Jouvin - revertendo a ideia de que era impossível dar qualquer formato e escala às luvas, a não ser usando uma como molde, cortando em pedaços e os copiando” (Andrade, 1998, p. 8).

fábrica ou pessoa que se intitular sucessora da anunciante, é inteiramente falsa (*Correio Mercantil*, n. 163, 1850, p. 4).

Mme. Haugonté, no entanto, mesmo com a alcunha de ser a “verdadeira fábrica de coletes”, teve que enfrentar a concorrência de outras modistas que se especializaram na produção de coletes, como Mme. Fornel, Mme. Camille, Mme. Gudin e Mme. Chavarel. Algumas destacavam-se das outras alegando serem as modistas e costureiras com Casas que forneciam essas peças para a família Imperial, como era o caso de Mme. Fornel e de Mme. Charavel. A esta última, inclusive, foi concedido o uso das armas imperiais nos seus anúncios, conforme consta a seguir: “foi concedido a Mme. Charavel o uso das armas imperiais em seu estabelecimento da rua de S. José nº 47, como *coleteira* de sua Majestade a Imperatriz e Altezas Imperiais” (*Correio Mercantil*, n. 19, 1859, p. 1).

Na loja de Mme. Haugonté, também chamada “Collete Preto”, como podemos observar na Figura 42, os coletes seguiam os moldes que se assemelhavam aos espartilhos. Ao que parece, a modista não se restringiu a um modelo único de colete, tendo produzido coletes, inclusive, para a Imperatriz e Altezas Imperiais. Essa variedade de produção sugere a possibilidade de Mme. Haugonté ter sido uma das modistas e costureiras responsáveis pela produção dos *trajes de emancipação*, que serão abordados no Capítulo 4.

Figura 42 - Anúncio da fábrica “Collete Preto” no *Diário do Rio de Janeiro*.

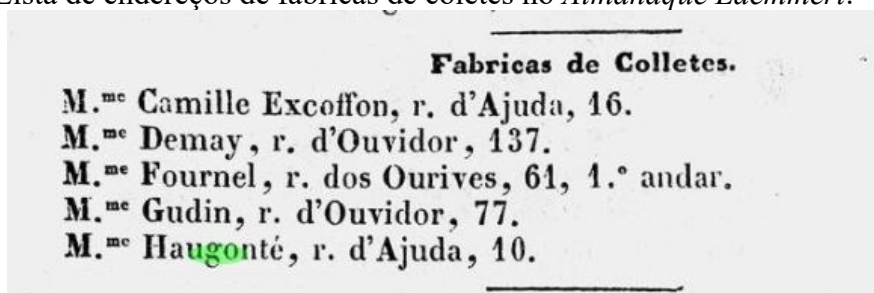


Fonte: *Diário do Rio de Janeiro*, n. 141, 1854, p. 3.

Com sua loja situada na rua da Ajuda nº 10, Mme. Haugonté conquistou a preferência das mulheres do Rio de Janeiro, tornando-se uma figura reconhecida no mercado de coletes. Contudo, ela recomendava aos seus clientes que se mantivessem vigilantes para evitar

confusões com outro estabelecimento localizado na mesma rua, possivelmente referindo-se ao comércio de Mme. Camille Excoffon (*Correio Mercantil*, n. 323, 1849, p. 4).¹⁷⁰ A loja de Mme. Haugonté permaneceu na corte até a década de 1880 e continuava a produção de coletes para senhoras e meninas. A durabilidade e a existência da sua loja até tempos tão longínquos indicam o êxito do seu comércio e, possivelmente, um nicho encontrado pela modista que se inseria dentro de um mercado muito plural e com variadas oportunidades, mas também muito concorrido.

Figura 43 - Lista de endereços de fábricas de coletes no *Almanaque Laemmert*.



Fonte: *Almanaque Laemmert*, n. 7, 1850, p. 419.

Um outro exemplo é Mme. Tracol, modista e costureira de Paris, que anunciou seu próprio estabelecimento aproximadamente quatorze vezes no *Jornal do Comércio* entre os anos de 1844 e 1849. Em 1844, Mme. Tracol estava divulgando seu comércio no endereço da rua do Ouvidor, nº 77, 1º andar, “Já vantajosamente conhecida por algumas das principais Casas dessa corte, que se dignaram honrá-la com a sua confiança, recomenda-se novamente ao público desta capital. (*Jornal do Comércio*, n. 108, 1844, p. 4). De acordo com Lená Medeiros (2024), Mme. Tracol realizava viagens para a região serrana do Rio de Janeiro, mais precisamente Petrópolis, e ficava na cidade interiorana no período que a família real brasileira também subia a serra fluminense. Assim, como parte da elite brasileira que ia em busca de uma melhor condição climática, é possível imaginar que Mme. Tracol percorria a região com o objetivo de não perder clientela e angariar novos consumidores. Segundo a colonista do *Jornal das Senhoras*, quem tinha condições financeiras subia a serra para não enfrentar os dias quentes do verão fluminense.

Estamos na nossa mais fervida estação (...) a risonha e florida Petrópolis (...) hoje festeja viçosa e cheia de seus perfumes a feliz chegada de suas Majestades Imperais

¹⁷⁰ Mme. Camille, modista que vendeu sua Casa para Mme. Menusier em 1860, era especialista em coletes femininos. Em 1857, anunciou que: No seu estabelecimento encontram-se sempre coletes à Maria Stuart, de puxar a barbatana, à preguiçosa e abertos na frente. Encarrega-se também de fazer qualquer qualidade de coletes à medida, com maior brevidade e preços muito moderados. Tem sempre 2,000 coletes para escolher (*Jornal do Comércio*, n. 40, 1857, p. 4).

(...). Ah é um gosto visitar Petrópolis nesse tempo! Quem nos resta a cidade? Quem! Eu vos digo... os de obrigação forçada, os que não tem uma habitação dada, comprada, emprestada ou alugada no campo, e os ambiciosos de ouro (n. 1, 1853, p. 2).

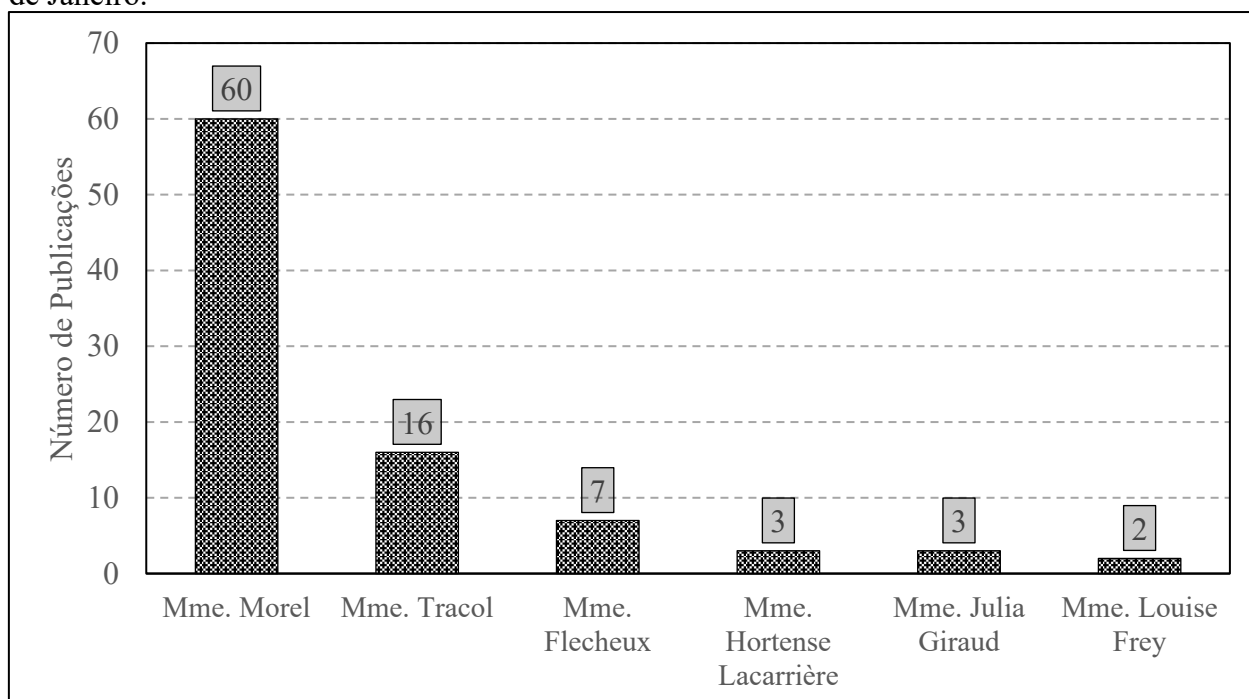
Nos primeiros anos de sua atuação no Rio de Janeiro, Mme. Tracol não trabalhava de forma independente. Até 1846 ela contava com a colaboração com Mlle. Julie Flecheux. Posteriormente, *Mademoiselle* Julie estabeleceu-se na rua do Ouvidor nº 49, onde anunciava a confecção de “toda e qualquer sorte de chapéus de senhora e vestidos da última moda”. Além disso, ela afirmava que, quando em Paris, atuava como modista e costureira para Mme. Alexandrine. Os anúncios de Mlle. Flecheux cessaram antes dos anúncios de Mme. Tracol, e a partir de 1847 não há mais registros de suas publicações como modista e costureira. Bem próximo à rua do Ouvidor, em endereço perpendicular, ficava o local para onde Mme. Tracol se mudou em 1848. Neste ano, o último em que apareceu nos periódicos da época, a modista e costureira parisiense tinha seu armazém na rua dos Latoeiros, nº 83, 1º andar (*Jornal do Comércio*, n. 83, 1849, p. 4).

Em anúncio publicado no *Jornal do Comércio*, Mlle. Flecheux destacou uma mudança de endereço, a nova loja da *Mademoiselle* estava bem instalada em um sobrado do nº 82, na rua do Ouvidor. Além disso, Júlia Flecheux não estava sozinha e contava com a colaboração de outra modista e costureira: Adèle Clarinival (n. 307, 5 de novembro de 1846, p. 3). Tendo feito a mudança da loja e a contratação de Mme. Clarinival, Mlle. Flecheux decidiu retornar à França em agosto de 1847, deixando o estabelecimento sob os cuidados de Adèle. A loja, no entanto, foi então posta a leilão e foram vendidos chapéus, manteletes, sedas, xales, lenços, entre outros produtos que eram comercializados em seu estabelecimento (*Diário do Rio de Janeiro*, n. 07588, 31 de agosto de 1847, p. 3). O registro da volta de Mlle. Flecheux pode ser encontrado nos jornais do período, que tinham como prática registrar quem entrava e saía dos portos fluminenses (*Jornal do Comércio*, n. 252, 12 de setembro de 1847, p. 4). Na década seguinte, em 1850, Mlle. Flecheux foi identificada no *A.L.* como uma das modistas e costureiras encontradas na cidade, indicando seu retorno ao Rio de Janeiro. O novo endereço da modista e costureira fora catalogado na rua da Quitanda nº 59 (*Almanaque Laemmert*, n. 7, 1850, p. 389).

Em 1841, notamos a presença de Mme. Morel, que, à semelhança de muitas modistas da época, ganhou destaque por sua frequente mudança de endereço. Mas o que nos chamou atenção para Mme. Morel foi a frequência de seus anúncios na imprensa. Apenas no *Jornal do Comércio* foram sessenta anúncios encontrados entre os anos de 1840 e 1842, ou seja, um número disparatadamente maior quando comparados às outras modistas e costureiras contemporâneas a Mme. Morel – como podemos ver na Figura 44. Essa disparidade talvez

tenha ocorrido porque Mme. Morel viu a necessidade de informar que deixava a rua do Ouvidor e ia em direção à rua da Ajuda (*Jornal do Comércio*, n. 243, 1841, p. 4), de forma que ela se retirava de um centro comercial e precisava, portanto, destacar seu trabalho nos jornais. A quantidade de vezes que se anunciou na imprensa configura um relativo poder aquisitivo da modista parisiense considerando os custos de cada publicação, já mencionado em capítulos anteriores.

Figura 44 - Publicações de modistas nos jornais diários publicados na década de 1840 no Rio de Janeiro.



Fonte: Elaboração própria a partir da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acessado 29 de ago. 2023.

Como podemos verificar no gráfico apresentado, as demais modistas e costureiras da época pouco publicavam nos periódicos diários do oitocentos.¹⁷¹ Em sua maioria, quando faziam era para comunicar transições de endereço ou novidades presentes em seus estabelecimentos. Mme. Morel, no entanto, utilizou esse espaço para fazer-se conhecida na cidade e poder, assim, conquistar um amplo público consumidor.

Nesta seção, procuramos estabelecer conexões entre as relações desenvolvidas no mercado da moda durante o período em destaque. Nosso objetivo foi evidenciar as modistas

¹⁷¹ É importante frisarmos que outras modistas e costureiras anunciaram-se entre 1840 e 1842, contudo, optamos por colocar no gráfico, a nível de comparação, apenas as 5 modistas que mais publicaram entre os anos mencionados.

que se destacaram nos anúncios publicados nos jornais diários, enfatizando suas trajetórias. Na subseção subsequente, direcionaremos nossa atenção para as modistas que, embora não publicassem extensivamente em anúncios na imprensa cotidiana, receberam expressivas recomendações da imprensa feminina. Essa recomendação sinalizava uma marca de importância social para essas mulheres, indicadas como figuras destacadas por esses periódicos.

3.3.1 “Podemos na consciência recomendar”: modistas recomendadas pelos jornais femininos

A casa de Mme. Seurat, na rua do Ouvidor nº 114, onde se fazem e se enfeitam com gosto e delicadeza os chapéus de senhoras – ali vimos alguns que na realidade eram lindíssimos, como também um escolhido sortimento de fazendas francesas (...) Podemos na nossa consciência recomendar Madame Seurat na rua do Ouvidor nº 114, pois temos visto chapéus lindíssimos saídos das mãos daquela hábil Modista (*Correio das Modas*, n. 4, 1839, p. 1).

Frequentemente recomendadas nos jornais femininos, algumas modistas pareciam lucrar com essas aparições. Era o caso de Mme. Seurat que apareceu na corte nos anos finais da década de 1830. A loja de Jeanne Seurat localizava-se na rua do Ouvidor, nº 114 (*Jornal do Comércio*, n.13, 1838, p. 4) e tinha, nessa época, uma sociedade com Paul Seurat, seu marido. Em 1840, S. Robert passou a integrar a sociedade entre Paul e Jeanne Seurat (*Jornal do Comércio*, n. 68, 1840, p. 4). Quando Robert se juntou à Jeanne e Paul, a loja passou a constar na rua do Ouvidor nº 55, esquina com a rua da Quitanda; contudo, no ano seguinte, a sociedade foi desfeita e Paul e Jeanne seguiram sozinhos com a Casa. Em 1842, apesar de todas as felicitações dedicadas à Jeanne Seurat, ela retornou à Europa com a filha do casal, Pauline. Pauline nasceu no Brasil e foi para a França com apenas 4 anos de idade (BR. CÓD.423, vl. 12). Mme. Seurat regressou à França sozinha e não foi mais encontrada nos registros brasileiros e/ou franceses até a década de 1860, quando Pauline casou-se (Actes de Mariage, Paris, France, 1860-1918).

Diferentemente de Jeanne, Paul continuou no Brasil. Nesses anos, até o encerramento de suas atividades comerciais, em 1863 (*Indicador Alfabético da Morada dos seus Principais Habitantes*, n. 1, 1863, p. 120), Paul seguiu fazendo muitas viagens entre o Brasil, França e Inglaterra; provavelmente buscava fazendas e adornos para serem comercializados em seu estabelecimento. Suponhamos que Mme. Seurat e Paul tenham se separado considerando que ela voltou ao seu país natal, enquanto ele permaneceu no Brasil. A loja de Seurat continuou a operar por muitos anos na cidade, mesmo com a ausência de Jeanne. Entretanto, a loja não esteve todos os anos no mesmo endereço: em 1855, mudou-se para a rua do Ouvidor, nº 64

(*Correio Mercantil*, n. 181, 1855, p. 4), mantendo-se, no entanto, no centro nuclear da moda fluminense.

Considerando o retorno de Jeanne para Europa, é provável que Paul tenha contratado outras modistas e costureiras para dar continuidade à sua Casa de moda. Além disso, o comércio de Seurat não se estagnou; em 1861, por exemplo, Paul comprou uma máquina de costura Singer, que estava em ascensão no país (*Correio Mercantil*, n. 291, 1861, p. 3). No ano seguinte, contudo, Paul teve alguns problemas com a alfândega. Provavelmente em decorrência desse fato, retornou à França. Em 1863 sua loja entrou em liquidação e, no ano seguinte, Paul foi para Bourdeaux (*Correio Mercantil*, n. 24, 1864, p. 2) demarcando o encerramento do ciclo dos Seurat no Brasil, mais precisamente, na cidade do Rio de Janeiro.

Na década de 1840, o Rio de Janeiro experimentou uma extensa transformação, deixando de ser a capital de um país sob regência, conforme ocorreu de 1831 a 1840, e tornando-se então capital do país governado por D. Pedro II. Durante esse intervalo, a Casa de Moda de Mme. Barat ganhou notoriedade, ela, no entanto, já se encontrava no Brasil há algum tempo, inclusive viajou à França, em 1840, e retornou posteriormente ao Rio de Janeiro (BR. CÓD. 417, vl. 6). A “monarquia tropical”, para usar a expressão de Lilia Schwarcz, sob o reinado de D. Pedro II, teve início quando o jovem imperador assumiu o governo do país em 1840, contando então com apenas 14 anos de idade. Em 1842 foi realizado seu casamento com a futura Imperatriz do Brasil, Tereza Cristina. Em 1843 a princesa chegou ao Brasil e foi recebida no local que viria a chamar-se Cais da Imperatriz, em sua homenagem. Posteriormente, em 1845, a Imperatriz engravidou e, no ano seguinte, nasceu a primeira filha do casal, a princesa Isabelle do Brasil, ou mais popularmente conhecida, Princesa Isabel.

A cidade pulsava de curiosidade sobre a primeira filha do imperador (Cintra, 2018) e não faltaram cumprimentos quando esta nasceu, em 1846 (*Jornal do Comércio*, n. 212, 2 de ago. 1846, p. 3). Foi nesse contexto que a loja de Mme. Barat cresceu já que ela foi a modista escolhida para produzir o enxoval da criança que chegaria para integrar a família imperial brasileira.

A casa de Mme. Barat, modista de S. M. Imperatriz, tem sido visitada nos últimos dias por grande concurso de pessoas, atraídas pela curiosidade de ver o enxoval que lhe foi encomendado para S. A. o príncipe ou princesa imperial. Logo fora enumerado todas as peças de que se compõe o enxoval: limitamo-nos a dizer que tudo quanto a elegância e a suntuosidade podem imaginar se encontra nessa profusão de finíssimos bordados, cambraias e rendas conhecidas pelo nome de Malines, Valenciennes, Point d'Angleterre etc. De cada objeto contam-se doze dúzias, e todos eles variados em forma de dimensão; em todos brilha o reconhecido bom gosto que preside a tudo quanto sabe das oficinas de Mme. Barat. Os três berços de estado correspondem a

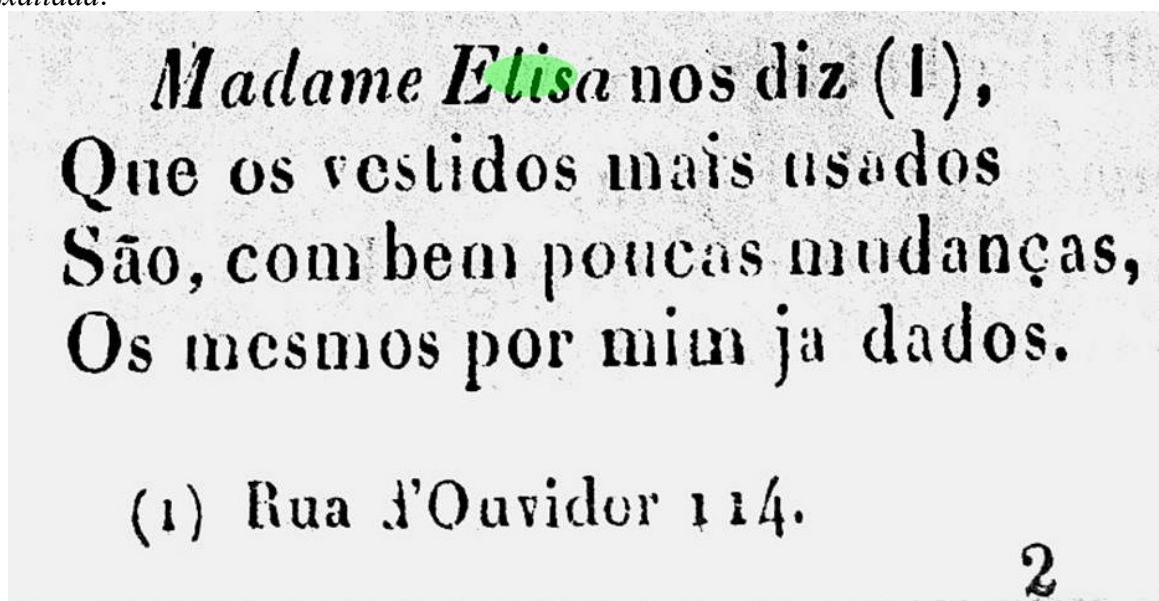
riqueza e a magnificência do enxoval. São obras do habilíssimo Sr. Léger (*Jornal do Comércio*, n. 39, 1845, p. 4).

A escolha da Imperatriz pela loja de Mme. Barat foi crucial para o desenvolvimento e crescimento de sua Casa de Moda que na década seguinte alcançaria um grande status social no meio onde encontrava-se inserida. O motivo pela escolha por Mme. Barat não é conhecido, no entanto, podemos imaginar que Teresa Cristina construiu laços fortes com a modista já que ela se tornou, posteriormente, modista da Casa Imperial. Após esse período, Mme. Barat passou a receber diversos elogios na imprensa feminina, conforme destacado na sessão 1.5 do capítulo 1. Em 1852, Christina, responsável pela coluna de modas do *Jornal das Senhoras*, dizia:

É indubitável que aquela científica tesoura de Mme. Barat a cada talho que dá faz nascer uma graça, um chique delicado no acerto de todas as suas sobras. Conheciam-se, distinguiam-se visivelmente os vestidos preparados por essa artista. E depois não querem que eu fale em seu favor, quando em minha alma e consciência reconheço que é ela a que melhor me veste, a mim e a muitas outras que votam comigo nesse parecer (1852, n. 31, p. 1).

Se a loja de Mme. Barat alcançou destaque na corte apenas em 1846, com a loja de Mme. Elisa Richard foi diferente. Elisa entrou no Brasil em 1841, vindo diretamente da França (BR RJANRIO 0E.COD.0.423, v.12/f.155C), e desde os primeiros anos já marcou seu nome nos almanaques da cidade. Estava presente, por exemplo, no *Pequeno Almanaque*, de 1843 (n. 1, p. 57) e no A.L. (n. 1, 1844, p. 234). Antes mesmo dos almanaques, o *Jornal do Comércio* já anunciava que a loja da rua do Ouvidor nº 114 era, a partir da década de 1840, o estabelecimento de Mme. Elisa Richard (n. 50, 20 de fevereiro de 1842, p. 4).

Figura 45 - Anúncio da Mme. Elisa Richard no jornal *A Mulher do Simplicio* ou *A Fluminense Exaltada*.



Fonte: *A Mulher do Simplicio* ou *A Fluminense Exaltada*, n. 72, 1 de outubro de 1842, p. 9.

Conforme discutido no primeiro capítulo, era comum encontrar menções às modistas e costureiras nas seções de moda de determinados jornais. Mme. Richard, por exemplo, foi citada em uma das colunas publicadas no periódico *A Mulher do Simplicio ou A Fluminense Exaltada*. Em meio à seção dedicada às tendências da moda, o periódico fez uma alusão à Mme. Richard, referindo-se a ela apenas pelo seu prenome, indicando um destaque e reconhecimento específico dentro do contexto abordado. Além disso, o jornal fez menção ao endereço da loja de Mme. Richard, permitindo que as leitoras do periódico visitassem o seu estabelecimento localizado na Rua do Ouvidor. Com as recomendações de um veículo especializado em moda e direcionado ao público feminino, as consumidoras se sentiriam mais confiantes ao realizar suas compras na Casa da referida modista e costureira, que havia recentemente estabelecido sua presença na cidade. Na mesma publicação, o periódico destacou e elogiou o apurado bom gosto de Mme. Elisa Richard.

O seu gosto para as modas
Geralmente é conhecido;
Na sua loja se encontra
O bom e o belo reunido
(*A Mulher do Simplicio*, n. 72, 1 de outubro de 1842, p. 10).

Assim que chegou ao Brasil, Mme. Richard anunciava que precisava de costureiras em sua loja para que pudessem auxiliá-la em sua oficina de costuras (*Jornal do Comércio*, n. 58, 28 de fevereiro de 1842, p. 4). Identificamos, em 1846, uma das costureiras que trabalharam com Mme. Richard: Josephine. Supondo que Josephine tenha começado em sua loja em 1842 e saído em 1846, foram quatro anos de aprendizagem que a permitiu ter seu próprio empreendimento: “Mme. Josephine, modista de Mme. Elisa Richard, faz chapéus, toucas, turbantes e vestidos para lojas à moda de Paris. Dirijam-se à rua da Valla nº 15” (*Jornal do Comércio*, n. 158, 9 de junho de 1846, p. 4).

No mesmo ano que Josephine se apresenta em novo endereço, Mme. Elisa foi ao *Jornal do Comércio* solicitar que seus devedores lhe paguem o mais rápido possível em razão do fechamento de seus negócios. Josephine pode então ter escolhido seguir sozinha ou ter sido dispensada por Mme. Rochard em razão do fim de seu estabelecimento. É certo que a modista decidiu leiloar seus bens, seguindo as normas sociais do período, já que a grande parte das lojas que fechavam optavam por leiloar os produtos restantes (*Jornal do Comércio*, n. 267, 26 de setembro de 1846, p. 3) e, posteriormente a 1847, retornou à Europa.

A presença de Josephine na rua da Valla não refletia uma predominância de modistas nesse endereço, ainda que fosse uma rua central da cidade e próxima à rua do Ouvidor. Essa

situação ocorria porque a rua, como o próprio nome dizia, funcionava como uma espécie de vala de escoamento de dejetos da cidade, o que causava um mau cheiro e uma situação insalubre (Gagliardo, 2014).¹⁷² A condição nociva do endereço afastava o comércio no local, principalmente um comércio que era relacionado ao luxo e a beleza, como o mercado da moda. Nessa época era comum que se encontrasse nesta rua serralheiros, contadores, encadernadores, entre outros/as profissionais (*Pequeno Almanaque*, n. 1, 1843, p. 43, p. 77, p.110). No entanto, Josephine anunciava que estava na rua da Valla, o que indica que provavelmente precisava continuar trabalhando, independente do fechamento da loja de Mme. Richard e de qual lugar ela conseguiria estabelecer-se; além disso, Josephine destacava que não vendia diretamente para as consumidoras finais, mas sim para lojas “à moda Paris”, assim as consumidoras não precisariam se indispor e ir até a rua da Valla, mas caso modistas e costureiras quisessem adquirir produtos mais baratos, poderiam procurá-la nesse endereço.¹⁷³

As modistas recomendadas pela imprensa feminina raramente se aventuravam na confecção de vestimentas que divergissem dos padrões convencionais associados ao ofício, mantendo-se dentro de um escopo social distinto e atraindo uma clientela com elevado poder aquisitivo para suas Casas. Em contrapartida, modistas e costureiras menos renomadas muitas vezes se dedicavam à produção de vestuário infantil, bem como à confecção de trajes masculinos. A subseção a seguir será dedicada à apresentação de algumas dessas mulheres que, por meio de seus anúncios, se destacaram na produção de roupas destinadas ao público masculino.

3.3.2 Estratégias de venda: produção de roupas para mulheres, homens e crianças

As atividades referentes à moda na década de 1830 na capital fluminense apresentavam características bastante diversas quando comparadas com os anos anteriores. Nesse período, por exemplo, além de termos um número maior de mulheres não identificadas e uma presença maior de brasileiras nesse campo, também encontramos um crescimento na quantidade de mulheres

¹⁷² E, como vimos no capítulo anterior, em 1847 Mme. Elise Richard teve que pagar uma multa ao Estado por jogar dejetos na rua da Vala, esquina com a rua do Ouvidor, onde era sua morada.

¹⁷³ Assim como Josephine, outras Casas também dedicavam a vender itens para as modistas e costureiras, era o caso, por exemplo, da loja de Mme. Lavillete que ficava na rua do Cano nº 25 e vendia artigos para as modistas e costureiras (*Jornal do Comércio*, n. 121, 1857, p. 4).

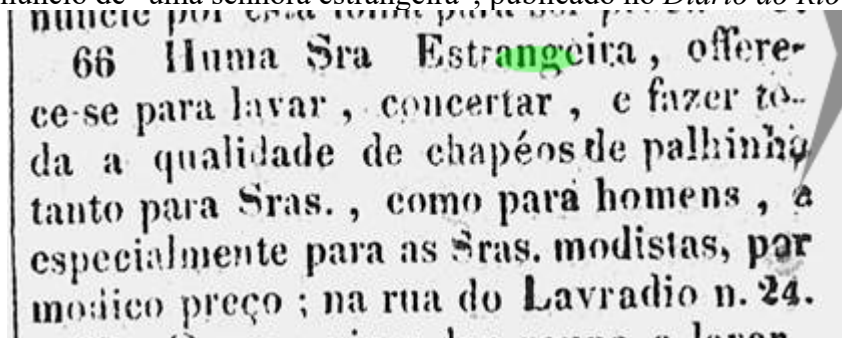
que produziam adornos e indumentárias femininas e masculinas. “Uma senhora estrangeira” não restringia sua produção a chapéus femininos, mas, juntamente, dedicava seu trabalho à produção de chapéus de palha para homens. Essa senhora se autointitulava como costureira e trabalhava em sua própria casa, distinguindo-se da ideia da formalização de Casa de moda aos moldes daquelas que se situavam pela rua do Ouvidor (*Diário do Rio de Janeiro*, n. 1000005, 6 de outubro de 1831, p. 3) e aproximando-se ainda mais da interseção entre público e privado.¹⁷⁴ Moradora da rua do Lavradio nº 24, localizada na região central da cidade, a costureira era especializada em chapéus de palinha.

Conforme afirmado anteriormente, a produção de itens “femininos” e “masculinos” não era habitual ao período já que as modistas, geralmente, restringiam-se a produzir adornos e vestuários para as mulheres. Provavelmente, a senhora precisava manter-se financeiramente ativa e, para isso, preferia disponibilizar os seus serviços para homens e mulheres, o que poderia garantir a ela uma maior quantidade efetiva de clientes assíduos. As Casas mais conceituadas só afirmavam produzir peças para homens caso houvesse um alfaiate no estabelecimento que lhes permitia uma não aproximação das figuras masculinas; caso contrário, só eram produzidas para mulheres ou meninas. Em contrapartida, essas Casas menos consagradas, disponibilizavam diversos serviços demarcando uma necessidade financeira. Em meados do século XIX, a ascensão da lógica capitalista e a situação financeira de algumas mulheres trabalhadoras não lhes permitia o luxo de escolher para qual gênero produzir.

A mencionada “senhora estrangeira”, como na Figura 46, se destacava não apenas pela confecção de chapéus masculinos, mas também por diferenciar-se das demais mulheres estudadas ao afirmar que comercializava seus chapéus não apenas para consumidores diretos, mas também para modistas. Sua abordagem envolvia a venda desses chapéus para as modistas a preços mais baixos do que os oferecidos ao público em geral, estratégia que possivelmente visava garantir uma clientela constante.

¹⁷⁴ Muitos (as) comerciantes viviam em sobrados em cima de seus estabelecimentos, logo, confundia-se a noção do que era trabalho e o que era lar (Graham, 2013, p. 83).

Figura 46 - Anúncio de “uma senhora estrangeira”, publicado no *Diário do Rio de Janeiro*.



Fonte: *Diário do Rio de Janeiro*, n. 1000005, 6 de outubro de 1831, p. 3

Ao longo do tempo, a profissão do alfaiate experimentou um declínio em sua proeminência, sendo gradualmente substituída por modistas e costureiras, especialmente na confecção de vestuário cotidiano. A incumbência dos alfaiates, por sua vez, passou a se concentrar predominantemente na elaboração de ternos, vestimentas e acessórios masculinos. Durante a segunda metade do século XIX e ao longo do subsequente, observou-se uma tendência na qual as ocupações vinculadas ao setor da moda progressivamente direcionaram suas atividades mais mecanizadas para as mulheres, abrangendo a produção de vestuário para ambos os gêneros.

Em 1833, foi anunciado no *Diário do Rio de Janeiro*, uma costureira e modista, não identificada nominalmente, que produzia, em sua casa, na rua Formosa nº 55 (atual rua General Caldwell), roupas tanto de senhoras como de homens (*Diário do Rio de Janeiro*, n. 0400008, 1833, p. 4). Tal como a senhora estrangeira mencionada anteriormente, ela fazia de sua casa seu próprio ateliê. A rua da Formosa, referenciada pela costureira e modista, não era um endereço comercial com muitas Casas de Moda; o endereço era situado, inclusive, em outra freguesia, a de Santana, e não a Freguesia da Candelária, onde estavam as maiores modistas e costureiras. Tratava, portanto, de um lugar majoritariamente residencial, com casas, estalagens e cortiços.¹⁷⁵

Revela-se assim que a senhora mencionada no anúncio, trabalhava em sua própria casa e, possivelmente, sozinha, sem ajuda de aprendizes ou quaisquer outras trabalhadoras vinculadas a ela. Trabalhar dentro das suas próprias casas foi se tornando cada vez mais comum entre as costureiras, ocorrendo um distanciamento da ideia de ter um próprio comércio. No

¹⁷⁵ Isso fica evidente no projeto de mapas desenvolvido na Unicamp sob a coordenação do professor Sidney Chalhoub que, apesar de dedicar-se a segunda parte do século XIX, pode ser compreendido também para esse trecho deste trabalho. Ver mais em: <https://www.ifch.unicamp.br/cecult/mapas/corticos/introcort.html>. Acesso 05 de abr. 2023.

século XX, por exemplo, essa atividade era, inclusive, incentivada, já que exercer tais ocupações mantinham certas mulheres nos ambientes privados e não expunham para a sociedade que aquela família precisava de uma renda complementar.

Os trabalhos manuais em geral e a costura em particular constituíam uma importante atividade realizada no ‘recôndito do lar e eram consideradas como sendo das mais importantes, úteis, e agradáveis ocupações femininas. [...] Além da economia que representavam os trabalhos manuais, estes poderiam também se converter em fontes de receita, ainda mais legítima por ter sido gerada em casa, sem expor a público as eventuais necessidades sofridas pela família (Maluf; Mott, 1998, p. 417).

No ano seguinte, em 1834, uma “modista francesa” que também optou por não apresentar seu nome, publicou, no *Diário do Rio de Janeiro*, que produzia chapéus para as senhoras, assim como também produzia e vendia “chapelinhos para meninas” referindo-se a adornos de cabeças para crianças (*Diário do Rio de Janeiro*, n. 0100022, 1834, p. 3). Essa referência ao vestuário infantil era incomum no corpo textual dos anúncios analisados já que, a grande parte dos textos e, conseqüentemente, das lojas, ocupava-se, preferencialmente, de acessórios para jovens e senhoras, ou seja, mulheres na fase adulta.¹⁷⁶

Além de frisar que também fabricava acessórios para meninas, a modista francesa oferecia o serviço de entrega dos produtos confeccionados e vendidos em seu estabelecimento. Antes mesmo de comprarem os chapéus, as senhoras que desejassem poderiam solicitar que os acessórios fossem levados da rua do Ouvidor nº 211 até as suas residências, onde escolheriam os artigos desejados nos confortos de suas casas.¹⁷⁷ Tais mercadorias, provavelmente, eram encaminhadas para as casas das consumidoras pelos(as) escravizados(as), considerando que, neste período, eles(as) possuíam maior possibilidade de cruzarem a cidade e que eram, algumas vezes, destinados(as) a esses tipos de serviço.¹⁷⁸

Com o aumento no número de modistas na corte, a alcunha de modista francesa já não era suficiente, conforme destacado neste trecho da pesquisa; tornou-se necessário garantir outras formas de atrair consumidoras. Essa “modista francesa” em questão dedicou-se a explorar a entrega dos produtos diretamente até as consumidoras, invertendo a dinâmica

¹⁷⁶ Para saber mais sobre moda, século XIX e o universo infantil, ver em: VIANA, Fausto; ITALIANO, Isabel; BASTOS, Desirée; ARAÚJO, Luciano. *Para meninos, meninas e suas bonecas: moldes e moda para crianças no Brasil do século XIX*. ECA, USP: São Paulo, 2021.

¹⁷⁷ Antes, a Casa da modista situava-se no Largo do Rócio, também conhecido como Praça da Constituição, nº 11 (*Diário do Rio de Janeiro*, n. 0100022, 1834, p. 3).

¹⁷⁸ Ainda que não fosse necessário cruzar toda cidade pois os mais afortunados e consumidores capazes de adquirir os produtos vendidos pelas modistas moravam em região próximo à rua do Ouvidor.

tradicional em que as consumidoras se deslocavam até o estabelecimento. Além disso, também destacava que seus artigos de moda poderiam ser enviados para o interior, assim, madames que desejavam vestir-se como as mulheres da capital não precisariam deslocar-se até o Rio de Janeiro. Para que essa viagem ocorresse sem maiores problemas, a modista garantia que as peças chegariam até as cidades interioranas sem arranhões ou quaisquer tipos de adversidades que deteriorasse os itens. Essa garantia era falha, pois a viagem da corte para o interior em meados da década de 1830 deveria ser feita com carruagens, já que os trens só chegariam anos depois e a modista não conseguiria responsabilizar-se inteiramente.

Na década seguinte, uma senhora da Travessa do Senado, segundo andar do nº 6 (pequena rua que ligava a rua do Conde a rua do Senado, próximo ao Campo de Santana – atual praça da República), oferecia seus serviços de costureira e modista. Segundo o anúncio publicado no *Diário do Rio de Janeiro* (n. 249, 1843, p. 4), a costureira e modista costurava roupas de homens e de mulheres, tal como outras modistas e costureiras que, por coincidência ou não, optavam por não declararem seus nomes. Observa-se que as costureiras mencionadas nesta subseção não promoviam seus serviços por meio de suas identidades pessoais. É plausível inferir que tais mulheres, provenientes de estratos sociais menos privilegiados em comparação com as modistas, viam-se compelidas a engajar-se em diversas ocupações como meio de assegurar sua subsistência diária na cidade. É provável que enfrentassem jornadas laborais duplas ou triplas e que trabalhavam em condições desfavoráveis.

Por sua vez, a modista que atrelava seu nome à produção de roupas masculinas, estava acompanhada de seu marido. Em meio a rua São José (próximo ao cruzamento com a ladeira do Castelo e a rua do Cotovelo) iniciava-se a rua Detrás do Carmo. Nesta rua encontramos a loja de Mme. Bernard e seu marido Eric. No estabelecimento vendiam-se charutos, gravatas, entre outros itens concernentes a uma indumentária dita “masculina”; quanto às roupas “femininas” anunciavam-se Mme. Bernard como modista de Paris. Tal como as modistas mencionadas acima, Mme. Bernard ocupava-se mais com o lavar das roupas e menos com a produção das dos vestuários e a venda de tecidos e adornos (*Jornal do Comércio*, n. 169, 1849, p. 4).

3.3.2.1 Atividades correlatas: “modista e costureira que lavava e engomava”

Além das atividades previamente mencionadas, algumas mulheres que atuavam no campo da moda, principalmente aquelas menos reconhecidas socialmente, passaram a desempenhar outras ocupações dentro de seu escopo de trabalho. Dentre essas atividades correlatas, destaca-se o processo de lavagem e engomagem de peças confeccionadas por modistas renomadas. Mme. R. Pelvilain é mais um exemplo de como as atividades de modista e costureira se modificaram a partir dos anos 1840. Em 1845, a madame, que se autodeclarava modista e costureira e residia na rua Santo Antônio nº 19, um endereço pouco usual ao mercado da moda, declarava que, além de vender “camisinhas, colarinhos” entre outros produtos, lavava “toda qualidade de roupas finas de senhoras”.

O trabalho de algumas modistas e costureiras, como observamos anteriormente, se expandiu e se transformou na década de 1840 no Rio de Janeiro, de modo que algumas trabalhadoras passaram, inclusive, a exercer e anunciar a atividade de lavadeiras. Tal fato nos levou a questionar se Mme. R. Pelvilain, e outras trabalhadoras cujas trajetórias se assemelhavam a dela, de fato trabalhavam como modistas ou apenas faziam uso da célebre terminologia para atrair uma possível clientela.¹⁷⁹ Em seus anúncios, Mme. Pelvilain afirmava dedicar-se à confecção de uma ampla variedade de vestuário e acessórios destinados ao público feminino, bem como à comercialização de bordados caracterizados por padrões mais modernos. No ano subsequente, Mme. Pelvilain efetuou uma mudança para a residência de nº 76, ainda situada na mesma via. Neste estabelecimento já se vislumbrava a presença da litografia pertencente a J. Pelvilain, que, compartilhando o mesmo sobrenome, conjecturamos ser o seu marido (*Jornal do Comércio*, 1843, n. 103, p. 6 e n. 278, p. 6).

Considerando as atividades que Mme. Pelvilain dizia exercer em 1842 e as mudanças de endereço, é factível supormos que, em razão da alta concorrência que as modistas e costureiras enfrentavam no Rio de Janeiro oitocentista, Mme. Pelvilain se viu impelida a diversificar as suas ocupações, incorporando, portanto, a atividade de “lavar roupas finas de senhoras”. Não era comum que mulheres estrangeiras, principalmente francesas, oferecessem seus serviços como lavadeiras; reparemos, no entanto, que Pelvilain destacava não lavar quaisquer tipos de roupas, mas, especificamente, roupas finas de senhoras. Assim, a modista e

¹⁷⁹ Antes de fixar-se na rua Santo Antônio, Mme. Pelvilain estabeleceu um pequeno comércio na rua da Ajuda nº 51 (*Jornal do Comércio*, n. 277, 1842, p. 4).

costureira diferenciava-se das demais lavadeiras que ocupavam as ruas da cidade – até mesmo porque a ocupação de lavadeira era, em sua maioria, exercida por mulheres negras, na condição de livres ou escravizadas (Ribeiro, 2019). Em 1850, J. Vitor Pelvilain, sua esposa e o filho do casal, todos franceses, saíram do Rio de Janeiro com destino a Buenos Aires, na Argentina; levaram consigo duas criadas: Maria da Conceição, brasileira e Catharina Hoffman, alemã (*Jornal do Comércio*, n. 217, 1850, p. 3). Dessa forma, finda a breve história da família Pelvilain em terras fluminenses.¹⁸⁰

No centro da cidade, na freguesia de Santo Antônio, distante da rua do Ouvidor, ficava a rua Matacavalos¹⁸¹ (atual Riachuelo) – que seria conhecida posteriormente por tratar-se do endereço de Capitu e Bentinho, do romance *Dom Casmurro* de Machado de Assis. No romance do literato, os jovens, enquanto moravam na Matacavalos, não eram ricos, o que significa que era uma região, majoritariamente, desafortunada. Esse era o endereço de Mme. Pègue.

Mme. Pègue, modista, lava e põe como novos objetos de renda e (ilegível), faz vestidos, chapéus, visitas e todos os objetos relativos à toilette das senhoras, a última moda de Paris; engoma de preguinhas miúdas, camisinhas, babadinhos, punhos etc. etc., tudo com perfeição e cômodo preço, na rua de Matacavalos nº 36 (*Jornal do Comércio*, n. 229, 1848, p. 4).

Atentando-se a este anúncio temos mais indícios das transformações relacionadas ao ofício de modista nesse período. Isso porque Mme. Pègue, por exemplo, afirmava, antes de tudo, que “lavava e colocava como novos E engomava preguinhas miúdas”. Entretanto, corroborando com o conceito tradicional de modista, Mme. Pègue declarava que também fazia vestidos, chapéus e vistas. Assim como Mme. Pelvilain, Pègue estava exercendo três atividades: costurava, lavava e engomava. Percebemos que a modista estava somando ocupações e, portanto, ampliando oportunidades de trabalho. Ainda assim, Mme. Pègue esteve presente na seção de modistas do A.L. de 1849 até 1852, o que indica que, possivelmente, a concepção e a imagem de “modista” estivessem realmente sendo modificadas no período (*Almanaque Laemmert*, 1849, 1850, 1852, nº 6, 7, 8 e 9; p. 357, p. 412, p. 390, p. 544).

¹⁸⁰ A família permaneceu na Argentina pelo menos até o censo de 1869 realizado no país quando consta Júlio Vitor Pelvilain, francês, casado, como habitante da Argentina. No registro, J. Vitor Pelvilain permaneceu exercendo a mesma profissão que se ocupava quando estava no Brasil: litógrafo (Argentina, Censo Nacional, 1869) <https://www.familysearch.org/ark:/61903/1:1:M49M-DSQ>. Acessado em 08 de mai. 2023.

¹⁸¹ O nome teria surgido em razão da condição da antiga estrada que passava pelo local: cheia de lama e que poderia, inclusive, matar cavalos (Macedo, 2004, p. 152, nota de rodapé 33). No entanto, no período aqui pesquisado, a rua não se encontrava em tais condições.

Na rua dos Ourives nº 36 era possível encontrarmos, desde 1849, a Mme. Bonhomme. Especialista em *lingerie* de Paris¹⁸², Bonhomme também vendia produtos como chapéus e “toucas bordadas para a manhã” (*Jornal do Comércio*, n. 81, 1851, p. 4). O negócio de Mme. Bonhomme, como de muitas outras mulheres inseridas no mercado da moda, funcionou por apenas dois anos (entre 1849 e 1851), já que publicou no *Jornal do Comércio* que vendia suas fazendas francesas por baixo preço em razão da partida breve e repentina (n. 191, p. 6). Mme. Bonhomme indica ainda outra atividade relacionada ao mercado da moda: a especialização nas ditas “roupas debaixo”.

Na próxima subseção, apresentaremos algumas modistas que se estabeleceram na corte provenientes de outras nações, mas que não integravam o estrato social das mulheres francesas, ou, ao menos, não ostentavam sua identidade como francesas na imprensa da cidade. Estas modistas, por vezes, logravam êxito em se firmar e adquirir notoriedade na sociedade fluminense, como evidenciado no caso de algumas profissionais inglesas a serem discutidas no capítulo subsequente; entretanto, tal realidade não era universal para todas. Incluiremos, adicionalmente, algumas mulheres que afirmavam sua identidade como brasileiras. No entanto, é imperativo observar que, em nosso escopo de pesquisa, classificamos como brasileiras muitas mulheres que não explicitavam sua nacionalidade. Nossa compreensão se baseava na interpretação de que a identificação com um país europeu constituía um indicativo positivo, e a ausência dessa referência nos conduzia à inferência de que, se não eram brasileiras, tampouco eram europeias.

3.3.3 As “não francesas”: estrangeiras de diversas origens e mulheres brasileiras

Conforme anteriormente abordado no Capítulo 2 e reiterado nesta seção da tese, é perceptível um aumento na presença de modistas de diferentes nacionalidades, incluindo brasileiras, a partir da década de 1830. Em meados da década de 1830, mais precisamente em 1836, uma senhora oferecia-se para trabalhar como costureira em casa de modista francesa. Seu endereço localizava-se na rua do Catete, nº 131 (*Diário do Rio de Janeiro*, n. 020001, 1836, p. 3). Essa mulher, não identificada pelo nome, exemplifica a presença de muitas trabalhadoras “anônimas” que atuavam nas renomadas Casas de Moda, colaborando com as modistas de

¹⁸² A *lingerie* era, no século XIX, correspondente a “roupa debaixo” ou também chamada “roupa do interior”.

maior prestígio. A não referência a uma nacionalidade nos indica que possivelmente, tratava-se de uma brasileira. Ela seria, então, uma das muitas brasileiras que trabalhavam nas grandes Casas de moda do período.

Nesse contexto, em 1837, uma senhora alemã que oferecia aulas em sua residência, anunciou-se no *Jornal do Comércio*. A modista alemã, que optou por tornar-se professora de jovens e decidiu ensinar o “ramo de modista”, morava, assim como muitas das mulheres apresentadas aqui, distante do centro comercial da cidade: na rua Santa Thereza, nº 12 (atual rua Vidal de Negreiros, em Santo Cristo, região central da cidade do Rio de Janeiro). A senhora alemã deixava um território em fase prévia de unificação, caracterizado por instabilidade política, econômica e social. Ao chegar neste país, buscava se engajar em atividades laborais, notando uma distinção em relação as muitas francesas que aqui habitavam e não encontrava, por sua vez, uma proximidade com muitas conterrâneas.

Em lado oposto da cidade, próximo ao Largo de São Francisco encontrava-se a modista inglesa Anne Hunter, na rua dos Latoeiros, nº 39. Uma das únicas que afirmava sua não nacionalidade francesa, Hunter publicou anúncios sobre as atividades que exercia no *Jornal do Comércio*, no *Diário do Rio de Janeiro* e no *Despertador*. A rua dos Latoeiros, atual Gonçalves Dias, ficava próxima dos principais endereços oitocentistas, situando Mme. Hunter perto do epicentro da moda do século XIX. Assim como muitas de suas contemporâneas declarava que sua especialidade consistia em produzir e limpar chapéus. Diante disso, é possível concluirmos que Mme. Hunter enfrentava, nesse período, uma intensa concorrência e expandia as ocupações de modista, incluindo a lavagem e conserto de chapéus de “modo que parecerão novos” (*O Despertador*, n. 987, 1841, p. 3).

A imigração inglesa para o Brasil era uma realidade no século XIX. Uma das principais expoentes deste cenário foi a viajante inglesa Maria Graham, autora do livro *Journal of a Voyage to Brazil*, publicado em 1824. Alguns anos depois da presença de Graham no Brasil, poderíamos contar com modistas e costureiras inglesas. Os impactos da revolução industrial podem ter favorecido a vida dessas imigrantes para o país.

Além de Mme. Hunter, originária da Inglaterra, mais especificamente de Londres, encontramos Elisabeth Mauger. Mme. Mauger, moradora do Largo do Valdetário, no Catete, era modista e costureira de espartilhos proveniente e “aprovado em Londres” (*Jornal do Comércio*, n. 302, 22 de nov. 1841, p. 3). A sua origem inglesa, tão destacada em seus anúncios, permitia que a modista afirmasse a qualidade de seus espartilhos que, de acordo com sua percepção, não apertava como as peças de origem francesa.

Figura 47 - Anúncio de Elisabeth Mauger no *Jornal do Comércio*.



Fonte: *Jornal do Comércio*, n. 302, 22 de nov. 1841, p. 3.

Podemos observar através do anúncio apresentado na Figura 47 que Mme. Mauger optou por publicá-lo em português e inglês, provavelmente visando atrair um maior público consumidor. Ao escrever em outra língua que não fosse a nativa do país, Mme. Mauger demonstrava aos leitores do periódico que estava apta para comercializar com uma parte da população que, embora morasse no Brasil, não estava habituada ao português. Além disso Mme. Mauger prometia produzir espartilhos que fossem bonitos e confortáveis ao mesmo tempo. Tal comprometimento parecia muito difícil de ser cumprido na prática já que os espartilhos eram, por si só, desconfortáveis e, alguns, chegavam a apertar as mulheres de tal maneira que acabavam deslocando ossos (Hollander, 1996, p. 176). De acordo com Anne Hollander, mulheres que utilizavam roupas apertadas, tais como os coletes e espartilhos, eram, em sua maioria, pertencentes a classes sociais médias – e não de elites. No mais, para a historiadora as mulheres vestiam-se assim como forma de satisfação pessoal (Hollander, 1996, p. 176).

A década de 1840 marcou uma expansão no comércio da moda, fosse pelo aumento de consumidoras, fosse pelo aumento das modistas e costureiras. De acordo com Joana Montelone, apenas cerca de 1 ou 2% da população residente no Brasil representava o que se pode chamar de “boa sociedade” e que estava apta a comprar os produtos vendidos pelas modistas (2013, p.11). Contudo, é incontestável que esse número estava em uma ascendente. Sinalizando uma transformação no mercado da moda fluminense. Essa tendência torna-se ainda mais evidente

ao considerarmos o aumento de modistas e costureiras de diversas nacionalidades, incluindo inglesas, como destacado anteriormente com a presença de Anne Hunter e Elisabeth Mauger, e até mesmo belgas. No mesmo ano que encontramos Mme. Hunter, identificamos no *Jornal do Comércio* uma modista e costureira que se revelava apenas como “uma senhora belga”:

Uma sra. Belga, costureira e modista, recentemente chegada a esta corte, tem a honra de anunciar as Sras. que a quiserem obsequiar que ela encarrega-se de todas as obras pertencentes ao seu ofício, e de todo gênero de bordado; ela se oferece a ensinar as Sras a arte de bordar. Dirijam-se a travessa da Barreira nº03 (*Jornal do Comércio*, n. 145, 1841, p. 4).

A partir da década de 1830, com a Revolução de Bruxelas, o Brasil passou a receber mais imigrantes belgas, isso porque:

Quando eclodiu em 1830 a revolução em Bruxelas e se desintegrou o Reino Unido dos Países Baixos de Guilherme I, o Brasil se achou entre os primeiros países a reconhecer o novo estado belga. Logo se estabeleceram relações diplomáticas bastante cordiais que contrastaram com a reserva e a frieza de Guilherme I (Stols, 1975, p. 58).

Em certos períodos, a imigração não foi objeto de estímulo no contexto desse país europeu; contudo, é incontestável que tal fenômeno ocorreu. Adicionalmente, a população belga mantinha uma forte indústria artesanal de tecidos, a qual foi impactada pela Revolução Industrial na Inglaterra, caracterizada pela produção têxtil mais eficiente mediante o emprego de maquinaria. Nesse sentido, não é surpreendente que mulheres belgas se dedicassem a atividades no setor de costura, sendo que a mencionada senhora belga no anúncio anteriormente citado se engajava na prática de bordar, além de ministrar instruções acerca dessa atividade para as senhoras interessadas.¹⁸³

As imigrações ocorriam em razão de diversos fatores, tanto internos quanto externos, conforme discutido nos primeiros capítulos desta tese. Na década de 1830 e 1840, a situação na Bélgica não proporcionava muitas oportunidades para seus habitantes, levando muitos deles a migrarem para outros países, em concordância com o que fora salientado anteriormente. A senhora belga utilizou de seu conhecimento de costura para introduzir-se no mercado da moda fluminense. A costureira e modista belga informou que estava localizada no Beco da Barreira, atual rua Silva Jardim. Tal endereço encontrava-se no centro da cidade, mas em uma rua perpendicular aos principais logradouros da corte.

Na subseção a seguir, dedicaremos nossa atenção às modistas francesas de menor proeminência. Nesse contexto, abordaremos mulheres que se autodenominavam como

¹⁸³ Ver mais em: <http://www.belgianclub.com.br/pt-br/expo-ilhota/por-que-migrar>. Acesso 17 de abr. 2023.

francesas, contudo, ou não divulgavam seus nomes, ou enfrentavam dificuldades em obter visibilidade nos espaços frequentados por aquelas modistas que se destacavam, como exemplificado na imprensa feminina. A presença contínua e numerosa dessas mulheres motiva nossa escolha de examinar alguns casos específicos, visando representar o quantitativo universal, conforme detalhado no apêndice 1.

3.3.4 Francesas, mas de menor expressão no mercado da moda

Em 1837 uma modista francesa anunciou no *Diário do Rio de Janeiro* que fazia “toda qualidade de obras pertencentes ao seu ofício” com rapidez e asseio (n. 1000006, 1837, p. 03). A modista declarava produzir os artigos em sua própria casa, no Beco da Barreira por baixo do sobrado nº 3 (atualmente rua Silva Jardim). A rua ficava no centro da cidade próximo à Praça Tiradentes (ou Praça da Constituição como era conhecida no período), o que novamente simboliza o que fora dito anteriormente: a expansão das modistas para outros espaços da cidade.

No ano seguinte, em 1838, ainda era possível verificar outras modistas parisienses de menor expressão pela cidade do Rio de Janeiro. Mme. Pompom, por exemplo, anunciava: “costureira modista de Paris, tem a honra de participar ao respeitável público, que ela se encarrega de tudo quanto diz respeito ao seu ofício. Rua do Ouvidor nº 161” (*Jornal do Comércio*, n. 208, 1838, p. 4). Conforme já abordado no capítulo anterior, a partir da década de 1830, as mulheres envolvidas em ocupações relacionadas ao campo da moda passaram a promover cada vez mais suas habilidades tanto como modistas quanto como costureiras, com o objetivo de diversificar as atividades oferecidas em um único estabelecimento e, conseqüentemente, atrair uma clientela mais ampla. Mme. Pompom declarava ser uma “costureira e modista de Paris”. Apesar dos anúncios de Mme. Pompom terem cessado na década de 1830, sua saída do país só é registrada em 1854. Neste ano, o *Correio Mercantil* informou que Adelaide Heloise Pompom estava dirigindo-se para Havre com sua filha (n. 133, 1854, p. 4).

Mme. Pompom estabeleceu-se na rua do Ouvidor, seguindo um padrão documentado nesta pesquisa. Grande parte das mulheres aqui estudadas tinham seus estabelecimentos e suas residências nos mesmos lugares, isso ocorria porque era habitual ao período que as residências e comércios compartilhassem o mesmo espaço. Vejamos o anúncio publicado no *Jornal do Comércio*:

Aluga-se uma casa sita na rua do Ouvidor, com armação própria para uma modista, ou para qualquer outro negócio; também se aluga sem armação, há nela um sótão para morada de uma família, e nos fundos da mesma pode-se fazer qualquer estabelecimento. Quem pretender dirija-se na mesma rua nº 105 para tratar (*Jornal do Comércio*, n. 20, 1838, p. 3).

Em 1839 Adèle Frédéric chegava ao Rio de Janeiro vinda de Paris. Mme. Frédéric afirmava que “fazia tudo que pertencia ao ornato de uma senhora” (*Jornal do Comércio*, n. 79, 1839, p. 4). Além disso, neste ano estava procurando uma nova Casa para seu comércio e para si própria; almejava sair do sobrado onde morava e trabalhava, na rua da Ajuda. Frédéric buscava uma casa que tivesse duas portas para a rua e cômodos para pequena família, própria para uma senhora modista francesa, cujo aluguel não excedesse 20 réis (*Jornal do Comércio*, n. 232, 1839, p. 4). Ainda nessa época, conseguiu se mudar para a rua do Cano (atual rua Sete de Setembro) e, assim, no novo local a modista e costureira estava mais próxima à rua do Ouvidor. Nesse mesmo período, Mme. Frédéric procurava aprendizes para seu “novo” estabelecimento, a sua loja estava crescendo e, em razão disso, pretendia ter aprendizes para que pudessem ajudá-la, para isso buscava entre duas ou três meninas.

Em 1841, na rua dos Ourives (Atual rua Miguel Couto e rua Rodrigo Silva), estava a loja de Mlle. Pian. Pian era especialista na produção de chapéus e comunicava, em seus anúncios, não apenas com as consumidoras, mas com possíveis vendedores de seus adornos (*Jornal do Comércio*, n. 269, 1841, p. 4). Nesse período, além das lojas e estabelecimentos fixos, existia também o comércio de rua. Ele poderia ser feito por escravizadas (em sua maioria, de ganho), mulheres negras livres ou alforriadas e/ou mulheres brancas de classe baixa. Essas vendedoras eram responsáveis por negociar produtos que iam desde alimentos até roupas e adornos, como seria o caso das vendedoras que comprassem os chapéus de Mlle. Pian para revender.¹⁸⁴

Próximo à rua dos Ourives, na rua da Ajuda, encontramos duas modistas e costureiras francesas. Mme. Coulon, que tinha loja no nº 9, dizia-se ser parisiense e sua especialidade era produzir chapéus de seda e palha, mas também se encarregava de lavá-los e deixá-los “como novos” (*Diário do Rio de Janeiro*, n. 190, 1841, p. 03). No nº 64 desta mesma rua identificamos uma “modista francesa” que, diferentemente de Mme. Coulon, não revelou seu nome, mas declarou que fazia “chapéus, toucas e vestidos”; e que tinha sua loja junto ao estabelecimento

¹⁸⁴ Não obstante, não é possível afirmarmos quanto essas vendedoras recebiam por mês. Não podemos, no entanto, declarar que eram ricas, mas também não é possível dizermos dizer que eram pobres. Considerando que existia uma pluralidade de vendedoras, os lucros eram diversos e particulares.

de seu marido que exercia a ocupação de ourives (*Diário do Rio de Janeiro*, n. 288, 1841, p. 4).

Na década de 1840, observou-se um aumento na presença de modistas na rua dos Ourives. Entre elas, destaca-se Mme. Simone Mayer, uma francesa de 38 anos que imigrou para o Brasil em 1831, após um extenso período em Buenos Aires. Cerca de dez anos após o registro de sua entrada, Mme. Mayer apareceu no *Jornal do Comércio* oferecendo suas atividades de modista: “Vestidos da última moda e coletes para senhoras dos mais modernos feitios, fazem-se, muito em conta, na rua dos Ourives nº 39, casa de Mme. Mayer, modista” (*Jornal do Comércio*, n. 312, 1842, p. 4).

Na interseção entre a rua dos Ourives e a rua do Ouvidor, era possível localizar Mme. Eugenie Cassemajou. Era uma prática comum que algumas mulheres se identificassem pelo nome e sobrenome de seus maridos, e esse era o caso de Eugenie Cassemajou. O nome da modista e costureira parisiense era, na verdade, Carolina. Ambos apareceram no registro de óbito de Eugenie – que faleceu no Rio de Janeiro, em 1894 – como negociantes franceses (Brasil, Rio de Janeiro, Registro Civil, 1829-2012).

Além disso, Mme. Cassemajou recebia diversos sortimentos de mercadorias vindas de Paris: “Acaba de receber pelo último barco chegado de França, um rico sortimento de tocas, própria para bailes, chapéus de escomilha, de seda e de palha de Itália do último gosto; na rua dos Ourives nº 73B, canto do Ouvidor” (*Jornal do Comércio*, n. 82, 1845, p. 4). Ainda em 1845, Eugênio e Carolina Cassemajou mudaram-se para a rua do Ouvidor; neste local o casal compartilhava uma Casa de Moda e um espaço de cabelereiro para abrigar o comércio de Eugênio, que era especialista nessa atividade (*Jornal do Comércio*, n. 229, 1845, p. 4).

Para além da rua da Quitanda, as modistas também encontraram espaço na rua Nova do Ouvidor, um logradouro entre a rua do Ouvidor e a rua do Cano, onde estava Mme. Hornois, no número 48: “Mme. Hornois, costureira e modista de Paris, tem a honra de participar a seus fregueses e ao respeitável público, que tem proporções para aprontar vestidos, chapéus etc., com muita brevidade” (*Jornal do Comércio*, n. 86B, 1845, p. 4). Nessa mesma rua estava Mlle. Cecile. A modista e costureira que, assim como Mme. Hornois, dizia que vinha de Paris, oferecia seus serviços de costura na rua Nova do Ouvidor, nº 25: “Mlle. Cecile, costureira e modista de Paris, novamente estabelecida na rua Nova do Ouvidor nº 25, tem a honra de oferecer o seu préstimo às senhoras dessa corte, e igualmente se incumbe de encomendas para fora” (*Jornal do Comércio*, n. 167, 1845, p. 4). No mesmo ano, no entanto, Mlle. Cecile mudou-

se para a rua do Ouvidor e no ano seguinte oferecia seus serviços como préstimos a senhoras conhecidas na corte (*Jornal do Comércio*, n. 132, 1846, p. 4).

Em 1846, uma Mme. recém-chegada de Paris anunciava sua nova loja no *Jornal do Comércio*:

Madame Petit, modista de costureira de Paris, recém-chegada daquela capital, tem a honra de participar as senhoras desta corte que ontem, 5^a feira 4 de junho, abriu o seu salão na rua do Ouvidor nº 50, primeiro andar (...) As frequentes relações que tem Mme. Petit com Paris a habilitaram para estar sempre em dia com as modas daquela capital (n. 154, 1846, p. 3).

Neste anúncio, Mme. Petit empregou uma estratégia de atração de novas consumidoras ao destacar relações com parisienses, as quais se comprometiam a mantê-la continuamente conectada às tendências emergentes na cidade. Dessa forma, Mme. Petit visava acessar sem entraves as inovações em voga em Paris, as quais, por sua vez, deveriam ser seguidas pelas mulheres fluminenses que estavam atentas a atualidade da moda, conforme expressado por Rainho (2002). Entretanto, ainda no ano de 1847, Mme. Petit resolveu retornar à Paris. Por esse motivo, colocou em leilão todas as peças comercializadas em sua loja: “uma rica mobília, todos os trastes, fazendas francesas, modas e bijuterias finas”, partindo Mme. Petit a bordo do navio *Superbe* (*Jornal do Comércio*, n. 261, 21 de setembro de 1847, p. 3).

Alguns meses antes da saída de Mme. Petit, o dono da Casa que a modista alugava já anunciava que a loja estava disponível: “Aluga-se o primeiro sobrado da casa da rua do Ouvidor nº 50, presentemente ocupado por Mme. Petit, costureira e modista de Paris; para informações, na farmácia da mesma casa” (*Jornal do Comércio*, n. 229, 19 de agosto de 1847, p. 4). O endereço situado no núcleo central da moda provavelmente não permaneceria vago por muito tempo, mas não se tornou Casa de nenhuma das modistas e costureiras investigadas nesta pesquisa.¹⁸⁵

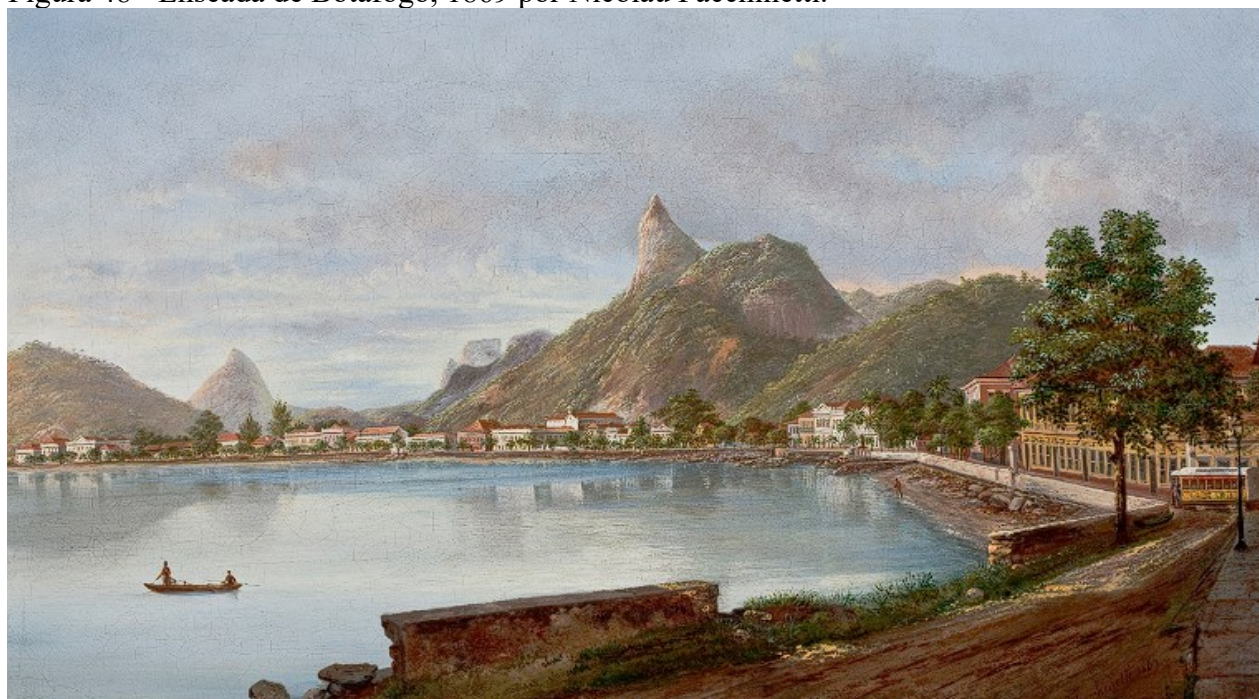
Assim como percebemos anteriormente, as modistas e costureiras estavam expandindo para as adjacências da região central da corte, diferentemente do que ocorria nas décadas antecedentes. Mme. Carolina Delmas, por exemplo, recém-chegada de Paris, abria uma Casa de modas na rua das Bellas Artes, nº 1 (*Jornal do Comércio*, n. 277, 1847, p. 4),¹⁸⁶ endereço próximo à praça da República, na freguesia de Santana. Uma modista, por exemplo, anunciava

¹⁸⁵ Posteriormente, em 1853, os negociantes Firmino José da Fonseca e José Antônio Guimarães de Lemos migram a Casa de modas que dirigiam para esse endereço.

¹⁸⁶ Mme. Delmas embarcou em Havre e veio na embarcação francês *Amélie* (*Diário do Rio de Janeiro*, n. 7593, 1847, p. 4). Mme. Delmas permaneceu na Casa rua das Bellas Artes até 1855 quando se mudou para uma região mais central: a rua da Quitanda nº 34 (*Almanaque Laemmert*, n. 12, 1855, p. 647).

que precisava de uma “senhora para ajudar no trabalho de agulha, corte de vestidos etc., em casa de uma senhora modista, *na praia de botafogo*, nº 56” (*Jornal do Comércio*, n. 244, 1847, p. 4). Essa senhora continuava a trabalhar com a moda nesse mesmo endereço até 1852, ano em que encontramos dados que nos levam à modista para a Praia de Botafogo (*Jornal do Comércio*, n. 130, 1852, p. 3). Na figura 48, é possível observar a enseada de Botafogo nos anos finais da década de 1860, alguns anos após o anúncio feito por esta senhora. A presença de um número significativo de residências sugere que não apenas as modistas estavam ampliando suas atividades, mas também que a própria cidade experimentava um crescimento significativo.

Figura 48 - Enseada de Botafogo, 1869 por Nicolau Facchinetti.



Disponível em: <https://masp.org.br/acervo/obra/enseada-do-botafogo>. Acessado 09 de mai. 2023.

Enquanto isso, retornando à região central, na rua São José, estava a loja de Mme. Ruffier Martelet.

Mme. Ruffier Martelet, modista e costureira de Paris, rua São José nº 64, 1 andar, venderá a preço de fatura todos os últimos modelos de chapéus do melhor gosto, manteletes, plumas de fantasia, turbantes, que lhe chegaram de Paris pelo último navio (*Jornal do Comércio*, n. 40, 9 de fevereiro de 1849, p. 1).

A loja de Mme. Martelet, no entanto, teve que ser rapidamente fechada em virtude de uma doença que forçou a modista a retornar para a Europa no mesmo ano (*Jornal do Comércio*, n. 73, 1849, p. 4). Ao que tudo indica, Mme. Martelet veio ao Brasil com seu marido, médico veterinário (*Jornal do Comércio*, n. 100, 11 de abril de 1849, p. 3), e, ainda que ela tenha voltado

à França, Ruffier Martelet continuou na cidade.¹⁸⁷ A rua São José, aparentemente, abrigava algumas Casas como a de Mme. Martelet e do personagem Vergueiro, do conto *Aires e Vergueiro*, escrito por Machado de Assis, em 1871 e publicado no *Jornal das Famílias* (1863-1878). O Sr. Luís Vergueiro havia começado um “negócio de fazendas” na rua, onde, posteriormente ao seu casamento com a personagem Carlota, alugou o sobrado de sua loja e foi morar ali na rua São José com sua esposa. Futuramente, devido ao sucesso de seus negócios, comprou a casa que abrigava seu comércio e seu lar.

Também na rua São José, estava localizada a loja de Mademoiselle Eugène, costureira e modista de Paris: “Mlle Eugène, costureira e modista, recém-chegada de Paris, faz vestidos, manteletes, visites, chapéus etc com gosto, brevidade e por preços muito moderados, na rua de S. José nº 46” (*Jornal do Comércio*, n. 334, 1849, p. 4). Próximo a esse local, identificamos Mlle. Léontine na rua do Cano. Assim como as demais modistas e costureiras, *Mademoiselle Léontine* afirmava ser parisiense e publicou duas vezes no *Jornal do Comércio*: “Mlle. Léontine, modista costureira de Paris, faz tudo o que concerne à sua arte; na rua do Cano nº 78, sobrado” (*Jornal do Comércio*, n. 303, 1849, p. 4).

Nesta subseção, nos dedicamos a apresentar e analisar algumas modistas francesas de menor renome. Tornar-se uma modista de sucesso ao se estabelecer em um país estrangeiro não era a realidade de todas as imigrantes francesas, embora tenha sido para algumas, conforme evidenciado nesta pesquisa. Muitas mulheres chegavam ao país e, por falta de sorte ou de contatos, não conseguiam consolidar suas atividades nas terras fluminenses. No entanto, continuavam a investir no mercado da moda como uma alternativa de trabalho, muitas vezes oferecendo serviços distintos dos convencionais e estabelecendo-se em endereços distantes. Para finalizar a última sessão desse capítulo, mencionaremos, de forma breve, alguns negociantes que estiveram presentes no mercado da moda. Esses negociantes de nada se diferem dos sócios já mencionados nesta pesquisa, como Auguste Leuba e L. N. Dufrayer, mas foram nomes presentes e destacados como “lojas de moda” no *A.L.* que, de certo modo, definia e apresentava os principais nomes do comércio fluminense.

¹⁸⁷ Sobre essa família encontramos a possível filha do casal francês: Marie Ludivine Martelet. Marie nasceu em 1824 na França, mas morreu no Rio de Janeiro, em 1902 (Brasil, Rio de Janeiro, Registro Civil 1829 – 2012, 5ª circunscrição, óbitos de 1901 – 1902).

3.4 Negociantes que *apostaram* no mercado da moda

A partir do século XVIII armazéns que vendiam tecidos tornaram-se progressivamente mais proeminentes na corte. Ao longo dos anos, em consonância com o desenvolvimento da cidade, observou-se a proliferação de numerosos armazéns. Vários negociantes direcionaram investimentos para o mercado da moda, logrando êxito em suas atividades comerciais, enquanto outros se associavam a renomadas modistas da época. Antes da década de 1840 podemos citar alguns negociantes que se associaram a modistas, como Auguste Leuba, L. N. Dufrayer e E. Marcassus. Nesta subseção, concentramo-nos na apresentação e compreensão da figura de alguns comerciantes que apostaram nesse paradigma comercial.

A presença de negociantes no mercado da moda demonstra como esse mercado tinha um grande potencial econômico. É uma evidência de que pessoas de negócio, com capital disponível, optavam por entrar nesse campo. Isto é, o mercado da moda não era composto apenas pelas mulheres que tinham determinadas características, habilidades e expertises, ainda que elas fossem primordiais nesse ambiente. Ele era, de fato, um mercado com extenso potencial econômico, mesmo frente a outras alternativas.

Isso não garantia, no entanto, que todos esses negócios tivessem sucesso, como poderemos vislumbrar ao longo dessa subseção, considerando que várias lojas fechavam algum tempo depois. A alta concorrência mencionadas em capítulos anteriores resultava em situações diferentes: mulheres que insistiam nesse negócio, em contrapartida aos negociantes que, no momento que o estabelecimento deixava de ser rentável, buscavam outras alternativas. O mercado da moda, a partir da percepção dos negociantes, era uma oportunidade e nada mais. Para as mulheres, no entanto, era um ofício pertinente que lhes permitia alcançar status e bens materiais (em algumas situações) que outros mercados, talvez, não permitiriam.

No endereço situado à rua do São Pedro, nº 244, em 1842, foi inaugurada a loja sob a administração do Sr. Manoel Pires da Costa. Este estabelecimento, em seu interior, abrigava modistas que estavam sob sua supervisão. Contrariamente às outras lojas mencionadas anteriormente, este comércio, em sua essência, consistia em uma propriedade masculina. Entretanto, mesmo sendo de propriedade de Manuel da Costa, dependia do labor das modistas para competir de maneira eficaz com os demais estabelecimentos no contexto do mercado da moda fluminense (*Jornal do Comércio*, n. 319, 1842, p. 4).

Ao longo de todo o período analisado o comércio rentável das modas chamava a atenção de grandes negociantes do período. Bernardo Wallerstein destacou-se como o negociante

responsável por uma das principais Casas de moda da cidade, figurando proeminentemente nos periódicos de moda como uma das principais referências a serem consultadas pelos consumidores em busca de aquisição de tecidos, adornos e indumentárias. Bernardo Wallerstein estava no Brasil desde os anos finais de 1820 e no começo década de 1830, anunciando-se, frequentemente, como *marchande de nouveautés*, na tradução literal: comerciante de novidades (*Almanaque dos Negociantes do Império*, n. 3, 1832, p. 263).

A posteriori, Wallerstein trabalhou vendendo vinhos (*Jornal do Comércio*, n. 106, 1835, p. 4) e entrava e saía do Brasil em direção à Europa com certa frequência (*Jornal do Comércio*, n. 217, 1835, p. 4). Em 1840, ele optou por ingressar no mercado da moda e, possivelmente devido a sua já estabelecida notoriedade na corte, tornou-se rapidamente fornecedor da Casa Imperial:

Bernardo Wallerstein & C., fornecedores da Casa Imperial, tem loja de modas com todos os artigos ditos de Paris, joias, sedas, selaria; sortimentos de sapatos para homens, senhoras e meninos. Tem Casa em Paris de onde recebe todos os seus artigos; rua do Ouvidor nº 70 (*Folhinha Comercial*, n. 2, 1840, p. 30).

Provavelmente Wallerstein contratava modistas e costureiras para trabalhar em seu empreendimento; no entanto, em nenhum momento mencionou os seus nomes, apesar de ser possível elucubrarmos que algumas das senhoras e jovens que se ofereciam nos jornais tenham sido contratadas por sua Casas. Enquanto foi rentável para Wallerstein, ele continuou seus negócios nesse campo.

Assim como na loja de Wallerstein, poderíamos imaginar modistas na loja do negociante Alfonso e C. que era, à época, administrada por P. Saisset.¹⁸⁸ A loja de Afonso estava localizada no nº 68 da Rua do Ouvidor e contava com o trabalho das “melhores costureiras e modistas desta corte” conforme publicação do *Jornal do Comércio* (n.15, 1844, p. 4). Após sua retirada dos empreendimentos, os sócios e negociantes Pedro Blandin e Batet relocaram-se do nº 101 da mesma rua para a Casa de nº 68. Nesse novo endereço, instalaram sua fábrica de “sellins e fundas”¹⁸⁹ e continuaram vendendo “modas e fazendas francesas”, chapéus e toucas (*Jornal do Comércio*, n. 241, 1844, p. 3). A sociedade entre os dois foi desfeita em 1846 (*Jornal do Comércio*, n. 308, 1846, p. 4); então, em 1847, o estabelecimento passou a ser apenas de Blandin, que continuou a ser mencionado no A.L. como “loja de modas”.

¹⁸⁸ P. Saisset era o francês casado com Mme. Saisset citada na nota 49.

¹⁸⁹ Funda era, de acordo com o Dicionário da Língua Portuguesa, uma peça do vestuário das mulheres: “ligadura, ou peça de suster, e cobrir os peitos, usada pelas mulheres” (Silva, 1858, p. 77).

Outros negociantes optaram por ingressar no mercado da moda nesse período. Pedro Maria do Couto e C., por exemplo, comprou a casa da rua do Ouvidor nº 32, que estava sendo traspassada em 1843 (*Jornal do Comércio*, n. 216, 1843, p. 5), e abriu um comércio que vendia chapéus de palha para senhoras a atacado. Quando Pedro percebeu que o empreendimento não lhe dava o lucro que imaginava (*Jornal do Comércio*, n. 323, 1845, p. 2), vendeu-o a Bernardino Dias Pinheiro que, no entanto, não continuou com os negócios no mercado da moda (*Jornal do Comércio*, n. 288, 1844, p. 4).¹⁹⁰

Lassale Roy e C. também foram negociantes que decidiram adentrar no mercado da moda. Em 1841 estavam anunciando no *Jornal do Comércio* que precisavam de costureiras brancas (nº 277, p. 4). Apesar do A.L. ter classificado-os como loja de fazendas, poucos foram os anúncios nesse sentido publicados nos jornais; em 1846 realizou-se um leilão na loja onde podemos verificar que lá eram vendidos fazendas e sapatos franceses (*Jornal do Comércio*, n. 154, 1846, p. 3) e, posteriormente, a loja foi colocada para aluguel, sendo própria para armazéns (*Jornal do Comércio*, n. 349, 1847, p. 3).¹⁹¹

Em 1848, José da Fonseca vendia produtos em varejo e atacado em sua loja, em conformidade com que algumas modistas vinham fazendo nos últimos anos (*Almanaque Laemmert*, n. 5, 1848, p. 414). Ao longo da década de 1850, José da Fonseca figurava como proprietário de uma “loja de modas” no A.L. Entretanto, a partir da década subsequente, o referido negociante deixou de ser mencionado nessa categoria específica, embora tenha mantido sua atividade comercial no mesmo endereço. Essa transição sugere que, possivelmente, ele tenha optado por se retirar do mercado da moda, apesar de ter se mantido em outras atividades comerciais. A conjectura aponta para a possibilidade de que o aumento da concorrência, resultante do crescimento no número de modistas, costureiras e negociantes, tenha influenciado a decisão de José da Fonseca de deixar esse modelo específico de comércio.

A loja do Sr. Alexandre Castel teve um relativo êxito na década de 1840. Castel era, em 1841, um jovem francês de 22 anos que, de acordo com o documento da Polícia da Corte, era “caixeiro, baixo, claro, com cabelos curtos, olhos pretos, rosto comprido e com pouca barba”

¹⁹⁰ Pedro Maria do Couto era um jovem que almejava entrar para o ramo dos negócios, pediu, portanto, empréstimo a Bernardino que lhe emprestou o dinheiro e deixou a casa hipotecada; Pedro solicitou que Bernardinho lhe comprasse a casa quando percebeu que ela não lhe daria o lucro almejado; Pedro continuou devendo uma quantia a Bernardo, então seu sogro João Teixeira Godinho foi até os jornais escrever criticando a atitude de Bernardo e intitulado seu artigo de “novas maneiras de adquirir” (*Jornal do Comércio*, n. 323, 1845, p. 2).

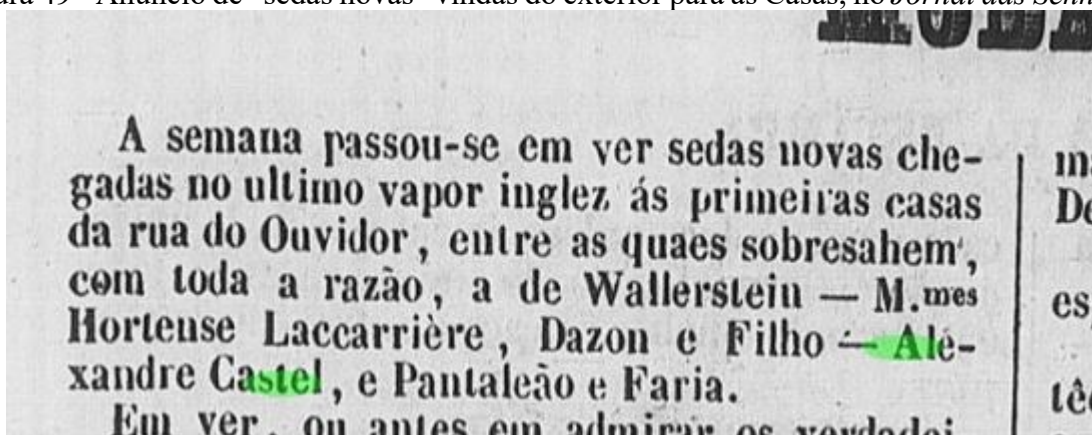
¹⁹¹ Os sócios e negociantes Eugenio Larrier e Holagray adquiriram a loja (*Almanaque Laemmert*, n. 16, 1859, p. 679).

(BR ANRIO. Cód. 423). Negociante na corte brasileira, percebeu que os negócios no mercado da moda estavam em expansão e abriu um comércio na rua do Ouvidor, nº 44 (*Almanaque Laemmert*, n. 5, 1848, p. 414).

Os estabelecimentos de moda sob a liderança masculina, que passaram a se tornar mais frequentes na década de 1840, mantiveram-se presentes ao longo do decênio de 1850. Os negócios de Alexandre Castel prosperaram e na década de 1850. Ele contava com lojas em Paris e em Porto Alegre, além do comércio na capital fluminense (*Jornal do Comércio*, n. 80, 1850, p. 3). Indo e voltando frequentemente de Paris, Alexandre garantia a qualidade de suas peças por serem compradas em sua Casa parisiense, que se encontrava na rua d'Enghien nº 19 (*Almanaque Laemmert*, n. 9, 1852, p. 479).

Essas Casas eram mencionadas em grandes periódicos que circulavam na corte, como o próprio *Jornal das Senhoras*, como destacado na Figura 49.

Figura 49 - Anúncio de “sedas novas” vindas do exterior para as Casas, no *Jornal das Senhoras*.



Fonte: *Jornal das Senhoras*, n. 31, 1854, p. 1.

A ascensão observada em 1850, no entanto, foi desfeita em 1857 quando a loja de Alexandre Castel começou a ser leiloada (*Correio Mercantil*, n. 215, 1857, p. 2); em 1860 a situação agravou-se, culminando na declaração de falência e encerramento dos negócios. O negociante Castel foi acusado de falência culposa em razão da cessão do seu estabelecimento de modas da rua do Ouvidor (*Correio Mercantil*, n. 142, 1862, p. 2). Nesse período, Alexandre Castel já havia se retirado do Rio de Janeiro, tendo outorgado uma procuração em nome de Isidore B. para gerir o encerramento de suas atividades comerciais (*Correio Mercantil*, n. 3, p. 3).

Em meios semelhantes, identificamos a loja de Pantaleão e Faria, também mencionada no trecho apresentado na Figura 49. O comércio, tal como de Castel, estava localizava na rua do Ouvidor, mas no nº 32 (*Almanaque Laemmert*, n. 7, 1850, p. 359). A Casa, situada na

esquina da rua do Ouvidor com a rua da Direita fechou em 1855. Os negócios retomaram sob a gestão de Joaquim Carvalho de Miranda (*Correio Mercantil*, n. 105, 1856, p. 1). De 1850 a 1855, além do *Jornal das Senhoras*, o estabelecimento de Pantaleão e Faria foi citado em outros relevantes periódicos que se atentavam às modas, como o *Novo Correio das Modas*, em 1852 (n. 2, 1852, p. 72) e o *Periódico dos Pobres*, no ano seguinte (n. 116, 1853, p. 3). Conforme observado ao longo desta pesquisa, é notável a recorrência de endereços compartilhados entre modistas, costureiras e Casas de Moda. Em diversos casos, um único local era subdividido em "lojas" A e B. Em 1851, como exemplificação, Godart e Jacintha Wenteworth compartilhavam o mesmo endereço na rua do Ouvidor, número 72 (*Almanaque Laemmert*, n. 9, 1852, p. 479).

Em 1852, os sócios Firmino José da Fonseca e José Antônio Guimarães de Lemos inauguraram um armazém de modas no nº 46 da rua do Ouvidor. Este estabelecimento comercial oferecia produtos como chapéus, manteletes e luvas, itens comumente encontrados nesses tipos de lojas, conforme relatado no *Jornal do Comércio* (n. 81, 1852, p. 3). No mesmo ano, transferiram suas operações para o nº 50 da rua (*Jornal do Comércio*, n. 319, 1852, p. 3), tornando-se vizinhos da renomada modista Catharina Dazon, que, naquele ano, ocupava o sobrado do número 51. Próximo a Firmino da Fonseca e José Antônio de Lemos identificamos a presença de François Paquet, na rua do Ouvidor nº 64. Essa numeração já havia sido compartilhada pelas Mme. Lacarrière, Mme. Murat e Mme. Dujardin, sendo, portanto, um endereço renomado. Em 1856, contudo, Paquet transferiu sua loja para o Largo de São Francisco de Paula, nº 26, sobrado (*Almanaque Laemmert*, n.13, 1856, p. 609) onde se manteve até a década seguinte. O negociante vendia em seu estabelecimento fazendas francesas para outros lojistas, como podemos observar no trecho:

Recebeu pelos últimos navios de Havre um grande sortimento de fazendas de todos os gêneros, próprias tanto para os Srs. Negociantes da corte, como para pessoas que costumam comprar para negócios nas províncias e mais fazendas (*Jornal do Comércio*, n. 303, 1852, p. 3).

Em 1855, a loja *A Guanabara*, especializada em fazendas e roupas feitas, sob a direção do negociante João Pereira de Azevedo e Pacheco, situada na rua São José nº 76, envolvia também a participação de alfaiates (*Jornal do Comércio*, n. 349, 1855, p. 4). Destacava-se, entre eles, o Sr. Bernardino Pacheco Ferreira Guimarães, contribuindo para a notoriedade da loja ao comercializar renomadas fazendas francesas (*Jornal do Comércio*, n. 16, 1856, p. 3). Além disso, havia a utilização do trabalho de alfaiates escravizados, conforme destacado no *Jornal do Comércio* (n. 143, 1856, p. 4). Posteriormente, o alfaiate Bernardino tornou-se sócio de João

Pereira, mas essa associação foi rapidamente dissolvida ainda no ano de 1856 (*Jornal do Comércio*, n. 135, 1856, p. 4).

Ainda em 1855, a Casa de Modas de Pereira da Silva vendia fazendas exclusivamente para senhoras na rua da Quitanda nº 11. Nos anúncios divulgados por sua Casa frisava-se que as senhoras que desejassem conhecer as fazendas vendidas em seu estabelecimento poderiam solicitar que os caixeiros “sempre disponíveis” levassem os produtos até as suas casas, facilitando o conforto das consumidoras. No entanto, quem optasse por ir até à loja poderia encontrá-la aberta de 6 até as 22 horas, contabilizando dezesseis horas que a Casa ficava em funcionamento (*Jornal do Comércio*, n. 90, 1855, p. 6). Algumas modistas declaravam que suas Casas ficavam abertas até tarde da noite, incluindo Mme. Durocher, que abria seu estabelecido por longas horas no período noturno durante a década de 1820, conforme relato de sua filha, Josephine.

Apresentamos, mesmo que de maneira concisa, alguns dos negociantes que ingressaram no cenário da moda no século XIX. A escolha da palavra “aposta” talvez não seja a mais precisa, pois os negócios no âmbito da moda eram geralmente lucrativos para os comerciantes; no entanto, para a maioria que testemunhou o fechamento rápido de suas Casas de Moda, a empreitada parece não ter perdurado por muitos anos. As trajetórias desses negociantes persistiram ao longo do tempo, desenvolvendo associações e investimentos em outros modelos de negócios mais lucrativos.

Essa associação entre grandes negociantes e modistas registra e reitera de maneira significativa a expansão e desenvolvimento do mercado da moda na sociedade fluminense enquanto um modelo de negócio potencialmente lucrativo e que se expandia com base no desenvolvimento da própria moda enquanto um negócio. A presença de homens nesse modelo de negócios, no entanto, não era tão relevante e expressiva quanto a importância desse mercado para a história das mulheres que configura como um registro prático da autonomia e independência de mulheres de uma “classe média” branca no Oitocentos.

Esse capítulo teve como objetivo registrar o crescimento exponencial desse mercado e como as características das mulheres inseridas nesse modelo foi, aos poucos, mudando de figura. Se nas décadas de 1810 e 1820 as mulheres eram, em suma, imigrantes francesas e concentravam-se na freguesia da candelária, nas décadas seguintes essa estruturação foi sendo modificada e mulheres passaram a figurar em lugares marginalizados da cidade e apresentar-se em outras freguesias, muitas vezes consideravelmente distante da rua do Ouvidor, que, como vimos anteriormente, era o epicentro de Casas de Moda. O que observamos nesta parte da tese

é que as próprias Casas foram se modificando e começando a atender um novo público consumidor. Em diversos casos, lojas passaram a comercializar para outros estabelecimentos, modistas e costureiras começaram a produzir roupas para homens e crianças, e algumas mulheres buscaram ofertar serviços complementares ao mercado da moda, como os processos de lavar e engomar roupas. Essas expansões podem ser entendidas através da ideia de “mapa da moda” difundida nessa parte da tese, em que é possível destacar e compreender as principais características e heterogeneidades existentes nesse mercado no período.

A história nos mostrou por diversas vezes que a figura dos homens se impôs sobre as mulheres, características inerentes a uma sociedade patriarcal. Nesse contexto, mesmo considerando que os negociantes atuavam de maneira distinta no cenário da moda em comparação às mulheres, suas identidades e atividades estão claramente registradas nos arquivos da Junta Comercial. Em contraste, as mulheres, na qualidade de negociantes, são notavelmente escassas nessa documentação. As suas presenças na imprensa sugerem a participação feminina em um modelo de negócios predominantemente conduzido por mulheres, enquanto os documentos manuscritos limitam nossa compreensão à presença masculina entre os negociantes. No mapa da moda, as lojas comandadas pelos negociantes estão, quase sempre, fixadas na rua do Ouvidor e presentes enquanto grandes instituições. Na Figura 50 podemos vislumbrar uma representação das presenças mencionadas nesta subseção.

Figura 50 - Mapa das localizações anunciadas por lojas do mercado da moda entre 1816 e 1859.



Fonte: Elaboração própria a partir de *ImagineRio*. Disponível em: <https://www.imagerio.org/pt/map>. Acessado 30 de nov. de 2023.

Aproveitando a inserção na década de 1850 nesta subseção, no capítulo quatro nos dedicaremos sobre esse período. Será empreendida uma análise das trabalhadoras do campo da moda durante os anos de 1850, destacando a presença significativa de modistas e costureiras de diferentes nacionalidades. Nota-se que, nesse cenário, algumas Casas de Moda lideradas por mulheres francesas mantinham sua proeminência na rua do Ouvidor, gerando considerável repercussão entre as consumidoras. No próximo capítulo, além de concentrarmos na década de 1850, investigaremos de maneira mais aprofundada os *trajes de emancipação*. Além disso, abordaremos de forma sucinta a ideia de emancipação e o papel desempenhado pelas mulheres que atuavam no campo da moda.

4 “A SUA AGULHA SERÁ FATAL PARA VÓS”: AS MULHERES QUE TRABALHAVAM NO CAMPO DA MODA NA DÉCADA DE 1850

A década de 1850 representou um período crucial na história das mulheres, marcado, principalmente, pelo desenvolvimento da imprensa feminina. Nesse contexto, emergiram diversos jornais dedicados exclusivamente às mulheres, bem como publicações redigidas por mulheres, proporcionando, de certa forma, voz a um público que anteriormente não desfrutava desse espaço (Duarte, 2017).¹⁹² O decênio dos anos 1850, no entanto, não foi significativo apenas para a história das mulheres, mas para a história do Brasil em geral. D. Pedro II foi um governante que, em muitos aspectos, auxiliou no desenvolvimento tecnológico do país: linhas ferroviárias e a chegada da iluminação são alguns dos exemplos que demarcam essa característica governamental dos anos de 1850 (Schwarcz, 1998). Além desses indicadores de progresso, foi nesta década que o tráfico de escravizados tornou-se ilegal no país modificando, portanto, uma estrutura econômica que era basilar na sociedade do período.¹⁹³

O desenvolvimento do país caminhava junto aos ideais de progresso e civilidade que se inspiravam nos países europeus. A exemplificação desses ideais pode ser observada nas vias urbanas que abrigavam as Casas de Moda. A região central da cidade, por sua vez, destacou-se como o epicentro inicial desse processo evolutivo, dando origem, ao longo dos anos finais do século XIX e no decorrer do século seguinte, a estabelecimentos como cafeterias, restaurantes e cinemas, que serviram como testemunhos tangíveis desse desenvolvimento. A praça Marechal Floriano, popularmente conhecida como Cinelândia, concentrou cinemas e espaços de lazer no século seguinte.

O Rio de Janeiro estava, portanto, sob os olhos do mundo ocidental. A expansão da cidade, capital de um país em plena evolução, prometia ser o centro desse crescimento. Como consequência, encontramos, apenas nesse período, 116 mulheres anunciando-se como modistas e/ou costureiras nos mais diversos jornais da corte. Sem contar com as trabalhadoras que desde a década anterior já estavam em plena atividade e continuaram exercendo esses ofícios nos anos

¹⁹² Neste trecho estamos falando especificamente de mulheres brancas e que não eram pobres, por isso, é necessário fazer um recorte interseccional de classe e raça a respeito dessas mulheres.

¹⁹³ Com o fim do tráfico de escravizados, recursos financeiros que antes eram destinados a ele, foram realocados em outras áreas acarretando um consequente investimento na cidade.

1850, o que faria esse número aumentar significativamente.¹⁹⁴ Da rua do Ouvidor à Travessa do Senado, passando pela rua da Assembleia e pela de S. Pedro, localizamos modistas e costureiras pela cidade. Algumas dessas trabalhadoras vendiam seus produtos diretamente para as ricas consumidoras que passeavam pelos endereços centrais; outras, por sua vez, estabeleciam transações comerciais no formato de atacado, negociando com as próprias modistas.

Nesse ínterim, o progresso feminino ganhava espaço, em especial, quando viam as mulheres como responsáveis pelo futuro do país, ou seja, pelas crianças que cresceriam inspiradas e criadas por uma mãe que deveria almejar o crescimento da sua nação (Reis, 2020). Com o intuito de formar boas mães, a imprensa incentivava, portanto, que as mulheres pudessem estudar: “desde o início do Oitocentos, a imprensa periódica se empenhou na causa da educação feminina” (Carula, 2016, p. 262). Nesse sentido, a emancipação feminina, inspirada nos ideais de educação das mulheres próprios do século XIX, inspirou-se no desenvolvimento do país. Estrategicamente, as mulheres foram se inserindo em meios sociais, culturais e laborais que lhes permitiram autonomia suficiente para ministrarem suas vidas. Dito isso, o objetivo deste capítulo é compreender as mulheres que se ocupavam das atividades do mercado de moda na década de 1850. Para além, iremos, de forma concisa, discutir a emancipação das mulheres tendo como base os *trajes de emancipação* que foram divulgados para as brasileiras a partir dos periódicos femininos em 1851/1852.

Incorporados a esses ideais, o campo da moda, durante os anos de desenvolvimento da década de 1850, sofreu alterações significativas, sobretudo no âmbito do progresso têxtil. A partir do decênio subsequente, por volta de 1860, diversas fábricas passaram a integrar a paisagem urbana de cidades como Rio de Janeiro e São Paulo, sendo a expansão da malha ferroviária um elemento determinante para esse crescimento considerando a comercialização dos produtos e o traslado das manufaturas (Fujita; Jorente, 2015). A introdução de máquinas de costura no país, mas principalmente na capital do império, também desempenhou um papel crucial, promovendo uma transformação na estrutura desse mercado e conduzindo a uma expansão intrínseca.

Nesse período, com o crescimento da imprensa voltada para as mulheres, conforme mencionado no primeiro parágrafo deste capítulo, os artigos de moda presentes em sessões dessas folhas não paravam de surgir e ditar as modas a serem seguidas pelas mulheres, modas

¹⁹⁴ Podemos citar algumas modistas como Mme. Dujardin e Mme. Héruville.

estas que as modistas e costureiras deveriam ser capazes de (re)produzir. Através da imprensa um dos modelos de traje que mais movimentaram a década de 1850 surgiu para as consumidoras fluminenses: o *Traje de emancipação*. Esse estilo de indumentária será explorado a seguir, na primeira seção deste capítulo e demonstraremos que, de certo modo, a ideia de sua concepção buscou fazer a agulha das modistas e costureiras um artifício “fatal para os homens” ou, pelo menos, foi o que os jornais da corte buscaram externar.

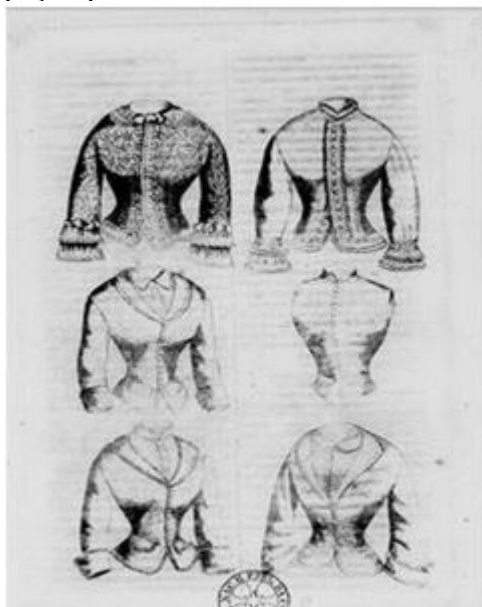
4.1 “Há muito que as senhoras reclamavam uma reforma útil e necessária no seu modo de vestir”: Os trajes de emancipação

Teresa Rivas era uma das poucas mulheres que haviam adotado as calças largas e o colete masculino, lançados pouco tempo antes por uma estilista francesa, traje que ela complementava com camisa branca engomada e gravata... Josephine a confundiu com um homem, que era justamente o efeito que a outra desejava provocar (Allende, 2021, n.p.).

A escritora chilena Isabel Allende no romance recentemente publicado *Violeta* descreveu uma personagem transgressora da história, Teresa Rivas, como uma mulher que vestia trajes “masculinizados”. Apesar do romance se desenrolar no século XX e mencionar que os trajes teriam sido “lançados pouco tempo antes por uma estilista francesa”, pesquisas historiográficas indicam que tais vestimentas foram introduzidas em um período anterior. No decorrer do século XX, a adoção de trajes considerados “masculinos” por mulheres tornou-se mais preeminente, um fenômeno que pode ser atribuído à natureza cíclica da moda e à persistência, desde aquela época, das demandas femininas de se “assemelharem” aos homens.

O uso de coletes masculinos por mulheres foi uma prática comum na segunda metade do século XIX. Introduzidos e apresentados à sociedade na França durante a década de 1840, esses trajes logo foram adotados no Rio de Janeiro, sendo publicado em 1852 no *Jornal das Senhoras*: “Ora aqui tendes a explicação de uma das modas mais elegantes, cômoda, útil e econômica, que há anos a esta parte tem aparecido. As senhoras, em geral, podem fazer, mesmo em casa, os seus coletes” (n. 2, 11 de jan. 1852, p. 1).

Figura 51 - Traje de emancipação publicado no *Jornal das Senhoras*, em 1852.



Fonte: *Jornal das Senhoras*, n. 12, 21 de mar. 1852, p. 8.

O *traje de emancipação* pregava o uso de paletós e coletes com o objetivo das mulheres se locomoverem de maneira mais cômoda. Conforme a percepção proposta pelo *Jornal das Senhoras*, um periódico de natureza emancipatória, o ato de vestir roupas caracterizadas como masculinas era percebido não apenas como uma conveniência, mas também como uma manifestação destinada a promover ideias que advogavam pela necessidade de as mulheres desfrutarem dos mesmos direitos que os homens, tanto em questões sociais quanto, inclusive, políticas. Conforme afirmado por Joana Monteleone essas ideias de modificações nas roupas “femininas” tiveram início na Revolução Francesa e as primeiras intervenções políticas a favor da participação das mulheres (2013).

Dito isso, de acordo com o *Jornal das Senhoras*, esse colete era uma verdadeira forma de emancipação das mulheres do período. Guilherme Gonçalves (2021), historiador que se dedicou a estudar o *traje de emancipação*, afirma que os coletes eram emancipatórios somente na perspectiva do *Jornal das Senhoras*. Gonçalves declara, inclusive, que os coletes já haviam sido apresentados ao público brasileiro em 1851 por meio do periódico *Álbum das Senhoras*, mas sem a concepção emancipatória trazida pelo *Jornal das Senhoras*.

Os trajes de emancipação, conforme delineados no *Jornal das Senhoras*, ou mais especificamente os coletes destinados às mulheres, conforme mencionado no *Álbum das Senhoras*, constituíram um elemento de moda divulgado nos primeiros anos da década de 1850 e estiveram em voga não apenas por sua distinção intrínseca, mas também devido à imposição

ditada pelas normas da moda vigentes. Conforme reportado pelo *Jornal das Senhoras*, esses trajes eram inspirados nos modelos franceses, sendo sua divulgação na publicação justificada pela assertiva de que, "no século XIX, a moda provinha, em grande medida, de uma única fonte: Paris" (Crane, 2006, p. 46); mas também frisavam o teor emancipatório que o colete trazia consigo. Os coletes para mulheres, apesar de chegarem no Brasil nos anos de 1850, surgiram, de acordo com Crane (2006) em 1846 e continuaram sendo utilizados por pelo menos uma década. Ainda segundo a socióloga, "o paletó combinando com saia para compor um conjunto foi chamado de "símbolo da mulher emancipada no século XIX" (2006, p. 209), além disso, os trajes não comportariam calças para as mulheres já que seria um desafio ao sistema maior do que muitas mulheres estariam dispostas a enfrentar.¹⁹⁵

Embora os coletes tenham sido apresentados no *Jornal das Senhoras*, não se pode afirmar com certeza se foram efetivamente utilizados pelas mulheres da época. Ao analisar periódicos, é imperativo adotar uma postura crítica em relação à veracidade das informações veiculadas por eles. No entanto, em outras publicações contemporâneas, é possível identificar colunas que criticavam vigorosamente os trajes associados à emancipação. Isso nos levou a conjecturar que, pelo menos algumas mulheres, de fato, adotaram tais vestimentas, e a propagação da ideia de emancipação pelo *Jornal das Senhoras* incomodou a estrutura patriarcal predominante no cenário do século XIX, onde esperava-se que as mulheres não interferissem em questões políticas, ainda que fossem mulheres brancas de elites e classes medianas (Ribeiro, 2019). Nesse mesmo ano, foi publicado no *Novo Correio das Modas* um artigo com o nome de *Negócios de emancipação feminina*, em que uma jovem proclamava as mudanças:

Há muito que as senhoras inglesas e americanas, disse ela, reclamavam uma reforma útil e necessária no seu modo de vestir. Aquelas que tomarão a iniciativa, a este respeito, na América, cabe a honra de se haverem interessado em abolir vivamente a escravidão. As senhoras americanas refletirão que há uma outra escravidão a abolir, escravidão contra a qual não tem poder a religião, a moral, nem a lei. É a moda. Com efeito a moda é contra todas as leis da natureza, chegando mesmo a pôr em perigo a vida das mulheres. Por causa dela gasta-se mais do que se deve gastar, e as barbas dos espartilhos com que se tortura a mulher impedem que esta preste à sociedade os serviços que deveria prestar (*Novo Correio das Modas*, n. 1, 1852, p. 27).¹⁹⁶

¹⁹⁵ Sobre o uso de calças para mulher ver: Bard, Christine. *Une histoire politique du pantalon*. Paris: Seul, 2010.

¹⁹⁶ Esse trecho publicado no *Novo Correio das Modas* também se referia às calças femininas comercializadas pela estadunidense Amélia Bloomer. Amélia Jenks Bloomer foi uma estadunidense que dirigia o periódico *The Lily* e, apesar de menos conhecida que as demais senhoras como Elizabeth Cady Stanton e Susan B. Anthony, estava presente na conferência de Seneca Falls e lutava pelos direitos das mulheres. Bloomer defendia que os trajes das mulheres deveriam ser mais confortáveis, por isso, na década de 1850 publicou em seu jornal um estilo de vestuário que ficaria conhecido pelo seu sobrenome (apesar de não ter sido uma criação de Amélia Bloomer, ela foi sua principal divulgadora), e que se tratava de uma calça por baixo dos vestidos das mulheres. Quanto as referências de Amélia Jenks Bloomer no Rio de Janeiro há uma citação a respeito da sua proposta de "a moda propende cada vez mais a assemelhar a mulher com o homem", em um folhetim que ocupava a primeira página

No século XIX observou-se que os homens expressavam críticas de forma sutil em relação ao emprego do traje de emancipação. No folhetim “A emancipação da mulher”, por exemplo, o autor Antônio de Castro Lopes escreveu sobre o ultraje do seu uso e a tentativa vã de emancipação por parte das mulheres. Citado na introdução, o folhetim havia sido publicado na *Marmota* em 1864, o folhetim foi escrito exatamente no ano de 1852, quando os ideais emancipatórios associados ao traje surgiram no *Jornal das Senhoras*. A tentativa de restringir os trajes revelou-se inútil, conforme evidenciado pelo uso recorrente de peças *tradicionalmente masculinas* por mulheres a partir do século XX, incluindo calças, paletós, gravatas e outros elementos.¹⁹⁷ Conforme argumentado por Calanca (2011), a moda transcende sua natureza de mero objeto para se tornar uma mentalidade, tornando-se, assim, imune a tentativas de contenção.

O espanto que essa novidade trouxe para os homens é uma característica das constantes novidades que a moda representa. Tendo em vista essa concepção, nos torna evidente que “a moda não cessou de despertar críticas, de chocar, muitas vezes frontalmente, as normas estéticas, morais e religiosas dos contemporâneos” (Lipovetsky, 2009, p. 41). O alvoroço que tal traje provocou pode ser explicado pela oposição que fazia as roupas usualmente femininas, que tendiam a valorizar a cintura e “exaltar tributos da feminilidade” (Lipovetsky, 2009, p. 31), enquanto a utilização de roupas ‘masculinas’ retirava a sexualidade que os trajes femininos davam às mulheres, consequentemente, na teoria, impediria o *bello sexo* de valorizar seu corpo em prol da conquista, por conseguinte, de um possível matrimônio, destino final oferecido a essas senhoras, conforme destacado por Gilda de Mello e Souza, ao referir-se aos trajes femininos: “a roupa cobre, conscienciosamente, o corpo da mulher, mas nem por isso deixa de acentuar-lhe as características sexuais, aumentando-lhe os quadris... contraindo-lhe a cintura” (2005, p. 93).

No universo das modistas e costureiras o traje de emancipação parece ter sido apenas mais uma das modas que surgiram na França em meados do Oitocentos e chegaram no Brasil nesse mesmo período. Em contraponto à nossa hipótese inicial, a indumentária emancipatória do *Jornal das Senhoras* não causou o furor descrito no periódico para aquelas mulheres

no *Diário do Rio de Janeiro*, com o nome de *Livro do Domingo* (n. 159, 08 de junho de 1856, p. 1); em 1857 ela foi citada novamente no periódico como uma moça encarregada de assuntos do vestido (n. 266, 30 de setembro de 1857, p. 2).

¹⁹⁷ Sobre o assunto ver o capítulo “Vestuário feminino como resistência não verbal: fronteiras simbólicas, vestuário alternativo e espaço público” no livro *A moda e seu papel social: classe, gênero e identidade das roupas* de Diana Crane.

trabalhadoras que, ao final de uma jornada cansativa, interessavam-se mais nos lucros obtidos através da produção dos mais diversos itens em voga, do que na moda – enquanto uma indumentária ou um traje específico - em si.

Concomitantemente, o *Jornal das Senhoras* não findava suas indicações à Mme. Barat que, de acordo com o periódico, era a modista mais qualificada para a produção do traje emancipatório.¹⁹⁸ Conforme mencionado nos capítulos 1 e 3, a responsável pela sessão de modas da folha, recomendava que as leitoras visitassem as lojas do Sr. Wallerstein, de Mme. Josephine Meunier, bem como comprassem os adornos de cabeça com Mme. Hortense Lacarrière, além do estabelecimento de Mme. Barat.

É para admirar a variável e esquisita guarnição desses enfeites que a casa de Mme. Barat recebeu ultimamente de Paris: a arte presidida pelo trabalho do mais apurado bom gosto parece nada mais ter a fazer depois da criação de tais enfeites! Eles por si só fazem uma moda distinta. Ao mesmo passo ao armazém do Wallerstein vão chegando as mais delicadas e valiosas fazendas, pela maior parte das vezes ainda não estreadas em Paris, graças a solicitude e antecedência com que ele previne as suas remessas mensais; a transparente casa Paquet com seu sortimento de blondes; a de Mme. Hortense Lacarrière com sua longa fila de lindos e bem ornados chapéus, de Mme. Josephine (...) cada uma com seu gênero, atestam bem seguramente o desenvolvimento necessário do luxo e do bom tom no Rio de Janeiro (*Jornal das Senhoras*, n. 21, 23 de mai. 1852, p. 3).

Segundo o *Jornal das Senhoras*, caso a leitora desejasse adotar a moda dos trajes de emancipação, era recomendável procurar a modista Mme. Barat. A persistência dessas indicações frequentes de modistas e costureiras específicas nos jornais sugere que não se tratava apenas de uma preferência pessoal daqueles responsáveis por difundir a moda francesa nos ambientes fluminenses. Suscitamos a possibilidade de uma relação de amizade entre as colaboradoras das sessões de moda e essas modistas, assim como as Casas de moda que eram promovidas, a exemplo da Casa do Sr. Bernard Wallerstein.¹⁹⁹

Nesse contexto, outras modistas, costureiras ou estabelecimentos similares teriam a competência para confeccionar os trajes promovidos pelo *Jornal das Senhoras*, bem como pela imprensa de modo geral, embora não fossem explicitamente indicadas pelos periódicos. Outras folhas destinadas ao público feminino também adotavam a prática de sugerir que suas leitoras procurassem modistas específicas, como ocorria em *A Marmota*, *Periódico dos Pobres*, *O*

¹⁹⁸ Em um período anterior, Mme. Barat teve uma sociedade com Mme. Sophie Gudin que não perdurou por muitos anos e Mme. Barat seguiu sozinha por muitos anos na corte, associando-se aos jornais e sendo primeira modista da Casa Imperial, o que a tornou uma modista celebrada entre a elite fluminense.

¹⁹⁹ Na Casa do Sr. Wallerstein era possível, inclusive, comprar o *Jornal das Senhoras*, conforme anunciado no próprio periódico.

Espelho, entre outros. A recomendação dessas modistas para a confecção dos trajes de emancipação parece ter sido uma escolha dos responsáveis pelas colunas de moda desses periódicos. Contudo, é fundamental ressaltar que a ênfase dada à emancipação feminina pelo *Jornal das Senhoras* e a visibilidade desse modelo de traje são aspectos relevantes a serem destacados na historiografia da moda brasileira do século XIX. Portanto, mesmo que de maneira concisa, é necessário abordar o conceito de emancipação feminina no contexto fluminense do Oitocentos.

4.2.1 Mas afinal... qual era essa *emancipação feminina*?

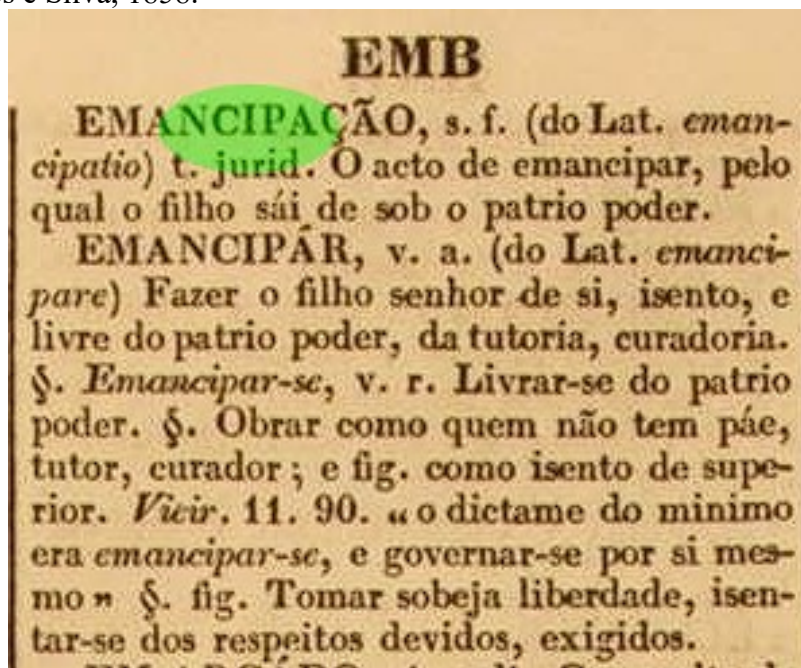
Nós julgamos conveniente declarar que advogando a causa da liberdade da mulher, na escolha de um marido, porque a mulher tem um coração muito mais sensível que o do homem, não queremos advogar a causa da sua emancipação, ideia esta que nos parece ridícula, e mais digna de desprezo, que de um sério exame (*Marmota Fluminense*, n. 279, 16 jul. 1852, p. 03).

A publicação transcrita acima foi publicada na *Marmota Fluminense* no mesmo ano da apresentação do traje descrito na seção anterior, ou seja, em 1852. Nesse período, a discussão acerca da emancipação feminina estava em evidência na imprensa, principalmente em periódicos como o *Jornal das Senhoras*. Contudo, é preciso ressaltar que a publicação destaca a influência da folha na orientação das leitoras em assuntos matrimoniais, porém, enfatiza que não apoiariam ideias emancipatórias. Este trecho corrobora com o que foi exposto no início deste capítulo: para as mulheres leitoras desse jornal, o progresso e desenvolvimento eram entendidos como fundamentais apenas no âmbito de seus papéis como mães e esposas, sem uma consideração mais ampla.

Contudo, diversas pesquisas nos mostraram que a busca por uma emancipação das mulheres era uma realidade no século XIX e não se restringia ao direito aos estudos e ao trabalho, mas direcionava-se, inclusive, à participação política (Ribeiro, 2019). Emancipação significava, de acordo com o dicionário de Antônio Moraes e Silva: “O ato de emancipar, pelo qual o filho sai de sob pátrio poder” (1858, p. 758); enquanto isso, emancipar podia ser entendido como:

Fazer o filho senhor de ir, isento, e livre do pátrio poder, da tutoria, curadoria (...). Livrar-se do pátrio poder. Obrar como quem não tem pai, tutor, curador (...). Como isento de superior (...). Tomar sobreja liberdade, isentar-se dos respeitos devidos, exigidos (Silva, 1858, p. 758).

Figura 52 - Significado de emancipação de acordo com o Dicionário da Língua Portuguesa de Antônio Moraes e Silva, 1858.



Fonte: SILVA. Antônio Moraes e. *Dicionário da Língua Portuguesa*. Disponível em: <https://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=bibobpub&pagfis=10078>. Acessado 01 de out. 2023.

Nesse sentido, a emancipação feminina ia ao encontro de um ideal de independência e liberdade, como escrito na própria definição de 1858. O conceito de liberdade não era, contudo, universal, sendo direcionado às mulheres que desfrutavam de vidas ociosas, permitindo-lhes o luxo e a oportunidade de ler jornais como o *Jornal das Senhoras* e *A Marmota na Corte*.²⁰⁰ Além disso, notemos que a liberdade estava estritamente relacionada a distância do poder pátrio. Dado o contexto de uma sociedade oitocentista marcada pela escravidão e patriarcado, as mulheres permaneciam constantemente subordinadas a uma figura masculina, fosse ela o pai ou, posteriormente, o marido.

Essa concepção de emancipação não abrangia mulheres pobres que desempenhavam papéis no mercado de trabalho, deixando de considerar, por exemplo, mulheres que estavam distantes da feminilidade branca corroborada pelo público leitor dessas folhas, ou seja, mulheres negras, livres, forras ou escravizadas. Logo, a emancipação feminina proposta pelo *Jornal das Senhoras* e focalizada nos *Trajes de emancipação* era direcionada predominantemente às mulheres brancas. A partir de uma perspectiva interseccional percebemos, portanto, que os

²⁰⁰ Principalmente quando consideramos o contexto de escravidão que perdurou por quase todo o século XIX e excluía, portanto, sumariamente, as mulheres negras e escravizadas.

trajes não estavam sendo apresentados com o intuito de serem utilizados por toda a pluralidade de mulheres presentes em nosso território, mas sim para um público em específico.²⁰¹

Em contrapartida ao formato do uso e quais condições ele deveria/poderia ser utilizado, temos as mulheres que produziram esse modelo de indumentária: as modistas e costureiras. Na década em que o traje foi confeccionado e promovido, observa-se um aumento no contingente de modistas e costureiras nas vias urbanas da cidade, e a expansão geográfica previamente delineada no capítulo anterior continuou a se desdobrar. A partir desse contexto, diversas mulheres anunciavam publicamente, por meio dos jornais, sua disponibilidade para colaborar com modistas, divulgando assim suas atividades na imprensa.

Diante do aumento populacional, essa expansão se mostra lógica. Entretanto, é essencial considerar uma mudança na perspectiva social do país, sobretudo com o encerramento do tráfico negreiro em 1850 e o subsequente aumento nos fluxos migratórios a partir desse período.²⁰² Apesar disso, anúncios como o apresentado a seguir faziam parte dos periódicos diários que circulavam no Rio de Janeiro: “Uma moça, pardinha, de boa conduta, *perfeita em costura*, deseja achar emprego em casa de alguma senhora modista, cujo estabelecimento seja em sobrado; quem precisar queira anunciar” (*Jornal do Comércio*, n. 265, 1852, p. 3). A escravidão continuava em atividade no país e os anúncios de venda e aluguel de costureiras e modistas escravizadas ainda figuravam nas páginas dos principais jornais do período.

Mucama prendada. Vende-se uma perfeitíssima mucama muito prendada, sabendo cortar e fazer camisas de homens e vestidos de senhora, por qualquer figurino que se lhe apresente, perita engomadeira, borda e marca muito bem, cozinheira de forno, fogão e massas, faz doces de todas qualidades, penteia e prega uma senhora com toda a perfeição, é a mais prendada que tem aparecido, de bonita figura, moça e bem feita e também sabe ler e escrever porque andou no colégio, está própria para um fazendeiro por ela fazer as vezes de uma boa modista francesa; na rua da Conceição nº32 (*Jornal do Comércio*, n. 60, 1853, p. 3) [grifo nosso]

A figura da mucama tão associada aos trabalhos domésticos e, conseqüentemente, a atividade de costureira foi problematizada por Lélia Gonzalez em seu artigo “A mulher negra na sociedade brasileira”. Segundo Gonzalez:

Enquanto mucama, cabia-lhe a tarefa de manter, em todos os níveis, o bom andamento da casa-grande: lavar, passar, cozinhar, fiar, tecer, costurar e amamentar as crianças nascidos do ventre “livre” das sinhazinhas. E isso sem contar com as investidas

²⁰¹ Para saber mais sobre o “vestir-se” das mulheres negras no século XIX ver em: ROSSOTI, Beatrice. O Brasil que veste afrodiáspora: a performance cotidiana de mulheres negras no século XIX. *Revista Calundu* –Vo 1. 7, N m. 1, jan-jun, 2023.

²⁰² De acordo com Menezes população poderia ser multiplicada por dez quando consideramos o número do começo do século (2024).

sexuais do senhor branco que, muitas vezes, convidava parentes mais jovens para se iniciarem sexualmente com as mucamas mais atraentes (2020, p. 53).

Diante disso, a "bonita figura" referida no trecho retirado do *Jornal do Comércio*, além de realizar os serviços mencionados no anúncio, poderia ser compelida a atender às necessidades sexuais de seus senhores. Assim, ela não se encaixaria na representação de emancipação feminina promovida pelos periódicos destinados ao público feminino. Não obstante o contexto mencionado por Gonzalez, é importante reconhecer que houve resistência por parte das mulheres negras escravizadas, uma resistência que pode ser compreendida à luz de determinados cenários históricos.²⁰³

Enquanto algumas folhas dedicavam-se a discussão, mesmo que sucinta, da ideia de emancipação feminina, os periódicos diários prosseguiram com a vinculação de anúncios de costureiras e modistas pela cidade.²⁰⁴ Portanto, os jornais mantinham-se como uma parte integrante da dinâmica do mercado da moda, representando a melhor forma para essas mulheres anunciarem seus serviços e alcançarem um público consumidor, fosse ele amplo ou restrito. Na próxima seção, apresentaremos algumas dessas modistas dentro do contexto temporal delimitado na década de 1850.

4.2 “Ofereço trabalho de modista”: as modistas na imprensa (déc. 1850)

A partir da década de 1840, estabelecimentos de grande porte, como armazéns e Casas de Moda, proliferaram na cidade, coexistindo, contudo, com pequenas Casas de modistas de menor renome e costureiras que, envolvendo as esferas pública e privada, desempenhavam suas atividades em domicílio, realizando trabalhos de costura, bordado, lavagem e engomagem. A paisagem do mercado da moda experimentou uma notável expansão, tornando-se cada vez mais um setor potencialmente lucrativo e atrativo para as comerciantes do século XIX. Nesse contexto, a produção dos *trajes de emancipação*, mencionados na seção anterior, representava apenas uma faceta dos numerosos produtos confeccionados por modistas e costureiras e não apresentava, em si, um caráter emancipatório; contudo, a representação das responsáveis pela

²⁰³ Ver trabalhos como de Beatrice Rossoti, Patrícia March e Iamara dos Santos Viana.

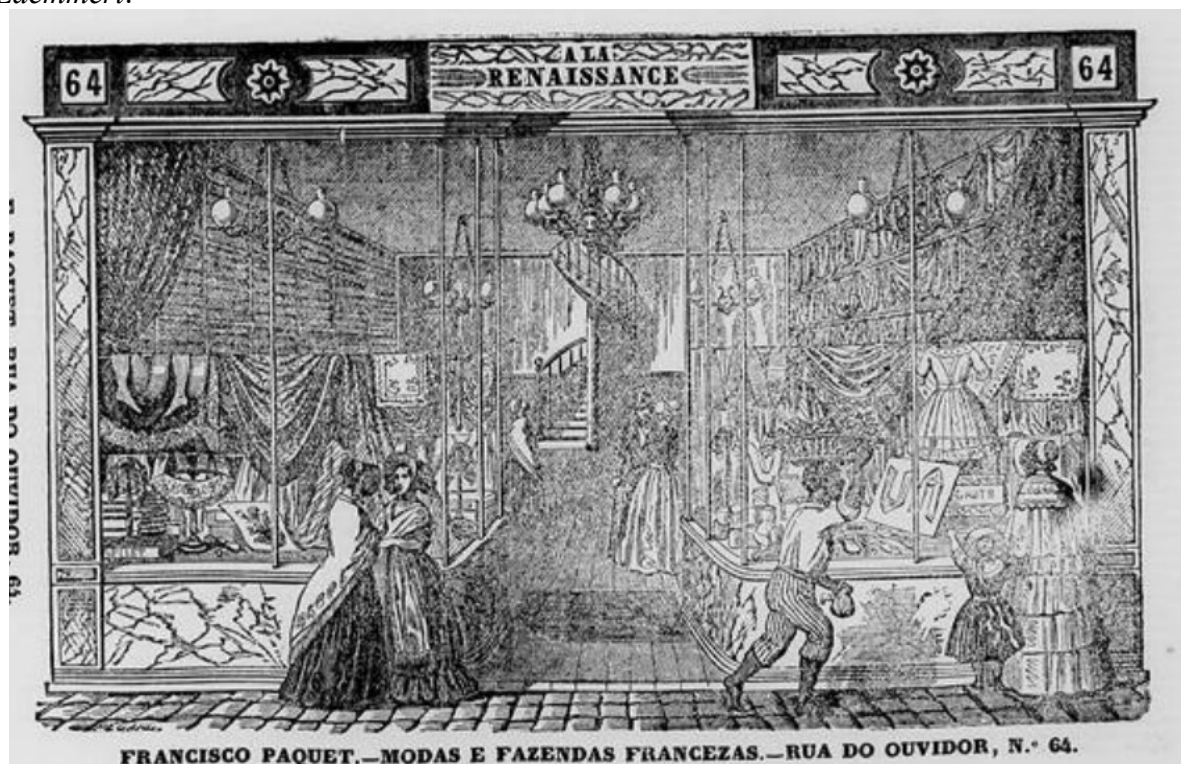
²⁰⁴ Para um aprofundamento maior no conceito de emancipação feminina ver a tese: SANTOS, Livia Assumpção Vairo dos. *Vozes para além da alcova: discurso feminista no jornal A Família, de Josephina Álvares de Azevedo*. Tese (Doutorado em História). Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), 2022.

sua produção tornava-se, progressivamente, a representação de mulheres independentes e autônomas, mas em um mercado cada vez mais competitivo e com transformações frequentes.

A Figura 53, retirada da edição do A.L. de 1853, era a divulgação da loja de François Paquet que se encontrava em um dos principais endereços da cidade: a rua do Ouvidor nº 64 e foi mencionado na última sessão do Capítulo 3. A imagem permite pensarmos de forma tátil a construção das relações estabelecidas e analisadas nesta pesquisa já que podemos perceber como seria uma grande Casa de Modas na cidade, com tecidos nas famosas “vidraças”, mulheres conversando na porta da loja, uma mãe e uma filha observando o interior do estabelecimento e já buscando despertar na criança que observa o desejo pela moda e, conseqüentemente, a grandiosidade do novo e da modernidade concepções concernentes à década de 1850; por fim, do lado de fora da loja também podemos visualizar um homem escravizado que aparentemente está acenando para alguém que não está presente na imagem. A escravidão, característica marcante do século XIX, permeava o cotidiano da população. Ao analisarmos a Rua do Ouvidor, célebre por seus renomados estabelecimentos de moda, é necessário destacar a expressiva presença de homens e mulheres escravizados que ali circulavam.

Por sua vez, no interior da loja é possível visualizarmos um homem conversando com uma mulher e ao fundo, próximo à escada curvilínea que daria acesso a um segundo andar onde poderia contar com o ateliê de uma modista e espaços reservados para as provas das roupas, uma mulher parece ser atendida através de um balcão localizado ao fundo do estabelecimento. Os lustres, presentes no centro e nas quatro laterais, nos dão a sensação de modernidade e grandiosidade desse estabelecimento que certamente não passaria despercebido pelos transeuntes. Nas paredes, observamos prateleiras repletas de tecidos que se estendem até o teto, em um pé-direito consideravelmente alto. Esta disposição não apenas evidencia o poderio e a magnitude da loja, mas também sugere um vasto estoque de produtos destinados à comercialização. Esta ilustração pode servir como um exemplo representativo das grandiosas Casas de Moda da época; no entanto, é crucial notar que nem todos os estabelecimentos comerciais seguiam esse padrão. Muitas modistas e costureiras estabeleciam-se em sobrados e no segundo andar de pequenas construções remanescentes do início do século XIX.

Figura 53 - Imagem da loja “A La Renaissance” em anúncio publicado no *Almanaque Laemmert*.

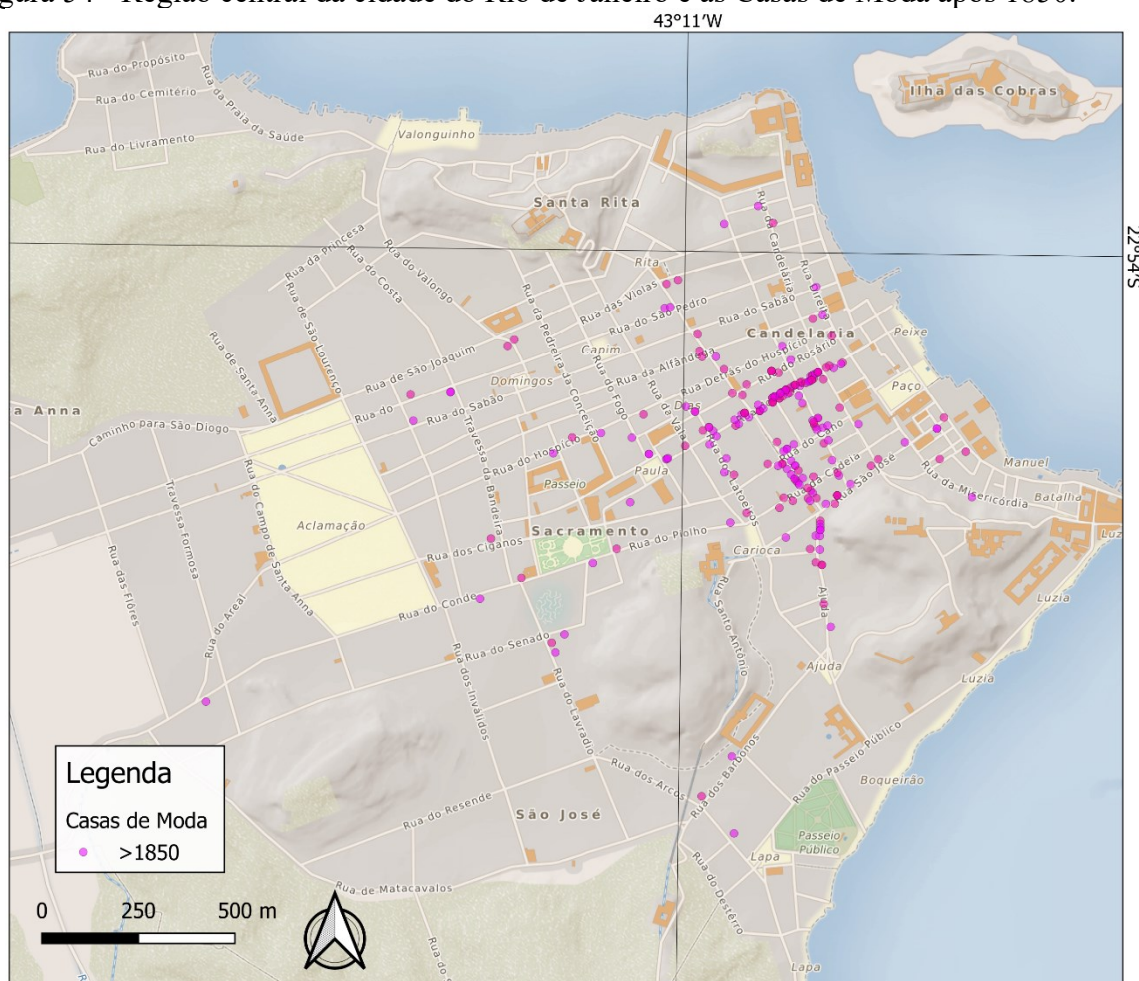


Fonte: *Almanaque Laemmert*, n. 10, 1853, p. 473.

Apesar do crescimento desse mercado e de algumas transformações importantes, algumas características se mantiveram. A significativa presença das estrangeiras, especialmente francesas, no mercado da moda ainda perdurava na década de 1850. Essas figuras compartilhavam cada vez mais o espaço com modistas e costureiras de diversas outras nacionalidades, incluindo as brasileiras. A criação do Código Comercial proposto em 1850 pretendia regularizar todos os comércios de estrangeiros na corte, o que incluía as Casas de Moda (Brasil, 1850, p. 9).

A Figura 53 representa, para além de outros aspectos, um paradigma de estabelecimento que se destacava na rua do Ouvidor e suas proximidades. No entanto, como discutido no capítulo anterior, observamos uma tendência crescente das modistas e costureiras em direção a outras áreas, uma realidade que perdurou também durante a década de 1850. A Figura 54 apresenta as mulheres identificadas nesta tese a partir de 1850 no centro no Rio de Janeiro. Essa tendência de expansão geográfica fica ainda mais nítida, com a presença ainda maior em ruas da freguesia do Sacramento e de São José, mas ainda com a forte presença das casas no Ouvidor, que provavelmente estavam mais próximas do modelo apresentado na ilustração da Figura 53.

Figura 54 - Região central da cidade do Rio de Janeiro e as Casas de Moda após 1850.



Fonte: Elaboração própria a partir de *ImagineRio*. Disponível em: <https://www.imagnerio.org/pt/map>. Acessado 30 de nov. de 2023.

De fato, a Candelária continuava a ser a região onde poderíamos encontrar mais Casas de Moda, mesmo com outras áreas com presença cada vez maior. A freguesia do Sacramento absorveu cada vez mais mulheres, porém de forma dispersa, sem ter uma rua que concentrava elas. Na freguesia de Santa Rita é possível observar também algumas mulheres se anunciando nesse período, número significativo se comparado às décadas anteriores. Além disso, na freguesia de São José a expansão do mercado se manteve de forma consistente frente a 1830 e 1840 na rua da Ajuda e rua São José, mas também de forma mais latente em trechos da rua dos Ourives e da Quitanda.

Mesmo com aumento de mulheres de outras nacionalidades, as francesas mantiveram seu protagonismo nas Casas de Modas no 1850. Isso se deve não só ao grande número de francesas identificadas durante todas as décadas, mas também a ocupação dos principais centros do mercado na moda na cidade. Um outro sintoma desse protagonismo é que as francesas, em geral, continuavam se anunciando a partir do seu principal diferencial: exercendo o ofício de

modista. Mesmo com o aumento daquelas que se diziam modistas e costureiras, em raras ocasiões identificamos francesas que não se diziam modistas. Na Tabela 2 apresentamos a relação de modistas e costureiras a partir de suas nacionalidades.²⁰⁵

Tabela 2 - Relação entre Modistas/Costureiras por nacionalidade na primeira metade do Século XIX.

	Costureira	Costureira/ Modista	Modista	Total
Brasileira	20	13	7	40
Francesa	3	61	89	153
Alemã	1			1
Belga		1	1	2
Espanhola		1		1
Inglesa			4	4
Italiana		5		5
Portuguesa	1		1	2
Suíça			1	1
Sem Nacionalidade	3	15	12	30
Total	28	96	115	239

Fonte: Elaboração própria a partir da autodefinição das mulheres trabalhadoras no mercado da moda publicadas nos jornais fluminenses.

Isto é, as francesas não renunciaram ao *status* que a diferenciavam das demais, mesmo após as transformações no mercado da moda, principalmente a partir de 1840. Por outro lado, mulheres brasileiras, que ganharam espaço no mercado a partir de 1830, raramente diziam-se apenas modistas; em geral, mencionavam em seus anúncios que dominavam ao menos o ofício da costura. Essa constatação nos indica uma estrutura no mercado da moda que seguiu a mesma lógica no decorrer da primeira metade do século XIX.

O Capítulo 3 já demonstrou que as modistas começavam a percorrer outros caminhos que não os próximos à rua do Ouvidor e a subseção a seguir demonstrará alguns outros exemplos de modistas e costureiras que estiveram presentes em outras regiões a partir de 1850. Através dos relatos apresentados, conseguimos vislumbrar não apenas a diversidade de histórias individuais, mas também como mulheres de diferentes origens e circunstâncias encontravam na costura uma fonte de sustento e oportunidade. Isso contribui para uma compreensão de uma

²⁰⁵ É relevante ressaltar que, em resumo, algumas mulheres identificavam-se como brasileiras, outras nós classificamos enquanto brasileiras, nossa conclusão baseou-se em dados fornecidos pelas fontes.

dinâmica social e econômica da época, destacando o papel significativo das mulheres na sociedade brasileira.

4.2.1 Novos estabelecimentos de costura pela rua do Ouvidor e adjacências

No ano de 1850, em Casa situada à rua da Ajuda, número 5, encontramos com a senhora Amélie Sollier (*Jornal do Comércio*, n. 279, 1850, p. 3). Assim como as demais modistas e costureiras mencionadas, Mme. Sollier produzia vestidos e demais itens da indumentária feminina, com enfoque na produção de colete, e comercializava diversos artigos que eram, em sua maioria, “chegados recentemente da França”, Nascida em 1819 na França, Mme. Sollier imigrou para o Brasil no contexto de um movimento significativo de mulheres francesas que buscavam estabilidade na região fluminense. Seu período de nascimento coincidiu com uma época em que outras mulheres francesas já haviam migrado para o Rio de Janeiro, alcançando êxito em suas empreitadas, a exemplo de Mme. Durocher. Enquanto esteve no Brasil estabilizou-se e adquiriu matrimônio com francês.²⁰⁶

Diferentemente de outras modistas, Mme. Sollier não se mudou com frequência e permaneceu na rua da Ajuda nº 5 até 1861 (*Almanaque Laemmert*, n. 18, 1861, p. 694), demarcando uma estabilidade alcançada por Sollier. Seu anúncio contava com imagens com o objetivo de atrair atenção das leitoras do jornal (Figura 55). Em 1857, com o rápido aumento da concorrência, Mme. Sollier refez seu anúncio incorporando ilustrações de outras peças que vendia e/ou produzia, como os vestidos e toucados. Visualizamos, no entanto, que os coletes permaneciam no centro do anúncio destacando a especialidade da modista (Figura 56).

²⁰⁶ Certidão disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/1:1:6X8J-2ZVX>. Acessado 23 de jun. de 2023.

Figura 55 - Anúncio de Mme. Amélie Sollier publicado no *Jornal do Comércio*.

5. RUA DA AJUDA 5.

**GRANDE
DE
COLLETES
M^{ME} AMÉLIE**



**SORTIMENTO
DE
PARIS.
SOLLIER**

Tem a honra de participar ao respeitavel publico e ás suas freguezas em particular, que acaba de receber pelo ultimo paquete um grande e bem escolhido sortimento de colletes para senhoras e meninas, de feitos á Maria Stuart e outras, sahidos das fabricas mais afamadas de Paris, e que por todos os paquetes terá sempre um novo e lindo sortimento. Vende tanto em porções como a varejo.
Tambem continúa a fazer vestidos de todas as qualidades, com elegancia e muita promptidão.

Fonte: *Jornal do Comércio*, n. 326, 1853, p. 4.

Figura 56 - Anúncio de Mme. Amélie Sollier publicado no *Jornal do Comércio*.

5. RUA DA AJUDA 5.

Grande sortimento de colletes.





M^{me} Amélie Sollier tem a honra de participar ao respeitavel publico que recebeu pelo ultimo paquete um grande e bem escolhido sortimento de colletes para senhoras e meninas, de todos os feitos, á Maria Stuart, e outros, sahidos das mais afamadas fabricas de Paris.
Lingerie para senhoras, camisas lisas e bordadas, toucas de dormir, asias de cina, etc., etc., etc., enxovals para crianças, vestidos de baptizados, toucas, camisas, sapatinhos, tiras bordadas, entremeio, franjas brancas, galões, botões, rendas Valenciennes, ditas ponta de Paris, etc., etc., etc.
Tambem recebe por todos os paquetes chapéus de seda muito ricos, ditos de palha de Italia e de palha aberta com cina, e espreites para cabeça.
Continúa a fazer vestidos de ultimo gosto, com elegancia e muita promptidão.

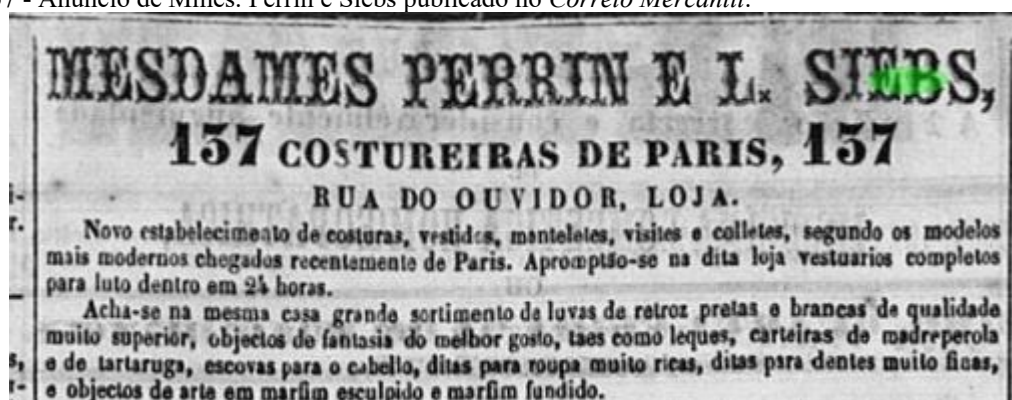
Fonte: *Jornal do Comércio*, n. 3, 1857, p. 4.

Observamos que enquanto Amélie Sollier ocupava a Casa da rua da Ajuda nº 5, outras modistas e costureiras se estabeleciam na rua do Ouvidor e nas proximidades. A presença de Mme. Sollier indica uma expansão desse modelo de trabalho e do mercado de moda na região fluminense. Contudo, também evidencia que a busca por proximidade e conexão com a rua do Ouvidor ainda persistia. Mme. Jacintha Wentworth, por exemplo, mudava sua loja da rua dos Latoeiros para a rua do Ouvidor (*Jornal do Comércio*, n. 17, 1851, p. 3). Jacintha Wentworth teve sua última menção nos jornais em 1857, coincidindo com o ano em que a modista já não estava mais estabelecida na rua do Ouvidor, mas sim na rua do Sabão. É possível inferir que a modista e costureira, por razões provavelmente relacionadas a seus negócios, não conseguiu

manter sua presença na rua do Ouvidor, resultando em sua mudança para uma localidade diferente.

Nesse mesmo período, Mme. Siebs configurava-se como uma das principais modistas da época, sendo mencionada em periódicos como *Jornal das Senhoras* (n. 39, 1854, p. 8) e *A Marmota Fluminense* (n. 552, 1855, p. 1). Em 1851, quando Mme. Siebs já estava com a sua loja na rua do Ouvidor, Mme. Perrin juntou-se a ela e construíram uma sociedade que perdurou por longos anos na corte. A loja das duas prometia à clientela os modelos mais modernos vindos de Paris. Nos anos de 1850, diferentemente das Casas de moda no começo do século, as lojas precisavam oferecer mais produtos para as consumidoras – do que as já conhecidas indumentárias e adornos – e, por isso, carteiras de madrepérola e a promessa dos vestuários de luto em 24 horas faziam parte dos anúncios apresentados nas folhas.

Figura 57 - Anúncio de Mmes. Perrin e Siebs publicado no *Correio Mercantil*.



Fonte: *Correio Mercantil*, n. 119, 1851, p. 4.

A sociedade entre Mme. Perrin e Mme. Siebs prosperou por três anos, mas em 1853 o anúncio de mudança de endereço de Mme. Siebs, e a permanência de Mme. Perrin no mesmo local até a década seguinte, revelou o fim da associação entre as modistas (*Correio Mercantil*, n. 122, 1859, p. 4).²⁰⁷ Enquanto estiveram juntas publicaram muitos anúncios nas folhas diárias. Mme. Siebs era especialista em fazer vestidos e manteletes para senhoras (*Jornal do Comércio*, n. 106, 1851, p. 3); enquanto Mme. Perrin consertava leques (*Correio Mercantil*, n. 52, 1851, p. 3), imitava rendas de *valenciennes*²⁰⁸ e era especialista em gregas, franjas e galões (*Correio*

²⁰⁷ Em 1861 a modista Mme. Schmidt comprou a Casa de Mme. Perrin demarcando o fim da Mme. Perrin à frente dos negócios (*Correio Mercantil*, n. 261, 1861, p. 4).

²⁰⁸ As rendas valenciennes eram aquelas produzidas na cidade francesa de Valenciennes, conhecida por sua produção de rendas finas.

Mercantil, n. 295, 1852, p. 4) o que permitia que a loja das duas oferecesse um gama de produtos e opções para as consumidoras.

Ao fim da sociedade, em 1853, Mme. Siebs transferiu-se para o número 72 da rua do Ouvidor e permaneceu até 1856 quando se realocou para o 1º andar do número 96 (*Correio Mercantil*, n. 90, 1856, p. 3), onde esteve até retornar para França com a sua filha em 1860 (*Correio Mercantil*, n. 48, 1860, p. 4). Enquanto estava no número 72, possuía uma clientela francesa que pode ser comprovada pela sequência de denúncias em francês que a modista e costureira apresentou no *Jornal do Comércio*, principalmente acusando clientes de estarem em débito com a loja (n. 256, 1855, p. 4).

As parcerias entre modistas eram uma prática comum no âmbito do mercado da moda, como evidenciado nesta pesquisa. Durante a década de 1850, essas associações continuaram a ser uma característica proeminente neste cenário. Em 1850, outra sociedade instaurou-se na corte fluminense: J. Guénée com sua irmã Selima Guerrin.²⁰⁹ Assim como Mme. Sollier, Mme. Guerrin nasceu em 1819, mas na província de Lyon.²¹⁰ Nos últimos anos da década de 1840 começou a ser mencionada com frequência na imprensa fluminense; entretanto, não há registros de sua chegada ou partida do Brasil.

Mme. Guerrin trabalhava em uma das principais Casas de moda: a Casa de Josephine Meunier. Até 1849, a modista francesa estava vinculada a esse estabelecimento, quando publicou seu primeiro anúncio divulgando sua presença rua dos Arcos, nº 20. Em 1851 anunciou sociedade com a sua irmã, Mme. Guénée e juntou-se a ela na Casa na rua do Ouvidor nº 31 (*Jornal do Comércio*, n. 286, 1851, p. 4). A sociedade, contudo, desmanchou-se rapidamente e já no ano seguinte ambas estavam com outras lojas: Mme. Guerrin, na rua do Ouvidor canto da rua da Valla nº 69 (*Jornal do Comércio*, n. 89, 1852, p. 3) e Mme. Guénée, no primeiro andar do nº 29 da rua da Quitanda (*Almanaque Laemmert*, n. 10, 1853, p. 567).

Em 1854, Mme. Guénée mudou-se para a rua dos Ourives nº 18, onde permaneceu até 1866. Esse período de 12 anos revela uma estabilidade em seu comércio, indicando uma aceitação por parte das consumidoras. Por outro lado, Selima Guerrin também estava em novo endereço em 1854, continuando na mesma rua, mas no sobrado do nº 53. Mme. Guerrin, todavia, não encontrou a mesma estabilidade visto que, em 1855, já estava se mudando para a

²⁰⁹ A descoberta da fraternidade entre as duas ocorreu através do anúncio do falecimento da Mme. Guerrin (mãe), publicado no *Correio Mercantil* (1860, nº 201, p. 4).

²¹⁰ Certidão de nascimento da filha disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/1:1:6X8T-8KBD>. Acessado 22 de ago. de 2022.

rua da Assembleia, nº 67. Isso evidencia que, apesar de ter sido contramestra de uma das modistas mais renomadas da corte fluminense, Selima Guerrin não conseguiu garantir uma clientela ampla e duradoura.

Com a morte da mãe em 1860, Selima Guerrin retornou à França com sua filha (*Diário do Rio de Janeiro*, n. 149, 1860, p. 3), mas anos depois voltou ao Brasil e continuou com seus negócios no mercado da moda. Em 1863, estava em um sobrado do nº 27 da rua do Cano (*Jornal do Comércio*, n. 157, 1863, p. 4) e, posteriormente, em 1873, no terceiro andar do nº 55 da rua da Quitanda (*Almanaque Laemmert*, n. 30, 1873, p. 789). A partir da década de 1870 em diante, não temos mais dados disponíveis sobre Mme. Guerrin. No entanto, com base nas informações apresentadas, podemos inferir que, embora não tenha alcançado a mesma estabilidade comercial que sua irmã, Selima Guerrin conseguiu manter-se ativa no mercado por muitos anos. Pode-se concluir que ela sustentou sua filha por meio desse ofício ao longo do tempo.

Em 1852 a francesa Emma Worms, recém-chegada de Paris, abriu seu negócio na rua da Quitanda nº 43 e seu anúncio de nada diferenciava-se dos demais já mencionados anteriormente (*Jornal do Comércio*, n. 159, 1852, p. 3); Emma mudou para o primeiro andar da rua dos Ourives nº 47 em 1856 e em 1858 esse endereço passou a constar como a Casa de Mme. Damy (*Almanaque Laemmert*, n. 15, 1858, p. 634).²¹¹ No mesmo ano, outra francesa se apresentava no mesmo periódico com Casa na rua do Carmo nº 61, contudo, fez uso de um novo artifício para atrair clientela, ao invés de fazer trajes de lutos em 24 horas, afirmava que seria capaz de fazê-los em 21 horas (*Jornal do Comércio*, 1852 e 1853, n. 217 e 59, p. 3). Com esse novo recurso, muito provavelmente conseguiu novas consumidoras para sua loja.

Próxima à região central, mas em uma rua secundária, encontramos Mlle. Octavie Lemaitre. Lemaitre chegou na cidade em 1853 e instaurou sua loja na esquina da rua do Ouvidor com a rua da Valla, mas com a entrada pela rua da Valla (*Jornal do Comércio*, n. 339, 1852, p. 4). Já citada no capítulo 3, essa rua não era exatamente exemplo de luxo e modernidade que as modistas costumeiramente apresentavam nos jornais. Mlle. Octavie, contudo, anunciou seu estabelecimento mais de 40 vezes no *Jornal do Comércio* e no *Correio Mercantil* indicando um investimento de seu negócio; ainda assim, não obteve o sucesso certamente planejado –

²¹¹ Em 1857 Alphonse Worms anunciou que precisava se retirar do país, não há dados que atestem que Emma saiu do Brasil com ele, no entanto, no ano seguinte a Casa da rua dos Ourives nº 47 passou a estar sob a responsabilidade de outra modista (*Jornal do Comércio*, n. 98, 1857, p. 4).

considerando que se fez presente na imprensa apenas no ano de 1853 - e renunciou ao mercado da moda fluminense.²¹²

Nesse período também é possível notar uma mudança na caracterização dos anúncios. Antes, eram mais simples e diretos; com o passar dos anos, tornaram-se mais extravagantes e luxuosos. Esses anúncios que esbanjavam exuberância e consumiam grande parte das páginas dos jornais eram consideravelmente mais caros que aqueles que apenas apresentavam as modistas e os endereços das lojas. Anunciar-se dessa forma, como no exemplo da Figura 58, era um indício de investimento e condições financeiras estáveis das modistas. É possível constatar que grande parte das mulheres que utilizavam desse recurso eram aquelas que se autodenominavam como modistas ou modistas/costureiras e, raramente, vemos anúncios de costureiras com essa magnitude.

Figura 58 - Anúncio de Mme. Brisson publicado no *Diário do Rio de Janeiro*.



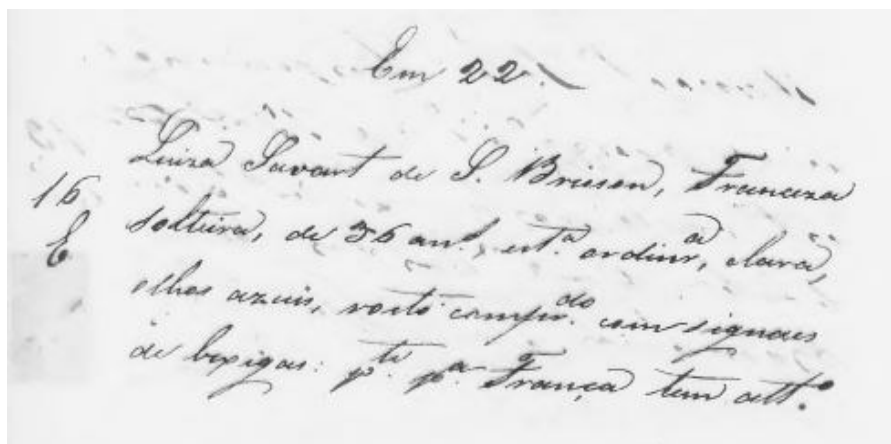
Fonte: *Diário do Rio de Janeiro*, n. 66, 1854, p. 3.

"Aos Mistérios de Paris" era o estabelecimento de Mme. Brisson. É plausível conjecturar que Mme. Brisson fosse, possivelmente, Luísa Saint Brisson, uma francesa que residia no Brasil durante a década de 1830, ou, no mínimo, algum membro de sua família. Se realmente se tratasse de Luísa Brisson, poderíamos especular sobre sua chegada ao país em 1830, passando um período de estabilização na cidade, e posteriormente, a abertura de seu estabelecimento, em um momento no qual ela já teria condições de arcar com os custos de um anúncio, como ilustrado na Figura 58. Ou, até mesmo, a abertura rápida de um pequeno local

²¹² O conceito de sucesso é, de fato, relativo; nesta pesquisa, consideramos que as modistas encontraram êxito em seus negócios quando os seus comércios se mantiveram ativos por anos na cidade.

de costuras que nem mesmo constou na imprensa do período. Se, de fato, Mme. Brisson fosse Luísa Brisson, no momento da abertura da loja, ela estaria aproximadamente na faixa dos 50 anos, uma idade média superior àquela de outras mulheres que se dedicavam a essas atividades no país, porém, não considerada improvável.

Figura 59 - Registro de saída do Rio de Janeiro de Luísa Savart de Saint Brisson em direção à França.



Fonte: BR RJANRIO 0E.COD.0.417, v.02/59, f.035v.

Notamos a partir da Figura 58 que o anúncio contava com diversos recursos visuais que buscavam atrair a atenção das consumidoras. O nome e o endereço da costureira e modista estavam em destaque, em contrapartida ao restante do anúncio que constava em letras pequenas na parte inferior. Essas aparições na imprensa certamente contribuíram para o crescimento do estabelecimento de Mme. Brisson, principalmente quando consideramos que ela transferiu sua Casa para um endereço mais notável já que antes de estar localizada na rua da Ajuda, a modista encontrava-se na rua da Assembleia nº 93 (*Jornal do Comércio*, n. 322, 1853, p. 3)

As Mmes. Poy são outros exemplos de modistas e costureiras na década de 1850. As sócias anunciaram sua chegada e a abertura da loja, situada na rua do Ouvidor nº 35, em 1856 (*Jornal do Comércio*, n. 341, 1856, p. 3), em janeiro de 1857 compraram novos produtos para comercializarem (*Jornal do Comércio*, n. 22, 1857, p. 3), mas em março deste ano retornaram para Europa leiloando todos os bens (*Correio Mercantil*, n. 72, 1857, p. 2); sem nenhuma justificativa pública para o retorno, podemos imaginar que as dificuldades encontradas em solo fluminense possam ter afastado as modistas francesas que optaram por regressar à Europa.

Ainda no ano de 1856, na rua dos Latoeiros, esquina com a rua do Ouvidor, nº 88, era possível encontrar a francesa Mme. Virginie Gozard (*Almanaque Laemmert*, n. 13, 1856, p. 697). Ao longo da nossa pesquisa, tornou-se perceptível que em todas as ocasiões que uma Casa de moda ou uma modista estava situada próxima a rua do Ouvidor, essa circunvizinhança era

apontada. Além disso, vale destacar que as modistas Mlle. Louise Frey e Virginie Gozard compartilhavam o mesmo espaço na rua dos Latoeiros, sugerindo que elas trabalhavam em conjunto ou que o local compartilhava, em seu interior, mais de um espaço propício para um armazém de modista. A hipótese de um espaço compartilhado reforça a ideia de que o local não se limitava a uma única loja de modista, mas poderia contar com diferentes espaços destinadas a esse comércio.

Na rua da Ajuda nº 11 a loja que antes era de Mme. Allegrin (*Almanaque Laemmert*, n.13, 1856, p. 697), passou a ser, em 1857, de Mme. Julie Gillieron (*Correio Mercantil*, n. 356, 1856, p. 2), o que demonstra, de maneira significativa um fluxo dinâmico entre as modistas que compartilhando as mesmas Casas, compartilhavam também os mesmos produtos e público consumidor. Além do mais, sugere que as Casas, em sua maioria, continuavam acolhendo o mesmo modelo de comércio, ou seja, as lojas permaneciam por anos no mesmo segmento.

A trajetória de Mme. Marie Michelet foi marcada por duas lojas na rua do Ouvidor, a primeira no nº 52 (*Jornal do Comércio*, n. 213, 1858, p. 4), e a segunda, no nº 64 (*Almanaque Laemmert*, n. 94, 1867, p. 676)²¹³. Tendo trabalhado nas melhores lojas de Paris pôde comprovar suas habilidades no ramo da moda e revelam que sua loja cresceu ao longo dos anos considerando que em 1858 ela procurava costureiras e aprendizes para ajudá-la nas atividades diárias (*Jornal do Comércio*, n. 50, 1858, p. 4).

A incessante busca pela rua do Ouvidor, mesmo com o passar das décadas, continuou sendo uma realidade para as trabalhadoras do mercado da moda fluminense. Mme. Elisa Haugé, indicada pelo *O Espelho* como uma das melhores modistas de chapéus de 1859 (n. 9, p. 12), tinha loja na rua da Quitanda nº 4 (*Almanaque Laemmert*, n. 13, 1856, p. 697), depois transferiu para a rua S. José nº 57 (*Almanaque Laemmert*, n. 14, 1857, p. 694)²¹⁴ e, em 1858, quando enfim conseguiu estabelecer sua Casa na rua do Ouvidor nº 163 (*Almanaque Laemmert*, n. 17, 1860, p. 764), encerrando seus negócios dois anos depois, em 1860.

Por sua vez, Mme. Gelley, modista parisiense, esteve no Brasil por cinco anos, de 1857 a 1861, e publicou noventa anúncios nesse período, principalmente no *Jornal do Comércio* e no *Correio Mercantil*. Henriete Gelley entrou no Rio de Janeiro em 1855 vinda diretamente

²¹³ Muitas modistas e Casas de moda declaram que suas lojas ficavam na rua do Ouvidor nº 64: Mme Michelet; Mme. Murat (que estava na 64 A); Godart e François Paquet o que nos leva a acreditar que esse local era um endereço compartilhado entre pessoas do universo da moda e que havia, inclusive, uma separação quando consideramos que Mme. Murat estava na 64 A.

²¹⁴ Antes, quem estava na rua S. José nº 57 era Mme. Sauer (*Almanaque Laemmert*, n. 13, 1856, p. 697).

de Havre (*Jornal do Comércio*, n. 329, 1855, p. 3), abriu seu comércio na rua da Quitanda nº 49 em 1857 (*Jornal do Comércio*, n. 109, 1857, p. 4), mas foi no ano de 1858 que mais vezes anunciou-se na imprensa.

Sua loja estava sempre equipada de vestidos e adornos femininos, principalmente os chapéus; em 1860 optou por mudar-se para a rua da Ajuda nº 9 (*Jornal do Comércio*, n. 164, 1860, p. 3) região que, como vimos, passava cada dia mais a comportar Casas de moda, mas Gelley nunca chegou a ter Casa na rua do Ouvidor. Em 1862 estava com loja no sobrado do nº 17 na rua dos Ourives (*Almanaque Laemmert*, n. 19, 1862, p. 706) e, no ano seguinte, retornou para rua da Ajuda nº 19 (*Indicador Alfabético*, n. 1, 1863, p. 50) onde continuou até o fechamento de seu comércio.

Ainda em 1857 apresentou-se na corte Juliette Labbie. A modista tinha Casa na rua dos Ourives nº 97 (*Almanaque Laemmert*, n. 14, 1857, p. 623), mas depois, seguindo prática comum da época, mudou para a rua do Ouvidor e contava com Casa no número 112 (*Almanaque Laemmert*, n. 15, 1858, p. 635); no ano seguinte, provavelmente sem conseguir conservar-se na rua do Ouvidor, transferiu para a rua dos Latoeiros (*Almanaque Laemmert*, n. 16, 1859, p. 1587). Ao que tudo indica, Juliette Labbie utilizava o sobrenome do marido, Alexandre Labbie, seu nome de solteira era Marie Juliette Gauthier; com Alexandre casou-se e teve uma filha: Mathilde Christina Labbie que, em 1887, estava de casamento marcado com Jacintho Monteiro do Nascimento.²¹⁵

Em 1858, Mme. Vogts, modista e costureira parisiense, abriu sua Casa de “modas francesas” na rua da Quitanda nº 33 (*Diário do Rio de Janeiro*, n. 125, 1858, p. 4). Em seus anúncios, a modista afirmava fazer tudo em “muito pouco tempo de demora unida a modicidade dos preços” e frisava “elegância, perfeição e barateza” em suas produções, utilizando uma retórica semelhante às modistas registradas no começo da década de 1820 demonstrando que esse modelo não foi modificado através do tempo. Até 1860 a modista manteve sua Casa de modas na mesma rua da Quitanda nº 33, como é possível identificar na Figura 60, registrando que durante dois anos sua presença foi contínua nesse endereço (*Almanaque Laemmert*, n. 17, 1860, p. 1671).

²¹⁵ Certidão disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/1:1:6X8N-NYGX>. Acessado 13 de mar. 2023.

Figura 60 - Anúncio de Mme. Amalia Vogts publicado no *Jornal do Comércio*.

ELEGANCIA, PERFEIÇÃO E BARATEZA.

Mme Amalia Vogts, modista de Paris, tem a honra de prevenir a seus freguezes e ao respeitavel publico em geral que tem sempre o mais confortavel e elegante sortimento de chapéus que se póde encontrar nesta corte, tanto de seda e esconzilha, como de palha da Italia e palha aberta de todos os feitios. Tambem offerece uma linda e escolhida variedade de enfeites de cabeça, para bailes, soirées, etc. Chama a attenção das pessoas de bom gosto para os enfeites de froco com vidrilhos que são de um feitio novo e elegante.

Incumbe-se de apromptar qualquer encomenda de chapéus ou enfeites com muito pouca demora, unida á grande modicidade nos preços.

55 RUA DA QUITANDA 55

Fonte: *Jornal do Comércio*, n. 196, 1859, p. 4.

Algumas modistas chegavam no país e rapidamente abriam suas Casas de moda, outras, por sua vez, precisavam de um período para consolidar e estabelecer-se. Esses contrastes sugerem que ainda que compartilhassem de trajetórias semelhantes, diferenciavam-se em alguns aspectos: algumas modistas poderiam já ter conhecimento e conhecidos na corte, enquanto outras, não terem nenhum domínio do mercado fluminense. Este foi o caso de Mme. Marie J. Lambert que chegou de Paris no Rio de Janeiro em 1842 declarando para a Polícia da Corte sua profissão de *modiste* (BR RJANRIO 0E.COD.0.381, v.14/370, f.247), mas apenas em 1859 conseguiu abrir sua Casa de Moda (*Jornal do Comércio*, n. 68, 1859, p. 4), ou seja, dezessete anos depois. Por sua vez, ainda que em outros endereços, a Casa de Mme. Lambert se manteve em funcionamento até a década de 1870 (*Almanaque Laemmert*, n. 28, 1871, p. 697).

Nos anos de 1830 os senhores Gudin e Barat tinham sociedade que foi desfeita ainda na mesma década (*Jornal do Comércio*, n. 180, 1834, p. 3). Nos anos 1850, as modistas e cunhadas Mme. Gudin e Mme. Barat se uniram e fizeram uma associação que perdurou por alguns anos na corte (*Correio Mercantil*, n. 74, 1856, p. 4). Essa sociedade, no entanto, foi rapidamente desmanchada quando o marido de Mme. Barat faleceu em 1860 e ela precisou retornar para Paris (*Correio Mercantil*, n. 11, 1860, p. 4). No entanto, algumas de suas aprendizes continuaram trabalhando como modistas e costureiras e inseridas no mercado da moda. Isso é evidenciado a partir do anúncio apresentado na Figura 61, onde Mme. Adeline Costard declara ter sido aprendiz e contramestra da Casa de Gudin e Barat (*Almanaque Laemmert*, n. 16, 1859, p. 707). Esse processo contínuo e de permanência destacam as oportunidades e estratégias utilizadas pelas mulheres inseridas nesse universo oitocentista.

Figura 61 - Anúncio de Mme. Adeline Costard no *Jornal do Comércio*.



Fonte: *Jornal do Comércio*, n. 119, 1859, p. 3.

Desde 1855 a costureira já exercia suas atividades na cidade. A abertura oficial da sua Casa na rua dos Ourives foi, no entanto, apenas em 1857 quando ela tornou-se viúva (*Correio Mercantil*, n. 121, 1857, p. 1). Ela já trabalhava com as costuras, mas só pôde oficializar a abertura de seu negócio após o falecimento do marido, o que pode indicar que ele não tenha autorizado que sua esposa ficasse à frente de algum estabelecimento, considerando que o Código Comercial de 1850 determinava que as mulheres casadas precisavam da autorização dos maridos para a gestão de quaisquer modelos de negócios. A sua presença e destaque na imprensa após o falecimento do marido, reverbera estratégias e possibilidades de inserção das mulheres no mercado de trabalho da moda. Nas letras do Código Comercial de 1850:

Art. 1: Podem comerciar no Brasil:

4º As mulheres casadas maiores de 18 anos, com autorização de seus maridos para poderem comerciar em seu próprio nome, provada por escritura pública. As que se acharem separadas da coabitação dos maridos por sentença de divórcio perpétuo não precisarão de autorização.

Art. 28 A autorização para comerciar dada pelo marido à mulher pode ser revogada por sentença, ou escritura pública; mas a revogação só surtirá efeito relativamente a terceiro depois que for inscrita no Registro do Comércio, e tiver sido publicada por editais, e nos periódicos do lugar, e comunicada por cartas a todas as pessoas com quem a mulher tiver a esse tempo transações comerciais.

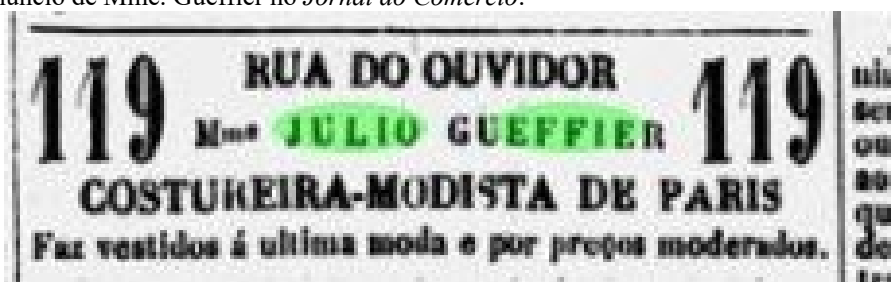
Art. 29. A mulher comerciante, casando, presume-se autorizada pelo marido, enquanto este não manifestar o contrário por circular dirigida a todas as pessoas com quem ela a esse tempo tiver transações comerciais inscritas no Registro do Comércio respectivo e publicada por editais e nos periódicos do lugar (1850, p. 9).

O Código Comercial de 1850 representa uma substancial desvantagem para as mulheres casadas, constituindo um obstáculo adicional para aquelas que já enfrentavam inúmeras dificuldades. Em meio a uma variedade de estratégias comerciais, as mulheres continuaram a gerenciar seus empreendimentos, entretanto, para as mulheres casadas, essa situação tornou-se

consideravelmente mais desafiadora. O referido código, promulgado em 1850, reiterou a submissão das mulheres ao controle masculino, uma vez que a decisão sobre a abertura ou fechamento de seus comércios estava a cargo dos homens.

A sujeição das mulheres à dependência de seus maridos era perceptível em outros contextos. Maria Polymnia Gueffier, por exemplo, assumia o nome de seu marido ao anunciar seu comércio. Além de aparecerem como viúvas, algumas optavam por utilizar o nome de seus cônjuges. Somente após o falecimento de Júlio Gueffier, Maria Polymnia começou a utilizar seu próprio nome (*Auxiliador da Administração do Correio da Corte*, n. 1, 1857, p. 459). Contudo, no ano subsequente, em 1856, um ano após a morte de Júlio Gueffier, ela passou a se identificar como viúva Gueffier (*Almanaque Laemmert*, n. 13, 1856, p. 698). Antes desse período, ela era mencionada apenas como na Figura 62.

Figura 62 - Anúncio de Mme. Gueffier no *Jornal do Comércio*.



Fonte: *Jornal do Comércio*, n. 99, 1851, p. 3.

O caso de Maria Polymnia Gueffier é emblemático à medida que demonstra, de maneira concreta, um apagamento das mulheres e de seus nomes a partir da figura dos seus maridos. Após 1857, o nome Mme. Gueffier não apareceu mais em nossas fontes de pesquisa e Polymnia passou a assumir, em 1859, o sobrenome Dabrigeon (*Jornal do Comércio*, n. 46, 1859, p. 3) indicando a retomada do uso de seu sobrenome de solteira e recuperando a sua identidade, não mais associada à condição de viuvez.

Nesta subseção buscamos descortinar a presença de modistas e costureiras para além do celebrado endereço já mencionado anteriormente. Através das narrativas de suas trajetórias, evidenciamos que suas participações foram persistentes e fundamentais para o desenvolvimento de um mercado da moda na cidade, o qual, ao longo do tempo, expandiu-se de maneira significativa

4.2.2 Quem quer coisa barata e moda generalizada percorre outros caminhos

A questão geográfica e o afastamento da região da Candelária são característicos dos anos finais da década de 1840, persistiam pelos anos de 1850, estendiam-se até o decênio de 1860 e, provavelmente, progrediram ainda mais no decorrer dos anos subsequentes. Essa questão espaço-social observada nesta pesquisa, também foi notada pelos contemporâneos que frisavam a dualidade entre as lojas da rua do Ouvidor e adjacências versus outras regiões.

Tudo, Prima, que é da moda
De mais influência aqui,
Há na rua do Ouvidor:
'Notre Dame de Paris.'
Mas quem quer coisa barata,
Moda generalizada
Vai à – rua do Rosário,
Ou da Alfândega – ao Louzada (*A Marmota*, n. 1176, 1860, p. 1).

No trecho transcrito acima, ocorre uma troca de cartas no periódico onde uma prima da “cidade grande” escrevia para sua parente do interior. Nesses textos, a moradora do Rio de Janeiro descrevia a cidade e os estabelecimentos de moda existentes. A autora retratou a rua do Ouvidor como uma das ruas onde encontrava-se o mercado da moda fluminense; mas, para produtos mais baratos, ela indicava dirigir-se para ruas como Rosário e Alfândega as quais, embora centrais, não possuíam a relevância do Ouvidor.

Mme. Sophia, cuja identificação se restringia ao prenome, era publicamente reconhecida como modista e costureira, com seu estabelecimento localizado no número 196 da rua do Hospício (*Almanaque Laemmert*, n.10, 1854, p. 347). Em 1857, observa-se a transferência da propriedade onde Mme. Sophia anunciava seu negócio, sugerindo a possibilidade de sua mudança para outro endereço (*Correio Mercantil*, n. 350, 1857, p. 3). Notavelmente, na mesma rua do Hospício:

Modista, na rua do Hospício nº21, sobrado, vendem-se chapéus de palha para senhora, meninas e homens, abertos e lisos, muito bem enfeitados, por cômodo preço. Lavam-se e enfeitam-se chapéus de palha, ficando como novos. Manteletes, vesites de seda, cassa e filó. Fazem-se vestidos pelos últimos figurinos, quer para casamento, baile, passeio, luto e batizado, o que tudo se vende e se faz muito mais em conta do que qualquer outra parte (*Jornal do Comércio*, n. 308, 1850, p. 3).

Conforme observado nos anos precedentes, durante a década de 1850, verificamos a presença recorrente de modistas e costureiras que divulgavam e disponibilizavam seus serviços poucas vezes nos jornais da época. Em muitas situações, a identificação pessoal, incluindo o nome das profissionais, não era mencionada, sendo possível identificá-las exclusivamente por meio de seus endereços, apontando uma diferença social e econômica entre àquelas que

apareciam frequentemente na imprensa e que destacavam seus nomes nos mais diversos periódicos.

Esse era o caso, por exemplo, da costureira e modista que se anunciou no *Jornal do Comércio*: “Costureira modista, moradora da rua dos Barbenos nº 92, perto da rua dos Arcos, apronta vestidos de senhora muito bem enfeitados e muito em conta” (n. 92, 1851, p. 3). Outras, por sua vez, apresentavam seus nomes, mas, principalmente, para comunicar aos seus fregueses que estavam mudando de endereço: “Mme. Muller, modista, manda participar aos seus fregueses que ela se mudou para o caminho novo do Botafogo nº15, sobrado” (n. 152, 1851, p. 4). Ou Mme. Marie Schorro que contava com loja na rua de Santo Antônio. Marie saiu de Havre e chegou ao Brasil com sua filha em 1849 (*Jornal do Comércio*, n. 344, 1849, p. 4) e rapidamente, em 1850, instaurou um comércio na rua de Santo Antônio, próximo ao morro homônimo, no centro da cidade do Rio de Janeiro.

Enquanto isso, em um sobrado da rua dos Ciganos nº 32 poderíamos encontrar a costureira e modista Félice Gauthier Laurent, em que, anteriormente, era possível visualizá-la na rua do Conde. Sobre Félice Guathier Laurent podemos imaginar duas situações: a primeira é que ela era filha de Margarite Rosália Gautier, uma viúva francesa que veio para o Brasil em 1827, quando tinha 32 anos, com o objetivo de abrir uma loja de fazendas (Cód 374, vl. 01 – 1826); ou que era Félice Gauthier, uma francesa nascida em 1800 que veio para o Brasil em meados da década de 1840/1850 em busca de uma melhoria de vida, como tantas outras francesas que acompanhamos ao longo desta pesquisa.²¹⁶ As duas situações imaginárias, conectavam Félice Gauthier Laurent ao país europeu e desvenda que as francesas continuavam a aparecer e se apresentarem ao longo dos anos 1850, mesmo com uma concorrência relativamente maior e o surgimento de modistas de outras nacionalidades. Apesar de sua origem francófona, observa-se que Mme. Gauthier estava estabelecida em um endereço periférico em comparação com outras, indicando mais uma vez que a oportunidade de abrir uma renomada Casa de Moda e tornar-se reconhecida na cidade não estava ao alcance de todas.

Em 1854, Mme. Félice retornou para a rua do Conde nº 39, 1º andar (*Almanaque Laemmert*, n. 11, 1854, p. 581). É preciso observarmos que Mme. Félice no começo da década de 1850 se apresentava como Félice Gauthier e, posteriormente, passou a apresentar-se apenas como Félice Laurent indicando um possível casamento e uma troca de sobrenome, decisão

²¹⁶ Certidão de nascimento do filho disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/1:1:6X8V-HGF6>. Acessado 25 de jul. 2022.

comum ao período.²¹⁷ Em 1857, a modista Mme. Gauthier Laurent mudou-se para a rua do Ouvidor nº 102, sobrado (*Jornal do Comércio*, n. 42, 1857, p. 3); em 1861 ela se redirecionou para o nº 132 na mesma rua (*Correio Mercantil*, n. 279, 1861, p. 4). Até a década de 1870, Mme. Gauthier Laurent continuava com seu comércio na corte, agora na rua do Ouvidor, o que indica que após o seu possível matrimônio, a modista alcançou relativa notoriedade na cidade (*Jornal do Comércio*, n. 58, 1874, p. 5).

Dentre as muitas mulheres trabalhadoras mencionadas nesta pesquisa, poucas eram as que tinham Casas de moda na rua da Alfandega, esse era o caso, no entanto, de Mme. Mason que esteve no endereço com sua loja de 1851 – 1853 quando se mudou para a rua de S. Pedro nº 196 (*Almanaque Laemmert*, n. 10, 1853, p. 541). A rua da Alfandega, segundo a “prima” da *Marmota* era um dos locais onde as leitoras poderiam encontrar peças com preços mais acessíveis, de acordo com o jornal, além de produtos baratos, nesse local as leitoras conseguiriam uma “moda generalizada”, ou seja, não poderiam contar com vestidos e chapéus como os feitos pelas modistas da rua do Ouvidor.

Distante da região central e da freguesia da Candelária, onde estavam as principais modistas e costureiras, encontramos as modistas parisienses Mmes. Segard e Guilleton na rua do Catete nº 36 (*Jornal do Comércio*, n. 224, 1852, p. 4). Mme. Segard, antes de se associar a Mme. Guilleton, residia no segundo andar do número 41 da rua da Misericórdia. Portanto, para Mme. Segard, era mais vantajoso estar relativamente distante do centro e em um endereço considerado “melhor” do que a alternativa, que seria permanecer na rua da Misericórdia, uma área onde não era comum encontrar modistas e costureiras (*Jornal do Comércio*, n. 150, 1852, p. 4).²¹⁸ Entretanto, a sociedade entre as duas desmanchou-se rapidamente já que Mme. Segard seguiu para Buenos Aires em 1853 e não retornou ao Rio de Janeiro (*Diário do Rio de Janeiro*, n. 9, 1853, p. 3).²¹⁹

Ainda na rua do Catete, em 1853, identificamos a presença de Mme. Prevost, uma modista e costureira que anunciava seus serviços no número 127 (*Almanaque Laemmert*, n. 10, 1853, p. 541). Destaca-se que sua numeração distante em relação a Segard e Guilleton,

²¹⁷ Sabemos que se tratava da mesma pessoa em razão do endereço.

²¹⁸ A rua da Misericórdia foi uma das primeiras ruas da cidade do Rio de Janeiro e situava-se próximo ao Morro do Castelo. Informações disponíveis em: <https://riomemorias.com.br/memoria/a-cidade-desce-o-morro-as-primeiras-ruas/>. Acesso 22 de dez. 2023.

²¹⁹ A cidade de Buenos Aires, de acordo com o abordado anteriormente, era um destino muito procurado pelos franceses e francesas.

evidenciava a diversidade de estabelecimentos que começaram a se constituírem nessa localidade. No ano subsequente, Mme. Prevost partiu para a França sem a intenção de retornar, como mencionado no *Jornal do Comércio* (n. 8, 1854, p. 4). Embora o sobrenome Prevost seja pouco comum no Brasil, há indícios de que Mme. Prevost possa ser identificada como Luiza Chapot Prevost, uma brasileira casada com Luiz Chapot Prevost, que faleceu no Rio de Janeiro em 1909 aos 74 anos, vítima de uma enfermidade hepática.

Outro exemplo da resistência e de autonomia pode ser compreendido através da figura da modista e costureira francesa Constância – ou Constance - Grillet. Nos anos de 1850 ela começou a estar presente na corte e na imprensa fluminense como uma modista e costureira francesa que tinha uma Casa de Modas na rua de S. José nº 69 (*Jornal do Comércio*, n. 23, 1854, p. 3). Seu primeiro anúncio data de 1854 e em 1856 temos o registro da chegada de Constância Grillet na companhia de seus quatro filhos (*O Correio da Tarde*, n. 197, 1856, p. 4). Esse registro sugere que Constância veio ao Brasil sem os filhos, se estabeleceu na cidade com seu comércio e retornou à França para buscá-los.²²⁰ A modista e costureira continuou sendo referida nos jornais até o ano de 1857 quando cessaram seus anúncios (*Auxiliador da Administração do Correio da Corte*, n. 1, 1857, p. 123).

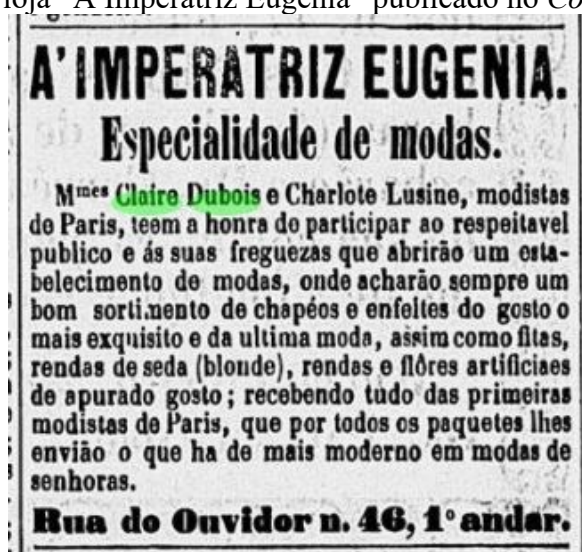
Em 1857, encontramos o anúncio de uma costureira estabelecida no número 18 da rua do Fogo, que se declarava disponível para realizar trabalhos de costura tanto para homens quanto para mulheres, assim como as trabalhadoras mencionadas no capítulo anterior. Subsequentemente, o anúncio revela que a costureira também oferecia a locação de uma senhora escravizada, que era habilidosa na arte da costura e considerada uma escolha ideal para atuar em uma casa de modista ou prestar serviços domésticos (*Jornal do Comércio*, n. 176, 1857, p. 4). Este cenário sugere que a senhora, utilizando a perícia manual em costura de sua escravizada, buscava assegurar sua subsistência e, adicionalmente, disponibilizava os serviços de sua escravizada para estabelecimentos especializados.

Podemos citar algumas modistas como Mme. Vianny anunciada no *Jornal do Comércio* traspassando sua Casa: “traspassa-se o armarinho da rua da ajuda nº 46, bem afreguesado, com fazendas ou sem elas; a casa também é própria para costureiras” (n. 310, 1852, p. 4). Mme. Amélie Lavillete, modista de Paris, com loja na rua da Alfandega nº83B (*Jornal do Comércio*, n. 116, 1854, p. 3). Mme. Amélie Cretin, ou Mme. Lavillete, que adotou esse sobrenome quando

²²⁰ Encontramos nos arquivos franceses uma certidão de nascimento de uma criança cujo nome era Marie Grillet nascida em 1847. Essa certidão, no entanto, não tem o nome de Constância. Essa lacuna levanta a possibilidade de a criança ser um dos filhos de Constância, a modista francesa, ou simplesmente uma criança com o mesmo sobrenome.

se casou com Luis Pedro José Lavillete em 1852 na cidade do Rio de Janeiro e a partir de 1854 começou a utilizar o sobrenome do marido, prática comum a época que retrata as convecções sociais de um período e que ainda refletem na contemporaneidade (*Almanaque Laemmert*, n. 9, 1853, p. 541).²²¹ Outras modistas que podemos citar são: Mme. Aline que em 1854 estava na rua de S. José nº 2 e em 1855 n rua do Carmo nº 6 (*Jornal do Comércio*, n. 320, 1855, p. 3); Mme. Belisle que se encontrava na rua da Fresca nº 13 A (*Almanaque Laemmert*, n. 12, 1855, p. 647)²²² e as Mmes. Claire Dubois e Charlote Lusine, modistas de Paris, com loja na rua do Ouvidor nº 46 (*Correio Mercantil*, n. 116, 1855, p. 3) – como no anúncio da Figura 63.

Figura 63 - Anúncio da loja “A Imperatriz Eugenia” publicado no *Correio Mercantil*.



Fonte: *Correio Mercantil*, n. 116, 1855, p. 3.

Citada no primeiro e no terceiro capítulo, Mme. Christine Chevalier, após passar alguns anos distante das publicações em periódicos, retornou a anunciar-se na década seguinte (*Jornal do Comércio*, n. 42, 1854, p. 3). As mudanças de endereço eram constantes na vida de Christine Chevalier e por isso, ainda em 1854, a modista e costureira parisiense informou que estava transferindo sua loja para a rua S. José, nº 60. No ano seguinte, comunicou que atenderia suas clientes na rua dos Ourives nº 52 (*Jornal do Comércio*, n. 339, 1855, p. 3). Mme. Chevalier estava apta a produzir trajés para o baile mascarado que ocorreu na corte naquele ano. Os bailes

²²¹ Certidão de nascimento disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/1:1:68K6-9JZY>. Acessado 31 de março de 2023.

²²² A rua da Fresca ficava na região que hoje corresponde a Praça XV e ficava, portanto, próxima a Praia de D. Manuel. Apesar de não ser um endereço normalmente habitado pelas modistas e costureiras no Rio de Janeiro, a rua da Fresca era endereço de um dos hotéis mais luxuosos do período o “Hotel Pharoux”.

eram um dos grandes divertimentos da elite fluminense daquele período;²²³ os jornais que possuíam colunas dedicadas à moda destinavam diversas edições para comentar os trajes utilizados nesses eventos.²²⁴ Além dos bailes mascarados, os bailes do Cassino Fluminense eram famosas festas do período. Nesses espaços podia-se fazer negócios e estabelecer contatos com pessoas influentes.²²⁵ As mulheres de elite preocupavam-se em arrumar-se aos moldes parisienses e, por isso:

A cada início de temporada, em abril, após a passadas as águas de março, a ansiedade tomava conta da cidade, quer por parte dos frequentadores quer por parte dos comerciantes que projetavam incremento em seus lucros, em especial, costureiras, modistas e cabelereiros da rua do Ouvidor e seu entorno (Menezes, 2024, p. 82).

Nessas épocas, as modistas que se afirmavam terem sido modistas da Imperatriz ou que serviam a Casa Imperial tinham destaque em relação às demais. Mme. L'ordan, por exemplo, teria sido, de acordo com ela, ex primeira modista de uma das Casas de moda que servia à Imperatriz francesa. Em 1858, sua Casa estava na rua dos Latoeiros nº 73 (*Almanaque Laemmert*, n. 15, 1858, p. 635)

Era preciso sobressair-se e por isso que com o aumento no número de costureiras e modistas, Mme. Luigia Ricci se apresentava como “modiste – lingère – couturière”. Muitas se anunciavam como modistas e costureiras, mas ao explicarem o trabalho que exerciam também diziam ser lavadeiras e ou engomadeiras; Mme. Ricci, no entanto, não se reduziu a *modiste* e *couturière* e evidenciou o trabalho de lavadeira colocando-o em destaque no título de sua publicação, como podemos ver na Figura 64.²²⁶

²²³ Para saber mais sobre os bailes nas décadas de 1850 em diante, ver em: PINHO, Wanderley. *Salões e damas do Segundo Reinado*. São Paulo: Livraria Martins, 1970.

²²⁴ O baile mascarado, normalmente, acontecia durante o entrudo, evento este que é conhecido atualmente como carnaval.

²²⁵ Os bailes do cassino aconteciam na região do Catete que, à essa época, passava a estar mais habitado e contava com a presença de modistas e costureiras.

²²⁶ Algumas trabalhadoras, no entanto, dedicavam-se apenas as atividades de engomadeiras, como era o caso de Mme. Carron que era especialista em roupas finas (*Almanaque Laemmert*, n. 6, 1849, p. 359). Muitas eram as atividades que circundam o universo da moda que não se restringia ao ofício das modistas e costureiras, assim como já fora demonstrado na nota de rodapé 1.

Figura 64 - Anúncio da Mme. Luigia Ricci publicado no *L'Echo de L'Atlantique*.



Fonte: *L'Echo de L'Atlantique*, n. 8, 1858, p. 3.

Por sua vez, ainda em 1858, Mme. Marie Aubry, modista de origem parisiense, apresentou uma proposta inovadora para as Casas de Moda. Mme. Aubry oferecia a entrega de vestidos alinhavados, permitindo que as famílias continuassem a confecção dessas peças em seus lares, envolvendo as próprias donas de casas ou, caso a família possuísse, escravizadas que eram hábeis nas costuras. Considerando a popularidade da atividade de costura entre as mulheres escravizadas, muitas das quais eram proficientes nessa arte, Mme. Aubry acreditava que as famílias poderiam economizar custos ao realizar parte do processo em casa, incentivando, assim, uma frequência maior de procura pelos seus serviços. Essa proposta sugere uma intervenção inteligente e estratégica de Mme. Aubry que permitia comercializar mais seus trabalhos. Além desse modelo, a modista também se propunha a pregar itens como enfeites e rendas em vestidos já prontos; mas os adornos deveriam ser comprados em outras lojas e a Mme. Aubry ficava responsável apenas por pregá-los nas roupas.

Figura 65 - Anúncio da Mme. Aubry publicado no *Jornal do Comércio*.



Fonte: *Jorna do Comércio*, n. 350, 1858, p. 3.

Muitas Casas de moda da década de 1850 diversificavam a oferta de produtos, incluindo objetos de perfumaria. A Casa de Mme. Aubry seguiu essa prática e começou a comercialização desses itens quando sua Casa se encontrava na rua S. José nº 69 (*Jornal do Comércio*, n. 177, 1859, p. 3). Contudo, em 1860, Mme. Aubry convidou seus credores para encontrá-la, nos indicando o processo de fechamento de sua Casa (*Correio Mercantil*, n. 85, 1860, p. 3). A causa dessa proposta de Mme. Aubry, talvez fosse consequência do local onde sua loja encontrava-se: a rua do Senado, nº 7B, endereço esse incomum para uma Casa de modas. Vizinha à Mme. Aubry, poderíamos encontrar:

Uma senhora estrangeira de capacidade, entendendo de tudo quanto diz respeito a uma modista e costureira, deseja encontrar um arranjo em casa de família capaz, ou tomar conta da casa de pessoa solteira ou viúva; a quem convier dirija-se a travessa do Senado nº 5, sobrado (*Jornal do Comércio*, n. 334, 1859, p. 4).

4.2.3 Não apenas de francesas vivia a moda fluminense: entre brasileiras, italianas e portuguesas

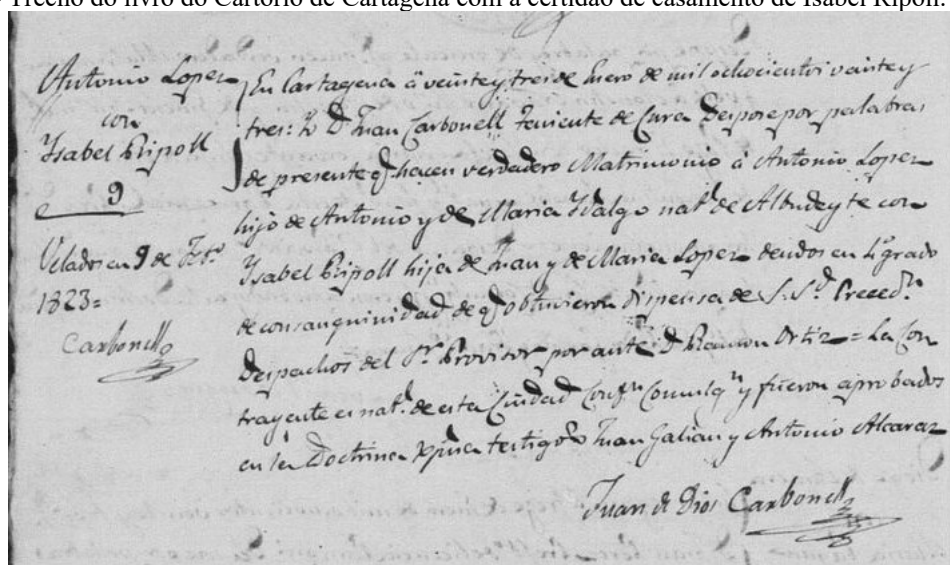
Conforme evidenciado ao longo de nossa análise, a década de 1850 se caracteriza pela presença de modistas de nacionalidades diversas, não apenas francesas. Notavelmente, as modistas brasileiras começaram a se destacar com maior frequência no mercado da moda. Em 1850, uma modista brasileira, embora tenha ressaltado sua nacionalidade, optou por não

divulgar seu nome (O Anunciador, n. 1, 1850, p. 3). As brasileiras que ingressavam no mercado da moda também vendiam produtos vindos de Paris, como podemos observar no trecho “bonecas ricamente vestidas vindas de Paris”, ou seja, nesse momento, os produtos parisienses não eram uma exclusividade das francesas e chegavam ao Brasil com mais frequência e facilidade.

A partir de 1850, em um momento de pré-unificação, a Itália não vivia um momento favorável economicamente o que pode ter ocasionado a vinda de algumas italianas para o país. Em 1851, por exemplo, a italiana Luiza Balestra chegou ao Brasil e trazia consigo uma habilidade diversificada em trabalhos relacionados a indumentárias e adornos. Seu estabelecimento comercial estava localizado na rua do Cano, número 92, esquina com a rua da Valla (*Jornal do Comércio*, n. 164, 1851, p. 4). Apesar de suas competências, a costureira e modista italiana não desfrutava da mesma visibilidade nos periódicos quando comparada às francesas, resultando em raras aparições em anúncios da época.

Três anos depois, em 1854, a espanhola Isabel Quetgyas Ripoll se anunciava na imprensa fluminense como costureira e modista. A imigração espanhola estava sendo incentivada nesse período segundo Lúcia Guimarães: “Nos principais portos do reino de Espanha, milhares de pessoas disputavam um lugar nos ‘buques’ com destino ao Novo Mundo, empurrados pela pobreza e intolerância (1997, p. 86). A Viúva Ripoll, como Isabel costumava apresentar-se após o falecimento de seu marido, veio para o Brasil acompanhada por ele e pelas filhas do casal que, após o óbito do pai, passaram a seguir a progenitora no âmbito profissional. Como podemos ver na Figura 66, Isabel Ripoll casou-se na região da Múrcia, na Espanha, em 1823.

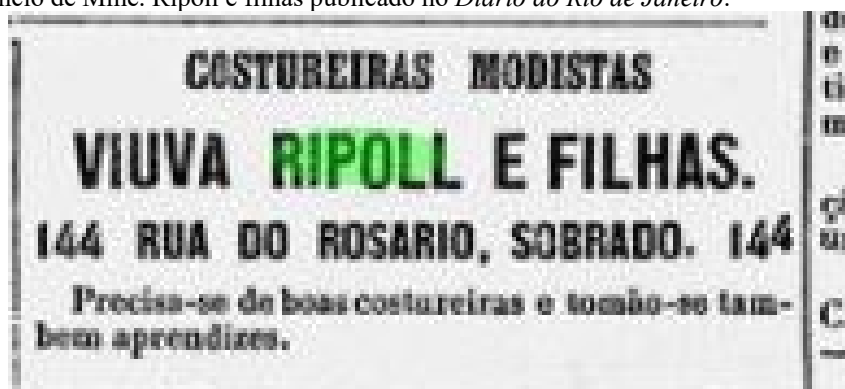
Figura 66 - Trecho do livro do Cartório de Cartagena com a certidão de casamento de Isabel Ripoll.



Fonte: Registro Civil da Espanha. Disponível em: "Spain, Diocese of Cartagena, Catholic Church Records, 1503-1969", database with images, FamilySearch (<https://www.familysearch.org/ark:/61903/1:1:Q23J-KT6F> : Wed Oct 04 21:41:49 UTC 2023), Entry for Antonio Lopez and Antonio Lopez, 23 Jan 1823. Acessado 13 de out. 2023.

A loja de Isabel ficava na rua do Rosário nº 144 (*Jornal do Comércio*, n. 89, 1855, p. 3). De 1854 até 1859 a Casa permaneceu no mesmo endereço, a forma de apresentar-se mudou já que, conforme mencionamos acima, a partir de 1857 os anúncios referiam-se a ela como “viúva Ripoll” desprendendo-se de sua identidade enquanto Isabel. Considerando que as Casas de moda, em sua maioria, carregavam o nome das modistas responsáveis, essa perda de identidade reduziu a figura de Isabel e aquilo que a diferenciava de suas concorrentes refletindo uma relação intrínseca do patriarcado sob as mulheres oitocentista. Isabel Ripoll e suas filhas, entretanto, persistiram e mantiveram a Casa por dois anos após o falecimento do marido e pai, respectivamente. Essa decisão evidencia uma resistência e insistência fundamentais em indivíduos pertencentes a uma classe social que, acima de tudo, necessitava sobreviver. Elas encontraram no mercado da moda uma alternativa para enfrentar os desafios impostos pelas circunstâncias.

Figura 67 - Anúncio de Mme. Ripoll e filhas publicado no *Diário do Rio de Janeiro*.



Fonte: *Diário do Rio de Janeiro*, n.227, 1857, p. 3.

Em 1858, uma senhora portuguesa oferecia seu serviço como costureira para trabalhar em loja de modista ou em casa de família:

Uma senhora portuguesa, perfeita costureira, deseja encontrar uma modista ou casa de família particular tão somente para o serviço de toda e qualquer costura pertencente a senhora, que lhe queiram adiantar a quantia de 100\$ a 140\$, fazendo uma qualquer segurança da dita quantia pelo tempo que se combinar até o final embolso de quem se quiser prestar; a quem convier pode deixar carta neste escritório com as iniciais A. B., para ser procurado (*Jornal do Comércio*, n. 243, 1858, p. 3).

A senhora portuguesa estava disposta a desempenhar atividades de costura tanto em loja como em casa de família, mas esperava, conforme evidenciado no anúncio, que lhes fosse adiantada uma parcela de seu dinheiro. É possível imaginarmos que essa solicitação estava associada à necessidade de saldar alguma dívida, sugerindo que a senhora se encontrava em uma situação de carência financeira. Ela configura-se, ao lado de Isabel Ripoll e filhas, como uma estrangeira que veio ao Brasil em busca de oportunidades.

A Casa de moda de D. Ignez Francisca de Oliveira, costureira, que estava localizada na rua dos Ourives nº 171 (*Almanaque Laemmert*, n. 9, 1853, p. 541), em 1854, foi transfida para a rua dos Latoeiros nº 79 (*Jornal do Comércio*, n. 124, 1854, p. 3). O jornal *Correio Mercantil* a descreveu da seguinte forma: “tem 42 anos de idade, mas não tem um só cabelinho branco! É uma matrona respeitável, de fisionomia agradável, rechonchuda” (n. 60, 1858, p. 1). O lugar das modistas estrangeiras, como vimos anteriormente, era ditado por mulheres entre 20 e 40 anos; no entanto, quando nos referimos a costureiras e, especialmente, brasileiras, esse quadro modifica-se alcançando idades superiores, até cerca de 50 anos.

Em 1854, D. Guilhermina Leopoldina Monteiro Cabral, costureira e bordadeira, oferecia seus serviços em breves e pequenos anúncios (*Jornal do Comércio*, n. 15, 1854, p. 4). A loja de D. Guilhermina estava situada na rua dos Ourives, nº 13, 2º andar. Guilhermina era mãe de Alfredo Monteiro Cabral, em sua certidão de batismo não consta o nome do pai o que

pode indicar que Guilhermina tenha sido mãe solteira e trabalhava para sustentar a si própria e ao seu filho.²²⁷

Em seguimento, uma das maiores Casas de Moda da década de 1850 foi inaugurada em 1855: *À la Ville de Naples*. A loja era propriedade da italiana Romilde Bragaldi companheira do artista italiano Mário Bragaldi. O casal chegou no Brasil nos anos finais de 1840 e instalaram por aqui até o começo da década de 1860 (Pessoa, 2016). A loja de Mme. Bragaldi recebeu esse nome em homenagem ao país da modista – apesar de alguns anúncios afirmarem que era em homenagem a Imperatriz Teresa Cristina, nascida em Nápoles - e indicou uma mudança na estruturação das Casas de Moda que se iniciou na metade do decênio de 1850 e continuou no decorrer dos anos seguintes: as lojas passaram a receber nomes que não remetiam, diretamente, as modistas que chefiavam a Casa. Ou seja, ao invés de ser chamada de Casa de Mme. Bragadi, o comércio ganhou uma nomenclatura diferente: La Ville de Naples.

Mme. Romilde Bragaldi abriu esse ano uma soberba loja de fazendas na rua do Ouvidor, a quem reuniu uma casa de modista e costureira, em grande escala e de apurado gosto. As relações diretas que Mme. Romilde Bragaldi mantém com diversos estabelecimentos de Paris habilitam-se a receber por todos os paquetes as últimas modas, além de figurinos e modelos os mais modernos, para a confecção de um completo e elegante toalete. A casa de Mme. Bragaldi tomou a denominação de – A la ville de Napoles –, em homenagem a pátria de uma augusta personagem a quem todos os brasileiros acatam e cujas virtudes os fluminenses têm a dita de apreciar mais de perto (*Diário do Rio de Janeiro*, n. 10, 1855, p. 1).

Na Figura 68 podemos ver um dos anúncios de Mme. Romilde Bragaldi.

Figura 68 - Anúncio da loja “La Ville de Naples” publicado no *Jornal do Comércio*.

A' LA VILLE DE NAPLES
155 RUA DO OUVIDOR 155

MME ROMILDE BRAGALDI tem a honra de participar ao respeitavel publico que acaba de abrir uma loja de fazendas, reunindo a ella uma casa de modista e costureira em grande escala e de apurado gosto, propriedade sua, denominada — A' LA VILLE DE NAPLES —, sita na rua do Ouvidor n. 155.

Como durante a sua residencia em Londres tivesse a honra de servir as primeiras e mais nobres familias daquella grande capital, e pelo espaço de dous annos dirigio o guarda-roupa do *Theatro Lyrico Fluminense*, julga ter dado sufficientes provas de bom gosto em sua profissão, e especialmente em costumes de grande gala, bailes, etc. Espera portanto merecer a protecção das pessoas que se dignarão honra-la com suas valiosas encomendas.

A correspondencia directa que tem com diversos estabelecimentos de Paris fará com que á chegada de todos os paquetes se encontre na loja — A' LA VILLE DE NAPLES — as ultimas modas, além de figurinos e modelos dos mais modernos gostos, para a confecção de um completo e elegante *toilette*.

A denominação da casa — A' LA VILLE DE NAPLES —, cidade que teve a fortuna de ver nascer a nossa AUGUSTA IMPERATRIZ, anima a proprietaria de tal modo, que não espera ver frustradas as suas esperanças.

A' perfeição do trabalho, Mme Romilde póde assegurar tambem aos illustres freguezes a maior modicidade nos preços.

155 RUA DO OUVIDOR 155

Fonte: *Jornal do Comércio*, n. 7, 1856, p. 4.

²²⁷ Certidão de batismo disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/1:1:6X8T-9RG3>. Acessado 30 de junho de 2023.

A Casa de Mme. Bragaldi foi anunciada mais de quarenta vezes na imprensa fluminense, sendo uma loja com evidentes incentivos financeiros. Além disso, o casal era socialmente conhecido e foi, por isso, indicado na *Marmota Fluminense*:

Mas sempre quero dizer
Que, na rua do Ouvidor,
Mme. Bragaldi abriu
Loja de muito primor!
É da terra que nasceu
Nossa boa Imperatriz:
Isto basta para que Deus
A faça em tudo feliz! (*A Marmota Fluminense*, n. 680, 1856, p. 1).

Francisco de Paula Brito, editor e redator da *Marmota Fluminense*, foi o autor do poema que citou a Casa de Mme. Bragaldi.²²⁸ Paula Brito mencionou a Casa como a Casa de Mme. Bragaldi, ainda que o estabelecimento tivesse o nome de *Ville de Naples*, referindo-se a modista principal, como era costumeiro no período. A loja, contudo, fechou antes do casal Bragaldi retornar à Europa já que em 1858 Mme. Bragadi passou a ser relacionada a outra loja renomada do período: *Notre Dame da Ajuda* (*Almanaque Laemmert*, n. 15, 1858, p. 705).

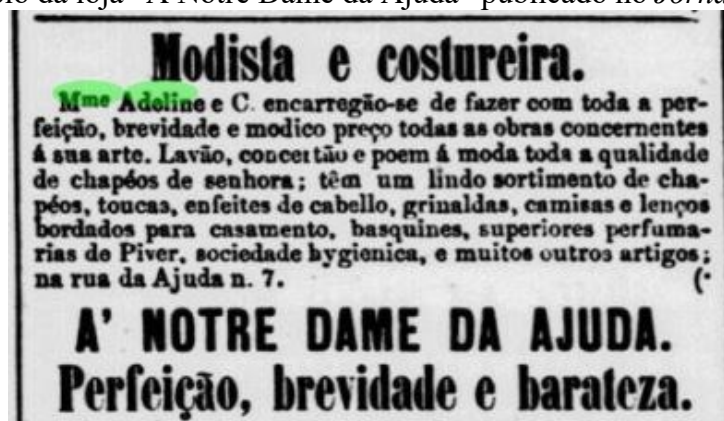
Um ano antes de Mme. Bragadi estar associada à *Notre Dame da Ajuda*, sua antiga contramestra, a francesa Anna Deschamps, passou a anunciar sua nova loja como costureira: na rua dos Ourives nº 38, sobrado (*Correio Mercantil*, n. 44, 1857, p. 3). Anna Deschamps tinha, em 1859, 27 anos quando faleceu de angina (*Correio Mercantil*, n. 74, 1859, p. 2); ou seja, quando começou seu próprio negócio tinha apenas 25 anos o que indica uma idade média entre as mulheres que trabalhavam nesse modelo de mercado da moda.

A *Notre Dame da Ajuda*, como o próprio nome indica, ficava localizada na rua da Ajuda, nº 7 (*Jornal do Comércio*, n. 269, 1857, p. 3). A Casa era chefiada por Mme. Adeline, que desempenhava as funções de modista e costureira. Vale notar que, apesar da referência parisiense presente no nome da loja (Notre Dame), em nenhum momento ela se autodenominava como francesa. Essa escolha pode indicar uma abordagem específica por parte de Mme. Adeline em relação à sua identidade e ao posicionamento de seu estabelecimento no contexto local. A loja, provavelmente, fazia referência à *Notre Dame de Paris* localizada na rua do Ouvidor e inaugurada nos anos finais de 1840, este estabelecimento cresceu ao longo dos anos e desenvolveu-se pós década de 1850 (Aucar; Bon; Sicilano, 2021). A *Notre Dame*

²²⁸ Para saber mais sobre Paula Brito ver em: GODOI, Rodrigo Camargo. *Um editor no império*: Francisco de Paula Brito, 1809-1861. São Paulo: EDUSP, 2016.

D'Ajuda, no entanto, não era tão referenciada quanto a “parisiense” que constantemente era indicada na *Marmota*.

Figura 69 - Anúncio da loja “A Notre Dame da Ajuda” publicado no *Jornal do Comércio*.



Fonte: *Jornal do Comércio*, n. 269, 1857, p. 3.

Recomendada na *Marmota* como uma loja especial para comprar vestidos, principalmente em razão da chegada do inverno, a *Notre Dame de Paris*, era referenciada ao lado da loja de Mme. Hortense Lacarrière que era indicada como o melhor local para comprar adornos como chapéus. Tais poderiam ser encontrados na loja do Mr. Dujardin, ambos na rua do Ouvidor (*A Marmota na Corte*, n. 112, 1850, p. 1). N’*O Espelho*, *A Notre Dame de Paris* também foi indicada como a melhor loja de fazendas da rua do Ouvidor no ano de 1859:

Para tudo de melhor há em fazendas não faltam casas na rua do Ouvidor; - *Notre Dame de Paris* rivaliza com *Gagelin Opigez* de Paris, há ali muita coisa boa e bonita, tanto em objetos de arte como de fantasia. A velhice mesmo, que é a inimiga mais desapiedada da moda, ali remoçaria vinte anos pelo menos” (*O Espelho*, n. 4, 1859, p. 11).

Apesar de compartilharem o mesmo nome, a *Notre Dame d’Ajuda* não teve a mesma prosperidade daquela que estava localizada na rua do Ouvidor. Mme. Adeline, em 1861, retornou para a Europa e leiloou todas as fazendas e demais artigos que ainda possuía em sua loja (*Diário do Rio de Janeiro*, n. 88, 1861, p. 3). É altamente provável que a decisão de Mme. Adeline de retornar ao seu país tenha sido motivada pelo declínio da rentabilidade de sua loja devido à intensificação da concorrência, em um momento em que a moda, enquanto fenômeno social, começava a passar por transformações.

Nesta subseção procuramos dar luz às mulheres que estavam inseridas no mercado da moda na década de 1850, mas que não eram francesas. As suas nacionalidades nem sempre eram impeditivos de sucesso, como no caso da loja de Mme. Bragaldi, a italiana que conseguiu impor-se no mercado da moda. Na subsequente subseção, delinearemos como determinados

casais, franceses, italianos e brasileiros, inseriram-se nesse cenário mercadológico, colaborando conjuntamente e, simultaneamente, problematizaremos a condição das mulheres dentro desses modelos de empreendimento.

4.2.3 O privado entrelaçado ao público: matrimônio e gênero no mercado da moda

Muitos eram os casais que juntos administravam negócios no mercado da moda. Em grande parte, os homens eram responsáveis pelos caixas e/ou armazéns que vendiam uma série de produtos fundamentais para a produção de vestidos e demais acessórios, enquanto as mulheres eram responsáveis pela “Casa de costuras”. Ao anunciarem-se na imprensa, entretanto, os homens recebiam maior destaque que as mulheres, ainda que a atividade das modistas e costureiras fossem fundamentais na estruturação dos negócios, registrando uma lógica e estrutura patriarcal característica do Oitocentos. Em 1851, por exemplo, *A Marmota na Corte* mencionou o estabelecimento da senhora Leopoldina Bernardes que administrava a parte de costuras da loja de seu marido, o senhor Bernardes.

O estabelecimento de modas da rua do Rosário nº 74, sobrado, pertence ao Mr. Bernardes, onde sua senhora, com suas maneiras tão amáveis como a mais cortês francesa, dirige suas costuras, também nacionais, com aquela perícia e bom gosto que tantas vezes temos admirado num vestido, num chapéu, ou num mantelete, que a cada passo encontramos no grande mundo (*A Marmota na Corte*, n. 179, 1851, p. 1).

Ao longo de toda década de 1850, Bernardes permaneceu no mesmo endereço atendendo as senhoras brasileiras que desejassem, fosse por preço ou as mais diversas preferências, comprar suas roupas e acessórios com uma modista e costureira brasileira. Apenas em 1860, Bernardes transferiu-se para a rua dos Ourives, ao pé da rua de S. Pedro, mas continuou trabalhando no mercado da moda (*Almanaque Laemmert*, n. 17, 1860, p. 763). Leopoldina Bernardes nasceu em Minas Gerais, casou-se com Manoel, também brasileiro, e ambos integraram o mercado da moda fluminense em meados da década de 1850.²²⁹

Em 1854, outro casal de comerciantes abriu estabelecimento na cidade fluminense: o suíço Frederico Ottiker e a francesa Mme. Ottiker, recentemente casados na cidade do Rio de

²²⁹ Certidão de óbito disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/1:1:79WJ-R2MM>. Acessado 22 de jul. 2022.

Janeiro.²³⁰ Frederico chefiava a loja e os produtos vendidos e Mme. Ottiker, a casa de costura; o nome de Frederico estava sempre em destaque, como podemos ver na Figura 70, enquanto o de Mme. Ottiker era apresentado em tamanho reduzido, indicando uma interiorização da figura de Mme. Ottiker em contrapartida a de Frederico.

Figura 70 - Anúncio de Frederico Ottiker e Mme. Ottiker publicado no *Almanaque Laemmert*.



Fonte: *Almanaque Laemmert*, n.16, 1859, p. 1439.

Com casa na rua da Quitanda nº 48 (*Jornal do Comércio*, n. 331, 1854, p. 3) e posteriormente na rua do Ouvidor nº 84, o casal seguia a lógica de outros estabelecimentos que forneciam os produtos e os serviços de costura. Na Figura 70, nós podemos observar a representação de um pedaço do interior de uma Casa de moda da metade do século XIX. Nela vemos uma série de tecidos e chapéus dispostos para o gosto da clientela, assim como caixas no chão com o nome de “sourses filet”, o que poderia ser considerado como a “Casa de costura” do armazém. Esse espaço era liderado por Mme. Ottiker não contava apenas com suas habilidades de costura e empregava outras costureiras, modistas e aprendizes já que se anunciava que “no estabelecimento de Frederico Ottiker, rua da Quitanda nº 48, precisa-se de boas costureiras e aprendizes” (*Jornal do Comércio*, n. 340, 1854, p. 3).

²³⁰ Certidão disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/1:1:6X8G-TXYB>. Acessado 4 de agosto de 2023.

A loja permaneceu no mesmo endereço até a década de 1870, quando Mme. Ottiker, já bem estabelecida na cidade, tornou-se modista de S. A. Imperial (*Almanaque Laemmert*, n. 30, 1874, p. 789), seguindo uma trajetória semelhante as de outras mulheres analisadas. Quando retornou para a Europa “indicou sua contramestra como sucessora” (Menezes, 2024, p. 131) - provavelmente falava de Mme. Wellenkamp (*Almanaque Laemmert*, n. 34, 1877, p. 1032) - demonstrando que as relações que se estabeleciam nesses locais de trabalho poderiam ser promissoras para as contramestras, assim como para as primeiras costureiras.

Por sua vez, as trocas constantes de costureiras demonstram que a relação das modistas donas de empreendimentos como as Casas de moda com suas costureiras poderia não ser tão frutífera para as mulheres mais pobres e beirar, inclusive, a horas exaustivas de trabalho e baixa remuneração o que fazia com que elas estivessem sempre em transição entre as muitas Casas existentes na Corte. Esses recortes nos indicam condições de trabalho precárias nos bastidores das lojas, mas que se perpetuavam ao longo dos anos porque o trabalho, para grande parte dessas mulheres, era uma questão de sobrevivência.

Em 1855, a parisiense Sophie Brochard abriu uma Casa de Moda na rua dos Ourives nº 41 e no ano seguinte a loja passou a contar com a figura de Louis Eugenie Brochard como relojoeiro. A entrada de E. Brochard no Brasil foi registrada em 1851 (*Jornal do Comércio*, n. 254, 1851, p. 4) mas, considerando que Sophie já utilizava o sobrenome Brochard em 1855 ou eles vieram casados da França – ainda que o nome dela não conste junto ao nome de Eugenie - ou se conheceram no Brasil e aqui realizaram o matrimônio (*Diário do Rio de Janeiro*, n. 169, 1855, p. 4). Fato é que ambos trabalhavam no mesmo endereço, conforme visualizado a partir da Figura 71; anteriormente, ela encontrava-se no nº 41 da rua dos Ourives e depois mudou-se para o nº 131, possivelmente em busca de um local onde pudesse comportar confortavelmente os dois negócios (*Jornal do Comércio*, n. 141, 1855, p. 4).

Figura 71 - Anúncio do casal Brochard publicado no *Correio Mercantil*.

131 RUA DOS OURIVES 131



E. BROCHARD , relojoeiro ,
recebe por todos os paquetes
um sortimento de relojoaria
muito superior , o mais em
conta que se póde encontrar ,
sendo tudo afiançado ; cor-
rentes , chaves e sinetes de
ouro de lei , de perfeito gos-
to. Faz e afiança todos os
concertos pertencentes á sua
arte, com

PERFEICAO , BREVIDADE E BARATEZA.

131 Rua dos Ourives 131

COSTUREIRA.

M^{me} SOPHIA BROCHARD, costureira conhecida
ha muitos annos nesta côrte, continúa a fazer
vestidos de senhoras , de bailes e casamentos ,
mañteletes, sahidas de baile , vestidos de bap-
tizados , etc. , da ultima moda, e por preços ra-
zoaveis. Os Srs. fazendeiros que quizerem hon-
ra-la com a sua confiança sempre ficarão satis-
feitos. Encarrega-se de qualquer encommenda
para fóra

Fonte: *Correio Mercantil*, n. 197, 1856, p. 4.

O casal permaneceu na corte até 1857. Nesse ano, Mme. Brochard retornou à França e veio a falecer em seu país natal no mês de dezembro (*Jornal do Comércio*, n. 356, 1857, p. 3), o que sugere um possível desejo pessoal de Mme. Brochard de morrer em sua terra de origem. Enquanto isso, Eugenie optou por retornar ao Brasil e continuar com sua relojoaria no mesmo endereço, apontando um sucesso do empreendimento. Ele permaneceu no Brasil até meados da década de 1870 (*Indicador Alfabético da Morada dos seus Principais Habitantes*, n. 1, 1875, p. 46), quando seus negócios cessaram de ser noticiados.

Em 1857, o Casal Savelli também sobressai com o nome de Jacques em evidência, em contraste ao de o de Luiza Savelli, que é apenas mencionado no decorrer do texto apresentado nas publicações, assemelhando-se ao caso do casal Ottiker. A sala de costura e modas comandada por Luiza Savelli Moll ficava no primeiro andar da Casa, enquanto no sobrado estava o comércio comandado pelo mascate Jacques. Na loja, contavam com diversos itens essenciais para a produção de indumentárias e adornos de moda. Em 1857, o casal começou

uma sociedade com uma Casa de Modas de Paris: a Clavière e Comp.²³¹ Essa sociedade auxiliou os Savelli Moll a mudarem da rua de S. José nº 60 para a rua do Ouvidor nº 132, colocando-os em maior destaque no eixo de compra das consumidoras.²³² Contudo, no mesmo ano eles saíram da rua do Ouvidor, em razão de uma cessão na sociedade.²³³ O anúncio que apresentou essa mudança, na Figura 72, também dispôs um destaque maior para Jacques do que para sua esposa Luiza.

Figura 72 - Anúncio de casal Savelli publicado no *Correio Mercantil*.

JACQUES SAVELLI
MASCATE ROMANO

Julga do seu dever participar ao respeitavel publico desta capital, e mais particularmente aos seus numerosos e distintos freguezes, a quem tanto deve, pela decidida protecção e benevolencia de que lhe forão tão prodigos até agora, que, para poder-lhes fornecer as modas e todos os artigos de *nouveautés* para senhoras e crianças, especialidade de seu commercio, com mais variedade na escolha, maior promptidão e, sobretudo, a preços mais moderados que pelo passado, acaba de fazer sociedade com a casa CLAVIERE & COMP. de Paris, e abrem na rua do Ouvidor n. 132 uma nova casa de modas e artigos de *nouveautés*.

Em consequencia, tanto elle como sua senhora, Luiza Savelli Moll, mudrão-se da rua de S. José n. 60, para a casa supramencionada, onde a mesma senhora continuará a ter sua sala de costura e modas na parte interior do primeiro andar.

Jacques Savelli espera que a casa do modas acima mencionada se abrirá nos primeiros dias de março proximo, e tem a certeza de poder vender os objectos de modas, etc., por preços mui moderados; um dos socios já se acha em Paris, devendo ficar alli sempre, na casa de commissão já formada, e comprando pelas condições mais favoraveis.

Que fará, porém, sem o auxilio e animação de seus amigos e freguezes? Pouco, se lhe falta-rem; muito, se o protegerem. Invoca pois a continuação de seu valioso apoio e de sua confiança; assegurando-lhes que de sua parte nada omitirá para tornar-se cada vez mais merecedor da sua protecção.

Fonte: *Correio Mercantil*, n. 34, 1857, p. 3.

²³¹ Sociedade essa que é contestada pela Casa de Clavière (*Correio Mercantil*, n. 175, 1857, p. 2). A casa de Clavière fechou em 1865 quando a família retorna para Europa (*Correio Mercantil*, n. 225, 1865, p. 4).

²³² Antes de estar na rua do Ouvidor nº 130, Mme. Luiza Moll esteve na numeração 130 no mesmo período que um anúncio publicado no *Jornal do Comércio* apresentava uma senhora de “afiançada conduta” que estava disposta a trabalhar como contramestra de modista ou em casas particulares (*Jornal do Comércio*, n. 257, 1857, p. 4). Provavelmente este anúncio tratava de Mme. Moll que estava no fim de uma sociedade e em busca de um novo trabalho. Anteriormente, o número 130 da rua do Ouvidor fora a Casa de Mme. Sanere e Didelot, em 1853 (*Correio Mercantil*, n. 223, 1853p. 3).

²³³ Clavière revelou que não tratava especificamente de uma sociedade, mas que Jacques Savelli havia sido admitido na Casa do Clavière como funcionário que tinha direito de 5% dos lucros relativos ao comércio de indumentárias e adornos (*Correio Mercantil*, n. 175, 1857, p. 2).

Figura 73 - Anúncio de casal Savelli publicado no *Jornal do Comércio*.

JAQUES SAVELLI
MASCATE ROMANO

Tendo deixado de continuar no estabelecimento da rua do Ouvidor n. 132, tem a honra de participar ao commercio e aos seus numerosos freguezes que se acha de novo estabelecido na rua dos Latoeiros n. 51, sobrado, coadjuvado por sua Sra. **Luiza Savelli Moll**, medista, costureira.

O annunciante esmera-se o mais que é possível para apresentar á concurrencia de seus freguezes um variado sortimento de fazendas de todas as qualidades, como sejam bordados, rendas de Inglaterra, fitas, riquissimos guipures brancos e pretos, collarinhos, camisinhas francezas de dito, manteletes pretos e de seda bordada, guipure e outros, lindissimos vestidos de diversas côres, de seda com babados, de bom gosto, e muitos outros artigos de moda e novidade de Paris. Esperando na benevolencia de seus freguezes que continuarão a protegê-lo como tiveram a generosa bondade de fazer em circumstancias mais difficeis; penhorado por tantos obsequios nunca poderá esquecer o seu dever fazendo preços os mais razoaveis, e a maior promptidão na execução das encomendas que se dignarem confiar-lhe. (.

Fonte: *Jornal do Comércio*, n. 288, 1857, p. 4.

Na figura 73 podemos notar que o casal se encontrava em um sobrado da rua dos Latoeiros nº 51. Luiza Savelli apareceu como coadjuvante da figura do seu cônjuge ainda que sua presença e a execução do seu trabalho fossem cruciais para o progresso da loja. Luiza Savelli só ganhou destaque quando seu nome figurou na sessão de moda de Almanques como o Laemmert (n. 16, 1859, p. 52). Os cônjuges permaneceram aparecendo na imprensa até 1864 quando retornaram para Europa. É sintomático, mas característico do período, que o nome de Luiza Savelli tenha aparecido inferior ao de seu marido, ainda que o trabalho de ambos fosse igualmente importante para o desenvolvimento do estabelecimento que era, de certa forma, regido pelos dois. Isso reflete, mais uma vez, e em concomitância com o que fora exposto nesta pesquisa, uma subjugação do lugar das mulheres na história, mas também, uma resistência à sociedade patriarcal que pode ser percebida através de muitos outros nomes citados aqui.

4.2.4 “Vende-se para as senhoras modistas”: o comércio “a porção” no mercado da moda

A partir da década de 1850 observamos um aumento nos estabelecimentos que se destinavam a confeccionar produtos que seriam comercializados diretamente com as modistas e costureiras ou, em palavras da época, que vendiam “a porção”. O estabelecimento de Marie,

por exemplo, não estava no epicentro do mercado da moda e, talvez por isso, a costureira e modista vendia tanto a varejo ou ao atacado. As modistas que estavam em endereços não tão habituais para o comércio da moda, estavam mais propícias a vender seus produtos nos dois modelos comerciais. Essa prática sugere, além de tudo, uma flexibilidade e estratégia por parte das modistas e Casas de moda que adaptavam-se ao período.

Rua de Santo Antônio nº 05, 2º andar. Tem sempre um lindo sortimento de manteletes para senhoras e meninas, dos gostos os mais modernos, que vende em porção e varejo, por preços cômodos; e também se encarrega de encomendas para fora da corte (*Jornal do Comércio*, n. 240, 1851, p. 6)

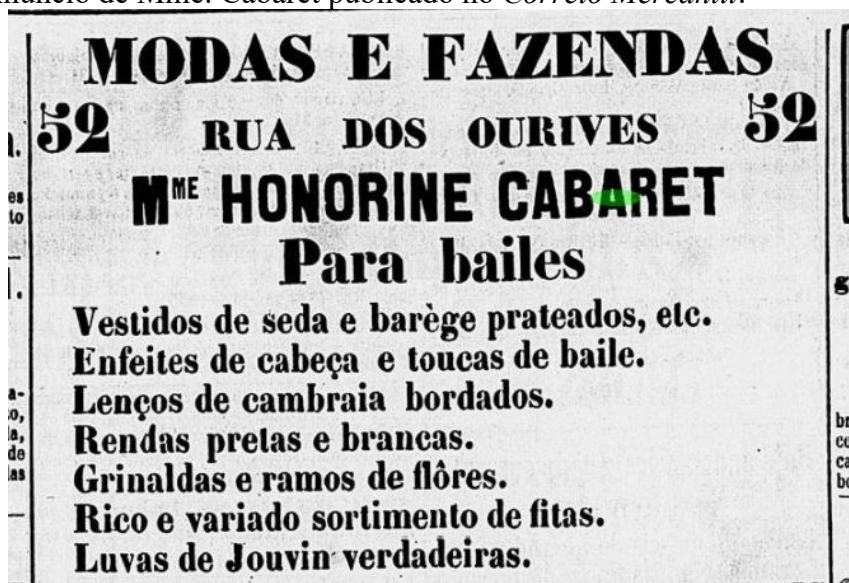
Em 1853 encontramos uma série de anúncios de E. Julliac, um fabricante de bordados que estava situado na rua do Catete no primeiro andar do nº 110: “O Sr. E. Julliac tem a honra de participar aos negociantes e modistas que acaba de chegar com um grande e rico sortimento de bordados muito baratos da sua fábrica de Nancy” (*Jornal do Comércio*, n. 78, 1853, p. 4). O anúncio apresenta o modelo de negócios do Sr. Julliac; entretanto, Julliac também tinha em sua loja a parceria de sua mulher: Mme. Julliac. Esta revelava ser uma modista e costureira de Paris e, muito provavelmente, utilizava os bordados da loja nas indumentárias que produzia. O casal chegou a ser anunciado por trinta e três vezes no *Jornal do Comércio*. Esse número é significativo quando comparamos com os demais anúncios encontrados nesse mesmo período e nessa mesma folha e indica um investimento do casal para tornar-se conhecido e celebrados na cidade. Ainda em 1853, eles saíram do Catete em direção ao centro da cidade e instalaram loja na rua dos Ourives nº 38 o que indica que, provavelmente, com essa série de anúncios apresentados a loja cresceu e conseguiu se aproximar do epicentro da moda. Mme. Julliac e E. Julliac não eram, no entanto, os únicos que vendiam os bordados de Nancy no Rio de Janeiro. Em 1854, Honorine Cabaret, francesa, começou a anunciar sua loja na imprensa fluminense e assim como o casal Julliac também comercializava os bordados Nancy:

Tem a honra de participar ao respeitável público, e a seus fregueses em particular, que acaba de abrir uma casa das ditas, e que tem a sua disposição (...) Grande sortimento de bordados de Nancy, a saber: lenços, colarinhos, camisinhas com mangas, ricos entremeios, *aviamentos para as Sras. modistas*; vende-se tudo em conta por recebê-las das mais afamadas fábricas de Paris, e em primeira mão (*Jornal do Comércio*, n. 56, 1854, p. 3) (grifo nosso).

Honorine Cabaret já estava no Brasil desde meados da década de 1840 (*Jornal do Comércio*, n. 113, 1846, p. 2), mas somente em 1854 começou a divulgar seu trabalho na imprensa e sua loja na rua dos Ourives nº 5. Essa distância temporal entre sua chegada e a

abertura da sua loja mostra que, em meio a tantos comércios, Mme. Cabaret talvez tenha esperado para investir em anúncios quando pôde, de certa forma, se destacar no meio dos demais estabelecimentos, oferecendo um produto que não era tão habitual quanto os outros. Além dos bordados, a loja de Mme. Cabaret vendia outras peças, tais como anunciadas na Figura 74.

Figura 74 - Anúncio de Mme. Cabaret publicado no *Correio Mercantil*.



Fonte: *Correio Mercantil*, n. 239, 1855, p. 4.

Neste trecho apontado acima, podemos verificar que uma das peças que Mme. Cabaret vendia eram as Luvas de Jouvin que a modista afirmava serem as verdadeiras. Dito isso, provavelmente muitas lojas noticiavam a venda das Luvas Jouvin, mas que não eram, de fato, universais.²³⁴ Por isso, Mme. Cabaret utilizou o vocábulo “verdadeiras” para referir-se as luvas comercializadas em seu estabelecimento. A Casa de Mme. Cabaret obteve êxito na época, considerando que se manteve na imprensa anunciando-a até a década de 1860 e, durante esse tempo, permaneceu no mesmo endereço (*Almanaque Laemmert*, n. 19, 1862, p. 706).

Além do casal Julliac e de Mme. Cabaret, a modista Mme. Menuisier também vendia os bordados de Nancy na capital fluminense. Mme. Menuisier veio de Havre até o Rio de Janeiro em 1854 (*Jornal do Rio de Janeiro*, n. 284, 1854, p.4) e no ano seguinte passou a anunciar sua loja. Com o objetivo de destacar-se das demais lojas que comercializavam os bordados de Nancy, Mme. Menuisier afirmava receber uma extensa variedade de bordados, que lhe possibilitava vendê-los por preços mais vantajosos ou, em suas palavras, “muito mais em conta

²³⁴ Ver nota explicativa 158.

do que em qualquer outra parte” (*Diário do Rio de Janeiro*, n. B00015, 1855, p. 3). Nesse período, sua loja ficava na rua dos Ourives nº 142, sobrado; em 1857 mudou-se para a rua da Ajuda nº 83 (*Correio Mercantil*, n. 63, 1857, p. 3). É possível que a modista tenha transferido sua Casa para a rua da Ajuda a fim de se distanciar das concorrências existentes na rua dos Ourives, onde havia Casas que também comercializavam os bordados de Nancy.

Figura 75 - Anúncio de Mme. Menusier publicado no *Correio Mercantil*.



Fonte: *Correio Mercantil*, n. 256, 1857, p. 3.

A loja de Mme. Menusier vendia produtos para além dos bordados de Nancy, ainda que eles fossem o principal atrativo do estabelecimento. Podemos ver no trecho exposto na Figura 75 que Mme. Menusier, que se autodenominava costureira e modista, vendia mais produtos “prontos” do que itens feitos à medida, uma prática que, como vimos, tornou-se comum às mulheres que se identificavam como modistas e costureiras. Além disso, oferecia serviços de lavagem de chapéus de palha que também se tornaram, aos poucos, ofícios característicos daquelas trabalhadoras declaradas como modistas.

O comércio de Mme. Menusier colocou seus produtos em liquidação no ano de 1859, tal resolução decorria, muitas vezes, com o objetivo de sanar dívidas: “muitos ricos manteletes de seda de diversas cores, a 8\$, 10\$ e 12\$ por liquidação de uma fatura” (*Correio Mercantil*, n. 331, 1859, p. 4). Com dívidas e adversidades, em 1860 Mme. Menusier se mudou para a antiga Casa de Mme. Camille, especialista na produção de coletes, na mesma rua da Ajuda, mas no nº 18 (*Diário do Rio de Janeiro*, n. 252, 1860, p. 4) e passou a anunciar que também produzia coletes para o público feminino (*Correio Mercantil*, n. 298, 1860, p. 3).

Mme. Menusier publicou anúncios em francês (*Courrier du Brésil*, n. 1, 1861, p. 7), garantiu-se no mercado da moda até os anos finais da década de 1860; em 1864 procurava um sócio com crédito de 5:000 réis para “uma fábrica bem montada e que dá muito lucro” (*Jornal do Comércio*, n. 32, 1864, p. 4) ao que imaginarmos tratar-se da própria Casa de Mme. Menusier. Provavelmente a modista conseguiu afiançar a sociedade, mas em 1868 seu estabelecimento fechou e foi colocado à leilão (*Correio Mercantil*, n. 270, 1868, p. 4).²³⁵ Mme. Menusier persistiu no mercado da moda, mas foi uma negociante com dívidas; precisou buscar uma sociedade disposta a investir uma quantia considerável de dinheiro para manter-se nesse modelo de negócio. Considerando que as atividades associadas à moda eram, relativamente, lucrativas, obteve a sociedade desejada e susteve-se nesse espaço.

Podemos citar também Hortense Etienne Canard, modista, que anunciava vender “sempre a atacado” em sua loja que ficava na rua dos Ourives nº 35 (*Jornal do Comércio*, n. 302, 1857, p. 3). Após a morte de seu marido, intensificou a frequência de seus anúncios o que pode ter acontecido por dois motivos: ou Mme. Canard se viu obrigada a propagandear com mais frequência o seu trabalho a fim de aumentar os seus lucros e poder sobreviver como viúva na cidade fluminense; ou só pôde assumir seu negócio quando seu marido faleceu e não pôde mais impedi-la de comerciar, seguindo as condutas expostas no Código do Comércio. Possivelmente por isso, além de vender para as consumidoras finais que circulavam pelas ruas centrais da cidade, Mme. Etienne também comercializava produtos ao atacado como uma estratégia multifacetada que tinha como objetivo assegurar sua continuidade como profissional e pessoal. Além disso, anunciava frequentemente em francês o que revela que a modista tinha as francesas que habitavam o Rio de Janeiro como suas consumidoras, mas não se restringia a elas, já que também divulgava suas atividades em publicações escritas em português, como na Figura 76.

²³⁵ No anúncio do leilão de sua loja é possível notarmos algumas características específicas do mercado da moda da década de 1860 adiante como a máquina de costura e uma “boneca com movimento para vidraça”.

Figura 76 - Anúncio de Mme. Canard publicado no *L'echo de L'Athlantique*.



Fonte: *L'Echo de L'Athlantique*, n. 3, 1858, p. 4.

Mme. Canard também recorreu a imprensa como meio para recrutar costureiras que pudessem ser empregadas em sua Casa. Em conformidade com o que explicamos no primeiro capítulo, as francesas que moravam no Rio de Janeiro, muitas vezes, sociabilizavam entre si o que explica o anúncio em francês publicado no *Courrier du Brésil* com o objetivo de encontrar uma costureira. Possivelmente Mme. Canard encontrou muitas costureiras que poderiam auxiliá-la em seu negócio já que esteve ativa na cidade até a década de 1870 (*Almanaque Laemmert*, n. 30, 1873, p. 788).²³⁶

Figura 77 - Solicitação de costureiras por Mme. Canard no *Courrier de Brésil*.



Fonte: *Courrier du Brésil*, n. 38, 1861, p. 6.

²³⁶ Em 1868, contudo, mudou para a rua Sete de Setembro nº 74, onde permaneceu até 1873 (*Diário do Povo*, n. 238, 1868, p. 4).

De acordo com o *Correio Mercantil*, um estabelecimento que estava faltando na *fashion* rua do Ouvidor era de uma modista especialista em *dentelles*, ou seja, em rendas (n. 129, 1858, p. 1). Mas, para alegria das consumidoras brasileiras, a belga Mme. Joanna Vergult abriu sua Casa de Modas, *Aux Armes de Bruxelles* na rua do Ouvidor nº 155 (*Almanaque Laemmert*, n.16, 1858, p. 665), em sua casa vendia as Luvas Jouvin a atacado e *dentelles* (*Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, n. 54, 1859, p. 3), o que indica uma probabilidade de ter fornecido as luvas para outras modistas da cidade. Em 1859 a Mme. Vergult retornou à Europa (*L'Écho du Brésil*, n. 3, 1859, p. 5)²³⁷ e leiloou os bens de sua loja (*Correio Mercantil*, n. 87, 1860, p. 3); entretanto, voltou ao Brasil ainda na década de 1860 e inaugurou uma nova Casas de moda, dessa vez no sobrado do número 57 da rua do Ouvidor (*Almanaque Laemmert*, n. 19, 1862, p. 618). Nos anos finais de 1860, ela transferiu-se novamente, dessa vez para a rua dos Ourives nº 44 (*Almanaque Laemmert*, n. 25, 1868, p. 704).

A análise de modistas e Casas de moda que revendiam produtos às modistas e costureiras reflete um dos meios encontrados por algumas dessas trabalhadoras para inserirem-se e se manterem no mercado da moda fluminense. Elas não comercializavam, necessariamente, com as madames que passeavam pelo centro do Rio de Janeiro, mas estavam diretamente associadas aos produtos que eram vendidos naquele local. Assim como as outras mulheres trabalhadoras exploradas nesta investigação, suas trajetórias assemelhavam-se e convergem para uma trajetória de estratégias, poucos recursos e necessidades que apontam para o cotidiano de mulheres que não eram, necessariamente, pobres, mas que também não faziam parte de uma elite ilustrada. Essas *sujeitas* de uma “classe mediana” foram fundamentais para o dia a dia da corte na primeira metade do século XIX.

As transformações experimentadas pela cidade e pelo país ao longo da década de 1850 foram anteriormente delineadas no início deste capítulo; no entanto, procederemos a uma recapitulação na seção subsequente, com enfoque na introdução das máquinas de costura no contexto do Rio de Janeiro. Este avanço tecnológico, indubitavelmente, representou a alteração mais significativa nas rotinas diárias das mulheres, embora a sua adoção tenha sido retardada para aquelas desprovidas de recursos financeiros para a aquisição do artigo. Notavelmente, com

²³⁷ O jornal se refere a ela como francesa, contudo, considerando o nome de sua loja que fazia referência a cidade belga de Bruxelas e a certidão encontrada que se refere a Jeanne Vergult como uma mulher belga, com 42 anos em 1877 (Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/1:1:27JN-BG1> Acessado 30 de abril de 2023), acreditamos que Mme. Vergult era, na verdade, belga. A relação entre o Brasil e a Bélgica nesse período foi brevemente citada em capítulos anteriores, lembramos que as condições econômicas do país eram desfavoráveis o que ocasionou uma migração para outros países, incluindo o Brasil.

o passar dos anos as prestigiosas Casas de Moda incorporaram, progressivamente, essas inovações, marcando, assim, o período a partir da década de 1860 como o encerramento temporal de nossas investigações. A seguir, delinearemos de maneira concisa algumas percepções sobre as máquinas de costura, extraídas da imprensa fluminense, juntamente com as opiniões de duas profissionais do ramo da moda e costura.

4.3 “Não há modista que deva ou possa passar ser uma máquina de costura em casa”

Nos anos finais da década de 1850, a máquina de costura já tinha sido introduzida no Brasil. Em 1851, as máquinas da marca Singer começaram a ser produzidas pela empresa norte-americana.²³⁸ Rapidamente, esse artefato tornou-se parte integrante do cotidiano e do imaginário dos brasileiros, marcando uma significativa transformação nas práticas de costura. Ainda que a Singer fosse a principal marca produtora das máquinas de costuras, não era a única. Em 1855, Mme. Besse começou a anunciar sua *oficina de costuras por máquina* na rua do Rosário nº 74, onde antes era o estabelecimento da senhora Bernardes (Almanaque Laemmert, n. 12, 1855, p. 647). Em sua loja poderíamos encontrar máquinas das marcas como Wilsons e Groover (Correio Mercantil, n. 100, 1858, p. 2). Em todas as suas publicações, como a da Figura 78, Mme. Besse frisava a facilidade no manuseio das máquinas.

²³⁸ A primeira máquina de costura doméstica surge com Singer, porém a primeira máquina utilizável para costura é de 1830 “feita de madeira, lenta e rudimentar, firmou-se na produção de uniformes militares, em que a qualidade não importava muito e era possível a padronização” (Calanca, 2011, p. 133).

Figura 78 - Anúncio do estabelecimento de Mme. Besse no *Correio Mercantil*.



Fonte: *Correio Mercantil*, n. 224, 1858, p. 4.

Lembramos que a rua do Rosário era classificada, conforme mencionado na *Marmota*, como um local menos valorizado no mercado da moda. Talvez, por isso, em 1859, com a introdução das máquinas Singer em território nacional (em 1858), Mme. Besse optou por mudar sua loja para a rua do Cano, número 34, e posteriormente para a rua do Ouvidor, número 92, (*Almanaque Laemmert*, n. 17, 1860, p. 763). Mais tarde, ela transferiu-se para a rua do Ouvidor, número 35, 1º andar (*Almanaque Laemmert*, n. 20, 1863, p. 633) e, essa última localização era próxima ao local onde as máquinas Singer eram comercializadas. Ao posicionar-se próximo ao ponto de venda das máquinas Singer, Mme. Besse demonstrava a intenção de estabelecer-se como uma concorrência explícita, aproveitando a crescente popularidade dessas máquinas na época.

Figura 79 - Anúncio do estabelecimento de Mme. Besse publicado no *Jornal do Comércio*.



Fonte: *Jornal do Comércio*, n. 358, 1859, p. 3.

Além de vender as máquinas, Mme. Besse também as consertava, oferecendo esse serviço em seus anúncios; contudo, frisava que nenhuma vendida até o momento tinha precisado de reparos (*Correio Mercantil*, n. 48, 1859, p. 4). A propaganda sobre as máquinas vendidas por Mme. Besse aumentavam à medida que crescia a concorrência. As máquinas, depois de compradas nas lojas oficiais, poderiam ser alugadas ou vendidas por terceiros, como no exemplo a seguir: “aluga-se ou vende-se uma máquina de costura da casa de Mme. Besse; na rua da Quitanda nº 59, sobrado” (*Correio Mercantil*, n. 216, 1866, p. 4). Assim, caso alguém não pudesse arcar com a compra da máquina, poderia alugá-la. Nesse ínterim, as máquinas Singer começaram a aparecer com mais frequência na imprensa. Por isso, em 1858, o *Jornal do Comércio*, publicou um anúncio a respeito da máquina de costura Singer. A partir do texto mencionado podemos chegar a algumas informações.

O respeitável público do Rio de Janeiro e o público em geral são convidados para visitar os salões do 1º andar da rua do Ouvidor n. 117, a fim de examinar as máquina de costura de I. M. Singer e C.; igualmente o sortimento de torçal de seda, linhas, agulhas, etc.; qualidade especiais usadas para essas máquinas que acabaram de chegar há poucos dias da nossa fábrica de New York, por preços muito cômodos; as máquinas com seus competentes aparelhos, peças para embainhar e guia para diferentes qualidades de costura vendem-se pelos preços de 150\$ e para cima (n. 313, 1858, p. 3).

O trecho acima revela que os fabricantes da máquina Singer adotaram uma estratégia ao alugarem um estabelecimento na renomada rua do Ouvidor para expor a máquina. Essa escolha visava maximizar a visibilidade do produto e capitalizar sobre o prestígio associado a essa

movimentada via comercial. Por fim, revela-se o preço de 150 réis por uma máquina, configurando-se, portanto, como um produto caro. Em seguida, com o intuito de mitigar o preço do produto, o anúncio frisava que a máquina poderia servir por até dez anos sem conserto, indicando que era um produto duradouro que valeria o investimento. Além disso, seria capaz de costurar qualquer modelo desejado, precisando apenas que as modistas e costureiras atentando-se ao modelo de agulha a ser utilizado. A máquina vinha acompanhada de uma mesa dita no anúncio como “elegante”, ou seja, ainda embelezaria a casa de quem a adquirisse.

Em seguida, o anúncio destaca o público consumidor do produto: sobretudo senhoras, mas também para famílias. No geral, era próprio para quem exercia um trabalho com as costuras fora do âmbito domiciliar, ou seja: donos de lojas de fazendas, costureiras, modistas, entre outros. De forma atrativa, o anúncio salientava que o uso da máquina Singer diminuiria em até oito horas o serviço que seria feito, inicialmente, com as mãos. De acordo com Calanca “uma costureira pode dar de trinta a quarenta pontos por minuto; as máquinas Singer da época [começo do século XX] davam novecentos” (2011, p. 134). Ou seja, seria uma oportunidade de acelerar a atividade, permitindo uma maior fabricação de peças e, conseqüentemente, tornar-se-ia lucrativo. Com o objetivo de atrair consumidoras, a Singer apontava que era de grande reputação em países civilizados, sendo presente em países da Europa e nos Estados Unidos. Nesse sentido, o empreendimento buscava atrair um público que, em meados da década de 1850, estava ávido por transformações que levassem o Brasil a configurar-se como um país civilizado.

Os Srs., compradores receberão impressos com instruções que podem ser entendidas por pessoas da menor inteligência, as quais estão em línguas portuguesa, espanhola, francesa, alemã e inglesa; as pessoas que quiserem podem vir ao nosso estabelecimento a fim de receberem explicações até que possam trabalhar com perfeição; para isto bastará de uma até três horas (*Jornal do Comércio*, n. 313, 1858, p. 3).

Sob a perspectiva da análise do texto introdutório da máquina Singer entre as brasileiras, destacamos a ênfase na facilidade de manuseio da máquina. Além disso, o anúncio prometia manuais disponíveis em diversas línguas para atender a uma audiência mais ampla. Notavelmente, o endereço na rua do Ouvidor estava aberto para visitas, proporcionando a oportunidade de receber instruções práticas sobre o uso do produto. Essa oferta parecia particularmente atrativa para modistas, costureiras e profissionais afins, indicando uma abordagem estratégica que visava não apenas vender a máquina, mas também capacitar e atender às necessidades específicas desse público-alvo.

O anúncio voltava-se também para a introdução da máquina Singer no ambiente escolar. Sabendo que existia uma distinção entre o ensino de meninas e de meninos, e que as meninas aprendiam a costurar e a bordar nas escolas, as chamadas “prendas domésticas”.²³⁹ A publicação prometia uma “perfeição na educação da mocidade”; oferecendo, inclusive, descontos para instituições como seminários, colégios ou instituições de caridade, assim, influenciando que esses lugares adquirissem uma máquina Singer. Com escritório no Rio de Janeiro ou em Nova York, o anúncio prometia que possíveis agentes de venda poderiam encontrar maiores informações sobre a máquina nos dois países, deixando, ao final, o endereço também do escritório de Nova York. Com o objetivo de introduzir-se o mais rápido possível na vida das brasileiras, a Singer ainda procurava agentes que propagandassem e revendessem os produtos em todas as cidades do Brasil, inclusive no interior da província que também contava com lojas de modistas.

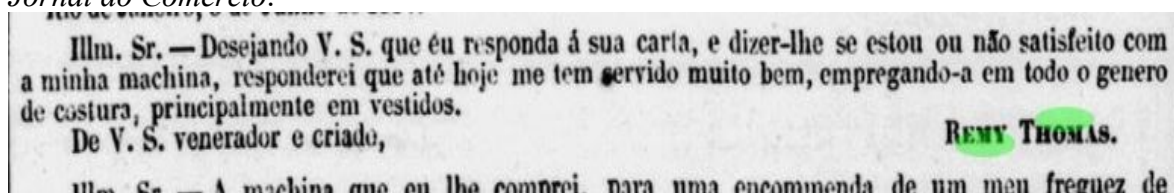
Não faltavam anúncios em que as modistas e costureiras da época apresentavam sua opinião sobre a máquina. Mme. Carolina Remy Thomas, por exemplo, alegou que usava a máquina de costura e que gostava de utilizá-la principalmente na confecção de vestidos. Com loja na corte desde 1851, mudou da rua do Ouvidor nº 105 sobrado (*Jornal do Comércio*, n. 257, 1851, p. 3)²⁴⁰ para o segundo andar do nº 50 da rua da Quitanda (*Correio Mercantil*, n. 172, 1858, p. 3).²⁴¹ Ao que as fontes indicam, até a década de 1860 Mme. Remy Thomas continuava com o estabelecimento no mesmo endereço (*Almanaque Laemmert*, n. 18, 1861, p. 696) e, possivelmente, com a máquina de costura conseguia avançar mais rapidamente em suas atividades diárias.

²³⁹ Para saber mais sobre isso, ver a dissertação: Mello, Graciele Dellalibera. *As representações de Gênero e a educação feminina no Paraná oitocentista* (1849-1886). Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Programa de Pós-graduação em Educação, Curitiba: 2018. Em seu trabalho, Mello faz uma pesquisa abrangente sobre os modelos de educação na província do Paraná durante o século XIX e apesar de não tratar diretamente da Corte, suas conclusões apresentam potencial aplicabilidade.

²⁴⁰ Esse sobrado também contava, em 1851, com a presença de Mme Fournel com uma fábrica de coletes (*Correio Mercantil*, n. B00154, 1851, p. 3).

²⁴¹ A partir de 1853, Mme. Huré passa a estar no sobrado da rua do Ouvidor nº 105 (*Almanaque Laemmert*, n. 9, 1853, p. 541).

Figura 80 - Opinião de Remy Thomas sobre a utilização da máquina de costura publicada no *Jornal do Comércio*.



Fonte: *Jornal do Comércio*, n. 337, 1857, p. 4.

Mme. Thomas deu seu veredito sobre a máquina em 1858; no entanto, em 1856 já recebia encomendas a serem produzidas nas “célebres máquinas americanas”:

Recebem-se encomendas para as célebres máquinas americanas de coser e lavar, a primeira adotada a todas as qualidades de trabalho como de modista, alfaiate, seleiro, sapateiro etc., etc., garantindo o perfeito trabalho das mesmas. As encomendas recebem-se na agência, rua Direita nº14, 2º andar, escritório nº 3, onde tem amostra já trabalhando (*Jornal do Comércio*, n. 32, 1856, p. 3).

A chegada da máquina de costuras mobilizou ainda mais o trabalho feminino no que se refere ao mercado da moda brasileira e, principalmente, fluminense. Essa perpetuação do trabalho se estendeu, inclusive, para o século seguinte e permitiu que muitas mulheres tivessem profissões de costureiras e modistas e fossem, aos seus modos, independentes e autônomas. A ampliação nas oportunidades de trabalho para as mulheres pode ter impactado as figuras masculinas da época e dos anos seguintes. A introdução de máquinas de costura e a crescente participação feminina no mercado de trabalho representaram mudanças significativas nas dinâmicas tradicionais de gênero. Dado esse contexto,

Antônio dos Santos Coragem, médico formado pela faculdade de medicina do Rio de Janeiro em 1919, em sua tese de doutoramento, afirmava que o pedalar produzia excitação vaginal, daí necessidade de se evitar o uso diário das referidas máquinas (Maluf; Mott, 1998, p. 419).

Por mais controversa que a apuração de Antônio dos Santos Coragem possa parecer atualmente, certamente influenciou maridos e pais e, por consequência, desestimulou o uso contínuo das máquinas pelas mulheres e, de alguma forma, desordenou o trabalho de costuras com a máquina. Esse utensílio que auxiliava a produção e confecção de roupas e acessórios não era, no entanto, primordial para a produção de roupas e do trabalho da costureira – por mais que fosse fator acelerador do processo –, era possível trabalhar e produzir sem uma máquina de costura Singer, Wilsons e Groover.

Nesse sentido, o trabalho e o mercado da moda fluminense, majoritariamente feminino como demonstramos no decorrer desta pesquisa, existiu como uma forma de trazer autonomia às mulheres. Com ou sem a máquina de costura, foi através destas atividades que as mulheres

puderam garantir renda e assim constituir suas próprias vidas e trajetórias. Nesse quarto e último capítulo ficou cada vez mais evidente que esse modelo de trabalho cresceu e se desenvolveu na maior cidade brasileira do século XIX. Muitas mulheres ofereceram seus serviços na imprensa do período e tiveram seus percursos semelhantes à de outras trabalhadoras que se dedicaram na produção do mercado da moda brasileiro no Oitocentos e com base em uma análise prosopográfica foi possível compreender suas semelhanças e diferenças.

Foi devido aos trabalhos e atividades desempenhados quase que exclusivamente por mulheres que Josephine Durocher, filha da modista Mme. Anne Durocher, teve a possibilidade, por exemplo, de adotar roupas que eram socialmente consideradas masculinas. Trajes esses que permitiram que ela circulasse pela cidade realizando seus trabalhos. Talvez Mme. Josephine Durocher tenha sido uma das consumidoras dos *trajes de emancipação* citados no começo deste capítulo. Os cabelos curtos nas imagens que são, costumeiramente, relacionadas a ela, demonstram o uso de um adorno semelhante às gravatas utilizadas em trajes masculinos e que denotam, mais uma vez, uma masculinidade associadas a Mme. Josephine Durocher.²⁴² A Figura 81 apresenta uma das imagens frequentemente associadas a Mme. Josephine Durocher, amplamente disseminada em diversos sites da internet. Além de sua circulação digital, essa imagem também aparece em jornais do século XX, como exemplificado pela publicação comemorativa do centenário de Mme. Durocher, publicada no periódico *A Notícia* em 1916 (n. 216, p. 2)²⁴³. Não sabemos se a imagem é verdadeira, contudo, de acordo com relatos sobre a parteira e os próprios escritos de Mme. Durocher, se não é verdadeira é, contudo, fidedigna ao que os jornais propunham sobre ela.²⁴⁴

Uma das primeiras mulheres a se formar como parteira pela Faculdade de Medicina que ingressou em 1833, quando deixou a direção da Casa de Modas de sua mãe e fechou o estabelecimento optando por seguir na área da saúde. Segundo o jornal *Brasil Médico*, em reportagem que homenageava Josephine Durocher, ela era a única mulher, pelo menos até 1915, a fazer parte da “Academia de Medicina como membra titular para onde entrou em 1870” (n. 45, 1915, p. 9). Talvez por ocupar um espaço masculinizado, como a Academia de Medicina,

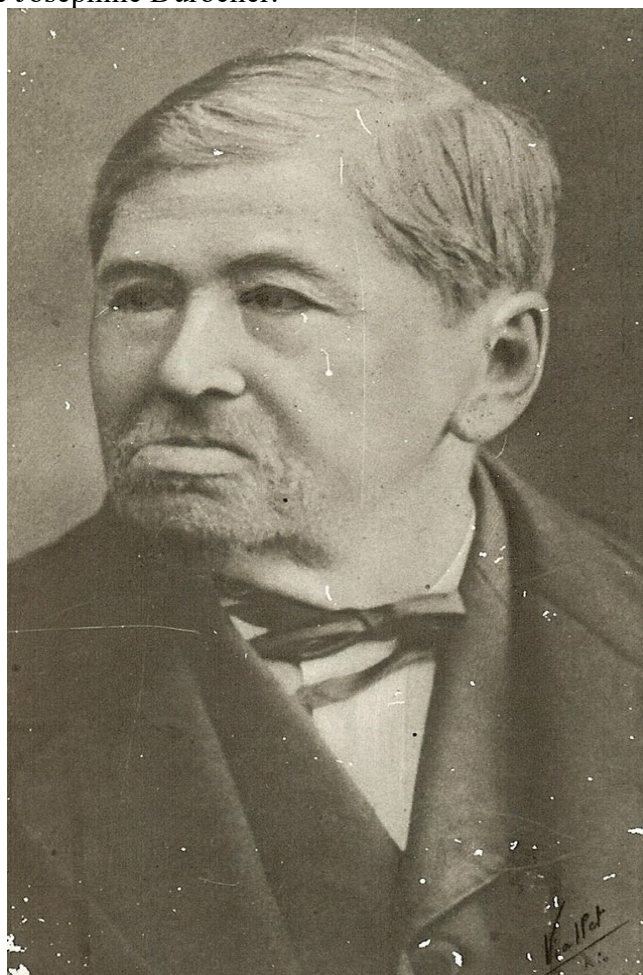
²⁴² Mme. Josephine Durocher não foi a única mulher a optar por utilizar trajes masculinos, outras mulheres ainda no século XIX também faziam uso de roupas não usuais para as mulheres. Nomes conhecidos como Rosa Bonheur e George Sand são alguns exemplos (Perrot, 2007).

²⁴³ O centenário de Josephine fora comemorado nos 100 anos de sua chegada ao Brasil, e não no ano de seu nascimento.

²⁴⁴ O fotógrafo não foi encontrado.

os retratos de Mme. Josephine Durocher tenham sido também eles masculinizados, como o apresentado na figura 81 (Gonçales, 2020). Contudo, registros indicam que a parteira andava pelas ruas da cidade vestida como um homem para maior facilidade de locomoção, em sua obra “Deve ou não haver parteiras?” defende uma jovem grega que teria utilizado “vestes masculinas” para participar de um curso de cirurgia (*Anais Brasileiro de Medicina*, n. 8, 1871, p.12). Enquanto Josephine Durocher afirmava vestir-se: “um vestuário que não só me pareceu mais cômodo para o trabalho da minha profissão, como mais decente e característico para parteira” (*Anais Brasileiro de Medicina*, n. 9, 1871, p. 11).

Figura 81 - Retrato de Josephine Durocher.



Fonte: <https://www.anm.org.br/marie-josephine-mathilde-durocher/>. Acessado 30 de out. 2023.

Mencionada no segundo capítulo desta tese, Mme. Josephine e sua mãe, por mais que fossem europeias, compartilhavam de um sentimento mútuo de gratidão em relação ao Brasil, terra que lhes acolhera no começo do século XIX. Essa mesma terra, julgou e criticou os trajes utilizados por Josephine, mas permitiu que fossem produzidos. Tanto as mulheres que produziram como aquelas que não estiveram diretamente envolvidas na produção desses

artefatos foram cruciais para a história das mulheres e do trabalho feminino em nosso país, especialmente na cidade do Rio de Janeiro. O papel desempenhado por essas mulheres foi fundamental para moldar as dinâmicas sociais, econômicas e culturais da época. Filha de pai desconhecido e de uma mãe que sustentou uma casa com o seu trabalho no mercado da moda, a trajetória da família Durocher representa significativamente o que buscamos demonstrar em nossa pesquisa.

O propósito deste capítulo foi introduzir os trajes de emancipação e analisar criticamente sua produção por parte das modistas e costureiras ativas durante a década de 1850. Destacamos que, do lado das consumidoras, é possível entender esses trajes como uma peça desejada por conta de seu ideal emancipatório e de aproximação de uma vestimenta tradicionalmente masculina. Em contrapartida, considerando as mulheres que faziam parte desse mercado, a produção desses trajes foi impulsionada por uma motivação lucrativa, em que estiveram longe de refletir diretamente uma emancipação feminina. Portanto, concluímos que os trajes de emancipação e sua importância nesse período se tratava apenas do uso mercadológico de um ideal que poderia vislumbrar uma emancipação, mas que, na prática, para as mulheres trabalhadoras do mercado da moda, foi apenas mais um item produzido por elas.

Além disso, apresentamos algumas das modistas e costureiras atuantes nesse período, destacando como o mercado da moda passou por transformações significativas, ao mesmo tempo que algumas das bases não se alteraram – em perspectiva com a potencial emancipação evidenciada nos trajes. Algumas características puderam ser notadas, como modistas e costureiras migrando para áreas periféricas da cidade, enquanto outras mais privilegiadas permaneciam no centro da corte, novos modelos de produção e venda também se tornaram mais prevalentes, como a venda no varejo e a diversificação dos produtos comercializados. Porém, mesmo com todas as transformações, ainda se tratava de um mercado e um espaço onde algumas mulheres puderam realizar seus ofícios e buscar, com mais ou menos sucesso, algum grau de autonomia e independência econômica.

CONCLUSÃO

Analisar o mercado da moda fluminense no oitocentos nos permitiu compreender o funcionamento de parte da sociedade do período. Através da trajetória das mulheres pesquisadas e de suas interlocuções pudemos entendê-las a partir de uma interpretação prosopográfica, alcançar parte de seus cotidianos e escolhas pessoais e interpessoais. Conforme frisou Ginzburg: “Pouco a pouco emerge uma biografia, seja embora inevitavelmente fragmentária, e a rede das relações que a circunscrevem” (1989, p. 176). No caso deste trabalho, surgiu uma biografia coletiva – ou prosopografia – e assim, com as fontes que foram possíveis de serem acessadas, fomos costurando, pouco a pouco, as redes de relações, ou também chamadas, relações de sociabilidade entre as sujeitas investigadas.

Examinar essas narrativas por meio das biografias abordadas neste estudo foi essencial para uma compreensão do todo. Embora as histórias estejam, de certo modo, fragmentadas, elas proporcionam uma visão abrangente da vida real, dos aspectos cotidianos e da rotina das mulheres investigadas nesta pesquisa concluindo que suas presenças foram fundamentais para a estruturação do mercado da moda fluminense. Apresentar um cotidiano e entender a maneira como as relações aconteciam foi, de fato, um desafio na trajetória desta pesquisa; não obstante, foi possível concluir como funcionavam algumas dessas relações e como se deram, principalmente, no seio da capital fluminense e mais precisamente ainda na região central da cidade. As ruas do Ouvidor, Quitanda e endereços adjacentes foram essenciais em nossa análise e fazem parte da trajetória das mulheres que resgatamos nesta investigação, em uma história que se entrelaça de maneira intrínseca com o desenvolvimento da cidade.

A principal hipótese da nossa pesquisa sustentava que o mercado da moda no Rio de Janeiro proporcionou autonomia e independência parciais para as mulheres durante a primeira metade do século XIX. Ao longo da investigação, essa hipótese foi progressivamente corroborada através das histórias entrelaçadas e evidenciadas nesta tese com base na análise prosopográfica e nos conceitos de gênero, trabalho e imigração que permearam toda nossa análise. A independência e autonomia parciais adquiridas por essas mulheres era, estritamente, financeira. Politicamente, como percebemos, o mercado da moda cedeu a algumas transformações sociais a exemplo da produção dos trajes de emancipação, mas seu viés político não foi significativamente impactado na produção dos coletes que o foram fabricados visando mais o lucro do que a divulgação de uma emancipação feminina.

A influência francesa, particularmente parisiense, no Rio de Janeiro, manifestava-se de maneira notória. Essa influência permeava diversos setores e no mercado da moda ela se mostrou extremamente significativa, caminhando junto com as trajetórias que analisamos ao longo da nossa investigação. Embora nossa pesquisa se finde na primeira metade do século XIX, a influência da França em nosso país não se dissipou e, de acordo com Mialhem, esse prestígio ainda perduraria no começo do século seguinte, apesar do Rio de Janeiro não ser mais a cidade preferida entre os imigrantes francófonos (2009, p. 65). Observamos que a influência e predominância da França no campo da moda, embora inicialmente evidente, gradativamente cedeu espaço para a participação de brasileiras e mulheres de outras nacionalidades; contudo, a notoriedade francesa não deixou de ser predominante em qualquer momento do período estudado. Ainda assim, essa mudança refletiu a transformação gradual desse mercado, no qual diversas mulheres identificaram uma oportunidade para obter ganhos financeiros e buscar sua independência econômica.

A presença progressiva de mulheres de diversas nacionalidades, incluindo brasileiras, no campo da moda foi gradualmente delineada ao longo de nossa pesquisa. Geograficamente, elas não ocupavam os mesmos espaços que as mulheres francesas e suas renomadas Casas de Moda, encontrando-se predominantemente em áreas marginalizadas, atendendo a uma clientela distinta e oferecendo serviços diversos para que seus empreendimentos fossem sustentáveis. Além disso, embora a moda fosse associada ao domínio feminino, nossa análise revelou a crescente presença de homens de negócios nesse cenário. Alguns negociantes reconheceram nesse mercado uma oportunidade de investimento lucrativo na época e se aventuraram, muitas vezes sem experiência nesse ramo. A presença simultânea de empreendimentos que buscavam um lucro extraordinário e de mulheres que tinham que se adaptar para buscar sobreviver evidencia uma importante dualidade no mercado da moda, mais latente a partir da década de 1830. Com o passar das décadas houve uma crescente heterogeneidade, com espaço para negócios de diferentes dimensões e finalidades. Porém, para as mulheres, sejam francesas, brasileiras, sucedidas ou não, esse mercado significava realizar o ofício que aprenderam e desenvolveram; enquanto para os homens era uma oportunidade momentânea de um negócio potencialmente lucrativo.

Nossa investigação se inicia em 1815, baseada na significativa entrada de franceses e na consolidação do papel das modistas, conforme reconhecido no século XIX. O período de estudo se encerra na década de 1850, considerando que durante esse intervalo foram estabelecidas as bases fundamentais no campo da moda fluminense, e a partir da década de 1850 com a chegada

das máquinas de costura no país, o campo da moda passa a ser permeado por transformações distintas das apresentadas neste trabalho. No entanto, é importante ressaltar que a influência e a dinâmica do mercado de moda na cidade transcenderam esse período delimitado, continuando a exercer impacto e relevância em períodos posteriores. A década de 1860, por exemplo, foi permeada por múltiplas modistas nos mais variados lugares, brasileiras e estrangeiras. Não significa, contudo, que com o decorrer dos anos os direitos das mulheres tenham sido ampliados e que as modistas desta década fossem mais bem sucedidas, afinal é preciso considerarmos que a existência e a resistência feminina sempre precisa estar em voga.

A documentação arquivada na Junta do Comércio (Arquivo Nacional do Rio de Janeiro - A.N.R.J.) nos permite visualizar registros acerca do cenário pós-1850, evidenciando um número significativo de mulheres que formalmente pleitearam autorização de seus maridos para empreenderem empreendimentos comerciais.²⁴⁵ O resultado dessas solicitações variou entre aceitação e recusa, indicando que a resistência feminina continuou a ser uma força atuante ao longo de muitos anos. Este fenômeno perdura, sugerindo que a ação assertiva por parte das mulheres enfrenta desafios persistentes mesmo em períodos posteriores àqueles originalmente examinados. Muitas modistas e costureiras sinalizadas nesta pesquisa (re)sistiram através de seus trabalhos e se reconheceram por meio deles.

O mercado da moda como algo majoritariamente feminino era uma realidade no século XIX e essa dinâmica predomina até os dias atuais. Em 2019, segundo publicação da revista Piauí, 75% dos brasileiros que trabalhavam no mercado da moda, principalmente em indústrias têxteis, eram mulheres.²⁴⁶ Essa realidade demarca uma estrutura que vem se delineando desde o século XIX e que permanece ainda atual na sociedade brasileira. Em 2023, a pesquisadora Eloísa Artuso publicou uma reportagem intitulada “Invisíveis, as mulheres da costura sustentam a moda” onde problematizou a parca presença das mulheres no mercado de trabalho, em relação aos homens.²⁴⁷ Além disso, a pesquisa abordou as disparidades salariais entre mulheres brancas, negras e indígenas no setor da moda.²⁴⁸

²⁴⁵ Com a mudança do Código Comercial de 1850 as mulheres casadas não poderiam abrir estabelecimentos sem a anuência de seus maridos.

²⁴⁶ Reportagem disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/cada-mil-trabalhadores-da-moda-no-brasil-750-sao-mulheres/>. Acessado 10 de dez. 2023.

²⁴⁷ Reportagem disponível em: <https://midianinja.org/designativista/invisiveis-as-mulheres-da-costura-sustentam-a-industria-da-moda/>. Acessado 20 de nov. 2023.

²⁴⁸ Sobre isso ver o relatório de 2022 realizado pela ONU Mulheres Brasil “Mulheres na confecção: estudos sobre gênero e condições de trabalho na Indústria da moda”. Disponível em:

Esse relato evidencia que, desde o século XIX até a contemporaneidade, as mulheres desempenharam um papel dominante no mercado da moda, embora nem todas pudessem/precisassem participar plenamente no ambiente de trabalho. Aquelas que estavam envolvidas muitas vezes enfrentavam jornadas duplas ou até triplas, equilibrando suas responsabilidades entre o trabalho fora de casa e as tarefas domésticas. Além disso, destaca a persistente marginalização das mulheres negras no universo da moda. Nossa pesquisa buscou desvendar a história das modistas, explorando suas interações intrínsecas com outras atividades no setor da moda, como o trabalho das costureiras.

A relação entre a história da moda e, principalmente, do trabalho com a moda entre os séculos XIX e XXI nos demonstra que alguns processos históricos permanecem e são perpetuados ao longo da história, mas não precisam o ser. O relatório da ONU Mulheres Brasil citado na nota de rodapé 241 indica que transformações evidentes no campo da moda brasileiro devem e precisam ocorrer para que as trabalhadoras deste mercado contemporâneo tenham seus direitos atendidos e que sejam atrelados a uma boa condição de trabalho em concomitância com as questões de gênero, classe e raça entrelaçadas. A formalização desse modelo de trabalho é urgente e necessária. Outro ponto a ser discutido e que merece um comentário é o fato da pesquisa apresentada no relatório descrever que pelo menos 30% das mulheres entrevistadas eram refugidas e imigrantes e foram elas que relataram as piores condições de trabalho, sendo mais de 50% trabalhadoras do mercado informal o que registra que o trabalho no campo da moda continua sendo uma alternativa encontrada por mulheres não brasileiras quando em território brasileiro, apesar de uma evidente distinção social entre as imigrantes analisadas em nossa pesquisa e no relatório em questão.

Além disso, o mercado da moda, ainda que estritamente feminino, como apontado em nossa pesquisa e apresentado no relatório, foi, em muitos aspectos, árduo para as mulheres. Por mais que sejamos maioria nesse campo, o lugar das mulheres foi sempre posto como inferior aos homens que recebem salários maiores e inferiorizado pelas grandes companhias empresariais que desde a segunda metade do século XIX, com lojas de *pret-à-porter*, dominaram esse cenário e oferecem baixas condições de trabalho às mulheres. Costureiras que trabalham em suas casas fazendo pequenos reparos em roupas para a vizinhança, produzindo roupas para outros e/ou trabalhando em grandes indústrias, ocupam uma pequena parte desses mercados ainda que seus trabalhos sejam essenciais para a continuidade do campo da moda no

Brasil. Muitas vezes essas mulheres não são nem mesmo capazes financeiramente de adquirirem produtos cuja produção passaram por elas cumprindo com uma lógica mercantil própria do capitalismo.

A história da moda é múltipla e multifacetada, podendo se desdobrar em pesquisas voltadas para o vestuário em si, para a literatura e em pesquisas como esta que se desenvolveu a partir da relação entre moda e trabalho. Essa correlação é ditada com base em atividades que são, em geral, dedicadas à produção das roupas, tais como as modistas e costureiras. Dessa forma, respaldados pelas reflexões de Daniela Calanca (2011), podemos afirmar que o estudo da moda transcende a mera descrição de alterações nas vestimentas; ele constitui uma análise de um sistema que influencia transformações em diversas esferas, incluindo as econômicas e sociais e, por isso, incluímos nossa pesquisa no que podemos chamar de história da moda e esperamos que ela influencie muitas investigações que se baseiem na relação entre moda, trabalho e gênero. Almejamos que este trabalho represente apenas uma das iniciativas pioneiras a se aprofundar em uma história até então não devidamente explorada, mas que se estende para além do escopo temporal abordado nesta pesquisa.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Juliana Valpasso. *MADAME BARAT, MODISTA DA CASA IMPERIAL*: Uma análise da dinâmica do espaço do consumo de moda no Rio de Janeiro oitocentista (1840-1860). Dissertação apresentada ao PPGH – UFF. Niterói, 2020.

ANDRADE, Rita Moraes de. *Coleção de luvas*. São Paulo: Museu Paulista – USP, 1998.

ARRAIS, Cristiano Alencar. Imaginação histórica e pensamento mediado na obra de R. G. Collingwood. Fortaleza: *Anais da ANPUH – XXV Simpósio Nacional de História*, 2009.

AUCAR, Bruna; BON, Olga; SICILIANO, Tatiana. As narrativas do vestir modas e consumos no Segundo Reinado em análise nos periódicos O Novo Correio das Modas e A Estação. *Revista dObras*. N. 31, Jan-abr, 2021.

BARBOSA, Everton Vieira. Páginas de sociabilidade feminina: sensibilidade musical no Rio de Janeiro oitocentista. Dissertação (Mestrado em Letras). UNESP Assis, 2016.

_____. *Costuras em papel*: A moda parisiense e suas relações com o Rio de Janeiro e São Paulo. Tese apresentada ao PPGH –UFF. Niterói, 2021.

BARBOSA, Marialva Carlos. Imprensa brasileira no contexto da independência: da constelação luso-brasileira às redes de comunicação. *Revista Iberoamericana de Filosofia, Política, Humanidades y Relaciones Internacionales*, año 25, nº 51. Tercer cuatrimestre de 2022. Pp. 439-454.

BARBOSA, Silvana Mota. Da história política a uma história social da política: uma definição. IN: BARATA, Alexandre Mansur; SÁ, Luiz César de; BARBOSA, Silvana Mota. *Cruzando Fronteiras: histórias no longo século XIX*. 1º ed. Rio de Janeiro: Gramma Livraria e Editora, 2020, p. 7-32.

BARD, Christine. *Une histoire politique du pantalon*. Paris: Seul, 2010.

BARROS, Paulo Cezar de. As grandes intervenções na área central do Rio de Janeiro: a geografia histórica do morro de Santo Antônio sob a ótica dos projetos urbanísticos. *Revista geo-paisagem* (on line) Ano 13, nº 25, 2014, Janeiro/Junho de 2014.

BARTHES, Roland. *Sistema da moda*. São Paulo: Ed Nacional, 1979.

BASEGGIO, Júlia Kanpp; SILVA, Lisa Fernanda Meyer da. As condições femininas no Brasil colonial. *Revista Maiêutica*, Indaial, v. 3, n. 1, 2015, p. 19-30.

BASILE, Marcello Otávio. O laboratório da nação: a era regencial (1831-1840). In: Keila Grinberg; Ricardo Salles. (Org.). *O Brasil imperial*, v. 2 (1831-1870). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, v.2.

BENABOU Erica-Marie. *La prostitution et la police des mœurs au XVIIIe siècle*. Paris: Librairie Académique Perrin, 1987.

BENTO, Antônio. *Manet no Brasil*. Estudo comemorativo da passagem do centenário da visita do pintor ao Rio de Janeiro (1849 – 1949). Rio de Janeiro: Ministério da Educação e da Saúde, 1949.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: Jean-Pierre Rioux & Jean François Sirinelli. *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998. p. 349-363.

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand, 1989.

_____. O Costureiro e sua Grife: contribuição para uma teoria da magia. In: *A Produção da Crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos*. Tradução: Guilherme J. de Freitas Teixeira & Maria da Graça Jacintho Setton. Porto Alegre: Zouk, 2008, p. 113-190.

_____. *A dominação masculina*. Trad. Maria Helena Kuhner. 2º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

_____. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1998. p. 183-191.

BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo*. Vol. 1. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

BUITONI, Dulcília S. *Imprensa feminina*. São Paulo: Ática, 1990.

_____. *Mulher de papel: a representação da mulher na imprensa feminina brasileira*. 2ª. ed. São Paulo: Summus Editorial, 2009.

CALANCA, Daniela. *História social da moda*. Trad. Renata Ambrosio. 2ª edição. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2011.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: HOLANDA, Heloísa Buarque. *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

CARVALHO, Amanda Lima dos Santos. O Rio de Janeiro a partir da chegada da corte portuguesa: planos, intenções e intervenções no século XIX. Disponível em: <https://www.seo.org.br/images/Anais/Luana/AmandaLimadosSantosCarvalho.pdf>. Acessado 08 de ago. 2023.carvalho

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem e o teatro de sombras*. 8ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

CASTELLANOS, Isabelle Tauzin. Acerca de los agentes de migración em el País Vasco y la navegación transatlântica contada por francesas migrantes a Argentina y Chile em el siglo XIX. In: SARMIENTO, Érica; CARULA, Karoline. (Org). *Imigração, trabalho e gênero (1870 – 1930)*. Rio de Janeiro: Maud X: Faperj, 2023, p. 41-55.

CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis, Historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

CHARLE, Christophe. A prosopografia ou biografia coletiva: balanço e perspectivas. In: HEINZ, Flávio M. (org). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. 41-53.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difusão Editora, 1988.

_____. Estudos Sociedade e Agricultura, 13, outubro 1999: 139-142

CHATAIGNIER, Gilda. *História da moda no Brasil*. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2010.

CINTRA, Mariana de Paula. *Boas costuras, belas figuras: uma história do despertar da moda no Oitocentos carioca*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Franca, 2018.

CLOT, Yves. La otra ilusion biográfica. *Historia y Fuente Oral*, No. 2, Memoria y Biografía (1989), p. 35-39.

COWLING, Camillia. *Concebendo a liberdade: mulheres de cor, gênero e a abolição da escravidão nas cidades de Havana e Rio de Janeiro*. Campinas: Editora da Unicamp, 2018.

CRANE, Diana. *A moda e seu papel social: classe, gênero e identidade das roupas*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2006.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 10, n. 1, 2002, p. 171-188.

DEBOM, Paulo. A moda como objeto de pensamento. *Veredas da História*, [online], v. 9, n. 1, 2016, p. 23-47.

DEBOM, Paulo; SILVA, Camila Borges; MONTELEONE, Joana (orgs). *A história na moda, a moda na história*. São Paulo: Alameda, 2019.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

_____. Teoria e método dos estudos feministas: perspectiva histórica e hermenêutica do cotidiano. In COSTA, Albertina de Oliveira & BRUSCHINI, Cristina. *Uma Questão de Gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992, p. 39-53.

_____. Novas subjetividades na pesquisa histórica feminista: uma hermenêutica das diferenças. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org). *Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p. 357-369.

DUARTE, Constância Lima. *Imprensa feminina e feminista no Brasil: Século XIX: dicionário ilustrado*. 1ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

_____. Feminismo: uma história a ser contada. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org). *Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p. 25-47.

DUMONT, Juliette. Preciosos súditos, emigrantes atravancadores: a França e os franceses do Brasil no início do século XIX. In: LUCA, Tânia Regina; VIDAL, Laurent (orgs.) *Franceses no Brasil séculos XIX – XX*. São Paulo: Editora UNESP, 2009, p. 107-117.

FERRARI, M. Prosopografia e historia política. Algunas aproximaciones. *Antíteses*, vol. 3, n. 5, jan.-jun. de 2010, p. 529-550.

FERREIRA, Tania Maria Bessone da Cruz. As leitoras no Rio de Janeiro do século XIX: a difusão da literatura. *Gênero*, Niterói, v. 5, n. 2, 2005, p. 81-93.

FEDERICI, Silvia. *O Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. Tradução: Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

FREYRE, Gilberto. *O Escravo nos Anúncios de Jornais Brasileiros do Século XIX*. São Paulo: 1ª edição digital, 2012.

FUJITA, Renata Mayumi Lopes; JORENTE, Maria José. A Indústria Têxtil no Brasil: uma perspectiva histórica e cultural. *ModaPalavra e-periódico*, vol. 8, núm. 15, enero-julio, 2015, pp. 153-174 Universidade do Estado de Santa Catarina Florianópolis, Brasil.

GAGLIARDO, Vinicius Cranek. *Imprensa e civilização no Rio de Janeiro oitocentista*. Franca: Unesp, 2016.

_____. A intendência de polícia e a civilização do rio de janeiro oitocentista. *URBANA*, Campinas, v.6, nº8, set.2014, p. 376-401.

GERSON, Brasil. *Histórias das ruas do Rio*. Rio de Janeiro: Brasiliana, 1965.

GINZBURG, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVOL, Enrico; PONI, Carlo. *A Micro-história e outros ensaios*. Trad. Antônio Narino. Ed. Bertrand, Rio de Janeiro: 1989, p. 169-178.

GLÉNISSON, Jean. Um emigrante francês no Brasil: Jean Etienne Seraine (1827-1854). In: LUCA, Tânia Regina; VIDAL, Laurent (orgs.) *Franceses no Brasil séculos XIX – XX*. São Paulo: Editora UNESP, 2009, p. 119-145.

GODOI, Rodrigo Camargo. *Um editor no império: Francisco de Paula Brito, 1809-1861*. São Paulo: EDUSP, 2016.

GOEBEL, Felipe. *O alvorecer do sistema da moda no reinado de Luís XVI e Maria Antonieta: novos atores sociais e novos estilos*. Dissertação (mestrado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-graduação em História Social, 2019.

GOMES, Gisele Ambrósio. *Entre público e o privado: a construção do feminino no Brasil dos oitocentos, 1827-1846*. Dissertação (Mestrado em História), Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2009.

GONÇALES, Guilherme. *Mulheres engravatadas: moda e comportamento feminino no Brasil, 1851-1911*. São Paulo: Dissertação apresentada no FFLCH – USP, 2019.

GONÇALVES, Márcia de Almeida. A morta e a morte da biografia. In: OLIVEIRA, Rodrigo Perez (org); SILVA, Daniel Pinha (org). *Tempos de crise: ensaios de história política*. Rio de Janeiro: Ed. Autografia, 2020, p. 63-92.

GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano: Ensaios, intervenções e diálogos*. RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (orgs). 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GODART, Frédéric. *Sociologia da moda*. SENAC SP: São Paulo, 2010.

GRAHAM, Maria. *Diário de uma viagem ao Brasil e de uma estada nesse país: durante parte dos anos de 1821, 1822 e 1823*. Disponível em: <https://bdor.sibi.ufrj.br/handle/doc/444>. Acesso 24 de set. 2021.

GRAHAM, Richard. *Alimentar a cidade: das vendedoras de rua à reforma liberal* (Salvador, 1780 – 1860). São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

GRAHAM, Sandra L. *Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910*. Tradução de Viviana Bosi. São Paulo, Companhia das Letras, 1992.

GUIMARÃES, Gêssica. *Ensaio feminista sobre o sujeito universal*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2022.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Breves Reflexões Sobre o Problema da Imigração Urbana O caso dos espanhóis no Rio de Janeiro (1880-1914). *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 10, nº 2, pp. 85-98, jul/dez 1997

HERCULANO, Florence. Disponível em: <https://brasilianafotografica.bn.gov.br/?p=10341>. Acessado 16 de fev. 2022.

HESPANHA, António Manuel & SUBTIL, José. Corporativismo e Estado de polícia como modelos de governo das sociedades euro-americanas do Antigo Regime. In: GOUVEIA, Maria de Fátima & FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *O Brasil Colonial* Vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2014, p. 127-166.

HOLLANDER, Anne. *O sexo e as roupas: a evolução o traje moderno*. Trad. Alexandre Tort; revisão técnica de Gilda Chataigner. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

Hooks, Bell. *E eu não sou uma mulher? Mulheres negras e feminismo*. Trad. Bhuvli Libano. 5ª ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

JINZENJI, Monica Yumi. *Cultura impressa e educação da mulher no século XIX*. Belo Horizonte: editora UFMG, 2010.

KLEIN, Herbert. Migrações Internacionais na História da América. In: FAUSTO, Boris (Org.). *Fazer a América*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000, p. 13-31.

KNAUSS, Paulo. Imagem do Espaço, Imagem da História. A representação espacial da cidade do Rio de Janeiro. *Tempo*, Rio de Janeiro, Vol. 2, nº 3, 1997, p. 135-148.

KURY, Lorelai. Viajantes-naturalistas no Brasil oitocentista: experiência, relato e imagem. *História, Ciências, Saúde*. Vol. III (Suplemento).

LALOUETTE, Jacqueline. Do exemplo à série: história da prosopografia. In: HEINZ, Flávio M. (org). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. 55-74.

LARA, Silvia Hunold. Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil. In: *Projeto História*, São Paulo, n. 16, p. 26, fev. 1998.

LAVER, James. *A roupa e a moda: uma história concisa*. Trad. Glória Maria de Mello Carvalho. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

LEITE, Miriam Moreira. *A condição Feminina no Rio de Janeiro: século XIX*. São Paulo: Hucitec, 1984.

LERNER, Gerda. *A criação do patriarcado: História da opressão das mulheres pelos homens*. São Paulo: Editora Cultrix, 2019.

_____. *A criação da consciência feminista: A luta de 1200 anos das mulheres para libertar suas mentes do pensamento patriarcal*. Trad. Luiza Sella. São Paulo: Editora Cultrix, 2022.

LESSA, Mônica Leite; SUPPO, Hugo Rogério. A emigração proibida: o caso França-Brasil entre 1875 e 1908. In: LUCA, Tânia Regina; VIDAL, Laurent (orgs.) *Franceses no Brasil séculos XIX – XX*. São Paulo: Editora UNESP, 2009, p. 67-103.

LE DIGOL, Christophe. L'enquête prosopographique. Enjeux de méthode. Claude Pannetier; Bernard Pudal (dir.). *Le sujet communiste*, Presses universitaires de Rennes, pp.227-240, 2014.

LIMA, Joelma Varão. *O Jornal das Senhoras, um projeto pedagógico: mulher, educação, maternidade e corpo*. (Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX). 2012. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2012.

LIPOVETSKY, Gilles. *O Império do Efêmero: a moda e seu destino nas sociedades modernas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

LUCA, Tania Regina de. Fontes imprensas: História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto. 2005. p. 111-153.

LUSTOSA, Isabel. *O nascimento da imprensa brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003. (Coleção Descobrimos o Brasil)

MACEDO, Joaquim Manuel. *Memórias da rua do Ouvidor*. São Paulo: Saraiva, 1963.

_____. *Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2004.

MALUF, Marina; MOTT, Maria Lúcia. Recônditos do mundo feminino. IN: NOVAIS, Fernando A.; SEVCENKO, Nicolau. *Histórias da vida privada no Brasil – Volume 3*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MARTINS, Ana Luiza. Presença imigrante francesa no Brasil: entre visões do paraíso e mercados de trabalho. In: LUCA, Tânia Regina; VIDAL, Laurent (orgs.) *Franceses no Brasil séculos XIX – XX*. São Paulo: Editora UNESP, 2009, p. 27-42.

MAUAD, Ana Maria. Através da imagem: fotografia e história interfaces. *Tempo*, Rio de Janeiro, vol. 1, n.º. 2, 1996, p. 73-98.

MAURO, Frédéric. Analyse historique des relations économiques entre la France et l'Amérique Latine. Actes des journées des universitaires d'information et de recherche sur la stratégie d'expansion et d'information des entreprises régionales dans les Amérique Latines, 1974.

MENEZES, Lená Medeiros. *Francesas no Rio Imperial: A 'França Antártica' no feminino plural*. Rio de Janeiro: Editora Ayran, 2024.

_____. Rua do Ouvidor: síntese de uma cidade. In: Neusa Fernandes. (Org.). *Cantos e encantos do Rio*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2022, v. 1, p. 129-142.

_____. Das modistas francesas ao demi-monde tropical. Reflexões sobre práticas e representações na Capital Brasileira. In: Maria Izilda Santos de Matos; Pedro Vilarinho Castelo Branco. (Org.). *Cultura, corpo e educação*. Diálogos de gênero. 1ed. São Paulo/Teresinha: Intermeios/EdUFPI, 2015, v. 1, p. 55-68.

_____. Facetas marginais do sonho de civilização: imigração francesa e prostituição no Brasil (1816-1830). In: LUCA, Tânia Regina; VIDAL, Laurent (orgs.) *Franceses no Brasil séculos XIX – XX*. São Paulo: Editora UNESP, 2009, p. 231-252.

_____; SANTOS, Maria Izilda de. Gênero e Imigração: Mulheres portuguesas em foco (Rio de Janeiro e São Paulo – XIX e XX). São Paulo: E-manuscrito, 2017.

MELLO, Graciele Dellalibera. *As representações de Gênero e a educação feminina no Paraná oitocentista (1849-1886)*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Programa de Pós-graduação em Educação, Curitiba: 2018.

MIALHE, Jorge Luís. A emigração francesa para o Brasil pelo porto de Bordeaux: séculos XIX e XX. In: LUCA, Tânia Regina; VIDAL, Laurent (orgs.) *Franceses no Brasil séculos XIX – XX*. São Paulo: Editora UNESP, 2009, p. 43- 66.

MIRANDA, Karoline Nascimento. Mulher negra, trabalho e resistência: Escravizadas, libertas e profissões no século XIX. *Epígrafe*, 7(7), 83-96.

MONTAGNER, Miguel Ângelo. Biografia coletiva, engajamento e memória: a miséria do mundo. *Tempo Social*, revista de sociologia da USP, v. 21, p. 259-282.

MONTELEONE, Joana. *O circuito das roupas: a corte, o consumo e a moda (Rio de Janeiro (1840-1889))*. Universidade de São Paulo: Tese de doutorado, 2013.

_____. “A tirania da moda”: roupas, comércio e consumo no Rio de Janeiro do século XIX. *Revista Maracanã*, Rio de Janeiro, n.15, p.240 -269, jul/dez 2016.

_____. Costureiras, mucamas, lavadeiras e vendedoras: O trabalho feminino no século XIX e o cuidado com as roupas (Rio de Janeiro, 1850-1920). *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 27, n. 1, e48913, 2019.

_____. Moda, consumo e gênero na corte de D. Pedro II (Rio de Janeiro, 1840-1889). *Rev. Hist.* (São Paulo), n. 178, a06017, 2019.

MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro de. *Palavra, imagem e poder: O surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

_____. Revoluciones y libros: el comercio político de la cultura en el imperio de Brasil. *Istor Revista de Historia Internacional*, Cidade do México, v. 9, 2002, p. 8-29.

_____. *O Período das Regências (1831-1840)*. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2003.

_____. Os primeiros passos da palavra impressa. In: LUCA, Tania Regina de; MARTINS, Ana Luiza (org.). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidade na cidade imperial (1820-1840)*. São Paulo: Editora Hucitec, 2005.

_____. Le roi, le peuple et la nation: métamorphoses du libéralisme politique en France et au Brésil (1830-1831). *Cahiers du Brésil Contemporain*, 1994, n°23-24, p. 59-75.

MOTT, Maria Lúcia de Barros. Madame Durocher, modista e parteira. *Estudos Feministas*, n. 1, 1994, p. 101-116.

MOURA, Alice Regina Maciel de. *Cultura escravista e resistência escrava nos anúncios de fuga do Jornal do Comércio* (Rio de Janeiro, 1827-1850). Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio), 2022.

MUZART, Zahidé Lupinacci. Uma espiada na imprensa das mulheres no século XIX. *Estudos feministas*, Florianópolis, 11 (1): 225-233, jan-jun/2003.

NASCIMENTO, Beatriz; RATTS, Alex (orgs). *Uma história feita por mãos negras: relações raciais, quilombos e movimentos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

_____. A mulher negra no mercado de trabalho. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org). *Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p. 259-263.

NEGREIROS, Hanayrá. *Por outras histórias da (e na) moda*. Disponível em: <https://elle.com.br/colunistas/por-outras-historias-da-e-na-moda>. Acessado 17 de fev. 2022.

NEVES, Lúcia Maria. B. P. das; MOREL, Marco; FERREIRA, Tânia M. Bessone da C. (org.). *História e Imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A / FAPERJ, 2006.

_____. *Corcundas e constitucionais: a cultura política da Independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: Revan; Faperj, 2003.

_____. Intelectuais brasileiros nos oitocentos: a constituição de uma “família” sob a proteção do poder imperial (1821-1838). In: PRADO, Maria Emília (org.). *O Estado como vocação: ideias e práticas políticas no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: Access, 1999.

_____. Nas margens do liberalismo: voto, cidadania e constituição no Brasil (1821-1824). *Revista de História das Ideias*. Vol.37., 2ª Série (2019), p. 55-77.

_____. João Roberto Bourgeois e Paulo Martin: livreiros franceses no Rio de Janeiro, no início do oitocentos. In: X Encontro Regional de História - ANPUH-RJ História e Biografias, 2004, Rio de Janeiro. *Anais Eletrônicos do X Encontro regional de História - História e Biografias*. Rio de Janeiro: UERJ, 2002.

NICOLAU, Gisele Pereira. *Hasteando a bandeira tricolor em outros cantos: a imigração francesa no Rio de Janeiro (1850 – 1914)*. Tese (Doutorado em História). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, UFF. Niteroi, 2019.

OLIVEIRA, Alvanir de; NOBREGA, Laura Carolina Oliveira. *Máquinas de costura: tipos, preparo e manuseio*. São Paulo: Érica, 2015.

OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. Repercussões da revolução: delineamento do império do Brasil, 1808/1831. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. (Org.). *O Brasil imperial*, v. 1 (1808-1831). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, v.1, p. 15-54.

OLIVEIRA, Maria da Glória. Quem tem medo da ilusão biográfica? Indivíduo, tempo e histórias de vida. *Revista Topoi*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 35, maio/ago. 2017, p. 429-446.

PASTOUREAU, Michel. Formes et couleurs du désordre: le jaune avec le vert. *Médiévales*, No. 4, Ordre et desordres (Mai 1983), pp. 62-72.

PEDRO, Joana Maria. Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea. *Revista Topoi*, v.12, n.22, jan-jun 2011, p. 270- 283.

PELLEGRIN Nicole. Les vertus de “l'ouvrage” : Recherches sur la féminisation des travaux d'aiguille (XVIe-XVIIIe siècles). *Revue d'Histoire Moderne et Contemporaine*, 46 (4), 1999, p. 747-769.

PEREIRA, Cristiana Schettini. Lavar, passar e receber visitas: debates sobre a regulamentação da prostituição e experiências de trabalho sexual em Buenos Aires e no Rio de Janeiro, fim do século XIX. *Cadernos Pagu* (25), julho-dezembro de 2005, p.25-54.

PERROT, Michele. *As mulheres ou os silêncios da história*. Tradução de Viviane Ribeiro. São Paulo: Edusc, 2005.

_____. *Minha História das Mulheres*. São Paulo: Editora Contexto, 2017.

PESSOA. Ana Maria dos Santos. Bravo Bragaldi! O palácio, o artista e a arte no Brasil In: *Colóquio internacional Casa senhorial: anatomia dos interiores*. 1 ed. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2016, v.1, p. 1-554.

PÊSSOA, José. Cais da Imperatriz e Praça Municipal: análise de um espaço público do neoclássico carioca. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, Nova Série, vol. 30, 2022, p. 1-27. e1.

PEZZOLA, Dinah Bueno. *Tecidos: histórias, tramas, tipos e usos*. Senac: São Paulo, 2007.

PIMENTA, João Paulo; COSTA Wilma Peres. As revoluções de independência como revoluções do tempo: almanaques, calendários e cronologias no Brasil do século XIX. *Tempo: Niterói*, Vol. 27, nº 1, Jan-Apr 2021.

PINHO, Wanderley. *Salões e damas do Segundo Reinado*. São Paulo: Livraria Martins, 1970.

PIRES, Letícia Bedendo Campanha. *Minas é o Beco do Mota: a Décima Predial Urbana e as dinâmicas socioespaciais do arraial do Tijuco entre os séculos XVIII e XIX*. Dissertação defendida no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura da UFMG. Belo Horizonte, 2022.

POPINIGIS, Fabiane; PEREIRA, Cristiana. Apresentação Dossiê Perspectivas de gênero no mundo do trabalho. *Revista Mundos do Trabalho*, v. 1, nº 2, 2009, p. 5-12.

POPINIGIS, Fabiane. “Aos pés dos pretos e pretas quitandeiras”: experiências de trabalho e estratégias de vida em torno do primeiro mercado público de Desterro – 1840 – 1890. *Afro-Ásia*, 46 (2012), p.193-226.

PRADO, Luís André do. *Indústria do vestuário e moda no Brasil do século XIX a 1960: da cópia e adaptação à autonomização subordinada*. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2019.

PUJOL, Xavier Gil. “Notas sobre el estudio del poder como nueva valoración de la historia política”. *Tiempo de política. Perspectivas historiográficas sobre la Europa moderna*. Barcelona: Publicacions Edicions de le Universitat de Barcelona, 2006, p. 73-112.

PUELLES, Alice. *O vestuário e seus acessórios em São Paulo em meados do século XIX: uma construção de vocabulário para compreender indumentária*. Dissertação de mestrado (Museologia – USP). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2015.

RAGO, Margareth. “Epistemologia feminista, gênero e história”. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). *Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto*, Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p. 371-387.

RAINHO, Maria do Carmo Teixeira. *A cidade e a moda: novas pretensões, novas distinções – Rio de Janeiro, século XIX*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

REIS, Laura Junqueira de Mello. *A mulheres no periódico Marmota (1849 – 1864): escritos, estratégias e noções de civilidade*. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas (UFJF). Juiz de Fora, 2020.

_____. Análise a respeito da assembleia do bello sexo publicada no periódico *A Marmota na Corte* (1849-1852). *Inventário*, v. 24, p. 162–175, 2019.

_____. Modistas francesas de civilizadas a luxuosas exacerbadas: como processos políticos modificaram a forma de perceber as imigrantes (1815-1832). *Revista do arquivo geral da cidade do rio de janeiro*, v. 21, 2022, p. 171-194.

RIBEIRO, Cristiane de Paula. *A vida caseira é a sepultura dos talentos: gênero e participação política nos escritos de Anna Rosa Termacsis dos Santos (1850-1886)*. 2019. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2019. Disponível em: <http://repositorio.ufjf.br:8080/jspui/bitstream/ufjf/9807/4/cristianedepaularibeiro.pdf>. Acesso em: 03 jan. 2021.

_____. Os caprichos dos homens têm feito das mulheres plantas de estufa: mulheres e relações de trabalho na corte, segunda metade do século XIX. *SÆCULUM - Revista de História* [v. 24, n. 41]. João Pessoa, p. 267-283, jul. /dez. 2019.

RIBEIRO, Monike Garcia. Um estudo histórico comparativo da representação artística do Rio de Janeiro e do homem nas iconografias dos pintores viajantes no início do século XIX (1816-1826): Nicolas Antoine Taunay, Thomas Ender e Charles Landseer. 2012. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

ROCHE, Daniel. *A cultura das aparências: uma história da indumentária (séculos XVII-XVIII)*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2007.

ROSS LOPES, C. R. O circuito da moda na corte do Rio de Janeiro. *dObra[s] – revista da Associação Brasileira de Estudos de Pesquisas em Moda, [S. l.]*, n. 38, p. 177–197, 2023. Disponível em: <https://dobras.emnuvens.com.br/dobras/article/view/1629>. Acesso em: 24 set. 2023.

ROSSOTTI, Beatrice. “*Vestir-se negra*”: roupas e adornos de mulheres negras em fotografias da segunda metade do século XIX – Rio de Janeiro e Salvador. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Programa de Pós-graduação em História. Rio de Janeiro, 2019.

_____. O Brasil que veste afrodiáspora: a performance cotidiana de mulheres negras no século XIX. *Revista Calundu – Vo l. 7, N m. 1*, jan-jun, 2023.

SAFFIOTI, Heleieth. Violência de gênero: o lugar da práxis na construção da subjetividade. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org). *Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p. 139-161.

SANTOS, Heloísa Helena de Oliveira. Uma análise teórica – político decolonial sobre o conceito de moda e seus usos. *ModaPalavra*, Florianópolis, v. 13, nº 28, abr./jun. 2020, p. 164–190.

SANTOS, Livia Assumpção Vairo dos. *Vozes para além da alcova: discurso feminista no jornal A Família*, de Josephina Álvares de Azevedo. Tese (Doutorado em História). Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), 2022.

SARMIENTO, Érica; CARULA, Karoline. (Org). Apresentação. In: *Imigração, trabalho e gênero (1870 – 1930)*. Rio de Janeiro: Maud X: Faperj, 2023, p. 7–12.

SAYAD, Abdelmalek. O que é um imigrante? In: SAYAD, Abdelmalek. *Imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: Edusp, 1998, p. 45-73.

SCHIAVINATTO, Iara Lis. Introdução Vertigem e Imagens num mundo de desigualdades. In: SCHIAVINATTO, Iara Lis. *Visualidade e poder: ensaios sobre o mundo lusófono: 1780-1840*. São Paulo: Editora da Unicamp, 2022, p. 12-48.

SCHIMITT, Juliana. Simulacro da dor: o traje de luto no Brasil oitocentista. In: DEBOM, Paulo; SILVA, Camila Borges; MONTELEONE, Joana (orgs). *A história na moda, a moda na história*. São Paulo: Alameda, 2019, p. 67-84.

SCHLICHTHORST, Carl. *O Rio de Janeiro como é, 1824-1826, (huma vez e nunca mais)*: contribuições dum diário para a história atual, os costumes e especialmente a situação da tropa estrangeira na capital do Brasil. Trad. Emmy Dodt e Gustavo Barroso. Rio de Janeiro, Ed. Getulio Costa, 1943.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SIMMEL, Georg. *Filosofia da moda e outros escritos*. Lisboa: Ed. Texto e Gráfica, 2008.

SILVA, Camila Borges. O símbolo indumentário: distinção e prestígio no Rio de Janeiro (1808-1821). Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura/ Arquivo do Estado do Rio de Janeiro: 2010.

_____. Indumentária no Brasil do pós-independência: o papel da “mulher patriótica” segundo os jornais do Primeiro Reinado e início da Regência. *Revista Dobras*, vl. 14, n. 29, mai-ago, 2020, p. 25-45.

SILVA, Gisele Beatriz de Araújo. Fontes de Informação Genealógica: Um estudo de caso do site Familysearch. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC em Biblioteconomia). Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), 2022.

SILVA, Maciel Henrique Carneiro da. *Pretas de honra: trabalho, cotidiano e representações de vendeiras e criadas no Recife do Século XIX (1840-1870)*. 2004. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Cultura e sociedade no Rio de Janeiro (1808- 1821)*. 2.ed. São Paulo: Nacional, 1978. (Brasiliana, v. 363).

SIRINELLI, J. F. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. 2a ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 231-270.

SOARES, Joice de Souza. *A polícia oitocentista entre a inovação e a tradição*. Tese de doutorado defendida no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), 2019.

SOIHET, Raquel. História das Mulheres, Gênero: contribuições para um debate. In: AGUIAR, Neuma. *Gênero e Ciências humanas: desafios às ciências desde a perspectiva das mulheres*. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1997.

SOUZA, Gilda de Mello e. *O espírito das roupas: a moda no século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SOUZA, Patrícia March. *Visualidade da escravidão: representações e práticas de vestuário no cotidiano dos escravos na cidade do Rio de Janeiro oitocentista*. Tese (Doutorado em História). PUC – RIO, Programa de Pós-graduação em História Social da Cultura. Rio de Janeiro, 2011.

STOLS, Eddy. O Brasil se defende da Europa: suas relações com a Bélgica (1830-1914). *Boletín de Estudios Latinoamericanos y del Caribe*, No. 18, Ensayos Sobre Historia De America Latina Y Del Caribe Presentados A. B. H. Slicher Van Bath (Junio de 1975), pp. 57-73.

STONE, Lawrence. A prosopografia. *Rev. Sociol. Polit.* v.19, nº 39, Curitiba, junho 2011, p. 115-137.

SWAIN, Tânia Navarro. A construção imaginária da história e dos gêneros: o Brasil no século XVI. *T.E.X.T.O.S DE H.I.S.T.Ó.R.I.A. Revista Do Programa De Pós-graduação Em História Da UnB.*, 4(2), 130–150. Recuperado de <https://periodicos.unb.br/index.php/textos/article/view/27747>.

_____. Voce Disse Imaginario? In: Tania Navarro Swain. (Org.). *História no plural*. Brasília: EDUNB- Universidade de Brasília, 1994.

VOLPI, Maria Cristina. *Estilo Urbano*. Modos de vestir na primeira metade do século XX no Rio de Janeiro. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2018.

TARDE, Gabriel. *As leis da imitação*. Porto: Rés-Editora, 1992.

TAUNAY, Afonso de E. *A missão artística de 1816*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983.

THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VÁZQUEZ, José López. HISTORIA DE LA MÁQUINA DE COSER *El Hinojal. Revista de Estudios del MUVI*, nº 6, 2016, p. 102-109.

VEBLEN, Thorstein. *A teoria da classe ociosa*. São Paulo: Abril Cultural, 1989.

VERONA, Elisa Maria. *Da feminilidade oitocentista*. Dissertação (Mestrado em História), São Paulo: UNESP, 2007.

VERSCHUEREN, Pierre. Biographie et prosopographie. *Initiation aux études historiques*, p. 309-323, 2020.

XIMENES, Maria Alice. *Moda e arte na reinvenção do corpo feminino do século XIX*. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2009.

Fontes manuscritas

Arquivo Geral da Cidade do Rio De Janeiro (A.G.C.R.J.)

A.G.C.R.J. Fundo da Câmara Municipal: série infração de posturas. Acessado 08 de abr. 2022.

A.G.C.R.J. Seção Conselho de Intendência. Acessado 11 de abr. 2022.

A.G.C.R.J. Casas Comerciais. Acessado 11 de abr. 2022.

A.G.C.R.J. Créditos. Acessado 12 de abr. 2022.

A.G.C.R.J. Décima Predial. Acessado 13 de jan. 2023.]

Arquivo Nacional do Rio De Janeiro (A.N.R.J.)

A.N.R.J. Fundo de Polícia da Corte. Acessado 07 de fev. 2022.

A.N.R.J. Fundo da Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação. Acessado 03 de mar. 2022.

A.N.R.J. Fundo da Junta Comercial do Rio de Janeiro. Acessado 04 de mar. 2022.

Archives Françaises

ARCHIVES NATIONALES – registros de nascimento, batismo, óbito de diversas regiões francesas.

ARCHIVES MUNICIPALES DE LYON - REGISTRES PAROISSIAUX ET D'ÉTAT CIVIL. Acesso 7 de jun. 2022.

Arquivo Da Pinacoteca do Estado de São Paulo

Acervo da Pinacoteca do Estado de São Paulo, Brasil. Coleção Brasileira/ Fundação Estudar. Disponível em: <https://pinacoteca.org.br/>. Acesso 14 de abr. 2023.

Arquivo do Instituto Moreira Sales

Acervo de Iconografia / Instituto Moreira Salles. Disponível em: <https://www.brasilianaiconografica.art.br/obras/19289/rua-dos-ourives>. Acesso 14 de abr. 2023.

INSTITUTO MOREIRA SALES (IMS RJ). Disponível em: <https://ims.com.br/acervos/fotografia/>. Acessado 10 de jun. 2023.

Legislação brasileira

BRASIL, RIO DE JANEIRO, REGISTRO CIVIL 1829 – 2012.

BRASIL. Lei de 15 de novembro de 1831 (título IV – referente a receita) – Publicação original. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-37687-15-novembro-1831-564851-publicacaooriginal-88758-pl.html. Acessado 02 de mar. 2021.

BRASIL. Alvará de 27 de junho de 1808. Crêa o imposto da décima dos prédios urbanos. Coleção das Leis do Brasil de 1808. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/atos/alv/1808/alv-27-6-1808.htm. Acessado 03 de ago. 2023.

BRASIL. *Coleção de Leis do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1889. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-37687-15-novembro-1831-564851-publicacaooriginal-88758-pl.html. Acessado em: 30 de jul. 2021.

Fontes impressas

A MARMOTA. Rio de Janeiro: Tipografia Dous de Dezembro, 1857 - 1864.

A MARMOTA NA CORTE. Rio de Janeiro: Tipografia de Paula Brito, 1849-1854.

A MULHER DO SIMPLÍCIO OU FLUMINENSE EXALTADA. Rio de Janeiro: Tipografia de Tomaz D. Her e C, 1832-1846.

ALMANAQUE, do Rio de Janeiro para o ano de 1816. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro. Disponível em: <https://archive.org/details/almanhis1816rio> . Acessado em: 10 de jun. 2021.

ALMANAQUE, do Rio de Janeiro para o ano de 1817. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro. Disponível em: <https://archive.org/details/almanhis1817rio> . Acessado: 10 de jun. 2021.

ALMANAQUE DOS NEGOCIANTES DO IMPÉRIO. Rio de Janeiro: Casa do Editor Proprietário, 1827 – 1832.

ALMANAQUE IMPERIAL DO COMÉRCIO. Rio de Janeiro: Pedro Plancher Seignot, 1829.

ALMANAQUE LAEMMERT. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1844 – 1940.

ALMANAQUE NACIONAL DO COMÉRCIO DO IMPÉRIO DO BRASIL. Rio de Janeiro: Emílio Seignot – Plancher, 1832.

A NOTÍCIA. Rio de Janeiro: Ed. Manuel de Oliveira Rocha, 1894 – 1916.

CENSO NACIONAL DA ARGENTINA, 1869. Disponível em: <http://www.estadistica.ec.gba.gov.ar/dpe/Estadistica/censos/C1869-TU.pdf>. Acessado: 29 de jul. 2023

CÓDIGO COMERCIAL DE 1850. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=fr&lr=&id=Jr4U7DPXIkUC&oi=fnd&pg=PA7&dq=%22c%C3%B3digo+comercial+de+1850+e+as+mulheres&ots=BWoBrpHvHO&sig=79XS1a-gj-Ks5ci3X5cINJTZKABM&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false. Acessado: 18 de out. 2022

CORREIO DAS MODAS: Jornal Crítico e Literário das Modas, Bailes, Teatros etc. Tipografia de Eduardo e Henrique Laemmert, 1839-1840.

CUNHA, Herculano A. Lassance. *Dissertação Sobre a Prostituição, em Particular na Cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Tipografia de Paula Brito, 1845.

O DESPERTADOR. Rio de Janeiro: Tipografia da Associação do Despertador, 1838-1841.

DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro: Tipografia Real, 1821-1878.

DIÁRIO MERCANTIL. Rio de Janeiro: Tipografia Mercantil, 1824-1827.

ESPELHO DIAMANTINO: Periódico de Política, Literatura, Belas Artes, Teatro e modas. Rio de Janeiro. Tipografia de P. Plancher – Seignot, 1827-1828.

FAMILYSEARCH. Disponível em: <https://www.familysearch.org/pt/>. Acessado 24 de ago. 2023.

GALLICA. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b85624941/f11.item>. Acessado 09 de mai. 2023.

JORNAL DAS SENHORAS. Rio de Janeiro: Tipografia Parisiense, 1852-1855.

JORNAL DO COMÉRCIO. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Comércio, 1827-2013.

LA FRANCE: POLITIQUE, SCIENTIFIQUE ET LITTÉRAIRE. Paris: *Éditeur inconnu*, 1862-1937.

LANGSDORFF, Georg-Heinrich von. *Mémoire sur le Brésil, pour servir de guide à ceux qui désirent s'y établir*. Disponível em : <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k58020187/f4.item.zoom>. Acesso 31 de mai. 2023.

LE NOUVELLISTE. Rio de Janeiro: Imprimerie Française, 1847-1848.

MARMOTA FLUMINENSE. Rio de Janeiro: Tipografia Dous de Dezembro, 1854-1857.

ONU MULHERES BRASIL. Relatório Mulheres na Confecção Estudo sobre gênero e condições de trabalho na Indústria da Moda. Disponível em: <https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2022/09/2022-09-relatorio-mulheres-confeccao.pdf>. Acesso 24 de mai. 2023.

PEQUENO ALMANAQUE. Rio de Janeiro: Companhia dos Editores Viúva Ogier e Filho, 1842-1843.

PERIÓDICO DOS POBRES. Rio de Janeiro: Tipografia dos Pobres, 1850-1871.

<https://piaui.folha.uol.com.br/cada-mil-trabalhadores-da-moda-no-brasil-750-sao-mulheres/>. Acessado 10 de dez. 2023.

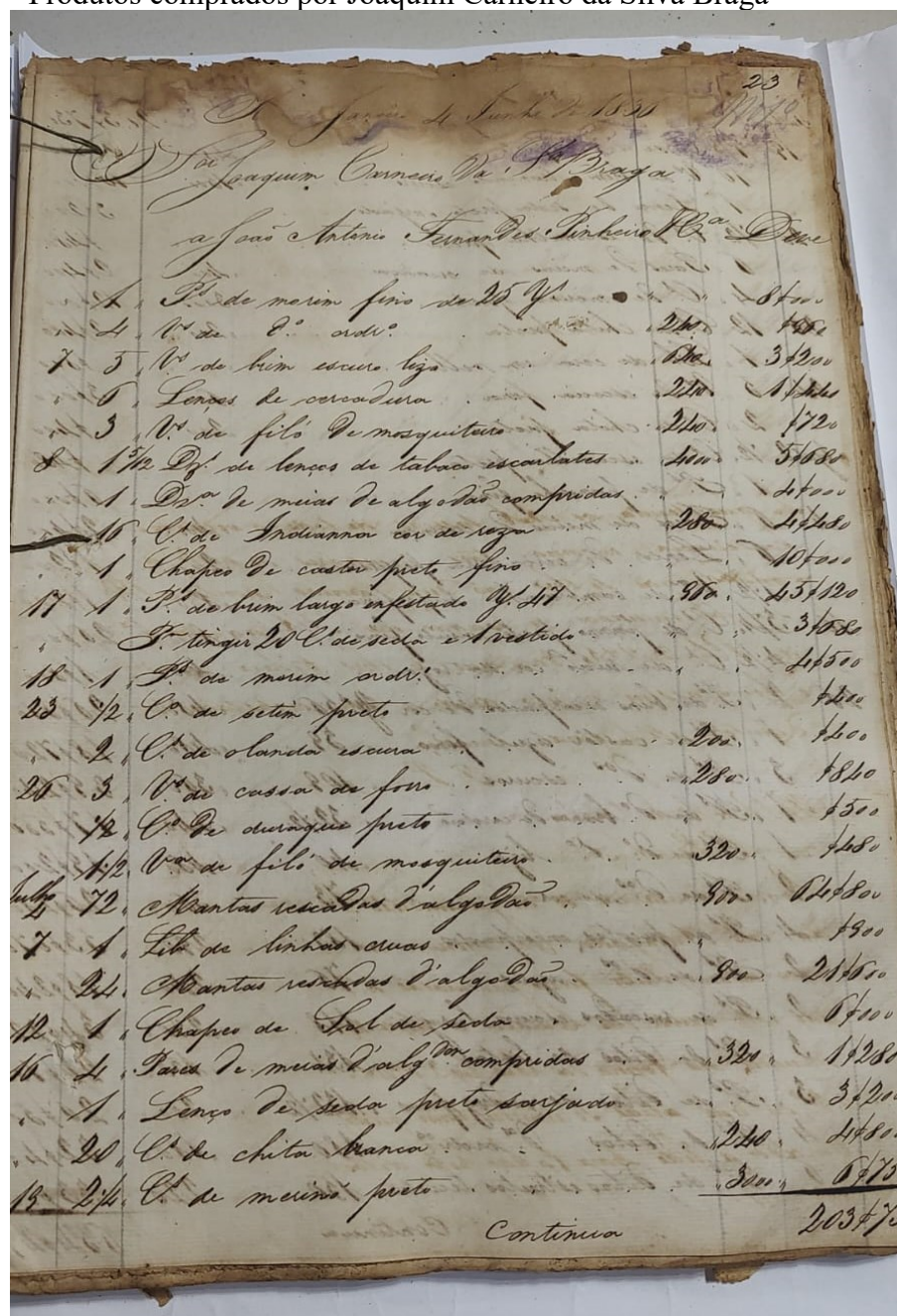
<https://midianinja.org/designativista/invisiveis-as-mulheres-da-costura-sustentam-a-industria-da-moda/>. Acessado 20 de nov. 2023.

SILVA, Antônio de Moraes. *Dicionário da Língua Portuguesa*. 6ª edição. Lisboa, Tipografia de Antônio José da Rocha, 1858.

UZANNE, Octave, *Monument esthématique du XIXe siècle: les modes de Paris, variations du goût et de l'esthétique de la femme, 1797-1897*, 1898, p.145. Disponível em: gallica.bnf.fr/BnF. Acessado 09 de mai. 2023.

ANEXO A – Produtos comprados por Joaquim Carneiro da Silva Braga

Figura A 1 – Produtos comprados por Joaquim Carneiro da Silva Braga



Item	Quantity	Price
1. P. de morim fino de 20 Y	84	8400
2. V. de 2.º ordi.	24	1440
3. V. de bom escuro, loja	24	34200
4. Lenços de caraculera	24	14400
5. V. de filo de mosquito	24	1720
6. 1.º de lenços de tabaco escantados	14	54080
7. 1.º de meias de algodão compridas	24	14400
8. C. de Indolannon cor de roxo	24	14400
9. Chapéo de castor preto fino	4	10400
10. 1.º de bom largo infestado V. 1.º	4	454200
11. 1.º tingido C. de seda e vestido	3	34080
12. 1.º de morim ordi.	24	14400
13. 1/2 C. de setim preto	24	14400
14. 1.º de clauda escuro	24	14400
15. 3.º V. de cassa de fora	24	14400
16. C. de querquês preto	32	1440
17. V. de filo de mosquito	4	14400
18. 72. Meantais rescaldas d'algodão	4	14400
19. 1.º Lib. de linhas cruas	4	14400
20. 24. Meantais rescaldas d'algodão	4	14400
21. 1.º Chapéo de Seda de seda	32	14280
22. 1.º Parca de meias d'algodão compridas	32	34200
23. 1.º Lenço de seda preto sarjado	24	14400
24. C. de chita branca	24	14400
25. 24. C. de meias preto	24	14400
Continua		203773

Fonte: Inventário de Joaquim Carneiro da Silva Braga no A.N.R.J.

Figura A 2 - Produtos comprados por Joaquim Carneiro da Silva Braga

			2034730
19	1/2 C. de seda preto	1800	104000
10	1/2 C. de bom mangado escuro	1500	342000
1	Lenço de seda preto sargado		4180
20	1/2 C. de escomilha preta	400	24400
5	Talco de meias de ocre	3000	124000
4	1/2 C. de meias preto	200	24400
12	1/2 C. de chita preta		4800
1	1/2 C. de cera em rolos	800	34000
5	1/2 C. de escova fina	200	4400
2	1/2 C. de chita preta		4480
12	1/2 C. de escomilha preta		6400
1	1/2 C. de paninho fino	400	24400
5	Talco de meias de ocre	200	14200
5	Lenço de caracura pequenos	800	14200
1/2	1/2 C. de cambaicha superfina	800	284000
3/4	1/2 C. de panno preto muito fino	400	14800
1/2	1/2 C. de meias cor de rosa	400	14800
2	1/2 C. de bico encarpados de cor	480	204800
1	1/2 C. de castor azul fino	480	484720
3	1/2 C. de D. escuros	300	394240
1	1/2 C. de D. branco de caracura	540	174550
1	1/2 C. de D. 1.º luzo	40	494210
2	1/2 C. de D. de cor	300	204280
4	1/2 C. de picotas encarpados	183	534640
2	1/2 C. de D. azuis	70	184210
2	1/2 C. de rescaldos escuros largos	148	3448220
3	1/2 C. de Ditos de listras	134	204400
3	1/2 C. de Ditos de rodrez finos	132 1/2	204500
4	1/2 C. de Ditos D. ordi.º	180	324400
5	1/2 C. de Ditos estreitos tecidos	150	220
	Continua		334400
			6544240

Fonte: Inventário de Joaquim Carneiro da Silva Braga no A.N.R.J.

Figura A 3 - Produtos comprados por Joaquim Carneiro da Silva Braga

			24
			547290
1	P. de vestidos em cassa de 120	240	257500
2	P. de Pitos de voador fino 108	250	231580
2	P. de brios escuros ligeiros de linho 103 1/2	120	43470
2	P. de Pitos 2.º brancos 80	550	331500
1	P. de P. branco 2.º	412	407800
2	P. de P.º croch.º	84 1/2	380
3	P. de angusturas finas	110 1/2	120
3	P. de marcedonias	88 1/2	120
2	P. de riscos de linho finos	1100	224000
4	P. de P.º 1.º algodão e linho	1000	247000
1	P. de Cabas bordadas	5800	341800
2	P. de Pitos de salpicos	7200	447800
10	P. de Bertanhas	1500	157000
2	P. de metros riscados tecidos de 57 1/2	320	157480
2	P. de Pitos 2.º ordinarios 94 1/2	180	179010
3	P. de gangas esch.º Franc.º ano 1805 C.º 1805	150	324650
2	P. de metros aguis Franc.º ano 1818	122 1/2	200
2	P. de barrigadas 1.º algodão 110 1/2	440	484020
2	P. de bandos Claros	3200	104600
4	P. de Pitos escuros	4800	199200
1	P. de hum da Russia fino N.º 230		134000
1	P. de Pito " 2.º	220	12450
4	P. de pannos de linho estrangeiro V.º 52	480	24490
1	P. de brim lige. encorpado	53 3/4	380
1	P. de Pito " mais claro	84 1/2	200
1	P. de Pito " ordinario	88	220
1	P. de chitas em cassa m.º fr.º 164	840	92400
5	P. de 2.º brancas em marim.º fr.º 140	280	39420
3	P. de 2.º " muidinhas	84	200
4	P. de 2.º " de xaminhas	112	230
	Continua		165180

Fonte: Inventário de Joaquim Carneiro da Silva Braga no A.N.R.J.

Figura A 4 - Produtos comprados por Joaquim Carneiro da Silva Braga

		1654 15.	
1	1 ^o de chibitos de ramos grandes q ^{ta} 112.	240	27 1/2
2	1 ^o de ditos agui ramos amarellos.	108	27 1/2
3	1 ^o de ditos escuros finos	112	28 1/2
4	1 ^o de ditos Passento rocos	112	22 1/2
5	1 ^o de ditos escuros ordinarios	112	24 1/2
6	1 ^o de ditos amarellos	140	33 1/2
7	1 ^o de ditos de chadrez	168	30 1/2
8	1 ^o de ditos de cordas	150	22 1/2
9	1 ^o de camburinhos	150	14 1/2
10	1 ^o de parinhos finos	150	19 1/2
11	1 ^o de 2 ^o q ^{ta}	300	11 1/2
12	1 ^o de 2 ^o entre finos	300	18 1/2
13	1 ^o de 2 ^o q ^{ta}	250	15 1/2
14	1 ^o de 2 ^o ordinarios	150	37 1/2
15	1 ^o de algodões enfeitados q ^{ta} 94 1/2	220	15 1/2
16	1 ^o de 2 ^o largos	75	10 1/2
17	1 ^o de 2 ^o grossos	54 1/2	10 1/2
18	1 ^o de 2 ^o finos	52 1/2	9 1/2
19	1 ^o de 2 ^o estreitos	180	25 1/2
20	1 ^o de 2 ^o ordinarios	118	13 1/2
21	1 ^o de 2 ^o trançados	100 1/2	21 1/2
22	1 ^o de marins m ^{to} finos de 24 q ^{ta}	780	31 1/2
23	1 ^o de ditos finos	5400	32 1/2
24	1 ^o de ditos entre finos	5000	30 1/2
25	1 ^o de ditos encorpados	4500	31 1/2
26	1 ^o de ditos finos de 30 q ^{ta}	9600	14 1/2
27	1 ^o de mardapulaens	3000	19 1/2
28	1 ^o de castas de listras de 24 q ^{ta}	5500	33 1/2
29	1 ^o de 2 ^o ordinarios	2800	3 1/2
Continua			2337

Fonte: Inventário de Joaquim Carneiro da Silva Braga no A.N.R.J.

Figura A 5 - Produtos comprados por Joaquim Carneiro da Silva Braga

Transporte		2337/710
10	P ^o de gangas azuis inglesas	1000 10/000
2	P ^o de Pitos, de macta W ^o 05	200 13/000
4	P ^o de paninhos de cor 110	110 20/000
1	P ^o de sarga de lã fina	32/000
2	P ^o de Pitos ordo. os	20/000 10/000
10	P ^o de cordões de fôrça finas	3500 35/000
12	Tapetes	3000 30/000
4	D ^o de lencas de seda da Índia P ^o de lencas	10/000 82/280
2	D ^o de P ^o de P ^o P ^o 3 e 3 P ^o	10/000 34/280
4	D ^o de lencas azuis finas	2/000 10/800
4	D ^o de P ^o 2 ^o entrefinos	2/000 9/800
3	D ^o de P ^o encarnados W ^o 7 D ^o 3 1/2	3800 13/930
3	P ^o de P ^o 2 ^o 5 3	3800 10/200
3	D ^o de P ^o de chardrez	3200 9/800
2	D ^o de P ^o de mure e lencas	3500 7/200
4	D ^o de P ^o de chita finas	2/000 9/800
3	D ^o de P ^o 2 ^o P ^o	2/000 7/800
4	P ^o de P ^o encarnados f ^o pintados D ^o 5 1/2	3200 17/400
3	D ^o de P ^o de circadouro finas	2/000 7/800
4	P ^o de P ^o de vistas D ^o 7 1/2	2000 14/330
4	D ^o de P ^o de escova bordadas de cor	3800 14/400
1/2	D ^o de P ^o brancas finas grandes	8000 9/800
4	D ^o de P ^o 2 ^o entrefinos	3800 14/400
4	D ^o de P ^o de garsa	2/000 9/800
1	D ^o de P ^o de seda finas da Índia	10/000
1	D ^o de P ^o da Fabrica W ^o 4	10/000
12	Chales de chafiz	2000 20/000
3	D ^o de chales de cassa lã de cor	3800 10/800
4	D ^o de Pitos de chita	7500 30/000
12	Chales de lã	1000 10/000
Continua		2907/280

Fonte: Inventário de Joaquim Carneiro da Silva Braga no A.N.R.J.

Figura A 6 - Produtos comprados por Joaquim Carneiro da Silva Braga

		2.908 280	
		2.908 280	
Transporte		400	17 500
25. 1/2 de fustas brancas		900	2 117 500
2 1/2 de 2.º de cor fina		500	14 880
29 3/4 de 2.º entre finos		700	2 840 000
4. Chabes de remido brancos de 3/4		600	24 500
4. 2.º de 2.º		400	15 500
4. 2.º de 2.º		400	22 500
20. 1/2 de linkas de novellas		850	10 420
12. 1/2 de 2.º cruas		450	9 400
2. 1/2 de meias 1.º e 2.º curtas m. f. as		400	8 500
2. 1/2 de 2.º de 2.º finas		400	8 500
4. 1/2 de 2.º de 2.º ad. as		400	5 200
2. 1/2 de 2.º de 2.º escuras		400	5 400
1. 1/2 de 2.º compradas p.ª Sm.ª			5 400
1. 1/2 de 2.º 2.º			9 500
3. 1/2 de 2.º 2.º ordinarios		300	10 000
4. 1/2 de 2.º de 2.º		500	9 500
1/2 de 2.º de 2.º para o mar			2 400
1. 1/2 de 2.º de 2.º de camuoso			7 400
2. 1/2 de 2.º de 2.º de camuoso		200	4 500
5. 1/2 de 2.º de 2.º de camuoso		200	5 000
5. 1/2 de 2.º de 2.º de camuoso		500	30 000
9. 1/2 de 2.º de 2.º de camuoso		400	9 500
15. 1/2 de 2.º de 2.º de camuoso		500	9 500
7. 1/2 de 2.º de 2.º de camuoso		500	3 300
25. Mantas resacas		850	8 500
10. 1/2 de 2.º de 2.º de camuoso		400	4 500
1. 1/2 de 2.º de 2.º de camuoso		200	15 500
Continua			3.734 500

Fonte: Inventário de Joaquim Carneiro da Silva Braga no A.N.R.J.

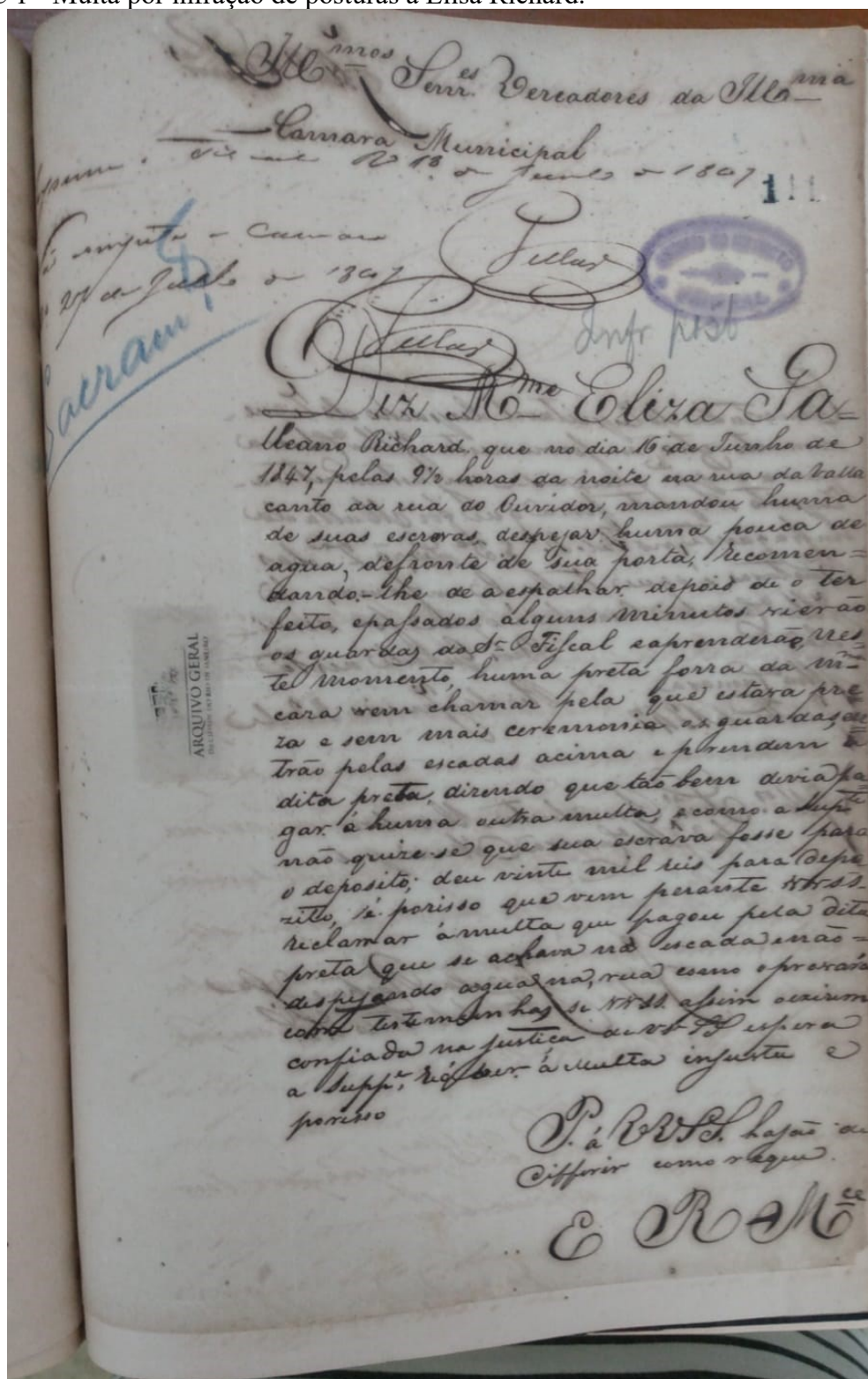
Figura A 7 - Produtos comprados por Joaquim Carneiro da Silva Braga

Agosto	Hand parte		3.734.480
4. Dos	Cabestões brancos hespanhães	5000	42.000
4. Dos	encarnados dos	7000	28.000
4. Dos	ing. lizes	3000	12.000
2. Dos	brancos de 10/12	3000	8.000
2. Dos	dos de 1/2	2000	5.000
2. Dos	dos de 1/4	2000	4.000
2. Dos	dos de 1/8	2000	4.000
59. 1/2	de rariagem	180	10.710
24.	Chapeos pretos de am. em ab.º	1150	27.000
9.	Dos surtidos p.º mulher	1100	15.300
12.	Dos de Chiles redondos	1000	18.000
1.	Cuirão p.º os mesmos		2.000
	Condicion para o embarque		10.40
1.	P.º de hem. escurecida d'algodão V.º 21	1320	5.720
30	1. Chapeos de T.º de seda p.º Sr.º		7.000
	S. L. E. R.º		3.955.480
João Est. F.ºz. P.ºx. A.º			
N.º 23			
Pagou de sellos trecentos e vinte e seis			
Waguanij 17 de Maio del 837			
Fornão Paulach			

Fonte: Inventário de Joaquim Carneiro da Silva Braga no A.N.R.J.

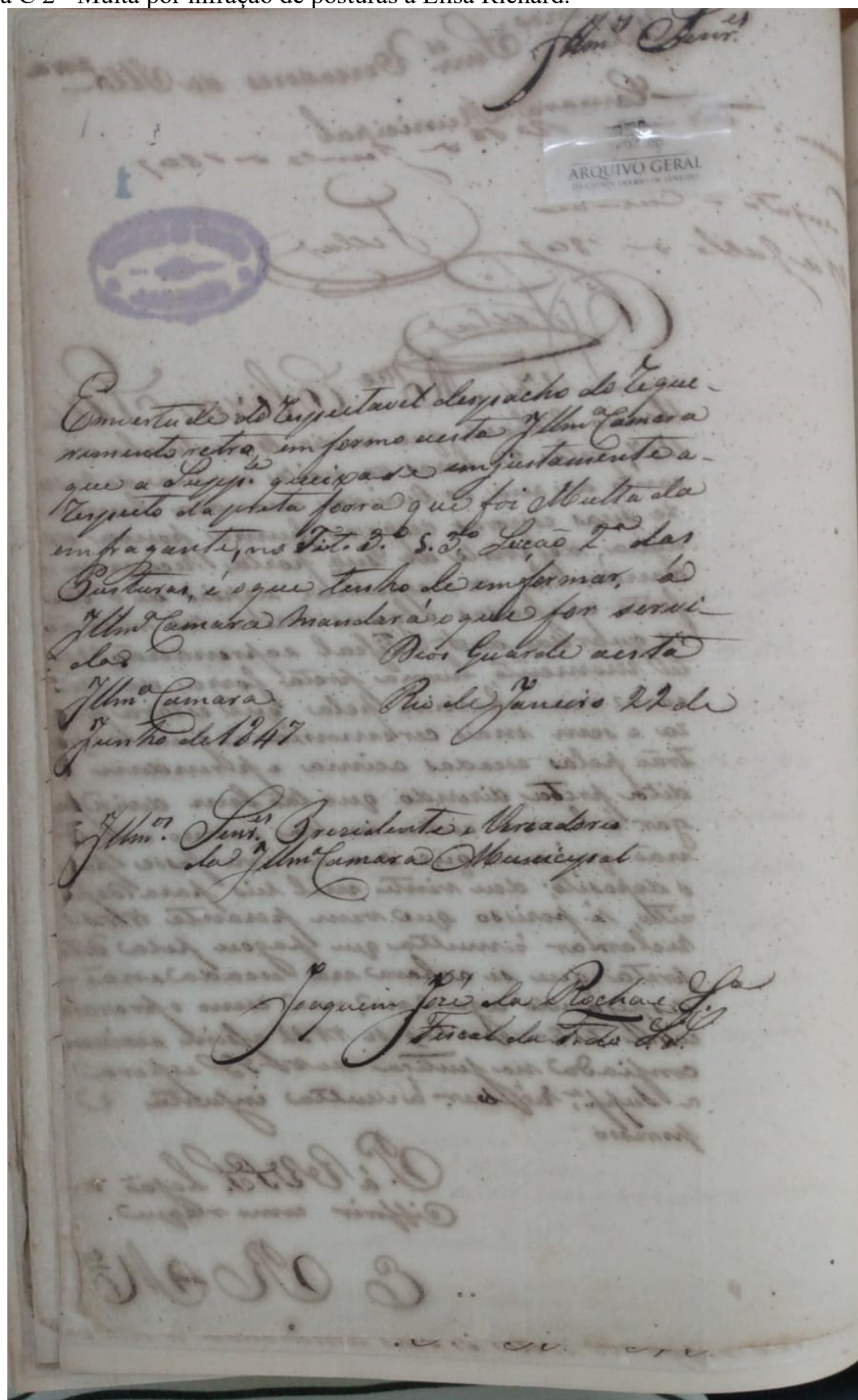
ANEXO C – Infração de posturas caso Mme. Elisa Richard

Figura C 1 - Multa por infração de posturas a Elisa Richard.



Fonte: Documentação de Infração de posturas presente no A.G.C.R.J.

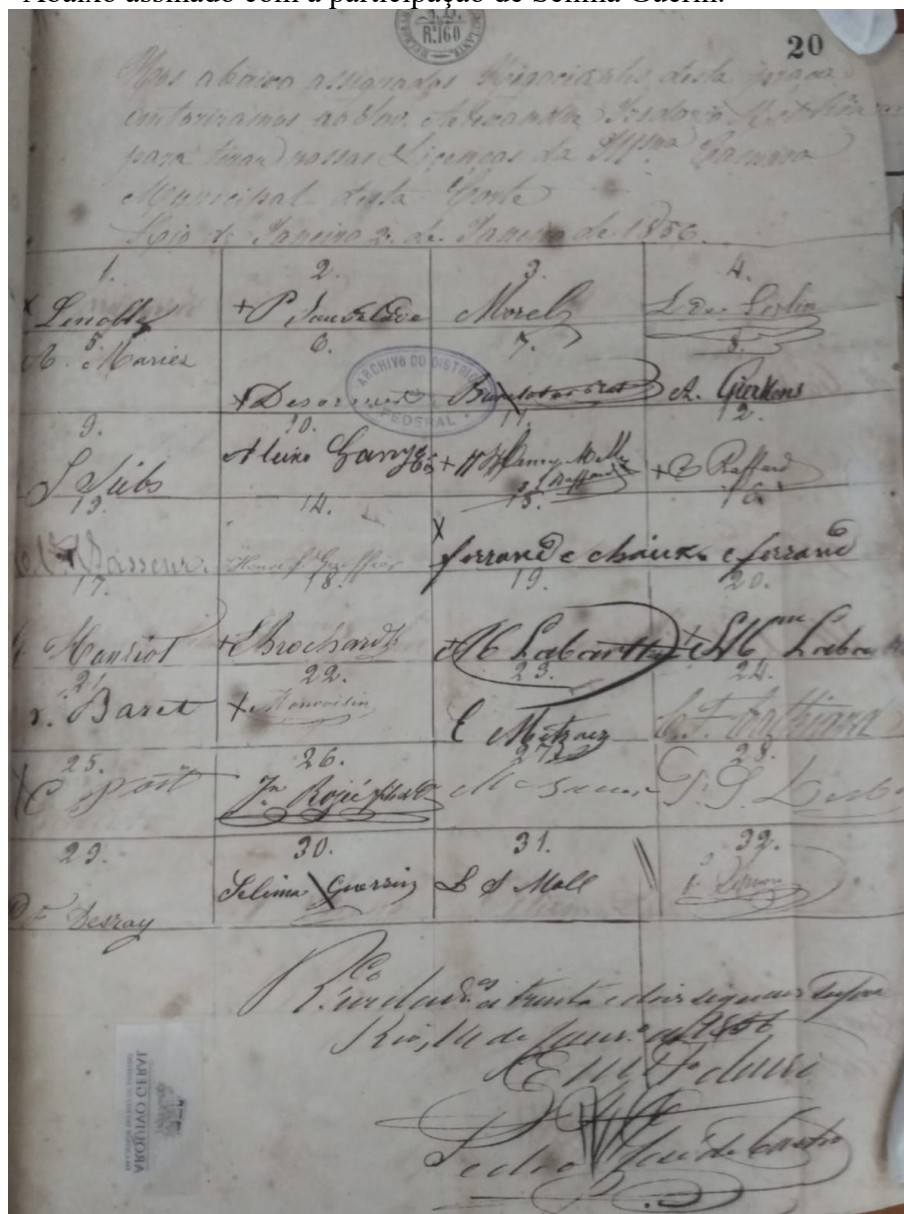
Figura C 2 - Multa por infração de posturas a Elisa Richard.



Fonte: Documentação de Infração de posturas presente no A.G.C.R.J

ANEXO D – Assinatura de Selima Guerin

Figura D 1 - Abaixo assinado com a participação de Selima Guerin.



Fonte: Documentação comercial presente no A.G.C.R.J.

Figura E 3 - Documentação da Décima Predial sobre a rua do Hospício

Proprietários		Anual	
Rua do Hospício		1823/24	
50	8000	90	8000
51	8000	110	8000
52	8000	130	8000
53	8000	150	8000
54	8000	170	8000
55	8000	190	8000
56	8000	210	8000
57	8000	230	8000
58	8000	250	8000
59	8000	270	8000
60	8000	290	8000
61	8000	310	8000
62	8000	330	8000
63	8000	350	8000
64	8000	370	8000
65	8000	390	8000
66	8000	410	8000
67	8000	430	8000
68	8000	450	8000
69	8000	470	8000
70	8000	490	8000
71	8000	510	8000
72	8000	530	8000
73	8000	550	8000
74	8000	570	8000
75	8000	590	8000
76	8000	610	8000
77	8000	630	8000
78	8000	650	8000
79	8000	670	8000
80	8000	690	8000
81	8000	710	8000
82	8000	730	8000
83	8000	750	8000
84	8000	770	8000
85	8000	790	8000
86	8000	810	8000
87	8000	830	8000
88	8000	850	8000
89	8000	870	8000
90	8000	890	8000
91	8000	910	8000
92	8000	930	8000
93	8000	950	8000
94	8000	970	8000
95	8000	990	8000
96	8000	1010	8000
97	8000	1030	8000
98	8000	1050	8000
99	8000	1070	8000
100	8000	1090	8000
101	8000	1110	8000
102	8000	1130	8000
103	8000	1150	8000
104	8000	1170	8000
105	8000	1190	8000
106	8000	1210	8000
107	8000	1230	8000
108	8000	1250	8000
109	8000	1270	8000
110	8000	1290	8000
111	8000	1310	8000
112	8000	1330	8000
113	8000	1350	8000
114	8000	1370	8000
115	8000	1390	8000
116	8000	1410	8000
117	8000	1430	8000
118	8000	1450	8000
119	8000	1470	8000
120	8000	1490	8000
121	8000	1510	8000
122	8000	1530	8000
123	8000	1550	8000
124	8000	1570	8000
125	8000	1590	8000
126	8000	1610	8000
127	8000	1630	8000
128	8000	1650	8000
129	8000	1670	8000
130	8000	1690	8000
131	8000	1710	8000
132	8000	1730	8000
133	8000	1750	8000
134	8000	1770	8000
135	8000	1790	8000
136	8000	1810	8000
137	8000	1830	8000
138	8000	1850	8000
139	8000	1870	8000
140	8000	1890	8000
141	8000	1910	8000
142	8000	1930	8000
143	8000	1950	8000
144	8000	1970	8000
145	8000	1990	8000
146	8000	2010	8000
147	8000	2030	8000
148	8000	2050	8000
149	8000	2070	8000
150	8000	2090	8000
151	8000	2110	8000
152	8000	2130	8000
153	8000	2150	8000
154	8000	2170	8000
155	8000	2190	8000
156	8000	2210	8000
157	8000	2230	8000
158	8000	2250	8000
159	8000	2270	8000
160	8000	2290	8000
161	8000	2310	8000
162	8000	2330	8000
163	8000	2350	8000
164	8000	2370	8000
165	8000	2390	8000
166	8000	2410	8000
167	8000	2430	8000
168	8000	2450	8000
169	8000	2470	8000
170	8000	2490	8000
171	8000	2510	8000
172	8000	2530	8000
173	8000	2550	8000
174	8000	2570	8000
175	8000	2590	8000
176	8000	2610	8000
177	8000	2630	8000
178	8000	2650	8000
179	8000	2670	8000
180	8000	2690	8000
181	8000	2710	8000
182	8000	2730	8000
183	8000	2750	8000
184	8000	2770	8000
185	8000	2790	8000
186	8000	2810	8000
187	8000	2830	8000
188	8000	2850	8000
189	8000	2870	8000
190	8000	2890	8000
191	8000	2910	8000
192	8000	2930	8000
193	8000	2950	8000
194	8000	2970	8000
195	8000	2990	8000
196	8000	3010	8000
197	8000	3030	8000
198	8000	3050	8000
199	8000	3070	8000
200	8000	3090	8000

Fonte: Documentação da Décima Predial presente no A.G.C.R.J.

APÊNDICE A – Quadro de Modistas, Costureiras e Casa de Modas

Quadro A 1 - Quadro de resumo das mulheres pesquisadas.

Modistas; Costureiras e Casas de Moda	Ano	Endereço
Modista francesa	1816	1816 > Rua do Ouvidor nº 28 1817 > Rua da Direita nº 09 1º andar
Modista francesa	1816	Rua do Ouvidor nº 81
Anne Durocher	1817	Rua dos Ourives
Mme. Catelino	1817	1817 > Rua do Rosário nº34 1820 > Ouvidor nº 66
Mme. Dumond	1817	Rua da Alfândega nº 41
Mme. Chabry	1818	Barreira de Santo Antônio nº 6
Modista francesa	1819	Rua do Ourives, entre a Rosário e a Ouvidor, nº 19
Hannah Hairis (modista inglesa)	1820	Rua do Ouvidor nº 17
Mme. Ablon	1820	Rua do Ouvidor nº 19
Mme. Wirt	1822	1821 > Rua dos Ourives 1822 > Rua do Ouvidor nº 135 1824 > Rua do Ouvidor nº 36
Mme. Henriqueta Grossin Dubois	1823	1822 > Rua dos Latoneiros 1823 > Rua do Ouvidor
Mme. Boucher	1824	Rua do Ouvidor nº 116
Mmes. Gaubert e Crémere	1824	Rua do Ouvidor nº 156
Mme. Valais	1825 / 1835 / 1853 / 1839	1825 > Rua do Ouvidor nº 80 e 90 1835 > Rua do Ouvidor nº 80 1839 > Rua do Ouvidor nº 62 1853 > Rua do Ouvidor nº 81
Mme. Berthier	1826	Rua do Ouvidor nº 159.
Modista inglesa	1826	Rua da Princesa do Catete, sobrado nº18
Modista de Paris	1826	
Mme. Josephine Malançon Meunier	1827 / 1850 / 1852	Rua do Ouvidor nº 103 Rua do Ouvidor nº 97
Mlle. Cristina Dillon	1827	Rua do Ouvidor nº60
Modista costureira francesa	1827	Rua da Alfândega nº 329.
Mme. Anna Luiza	1828	Rua do Cano nº 40 1º andar.
Mme. Pelagia Verneur	1828	1827 > Rua do Ouvidor nº 199 (esquina da rua da Valla) 1828 > Rua do Cano nº 117 1º andar.
Mme. Aurora Bondeux	1829	1829 > Rua de S. Pedro nº 26 1834 > Rua da Ajuda nº 16 1844 > Rua da Ajuda nº 30
Mme. Rivière	1830	1829 > Rua do Ouvidor nº 162 1830 > Rua da Ajuda nº 81

Virginie Carteron	1830	Rua dos Ourives nº 104
Mme. Hortência Blondelu	1830	Rua do Ouvidor nº 222
Mme. Josephine e Martha Dutet	1831	Rua do Cano nº 20
Costureira e modista brasileira	1831	1830 > rua detrás do Hospício canto da rua da Conceição 1831 > Rua do Cano nº 189 1832 > Praça da Constituição, do lado do teatro nº 32.
Costureira e lavadora de chapéus	1831	Rua do Lavradio nº 24
Costureira modista	1833	Rua Formosa nº 55.
Modista francesa	1834	1833 > Largo do Rócio nº 11 1834 > Rua do Ouvidor nº 211, perto do Largo de S. Francisco de Paula
Mme. Tosso	1835	1834 > Rua da Ajuda nº 01 1835 > Praça da Constituição nº 69
Mme. Marechal	1835	1835 > Rua do Ouvidor nº 186 2º andar. 1836 > Rua do Ouvidor nº 57 1º andar. 1842 > Rua do Ouvidor nº 37 1851 > Rua do Hospício nº 27
Modista da Casa de Feraudy	1835	Rua do Ouvidor nº 94
Mme. Hortense Lacarrière	1835 / 1850 / 1851 / 1852	1834 > Rua do Ouvidor nº 211 1835 > Rua do Ouvidor nº 90 1845 > Rua do Ouvidor nº 64 B 1849 > Rua do Ouvidor nº 68
Mme. Josephina Saurin	1836	Rua do Ouvidor nº 128 1º andar, canto da rua dos Ourives
Mme. Lumau	1837	1836 > Rua da Cadeia 1837 > Rua dos Ourives nº 20 1º andar
Mme. Breton	1837	1837 > Rua da Ajuda nº 65 1837 > Rua da Ajuda nº 23 1845 > Rua do Ouvidor nº 120
Mme. Maillard	1837	Rua do Ouvidor nº 135
Mme. Justine Lenoir	1837	Rua da Ajuda nº 24
Mme. Dreux	1837	Rua do Ouvidor nº 54, entre a rua da Quitanda e o Beco das Cancelas
Costureira alemã	1837	Rua Santa Thereza nº12
Modista francesa	1837	Beco da Barreira por baixo do sobrado nº 03
Mme. Pompom	1838	Rua do Ouvidor nº 161
Mme. Adèle Frédéric	1839	1839 > Rua da Ajuda nº 21 sobrado 1839 > Rua do Cano nº 221.
Costureira	1839	Ladeira de João Homem, nº 05
Mme. Seurat	1839/ 1840 / 1842/ 1843/ 1844 / 1846	Rua do Ouvidor nº 114
Costureira	1840	Rua do Sabão nº 299
Mme. Morel Buchère	1840	1840 > Rua do Ouvidor nº 137 1º andar 1841 > Rua da Ajuda nº 04

Modista	1840	Rua da Cadeia nº 50
Mme. Louise Virginie Demay	1840	1840 > Rua dos Latoeiros nº 81 1844 > Rua do Ouvidor nº 137
Mme. Super	1840	Rua do Ouvidor nº 74
Mme. Thozolan	1840	Rua do Ouvidor nº 161
Costureira	1840	Cidade Nova, rua do S. Pedro nº 123
Modistas da loja de Wallerstein	1840 / 1846 / 1850 / 1852	1840 > Rua do Ouvidor nº 70 1846 > Rua do Ouvidor nº 82
Modistas de Paris	1841	Rua Francisco de Paula nº 02, sobrado
Anna (e) Hunter	1841	Rua dos Latoeiros nº 39
Costureira e modista Belga	1841	Rua da Barreira nº 03
Mme. Traselher	1841	Rua do Ouvidor nº 63
Mlle. Pian	1841	Rua dos Ourives nº 37
Elisabeth Mauger	1841	Largo do Valdetário nº 161
Mme. Coulon	1841	Rua da Ajuda nº 09
Modista e costureira francesa	1841	Rua da Ajuda nº 64
Mme. Murat	1841	1841 > Rua do Ouvidor nº 64 A 1850 > Rua do Ouvidor nº 81
Modista	1842	Sem endereço
Júlia Giraud	1842	1842 > Rua Nova do Ouvidor nº 22 1849 > Rua da Quitanda nº 101, sobrado 1850 > Rua do Ouvidor nº 124 1858 > Rua do Ouvidor nº 69
Mme. Christine Chevalier	1842	1842 > Rua Nova do Ouvidor nº 22 1854 > Rua do Conde nº 02, esquina da Praça da Constituição 1854 > Rua S. José nº 60 1855 > Rua dos Ourives nº 52, entrada pela rua do Cano nº 01.
Costureira e modista francesa	1842	Rua da Direita nº 17
Costureira e modista do Sr. Manoel Pires da Costa	1842	Rua S. Pedro nº 244
Mme. R. Pelvilain	1842	1842 > Rua da Valla nº 30 1842 > Rua da Ajuda nº 54 1843 > Rua da Ajuda nº 76 1844 > Rua Santo Antônio nº 19
Mme. Gudin Sophie Gudin	1842 / 1847 / 1851 / 1852	1842 > Rua do Ouvidor nº 51 1846 > Rua do Ouvidor nº 51 1847 > Rua do Ouvidor nº 82
Mme. Adelle Dantigny (Mme. Carolina Destas)	1842 / 1843	1842 > Travessa de S. Francisco de Paula nº 2 1º andar 1843 > Rua do Ouvidor nº 65/60 1853 > Rua do Ouvidor nº 100
Mme. Mayer	1842 / 1844	Rua dos Ourives nº 49 / Rua do Ouvidor nº 119
Costureira	1842	Sem endereço
Costureira	1843	Travessa do Senado nº 06 2º andar.
Mme. Villens	1843	1843 > Rua Santo Antônio nº 21 1843 > Travessa de S. Francisco de Paula nº 14

Mme. R. Delme	1843	Rua do Ouvidor nº 88 1º andar
Mme. Coulet	1843	Rua dos Ourives nº 149 1º andar.
D. Isabel	1843	Rua S. Pedro nº 121 sobrado
Mme. Peyrellade	1843	Rua dos Latoeiros nº 76, esquina com a do Ouvidor
Irmãs Salvatori modistas e costureiras	1843	Rua dos Latoeiros nº 51
Costureira	1843	Sem endereço
Modista de Alexandre Castel	1843 / 1848 /1852	Rua do Ouvidor nº 44
Leopoldina Amélia de Moraes	1844	1844 > Rua do Rosário nº 50 2º andar 1846 > Beco do Bragança nº 30, próximo a rua da Quitanda.
Mme. Tracol	1844 / 1847 /1848 /1849	1844 > Rua do Ouvidor nº 77 1844 > Rua do Ouvidor nº 95 1848 > Rua dos Latoeiros nº83 1º andar
Costureira	1844	Rua do Piolho nº 65, 3ª casa
Costureira	1844	Sem endereço
Mme. Carolina Cassemajou	1844	1844 > Rua dos Ourives nº 73B, esquina com a rua do Ouvidor. 1845 > Rua do Ouvidor nº 54
Mme. Haugonté	1844 /1850	1844 > Rua da Ajuda nº 67 1846 > Rua da Ajuda nº 73 1850 > Rua da Ajuda nº 10
Modista	1845	Rua Princesa do Valongo nº1 A
Mme. Rosine Faudot	1845	Rua da Quitanda nº 31
Mme. Barat	1845 / 1852	Rua do Ouvidor nº 82 sobrado
Mme. Hornois	1845	Rua Nova do Ouvidor nº48
Costureira	1845	Rua da Ajuda nº 74
Costureiras	1845	Sem endereço
Mme. Pauline Lavessière	1845	1845 > Rua do Ouvidor nº 60 1847 > Rua dos Latoeiros nº 77, 2º andar 1847 > Rua do Parto nº 89 1848 > Rua S. José nº 89, esquina da rua da Ajuda.
Mlle. Cecile	1845	1845 > Rua Nova do Ouvidor nº 25 1845 > Rua do Ouvidor nº 88
Mme. Héruville	1845	1845 > Rua das Marrecas nº 16 1849 > Rua Nova do Ouvidor nº 25 1859 > Rua do Ouvidor nº 46 1º andar
Mme. Petit	1846	Rua do Ouvidor nº 50, 1º andar.
Mme. Josephine	1846	Rua da Valla nº 15
Mme. Richelandet	1846	Rua do Ouvidor nº 60
Mlle. Julia Flecheux	1846	Rua do Ouvidor nº 82, sobrado 1849 > Rua da Quitanda nº 59
Mlle. Adèle Clarinval	1846	Rua do Ouvidor nº 82, sobrado
Mlle. Julie	1846	Rua do Ouvidor nº 49, 1º andar.

Mlle. Rosine Long	1847	1847 > Praia de Botafogo nº 56 1848 > Rua dos Latoeiros nº 83, 1º andar, canto da rua do Ouvidor
Mme. Van de Cappelle	1847	1847 > Rua da Quitanda nº 29 1852 > Rua do Catete nº 181 1852 > Rua Príncipe do Catete nº 49 A 1853 > Rua dos Ourives nº 29
Costureira	1847	Sem endereço
Costureira modista de Paris	1847	Rua dos Latoeiros, casa do Sr. Vannet, 2º andar, quarto 12.
Mme. Carolina Delmas	1847	1847 > Rua das Bellas Artes nº 1, esquina da rua do Sacramento 1855 > Rua da Quitanda nº 34
Mme. Catharina	1848	1848 > Rua da Quitanda nº 70 1849 > Rua do Ouvidor nº 51
Mme. Pègue	1848	Rua Matacavalos nº 36
Mme. Reine Vildieu Savary	1848	Rua dos Ourives nº 34
Notre Dame de Paris – de Noel e Décap	1848	1849 > Rua do Ouvidor nº 154 1864 > Rua do Ouvidor nº 154 e 152 1871 > Rua do Ouvidor nº 154, 152 e 150 1876 > Rua do Ouvidor nº 148 a 154, esquina com o Largo de S. Francisco
Mme. Ruffier Martelet	1849	Rua S. José nº 64 1º andar
Mme. Dubois	1849	Rua da Ajuda nº 05
Moça francesa	1849	Sem endereço
Mme. Bernard	1849	Rua do Carmo nº 53
Mme. Guyot	1849	1849 > Rua do Ouvidor nº 23 1º andar. 1851 > Rua S. Pedro nº 82
Mlle. Léontine	1849	Rua do Cano nº 78, sobrado
Mlle. Eugene	1849	Rua S. José nº 46
Mme. Guerrin	1849	1849 > Rua dos Arcos nº 20 1854 > Rua do Ouvidor nº 53
Mme. Bonhomme (lingerie de Paris)	1849	Rua dos Ourives nº 36
Modista brasileira	1850	Rua do Rosário nº 92, 1º andar
Mme. Amélie Sollier	1850	Rua da Ajuda nº 5
Mme. Louise Siebs	1850 / 1854	Rua do Ouvidor nº 137 1º andar
Mme. Maria Polymnia Gueffier Dabrigéon	1850 / 1851	Rua do Ouvidor nº 119
Modista	1850	Rua do Hospício nº 21
Mme. Dujardin	1850 / 1851 / 1852	1850 > Rua do Ouvidor nº 64 1851 > Rua da Quitanda nº 45, sobrado 1857 > Rua do Cano nº 70 1º andar 1871 > Rua 7 de Setembro nº 70 1º andar 1875 > Rua 7 de Setembro nº 66 sobrado
J. Guénée e Sélina Guerrin	1850	1850 > Rua do Ouvidor nº 31 1851 > Rua da Direita nº 41, 2º andar. 1853 > Rua da Quitanda nº 29 1º andar 1854 > Rua dos Ourives nº 18 A
Mme. Fournel (fábrica de coletes)	1850	1850 > Rua dos Ourives nº 61 1851 > Rua do Ouvidor nº 105, sobrado

Mme. Jacintha Wentworth	1851	1850 > Rua dos Latoeiros nº 64 1851 > Rua do Ouvidor nº 72 (antiga casa de Mme. Josefina Guieu) 1857 > Rua do Sabão nº 28
Senhora branca costureira	1851	Rua da Ajuda nº82
Godart	1851	Rua do Ouvidor nº 72
Costureira modista	1851	Rua Barbenos nº 92, perto da rua dos Arcos
Mme. Muller	1851 / 1852	Caminho novo do Botafogo nº 15, sobrado
Marie Schroo	1851	Rua Santo Antônio nº 05, 2º andar.
Irmãs Bussah, costureiras e modistas de Paris	1851	Rua do Ouvidor nº 66.
Modistas	1851	Rua do Ouvidor nº 42, 2º andar
Modista francesa	1851	Rua da Imperatriz nº60
Mme. Félicie Gauthier	1851	1850 > Rua do Conde 1851 > Rua dos Ciganos nº32, sobrado.
Modista e costureira	1851	Rua do Rosário nº 71, sobrado
Leopoldina Bernardes	1851	1851> Rua do Rosário nº 74, sobrado 1856 > Rua do S. Pedro nº 98 1857 > Beco da Bragança 1860 > Rua dos Ourives, ao pé da rua de S. Pedro
Mme. Carolina Remy Thomas	1851	1851 > Rua do Ouvidor nº 105, sobrado 1853 > Rua da Quitanda nº 30, 2º andar
Mme. Masson	1851	1851 > Rua da Alfandega nº 84 1853 > Rua de S. Pedro nº 196
Mlle. Emma Worms	1852	1852 > Rua da Quitanda nº 43 loja 1856 > Rua dos Ourives nº 47, 1º andar.
Costureira	1852	Rua das Violas nº 105
Modista francesa	1852	Rua do Carmo nº 61, 1º andar.
Mme. Segard e Guilleton	1852	Rua do Catete nº 36.
Modista estrangeira	1852	Rua dos Latoeiros nº48, sobrado.
Hortence Étiene Canard	1852	1852 > Rua da Imperatriz nº 57 1857 > Rua do Teatro nº 17, 1º andar. 1857> Rua dos Ourives nº 35
Costureira	1852	Sem endereço
Mlle. Octavie Lemaitre	1852	Rua da Valla, esquina com a rua do Ouvidor, nº 69, 1º andar.
Mme. Luigia Balestra	1852	1851 > Rua do Cano nº 92 Rua da Carioca nº 118
Mme. Brisson	1852	1852 > Rua da Assembleia nº 93 1853 > Rua da Ajuda nº 49
Mme. Catharina Dazon	1852 / 1853	Rua do Ouvidor nº 51, sobrado 1853 > Rua do Ouvidor nº 97 (antiga casa de Josephine Meunier)
Mme. Teresa Casting	1853	1853 > Rua do Ouvidor nº 89 1855 > Rua da Quitanda nº 47

D. Ignez Francisca de Oliveira (Mme. Oliveira)	1853	1853 > Rua dos Ourives nº 171 1854 > Rua dos Lateiros nº 79, sobrado
Mme. Jullicac	1853	1853 > Rua do Catete nº 110, 1º andar. 1853 > Rua dos Ourives nº 38
Modista francesa	1853	Praia de Botafogo nº 92
Costureira modista	1853	Rua do Rosário nº 90, 1º andar.
Mme. Amelie Cretin (Lavillete)	1853	1853 > Rua do Carmo nº 47, 1º andar 1854 > Rua da Alfândega nº 83B
Mme. Huré	1853	Rua do Ouvidor nº 105, sobrado
Mmes. Sanere e Didelot	1853	Rua do Ouvidor nº 130, 1º andar
Mme. Prevost	1853	Rua do Catete nº 127
Mme. Vianny	1853	Rua da Ajuda nº 46
Maria Luiza Savelli Moll	1854	1854 > Rua dos Ourives nº 19, sobrado 1856 > Rua S. José nº 60, sobrado 1857 > Rua do Ouvidor nº 132 1857 > Rua do Ouvidor nº 130, 1º andar. 1858 > Rua dos Lateiros nº 51
Constance Grillet	1854	Rua S. José nº 69
Mme. Amélie Carlota	1854	Rua da Quitanda nº 13, sótão Rua dos Ourives nº 83, sótão Rua dos Lateiros nº 9, 2º andar 1855 > Rua da Alfândega, nº 13, 2º andar
Mme. Isabel Quetgyas Ripoll	1854 / 1857	1854 > Rua do Rosário nº 96, 1º andar 1855 > Rua do Rosário nº 144, 1º andar. 1857 > Rua do Rosário, nº 144, sobrado.
Mme. Honorine Cabaret	1854	Rua dos Ourives nº 52, 1º andar.
Costureira	1854	Beco dos Cotovelo nº 18
Mlle. Sophie Bossu	1854	1844 > Rua dos Ourives nº 41 1858 > Rua da Alfândega nº 1 sobrado
Mme. Sophia	1854	Rua do Hospício nº 196
Costureira modista de Paris	1854	Rua da Assembleia nº 54, canto da dos Ourives.
Mme. Ottiker	1854	1854 > Rua da Quitanda nº 48, 1º andar 1859 > Rua do Ouvidor nº 84
D. Guilhermina Leopoldina Monteiro Cabral	1854	Rua dos Ourives nº 13, 2º andar
Sophie Brochard	1855	Rua dos Ourives nº 41 Rua dos Ourives nº 131
Louise Frey	1855	1855 > Rua do Ouvidor nº 33 2º andar 1856 > Rua dos Lateiros nº 78
Mme. Charavel (fábrica de coletes) – Ao colete nacional	1855	Rua de S. José nº 44, 1º andar
Clarie Dubois e Charlotte Lusine	1855	Rua do Ouvidor nº 46
Emília (Emma) da Costa	1855	1855 > Rua dos Lateiros nº 78 1855 > Rua dos Ourives nº 89, sobrado
Mme. Aline	1855	1855 > Rua S. José nº 2 1855 > Rua do Carmo nº 6
Mme. Belisle	1855	Rua da Fresca nº 13 A

Mme. Besse (máquina de costura)	1855	1855 > Rua do Rosário nº 74 1858 > Rua do Cano nº 34 1860 > Rua do Ouvidor nº 92 1862 > Rua do Ouvidor nº 35, 1º andar
Mme. Didot (Didelot)	1855	1854 > Rua do Ouvidor nº 130, 1º andar 1855 > Rua do Ouvidor nº 53 1857 > Rua do Ouvidor nº 100
Mme. Teusch	1855	1855 > Rua da Assembleia nº 119, 1º anda 1856 > Rua da Ajuda nº 95
Mme. Sauer	1855	Rua S. José nº 57
Mme. Caulliraux e Mlle. Jesseler	1855	Rua da Assembleia nº 102, 1º andar
Adèle Doucy	1855 / 1859	1855 > Rua do Lavradio nº 29 1859 > Rua do Lavradio nº 33
Romilde Bragaldi – “A La ville de Naples”	1856	Rua do Ouvidor nº 156
Costureira	1856	Rua da Misericórdia nº 29, 1º andar
Mme. Viúva Allegrin	1856	Rua da Ajuda nº 11
Mme. Elisa Haugé	1856	1856 > Rua da Quitanda nº 4 1857 > Rua S. José nº 57, loja 1860 > Rua do Ouvidor nº 163
D. Fortunata Maria de Mendonça	1856	Rua de S. Pedro nº 167
Modista	1856	Rua do Ouvidor nº 41
Mme. Gozard	1856	Rua dos Latoeiros nº 78, 1º andar (esquina com a rua do Ouvidor)
Mme. Gantier	1856	Rua do Hospício nº 231
Modista e costureira	1856	Rua do Parto nº 90
Mme. Poy	1856	Rua do Ouvidor nº 135
D. Fortunata Maria de Mendonça	1856	Rua de S. Pedro nº 167
Mme. Clément	1856	Largo de S. Francisco de Paula nº 26
Mme. Camille – fábrica de coletes “Ao colete de ouro”	1857	Rua da Ajuda nº 18
Gault	1857	1857 > Rua do Ouvidor nº 119 1859 > Rua do Ouvidor nº 136
Mme. Adeline Costard	1857	Rua dos Ourives nº 57, sobrado
Mme. Juliette Labbie	1857	1857 > Rua dos Ourives nº 97 1858 > Rua do Ouvidor nº 112
Mme. Anna Deschamps	1857	Rua dos Ourives nº 38, sobrado
Mme. Julie Gillieron	1857	Rua da Ajuda nº 11
D. Luiza Silva Ribeiro (Mme. Boudet Ribeiro)	1857	Rua da Quitanda nº 19
Mme. Felícia Gauthier Laurent	1857	1857 > Rua do Conde nº 39 1857 > Rua do Ouvidor nº 102, sobrado
Mme. Mutel	1857	Rua da Misericórdia nº 54, 2º andar
Costureira	1857	Rua do Fogo nº 18, sobrado
Mme. Adeline e C. – A Notre Dame d’Ajuda	1857	Rua da Ajuda nº 7
Costureira	1857	Rua do Cano nº 75, sobrado
Costureira brasileira	1857	Sem endereço

Mme. Paulina de Souza	1857	Rua da Ajuda nº 33
Mme. Elisa Insensee	1857	Rua dos Barbados nº 48
Mme. Henriete Gelley	1857	1857 > Rua da Quitanda nº 49, 1º andar 1860 > Rua da Ajuda nº 9 1862 > Rua dos Ourives nº 17, sobrado 1863 > Rua da Ajuda nº 19
Mme. L'Ordan	1858	Rua dos Latoeiros nº 73
D. Vicência Maria da Conceição	1858	Rua das Mangueiras nº 18
Mme. Luigia Ricci	1858	Rua da Quitanda nº 34
Mme. Emília Amália da Silva Santos	1858	Rua Nova do Conde nº 149
Modista e costureira	1858	Rua S. Pedro nº 167
Mme. Antoinette	1858	Rua do Rosário nº 64, 2º andar
Mme. Damy	1858	Rua dos Ourives nº 47
Mme. Forain e Forain Ainé	1858	Praça da Constituição nº 13
Mme. Morin	1858	1858 > Rua dos Ourives nº 8 1863 > Rua dos Latoeiros nº 56, 1º andar 1867 > Rua Gonçalves Dias nº 56, 1º andar
Modista	1858	Rua do Hospício nº 159
Mme. Marie Michelet	1858	Rua do Ouvidor nº 52
Costureira portuguesa	1858	Sem endereço
Marie Aubry	1858	Rua do Senado nº 7 B
Mme. Joanna Vergult (Aux Armes de Bruxelles)	1858	1858 > Rua do Ouvidor nº 155 1862 > Rua do Ouvidor nº 57 1868 > Rua dos Ourives nº 44
Mme. Amélie Vogts	1858	Rua da Quitanda nº 33
Mme. Le Prince	1859	Rua da Quitanda nº 116, sobrado
Mme. J. Lambert	1859	Rua da Quitanda nº 48
Mme. Pauline Delqueche	1859	Rua de S. José nº 7
Mme. B Rouneirolle	1859	Rua do Cano nº 89
Modista	1859	Rua de S. Pedro nº 196

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados encontrados nos jornais disponíveis na Hemeroteca Digital da B.N.R.J.: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.